U.PORTO

MESTRADO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Análise de Manuais Escolares de História e de Área de Integração: Discursos sobre cidadania, juventude e consciência intercultural

Carla Cristina Ramos Moreira

M

2025

Análise de Manuais Escolares de História e de Área de Integração: Discursos sobre cidadania, juventude e consciência intercultural

Carla Cristina Ramos Moreira

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto pela licenciada Carla Cristina Ramos Moreira para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Doutor Norberto Ribeiro e coorientação científica do Doutor Filipe Piedade.

Outubro, 2025

RESUMO

A presente dissertação analisa os discursos sobre cidadania, juventude e consciência intercultural presentes em manuais escolares de História A e Área de Integração utilizados no ensino secundário português. Partindo do reconhecimento dos manuais enquanto instrumentos pedagógicos e políticos, procurou-se compreender de que forma estes materiais contribuem para a formação de uma cidadania ativa, crítica e inclusiva entre os/as jovens. O estudo adota uma abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa e qualitativa de conteúdo, com o intuito de articular a frequência dos temas com a interpretação dos discursos subjacentes. Para assegurar a representatividade e atualidade da amostra, foram selecionados, em cada disciplina, os dois manuais mais adotados nas escolas portuguesas no ano letivo de 2024/2025. Os resultados evidenciam que os manuais de História A apresentam maior incidência na dimensão da cidadania ativa, enfatizando a contextualização histórica dos direitos, deveres e processos democráticos, enquanto os manuais de Área de Integração privilegiam a consciência intercultural, associada à ética, à participação democrática e à valorização da diversidade e tolerância. Verifica-se, contudo, uma escassa representação das questões específicas da juventude e da cidadania juvenil, revelando uma lacuna na articulação entre os conteúdos curriculares e as vivências dos/as estudantes. Em termos didáticos, predomina uma abordagem informativa e descritiva, com reduzidas propostas de aprendizagem crítica ou participativa. Conclui-se que, embora os manuais analisados contribuam para a promoção de valores democráticos e para a compreensão da diversidade cultural, persistem desafios significativos na integração de perspetivas críticas e na valorização das experiências juvenis. O estudo sugere a necessidade de repensar os manuais escolares como instrumentos pedagógicos capazes de fomentar o pensamento crítico, o inconformismo e o envolvimento cívico dos/as jovens no contexto de uma educação para a cidadania democrática e intercultural.

Palavras-chave: educação para a cidadania, juventude, consciência intercultural, ensino secundário, manuais escolares, História, Área de Integração.

ABSTRACT

This dissertation analyses the discourses on citizenship, youth, and intercultural awareness found in History A and Integration Area textbooks used in Portuguese upper secondary education. Recognising textbooks as both pedagogical and political instruments, the study seeks to understand how these materials contribute to the development of an active, critical, and inclusive citizenship among young people. The research employs a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative content analysis, to connect the frequency of themes with the interpretation of the underlying discourses. To ensure the representativeness and currency of the sample, the two most widely adopted textbooks in each subject were selected from Portuguese schools for the 2024/2025 academic year. The results show that History A textbooks place greater emphasis on the dimension of active citizenship, highlighting the historical contextualisation of rights, duties, and democratic processes, while Integration Area textbooks prioritise intercultural awareness, associated with ethics, democratic participation, and the appreciation of diversity and tolerance. However, there is limited representation of youth-specific issues and youth citizenship, revealing a gap between curricular content and students' lived experiences. From a didactic perspective, an informative and descriptive approach predominates, with few activities fostering critical or participatory learning. The study concludes that, although the analysed textbooks contribute to the promotion of democratic values and the understanding of cultural diversity, significant challenges remain in integrating critical perspectives and valuing youth experiences. It suggests the need to rethink textbooks as pedagogical tools that can foster critical thinking, civic engagement, and social awareness within the framework of democratic and intercultural citizenship education.

Keywords: citizenship education, youth, intercultural awareness, secondary education, textbooks, History, Integration Area.

RÉSUMÉ

Cette dissertation analyse les discours sur la citoyenneté, la jeunesse et la conscience interculturelle présents dans les manuels scolaires d'Histoire A et de Zone d'Intégration utilisés dans l'enseignement secondaire portugais. En reconnaissant les manuels comme des instruments à la fois pédagogiques et politiques, l'étude cherche à comprendre comment ces supports contribuent à la formation d'une citoyenneté active, critique et inclusive chez les jeunes. La recherche adopte une approche méthodologique mixte, combinant analyse quantitative et qualitative de contenu, afin d'articuler la fréquence des thèmes avec l'interprétation des discours sous-jacents. Pour garantir la représentativité et l'actualité de l'échantillon, les deux manuels les plus adoptés dans chaque discipline ont été sélectionnés parmi les écoles portugaises pour l'année scolaire 2024/2025. Les résultats montrent que les manuels d'Histoire A mettent davantage l'accent sur la citoyenneté active, en soulignant la contextualisation historique des droits, des devoirs et des processus démocratiques, tandis que les manuels de Zone d'Intégration privilégient la conscience interculturelle, associée à l'éthique, à la participation démocratique et à la valorisation de la diversité et de la tolérance. Toutefois, les questions spécifiques à la jeunesse et à la citoyenneté juvénile sont peu représentées, révélant une lacune dans l'articulation entre les contenus curriculaires et les expériences vécues des élèves. Sur le plan didactique, une approche informative et descriptive domine, avec peu de propositions favorisant un apprentissage critique ou participatif. L'étude conclut que, bien que les manuels analysés contribuent à la promotion des valeurs démocratiques et à la compréhension de la diversité culturelle, des défis importants subsistent quant à l'intégration de perspectives critiques et à la valorisation des expériences des jeunes. Elle souligne la nécessité de repenser les manuels scolaires comme des outils pédagogiques capables de stimuler la pensée critique, l'engagement civique et la conscience sociale dans le cadre d'une éducation à la citoyenneté démocratique et interculturelle.

Mots-clés: éducation à la citoyenneté, jeunesse, conscience interculturelle, enseignement secondaire, manuels scolaires, Histoire, Zone d'Intégration.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa o culminar de um percurso marcado por aprendizagens, desafios e conquistas, que só se tornou possível graças ao apoio, incentivo e presença de pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para que este momento se tornasse realidade.

Aos meus orientadores:

Professor Norberto. A minha sincera gratidão pela disponibilidade, pela partilha de conhecimento, pelas sugestões valiosas e pela orientação segura ao longo de todo este percurso. Um bem-haja pelo profissionalismo, pelo apoio e pela forma dedicada com que sempre acompanhou este trabalho.

Professor Filipe. Agradeço pela sua colaboração, pela disponibilidade e pelo constante incentivo. A sua visão e o seu apoio contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

A todas as professoras e professores de mestrado em Ciências da Educação pelo respeito e empatia, pelo compromisso com a formação dos estudantes. Cada disciplina, cada orientação, contribuíram para o meu crescimento pessoal e académico. Obrigada por me inspirarem, com o vosso exemplo, e paixão pela educação.

Às minhas amigas Jessica e Inês, companheiras desta jornada, obrigada pela amizade, pela partilha de risos e gargalhadas e por tornarem este percurso leve e especial, cada uma deixou uma marca bonita nesta caminhada.

A todas as minhas amigas e colegas, em especial à Mónica e Susana pela constante disponibilidade, compreensão e incentivo ao longo deste percurso.

À minha querida amiga Ana Paula, agradeço pela amizade, pelo carinho e pelas palavras de apoio que tantas vezes me deram força ao longo deste percurso.

À Isabel que, mesmo sem grandes palavras, sempre se alegra com as minhas vitórias, grata pela amizade.

A toda a minha família por todo o apoio e por sempre acreditarem que seria possível.

Ao Marco que sempre me incentivou e nunca duvidou. Pela paciência, pelo carinho. Por estar sempre presente. Foi um apoio mesmo nos dias em que o “não dá mais” parecia ganhar.

Ao meu filho, amor da minha vida, por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava, e por me fazer acreditar também. Sem ele a ouvir e a motivar, não tinha feito esta investigação da mesma forma. Foi sem dúvida a força maior ao longo desta jornada.

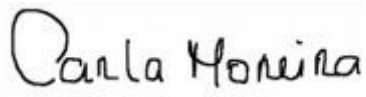
DECLARAÇÃO DE HONRA E ÉTICA

Declaro que o presente relatório é fruto de meu trabalho autoral e não foi previamente apresentado em qualquer outro curso ou unidade curricular, seja desta ou de outra instituição.

Atribuições a autores(as) terceiros(as) (incluindo afirmações, ideias ou pensamentos) foram realizadas rigorosamente de acordo com as normas de citação, estando devidamente identificadas no corpo do texto e nas referências bibliográficas. Ressalto ainda que eventuais traduções de citações originalmente em língua estrangeira foram realizadas por mim, adaptando-as para o português de Portugal.

Estou plenamente ciente de que o plágio, bem como o autoplágio, constitui infração académica grave e, portanto, declaro que cumpri com as normas éticas e científicas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

A autora da dissertação,



ABREVIATURAS E SIGLAS

DGE – Direção-Geral da Educação

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

QNQ - Quadro Nacional de Qualificações

UE - União Europeia

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Gráfico das Editoras com mais títulos adotados na Área de Integração.....33

Figura 2 – Gráfico de manuais mais adotados nas escolas por editora na Área de Integração.....34

Figura 3 – Gráfico das Editoras com mais títulos adotados em História A.....35

Figura 4 – Gráfico dos manuais mais adotados por editora em História A.....36

Tabela 1 – Estrutura da grelha de análise (adaptada de Ribeiro, Ferreira & Menezes, 2016).....37

Tabela 2 – Manuais analisados.....42

Tabela 3 – Distribuição quantitativa por dimensões (páginas/parágrafos).....42

Tabela 4 – Distribuição dos parágrafos por níveis geográficos.....43

Tabela 5 – Tipos de participação civil e política presentes nos manuais.....55

Tabela 6 – Níveis de complexidade por manual.....56

Tabela 7 – Tipos de documentos de apoio por manual.....58

Tabela 8 – Recursos sugeridos por manual.....59

Tabela 9 – Tipos de experiências de aprendizagem por manual.....60

Tabela 10 – Qualidade das experiências de aprendizagem por manual.....62

Índice Geral

RESUMO **3**
ABSTRACT **4**
RÉSUMÉ **5**
AGRADECIMENTOS **6**
DECLARAÇÃO DE HONRA E ÉTICA **8**
ABREVIATURAS E SIGLAS **9**
ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS **9**
INTRODUÇÃO **12**
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO **15**
1.1. Cidadania e participação cívica e política de jovens 16
1.2. Os manuais escolares enquanto instrumento pedagógico e de socialização política 17
1.3. "O estado da arte" dos estudos realizados em Portugal 22
1.4. Os planos curriculares das disciplinas de Área de Integração e História A24
CAPÍTULO II – METODOLOGIA **27**
2.1. Abordagem metodológica adotada 28
2.2. Questão de investigação 30
2.3. Objetivos 30
2.4. Critérios para a seleção de disciplinas 31
2.5. Manuais selecionados 32
2.6. Instrumento utilizado e dimensões de análise 36
CAPÍTULO III – RESULTADOS **40**
3.1. Análise quantitativa do conteúdo 42
3.1.1. Caracterização geral dos manuais analisados 42
3.1.2. Distribuição quantitativa por dimensões de análise 42
3.1.3. Análise comparativa entre disciplinas 43
3.1.4. Distribuição por níveis geográficos 43
3.2. Análise qualitativa do conteúdo 44
3.2.1. Por dimensões análise 44
3.2.2. Por conceção de participação cívica e política (Ekman & Amnå, 2012). 54
3.2.3. Por níveis de complexidade dos argumentos 55
3.3. Análise didática 57
3.3.1. Tipos de documentos/elementos de apoio incluídos por manual 58
3.3.2. Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem por manual 59
3.3.3. Tipo de experiências de aprendizagem por manual 60
3.3.4. Qualidade das experiências de aprendizagem por manual 63
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS **68**
4.1. Limitações e propostas para futuras investigações 72
REFERÊNCIAS **74**
DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA **79**
APÊNDICES **80**
Apêndice I – Grelha de Análise do manual de Área de Integração 10ºano 81
Apêndice II – Grelha de Análise do manual de Área de Integração 12ºano ... 119
Apêndice III – Grelha de Análise do manual de História 11ºano – 1ªparte 147
Apêndice IV – Grelha de Análise do manual de História 11ºano – 2ªparte 184
Apêndice V – Grelha de Análise do manual de História 11ºano – 3ªparte 213
Apêndice VI – Grelha de Análise do manual de História 12ºano – 1ªparte 243

Apêndice VII – Grelha de Análise do manual de História 12ºano – 2ªparte ... 281
Apêndice VIII – Grelha de Análise do manual de História 12ºano – 3ªparte .. 314

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto processo social e cultural, desempenha um papel determinante na formação de cidadãos/cidadãs conscientes, críticos e participativos, capazes de compreender e intervir num mundo cada vez mais globalizado, diverso e complexo. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, é também o lugar de transmissão e produção de saberes, de valores, de normas e representações sociais que contribuem para a formação da identidade individual e coletiva. Considera-se que, neste processo, os manuais escolares assumem uma elevada importância na transmissão de conhecimento e veiculam ideologias, narrativas sociais e históricas, refletindo visões sobre o mundo. De acordo com Escolano (2012), "[o] manual escolar tradicional é identificado como uma construção textual adaptada para certas exigências sociológicas" (p. 36).

Assumindo essa premissa, a presente investigação analisa a forma como os discursos sobre cidadania, juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História A, utilizados em cursos profissionais e científico-humanísticos do ensino secundário português. A escolha destas disciplinas justifica-se pela complementaridade no desenvolvimento da educação para a cidadania. Ambas desempenham um papel determinante na formação cívica e cultural dos jovens, mesmo que o façam a partir de perspetivas e metodologias distintas.

Como argumenta Soysal (1998), os manuais escolares são instrumentos centrais na construção das narrativas que sustentam uma identidade coletiva. Através da seleção e organização dos conteúdos, os manuais de História e de Área de Integração, para além de transmitirem visões sobre pertença, participação e diversidade, também desempenham um papel importante no processo de socialização e na formação da consciência democrática dos/as estudantes.

Este estudo combinou uma análise quantitativa e qualitativa de conteúdo, baseada na adaptação da grelha analítica proposta por Ribeiro, Ferreira & Menezes (2016).

Os objetivos deste trabalho consistiram em:

1. Identificar e comparar as conceções de cidadania, juventude e consciência intercultural nos manuais analisados;
2. Observar as diferenças dos discursos e métodos entre as disciplinas de História A e de Área de Integração;
3. Analisar de que forma os manuais contribuem para a formação de uma cidadania ativa, crítica e inclusiva dos/as estudantes do ensino secundário, bem como para o respeito dos/as mesmos/as por valores democráticos como a interculturalidade.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se um breve enquadramento teórico que procura (i) delimitar concetualmente diferentes versões de cidadania e formas de participação cívica e política de jovens, (ii) apresentar os manuais escolares enquanto instrumento pedagógico e de socialização política, (iii) fazer "o estado da arte" dos estudos realizados em Portugal sobre manuais escolares, e iv) fazer uma síntese dos planos curriculares das disciplinas de Área de Integração e de História A. No segundo capítulo, descreve-se a metodologia adotada, apresentando-se a abordagem metodológica adotada, a questão e objetivos da investigação, assim como os critérios aplicados na seleção das duas disciplinas analisadas. De seguida, apresentam-se os manuais selecionados, o instrumento utilizado na recolha dos dados empíricos e a análise à qual os mesmos foram submetidos. O terceiro capítulo é dedicado à apresentação dos resultados das análises realizadas, tanto dos dados quantitativos como dos qualitativos. Finalmente, no quarto capítulo, apresentam-se uma discussão e considerações finais dos resultados obtidos, assim como as limitações do estudo e propostas para futuras investigações.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este primeiro capítulo tem como objetivo realizar o enquadramento teórico que sustenta a análise de manuais desenvolvida neste estudo, articulando os conceitos principais que podem ajudar na compreensão tanto do papel desempenhado pelos manuais escolares na construção das conceções de cidadania de estudantes do ensino secundário como na promoção da sua participação cívica e política. Nesse sentido, o capítulo está estruturado em quatro partes, iniciando-se com uma breve reflexão sobre algumas conceções de cidadania e formas de participação cívica e política de jovens, à luz de alguns dos atuais desafios enfrentados pelos/as jovens ao nível do seu envolvimento democrático. Seguidamente, discute-se o papel dos manuais escolares enquanto instrumentos pedagógicos e de socialização política, analisando o seu contributo na construção de valores, atitudes e representações de cidadania no contexto educativo. Na terceira parte apresenta-se um "estado da arte" de alguns dos principais estudos realizados em Portugal sobre manuais escolares. Por último, na quarta parte, faz-se uma síntese dos programas curriculares das disciplinas de Área de Integração e História A.

1.1. Cidadania e participação cívica e política de jovens

De um ponto de vista mais normativo, a cidadania é concebida como sendo um estatuto legal que inclui um conjunto de direitos e deveres (Lawson, 2001) que se estabelecem entre um Estado soberano e as pessoas que nascem e vivem no território administrado por essa entidade política. Dentro desta conceção de cidadania, a participação dos/as cidadãos/ãs é, geralmente, mais associada a formas institucionalizadas de envolvimento político, tais como o voto em eleições e a participação em partidos políticos. Contudo, a fluidez que o conceito de cidadania assume na atualidade requer que se ultrapasse a sua mera definição legal e que se alargue o leque de formas disponíveis e válidas de participação cidadã. Atualmente, a cidadania ativa implica um envolvimento cívico e político dos/as cidadãos (e.g., Ekman & Amnå, 2012; Haste & Hogan, 2006; Janoski, 1998) no sentido de contribuírem para a resolução de problemas com os quais as suas comunidades se confrontam. Contudo, dentro desta conceção de cidadania-enquanto-prática (Lawy & Biesta, 2006), a participação em atividades cívicas e políticas formais e informais (McCowan & Unterhalter, 2013) reveste-

se de uma importância semelhante à do cumprimento dos direitos e deveres legalmente previstos e da participação em formas mais tradicionais de envolvimento democrático. Acrescentando a esta complexidade concetual, têm vindo a ser avançados outros modelos de cidadania crítica (e.g., Veugelers, 2007; Biesta, 2011; Piedade, 2021), dentro dos quais outras formas de participação e não-participação (Zimenkova, 2013) cabem também dentro do conceito de cidadania ativa.

No caso dos/as jovens, verifica-se que, principalmente aqueles/as que não atingiram ainda a maioridade, são muitas vezes considerados/as futuros/as cidadãos/ãs (Zevin, 2010), sendo-lhes vedadas algumas formas tradicionais de expressão política formal, como o voto. Apesar de muitos/as desses/as jovens encontrarem formas alternativas de participação cívica e política (e.g., Ferreira et al, 2013; Accornero & Pinto, 2015), essas limitações implicam que muitos/as deles/as experienciem uma forma de "cidadania em suspenso" (vd. Piedade, 2021) que tende a desincentivar o seu interesse e envolvimento políticos. Apesar destas circunstâncias, as gerações mais jovens parecem, na verdade, privilegiar formas mais críticas e disruptivas (Samuel, 2004) de participação sobre assuntos que consideram ser relevantes para as suas vidas (Silva Dias & Menezes, 2014), utilizando meios digitais alternativos aos canais institucionalizados de expressão política (Della Porta & Diani, 2006).

Perante o anteriormente exposto, assumimos que o conceito de cidadania ativa considerado ao longo deste trabalho se aproxima mais da sua versão mais lata, prática e crítica do que da perspetiva normativa inicialmente descrita. Ou seja, na identificação e recolha dos conteúdos relacionados com cidadania ativa dos manuais que serão aqui analisados, consideramos que recursos que abordam formas de manifestação e participação cívica e política, individual ou coletiva, são reflexos de diferentes conceções de cidadania e, como tal, relevantes para este estudo.

1.2. Os manuais escolares enquanto instrumento pedagógico e de socialização política

A educação escolar continua a ser um dos principais meios de socialização de crianças e jovens. Com efeito, "o direito à educação é um verdadeiro direito

social de cidadania porque o objetivo da educação durante a infância é o de moldar o adulto em perspetiva"[1] (Marshall,1967, p. 73). Apesar da crescente diversificação de ferramentas pedagógicas disponíveis para auxiliar os/as professores/as nos processos educativos (Moeglin, 2006), os manuais escolares continuam a desempenhar um papel central nos mesmos, sendo ainda instrumentos essenciais no objetivo de promover a "compreensão [dos/as estudantes] da própria nação e do mundo em geral" (Schissler, 2009, p. 204). No mesmo sentido, Pingel (2010) sublinha que os manuais escolares constituem um dos mais importantes instrumentos do processo educativo, porque veiculam o conhecimento que as sociedades consideram legítimo e necessário transmitir aos/às jovens, refletindo valores, normas e referências de comportamento que se espera que passem de geração em geração. Por isso, "para além de transmitirem conhecimento, os manuais escolares procuram também ancorar as normas políticas e sociais de uma sociedade. Os manuais escolares transmitem uma compreensão global da História e das regras da sociedade, bem como das normas de convivência com os outros" (Pingel, 2010, p. 7).

Segundo Escolano (2012), o manual escolar é também condicionado pelas intenções culturais dos seus autores, pelas políticas educativas e sistemas de controlo, e por critérios socioculturais de seleção e uso desses instrumentos pedagógicos. Por sua vez, Choppin (2004) argumenta que os manuais escolares exercem várias funções, entre as quais a sua função *ideológica e cultural*:

> é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar - as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz. (Choppin, 2004, p. 553)

No mesmo sentido, Foster e Crawford (2006) também sublinham que os manuais escolares "são um elemento vital na implementação do currículo nas

[1] Todas as traduções apresentadas nesta dissertação são livres e da responsabilidade da autora.

escolas e são uma representação de batalhas e compromissos políticos, culturais, económicos e políticos" (p. 4).

Ou seja, os manuais escolares, enquanto fonte essencial de informação sobre temas nacionais e internacionais (Brennetot, 2011; Schissler & Soysal, 2005), assumem, simultaneamente, o papel de instrumento pedagógico e de socialização política, sendo responsáveis por ajudar a disseminar ideologias e tendências políticas, imbuindo-as de legitimidade histórica (Pingel, 2010). Torna-se, portanto, essencial compreender os manuais escolares como instrumentos políticos e culturais que, para além da transmissão de saberes, participam na construção das representações de cidadania ativa e dos valores democráticos que orientam a formação dos/as jovens.

Também segundo Crawford (2003), os manuais escolares são instrumentos de socialização capazes de influenciar a formação das identidades dos/as jovens, assim como a construção de uma visão do mundo que pode reforçar ou desafiar normas sociais estabelecidas. Considerando que as narrativas veiculadas pelos manuais escolares podem assumir-se como um elemento importante na criação de uma visão normatizada da sociedade, a autora faz referência à importância de os manuais estabelecerem uma representação equilibrada e crítica da sociedade, sendo que tal é fundamental para que os/as jovens compreendam a diversidade e complexidade de diferentes perspetivas e valorizem a cidadania ativa pela sua participação na vida cívica e política das suas comunidades. Contudo, para além de os manuais serem essenciais para a consolidação das identidades nacionais baseadas em "heróis", eventos e valores comuns, parece também haver uma tendência entre estes para destacar a cultura socioeconómica dominante, o que poderá, por sua vez, contribuir para cristalizar a organização capitalista de classes enquanto forma natural e inevitável de estruturação social.

Se os manuais podem assumir um papel fundamental na moldagem da identidade nacional dos/as estudantes, eles podem ser também centrais na formação dos/as jovens enquanto cidadãos europeus. Ribeiro e colegas (Ribeiro et al., 2022) sublinham que, muitas vezes, os manuais escolares apresentam uma visão normativa e acrítica da União Europeia (UE) e defendem que os mesmos deveriam incluir discussões sobre alguns dos principais desafios e

controvérsias com que a UE se confronta. De acordo com os autores, esta abordagem ajudaria a preparar os/as estudantes para participarem na vida política europeia, desenvolvendo uma cidadania mais participativa e consciente. No mesmo sentido, o *Education and Training Monitor* sublinha que "num contexto de crescente fragmentação social, radicalização violenta, notícias falsas e falta de pensamento crítico, bem como da necessidade de integrar melhor tanto os recém-chegados como aqueles com antecedentes migratórios nas nossas sociedades, não resta outra opção senão reforçar a educação para a cidadania" (European Commission, 2018, p. 3), missão para a qual os manuais escolares podem contribuir de forma significativa.

Com efeito, os sistemas europeus confrontam-se hoje com o desafio de responder à crescente diversidade cultural, ética e religiosa presente no contexto escolar, resultado de sociedades marcadas por fluxos migratórios cada vez mais intensos e heterogéneos (Schiffauer et al., 2002). Esta realidade impõe uma revisão crítica dos currículos e dos materiais de ensino e aprendizagem, que assumem um papel central na forma como se constroem processos de inclusão e exclusão nas escolas e nas sociedades (Sakki, 2025). Apesar disto, e não obstante o aumento de conteúdos relacionados com minorias étnicas e direitos humanos verificado em manuais de vários países democráticos (Bromley, 2014), existem ainda indícios de que, por exemplo, as mulheres continuam a ser pouco representadas e relativamente desvalorizadas nos manuais escolares de vários países (Chiponda & Wassermann, 2011).

Independentemente das influências que cada contexto nacional inevitavelmente tem nos conteúdos dos manuais escolares adotados (Galván, Martínez & López, 2016; Magalhães, 2011; Munakata, 2016), de um ponto de vista crítico-democrático, idealmente os manuais escolares, nomeadamente os de História, deveriam não só servir como ferramentas de aperfeiçoamento da consciência histórica dos alunos (Seixas, 2004) e adotar uma "multiperspetividade" da educação (Stradling, 2003), como deveriam também abordar questões sociais e políticas da atualidade, como a democracia, liberdade, desigualdade, justiça social, ou sustentabilidade ambiental e económica, atualizando-se para refletirem as mudanças que existem na sociedade e no cenário político mundial. A abordagem destes temas e a forma

como são expostos nos manuais podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos/as estudantes e ajudar a prevenir o pensamento acrítico e o apoio a discursos antidemocráticos. Ou seja, é crucial a criação de um diálogo sobre os princípios da educação para a cidadania que permita que a mesma não só capacite os/as jovens para serem mais conscientes e participativos civicamente, mas também os/as dote de competências críticas que os/as ajudem a resistir a tentativas de manipulação ideológica.

Segundo Schissler (2009), os manuais escolares, em particular os de História, "têm sido importantes campos de batalha nos conflitos em torno da narração das origens e das narrativas históricas das sociedades, pois é na forma canonizada dos manuais que as sociedades escrevem as suas histórias e se projetam no futuro" (p. 204). Assim sendo, estes manuais podem assumir-se como instrumentos políticos de grande importância, uma vez que participam na construção de referências éticas, ideológicas e emocionais capazes de moldar a perceção dos/as jovens sobre o mundo numa perspetiva social e política. Embora a repetição e a partilha tornem a memória coletiva mais resistente à mudança, ela não deixa de ser uma construção dinâmica que "continua a negociar e a ser negociada, a transformar e a ser transformada" (Hakoköngäs & Sakki, 2016, p. 649).

Apesar da importância dos manuais escolares enquanto instrumentos pedagógicos e políticos capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cívica informada e para a formação de cidadãos ativos, em Portugal, Morais (2007) denuncia uma aparente subavaliação dos manuais escolares e defende a necessidade urgente de mais estudos aprofundados sobre este recurso didático. Adicionalmente, destaca a desordem existente na regulação e avaliação dos manuais escolares, problema que, segundo o mesmo autor, o Ministério da Educação tem tentado resolver, mas sem sucesso:

> Só que o mundo dos manuais escolares está subavaliado no contexto do nosso país e requerem-se com urgência estudos neste meio didático ainda tão significativo nos processos de ensino-aprendizagem. A constatação da anarquia reinante na regulação da sua avaliação já fez mover o próprio Ministério da Educação em Portugal, em variadas alturas, mas praticamente sem grande sucesso até agora. Historicamente passou-se muito rapidamente da fase de existência do livro único (que era mais fruto de imposição do que de seleção avaliativa), para uma fase em que existem no mercado "*inúmeros*" livros para cada ano escolar. (Morais, 2017, p. 14)

Neste sentido, a observação de Morais (2007) encontra eco nas críticas formuladas por Weinbrenner (1992), que sublinha debilidades teóricas e metodológicas existentes na investigação disponível sobre manuais escolares. O autor sublinha que os aperfeiçoamentos conseguidos neste campo de estudo têm sido insuficientes, não se tendo conseguido ainda construir metodologias sólidas, o que, por sua vez, parece ser corroborado por outros estudos que denunciam as falhas metodológicas significativas em muitos dos estudos apresentados nesta área (Nicholls, 2006).

Estas críticas são especialmente preocupantes quando, conforme já foi referido, reconhecemos os manuais escolares enquanto "instrumento político poderoso, capazes de disseminar ideologias e tendências políticas, e imbuí-las de legitimidade histórica" (Ribeiro, 2019, n.p.). Assim, neste trabalho procuraremos contribuir para ajudar a colmatar algumas das lacunas identificadas na literatura sobre a análise de manuais escolares e aprofundar o conhecimento científico sobre o seu papel enquanto instrumento pedagógico e político capaz de influenciar as conceções e práticas de cidadania dos/as jovens.

1.3. "O estado da arte" dos estudos realizados em Portugal

Importa olhar para as anteriores reflexões à luz do contexto português. Segundo Ribeiro e colegas (2014), é após a transição de Portugal para um regime democrático "que emerge o interesse pela educação cívica e política dos cidadãos." (Ribeiro et al., 2014, p. 14). A posterior integração do país na União Europeia veio reforçar a educação para a cidadania enquanto "área dedicada à promoção e desenvolvimento de competências sociais, cívicas e políticas dos/as jovens" (ibid., p. 14). A educação passa assim a assumir-se como um espaço crucial para a construção de identidades e valores democráticos, cujos objetivos de promover "o pensamento crítico, o inconformismo, [dentro de] uma educação que não esteja confinada a um modelo centrado exclusivamente em estruturas e conteúdos curriculares que limitam o desenvolvimento de experiências educativas que colocam em confronto diferentes visões e opiniões mundo" (Ribeiro, 2019, n.p.) viriam a ser formalmente refletidos tanto na atual Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017) como no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017), documentos estruturantes do atual

sistema educativo português, e que consolidam como missão da escolaridade a promoção de uma cidadania participativa e inclusiva de todos/as os/as jovens.

No mesmo sentido, também os princípios enunciados na atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Diário da República n.º 237/1986) destacam esse mesmo papel central da educação na formação integral dos/as jovens e na consolidação de uma sociedade democrática. Ou seja, o sistema educativo é concebido como um instrumento de desenvolvimento pessoal e social orientado para a promoção da liberdade, da responsabilidade, da autonomia e da solidariedade. A mesma Lei sublinha ainda a importância da educação como meio de enriquecer o espírito democrático e pluralista, estimulando o respeito pela diversidade de ideias e a capacidade crítica e criativa dos/as cidadãos/ãs, favorecendo-os/as quanto à sua participação ativa e transformadora no meio social a que pertencem. Características estas preponderantes na prática da cidadania ativa e na participação cívica e política dos/as jovens.

É dentro deste mesmo contexto educativo que, apesar da alegada "multidimensionalidade das análises e perspetivas" (Mogarro & Rodrigues, 2024, p. 132) no estudo de manuais escolares a nível nacional, outros estudos centrados especificamente na abordagem de temas relacionados com a cidadania e com a juventude nos manuais têm vindo a revelar lacunas significativas. Por exemplo, o estudo realizado por Ribeiro e colegas (2022), para além de apresentar uma visão crítica e reflexiva sobre o papel dos manuais escolares na formação da consciência e identidade europeia dos/as alunos/as e destacar a importância de uma abordagem equilibrada e inclusiva na educação para a cidadania e na compreensão da Europa, aponta também para a falta de articulação entre os conteúdos de alguns manuais escolares, das disciplinas de História A, Área de Integração e Inglês, e temas relacionados com a vida quotidiana dos jovens, nomeadamente, na insuficiente apresentação de movimentos de protesto juvenil ou da natureza multicultural. Simultaneamente, os conteúdos de alguns manuais de História A tendem a reproduzir uma visão normativa e relativamente consensual da cidadania, "não priorizando o desenvolvimento do pensamento crítico" (Piedade et al., 2018) dos/as estudantes do ensino secundário relativamente a temas histórico-políticos. Também em termos didáticos, a ausência de propostas para a realização de

visitas de estudo ou de trabalho de campo pode ser indicador de uma “relativa desarticulação com o ‘real’” (Ribeiro et al., 2022, p. 35). Ou seja, esta ausência pode indicar uma desconexão entre os conteúdos dos manuais escolares analisados e o mundo que rodeia os/as jovens.

1.4. Os planos curriculares das disciplinas de Área de Integração e História A

Se a educação deve desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos/ãs críticos e informados, conforme já referimos, os manuais escolares deveriam ser instrumentos pedagógicos capazes de servir como catalisadores para promover a reflexão crítica entre os/as estudantes. Contudo, é necessário ter também em consideração que estes são geralmente traduções pedagógicas dos objetivos e conteúdos específicos definidos para cada disciplina nos respetivos planos curriculares, atualmente designados por Aprendizagens Essenciais. Antes de nos debruçarmos sobre os conteúdos dos manuais de Área de Integração e História A selecionados, importa, portanto, apresentar uma breve contextualização curricular dessas duas disciplinas.

A disciplina de Área de Integração constitui um elemento estruturante da componente da formação sociocultural dos cursos profissionais de nível quatro do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), assumindo uma dicotomia entre conhecimento e a realidade social com o intuito de “contribuir para uma melhor compreensão do mundo contemporâneo nas diferentes vertentes e uma preparação esclarecida para a inserção na vida social e no mercado de trabalho” (Aprendizagens Essenciais de Área de Integração, 2020, p. 1). A sua natureza interdisciplinar e transversal confere-lhe um papel relevante na promoção de aprendizagens significativas, orientadas para uma melhor compreensão das sociedades contemporâneas, “cada vez mais complexas, de modo a formar cidadãos informados, conscientes e intervenientes” (ibid.). Assente em “metodologias que procuram desenvolver nos/as alunos/as a curiosidade pelo saber” (ibid.), esta disciplina propõe-se a privilegiar a construção de saberes conciliados com o desenvolvimento de atitudes reflexivas e colaborativas que estimulem “o desejo de experimentar, descobrir, criar, realizar, cooperar e partilhar” (ibid.). Em síntese, as Aprendizagens Essenciais definidas para a

disciplina de Área de Integração refletem várias das competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Nomeadamente, na medida em que procuram contribuir para a formação de jovens autónomos e interventivos com capacidade de interpretar os fenómenos sociais, económicos e culturais com sentido crítico. Ou seja, considerando estes objetivos, a disciplina assume especial relevância na educação para a cidadania de estudantes inscritos em cursos profissionais e, desta forma, justifica a sua seleção para análise neste estudo.

Já a disciplina de História A é obrigatória para estudantes inscritos em cursos científico-humanísticos de Línguas e Humanidades do ensino secundário. Segundo as Aprendizagens Essenciais definidas para esta disciplina, a mesma deverá contribuir para o "desenvolvimento de competências, próprias do conhecimento histórico" (Aprendizagens Essenciais de História A - 11º ano, 2018, p. 3), "promove[ndo] o desenvolvimento de uma perspetiva crítica" e "recorrendo à multiperspetiva e a comparações entre realidades espácio-temporais distintas" (ibid., p. 2), no sentido de levar o/a estudante a adquirir a "compreensão do mundo em que vive e uma consciência histórica que lhe permite assumir uma posição informada e participativa na construção da sua identidade individual e coletiva, numa perspetiva humanista" (ibid.). Com esta abordagem, assume-se o objetivo de promover "uma intervenção consciente e democrática na vida coletiva" (ibid.) dos/as estudantes.

Bem entendido, os objetivos definidos para a disciplina de História A assentam na valorização de conhecimento rigoroso, na problematização das relações entre o passado e o presente, e na integração de dimensões nacionais e dos problemas decorrentes da globalização. Mais concretamente, assume-se que a disciplina de História A deve promover o respeito pela diferença, a valorização dos direitos humanos e a compreensão das interdependências globais. Estes objetivos traduzem uma visão de ensino que, tal como em Área de Integração, se articula com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória na importância de formar cidadãos/ãs informados, críticos, participativos e conscientes da diversidade cultural e humana.

Assim, a disciplina de História A afigura-se relevante na educação para a cidadania de estudantes inscritos em cursos científico-humanísticos de Línguas

e Humanidades, pois procura promover a sua compreensão das origens históricas, das desigualdades, dos conflitos e das conquistas sociais, desenvolvendo nesses/as estudantes uma consciência histórica que impulsione a sua capacidade de intervenção cívica e democrática. Neste sentido, e considerando o âmbito deste estudo, a sua seleção para análise justifica-se, uma vez que se procura que o/a estudante alcance uma melhor "compreensão do mundo em que vive e uma consciência histórica que lhe permite assumir uma posição informada e participativa na construção da sua identidade individual e coletiva, numa perspetiva humanista" (Aprendizagens Essenciais História A - 12º ano, 2022, p. 2) recorrendo à "desconstrução de informação, identificando o erro e a ilusão, promovendo uma intervenção consciente e democrática na vida coletiva" (ibid.).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

O segundo capítulo descreve o percurso metodológico que orientou a presente investigação, estruturando-se em seis pontos fundamentais. No primeiro, é apresentada a abordagem metodológica adotada, explicitando as opções epistemológicas e os procedimentos que sustentaram o estudo. O segundo ponto expõe a questão de investigação, a partir da qual se definem os objetivos gerais e específicos, descritos no terceiro ponto. Seguidamente, são enunciados os critérios utilizados para a seleção das disciplinas e, no ponto seguinte, são identificados e caracterizados os manuais escolares analisados. Por fim, o capítulo apresenta o instrumento de recolha e análise de dados utilizado, bem como as dimensões de análise que orientaram a interpretação dos resultados.

2.1. Abordagem metodológica adotada

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando procedimentos de análise quantitativa e qualitativa de conteúdo aplicados a manuais escolares do ensino secundário em Portugal. Esta opção metodológica justifica-se pela natureza multifacetada do manual escolar, entendido simultaneamente como recurso pedagógico, instrumento de socialização e veículo de valores culturais e políticos (e.g., Crawford, 2003; Escolano, 2012; Schissler, 1989/90), e tem vindo a ser recomendada (Maia, 2017) no sentido de atenuar algumas da principais lacunas metodológicas identificadas em boa parte dos estudos científicos que recorrem à análise de manuais escolares (e.g., Weinbrenner, 1992; Nicholls, 2003; Chu, 2017).

A análise empírica foi conduzida com base numa adaptação da grelha analítica proposta por Ribeiro, Ferreira e Menezes (2016), estruturada de forma a integrar tanto dimensões descritivas como interpretativas. Considerando as abordagens adotadas na investigação sobre manuais escolares – nomeadamente os estudos desenvolvidos por Ribeiro et al. (2022) e Piedade et al. (2018) – foram consideradas quatro dimensões de análise complementares:

a) análise quantitativa (frequência) das páginas/parágrafos relativamente às dimensões em análise (i.e., Cidadania, Juventude e Consciência Intercultural);

b) análise qualitativa, envolvendo a interpretação de conteúdos textuais e visuais (como figuras, cartoons, diagramas, etc.);

c) análise didática, orientada para a compreensão da "pedagogia por detrás do texto" (Pingel, 2010, p. 31), através da identificação de sugestões, recomendações ou propostas de atividades dentro e fora da sala de aula;

d) e a seleção de conteúdo representativo, incluindo excertos textuais, diagramas, figuras e cartoons, que permitam exemplificar e ilustrar as conceções relacionadas com as dimensões em análise (i.e., Cidadania, Juventude e Consciência Intercultural) presentes nos manuais.

A metodologia adotada revela-se, assim, particularmente adequada para compreender de que forma estes materiais didáticos contribuem para a cidadania e o desenvolvimento de identidades cívicas e políticas dos/as jovens.

Considera-se que o presente estudo situa-se no paradigma interpretativo/compreensivo, na medida em que procura privilegiar a análise contextualizada, a subjetividade e a construção de significados (vd. Amado, 2014). A identificação com este paradigma advém da intenção de se realizar uma investigação que procure ir além da mera identificação de conteúdos, favorecendo a interpretação das intenções, valores e representações subjacentes aos textos e imagens. Adicionalmente, também se considera que a investigação apresenta uma feição sócio-crítica: por um lado, porque reconhece que os manuais escolares não apenas refletem, mas também produzem discursos sobre cidadania, juventude e consciência intercultural; por outro, porque procura assumir uma postura comprometida com a mudança, nomeadamente no que se refere ao contributo que este estudo pode dar no sentido de incrementar o potencial transformador dos manuais escolares no robustecimento da cidadania e dos valores democráticos. A este respeito, o presente estudo procura contribuir (por via da análise dos manuais) para uma reflexão crítica sobre a educação escolar e o seu potencial transformador, uma vez que, de acordo com Ribeiro (2019),

> é absolutamente imperativo uma educação escolar que promova o pensamento crítico, o inconformismo, uma educação que não esteja confinada a um modelo centrado exclusivamente em estruturas e conteúdos curriculares que limitam o desenvolvimento de experiências educativas que colocam em confronto diferentes visões e opiniões do mundo. Isto é, que impedem os jovens de passarem por experiências educativas eminentemente políticas que contribuem para a afirmação das suas subjetividades e que lhes permitam constituir-se como cidadãos e cidadãs do aqui e agora. (In Fundação Francisco Manuel dos Santos)

2.2. Questão de investigação

A questão de investigação deve ser corretamente formulada e de forma criteriosa, pois a partir dela define-se a utilidade do processo de investigação, isto é, ela deve ser precisa, clara, exequível e pertinente, "traduzir um projecto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só será útil se essa pergunta for correctamente formulada" (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 34). Nesse sentido, a questão orientadora que estrutura o estudo é a seguinte:

- ➢ Que conceções de cidadania e discursos sobre juventude e consciência intercultural são veiculados pelos manuais de História e Área de Integração?

Como já se referiu aqui, esta questão emerge da necessidade de problematizar o papel dos manuais enquanto instrumentos pedagógicos e políticos que, para além de veicularem conteúdos curriculares, contribuem para a formação de identidades, valores e modos de participação cívica e política.

2.3. Objetivos

Assente no paradigma interpretativo/compreensivo com feição sociocrítica, o estudo parte do pressuposto de que os manuais não são meros veículos neutros de conhecimento, mas instrumentos culturais e políticos que produzem significados, moldam representações e participam na formação de identidades e valores (e.g., Crawford, 2003; Escolano, 2012; Schissler, 1989/90).

Nesse sentido, os objetivos da investigação foram delineados de forma situada e crítica, procurando responder à necessidade de compreender os modos pelos quais a educação escolar, através da análise de manuais escolares, pode ou não constituir-se como espaço de promoção do pensamento crítico, do inconformismo e da participação cidadã. Pretende-se, assim, articular a análise descritiva com uma leitura interpretativa dos métodos pedagógicos e ideológicos veiculados nos materiais didáticos, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre o papel da escola na educação política dos/as jovens.

Objetivo geral: Analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e a consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de História e de Área de Integração do Ensino Secundário.

Objetivos específicos:

1. Perceber se/como os manuais escolares apresentam os conceitos de cidadania e diversidade cultural aos/às estudantes.

2. Identificar conteúdos pedagógicos que abordem questões relacionadas com formas de participação cívica e política de jovens.

3. Analisar se estes materiais procuram promover a cidadania ativa dos/as jovens e o seu respeito por valores democráticos como a interculturalidade.

2.4. Critérios para a seleção de disciplinas

A definição das disciplinas a incluir neste estudo decorreu da intencionalidade de compreender de que forma diferentes áreas curriculares do ensino secundário em Portugal contribuem para a construção de discursos sobre cidadania, juventude e consciência intercultural. Assim, optou-se pela análise dos manuais escolares de História A e de Área de Integração, duas disciplinas que, embora inseridas em percursos distintos, como o ensino de Línguas e Humanidades e o ensino Profissional, se aproximam pela relevância atribuída às dimensões cívicas, sociais e culturais na formação dos/as estudantes.

A disciplina de História A foi selecionada por desempenhar um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Através da seleção e organização de conteúdos, os manuais de História contribuem para a construção da memória coletiva, da identidade nacional e da legitimação de modelos sociais e políticos (Soysal, 1998). Deste modo, constituem um campo privilegiado para a análise das narrativas que sustentam determinadas visões de cidadania, de pertença e de diversidade cultural.

Por sua vez, a disciplina de Área de Integração foi incluída devido à sua natureza interdisciplinar e ao enquadramento específico no ensino profissional, frequentemente dirigido a jovens que se encontram em contextos educativos e sociais menos representados nos estudos sobre educação para a cidadania. Os manuais desta disciplina articulam conteúdos das Ciências Sociais e Humanas, abordando temas como direitos humanos, diversidade cultural, igualdade de género, participação cívica e valores democráticos. Por essa razão, constituem um espaço pedagógico relevante para compreender como a escola profissional aborda a educação cívica, social e política dos estudantes.

Com o intuito de garantir a representatividade e atualidade dos materiais analisados no ensino secundário, foram selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada uma das disciplinas referidas, no ano letivo de 2024/2025. A identificação dos manuais foi realizada através da pesquisa na base de dados disponibilizada pela Direção-Geral da Educação (DGE), acessível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Esta seleção permitiu, assim, garantir que a análise incidisse sobre materiais amplamente utilizados no contexto educativo português, refletindo práticas curriculares efetivas e os discursos que, através dos manuais, são mais frequentemente veiculados junto dos/as jovens no espaço escolar.

2.5. Manuais selecionados

Na sequência dos critérios definidos para a seleção das disciplinas e com o objetivo de garantir a representatividade dos materiais analisados, procedeu-se a um levantamento sistemático dos manuais escolares adotados no ensino secundário português no ano letivo de 2024/2025. Esta pesquisa foi realizada através da base de dados, disponibilizada pela Direção-Geral da Educação (DGE), que reúne informação sobre os manuais aprovados e utilizados pelas escolas a nível nacional.

No que respeita à disciplina de Área de Integração, o levantamento inicial incidiu sobre as editoras com maior número de manuais adotados, tendo-se verificado que a Areal Editores detém a maior representatividade, com cerca de 2402 títulos adotados de um total aproximado de 15 manuais diferentes em circulação, conforme se pode verificar na Figura 1.

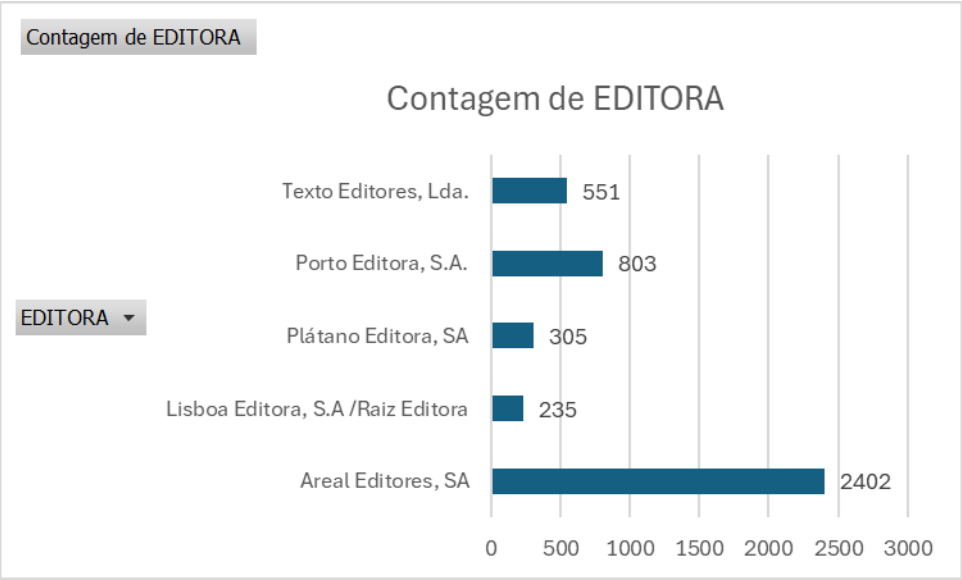


Figura 1 – Gráfico das Editoras com mais títulos adotados na Área de Integração

Posteriormente, analisou-se a distribuição dos manuais mais adotados por editora, tendo-se identificado a Porto Editora como a responsável pelos dois manuais com maior número de adoções no país. O manual “Faz Parte! - Área de Integração” revelou-se o mais utilizado, com 362 títulos adotados, seguido pelo manual “Ser Global - Área de Integração”, com 264 títulos (ver Figura 2). Deste modo, estes dois manuais foram selecionados para integrar a amostra desta investigação, representando de forma significativa a realidade dos manuais de Área de Integração utilizados no ensino profissional em Portugal.

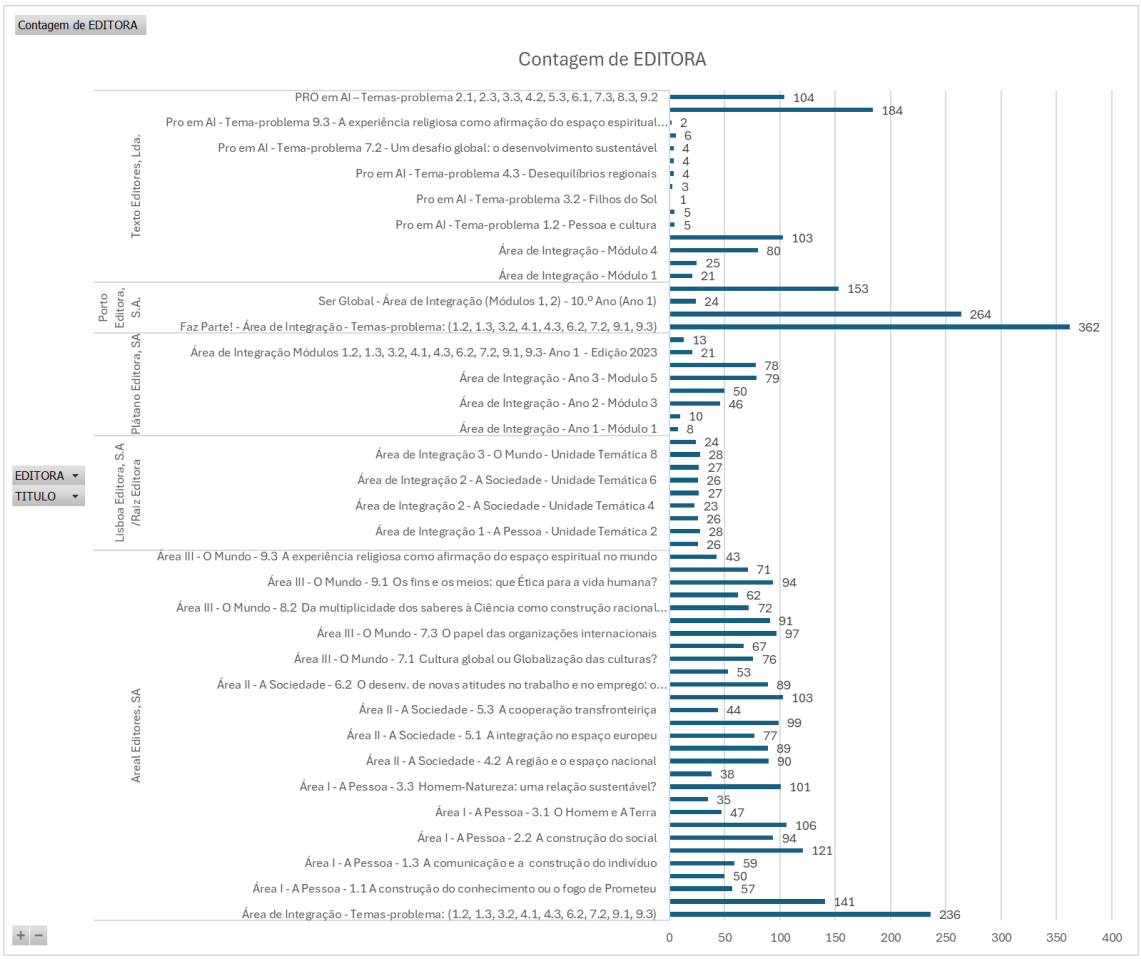


Figura 2 – Gráfico de manuais mais adotados por editora na Área de Integração

Relativamente à disciplina de História A, procedeu-se ao mesmo tipo de levantamento, verificando-se que a Porto Editora é a editora com maior presença no panorama nacional, com 1708 títulos adotados pelas escolas, seguida da Lisboa Editora, com 1363 títulos (ver Figura 3).

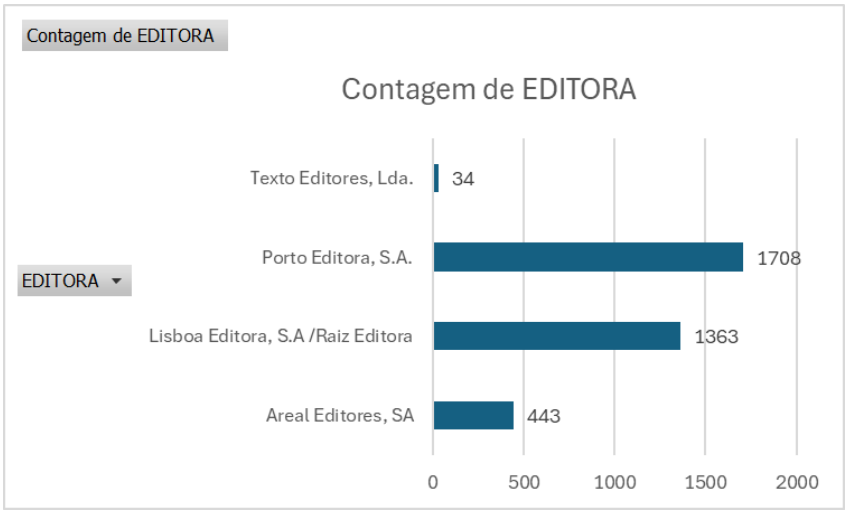


Figura 3 - Gráfico das Editoras com mais títulos adotados em História A

No que diz respeito aos manuais mais adotados, destacou-se novamente a Porto Editora, cujas obras “Entre Tempos 12 - História A” e “Entre Tempos 11 - História A” têm 435 e 433 títulos adotados, respetivamente (ver Figura 4). Face a estes dados e tendo em conta o critério de representatividade definido, foram selecionados estes dois manuais para a análise no âmbito da disciplina de História A.

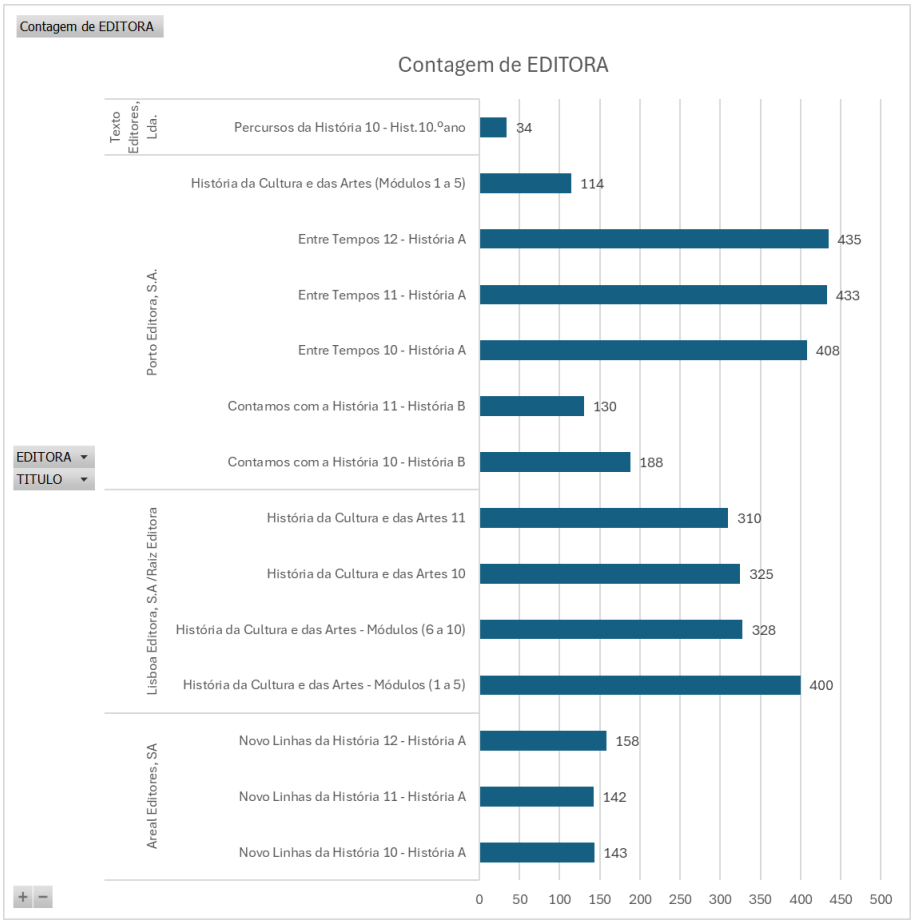


Figura 4 – Gráfico dos manuais mais adotados por editora em História A

Esta seleção permite assegurar que o estudo incide sobre materiais utilizados no contexto educativo português, refletindo práticas pedagógicas e discursos efetivamente presentes na formação dos estudantes. Além disso, a escolha de manuais provenientes de disciplinas distintas (isto é, uma de natureza histórica e outra de carácter interdisciplinar e profissional) possibilita uma leitura comparativa e mais abrangente dos modos como a cidadania, a juventude e a consciência intercultural são apresentadas e discutidas no ensino secundário.

No que respeita à caracterização dos manuais, foram identificadas informações como a disciplina, o ano de escolaridade a que se destinam, o título, os autores e o respetivo género, bem como a sua experiência profissional e académica, sempre que tal informação estivesse disponível. Foram ainda registados o ano de publicação, a editora, a edição, o número total de páginas e o número de páginas e parágrafos dedicados aos temas em análise.

2.6. Instrumento utilizado e dimensões de análise

Tendo em conta os objetivos e o enquadramento metodológico da investigação, tornou-se necessário definir um instrumento que orientasse a recolha e a análise da informação. Nesse sentido, foi feita a adaptação da grelha analítica desenvolvida por Ribeiro, Ferreira & Menezes (2016). Esta grelha abrange questões da vida quotidiana dos/as jovens, consciência intercultural e cidadania ativa aos níveis local, nacional e europeu (ver estrutura da grelha na Tabela 1).

Tabela 1. Estrutura da grelha de análise (adaptada de Ribeiro, Ferreira & Menezes, 2016).

Secções	Descrição
I) IDENTIFICAÇÃO	Informação geral dos manuais escolares analisados incluindo a caracterização geral (Disciplina, Ano escolar, Título, Autores, …) e um sumário (Nº de Páginas, Parágrafos e Exercícios) em relação aos principais temas em análise.
II) CONTEÚDO	Análise qualitativa apenas das páginas, parágrafos e exercícios considerados na seção anterior relativamente às 3 seguintes subsecções, (inclui campos para colocar parágrafos, diagramas, figuras ou cartoons) e considerando ainda uma avaliação da qualidade e complexidade dos argumentos/narrativas apresentados em relação à: ● Cidadania ativa / Cidadania juvenil/ Questões de juventude, incluindo a análise a partir da tipologia de participação social, cívica e política de Ekman & Amnå (2012) (*i.e.*, não participação, participação civil, participação política). ● Viver e relacionar-se com outros / Consciência intercultural.

III) DIDÁTICA	Envolve a análise de vários elementos pedagógicos: ● o tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*e.g.*, Escrito, Iconográfico, Mapas e Gráficos / Tabelas); ● os recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*e.g.*, diário, quadro ou similar, materiais audiovisuais, internet e livro de exercícios ou similar); ● o tipo de experiências de aprendizagem (*e.g.*, análise oral ou escrita de documentos, debates, visitas de estudo…); e ● a qualidade das experiências de aprendizagem atendendo aos modos como promove o envolvimento do/as aluno/as (*e.g.*, aprendizagem mecânica, diferenciação pedagógica, autonomia, diferentes pontos de vista, a opinião pessoal dos estudantes, ...)

A recolha de dados teve como foco a presença e a extensão de diferentes dimensões de análise nos textos dos manuais. Assim, como já foi aqui mencionado, foi registado o número de páginas, parágrafos e atividades que abordavam, direta ou indiretamente, a cidadania ativa, a cidadania juvenil, questões da juventude (como *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis) e ainda o Viver e Relacionar-se com os outros/Consciência Intercultural. Estas dimensões não foram entendidas apenas a partir das expressões explícitas, mas também através de referências implícitas que podiam ser interpretadas como relacionadas com estas temáticas. A utilização deste instrumento pretendia a recolha de dados, de natureza qualitativa e quantitativa, bem como uma análise das abordagens pedagógicas sugeridas para a exploração dos temas curriculares abordados.

Relativamente à cidadania ativa, importa ainda referir que a análise procurou identificar os níveis em que esta era abordada, distinguindo entre o nível da União Europeia, nacional, local, outras regiões para além da União Europeia, ou de forma mais geral. Foi dada atenção a excertos representativos, tanto a conteúdo textual como a visual, que permitissem ilustrar as diferentes formas de enquadramento da cidadania ativa. Neste ponto, a grelha seguiu a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' (2012) proposta por Ekman e Amnå (2012, p. 295), distinguindo entre não participação, participação civil e participação política. Esta distinção permitiu perceber se os manuais incentivam um envolvimento passivo ou, pelo contrário, ativo e formal no exercício da cidadania.

Foi igualmente considerada a qualidade da narrativa sobre cidadania, distinguindo entre abordagens mais informativas, centradas na transmissão de conteúdos, e aquelas de carácter reflexivo ou interpretativo, que procuram desenvolver pensamento crítico. O nível de complexidade do argumento foi classificado em três patamares: NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno etc. NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno etc. NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* algumas articulação/confronto entre perspectivas diferentes/não consensuais.

Uma outra questão central avaliada foi analisar se os conteúdos estabeleciam ligação com o quotidiano dos jovens, o que foi destacado sempre que presente.

No que se refere à dimensão “Viver e Relacionar-se com os outros”, associada à Consciência Intercultural, os manuais foram analisados a partir de temas como o estatuto da cidadania, o género, a etnia, a idade e ainda outros tópicos relevantes, como os direitos humanos e a globalização. Foram identificados os excertos mais significativos de texto e imagens. A qualidade e a complexidade da narrativa seguiram a mesma lógica aplicada à cidadania, permitindo perceber em que medida os manuais ofereciam uma visão meramente informativa ou promoviam a reflexão e a interpretação.

Por fim, a análise didática procurou identificar os recursos e experiências de aprendizagem sugeridos nos manuais, dado que estes constituem elementos centrais para a operacionalização pedagógica dos conteúdos. Foram considerados os diferentes tipos de documentos e elementos de apoio (como textos, imagens, mapas, gráficos ou outros), bem como os recursos indicados para o ensino-aprendizagem, incluindo diário, quadro negro ou similar, material audiovisual, internet ou livros de exercícios. As experiências de aprendizagem propostas podem assumir a forma de análises de documentos, debates, visitas de estudo, atividades de investigação ou de campo, escrita de textos argumentativos, escrita de sumários, jogos, ver filmes ou ouvir música e dramatização. A qualidade destas experiências de aprendizagem foi avaliada segundo critérios como: aprendizagem mecânica, promover a diferenciação pedagógica, promover a autonomia, apresentar diferentes pontos de vista, valorizar a opinião pessoal, fornecer um resumo ou esquema de síntese do

conteúdo apresentado, incentivar os/as alunos/as a aprender mais, apresentar uma ficha de avaliação formativa, apresentar bibliografia/sites (pesquisáveis), incentivar o trabalho de campo, e outros aspetos relevantes – para uma leitura mais detalhada e compreensiva de todos os aspetos considerados na análise, ver as grelhas analíticas disponíveis nos Apêndices desta dissertação.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

O terceiro capítulo desta dissertação apresenta e interpreta os resultados obtidos a partir da análise dos manuais escolares das disciplinas de Área de Integração e História A, com o objetivo de compreender como as conceções de cidadania, discursos sobre juventude e consciência intercultural são veiculados por estes materiais. A estrutura deste capítulo reflete a articulação entre dois métodos complementares, uma análise quantitativa do conteúdo, que permite analisar a frequência e distribuição das categorias definidas, e uma análise qualitativa, que aprofunda a interpretação dos discursos, temas e práticas pedagógicas utilizados.

Assim, a primeira parte dedica-se à análise quantitativa, iniciando-se com a caracterização geral dos manuais analisados, apresentando de seguida a distribuição dos conteúdos segundo as dimensões de análise, a comparação entre disciplinas, completando-se com a avaliação da distribuição temática por níveis geográficos. Esta abordagem quantitativa procura traçar uma visão geral da presença e relevância das diferentes dimensões de cidadania nos manuais.

A segunda parte, por sua vez, recai sobre a análise qualitativa do conteúdo, apresentando uma leitura interpretativa que procura incidir sobre a forma como os conteúdos se expressam face às narrativas e práticas associadas à cidadania, debruçando-se sobre especificamente sobre i) as definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012), ii) a qualidade do argumento, iii) os níveis de complexidade dos argumentos, e iv) a existência de alguma ligação com os quotidiano dos/as jovens. Este conjunto de dados procura compreender não apenas o que é dito sobre cidadania, mas também como é construído o discurso e de que forma promove ou limita o pensamento crítico e a participação informada dos/as jovens.

Por fim, o capítulo contempla a Didática, distinguindo o tipo de experiências de aprendizagem propostas pelos manuais e a sua qualidade pedagógica e formativa.

3.1. Análise quantitativa do conteúdo

3.1.1. Caracterização geral dos manuais analisados

A análise incidiu sobre quatro manuais escolares, dois da disciplina de Área de Integração (ensino profissional) e dois da disciplina de História A (ensino científico-humanístico), conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Manuais analisados

Manual	Disciplina	Ano	Editora	Páginas	Ano	Escolas que adotaram
Faz Parte!	Área de Integração	10º	Porto Editora	181	2024	362
Ser Global	Área de Integração	12º	Porto Editora	176	2013	264
Entre Tempos 11	História A	11º	Porto Editora	435	2022	433
Entre Tempos 12	História A	12º	Porto Editora	515	2023	435

3.1.2. Distribuição quantitativa por dimensões de análise

A análise quantitativa revela padrões distintos entre as disciplinas e os anos de escolaridade, por dimensões de análise, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição quantitativa por dimensões de análise (páginas/parágrafos)

Manual	Cidadania Ativa	Cidadania Juvenil	Questões Juventude	Consciência Intercultural	TOTAL
AI 10º	8 pág. / 9 par	2 pág. / 2 par	1 pág. / 2 par	29 pág. / 34 par	40 pág. / 47 par
AI 12º	9 pág. / 14 par	0 pág. / 0 par	0 pág. / 0 par	6 pág. / 7 par	15 pág. / 21 par
História A 11º	30 pág. / 57 par	4 pág. / 8 par	0 pág. / 0 par	7 pág. / 10 par	41 pág. / 75 par
História A 12º	41 pág. / 73 par	7 pág. / 15 par	2 pág. / 4 par	27 pág. / 53 par	77 pág. / 145 par

3.1.3. Análise comparativa entre disciplinas

Os dados revelam diferenças significativas entre as duas disciplinas. Na disciplina de Área de Integração, a consciência intercultural surge como a dimensão predominante, apresentando 29 páginas e 34 parágrafos no 10º ano, 6 páginas e 7 parágrafos no 12º ano. Segue-se a cidadania ativa que constitui a segunda dimensão mais presente, com 8 páginas e 9 parágrafos no 10º ano e 9 páginas e 14 parágrafos no 12º ano. As questões da juventude apresentam uma expressão quase nula, de 1 página e 2 parágrafos no 10.º ano para 0 páginas e 0 parágrafos no 12.º ano. Por fim, a cidadania juvenil revela-se também uma dimensão menos representada, com apenas 2 páginas e 2 parágrafos no 10º ano para 0 páginas e 0 parágrafos no 12º ano.

Já na disciplina de História A, verifica-se uma predominância da cidadania ativa, que apresenta 30 páginas e 57 parágrafos no 11º ano, subindo para 41 páginas e 73 parágrafos no 12º ano. A consciência intercultural ocupa o segundo lugar, registando 7 páginas e 10 parágrafos no 11º ano e 27 páginas e 53 parágrafos no 12º ano. A cidadania juvenil é a segunda dimensão menos expressiva, apresentando 4 páginas e 8 parágrafos no 11º ano, subindo para 7 páginas e 15 parágrafos no 12º ano. Finalmente, as questões da juventude apresentam uma expressão inexistente, sendo a dimensão menos expressiva, apresentando 0 páginas e 0 parágrafos no 11º ano e 2 páginas / 4 parágrafos no 12º ano.

3.1.4. Distribuição por níveis geográficos

Tabela 4: Distribuição dos parágrafos por níveis geográficos

Nível Geográfico	**AI 10º**	**AI 12º**	**Hist. A 11º**	**Hist. A 12º**	**TOTAL**
União Europeia	2 parágrafos	2 parágrafos	32 parágrafos	56 parágrafos	92 parágrafos
Nacional	10 parágrafos	13 parágrafos	24 parágrafos	23 parágrafos	70 parágrafos
Local	0	0	0	3 parágrafos	3 parágrafos
Outras regiões	0	0	4 parágrafos	14 parágrafos	18 parágrafos
Em geral	2 parágrafos	0	0	0	2 parágrafos

Os resultados evidenciam uma clara diferenciação entre as disciplinas no que diz respeito à presença da dimensão europeia. Na disciplina de História A, observa-se uma expressiva representação dessa dimensão, variando entre os 32 parágrafos no 11º ano e 56 parágrafos no 12º ano. Em contraste, na Área de Integração, a presença da dimensão europeia é mais limitada, com apenas 2 parágrafos em cada um dos anos analisados. Além disso, verifica-se uma tendência de progressão ao longo dos anos de escolaridade, com um aumento gradual da dimensão europeia nos níveis mais avançados. Relativamente à dimensão nacional, verifica-se uma presença significativa, mais equilibrada entre as disciplinas. Na disciplina de História com maior expressão, onde se identificam 24 parágrafos no 11º ano e 23 parágrafos no 12º ano. Surge com menor incidência na Área de Integração, com 10 parágrafos no 10º ano e 13 parágrafos no 12º ano. A dimensão local, muito pouco expressiva, limita-se a 3 parágrafos no 12º ano de história. Por fim, na dimensão de outras regiões, apresenta uma presença moderada com apenas 4 parágrafos no 11º ano e 14 parágrafos no 12º ano. Esta análise revela a importância atribuída à narrativa histórica quer na dimensão europeia, como na dimensão nacional.

3.2. Análise qualitativa do conteúdo

A análise dos manuais escolares de História A e Área de Integração revela padrões distintos na abordagem das diferentes dimensões que são objeto deste estudo. Este subcapítulo apresenta uma síntese organizada pelas quatro dimensões centrais do estudo, evidenciando as especificidades dos manuais e as progressões curriculares identificadas.

3.2.1. Por dimensões análise

Cidadania Ativa: *entre a perspetiva histórica e a participação contemporânea*

A cidadania ativa emerge como uma dimensão fundamental nos manuais analisados, apresentando, contudo, abordagens diferenciadas entre as disciplinas. Nos manuais de História A, esta dimensão assume protagonismo, apresentando 30 páginas e 57 parágrafos no 11º ano e 41 páginas e 73 parágrafos no 12º ano, sugerindo uma progressão crescente que parece

acompanhar o amadurecimento curricular dos estudantes.

A abordagem histórica privilegia a contextualização dos processos democráticos, apresentando a cidadania ativa através das revoluções liberais, dos movimentos operários e sociais, e da construção progressiva do Estado-nação. O manual "Entre Tempos 11" dedica 30 páginas e 57 parágrafos a esta dimensão, focando-se nos direitos conquistados historicamente e nos mecanismos de participação democrática que se foram consolidando ao longo dos séculos XIX e XX, tal como ilustram os seguintes excertos exemplificativos:

> Rousseau reforça a ideia de que este pacto tem por finalidade o estabelecimento de leis justas, fruto da vontade da maioria, e que a obediência a essas leis em nada diminui a dignidade dos homens. Eles permanecem livres, mantendo-se a fonte da qual emana toda a autoridade. Assim, e uma vez que é do povo que provém todo o poder – soberania popular –, torna-se lícito derrubar um governo estabelecido, caso este não cumpra o mandato que lhe foi confiado, tornando-se tirânico e opressor. (pág. 119)

> A valorização do indivíduo, da igualdade entre os homens e da liberdade que lhe está associada fizeram dos Iluministas inimigos de todas as formas de opressão. Assim, arvoraram também a bandeira da tolerância religiosa, defendendo o direito de cada um professar a religião da sua escolha. A constatação de que as tentativas de impor uma só fé tinham desencadeado as guerras mais sangrentas sem, contudo, alcançarem o seu objetivo, reforçou a ideia de que o Estado não deveria interferir em matéria de religião, visto esta pertencer ao foro íntimo de cada um. Defendida de forma apaixonada por Voltaire (Doc. 9), a liberdade de culto tornou-se, para o pensamento iluminista, um dos direitos inalienáveis do ser humano. (pág. 121)

> No sindicalismo residiu, porém, o futuro do movimento operário. Consistiu na criação de associações de trabalhadores para defesa dos seus interesses profissionais. Os operários contribuíam com as necessárias quotas e os sindicatos propunham-se lutar pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, recorrendo, se necessário, à greve, como forma de pressionar a entidade patronal (pág. 73)

Esta perspetiva histórica ganha maior complexidade no 12º ano, onde o manual "Entre Tempos 12" expande a análise para 41 páginas e 73 parágrafos, abordando temas contemporâneos como a democracia *versus* autoritarismo no século XX, a construção da União Europeia e os desafios da globalização.

> A onda vermelha chegou com força à Europa. Na Alemanha, logo após a capitulação perante os Aliados (novembro de 1918), constituíram-se conselhos de operários, soldados e marinheiros, inspirados nos sovietes russos. Contra a República de Weimar se levantaram os espartaquistas, fação radical do Partido Social-Democrata alemão, proclamando uma "república socialista". Em janeiro de 1919, acabaram dominados pelas forças leais ao governo, sendo os seus líderes executados. (pág. 41)

> A criação da União Europeia trouxe consigo uma cidadania europeia, atribuída a todos os nacionais de um Estado-membro. Através da cidadania europeia procurou-se "estabelecer um vínculo direto entre os cidadãos dos Estados membros e a própria União Europeia, procurando construir, a esse nível, uma relação idêntica à existente entre os cidadãos e o seu Estado nacional". A cidadania da União confere direitos vários, como o de viver em qualquer país da União e de circular no seu espaço; o de votar nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições autárquicas do local de residência (em qualquer lugar da União); o direito de endereçar petições ao Parlamento Europeu e de recorrer aos órgãos de Justiça da União; o direito a proteção consular em países

> terceiros, isto é: caso não tenha representação diplomática no país onde se encontra, qualquer cidadão europeu tem o direito de recorrer à representação diplomática de um outro Estado-membro, nas mesmas condições concedidas aos nacionais desse Estado. (pág. 37)
>
> Mas, o encontro intercultural gera também ambivalências, crises, tensões e conflitos. Por isso, a diversidade cultural e a gestão da interculturalidade têm sido objeto de preocupação dos organismos internacionais e nacionais (Doc. 24). Em 2005, a UNESCO adopta a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que estabelece a importância da cultura e da diversidade cultural e traz contributos para prevenir os conflitos internacionais e interculturais e, em 2018, as Nações Unidas aprovaram, o Pacto Mundial para as Migrações, que reforça o compromisso do diálogo global e da cooperação internacional em matéria de migração. (pág. 91)

Contrastando com esta abordagem histórica, os manuais de Área de Integração abordam menos a dimensão da cidadania ativa. No 10º ano, o manual "Faz Parte!" dedica apenas 8 páginas e 9 parágrafos a esta dimensão, concentrando-se nos direitos e deveres básicos e numa introdução elementar à participação democrática. Esta limitação inicial mantém-se no 12º ano, em que o manual "Ser Global" expande minimamente esta abordagem para 9 páginas e 14 parágrafos, incorporando temas como ética, liberdade individual, consciência crítica e reflexiva, e envolvimento político:

> As nossas decisões éticas aplicam-se a muitos assuntos importantes, tais como a pena de morte, o aborto ou a manipulação genética. A ética é uma reflexão sobre como devemos viver e sobre o que torna as ações boas ou más. Ao fazermos juízos de valor sobre como devemos comportar-nos em determinadas situações, estamos a fazer juízos éticos ou morais. Vejamos um dilema moral como exemplo: Imaginemos que estamos a conduzir um trólei (elétrico) que se descontrolou e que no trilho à nossa frente estão cinco trabalhadores que vamos atropelar. De repente, damo-nos conta de que temos a opção de mudar a direção do trólei, o que resultaria na morte de uma única pessoa que está no outro trilho, em vez dos cinco trabalhadores. O que devemos fazer? Sacrificar uma vida para salvar cinco é a coisa certa a fazer? Que critério devemos usar para decidir. (pág. 48)
>
> A liberdade individual não significa cada um fazer o que lhe apetece. Seguir apetites ou impulsos não é o mesmo que agir de forma livre. Somos livres nas decisões que tomamos, mas, precisamente por serem decisões livres, somos também responsáveis por elas, ou seja, temos de responder por elas. A liberdade tem uma dimensão moral e implica a consciência crítica e reflexiva. O ser humano é inseparável dos outros e das instituições. Por isso, cabe ao Estado e a cada cidadão zelar pelo bem comum e pela justiça. Os indivíduos, no exercício da sua liberdade e responsabilidade políticas, refletem e avaliam sobre a atuação do Estado e, só através de um envolvimento político ativo e consciente, podemos contribuir para a construção de uma sociedade justa. (pág.157)

Esta diferenciação disciplinar revela estratégias pedagógicas distintas: enquanto a História A utiliza o passado como laboratório de compreensão dos processos democráticos, a Área de Integração, ainda que dedicando menos atenção à dimensão da cidadania ativa, parece privilegiar a aplicação prática da cidadania no contexto contemporâneo, sugerindo uma relativa preocupação em

preparar os/as estudantes do ensino profissional para uma participação ativa na sociedade.

Cidadania Juvenil: *dimensão pouco explorada*

A cidadania juvenil constitui uma das dimensões menos presentes em todos os manuais analisados, revelando uma lacuna significativa na abordagem específica das formas mais particulares de participação cívica dos/as jovens. Esta limitação é transversal às duas disciplinas, embora haja variações entre os anos de escolaridade.

Nos manuais de História A, a cidadania juvenil apresenta uma presença modesta: 4 páginas, 8 parágrafos, no 11º ano; e 7 páginas, 15 parágrafos, no 12º ano. O manual "Entre Tempos 11" aborda esta dimensão principalmente através da análise de movimentos juvenis históricos, do papel dos/as jovens nas transformações sociais e da educação como fator de mudança. Esta perspetiva histórica permite compreender como os jovens, em diferentes épocas, se constituíram como agentes de transformação social e política:

> Nela, num tom irreverente, o jovem estudante insurge-se contra o conservadorismo dos intelectuais portugueses, contrapondo-lhes a "novidade" europeia: "Quem pensa e sabe hoje na Europa, não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim. (pág. 151)

> Juntos, formam uma elite intelectual jovem que abraça entusiasticamente a fé cientista no progresso, bem como a crença no papel da literatura como meio da transformação social. A história conhecê-los-á por Geração de 70. (pág. 151)

O manual "Entre Tempos 12" mantém esta abordagem histórica, mas com menor intensidade, focando-se na participação política juvenil em contextos específicos do século XX. Esta redução pode estar relacionada com a maior complexidade dos conteúdos programáticos do 12º ano, que privilegiam análises macro-históricas em detrimento das especificidades geracionais:

> A greve dos operários, ontem [23 de fevereiro], ocorrida por motivo de falta de pão, prosseguiu hoje, não tendo trabalhado durante o dia 131 empresas com 158 583 trabalhadores. […] Entre os manifestantes observava-se um número considerável de jovens estudantes. […] Hoje, a agitação adquiriu ainda maiores dimensões e pode já assinalar-se um centro dirigente, de onde são recebidas as diretivas. […] Se não forem tomadas medidas decididas para reprimir as desordens, é possível que na segunda-feira sejam erguidas barricadas." (pág. 26)

> Líderes de sociedades profundamente hierarquizadas e rígidas, Mussolini e Hitler souberam explorar o elevado respeito que as massas nutriam pelas elites. A obediência cega das massas obcecou, com efeito, a prática fascista, avessa à vontade individual e ao espírito crítico. Por isso, os ideais fascistas inculcavam-se primeiramente nos jovens,

> já que as crianças, mais do que às famílias, pertenciam ao Estado (pág. 139)

Nos manuais de Área de Integração, observa-se um padrão inverso, com uma evolução negativa entre os anos de escolaridade. O manual "Faz Parte!" do 10º ano apresenta uma presença mínima desta dimensão de 2 páginas e 2 parágrafos, limitando-se a referências básicas sobre modos de socialização e participação juvenil:

> Os grupos de pares ou de amigos são, geralmente, pessoas com idades próximas e interesses comuns. É um importante agente de socialização que desenvolve no indivíduo a sua autonomia, relações de solidariedade ou cooperação e que contribui para o seu desenvolvimento moral, bem como para a construção da sua identidade pessoal e social. (....) Os meios de comunicação social sobrepõem-se, por vezes, nas sociedades modernas, à família e à escola. Estes têm um enorme poder na transmissão de estilos de vida e valores, modelando com facilidade atitudes e comportamentos." (pág. 21)

> Os ídolos e influenciadores das redes sociais, por exemplo, modelam e condicionam o comportamento dos indivíduos que os seguem. Os indivíduos identificam-se com eles, imitam os seus comportamentos, aderem às suas causas e aprendem modelos culturais." (pág. 24)

Por sua vez, o manual "Ser Global" 12º ano, não tem qualquer representatividade nesta dimensão de cidadania juvenil.

Em suma, a fraca presença da cidadania juvenil em todos os manuais sugere uma oportunidade desperdiçada de conectar os conteúdos curriculares com as experiências e expectativas específicas dos/as estudantes, limitando o potencial de envolvimento e identificação dos/as jovens com os processos de participação cívica.

Questões da Juventude: *a dimensão (praticamente) ausente*

A dimensão das questões da juventude encontra-se praticamente ausente nos manuais de Área de Integração e História A, constituindo a dimensão menos presente nos manuais analisados. O manual de Área de Integração "Faz Parte!" do 10º ano dedica apenas 1 página e 2 parágrafos. Este facto sugere uma certa intencionalidade do ensino profissional em procurar preparar os/as estudantes para uma transição eficaz para a vida ativa, levando eventualmente à omissão de temáticas que preocupam e que são do interesse dos/as jovens. Tal parece traduzir uma visão mais tradicional de cidadania, preocupada sobretudo com a dimensão histórica e institucional da formação escolar profissional dos/as jovens:

> Ao longo das últimas décadas, têm sido tomadas várias medidas que procuram reduzir o atraso da população portuguesa em termos de educação e a distância que a separa dos outros países. Neste sentido, foram levadas a cabo sucessivas reformas educativas

> com o objetivo de investir no capital humano, reconhecendo a sua importância fundamental para o desenvolvimento do país. Estas reformas procuraram diminuir a taxa do abandono escolar e, para tal, fizeram-se grandes investimentos no Ensino Secundário e Superior, alargou-se a escolaridade obrigatória para 12 anos, promoveu-se o crescimento das vias profissionalizantes na formação inicial e reorganizou-se a rede escolar. Com o tempo, estas medidas levaram a que cada vez menos alunos abandonassem a escola sem o Ensino Secundário (ou o Ensino Profissional) concluído. (pág.113)

> A generalização do Ensino Profissional nas escolas públicas, a partir de 2005, contribuiu muito para esta evolução positiva. Em 2020, 45% dos jovens, entre os 20 e os 34 anos, com o Ensino Secundário tinham frequentado um curso profissional. O mais interessante é verificar que, nos últimos anos, os jovens que concluem um curso profissional têm uma transição mais facilitada para o mercado de trabalho, uma vez que a sua formação inicial permite-lhes desenvolver competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional. (pág.113)

Por sua vez, o manual “Ser Global” do 12º ano não tem parágrafos específicos dedicados às questões de juventude. Esta lacuna sugere que o manual assume uma orientação mais pragmática, focando-se mais na inserção no mercado de trabalho e nos desafios contemporâneos que caracterizam a transição para a idade adulta.

No que concerne aos manuais de História A, as questões da juventude surgem igualmente de forma muito pouco expressiva. O manual “Entre Tempos 11” não aborda o tema. O manual "Entre Tempos 12" apresenta apenas para 2 páginas e 4 parágrafos, abordando principalmente os movimentos juvenis e o papel dos/as jovens nas transformações sociais numa perspetiva histórica:

> Desde os anos 60, as tribos urbanas têm sido os agentes de uma dinâmica cultural alternativa nas cidades. Trata-se de grupos minoritários que se unem em torno de interesses comuns e em conformidade com hábitos, ideias e maneiras de se vestir (Hippies, Punks, Hip-hop, Rastas, Hipsters. (pág. 107)

> A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada. (pág. 107)

Em síntese, embora as questões relacionadas com a juventude estejam praticamente ausentes dos manuais analisados, a análise evidencia, ainda assim, uma diferenciação entre as disciplinas. Na Área de Integração, observa-se uma visão mais tradicional de cidadania, centrada sobretudo na dimensão histórica, institucional e formativa do percurso escolar e profissional dos/as jovens. Já na disciplina de História, destaca-se uma abordagem mais contextual,

que enfatiza os movimentos juvenis e o papel dos/as jovens nas transformações sociais, interpretados numa perspetiva marcadamente histórica e evolutiva.

***Consciência Intercultural:** a dimensão transversal*

A consciência intercultural constitui uma dimensão transversal de particular relevância nos manuais analisados, assumindo características distintas entre as disciplinas, mas revelando uma presença significativa.

Nos manuais de Área de Integração, a consciência intercultural emerge como a dimensão predominante, refletindo a natureza interdisciplinar desta disciplina e a sua orientação para a preparação dos estudantes para um mundo globalizado e multicultural. O manual "Faz Parte!" do 10º ano dedica 29 páginas e 34 parágrafos a esta dimensão, abordando temas fundamentais como a diversidade cultural portuguesa e europeia, as migrações contemporâneas, o diálogo intercultural, inter-religioso e a tolerância, e os direitos humanos fundamentais. Esta centralidade da consciência intercultural no 10º ano estabelece uma base sólida para a compreensão da diversidade cultural como característica fundamental das sociedades contemporâneas. A abordagem privilegia uma perspetiva positiva da diversidade, promovendo valores de tolerância, respeito mútuo e diálogo intercultural:

> A cultura está presente em todas as sociedades humanas. Não existe sociedade que não tenha criado um sistema de crenças, valores e hábitos associados ao nascimento, alimentação, reprodução ou morte. Chamamos cultura ao conjunto de formas de pensar, sentir e agir de um grupo social, de produções materiais e imateriais socialmente aprendidas, transformadas e transmitidas de geração em geração. (pág. 17)
>
> Os elementos que compõem uma cultura resultam da criação humana. Mas, por este mundo fora, e ainda bem, não existe um único modelo cultural, mas distintos padrões culturais. Perante tanta diversidade cultural, muitas vezes recorremos a estereótipos, incluindo os culturais, porque simplificam o modo como compreendemos o mundo. (pág. 18)
>
> O diálogo inter-religioso é um processo de comunicação e entendimento entre indivíduos ou grupos de diferentes religiões. O objetivo é promover a compreensão, a aceitação e a tolerância entre as diferentes tradições religiosas. Este diálogo é particularmente importante no mundo de hoje, onde muitas vezes surgem conflitos e tensões entre diferentes comunidades religiosas. Ao se comprometerem com o diálogo e ao construírem relacionamentos para lá das fronteiras religiosas, culturais, étnicas e ideológicas, as comunidades podem trabalhar pela paz e respeito mútuos, construir pontes, promover o respeito pela multiculturalidade e o reconhecimento e a valorização da diversidade. (pág. 175)

O manual "Ser Global" do 12º ano dedica 6 páginas e 7 parágrafos a esta dimensão, mas com uma orientação mais sofisticada, abordando temas como

globalização e multiculturalismo, conflitos e diálogos interculturais, cidadania global e sustentabilidade e cooperação internacional. Esta evolução curricular revela uma certa maturação na abordagem da consciência intercultural, passando de uma perspetiva mais descritiva no 10º ano para uma análise mais crítica e complexa no 12º ano:

> A questão da identidade nacional tem sido muito discutida, a propósito da relação entre a soberania europeia e a concentração do poder nos Estados-nação. Na divergência de opiniões destaca-se a corrente de pensamento que defende a coexistência de uma pluralidade de identidades nacionais em contextos políticos distintos e a necessidade de ajustar os valores da democracia a esta nova realidade, em que a soberania deixa de ser um exclusivo do Estado, passando a ser partilhada por diferentes instâncias, na perspetiva de uma nova ordem mundial. (pág. 98)
>
> Atualmente defende-se que a democracia não pode transformar-se numa ideologia ao "serviço dos mais poderosos nem de um poder arbitrário e repressivo" e questiona-se também a "tirania da maioria" que deixa de fora as minorias. São muitas as interrogações e dúvidas que se colocam na análise da "qualidade" da democracia atual. Se é verdade que o número de países com regimes democráticos aumentou desde 1974, início da 3.ª vaga democrática, também é um facto que algumas não passam de democracias eleitorais. (pág. 106)
>
> As ONG, organizações da sociedade civil, com finalidades públicas e sem fins lucrativos, desenvolvem ações em diferentes áreas e têm conseguido mobilizar a opinião pública e o apoio da população. Nacionais, estrangeiras ou multinacionais, estas organizações usam como metodologia a pressão sobre os governos, complementando a ação das organizações governamentais. A Amnistia Internacional investiga e divulga os abusos dos direitos humanos, promovendo campanhas para lhes pôr termo; o seu trabalho, como o de outras ONG, norteia-se por princípios de solidariedade internacional, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. (pág. 110)

No que se refere aos manuais de História A, a consciência intercultural assume uma presença significativa, mas com uma abordagem distintamente histórica. O manual "Entre Tempos 11" dedica 7 páginas e 10 parágrafos a esta dimensão, abordando principalmente o estatuto de cidadania e as questões de género:

> É, de todas, a ordem mais heterogénea, cujos membros tanto podem aspirar às dignidades mais elevadas como vegetar na miséria mais extrema (Doc. 4). À cabeça do Terceiro Estado encontram-se os homens de letras, muito respeitados pelo saber que adquiriram nas universidades. Estão divididos em diversos grupos hierarquicamente ordenados, conforme a importância da função que exercem. Seguem-se os financeiros e os mercadores, profissionais de reconhecida utilidade a quem a riqueza granjeara estatuto e respeito. Respeito mereciam também alguns ofícios superiores, como o de boticário, joalheiro, chapeleiro, "mais ligados à atividade mercantil do que ao trabalho manual. (pág. 19)
>
> No século XX, a emancipação feminina revestiu duas facetas distintas: a alteração dos padrões de conduta, de forma a permitir à mulher uma maior liberdade de atuação e novas formas de sociabilidade; e a luta pela igualdade jurídica, em que adquiriu especial relevância o direito ao voto. (pág. 45)
>
> Este esforço reforçou a autoconfiança feminina e granjeou-lhe a valorização social que até aí lhe faltava. Nas décadas subsequentes ao final do conflito, em grande parte dos países ocidentais, as mulheres adquiriram o direito de intervenção política, consolidaram a sua posição jurídica na família e viram aberto o acesso a carreiras profissionais

prestigiadas. (pág. 49)

O manual “Entre Tempos 12” expande significativamente a presença da dimensão da consciência intercultural, dedicando 27 páginas e 53 parágrafos, abordando temas contemporâneos como a descolonização e as relações interculturais, os impactos da globalização na diversidade cultural, assim como as questões de género e os desafios da construção de uma identidade europeia multicultural:

> Externamente, cresceu o isolamento português. Na ONU, o país sofre a maior de todas as humilhações quando, em 1973, a Assembleia-Geral reconhece a independência da Guiné-Bissau, à revelia do Estado português. No mesmo ano, a visita oficial de Marcello Caetano ao Reino Unido decorre no meio de protestos populares e de uma forte segurança policial, ao ser denunciado, na imprensa, um massacre de civis em Moçambique. (pág. 117)

> Mas, o encontro intercultural gera também ambivalências, crises, tensões e conflitos. Por isso, a diversidade cultural e a gestão da interculturalidade têm sido objeto de preocupação dos organismos internacionais e nacionais (Doc. 24). Em 2005, a UNESCO adopta a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que estabelece a importância da cultura e da diversidade cultural e traz contributos para prevenir os conflitos internacionais e interculturais e, em 2018, as Nações Unidas aprovaram, o Pacto Mundial para as Migrações, que reforça o compromisso do diálogo global e da cooperação internacional em matéria de migração. (pág. 91)

> Os efeitos das migrações são diversos. Do ponto de vista económico, para os países de acolhimento, a entrada de migrantes constitui uma oferta de mão de obra pronta para trabalhar; para os países de origem, o envio de dinheiro pelos migrantes constitui uma fonte apreciável de divisas, mas a redução de mão de obra em determinadas regiões e a “fuga de cérebros” constituem um entrave ao desenvolvimento desses países. (pág. 89)

> No século XX, a emancipação feminina revestiu duas facetas distintas: a alteração dos padrões de conduta, de forma a permitir à mulher uma maior liberdade de atuação e novas formas de sociabilidade; e a luta pela igualdade jurídica, em que adquiriu especial relevância o direito ao voto” (pág. 45)

> Em 2020, os Estados-membros da União Europeia assinaram um novo Pacto para a Migração e Asilo, com vista a pôr em prática uma política europeia de migração humanitária eficaz e o Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027. Através de ações nas áreas da educação e formação, emprego e qualificação, saúde e habitação, pretende-se conceder aos imigrantes oportunidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política dos países de acolhimento e, deste modo, promover a inclusão e a coesão social. (pág. 91)

A abordagem histórica da consciência intercultural parece proporcionar, sobretudo, a compreensão dos processos de encontro, conflito e diálogo entre culturas, permitindo aos estudantes perceber como as relações interculturais se foram transformando ao longo do tempo e quais os desafios que se colocam às sociedades contemporâneas. Nesta dimensão, destaca-se ainda uma abordagem significativa às questões de género, em particular ao processo de emancipação feminina.

Síntese: *padrões transversais e especificidades disciplinares*

A análise comparada dos manuais de História A e Área de Integração revela a coexistência de padrões transversais e especificidades disciplinares na abordagem das dimensões da cidadania. Em termos transversais, ambos os domínios curriculares reconhecem a importância da cidadania ativa e da consciência intercultural como eixos formativos centrais, embora com diferentes intensidades e enquadramentos. As restantes dimensões - cidadania juvenil e questões da juventude - surgem de forma mais residual, evidenciando uma lacuna comum na articulação entre os conteúdos escolares e as vivências dos/as jovens.

Nas especificidades disciplinares, observa-se que a História A adota uma abordagem predominantemente contextual e evolutiva, utilizando o passado como instrumento de compreensão dos processos democráticos, dos movimentos sociais e das transformações culturais. A disciplina enfatiza a progressão histórica da cidadania, o papel dos/as jovens como agentes históricos e as dinâmicas interculturais associadas à globalização, descolonização e igualdade de género. Embora esta abordagem histórica seja inevitável, pela própria natureza da área disciplinar em questão e pelos objetivos definidos para a disciplina, o foco no desenvolvimento dos direitos que foram sendo conquistados pelos/as cidadãos/ãs ao longo dos séculos XIX e XX acaba por levar os manuais de História A analisados a revelarem uma tendência para abordarem a cidadania numa perspetiva mais normativa.

Já a Área de Integração parece privilegiar uma abordagem mais aplicada e formativa, centrada na ética, na participação democrática contemporânea e nos valores de diversidade e tolerância, alinhando-se com os objetivos do ensino profissional. A consciência intercultural parece assumir aqui uma função pedagógica central: a de preparar os/as estudantes para uma cidadania global, plural e reflexiva. Ou seja, apesar de se ter observado a mesma tendência para a abordagem normativa da cidadania no manual de 10º ano analisado, os conteúdos do manual de 12º ano analisado parecem indicar a emergência de uma abordagem crítica das questões relacionadas com a cidadania.

Em síntese, os manuais analisados parecem refletir duas lógicas

complementares: a História A procura consolidar uma compreensão das origens e transformações da cidadania no sentido mais geral e normativo; a Área de Integração, por sua vez, procura traduzir essa herança em competências práticas e éticas de participação, incorporando, ainda que de forma relativamente modesta, uma perspetiva mais crítica de cidadania.

Não obstante, a ausência quase total da dimensão juvenil, em ambas as disciplinas, denuncia uma fragilidade transversal e que se refere ao facto de a escola continuar a abordar a cidadania mais como herança histórica e valor universal do que como uma experiência vivida e construída pelos/as próprios jovens no presente (vd. Biesta, 2011; Menezes et al., 2019; Ribeiro et al., 2017).

3.2.2. Por conceção de participação cívica e política (Ekman & Amnå, 2012)

Para além das dimensões de análise anteriormente referidas, o estudo procurou também compreender de que forma o conceito de cidadania ativa é concetualizado, tomando como referência a tipologia de Participação Política e Envolvimento Cívico proposta por Ekman e Amnå (2012), a qual distingue três tipos gerais de participação:

a) Não participação, envolvendo formas ativas (antipolíticas) e passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (*e.g.*, evitar falar sobre política; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política; ações violentas (tumultos), refletindo a frustração, alienação ou exclusão social; ...);

b) Participação civil, referente ao envolvimento social (atenção) e à participação cívica (ação), a nível individual e coletivo (*e.g.*, interesse pela política e pela sociedade; perceber a política como importante, identificando-se com uma certa ideologia e/ou partido; participar em associações; …); e

c) Participação política, que inclui participação política formal e participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (*e.g.*, votação em eleições e referendos; ser membro de um partido político, organização ou sindicatos; boicotar (consumerismo político); participar em manifestações, greves, protestos, ações de desobediência civil; …).

Como se observa na Tabela 5, a participação civil e a participação política surgem como as formas dominantes, enquanto a não participação – mais frequentemente associada aos jovens – está completamente ausente dos manuais.

Tabela 5: Tipos de participação civil e política presentes nos manuais

Manual	Não participação	Participação civil	Participação política
AI 10º			
AI 12º		✓	✓
História 11º		✓	✓
História 12º		✓	✓

Tendo em conta a recorrência, na literatura científica, dos discursos que problematizam a apatia e o afastamento político dos/as jovens (e.g., Dahl et al., 2018; Perliger, Canetti-Nisim & Pedahzur, 2006; Putnam, 2000, 2007; Ribeiro, 2014), torna-se particularmente significativo constatar que essas preocupações estão praticamente ausentes nos manuais escolares, revelando um padrão semelhante entre as diferentes disciplinas. Essa omissão, ainda que provavelmente não intencional, implica a não valorização das formas alternativas de participação cívica e política que frequentemente caracterizam os grupos juvenis, privilegiando, em contrapartida, comportamentos mais convencionais e conformes ao sistema, uma característica que parece remeter para uma conceção mais normativa de cidadania.

3.2.3. Por níveis de complexidade dos argumentos

Foi também analisado o nível de complexidade dos argumentos apresentados nos manuais. Como se pode observar na Tabela 6, predominam nos manuais os argumentos de Nível 1 (que se limitam à simples identificação de ideias, conceitos ou fenómenos) e os argumentos de Nível 2 (que introduz mais uma análise da ideia, conceito, fenómeno).

Tabela 6: Níveis de complexidade por manual

Manual	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
AI 10º	✓	✓	
AI 12º	✓	✓	
História 11º	✓	✓	
História 12º	✓	✓	✓

Este padrão revela uma tendência para evitar perspetivas alternativas ou não consensuais, o que pode reduzir o potencial dos manuais escolares para estimular o debate em torno de temas complexos e ambíguos – como é o caso da cidadania (e.g., Beiner, 1995; Benhabib, 1999; Haste, 2004; Ignatieff, 1995; Pais, 2005; Santos, 1998; Torres, 2001; Young, 1995). Tal limitação impede, em certa medida, uma compreensão mais profunda e crítica dos conceitos, bem como a sua problematização.

Não obstante, comparando com os estudos realizados anteriormente (vd. Piedade et al, 2018; Ribeiro et al., 2022), verifica-se ainda assim a presença de mais elementos com o Nível 3 de complexidade (Níveis 1 e 2 mais alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais), nomeadamente na parte didática do Manual de História 12º ano, o que pode sugerir uma preocupação crescente em possibilitar aos/às alunos/as o conhecimento de perspetivas diferentes, estimulando uma compreensão mais profunda e um posicionamento mais crítico e reflexivo sobre a questão em debate – vejam-se, a título de exemplo, as imagens abaixo identificadas como apresentando Nível 3 de complexidade:

Cartazes apelando à manifestação e contramanifestação de 28 de setembro. Convocada em apoio do presidente Spínola, a manifestação da chamada "maioria silenciosa" provocou de imediato a mobilização das forças de esquerda, que montaram barricadas de controlo nos acessos à capital.

Imagem do manual de História do 12º ano. Parte 2

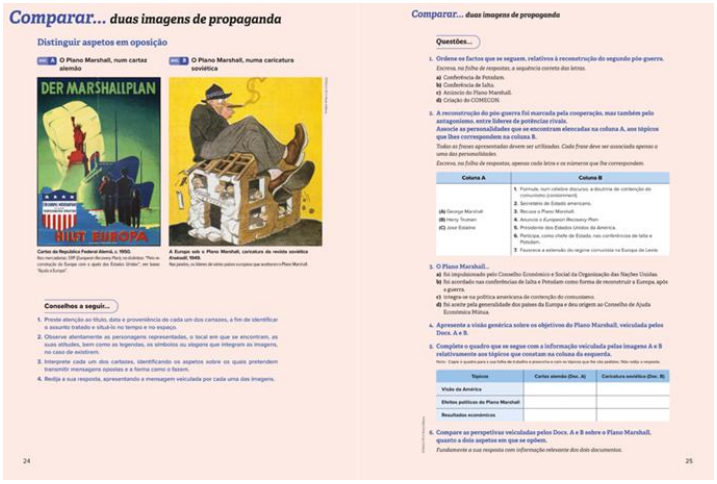


Imagem do manual de História do 12º ano. Parte 2

3.3. Análise didática

Após a análise das dimensões presentes nos manuais, segue a análise sobre o modo como estes materiais procuram operacionalizar o processo de ensino-aprendizagem da cidadania. Assim, esta secção dedica-se à identificação e caracterização dos documentos, recursos e experiências de aprendizagem que os manuais propõem, procurando avaliar o seu contributo para o desenvolvimento de competências cívicas e críticas nos/as alunos/as.

3.3.1. Tipos de documentos/elementos de apoio incluídos por manual

Tabela 7: Tipos de documentos de apoio por manual

Tipos de documentos de apoio	AI 10º	AI 12º	Hist.11º	Hist. 12º
Escrito	✓	✓	✓	✓
Iconográfico	✓	✓	✓	✓
Mapas	✓	✓	✓	✓
Gráficos / Tabelas	✓	✓	✓	✓
Outro				

Conforme a Tabela 7 indica, os documentos de apoio didático identificados nos manuais são muito diversificados, incluindo elementos escritos, iconográficos, mapas, gráficos e tabelas (4/4) em todos os manuais. Vejam-se abaixo alguns exemplos:

Doc. 22 Que *autoridades* devemos questionar?

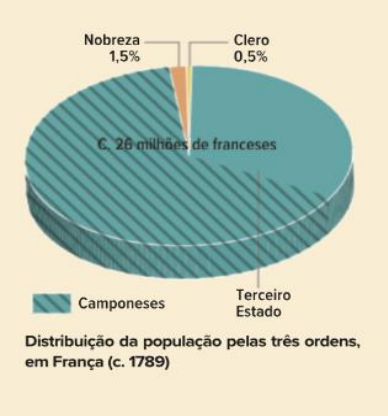
Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 1

Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 1

	Contributo para as exportações mundiais (%)						
Regiões ou grupos de países	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1991
Países desenvolvidos	60,8	65,9	70,9	65,6	62,6	66,2	72,4
América	21,7	20,3	18,9	15,9	14,2	15,6	15,4
Europa	33,1	39,2	43,2	41,1	39,8	39,4	45,6
Japão	1,3	3,1	6,1	6,4	6,5	9,1	9,2
Países em desenvolvimento	31,1	29,1	18,4	24,5	28,7	23,6	22,8

2 Estrutura das exportações mundiais de 1950 a 1991 (*in* Mário Murteira, *Economia mundial; a emergência de uma nova ordem global*, 2005).

Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 1



Distribuição da população pelas três ordens, em França (c. 1789)

Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 1

3.3.2. Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem por manual

Tabela 8: Recursos sugeridos por manual

Recursos sugeridos	AI 10º	AI 12º	Hist. 11º	Hist.12º
Diário				
Quadro negro ou similar				
Material audiovisual			✓	✓
Internet	✓	✓		✓
Livro de exercícios ou similar	✓	✓	✓	✓
Outro				

Como a Tabela 8 evidencia, os tipos de recursos mais recomendados nos manuais são o livro de exercícios ou similar (4/4), a Internet (3/4) e o material audiovisual (2/4) - neste último tipo de recurso, disponibilizaram-se vídeos para alunos/as e professores/as para explorar conteúdos como, por exemplo, a Revolução Liberal Americana, a Revolução Francesa e a iconografia da Revolução Francesa. À semelhança dos resultados obtidos no estudo de Ribeiro

e colegas (Ribeiro et al., 2022), realça-se a completa ausência de recursos como o diário e o quadro ou similar, apesar de serem talvez dos recursos mais utilizados pelas escolas, o que torna esta divergência interessante do ponto de vista analítico. Vejam-se abaixo alguns exemplos dos recursos de apoio presentes nos manuais:

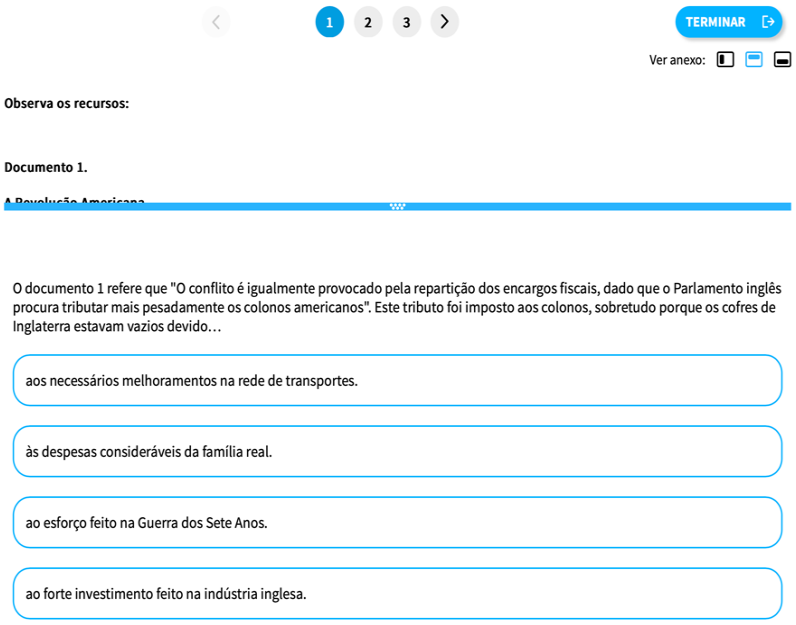


Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 2

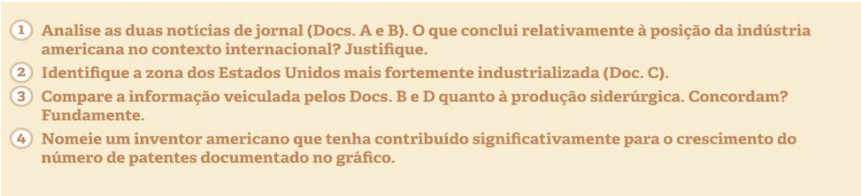


Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 3

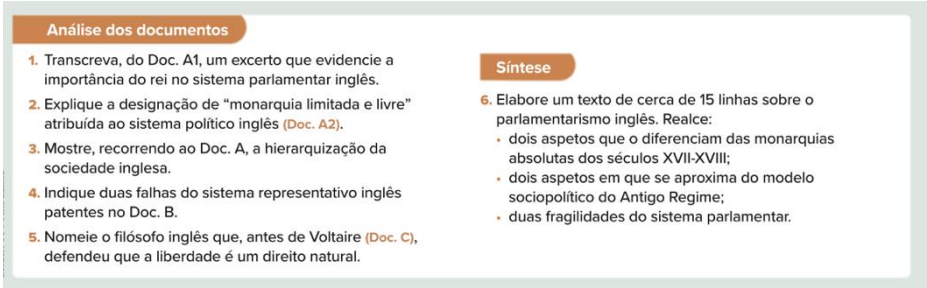
3.3.3. Tipo de experiências de aprendizagem por manual

Tabela 9: Tipos de experiências de aprendizagem por manual

Tipos de experiências de aprendizagem	AI 10º	AI 12º	Hist.11º	Hist.12º
Análise oral ou escrita de documentos	✓	✓	✓	✓

Tipos de experiências de aprendizagem	**AI 10º**	**AI 12º**	**Hist.11º**	**Hist.12º**
Debates	✓			
Visitas de estudo				
Atividades de investigação, trabalho de campo				
Escrita de texto argumentativo	✓			
Escrita de sumários				
Jogos				
Ver filmes ou ouvir música			✓	✓
Dramatização ou role-playing	✓			
Outro				

No que se refere ao tipo de experiências de aprendizagem sugeridas, como mostra a Tabela 9, a análise oral ou escrita de documentos é, como seria expectável, a experiência mais referida pelos manuais (4/4). Com muito menor prevalência, são ainda recomendados ver filmes ou ouvir músicas (2/4), debates (1/4), escrita de texto argumentativo (1/4), e dramatização e *roleplaying* (1/4). Em sentido contrário, as atividades de investigação/trabalho de campo, as visitas de estudo, a escrita de sumários e os jogos estão totalmente ausentes. Vejam-se abaixo alguns exemplos de tipos de aprendizagens promovidos pelos manuais:



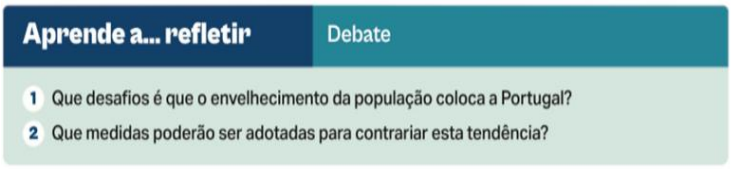
Análise dos documentos

1. Transcreva, do Doc. A1, um excerto que evidencie a importância do rei no sistema parlamentar inglês.
2. Explique a designação de "monarquia limitada e livre" atribuída ao sistema político inglês (Doc. A2).
3. Mostre, recorrendo ao Doc. A, a hierarquização da sociedade inglesa.
4. Indique duas falhas do sistema representativo inglês patentes no Doc. B.
5. Nomeie o filósofo inglês que, antes de Voltaire (Doc. C), defendeu que a liberdade é um direito natural.

Síntese

6. Elabore um texto de cerca de 15 linhas sobre o parlamentarismo inglês. Realce:
   - dois aspetos que o diferenciam das monarquias absolutas dos séculos XVII-XVIII;
   - dois aspetos em que se aproxima do modelo sociopolítico do Antigo Regime;
   - duas fragilidades do sistema parlamentar.

Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 1



Aprende a... refletir | Debate

1. Que desafios é que o envelhecimento da população coloca a Portugal?
2. Que medidas poderão ser adotadas para contrariar esta tendência?

Imagem do manual de Área de Integração do 10º ano

Como se faz... | um texto argumentativo

Num **texto argumentativo** responde-se a um determinado **problema**, defendendo-se uma **tese** (ideia, perspetiva ou posição) com base em **argumentos**.

Além dos argumentos apresentados a favor da posição defendida, são dados exemplos e refutados contra-argumentos previstos. O objetivo do texto argumentativo é **persuadir** o leitor a concordar com o ponto de vista do autor, através da apresentação lógica e bem fundamentada dos argumentos.

1. Começa por pesquisar **informação** para conheceres e compreenderes bem o tema sobre o qual vais escrever.
2. Regista **exemplos** e os **principais argumentos** e **contra-argumentos** sobre a posição que vais defender.
3. Depois de dares um título ao teu texto, no parágrafo de **introdução**, formula e clarifica o **problema** em discussão e a **tese** (ideia) que vais defender.
4. Redige o **desenvolvimento** do teu texto expondo os teus **argumentos** de forma clara e rigorosa, e apoiando-os com exemplos, citações, dados estatísticos ou outros recursos que te possam ajudar a defender a tua tese.
5. Procura prever e rebater **contra-argumentos**.
6. De modo a seres **persuasivo**, tem em conta, além das razões, os valores, os sentimentos e os desejos do(s) teu(s) interlocutor(es).
7. No final, redige um parágrafo de **conclusão**, fazendo uma síntese e sublinhando a tua tese.

Título	**Utilização responsável das redes sociais**
Apresentação da tese	Independentemente das vantagens das redes sociais, devemos ter em conta os diversos perigos que elas acarretam. Nesse sentido, **defendo** que devemos aprender a utilizar as redes sociais de forma responsável.
Argumentos	Se não conhecermos os perigos das redes sociais, ficaremos mais facilmente expostos a fenómenos como a **disseminação de *fake news*** ou a comportamentos de **dependência** e respetivas consequências. [...]
Antecipação e resposta a um contra-argumento	O facto de as redes sociais trazerem potenciais vantagens, tais como a rápida disponibilização de informação para todo o tipo de interesses ou a conexão entre pessoas, não implica que as devamos utilizar sem restrições e cuidados. [...]
Conclusão	**Em suma**, as redes sociais vieram para ficar, mas devemos, cada um de nós, promover bons hábitos de utilização das mesmas. Faz a tua parte!

Imagem do manual de Área de Integração do 10º ano

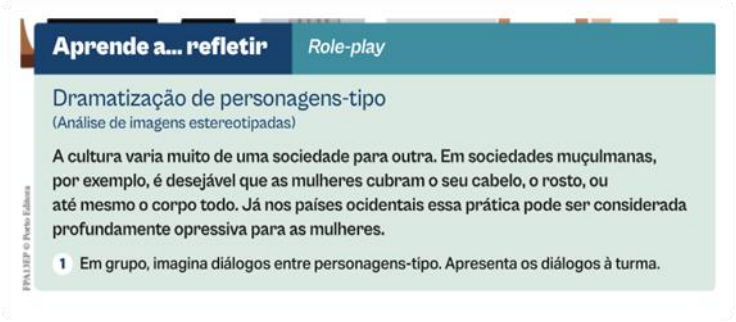


Imagem do manual de Área de Integração 10º ano

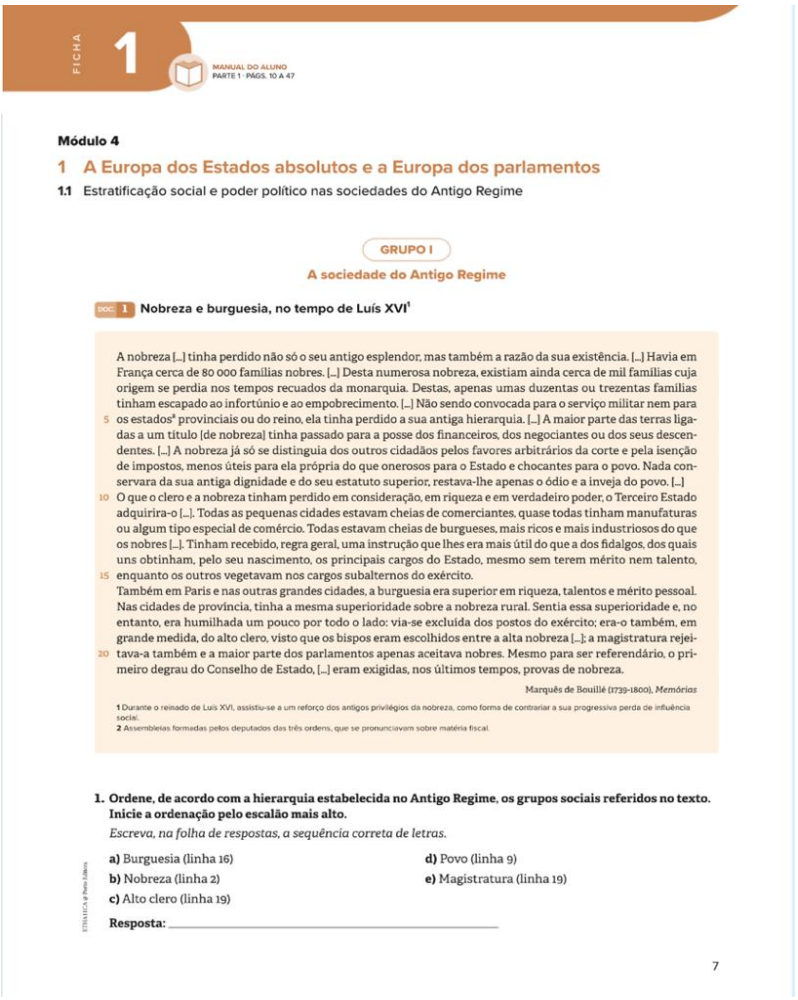
3.3.4. Qualidade das experiências de aprendizagem por manual

Tabela 10: Qualidade das experiências de aprendizagem por manual

Qualidade das experiências de aprendizagem	**AI 10º**	**AI 12º**	**Hist.11º**	**Hist.12º**
Aprendizagem mecânica	✓	✓	✓	✓
Promove a diferenciação pedagógica				
Promove a autonomia	✓	✓		
Apresenta diferentes pontos de vista	✓			
Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as	✓			✓
Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado	✓	✓	✓	✓

Qualidade das experiências de aprendizagem	**AI 10º**	**AI 12º**	**Hist.11º**	**Hist.12º**
Incentiva os/as alunos/as a aprender mais	✓	✓	✓	✓
Apresenta uma ficha de avaliação formativa	✓	✓	✓	✓
Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis)	✓	✓	✓	✓
Incentiva o trabalho de campo		✓		
Outros aspetos relevantes				

Em termos da qualidade das experiências de aprendizagem, a maioria dos manuais (4/4) promove a aprendizagem mecânica, fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado, incentiva os/as alunos/as a aprender mais, apresenta uma ficha de avaliação formativa e bibliografia/sites (pesquisáveis). Alguns manuais procuram promover a autonomia (2/4) e valorizar a expressão da opinião pessoal dos outros (2/4). Por fim, importa destacar aqui a presença residual de experiências que promovem a apresentação de diferentes pontos de vista (1/4) e que incentivam o trabalho de campo (1/4), assim como a ausência de referências à diferenciação pedagógica, características que parecem constituir uma fragilidade com repercussões do ponto de vista da qualidade pedagógica. Vejam-se abaixo alguns exemplos relativos à qualidade das aprendizagens promovidas pelos manuais:



FICHA 1

MANUAL DO ALUNO
PARTE 1 · PÁGS. 10 A 47

Módulo 4

1 A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

1.1 Estratificação social e poder político nas sociedades do Antigo Regime

GRUPO I

A sociedade do Antigo Regime

DOC. 1 **Nobreza e burguesia, no tempo de Luís XVI**[1]

A nobreza [...] tinha perdido não só o seu antigo esplendor, mas também a razão da sua existência. [...] Havia em França cerca de 80 000 famílias nobres. [...] Desta numerosa nobreza, existiam ainda cerca de mil famílias cuja origem se perdia nos tempos recuados da monarquia. Destas, apenas umas duzentas ou trezentas famílias tinham escapado ao infortúnio e ao empobrecimento. [...] Não sendo convocada para o serviço militar nem para os estados[2] provinciais ou do reino, ela tinha perdido a sua antiga hierarquia. [...] A maior parte das terras ligadas a um título [de nobreza] tinha passado para a posse dos financeiros, dos negociantes ou dos seus descendentes. [...] A nobreza já só se distinguia dos outros cidadãos pelos favores arbitrários da corte e pela isenção de impostos, menos úteis para ela própria do que onerosos para o Estado e chocantes para o povo. Nada conservara da sua antiga dignidade e do seu estatuto superior, restava-lhe apenas o ódio e a inveja do povo. [...]
O que o clero e a nobreza tinham perdido em consideração, em riqueza e em verdadeiro poder, o Terceiro Estado adquirira-o [...]. Todas as pequenas cidades estavam cheias de comerciantes, quase todas tinham manufaturas ou algum tipo especial de comércio. Todas estavam cheias de burgueses, mais ricos e mais industriosos do que os nobres [...]. Tinham recebido, regra geral, uma instrução que lhes era mais útil do que a dos fidalgos, dos quais uns obtinham, pelo seu nascimento, os principais cargos do Estado, mesmo sem terem mérito nem talento, enquanto os outros vegetavam nos cargos subalternos do exército.
Também em Paris e nas outras grandes cidades, a burguesia era superior em riqueza, talentos e mérito pessoal. Nas cidades de província, tinha a mesma superioridade sobre a nobreza rural. Sentia essa superioridade e, no entanto, era humilhada um pouco por todo o lado: via-se excluída dos postos do exército; era-o também, em grande medida, do alto clero, visto que os bispos eram escolhidos entre a alta nobreza [...]; a magistratura rejeitava-a também e a maior parte dos parlamentos apenas aceitava nobres. Mesmo para ser referendário, o primeiro degrau do Conselho de Estado, [...] eram exigidas, nos últimos tempos, provas de nobreza.

Marquês de Bouillé (1739-1800), *Memórias*

1 Durante o reinado de Luís XVI, assistiu-se a um reforço dos antigos privilégios da nobreza, como forma de contrariar a sua progressiva perda de influência social.
2 Assembleias formadas pelos deputados das três ordens, que se pronunciavam sobre matéria fiscal.

1. Ordene, de acordo com a hierarquia estabelecida no Antigo Regime, os grupos sociais referidos no texto. Inicie a ordenação pelo escalão mais alto.

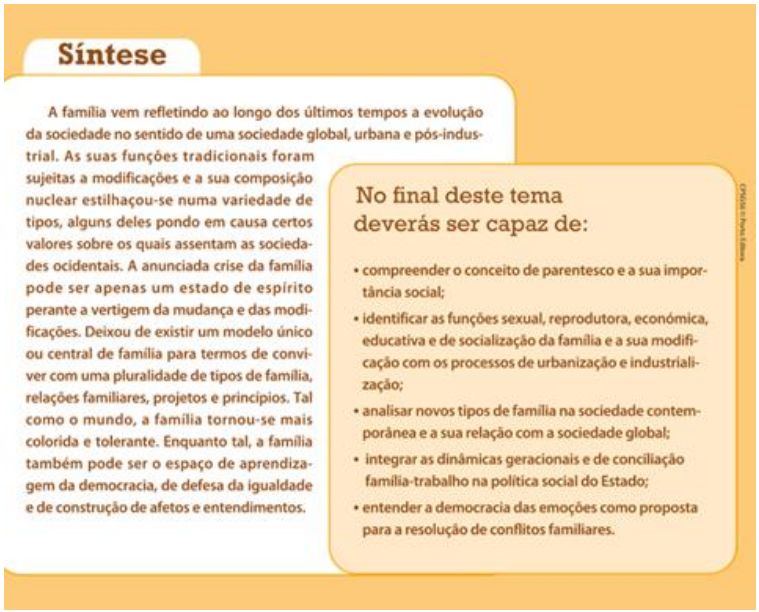
Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

a) Burguesia (linha 16)
b) Nobreza (linha 2)
c) Alto clero (linha 19)
d) Povo (linha 9)
e) Magistratura (linha 19)

Resposta: _____

7

Imagem do manual de História do 11º ano. Parte 1



Síntese

A família vem refletindo ao longo dos últimos tempos a evolução da sociedade no sentido de uma sociedade global, urbana e pós-industrial. As suas funções tradicionais foram sujeitas a modificações e a sua composição nuclear estilhaçou-se numa variedade de tipos, alguns deles pondo em causa certos valores sobre os quais assentam as sociedades ocidentais. A anunciada crise da família pode ser apenas um estado de espírito perante a vertigem da mudança e das modificações. Deixou de existir um modelo único ou central de família para termos de conviver com uma pluralidade de tipos de família, relações familiares, projetos e princípios. Tal como o mundo, a família tornou-se mais colorida e tolerante. Enquanto tal, a família também pode ser o espaço de aprendizagem da democracia, de defesa da igualdade e de construção de afetos e entendimentos.

No final deste tema deverás ser capaz de:

- compreender o conceito de parentesco e a sua importância social;
- identificar as funções sexual, reprodutora, económica, educativa e de socialização da família e a sua modificação com os processos de urbanização e industrialização;
- analisar novos tipos de família na sociedade contemporânea e a sua relação com a sociedade global;
- integrar as dinâmicas geracionais e de conciliação família-trabalho na política social do Estado;
- entender a democracia das emoções como proposta para a resolução de conflitos familiares.

Imagem do manual de Área de Integração do 12º ano

Relembrar

1 Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico

O nascimento de uma nova ordem internacional

- Em 1945, quando a Segunda Guerra Mundial se aproxima do fim, os Aliados reúnem-se para preparar os tempos que se avistinham.
- Das **conferências** interaliadas destacam-se as que se realizaram em **Ialta** e **Potsdam**. Nelas se definiram as regras que nortearam a ordem do pós-guerra e a forma como se reestruturaria a Europa, devastada pelo conflito.
- Entre as decisões acordadas, conta-se a da **criação da ONU**. Nascida em 1945 com os ambiciosos objetivos de manter a paz e promover a cooperação entre os Estados nos mais diversos âmbitos, a ONU agrega hoje todos os países do mundo.
- Protagonistas destas conferências, **os Estados Unidos e a URSS** assumem o papel de **superpotências** na cena mundial.
- Saída do isolamento a que a Revolução de Outubro a votara, **a URSS estende a sua influência aos países do Leste da Europa**, onde se instauram regimes comunistas.
- A expansão do comunismo atemoriza os Estados ocidentais: Churchill fala numa **"cortina de ferro"** que divide a Europa, enquanto o presidente americano, H. Truman desencadeia esforços para a **"contenção" do comunismo**, que acusa de "assentar no terror e na opressão" (**Doutrina Truman**).
- Moscovo responde nos mesmos termos, acusando os ocidentais de imperialismo e intenções bélicas (**Doutrina Jdanov**).
- Esta divisão projeta-se também a nível económico: enquanto a Europa Ocidental se reconstrói com a ajuda americana (**Plano Marshall**), os países de Leste contam com **COMECON**, patrocinado pelos soviéticos.

A consolidação de um mundo bipolar. A Guerra Fria

- O primeiro braço de ferro entre os antigos aliados surge em 1948, em Berlim, então ocupada pela URSS, EUA, Reino Unido e França (**Bloqueio de Berlim**).
- Assumidamente inimigos, **as duas superpotências empenham-se em reforçar a sua área de influência**, atraindo para o seu lado o maior número possível de nações.
- A formação de **alianças militares**, com destaque para a OTAN (1949) e o Pacto de Varsóvia (1955), consolida este mundo bipolar.
- O afrontamento entre o bloco americano e o bloco soviético inaugura um novo tipo de conflito: a **Guerra Fria**.
- Marcada pelo temor do bloco contrário, pela propaganda e pela proliferação de crises e conflitos localizados, a Guerra Fria tem como característica mais saliente uma **escalada armamentista** de proporções até aí desconhecidas. A possibilidade de uma guerra nuclear torna-se real.
- A **competição** entre os dois blocos exprimiu-se também no desenvolvimento dos respetivos **programas espaciais**, vistos como um elemento de prestígio e uma prova do sucesso de cada um dos regimes.

Personalidades

Harry Truman (1884-1972)
Presidente dos EUA. Foi um dos grandes atores da emergência do bipolarismo.

Nikita Kruschev (1894-1971)
Sucessor de Estaline, propôs ao Ocidente uma "coexistência pacífica".

John F. Kennedy (1917-1963)
Presidente americano, protagonizou a "Crise dos Mísseis de Cuba" e impulsionou decisivamente o programa espacial.

Fidel Castro (1926-2016)
Carismático líder revolucionário, encetou uma aproximação à URSS. Conduziu os destinos de Cuba durante meio século.

Mohandas Gandhi (1869-1948)
Obreiro da independência da Índia, é uma das personalidades mais veneradas do século XX.

Leopold Senghor (1906-2001)
Líder nacionalista do Senegal, distinguiu-se também como poeta e defensor dos valores da "negritude".

O mundo capitalista e o mundo comunista

- Nos anos da Guerra Fria, mais do que duas superpotências, confrontaram-se duas conceções opostas de organização política, vida económica e estruturação social.
- **O mundo capitalista assenta na democracia liberal e na economia de mercado:** defende o pluralismo partidário, valoriza os direitos individuais, a propriedade privada e a livre iniciativa económica.
- Nos anos que se seguiram à guerra, os **Estados ocidentais** tornaram-se económica e socialmente mais interventivos, implementando um vasto conjunto de medidas que faz nascer o **Estado-providência**.
- Os anos da Guerra Fria são marcados pelo **forte crescimento económico do mundo capitalista** – os "Trinta Gloriosos". O nível de vida das populações elevou-se significativamente e a sociedade de consumo tornou-se o emblema dos países ricos.
- **O mundo comunista assenta nas democracias populares e na economia planificada:** defende a gestão do Estado por um partido único, o Partido Comunista, que representa as classes trabalhadoras; a propriedade coletiva dos meios de produção e a planificação da economia pelos organismos do Estado.
- **As democracias populares do Leste europeu seguiram o modelo da União Soviética**, formando com ela um bloco coeso.
- **Os países socialistas registaram um crescimento rápido** nas duas primeiras décadas do pós-guerra. Foi dada **prioridade à indústria pesada**, que, fornecedora de material de guerra, assegurou o poderio da União Soviética. Inversamente, a produção agrícola e as indústrias de consumo registaram um crescimento modesto. No decurso da década de 60, o sistema económico socialista começou a evidenciar as suas fragilidades.

A afirmação de novas potências

- No mundo bipolar que marcou o tempo da Guerra Fria, afirmam-se, lentamente, **novos interlocutores:**
  - **O Japão** torna-se numa **potência económica**, deixando para trás o seu estatuto de país vencido na Segunda Guerra Mundial.
  - **A China**, onde, em 1949, Mao Tse Tung implantara uma república popular, **rejeita a liderança soviética**, abrindo uma enorme fissura no bloco socialista.
  - **A Europa** reconstrói-se num novo espírito de cooperação que conduz, em 1957, à criação da **Comunidade Económica Europeia (CEE)**. Fortalecida económica e politicamente, ambiciona recuperar um papel relevante na cena internacional.

O tempo da descolonização

- Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, os impérios europeus chegam ao fim. Impulsionada pela guerra, pelo apoio das superpotências e pela atuação da ONU, uma **vaga descolonizadora percorre a Ásia e, depois, a África.**
- Independentes politicamente, os novos países sentem-se **marginalizados** na tomada de decisões mundiais e **explorados economicamente** pelos países desenvolvidos.
- Rejeitando a bipolarização da política mundial, organizam-se e assumem-se como uma **terceira força**, **não alinhada** com qualquer dos blocos. Denunciam também a exploração económica que os priva do desenvolvimento e que consideram um verdadeiro **neocolonialismo**.

Datas

1945 Fim da Segunda Guerra Mundial.
– Criação da ONU.
1947 Doutrinas Truman e Jdanov.
– Independência da Índia.
1949 Proclamação da República Popular da China.
1960 Independência de 17 países africanos.
1961 Gagarin, primeiro homem no espaço.
– Muro de Berlim.
1962 Crise dos Mísseis de Cuba.
1972 Primeiros acordos para o desarmamento.

Alianças

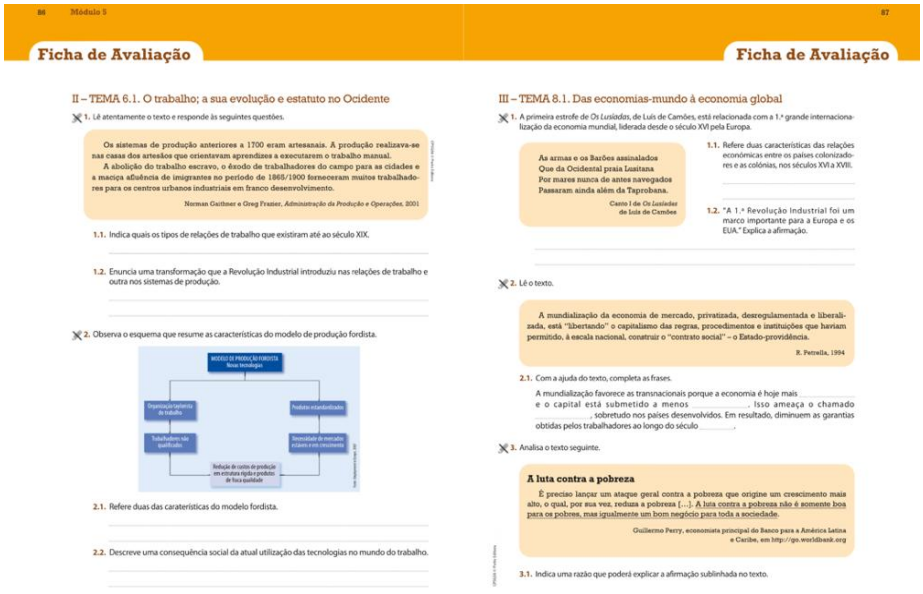
OTAN/NATO (1949)
Aliança militar liderada pelos EUA.
Pacto de Varsóvia (1955)
Aliança militar liderada pela URSS.

Palavras-chave

Cortina de ferro Expressão utilizada para enfatizar a separação entre a Europa comunista e a Europa capitalista.
Guerra Fria Clima de tensão e antagonismo entre o bloco americano e o bloco soviético. (Consulta-se p. 85)
Estado-providência Estado socialmente interventivo, que protege o cidadão "do berço ao túmulo". (Consulta-se p. 85)
Democracia popular Regime característico dos países socialistas, em que a direção do Estado é atribuída a um partido único, considerado representante das classes trabalhadoras. (Consulta-se p. 57)
Descolonização Processo de independência das colónias europeias. (Consulta-se p. 76)
Neocolonialismo Forma de dominação essencialmente económica que deriva, em favor dos países desenvolvidos, os recursos dos países pobres. (Consulta-se p. 93)

84 85

Imagem do manual de História do 12º ano. Parte 2



86 Módulo 5

Ficha de Avaliação

II – TEMA 6.1. O trabalho; a sua evolução e estatuto no Ocidente

1. Lê atentamente o texto e responde às seguintes questões.

> Os sistemas de produção anteriores a 1700 eram artesanais. A produção realizava-se nas casas dos artesãos que orientavam aprendizes a executarem o trabalho manual.
> A abolição do trabalho escravo, o êxodo de trabalhadores do campo para as cidades e a maciça afluência de imigrantes no período de 1865/1900 forneceram muitos trabalhadores para os centros urbanos industriais em franco desenvolvimento.
>
> Norman Gaitbner e Greg Frazier, *Administração da Produção e Operações*, 2001

1.1. Indica quais os tipos de relações de trabalho que existiram até ao século XIX.

1.2. Enuncia uma transformação que a Revolução Industrial introduziu nas relações de trabalho e outra nos sistemas de produção.

2. Observa o esquema que resume as características do modelo de produção fordista.

2.1. Refere duas das características do modelo fordista.

2.2. Descreve uma consequência social da atual utilização das tecnologias no mundo do trabalho.

87

Ficha de Avaliação

III – TEMA 8.1. Das economias-mundo à economia global

1. A primeira estrofe de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, está relacionada com a 1.ª grande internacionalização da economia mundial, liderada desde o século XVI pela Europa.

> As armas e os Barões assinalados
> Que da Ocidental praia Lusitana
> Por mares nunca de antes navegados
> Passaram ainda além da Taprobana.
>
> Canto I de *Os Lusíadas* de Luís de Camões

1.1. Refere duas características das relações económicas entre os países colonizadores e as colónias, nos séculos XVI a XVIII.

1.2. "A 1.ª Revolução Industrial foi um marco importante para a Europa e os EUA." Explica a afirmação.

2. Lê o texto.

> A mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está "libertando" o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o "contrato social" – o Estado-providência.
>
> R. Petrella, 1994

2.1. Com a ajuda do texto, completa as frases.

A mundialização favorece as transnacionais porque a economia é hoje mais _____ e o capital está submetido a menos _____. Isso ameaça o chamado _____, sobretudo nos países desenvolvidos. Em resultado, diminuem as garantias obtidas pelos trabalhadores ao longo do século _____.

3. Analisa o texto seguinte.

> **A luta contra a pobreza**
>
> É preciso lançar um ataque geral contra a pobreza que origine um crescimento mais alto, o qual, por sua vez, reduza a pobreza [...]. A luta contra a pobreza não é somente boa para os pobres, mas igualmente um bom negócio para toda a sociedade.
>
> Guillermo Perry, economista principal do Banco para a América Latina e Caribe, em http://go.worldbank.org

3.1. Indica uma razão que poderá explicar a afirmação sublinhada no texto.

Imagem do manual de Área de Integração do 12º ano

Atividades

1. Identifica as transformações no funcionamento de uma família e que são indicadas ou aludidas no texto 2.

2. Explica de que modo essas mudanças contribuem para uma maior conciliação entre o trabalho e a família.

3. Indica se são **verdadeiras** ou **falsas** as seguintes afirmações, justificando cada uma das opções.

3.1. A fraca natalidade nos países ocidentais significa:

a) que existem muitos idosos. → _____, porque _____

b) que é cada vez menor o número daqueles que nascem. → _____, porque _____

c) que diminui o número daqueles que fazem compras no Natal. → _____, porque _____

3.2. Uma das consequências do facto de cada vez mais mulheres trabalharem fora de casa tem a ver com o facto de:

a) aumentar o desemprego entre os homens. → _____, porque _____

b) a confeção das refeições se atrasar. → _____, porque _____

c) pressionar os Estados a desenvolver uma rede de creches e jardins de infância. → _____, porque _____

Proposta de trabalho

Imagina que és deputado da Assembleia da República e que estás encarregado de elaborar um discurso em que analisas a situação dos jovens casais e os problemas que a sua situação familiar enfrenta. Redige e apresenta esse discurso aos teus colegas, formulando algumas propostas que entendes ser necessário que o Governo tenha em conta para melhorar a situação que descreves.

CP5606 © Porto Editora

Imagem do manual de Área de Integração do 12º ano

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quarto capítulo tem como objetivo interpretar e discutir os resultados segundo o enquadramento teórico e os objetivos definidos neste estudo. Pretende-se compreender de que modo as tendências e padrões identificados na análise dos manuais escolares refletem diferentes conceções de cidadania, juventude e consciência intercultural, bem como as implicações pedagógicas e políticas que daí decorrem. A discussão parte da comparação entre as disciplinas de Área de Integração e História A, salientando as diferenças nas abordagens ao conceito de cidadania e nos modos como cada uma contribui para a formação dos jovens enquanto sujeitos críticos e participativos. Este capítulo pretende articular os resultados com as perspetivas teóricas sobre o papel dos manuais escolares.

Assim, um primeiro ponto que se destaca dos resultados obtidos neste estudo refere-se à presença significativa de conteúdos relacionados com as dimensões da cidadania e da consciência intercultural nos manuais analisados, e que está em consonância com as propostas políticas transnacionais (vd. European Commission, 2018) que sublinham a importância do reforço da educação para a cidadania na formação de jovens conscientes e participativos. Não obstante, a análise sugere uma tensão entre as abordagens mais normativas e tradicionais que parecem prevalecer nos manuais, centradas sobretudo nas formas convencionais de participação, e as perspetivas teóricas que defendem uma noção de cidadania ativa mais abrangente, envolvendo um vasto conjunto de práticas cívicas e políticas (e.g., Ekman e Amnå, 2012).

Um outro ponto diz respeito ao facto da "não participação", frequentemente associada aos/às jovens e conceptualizada por Ekman e Amnå (2012) – que envolve, por exemplo, evitar falar sobre política, perceber a política como desinteressante e sem importância, passividade política, ações violentas (tumultos), etc. –, estar totalmente ausente dos manuais. Esta lacuna contrasta com a literatura que destaca a apatia e o afastamento juvenil das formas tradicionais de participação política (e.g., Dahl et al., 2018; Putnam, 2000, 2007; Ribeiro, 2014) e que reconhece o recurso crescente a formas menos convencionais de participação (e.g., Harris, Wyn & Younes, 2010; Juris & Pleyers, 2009; Malafaia et al., 2013). A ausência desta perspetiva nos manuais sugere uma desvalorização das formas alternativas de envolvimento e participação juvenil, reforçando uma conceção institucionalizada da cidadania.

A análise comparativa entre as duas disciplinas revela a coexistência de padrões transversais e especificidades na abordagem da cidadania que também merecem aqui ser destacados. Em ambas as disciplinas, a cidadania ativa e a consciência intercultural surgem como dimensões centrais, embora com diferentes intensidades e enquadramentos. As dimensões da cidadania juvenil e das questões da juventude aparecem de modo mais residual, o que evidencia uma lacuna na articulação entre os conteúdos escolares e as vivências reais dos/as jovens. No caso da História A, observa-se uma abordagem contextual e evolutiva, centrada na progressão histórica da cidadania, nos movimentos sociais e nas transformações culturais. Esta opção, coerente com a natureza da disciplina, conduz, contudo, a uma perspetiva mais normativa da cidadania, centrada nos direitos conquistados ao longo dos séculos XIX e XX. A Área de Integração, por seu lado, privilegia uma abordagem aplicada e formativa, centrada na ética, na participação democrática e na valorização da diversidade e tolerância, em linha com os objetivos do ensino profissional.

De forma geral, as duas disciplinas parecem apresentar-se numa lógica de complementaridade: a História A promove uma compreensão das origens e transformações da cidadania num sentido mais histórico e normativo, enquanto a Área de Integração traduz essa herança em competências práticas e éticas de participação. Todavia, a ausência quase total das dimensões da cidadania juvenil e das questões da juventude, em ambas as disciplinas, denuncia uma fragilidade transversal: a escola, por via dos manuais, continua a tratar a cidadania sobretudo como uma herança histórica e valor universal, e não como uma experiência vivida e construída pelos/as jovens (vd. Biesta, 2011; Menezes et al., 2019; Ribeiro et al., 2017).

Importa também realçar aqui o nível de complexidade argumentativa apresentada nos manuais, nos quais predominam os argumentos de Nível 1 e 2, que se centram na simples identificação e análise de ideias. Este padrão confirma uma tendência para evitar perspetivas alternativas ou não consensuais, limitando o potencial dos manuais para fomentar o debate e a problematização de temas complexos como a cidadania (e.g., Beiner, 1995; Benhabib, 1999; Haste, 2004; Ignatieff, 1995; Pais, 2005; Santos, 1998; Torres, 2001; Young, 1995). Ainda assim, em comparação com estudos anteriores (vd. Piedade et al.,

2018; Ribeiro et al., 2022), verifica-se um aumento da presença de elementos de Nível 3, sobretudo no manual de História A do 12.º ano, sugerindo uma maior preocupação em estimular a reflexão crítica e o confronto de perspetivas.

Por último, é importante fazer ainda referência ao facto de os manuais analisados recorrerem a uma ampla diversidade de documentos de apoio didático, combinando textos, imagens, mapas, gráficos e outros materiais complementares. Entre os recursos mais frequentemente recomendados destacam-se os livros de exercícios ou similares, a utilização da Internet e, em menor grau, o material audiovisual. Tal como verificado no estudo anterior (vd. Ribeiro et al., 2022), observa-se, contudo, a ausência de recursos tradicionais como o quadro ou o diário, ainda utilizados, muito provavelmente, nas práticas escolares, o que parece constituir uma divergência relevante e reveladora de uma certa distância entre os manuais e o quotidiano pedagógico.

No que respeita às experiências de aprendizagem sugeridas, a análise oral ou escrita de documentos surge como a atividade mais comum, refletindo uma abordagem centrada na interpretação e consolidação de conteúdos. De forma mais pontual, são propostos filmes, músicas, debates, redação de textos argumentativos ou dramatizações, embora estas experiências apareçam de modo residual. Em contrapartida, atividades de investigação, trabalho de campo, visitas de estudo ou jogos educativos estão praticamente ausentes, o que limita as oportunidades de aprendizagem ativa e contextualizada.

Quanto à qualidade das experiências de aprendizagem, observa-se uma tendência para a aprendizagem mecânica, apoiada em resumos, esquemas de síntese e fichas de avaliação formativa. Embora alguns manuais procurem fomentar a autonomia dos/as alunos/as e incentivar a expressão de opiniões pessoais, são ainda escassas as propostas que promovem o debate de diferentes perspetivas, a realização de trabalho de campo ou a diferenciação pedagógica, aspetos cuja ausência constitui uma fragilidade no plano didático e formativo.

Em síntese, os resultados deste estudo indicam que, embora os manuais de História A e Área de Integração integrem conteúdos de forma significativa sobre a cidadania e a consciência intercultural, persistem limitações importantes na forma como estas dimensões são trabalhadas. A superação de abordagens

normativas e consensuais, o incentivo a pedagogias mais críticas e participativas e o reconhecimento dos/as jovens como agentes de transformação social – este último ponto justificado pela ausência nos manuais das dimensões da cidadania juvenil e das questões de juventude – constituem condições fundamentais para uma educação para a cidadania verdadeiramente transformadora, capaz de formar cidadãos e cidadãs críticos/as, participativos/as e interculturalmente competentes.

4.1. Limitações e propostas para futuras investigações

Como qualquer investigação, este estudo apresenta limitações que importa reconhecer e que podem constituir pontos de partida para futuras investigações. A análise centrou-se exclusivamente nos conteúdos dos manuais escolares, não incorporando a perspetiva dos utilizadores diretos – professores e estudantes – nem contemplando a forma como estes recursos são efetivamente utilizados em contexto de sala de aula. Esta limitação é significativa, uma vez que a apropriação que os atores educativos fazem dos manuais pode diferir substancialmente das intenções dos autores.

A delimitação do corpus de análise a duas disciplinas específicas – História A e Área de Integração –, embora justificada pela sua relevância para a educação para a cidadania, exclui outras disciplinas que também contribuem para este objetivo educativo, limitando uma visão mais holística da abordagem curricular a estes temas. Adicionalmente, a especificidade do contexto educativo português limita a generalização dos resultados para outros sistemas educativos, dadas as diferenças curriculares, políticas educativas e contextos socioculturais. A análise incidiu também sobre manuais escolares publicados num período específico, não permitindo uma perspetiva longitudinal sobre a evolução das abordagens pedagógicas ao longo do tempo.

Para futuras investigações, seguindo as orientações sobre as limitações metodológicas em estudos sobre manuais escolares (e.g., Chu, 2017; Nicholls, 2003; Weinbrenner, 1992), propõe-se o alargamento da análise a outras disciplinas do ensino secundário e a outros níveis de ensino, permitindo compreender a progressão e continuidade das abordagens pedagógicas. A

incorporação de estudos etnográficos em contexto de sala de aula, complementados por entrevistas com professores e grupos focais com estudantes, permitiria uma compreensão mais profunda dos processos de ensino-aprendizagem e das práticas de apropriação dos manuais escolares. Do mesmo modo, estudos comparativos com outros sistemas educativos europeus enriqueceriam também o conhecimento nesta área. Assim como estudos longitudinais que acompanhassem a evolução das abordagens pedagógicas ao longo de diferentes reformas curriculares e que se constituiriam em contributos valiosos para a compreensão dos processos de mudança educativa.

Finalmente, propõe-se a possibilidade de implementar projetos que envolvam metodologias participatórias. Desenvolvidos colaborativamente com professores e estudantes para criar e testar materiais pedagógicos alternativos, baseados em abordagens mais críticas e participativas, poderiam contribuir não apenas para o conhecimento académico, mas também para a melhoria efetiva das práticas educativas na formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e interculturalmente mais competentes.

REFERÊNCIAS

Accornero, Guya, & Pinto, Pedro R. (2015). “Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, *41*(2), 393-421.

Amado, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2ª edição). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (3ª edição). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Beiner, Ronald (1995). Introduction. In Ronald Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 1-28). New York: State University of New York Press.

Benhabib, Seyla (1999). Citizens, residents and aliens in a changing world: Political membership in a global era. *Social Research, 66*(3), 709-744.

Biesta, Gert (2011). *Learning democracy in school and society: education, lifelong learning, and the politics of citizenship*. Rotterdam: Sense Publishers.

Brennetot, Arnaud (2011). *Europe representations in textbooks*. HAL archive.

Bromley, Patricia (2014). Comparing minority and human rights discourse in social science textbooks: Cross-national patterns, 1970-2008. *Canadian Journal of Sociology*, *39*(1).

Chiponda, Annie, & Wassermann, Johan (2011). Women in History textbooks - What message does this send to the youth? *Yesterday and Today, 6*, online.

Choppin, Alain (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa, 30*(3), 549-566.

Chu, Yiting (2017). Twenty years of social studies textbook content analysis: Still “decidedly disappointing”? *The Social Studies, 108*(6), 229–241.

Crawford, Chris (2003). *Chris Crawford on game design*. New Riders.

Dahl, Ronald, Allen, Nicholas, Wilbrecht, Linda, & Suleiman Ahna (2018). Importance of investing in adolescence from a developmental science perspective. *Nature, 554*(7693), 441-450.

Della Porta, Donatella, & Diani, Mario (2006). *Social movements: an introduction (2nd ed.)*. Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing.

Ekman, Joakim & Amnå, Erik (2012). Political participation and civic engagement: towards a new typology. *Human Affairs, 22*(3), 283-300.

Escolano Benito, Agustín (2012). *El manual como texto*. *Pro-Posições, 23* 3(69), 33-50.

European Commission (2018). *Education and training monitor 2018*. Publications Office of the European Union.

Ferreira, Pedro, Caetano, Andreia, Rodrigues, Mariana, Lopes, Carina, Pais, Sofia, Araújo, Helena, & Menezes, Isabel. (2013). Visions of the authoritarian past in citizenship education policies and practices in Spain and Portugal. In Hedtke, Reinhold, & Zimenkova, Tatjana (Eds.).

Education for civic and political participation: a critical approach (pp. 207-221). New York/London: Routledge.

Fetsko, William J. (1992). *Approaching textbook selection systematically*. In Herlihy, John G. (Ed.), *The textbook controversy: Issues, aspects, perspectives* (pp. 129-135). New Jersey, Norwood, Ablex Publishing Corporation.

Foster, Stuart, & Crawford, Keith (Eds.). (2006). What shall we tell the children?: international perspectives on school history textbooks. IAP.

Galván, Luz, Martínez, Lucia, & López, Oresta (Coords.). (2016). *Más allá del texto: autores, redes de saber y formación de lectores*. Casa Chata, ME: Universidad Autónoma del Estado de Morelos. Centro de Investigación y Estudios Superiores em Antropología Social.

Hakoköngäs, Eemeli & Sakki, Inari (2016). The Naturalized Nation: Anchoring, Objectification and Naturalized Social Representations of History. *Journal of Social and Political Psychology, 4*(2), Article e4961.

Harris, Anita, Wyn, Johanna, & Younes, Salem (2010). Beyond apathetic or activist youth: 'Ordinary' young people and contemporary forms of participation: 'Ordinary' young people and contemporary forms of participation. *YOUNG*, *18*(1), 9-32.

Haste, Helen & Hogan, Amy (2006). Beyond conventional civic participation, beyond the moral-political divide: young people and contemporary debates about citizenship. *Journal of Moral Education, 35*(4), 473-493.

Haste, Helen (2004). Constructing the citizen. *Political Psychology, 25*(3), 413-439.

Ignatieff, Michael (1995). The myth of citizenship. In Ronald Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 53-77). New York: State University of New York Press.

Janoski, Thomas (1998). *Citizenship and civil society: a framework of rights and obligations in liberal, traditional, and social democratic regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.

Juris, Jeffrey & Pleyers, Geoffrey (2009). Alter-activism: Emerging cultures of participation among young global justice activists. *Journal of Youth Studies, 12*(1), 57–75.

Lawson, Helen (2001). Active citizenship in schools and the community. *The Curriculum Journal, 12*(2), 163-178.

Lawy, Robert & Biesta, Gert (2006). Citizenship-as-practice: the educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Educational Studies, 54*(1), 34-50.

Magalhães, Justino (2011). *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Colibri/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Maia, Cristina (2017). A investigação em manuais escolares e suas dimensões analíticas: exemplo de um estudo comparativo europeu. *Indagatio Didactica, 9*(3), 7-24.

Malafaia, Carla, Fernandes-Jesus, Maria, Ribeiro, Norberto, Neves, Tiago, Coimbra, Joaquim Luís, & Menezes, Isabel. (2013). Civic and political e-participation of young immigrants: 'Digital hope' for inclusion? *International Journal of E-Politics*, *4*(1), 32–49.

Marshall, Thomas H. (1967 [1950]) Cidadania e classe social? in Marshall, Thomas H. *Cidadania, Classe Social e Status* (edição traduzida para português) (pp. 57-114). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

McCowan, Tristan & Unterhalter, Elaine (2013). Education, citizenship and deliberative democracy Sen's capability perspective. In Hedtke, Reinhold, & Zimenkova, Tatjana (Eds.). *Education for civic and political participation: a critical approach* (pp. 135-154). New York/London: Routledge.

Menezes, Isabel, Ferreira, Pedro. D., Ribeiro, Norberto, & Malafaia, Carla (2019). Schools as democracy labs. In A. Licht, I. Pateraki, & S. Scimeca (Eds.), *If not in Schools, where? Learn and practice Democracy with eTwinning* (pp. 11–13). Central Support Service of eTwinning.

Moeglin, Pierre (2006). The Textbook and after.... In Bruillard, Éric, Aamotsbakken, Bente, Knudsen, Susanne, & Horsley, Mike (eds.). *Caught in the Web or Lost in the Textbook? Eighth International Conference on Learning and Educational Media* (pp. 15-33). Utrecht: International Association for Research on Textbooks and Educational Media.

Mogarro, Maria J., & Rodrigues, Filomena (2024). Building a democratic culture: Society and nature in Portuguese secondary education textbooks from 1970 to 1999. *Journal of Educational Media Memory and Society, 16*(1), 130-152.

Morais, Jorge (2007). *Análise da imagem em manuais escolares*. [Tese de doutoramento em Comunicação e Artes Visuais]. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Munakata, Kazumi (2016). O livro escolar como indício da cultura escolar.*Revista de História da Educação, 20*(50), 119-138.

Nicholls, Jason (2003). Methods in school textbook research. *History Education Research Journal*, *3*(2), 11-26.

Nicholls, Jason (Ed.) (2006). *School History Textbooks Across Cultures: International Debates and Perspectives.* Oxford: Symposium Books.

Pais, José M. (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas, 49*, 53-70.

Perliger, Arie, Canetti-Nisim, Daphna, & Pedahzur, Ami (2006). Democratic Attitudes Among High-School Pupils: The role played by perceptions of class climate. *School Effectiveness and School Improvement, 17*(1), 119–140.

Piedade, Filipe (2021). *Contributos da escola para uma cidadania europeia crítica* [Tese de Doutoramento em Ciências da Educação]. Porto: Universidade do Porto.

Piedade, Filipe, Ribeiro, Norberto, Loff, Manuel, Neves, Tiago, & Menezes, Isabel (2018). Learning About the European Union in Times of Crisis: Portuguese

Textbooks' Normative Visions of European Citizenship. *Journal of Social Science Education, 17*(2), 31-40.

Pingel, Falk (2010). *Guidelines for textbook research and textbook revision (2nd ed.)*. UNESCO/Georg Eckert Institute for International Textbook Research.

Putnam, Robert (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community.* Touchstone Books/Simon & Schuster.

Putnam, Robert (2007), *E Pluribus Unum*: Diversity and community in the twenty-first century The 2006 Johan Skytte Prize Lecture. *Scandinavian Political Studies, 30*, 137-174.

Quivy, Raymond, & Campenhoudt, LucVan (1995). *Manual de investigação em ciências sociais* (versão traduzida para português). Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, Norberto (2019). Os manuais escolares deviam «ser catalisadores de uma reflexão crítica sobre a União Europeia». *Blog Fundação Francisco Manuel dos Santos*. https://www.ffms.pt/blog/artigo/363/os-manuais-escolares-deviam-ser-catalisadores-de-uma-reflexao-critica-sobre-a-uniao-europeia.

Ribeiro, Norberto, Ferreira, Pedro, Piedade, Filipe, Grosso, Luís, & Menezes, Isabel (2022). Análise de Manuais Escolares: cidadania ativa e discursos sobre a Europa. In Menezes, Isabel, Malafaia, Carla, & Ferreira, Pedro (Eds.). *Reinventar a Cidadania Europeia de Jovens: as escolas como espaços de educação política* (pp. 19-37). Porto: Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Ribeiro, Norberto, Neves, Tiago, & Menezes, Isabel (2017). An Organization of the Theoretical Perspectives in the Field of Civic and Political Participation: Contributions to Citizenship Education. *Journal of Political Science Education*, *13*(4), 426–446.

Ribeiro, Norberto; Ferreira, Pedro & Menezes, Isabel (2016). *Grid/guide for the textbook analysis*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Ribeiro, Norberto; Neves, Tiago, & Menezes, Isabel (2014). Educação para a Cidadania em Portugal: contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português. *Currículo sem Fronteiras, 14*(3), 12-31.

Sakki, Inari (2025). Collective memory and history textbooks. *Current Opinion in Psychology, 65*, 102073.

Samuel, Alexandra W. (2004). *Hacktivism and the future of political participation* [Tese de Doutoramento]. Cambridge: Harvard University.

Santos, Boaventura S. (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Gradiva.

Schiffauer, Werner, Baumann, Gerd, Kastoryano, Riva, & Vertovec, Steven (2002). *Civil enculturation: Nation-state, school, and ethnic difference in four European countries*. Berghahn Books.

Schissler, Hanna (1989/90). Limitations and priorities for international social studies textbook research. *The International Journal of Social Education, 4*, 81–89.

Schissler, Hanna (2009). Navigating a globalizing world: thoughts on textbook analysis, teaching, and learning. *Journal of Educational Media, Memory and Society*, 1, 203-226.

Schissler, Hanna, & Soysal, Yasemin (Eds.). (2005). *The nation, Europe and the world: Textbooks and curricula in transition*. Berghahn Books.

Seixas, Peter (Ed.). (2004). *Theorizing historical consciousness*. University of Toronto Press.

Silva Dias, Teresa, & Menezes, Isabel (2014). Children and adolescents as political actors: collective visions of politics and citizenship. *Journal of Moral Education, 43*(3), 250-268.

Soysal, Yasemin (1998). Identity and transnationalization in German school textbooks. *Bulletin of Concerned Asian Scholars, 30*(2), 53–61.

Stradling, Robert (2003). *Multiperspectivity in history teaching: a guide for teachers*. Germany: Council of Europe.

Torres, Carlos A. (2001). *Democracia, educação e multiculturalismo – dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes.

Veugelers, Wiel (2007). Creating critical-democratic citizenship education: empowering humanity and democracy in Dutch education. *Compare. A Journal of Comparative and International Education, 37*(1), 105-119.

Weinbrenner, Peter (1992). Methodologies of textbook analysis used to date, in Bourdillon, Hilary (Ed.), *History and social studies: methodologies of textbook analysis* (pp. 21-34). Strasbourg: Council of Europe.

Young, Iris M. (1995). Polity and group difference: A critique of the ideal of universal citizenship. In Ronald Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 175-207). New York: State University of New York Press.

Zevin, Jack (2010). Future citizens: children and politics. *Teaching Political Science*, 10(3), 119-126.

Zimenkova, Tatjana (2013). Sharing political power or caring for the public good? The impact of service learning on civic and political participation. In Hedtke, Reinhold, & Zimenkova, Tatjana (Eds.). *Education for civic and political participation: a critical approach* (pp. 171-188). New York/London: Routledge.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

Aprendizagens Essenciais de Área de Integração (2020).
https://www.anqep.gov.pt/np4/476.html

Aprendizagens Essenciais de História A – 11º ano (2018).
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_historia_a.pdf

Aprendizagens Essenciais de História A – 12º ano (2022).
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/12_historia_a.pdf

Lei de Bases do Sistema Educativo (Diário da República n.º 237/1986).
https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975

APÊNDICES

Apêndice I – Grelha de Análise do manual de Área de Integração 10ºano

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Disciplina

Área de Integração

2. Ano

10º

3. Título

Faz Parte

4. Autor(es)

Cláudia Pinto Ribeiro; Helena Vieira e Miguel Coimbra.

5. Sexo do(s) autor(es)

Feminino e masculino

6. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

7. Ano de publicação

2024

8. Editora

Porto Editora

9. Edição

10. Nº de páginas

181

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	8	9	
b) Cidadania juvenil	2	2	
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)			
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	33	40	
TOTAL	43	51	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual da Área de Integração foi selecionado, por ser uma disciplina interdisciplinar que produz um conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, aborda temas centrais á cidadania, como direitos humanos, diversidade e participação cívica. Trata-se de uma disciplina obrigatória do ensino secundário profissional, o que a torna, como estratégia na formação de jovens, muitas vezes menos representados nos estudos sobre a educação para a cidadania.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    a) Nível UE 1
    b) Nível Nacional 8
    c) Nível Local
    d) Outras regiões (para além da UE)
    e) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

13.1 Parágrafos representativos:

"À medida que as migrações motivadas pelo clima se intensificam, há uma urgência em esclarecer a definição de "refugiados climáticos" e colocar em prática um mecanismo internacional que os proteja. […] só no ano passado, 22,3 milhões de pessoas se deslocaram em resposta a desastres associados ao clima. A média anual registada entre 2008 e 2020 era de cerca de 21 milhões" (pág.130)

"A nossa relação com o que nos rodeia é marcada por valores. Estes estão na base das nossas ações e decisões. Quando esperamos que alguém cumpra a sua palavra, por exemplo, esperamos que respeite um determinado valor, a honestidade. Todos os dias tomamos posições sobre os outros e as coisas, não vivemos indiferentes ao que acontece no mundo. Um valor não é uma coisa material, é uma representação mental, um ideal ou norma que reconhecemos ou projetamos nas coisas ou pessoas, tal como a honestidade, a solidariedade ou a beleza. É aquilo que torna algo ou alguém desejável ou não, preferido ou preterido, superior ou inferior. Podemos começar por notar que há diversos tipos de valores: há valores éticos, estéticos ou lógicos, por exemplo. Facilmente constatamos, também, que a importância dada por diferentes pessoas ou grupos aos diversos valores pode variar bastante. Isso significa que existem diferentes tábuas de valores. Estas são escalas hierarquizadas de valores." (pág.144)

"A diversidade cultural, e consequente diversidade de valores, é um facto. Ela traz vantagens, mas também é geradora de conflitos. Perante alguns casos, como o exposto no texto anterior, somos levados a defender que certos valores são, ou deveriam ser, considerados objetivamente corretos e universais. Defender a universalidade de valores é defender que há valores que são transculturais, que são, ou que deviam ser, partilhados por todos." (pág.147)

"As nossas decisões éticas aplicam-se a muitos assuntos importantes, tais como a pena de morte, o aborto ou a manipulação genética. A ética é uma reflexão sobre como devemos viver e sobre o que torna as ações boas ou más. Ao fazermos juízos de valor sobre como devemos comportar-nos em determinadas situações, estamos a fazer juízos éticos ou morais. Vejamos um dilema moral como exemplo: Imaginemos que estamos a conduzir um trólei (elétrico) que se descontrolou e que no trilho à nossa frente estão cinco trabalhadores que vamos atropelar. De repente, damo-nos conta de que temos a opção de mudar a direção do trólei, o que resultaria na morte de uma única pessoa que está no outro trilho, em vez dos cinco

trabalhadores. O que devemos fazer? Sacrificar uma vida para salvar cinco é a coisa certa a fazer? Que critério devemos usar para decidir" (pág.48)

"De acordo com o contexto histórico em que têm surgido, os Direitos Humanos têm sido subdivididos em "três gerações". Uma primeira geração de direitos civis e políticos relacionados com a liberdade, a segurança e a propriedade, nascida no contexto das revoluções políticas do século XVIII. Uma segunda geração, nascida depois da Segunda Guerra Mundial, centrada em direitos de natureza económica, social e cultural, como o direito à saúde, à educação e ao trabalho, pressupondo-se uma maior intervenção do Estado. Por fim, nas últimas décadas, uma terceira geração de direitos como o direito à paz, ao meio ambiente protegido e aos direitos das minorias" (pág.152)

"O Estado, em sentido moderno, é uma instituição ou conjunto de instituições políticas que engloba um povo, um território e um poder político. O Estado regula e organiza a vida social exercendo o seu poder e autoridade sobre os cidadãos. Em França, antes da Revolução Francesa, em 1789, que marcou o fim do absolutismo e da monarquia nesse país, o monarca representava o Estado, concentrando em si o poder de criar as leis, executá-las e julgar quem não as cumprisse. Por isso, o rei francês Luís XIV chegou a declarar: "O Estado sou eu!". Mas, nos modernos Estados democráticos de Direito, as leis são criadas pelo povo e para o povo. Por isso, o Estado somos todos nós" (pág. 153)

"A palavra "justiça" tem origem na palavra latina *iustitia*, que significa o conjunto de princípios que garantem a cada um e ao conjunto da sociedade os seus direitos, promovendo a igualdade entre todos os cidadãos. A justiça é frequentemente representada pela figura de uma mulher com os olhos vendados, uma espada na mão direita e uma balança na mão esquerda. O que simboliza os seguintes princípios: venda nos olhos – a justiça não olha a quem, todos são iguais perante a lei; espada – a justiça pune aqueles que não cumprem a lei; balança – a justiça tem um só critério, não tem dois pesos nem duas medidas. Quando olhamos à nossa volta, constatamos que existem muitas desigualdades. Será que uma sociedade em que algumas pessoas vivem vidas de luxo, enquanto outras não têm dinheiro para comer pode ser justa? Será que uma sociedade em que existem estes tipos de desigualdades pode ser justa?" (pág. 153)

"Se decidíssemos nessa posição de igualdade escolheríamos, segundo Rawls, estes princípios: O princípio da igual liberdade todos devem ter acesso às mesmas liberdades fundamentais(direito de voto, à propriedade privada, à liberdade de expressão, etc.).O princípio da oportunidade justa–as desigualdades económicas e sociais devem estar ligadas aposto seposições acessíveis a todos em condições de justa igualdade de oportunidades(as desigualdades são inaceitáveis se resultarem de uns terem oportunidades que outros não têm).O princípio da diferenças desigualdades só são justas se beneficiarem as pessoas mais desfavorecidas (os ganhos dos mais favorecidos não podem ser só para eles, devem trazer vantagens para todos, especialmente para os mais desfavorecidos)".(pág.156)

"A liberdade individual não significa cada um fazer o que lhe apetece. Seguir apetites ou impulsos não é o mesmo que agir de forma livre. Somos livres nas decisões que tomamos, mas, precisamente por serem decisões livres, somos também

responsáveis por elas, ou seja, temos de responder por elas. A liberdade tem uma dimensão moral e implica a consciência crítica e reflexiva. O ser humano é inseparável dos outros e das instituições. Por isso, cabe ao Estado e a cada cidadão zelar pelo bem comum e pela justiça. Os indivíduos, no exercício da sua liberdade e responsabilidade políticas, refletem e avaliam sobre a atuação do Estado e, só através de um envolvimento político ativo e consciente, podemos contribuir para a construção de uma sociedade justa." (pág.157)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:
    a) Nível UE
    b) Nível Nacional ()
    c) Nível Local
    d) Outras regiões (para além da UE)
    e) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (2)

14.1 Parágrafos representativos:

"Os grupos de pares ou de amigos são, geralmente, pessoas com idades próximas e interesses comuns. É um importante agente de socialização que desenvolve no indivíduo a sua autonomia, relações de solidariedade ou cooperação e que contribui para o seu desenvolvimento moral, bem como para a construção da sua identidade pessoal e social. A escola tem várias funções sociais, desde a transmissão de conhecimentos, técnicas e competências que preparam os indivíduos para a sua inserção no mundo profissional – socialização formal, ao ensino de valores e comportamentos, como a honestidade e a solidariedade, e ideais éticos, políticos e sociais que facilitam a sua inserção social – socialização informal. Os meios de comunicação social sobrepõem-se, por vezes, nas sociedades modernas, à família e à escola. Estes têm um enorme poder na transmissão de estilos de vida e valores, modelando com facilidade atitudes e comportamentos." (pág. 21)

"Os ídolos e influenciadores das redes sociais, por exemplo, modelam e condicionam o comportamento dos indivíduos que os seguem. Os indivíduos identificam-se com eles, imitam os seus comportamentos, aderem às suas causas e aprendem modelos culturais." (pág.24)

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):
    a) Nível UE
    b) Nível Nacional (2)
    c) Nível Local
    d) Outras regiões (para além da UE)
    e) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

15.1 Parágrafos representativos:

"Ao longo das últimas décadas, têm sido tomadas várias medidas que procuram reduzir o atraso da população portuguesa em termos de educação e a distância que a separa dos outros países. Neste sentido, foram levadas a cabo sucessivas reformas educativas com o objetivo de investir no capital humano, reconhecendo a sua

importância fundamental para o desenvolvimento do país. Estas reformas procuraram diminuir a taxa do abandono escolar e, para tal, fizeram-se grandes investimentos no Ensino Secundário e Superior, alargou-se a escolaridade obrigatória para 12 anos, promoveu-se o crescimento das vias profissionalizantes na formação inicial e reorganizou-se a rede escolar. Com o tempo, estas medidas levaram a que cada vez menos alunos abandonassem a escola sem o Ensino Secundário (ou o Ensino Profissional) concluído." (pág.113)

"A generalização do Ensino Profissional nas escolas públicas, a partir de 2005, contribuiu muito para esta evolução positiva. Em 2020, 45% dos jovens, entre os 20 e os 34 anos, com o Ensino Secundário tinham frequentado um curso profissional. O mais interessante é verificar que, nos últimos anos, os jovens que concluem um curso profissional têm uma transição mais facilitada para o mercado de trabalho, uma vez que a sua formação inicial permite-lhes desenvolver competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional" (pág.113)

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

a) Nível UE (1)
b) Nível Nacional
c) Nível Local
d) Outras regiões (para além da UE)
e) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

16.1 Parágrafos representativos:

"4.3 Desequilíbrios regionais «Derrubar desigualdades para melhorar a saúde da mulher. Mais de 80% das famílias monoparentais são suportadas pelas mães, mais uma pedra na engrenagem da igualdade social e económica. Seria preciso chegar ao ano 2157 para que a desigualdade salarial entre homens e mulheres já não fosse um assunto, aponta o Fórum Económico Mundial no "Global Gender Gap Report 2021". Apesar de serem elas que compõem a maioria da população portuguesa e que ocupam a maior parte das cadeiras nas universidades, continuam a ser quem mais risco de pobreza enfrenta e quem recebe menos. Mais do que paridade de direitos, estas diferenças estão, defende Maria de Belém Roseira, a prejudicar a saúde feminina.» Fernandes, F. A. (02 dezembro 2022). Derrubar desigualdades para melhorar a saúde da mulher. Expresso" (pág.95)

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (■) *mais do que uma opção*]:

a) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política). ■

b) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária). ■

c) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)). ■

d) **Outra X** (Por favor, especificar) Remete para a ideia de uma cidadania normativa.

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

c) Participação política

f) Outra

"De acordo com o contexto histórico em que têm surgido, os Direitos Humanos têm sido subdivididos em "três gerações". Uma primeira geração de direitos civis e políticos relacionados com a liberdade, a segurança e a propriedade, nascida no contexto das revoluções políticas do século XVIII. Uma segunda geração, nascida depois da Segunda Guerra Mundial, centrada em direitos de natureza económica, social e cultural, como o direito à saúde, à educação e ao trabalho, pressupondo-se uma maior intervenção do Estado. Por fim, nas últimas décadas, uma terceira geração de direitos como o direito à paz, ao meio ambiente protegido e aos direitos das minorias." (pág.152) "A lei é uma regra ou preceito estabelecido pelo Direito. É um conjunto de normas e princípios que regulam a conduta humana em sociedade e são expressão da

autoridade política. Mas porque é que existem leis? E o que é o Direito? Somos naturalmente seres sociais. Vivemos toda a vida em sociedade. Qualquer comunidade de que fazemos parte – família, cidade, Estado mostra essa nossa natureza social. Mas a convivência humana seria impossível sem existir uma ordem, um conjunto de regras que orientam o comportamento dos indivíduos, que estabelecem as regras de organização de uma sociedade e das instituições que lhe servem de estrutura. Essa ordem é o Direito. O Direito está ligado ao esforço de realizar os valores fundamentais da convivência social: a justiça e a segurança. O fim último do Direito é a justiça, é esse o seu valor mais alto. O Direito tem, pois, um fundamento ético." (pág.152)

"O Estado, em sentido moderno, é uma instituição ou conjunto de instituições políticas que engloba um povo, um território e um poder político. O Estado regula e organiza a vida social exercendo o seu poder e autoridade sobre os cidadãos. Em França, antes da Revolução Francesa, em 1789, que marcou o fim do absolutismo e da monarquia nesse país, o monarca representava o Estado, concentrando em si o poder de criar as leis, executá-las e julgar quem não as cumprisse. Por isso, o rei francês Luís XIV chegou a declarar: "O Estado sou eu!". Mas, nos modernos Estados democráticos de Direito, as leis são criadas pelo povo e para o povo. Por isso, o Estado somos todos nós" (pág.153)

"Segundo a teoria da separação de poderes, um Estado exerce três funções: função legislativa – elaborar leis e aprová-las; função executiva – aplicar as leis e tomar medidas para a satisfação das necessidades coletivas; função judicial – zelar pelo cumprimento das leis, resolver os conflitos e punir os infratores. Um Estado pode englobar parlamento, governo, tribunais, forças de segurança, forças armadas, entre outros." (pág. 153)

"A liberdade individual não significa cada um fazer o que lhe apetece. Seguir apetites ou impulsos não é o mesmo que agir de forma livre. Somos livres nas decisões que tomamos, mas, precisamente por serem decisões livres, somos também responsáveis por elas, ou seja, temos de responder por elas. A liberdade tem uma dimensão moral e implica a consciência crítica e reflexiva. O ser humano é inseparável dos outros e das instituições. Por isso, cabe ao Estado e a cada cidadão zelar pelo bem comum e pela justiça. Os indivíduos, no exercício da sua liberdade e responsabilidade políticas, refletem e avaliam sobre a atuação do Estado e, só através de um envolvimento político ativo e consciente, podemos contribuir para a construção de uma sociedade justa." (pág.157)

"A palavra "justiça" tem origem na palavra latina *iustitia*, que significa o conjunto de princípios que garantem a cada um e ao conjunto da sociedade os seus direitos, promovendo a igualdade entre todos os cidadãos. A justiça é frequentemente representada pela figura de uma mulher com os olhos vendados, uma espada na mão direita e uma balança na mão esquerda. O que simboliza os seguintes princípios: venda nos olhos – a justiça não olha a quem, todos são iguais perante a lei; espada – a justiça pune aqueles que não cumprem a lei; balança – a justiça tem um só critério, não tem dois pesos nem duas medidas. Quando olhamos à nossa volta, constatamos que existem muitas desigualdades. Será que uma sociedade em que algumas pessoas vivem vidas de luxo, enquanto outras não têm dinheiro para comer pode ser justa?

Será que uma sociedade em que existem estes tipos de desigualdades pode ser justa?" (pág. 154)

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

a) Informativo X
b) Reflexivo / Interpretativo X
c) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

a) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
b) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
c) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos se encontram no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"À medida que as migrações motivadas pelo clima se intensificam, há uma urgência em esclarecer a definição de "refugiados climáticos" e colocar em prática um mecanismo internacional que os proteja. […] só no ano passado, 22,3 milhões de pessoas se deslocaram em resposta a desastres associados ao clima. A média anual registada entre 2008 e 2020 era de cerca de 21 milhões." (pág.130) NÍVEL 2

"De acordo com o contexto histórico em que têm surgido, os Direitos Humanos têm sido subdivididos em "três gerações". Uma primeira geração de direitos civis e políticos relacionados com a liberdade, a segurança e a propriedade, nascida no contexto das revoluções políticas do século XVIII. Uma segunda geração, nascida depois da Segunda Guerra Mundial, centrada em direitos de natureza económica, social e cultural, como o direito à saúde, à educação e ao trabalho, pressupondo-se uma maior intervenção do Estado. Por fim, nas últimas décadas, uma terceira geração de direitos como o direito à paz, ao meio ambiente protegido e aos direitos das minorias. "(pág.152) NÍVEL 2

"Segundo a teoria da separação de poderes, um Estado exerce três funções: função legislativa – elaborar leis e aprová-las; função executiva – aplicar as leis e tomar medidas para a satisfação das necessidades coletivas; função judicial – zelar pelo cumprimento das leis, resolver os conflitos e punir os infratores. Um Estado pode englobar parlamento, governo, tribunais, forças de segurança, forças armadas, entre outros." (pág. 153) NÍVEL 2

"O Estado, em sentido moderno, é uma instituição ou conjunto de instituições políticas que engloba um povo, um território e um poder político. O Estado regula e

organiza a vida social exercendo o seu poder e autoridade sobre os cidadãos. Em França, antes da Revolução Francesa, em 1789, que marcou o fim do absolutismo e da monarquia nesse país, o monarca representava o Estado, concentrando em si o poder de criar as leis, executá-las e julgar quem não as cumprisse. Por isso, o rei francês Luís XIV chegou a declarar: "O Estado sou eu!". Mas, nos modernos Estados democráticos de Direito, as leis são criadas pelo povo e para o povo. Por isso, o Estado somos todos nós" (pág.153) NÍVEL 2

b) Reflexivo / Interpretativo

"As nossas decisões éticas aplicam-se a muitos assuntos importantes, tais como a pena de morte, o aborto ou a manipulação genética. A ética é uma reflexão sobre como devemos viver e sobre o que torna as ações boas ou más. Ao fazermos juízos de valor sobre como devemos comportar-nos em determinadas situações, estamos a fazer juízos éticos ou morais. Vejamos um dilema moral como exemplo:
Imaginemos que estamos a conduzir um trólei (elétrico) que se descontrolou e que no trilho à nossa frente estão cinco trabalhadores que vamos atropelar. De repente, damo-nos conta de que temos a opção de mudar a direção do trólei, o que resultaria na morte de uma única pessoa que está no outro trilho, em vez dos cinco trabalhadores. O que devemos fazer? Sacrificar uma vida para salvar cinco é a coisa certa a fazer? Que critério devemos usar para decidir" (pág. 148) NÍVEL 2

"A lei é uma regra ou preceito estabelecido pelo Direito. É um conjunto de normas e princípios que regulam a conduta humana em sociedade e são expressão da autoridade política. Mas porque é que existem leis? E o que é o Direito? Somos naturalmente seres sociais. Vivemos toda a vida em sociedade. Qualquer comunidade de que fazemos parte – família, cidade, Estado mostra essa nossa natureza social. Mas a convivência humana seria impossível sem existir uma ordem, um conjunto de regras que orientam o comportamento dos indivíduos, que estabelecem as regras de organização de uma sociedade e das instituições que lhe servem de estrutura. Essa ordem é o Direito. O Direito está ligado ao esforço de realizar os valores fundamentais da convivência social: a justiça e a segurança. O fim último do Direito é a justiça, é esse o seu valor mais alto. O Direito tem, pois, um fundamento ético." (pág.152) NÍVEL 2

"A palavra "justiça" tem origem na palavra latina *iustitia*, que significa o conjunto de princípios que garantem a cada um e ao conjunto da sociedade os seus direitos, promovendo a igualdade entre todos os cidadãos. A justiça é frequentemente representada pela figura de uma mulher com os olhos vendados, uma espada na mão direita e uma balança na mão esquerda. O que simboliza os seguintes princípios: venda nos olhos – a justiça não olha a quem, todos são iguais perante a lei; espada – a justiça pune aqueles que não cumprem a lei; balança – a justiça tem um só critério, não tem dois pesos nem duas medidas. Quando olhamos à nossa volta, constatamos que existem muitas desigualdades. Será que uma sociedade em que algumas pessoas vivem vidas de luxo, enquanto outras não têm dinheiro para comer pode ser justa? Será que uma sociedade em que existem estes tipos de desigualdades pode ser justa?" (pág. 154) NÍVEL 2

"A liberdade individual não significa cada um fazer o que lhe apetece. Seguir apetites ou impulsos não é o mesmo que agir de forma livre. Somos livres nas decisões que

tomamos, mas, precisamente por serem decisões livres, somos também responsáveis por elas, ou seja, temos de responder por elas. A liberdade tem uma dimensão moral e implica a consciência crítica e reflexiva. O ser humano é inseparável dos outros e das instituições. Por isso, cabe ao Estado e a cada cidadão zelar pelo bem comum e pela justiça. Os indivíduos, no exercício da sua liberdade e responsabilidade políticas, refletem e avaliam sobre a atuação do Estado e, só através de um envolvimento político ativo e consciente, podemos contribuir para a construção de uma sociedade justa." (pág.157) NÍVEL 2

c) Outro

20. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim X Não Se sim, por favor, dar exemplos…

"Os grupos de pares ou de amigos são, geralmente, pessoas com idades próximas e interesses comuns. É um importante agente de socialização que desenvolve no indivíduo a sua autonomia, relações de solidariedade ou cooperação e que contribui para o seu desenvolvimento moral, bem como para a construção da sua identidade pessoal e social. A escola tem várias funções sociais, desde a transmissão de conhecimentos, técnicas e competências que preparam os indivíduos para a sua inserção no mundo profissional – socialização formal, ao ensino de valores e comportamentos, como a honestidade e a solidariedade, e ideais éticos, políticos e sociais que facilitam a sua inserção social – socialização informal. Os meios de comunicação social sobrepõem-se, por vezes, nas sociedades modernas, à família e à escola. Estes têm um enorme poder na transmissão de estilos de vida e valores, modelando com facilidade atitudes e comportamentos." (pág. 21)

"Líderes de opinião. Para além dos agentes de socialização já referidos, um outro agente que exerce uma enorme influência na forma como pensamos e agimos, modelando e condicionando o nosso comportamento, são os líderes de opinião. Um líder de opinião é alguém que, devido ao seu estatuto ou prestígio, tem o poder de influenciar populações. Pode ser uma estrela do mundo da arte, um ídolo do desporto, uma figura política consagrada ou um influenciador das redes sociais. "(pág. 22)

"Os ídolos e influenciadores das redes sociais, por exemplo, modelam e condicionam o comportamento dos indivíduos que os seguem. Os indivíduos identificam-se com eles, imitam os seus comportamentos, aderem às suas causas e aprendem modelos culturais." (pág.24)

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):
    a) Estatuto da cidadania
    b) Género X
    c) Etnia X
    d) Idade
    e) Outro X Direitos Humanos, Globalização, Consciência intercultural

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

b) Género

"«Talibãs defendem lei islâmica sobre os direitos das mulheres O Governo talibã assegurou, este sábado, que as restrições impostas às mulheres em termos de educação, trabalho e livre circulação são necessárias para moldar a realidade do país segundo as normas da lei islâmica, ou 'sharia'. […] Desde a queda de Cabul, em agosto de 2021, as mulheres sofreram uma deterioração dos seus direitos, com restrições como a segregação por género em locais públicos, a imposição do véu ou a obrigação de serem acompanhadas por um familiar masculino em viagens longas. Citado pela agência espanhola EFE, o estudioso islâmico Malavi Mohammad Amin sustentou que proibir as adolescentes de frequentaram a escola, a universidade e o trabalho não é um valor islâmico, nem faz parte da cultura afegã.» JN/Agências (14 janeiro 2023). Talibãs defendem lei islâmica sobre os direitos das mulheres. JN. Disponível em www.jn.pt [consult. mar 2023]" (pág.147)

c) Etnia

"A identificação com determinados padrões culturais e a aculturação contribuem para a integração e aceitação do indivíduo num determinado grupo ou comunidade. Essa adaptação aumenta-lhe o sentimento de confiança. Além disso, ao adotar os padrões culturais, o indivíduo desenvolve um sentimento de pertença e uma perceção das diferenças em relação aos demais grupos. A diversidade cultural pode, e deve, originar o diálogo intercultural. No entanto, no extremo oposto, os conflitos de valores e perspetivas podem gerar atitudes intolerantes, desde o etnocentrismo, ao racismo, ou à xenofobia. O etnocentrismo é a atitude de avaliação das outras culturas a partir da própria cultura, tendendo a julgar esta como superior e a impô-la como modelo cultural de referência. O racismo é a discriminação com base no preconceito de superioridade/inferioridade de uma raça e a xenofobia é a aversão ou antipatia em relação a um grupo, por exemplo, uma etnia. (pág.22)

d) Idade

e) Outro

"A integração de cada um de nós numa determinada sociedade – a integração social, realiza-se através da chamada socialização. Este processo, que é decisivo para o desenvolvimento da nossa personalidade, consiste na interiorização dos diversos elementos da(s) sociedade(s) ou cultura(s) que nos envolve(m)" (pág.19)

"A família é o primeiro agente socializador. O grupo familiar desempenha o primeiro papel de modelo que as crianças procuram imitar e com o qual pretendem identificar-se. As interações familiares têm uma forte componente afetiva e fornecem às crianças o seu primeiro sistema de valores, normas e crenças. A família promove comportamentos considerados corretos e aceitáveis, sendo, portanto, um agente fundamental para a integração do indivíduo na sociedade. (pág. 20)

"A cultura está presente em todas as sociedades humanas. Não existe sociedade que não tenha criado um sistema de crenças, valores e hábitos associados ao nascimento, alimentação, reprodução ou morte. Chamamos cultura ao conjunto de formas de pensar, sentir e agir de um grupo social, de produções materiais e imateriais socialmente aprendidas, transformadas e transmitidas de geração em geração." (pág.17)

"Os elementos que compõem uma cultura resultam da criação humana. Mas, por este mundo fora, e ainda bem, não existe um único modelo cultural, mas distintos padrões culturais. Perante tanta diversidade cultural, muitas vezes recorremos a estereótipos, incluindo os culturais, porque simplificam o modo como compreendemos o mundo." (pág.18)

"A identificação com determinados padrões culturais e a aculturação contribuem para a integração e aceitação do indivíduo num determinado grupo ou comunidade. Essa adaptação aumenta-lhe o sentimento de confiança. Além disso, ao adotar os padrões culturais, o indivíduo desenvolve um sentimento de pertença e uma perceção das diferenças em relação aos demais grupos. A diversidade cultural pode, e deve, originar o diálogo intercultural. No entanto, no extremo oposto, os conflitos de valores e perspetivas podem gerar atitudes intolerantes, desde o etnocentrismo, ao racismo, ou à xenofobia. O etnocentrismo é a atitude de avaliação das outras culturas a partir da própria cultura, tendendo a julgar esta como superior e a impô-la como modelo cultural de referência. O racismo é a discriminação com base no preconceito de superioridade/inferioridade de uma raça e a xenofobia é a aversão ou antipatia em relação a um grupo, por exemplo, uma etnia. "(pág.22)

"O diálogo interreligioso é um processo de comunicação e entendimento entre indivíduos ou grupos de diferentes religiões. O objetivo é promover a compreensão, a aceitação e a tolerância entre as diferentes tradições religiosas. Este diálogo é particularmente importante no mundo de hoje, onde muitas vezes surgem conflitos e tensões entre diferentes comunidades religiosas. Ao se comprometerem com o diálogo e ao construírem relacionamentos para lá das fronteiras religiosas, culturais, étnicas e ideológicas, as comunidades podem trabalhar pela paz e respeito mútuos,

construir pontes, promover o respeito pela multiculturalidade e o reconhecimento e a valorização da diversidade" (pág.175)

"Ainda que revelem taxas de crescimento económico idênticas, as pessoas podem não ter a mesma qualidade de vida, algo que é, muitas vezes, resultado de numerosos fatores. O importante é perceber quais são os motores da mudança que tornam possível a diminuição das desigualdades ou assimetrias regionais." (pág.92)

"Relacionar crescimento económico, desenvolvimento humano, qualidade de vida e desigualdades regionais não é uma tarefa fácil, porque os números e os cálculos, por mais rigorosos que sejam, não traduzem os impactos, as vivências, as angústias e as dificuldades de quem sente "na pele" as situações apresentadas em gráficos." (pág.94)

"o crescimento económico acelerado pela globalização conduziu à escassez de recursos, ao aprofundamento das desigualdades sociais, mas também à multiplicação de organizações sem fins lucrativos que procuram apoiar pessoas mais vulneráveis, colocando a nu a dificuldade que o Estado manifesta na resolução dos problemas dos cidadãos." (pág.116)

"«Poder-se á então afirmar que o empreendedorismo social viabiliza a renovação da intervenção social, as oportunidades do mercado de trabalho, a criação de formas alternativas de produção económica e a participação social. Assim, pode-se entender que este tipo de empreendedorismo promove ações que proporcionam o desenvolvimento sustentável da população, nomeadamente através do acesso à educação, ao rendimento, à saúde, à cultura, contribuindo para a criação de condições mais igualitárias para todos.» Carvalho, L. C. & Costa, T. G. (2022). Empreendedorismo: Uma visão global e integradora. Edições Sílabo, p. 66" (pág.116)

"A Cartas com Ciência cria conversas entre cientistas e estudantes nos países de língua portuguesa para promover o acesso à ciência e a quem se pode tornar cientista, valorizando as vozes e as experiências das pessoas jovens para cultivar um sentimento de que a ciência pode ser para elas se assim o desejarem" (pág.119)

"A guerra na Ucrânia abriu caminho não só para uma crise energética, mas também para relações internacionais mais protecionistas e menos cooperativas — e, infelizmente, "as mudanças climáticas passaram a fazer parte deste xadrez geoestratégico". […] Duarte Santos está optimista e vê na crise do gás uma "oportunidade para acelerarmos a transição energética" (pág.130)

"A 29 de julho de 2019, o planeta Terra atingiu o seu limite. A população mundial consumiu todos os recursos naturais disponíveis a uma velocidade maior do que a que o nosso planeta precisa para regenerar os seus recursos. Vivemos, por isso, num período de défice ecológico. A nossa pegada ecológica, ou seja, a forma utilizada para medir a relação entre os recursos produzidos pela Natureza e o consumo humano, aumentou a um nível nunca alcançado" (pág.132)

"Contudo, é possível encontrar soluções para os problemas ambientais que promovem externalidades positivas para o desenvolvimento sustentável e

económico. Por outras palavras, as externalidades positivas são os efeitos positivos que decorrem de uma atividade e que são uma mais-valia para toda a sociedade. "(pág.133)

«Hanôver, Marburg: autarcas alemães entendem-se com ativistas do clima

O grupo *Last Generation* é bem conhecido na Alemanha porque os seus membros se colam às estradas para destacar a necessidade de ações mais duras contra as alterações climáticas. "O *Last Generation* está, há quase um ano, a promover ações de desobediência civil na Alemanha, principalmente em Berlim", diz Theo Schnarr, membro do grupo. Muitas pessoas discordam do método de protesto do *Last Generation*, mas Schnarr diz que isso cria uma espécie de "tensão criativa".»

Frost, R. & Trefflich, C. (10 março 2023). Hanôver, Marburg: autarcas alemães entendem-se com ativistas do clima. *Euronews*. Disponível em www.pt.euronews.com [consult. mar 2023]

"O grau de desenvolvimento dos países é medido através de indicadores de desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é exemplo disso mesmo. É um indicador composto, calculado com base em indicadores simples, que procura medir múltiplas dimensões que caracterizam o desenvolvimento humano e que vão além do crescimento económico (que nos diz muito pouco sobre a qualidade de vida da população de um país ou região" (pág.134)

"A erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável e solidário são uma responsabilidade global que deve mobilizar países, decisores políticos, setor privado, academia, sociedade civil e cada um de nós. A cooperação internacional e a participação de todos os cidadãos são, pois, as chaves para o êxito deste plano ambicioso e que não se contenta com "as coisas pela metade". Os primeiros dois objetivos, "Erradicar a pobreza" e "Erradicar a fome" mostram isso mesmo: «não nos congratulamos em reduzir para metade algum problema […] o que hoje queremos é erradicar esse problema, de forma que todas as pessoas possam libertar o seu potencial e viver em dignidade.» Mónica, S. S. (2020). ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Comunidade Educativa. Rede para o Desenvolvimento." (pág.137)

"Kant distingue três tipos de ações: ações contrárias ao dever, meramente conforme o dever e por dever. Só as últimas são boas ações. Não ajudar alguém que precisa, por exemplo, é uma ação que contraria ou viola um dever. Mas simplesmente cumprirmos o dever pode, ainda assim, não ser suficiente: depende da intenção. Se ajudarmos alguém por compaixão ou para sermos reconhecidos, ou seja, se praticarmos a ação movidos pelo sentimento ou pelo interesse próprio, estaremos apenas a agir, de acordo com Kant, conforme o dever, e isso não conta como uma boa intenção. Só se a nossa intenção for mesmo cumprir o dever, se for praticada por respeito ao dever, é que é uma boa ação. Se ajudamos alguém porque é nosso dever fazê-lo, porque é a nossa obrigação moral, a ação é boa. O critério ético depende, então, das intenções e a intenção correta é a de cumprir o dever. Mas, como descobrimos quais são os nossos deveres? "(pág.150)

"O critério da ética utilitarista de Mill é consequencialista: avalia se uma ação é boa ou má dependendo exclusivamente das suas consequências. Mill defende o princípio da utilidade ou da maior felicidade: as ações são boas na medida em que tendem a promover a felicidade geral ou da maioria. A ética de Mill pressupõe a imparcialidade: a felicidade que se tenta promover é a de todos e todos contamos da mesma maneira, ninguém é superior a ninguém. A sua ideia de felicidade é hedonista: considera que a felicidade é o prazer ou a ausência de dor. Para avaliarmos se uma ação é boa não devemos olhar, portanto, para a intenção com que foi praticada, mas para as consequências que ela gerou." (pág.151)

"Há duas ideias muito importantes que não devemos esquecer quando falamos do fenómeno religioso: este é universal e é particular. Pode parecer uma contradição difícil de explicar, mas, na verdade, não é. A necessidade de se acreditar em algo transcendente é universal, pois em todas as culturas e sociedades humanas, desde as mais antigas até às contemporâneas, as pessoas precisaram sempre de encontrar explicação para questões fundamentais, como a origem do Universo, a natureza humana e o propósito da vida. Contudo, esta "energia" que nos mantém ligados é particular, no modo como é vivida pelo ser humano, na diversidade e na singularidade das crenças religiosas e em algumas práticas e tradições religiosas diferentes, ou únicas, que são específicas de uma cultura ou comunidade." (pág. 166)

Doc. 17 Diferentes formas de explicar o mundo. © AkoSw, CC BY 3.0

"Existem muitas religiões diferentes em todo o mundo, mas cabem numa mão as que reúnem um maior número de crentes: o Cristianismo, o Islamismo, o Judaísmo, o Hinduísmo e o Budismo. 84% dos cerca de 7 mil milhões de pessoas que habitam o planeta Terra atribuem um papel importante à religião – na formação dos valores, comportamento e visões do mundo, no conforto de acreditar e de dar um sentido e um propósito à vida. "(pág.166)

"O Budismo é uma religião com origem na Índia, há cerca de 2500 anos, e baseia-se nos ensinamentos de Siddhartha Gautama, conhecido como Buda, ou o "Iluminado". A filosofia budista assenta em Quatro Nobres Verdades: 1) a existência de sofrimento no mundo, 2) a causa do sofrimento, 3) o fim do sofrimento e 4) o caminho que conduz ao fim do sofrimento. Percorrer este caminho (o Caminho das Oito Vias) significa que é necessário levar uma vida correta, trabalhar de uma forma honesta, ter intenções corretas e desenvolver uma atenção plena ao nosso redor. O Budismo tem muitas tradições e escolas diferentes, como a Theravada, a Mahayana e a Vajrayana, que diferem na interpretação dos ensinamentos e práticas budistas.

Existem muitos locais de peregrinação que são considerados sagrados, tais como: Bodh Gaya, Sarnate, Shravasti, Kushinagar, na Índia, Boudhanath Stupa e Lumbini, no Nepal, e o Monte Kailash, no Tibete" (167)

Doc. 4 **A.** Estátuas de Buda ao pôr do sol, no sul da Tailândia. **B.** Jovens monges budistas a ler, sentados do lado de fora do mosteiro, em Mianmar. **C.** Lanternas e grinaldas coloridas flutuam no rio na celebração de Vesak, o aniversário de Buda e a "Roda da vida", símbolo do Budismo. **D.** Jovem monge medita em frente a estátua de Buda. **E.** Cerimónia budista, na província de Kawthaung, Mianmar, 27 de outubro de 2018.

"O Cristianismo é uma religião monoteísta baseada na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo. Os cristãos acreditam que Jesus é filho de Deus, que veio para salvar a Humanidade e que, com a sua morte e ressurreição, ofereceu a salvação e a vida eterna a todos os que nele acreditam. A Bíblia, livro sagrado dos cristãos, é constituída pelo Antigo Testamento e pelo Novo Testamento. O Novo Testamento conta a vida de Jesus e os primeiros anos da igreja cristã. Dentro do Cristianismo, existem diversas formas de culto, tais como católicos, ortodoxos e protestantes. Contudo, apesar de se distinguirem em relação a algumas crenças, práticas e rituais, estas três partilham a crença nos princípios centrais da fé, incluindo a divindade de Jesus, a Santíssima Trindade e a importância da salvação." (168)

"O Hinduísmo é uma religião originária da Índia, com uma história rica e diversas tradições. É uma das religiões mais antigas do mundo, com raízes que remontam à civilização do Vale do Indo, por volta de 2500 a. C., e baseia-se numa vasta coleção de escrituras, incluindo os Vedas, os Upanishads, o Bhagavad Gita e os Puranas. Esses textos descrevem vários conceitos filosóficos, mitológicos e espirituais e formam a base das crenças e práticas hindus. Esta é uma religião com um panteão diversificado de deuses e deusas, incluindo Brahma, Vishnu e Shiva, entre muitos outros (politeísmo). O conceito de dharma – a ordem moral do Universo e o dever dos indivíduos de seguirem essa ordem – é central para o hinduísmo e sustenta um complexo sistema de castas, com direitos e deveres espirituais e sociais próprios. Os hindus também acreditam no karma (a ideia de que as ações de uma pessoa nesta vida determinam o seu destino na próxima) e no ciclo de nascimento, morte e renascimento, conhecido como samsara. Para alcançar a libertação desse ciclo, os hindus praticam ioga e meditação" (169)

"O Islamismo é uma religião difundida no século VII, a partir de Meca, na Arábia Saudita, com base na mensagem de Deus revelada a Maomé. A palavra islamismo deriva de s-l-m que quer dizer paz e o significado completo é "a paz que advém quando entregamos a vida a Deus". Esta religião assenta no monoteísmo: baseia-se na crença de um só Deus – Alá. Os Muçulmanos, crentes do Islamismo, seguem o Corão, o livro sagrado que contém as palavras de Deus reveladas pelo Anjo Gabriel a Maomé. Os cinco pilares do Islamismo são: 1) Shahadah – "Não há outro deus a não ser Alá e Maomé é o seu Profeta". 2) Salah – Os muçulmanos devem orar cinco vezes ao dia, ajoelhados e voltados para Meca. 3) Zakat – A caridade; os que muito têm devem ajudar os menos afortunados. 4) Sawn – Prática de jejum no mês do Ramadão, o mês sagrado do calendário islâmico, desde o nascer até ao pôr do sol. 5) Hajj – A peregrinação, pelo menos uma vez na vida, a Meca, a cidade santa onde se situa a Caaba" (pág.170)

Doc. 7 **A.** Grande Mesquita Sheikh Zayed ao entardecer, Abu-Dhabi, Emirados Árabes Unidos. **B.** Símbolo do Islão, na Mesquita de Singapura, na Malásia. **C.** Grande Mesquita na cidade sagrada de Meca, Arábia Saudita, durante a *Oração de Isha*, a oração da noite. No centro, a Caaba. **D.** O Sagrado Corão aberto no início do Capítulo 18, *A Caverna* – "Surah Al Kahf" – o capítulo que incentiva os Muçulmanos a rezar às sextas-feiras.

"O Judaísmo é uma das religiões monoteístas mais antigas do mundo, com uma história com mais de 3000 anos. Baseia-se na crença num Deus único que criou o Universo e que se revelou ao povo judeu por meio de uma série de patriarcas (Abraão, Isaac e Jacob) e profetas (Moisés, que recebeu os Dez Mandamentos no Monte Sinai, os reis David e Salomão). O Judaísmo baseia-se nos mandamentos da Torah, que é a escritura judaica que inclui os primeiros cinco livros da Bíblia hebraica. A Torah contém as leis e ensinamentos do Judaísmo e é considerada o texto judaico mais importante. A comunidade judaica reúne-se nas sinagogas, que são locais de culto, de estudo e de reunião da comunidade. O calendário judaico

inclui vários feriados e festividades importantes, como a Páscoa, Rosh Hashaná, Yom Kippur, Hanukkah e Purim" (pág. 171)

"O siquismo é uma religião monoteísta que surgiu na região de Punjab, na Índia, no século XV. O seu fundador, Guru Nanak Dev, ensinou a importância da crença em um só Deus e a igualdade de todos os seres humanos, independentemente da sua casta, género ou religião. Os siques acreditam nos ensinamentos dos dez gurus siques e têm um livro sagrado, o Guru Granth Sahib. Doc. 9 Indiano sique em frente ao Templo Dourado de Amritsar, na Índia" (pág.172)

"O confucionismo é um sistema filosófico e ético que teve origem na China e foi desenvolvido pelo filósofo chinês Confúcio (551-479 a. C.). Os valores centrais do confucionismo residem na importância da educação, no respeito pelos mais velhos e antepassados, na moralidade e na virtude, na harmonia e no papel do indivíduo na sociedade. Doc. 10 Estátua de Confúcio, no Templo de Nanjing, província de Jiangsu, China" (pág.172)

"O taoísmo é uma tradição filosófica e espiritual com origem na China, no século IV a. C. Baseia-se nos ensinamentos de Lao Zi, um sábio que se acredita ter escrito o Tao Te Ching, que é o texto basilar do taoísmo. O Tao refere-se à ordem natural do Universo, caracterizada pelo equilíbrio e pela harmonia. O taoísmo enfatiza a importância de se viver em harmonia com o caminho e cultivar um modo de vida simples e natural. Doc. 11 Peregrinos no templo taoísta Che Kung em Sha Tin, Hong Kong, 24 de novembro de 2018." (pág.172)

"O xintoísmo é uma filosofia espiritual tradicional do Japão e dos japoneses, considerado também uma religião pelos estudiosos ocidentais. Caracteriza-se por uma forte ligação com a Natureza, culto aos ancestrais e crença na pureza e no ritual. Honra a existência de kami, que pode ser definido como "espírito", "essência" ou "divindade". As práticas xintoístas incluem visitar santuários, realizar rituais e oferendas e participar em festivais. Doc. 12 Santuário de Itsukushima, Hiroshima, Japão" (pág.172)

"**A ciência sem a religião é coxa e a religião sem a ciência é cega**"
Esta frase de Albert Einstein transmite a perspetiva de um encontro inevitável entre ciência e religião. De facto, a relação entre ambas pode ser de conflito, independência, diálogo e integração. Quando a relação é de conflito, o que acontece é que a igreja e a comunidade científica se excluem, não havendo qualquer encontro entre os seus domínios. Não existindo atritos, uma relação de independência

caracteriza-se pela ausência de linhas comuns entre os domínios da ciência e da religião. Contudo, o diálogo é possível. De acordo com esta perspetiva, a religião e a comunidade científica podem ver-se como parceiras na busca comum da compreensão do Universo, do ser humano e da vida. A perspetiva de integração procura aproximar ciência e religião. Colocando de parte uma competição desnecessária com a ciência, a religião pode apoiar-se nesta para explicar fenómenos e encontrar elementos que comprovem a existência de Deus. No entanto, esta aproximação exige um distanciamento salutar, que preserve a autonomia entre ciência e religião. O diálogo de complementaridade deve ter em consideração que a investigação científica não depende da fé, assim como a teologia não tem o dever de explicar fenómenos que a ciência não consegue." (pág. 176)

"Uma boa comunicação deverá ser compreensível para emissor e recetor. Por isso, dever-se-á ter em conta a cultura de ambos, as suas histórias, valores, práticas sociais, ideias e crenças básicas. É tendo em consideração a cultura de ambos que se descodificam corretamente os conteúdos das mensagens. Só quando um recetor, dada a sua linguagem, pensamento ou crenças, descodifica uma mensagem é que comunicar se torna efetivamente um ato bidirecional." (pág. 36)

"Podemos ver como condicionam o nosso modo de comunicar observando diferentes contextos e respetivos interlocutores. Pensemos na comunicação em contextos profissionais, entre médicos e pacientes, entre funcionários e clientes ou entre colaboradores e chefes, na comunicação entre representantes políticos e eleitores ou na comunicação entre membros de diferentes gerações. Para que a comunicação seja eficaz e se evitem erros de comunicação, não podemos esquecer, então, que ela ocorre sempre em universos contextualizados, pessoais, de acordo com regras sociais. "(pág.37)

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com outros"? (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

a) Informativo X
b) Reflexivo / Interpretativo X
c) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre "Viver e relacionar-se com outros" de acordo com a seguinte tipologia:

a) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
b) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
c) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos se encontram no Nível 1 e outros no Nível 2

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"À medida que as migrações motivadas pelo clima se intensificam, há uma urgência em esclarecer a definição de "refugiados climáticos" e colocar em prática um mecanismo internacional que os proteja. […] só no ano passado, 22,3 milhões de pessoas se deslocaram em resposta a desastres associados ao clima. A média anual registada entre 2008 e 2020 era de cerca de 21 milhões." (pág.130) Nível 1

«Ação climática e sustentabilidade – uma oportunidade única para a cooperação global

[...] cooperação, colaboração e parcerias internacionais em ação climática e desenvolvimento sustentável serão um excelente exemplo de "uma maré alta levantando todos os barcos". Quaisquer ganhos locais devido à ação climática e aos esforços de desenvolvimento sustentável acabarão por colher benefícios para o mundo inteiro, e é mais do que uma verdade universal que a ação climática concertada e o desenvolvimento sustentável resultarão em prosperidade global, inclusão e sustentabilidade muito além de uma situação marcada pela desunião geopolítica.»

World Economic Forum (04 janeiro 2023). Ação climática e sustentabilidade – uma oportunidade única para a cooperação global. *World Economic Forum*. Disponível em www.weforum.org [consult. mar 2023] (texto traduzido pelos autores)

Doc. 17 A ação climática e a sustentabilidade podem oferecer uma oportunidade única para o trabalho em equipa.

"De acordo com o contexto histórico em que têm surgido, os Direitos Humanos têm sido subdivididos em "três gerações". Uma primeira geração de direitos civis e políticos relacionados com a liberdade, a segurança e a propriedade, nascida no contexto das revoluções políticas do século XVIII. Uma segunda geração, nascida depois da Segunda Guerra Mundial, centrada em direitos de natureza económica, social e cultural, como o direito à saúde, à educação e ao trabalho, pressupondo-se uma maior intervenção do Estado. Por fim, nas últimas décadas, uma terceira geração de direitos como o direito à paz, ao meio ambiente protegido e aos direitos das minorias. "(pág.152) Nível 2

"Segundo a teoria da separação de poderes, um Estado exerce três funções: função legislativa – elaborar leis e aprová-las; função executiva – aplicar as leis e tomar medidas para a satisfação das necessidades coletivas; função judicial – zelar pelo cumprimento das leis, resolver os conflitos e punir os infratores. Um Estado pode englobar parlamento, governo, tribunais, forças de segurança, forças armadas, entre outros." (pág. 153) Nível 1

"O Estado, em sentido moderno, é uma instituição ou conjunto de instituições políticas que engloba um povo, um território e um poder político. O Estado regula e organiza a vida social exercendo o seu poder e autoridade sobre os cidadãos. Em França, antes da Revolução Francesa, em 1789, que marcou o fim do absolutismo e da monarquia nesse país, o monarca representava o Estado, concentrando em si o poder de criar as leis, executá-las e julgar quem não as cumprisse. Por isso, o rei francês Luís XIV chegou a declarar: "O Estado sou eu!". Mas, nos modernos Estados democráticos de Direito, as leis são criadas pelo povo e para o povo. Por isso, o Estado somos todos nós" (pág.153) Nível 2

«Valores universais

Artigo 1 – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. [...]

Artigo 3 – Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...]

Artigo 13 – 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. [...]

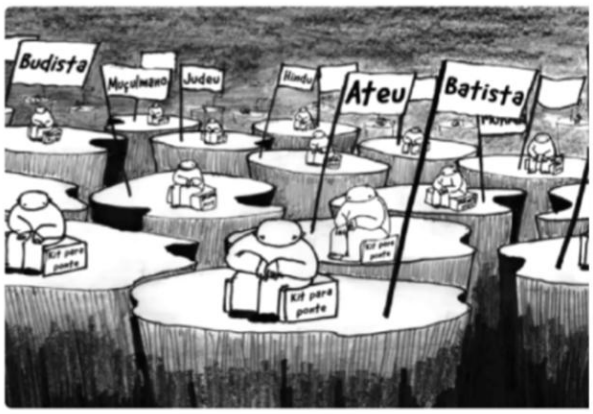
Artigo 23 – 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. [...]

Artigo 26 – 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. [...]»

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Nações Unidas

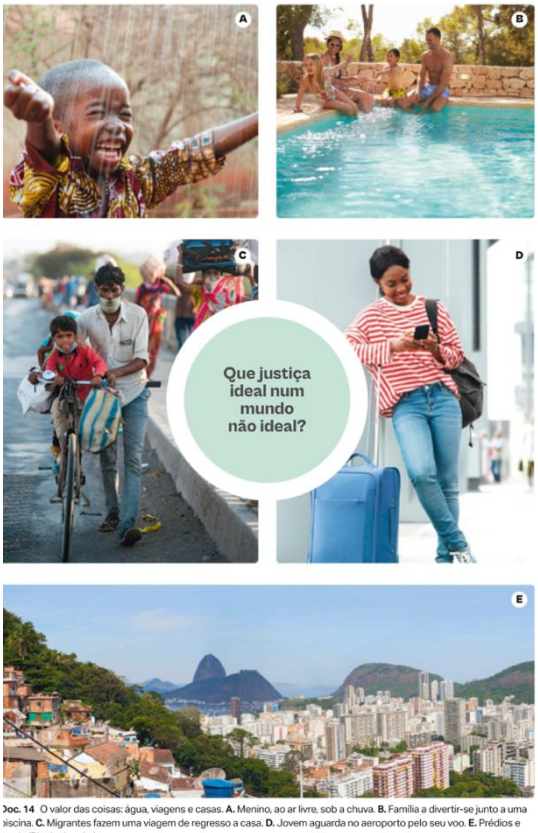
Nível 1

b) Reflexivo / Interpretativo



Doc. 13 É muito mais aquilo que une as religiões do que o que as separa. Como é que esquecemos isso tão facilmente?

Nível 2



Doc. 14 O valor das coisas: água, viagens e casas. **A.** Menino, ao ar livre, sob a chuva. **B.** Família a divertir-se junto a uma piscina. **C.** Migrantes fazem uma viagem de regresso a casa. **D.** Jovem aguarda no aeroporto pelo seu voo. **E.** Prédios e favela (Rio de Janeiro).

Nível 2

Doc. 9 *Persuadimos racionalmente quando usamos boas razões para convencer; manipulamos quando nos aproveitamos das falhas do auditório para intencionalmente o enganar.*

Nível 2

Aprende a... testar crenças — Será que certos fins justificam os meios?

Lê, com atenção, o texto que se segue.

«Dilema ético – a bomba-relógio

A maior parte das pessoas pensa que a tortura não é ética. Mas quer isso dizer que o seu uso nunca é justificado?

O cenário da bomba-relógio é uma experiência cognitiva concebida para confrontar as pessoas com esta questão.

Decorre da seguinte forma: um grupo de terroristas escondeu uma bomba nuclear numa cidade importante. O líder do grupo foi apanhado pelas autoridades. Ele admite que sabe onde está a bomba, mas recusa-se a revelar a sua localização.

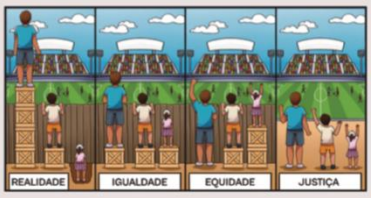
Doc. 2 Rodrigo de Matos (2014), *ClAberration*.

As autoridades desenvolveram um plano de tortura infalível. Será ético usá-lo? Será ético não o usar? Será este um dos casos em que não há uma ação eticamente aceitável? Nesse caso, o uso da tortura – indiscutivelmente o menor de dois males – não é justificado?»

Chaline, E. (2020). *101 Dilemas para o Filósofo de Bancada*. Jacarandá, p. 47

1. Em que consiste o dilema ético apresentado no texto?
2. O que consideras que se deveria fazer nessa situação?
3. Como justificas que essa é a ação correta a realizar?

Nível 2



«O véu de ignorância e a posição original

Suponha que nos reuníamos [...] para escolher os princípios que deverão reger a nossa vida coletiva – para escrever um contrato social. Que princípios escolheríamos? Provavelmente teríamos dificuldades em chegar a acordo. Pessoas diferentes iriam preferir princípios diferentes que refletem os seus diversos interesses, crenças morais e religiosas e posições sociais. [...]

Suponha que quando nos reunimos para escolher os princípios, não sabemos que posição iremos ter na sociedade. Imagine que escolhemos sob um véu de ignorância. [...] Se ninguém soubesse nenhuma destas coisas escolheríamos, com efeito, a partir de uma posição original de igualdade.»

Sandel, M. (2022). *Justiça: Fazemos o Que Devemos?*. Editorial Presença, p. 150

Nível 2

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim X Não

Se sim, por favor, dar exemplos…

"Escolhe um trabalho de que gostes e não terás de trabalhar nem um dia na tua vida". Atribui-se ao filósofo chinês Confúcio, que viveu entre 551 a. C. e 479 a. C., a autoria desta frase inspiradora, mas que, se calhar, não é muito verdade… Porque o trabalho, mesmo quando gostamos de o realizar, não deixa de ser custoso, pesado. Caso contrário, não se chamaria "trabalho" (a palavra provém de tripalium, palavra utilizada pelo latim mais popular, que deu origem às línguas românicas. O tripalium era um «instrumento de tortura». Daí se compreende o sentido pouco agradável do termo). Por isso, já que vamos falar de trabalho, convém distinguir alguns conceitos que se relacionam com este tema, tais como emprego, autoemprego, subemprego e desemprego, para sabermos a que nos referimos quando utilizamos determinadas palavras"

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

a) Escrito X
b) Iconográfico X
c) Mapas X
d) Gráficos / Tabelas X
e) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

Como se faz... um debate

Um **debate** permite-nos discutir criticamente um **problema**. Nele, os participantes tentam defender de forma sustentada as suas respostas – **teses/posições**, cumprindo determinadas **regras**.

Questão: **Um cartão de cidadão diz o essencial sobre nós?**

Os elementos que constam no cartão de cidadão (CC) indicam a pertença de um indivíduo a uma família, a um país, revelam algumas das nossas características físicas, entre outros.

Será que revelam o essencial sobre nós? Porquê?

1. Prepara-te para o debate:
   - **a) Clarifica** o problema em discussão. Identifica com rigor e clareza aquilo que está em causa.
   - **b) Pesquisa**, seleciona e sistematiza informação relevante sobre o assunto:
     - **i)** Pesquisa, analisa e estuda o tema.
     - **ii)** Indica os tipos de dados que constam num CC (no teu ou no de outra pessoa selecionada para o efeito).
     - **iii)** Seleciona aspetos sobre a personalidade (a tua ou a da outra pessoa) que não constam no CC, tais como os seus papéis sociais e traços psicológicos.
   - **c) Assume** e **defende** uma posição:
     - **i)** Formula a tua tese e sustenta-a através de bons argumentos (logicamente corretos e com premissas verdadeiras).
     - **ii)** Procura prever os argumentos contra a tua posição e a forma de os refutar (contestar).
     - **iii)** Escuta com atenção e respeita as ideias dos outros.
2. Debate criticamente a tua posição:
   - **a) Argumenta** a favor ou contra a tese.
   - **b) Refuta** os argumentos dos adversários.

Como se faz... a consulta de dados no PORDATA

Saber **consultar um *site* de dados estatísticos** é muito importante quando queremos aced
a informação, por vezes bastante complexa, sobre aspetos relacionados com a nossa regi
Perante a "avalanche" de dados com que somos confrontados, o melhor é seguirmos um car
nho preciso e orientado.
Vamos fazer em conjunto.

Doc. 30 *Site* do PORDATA, página relativa aos municípios.

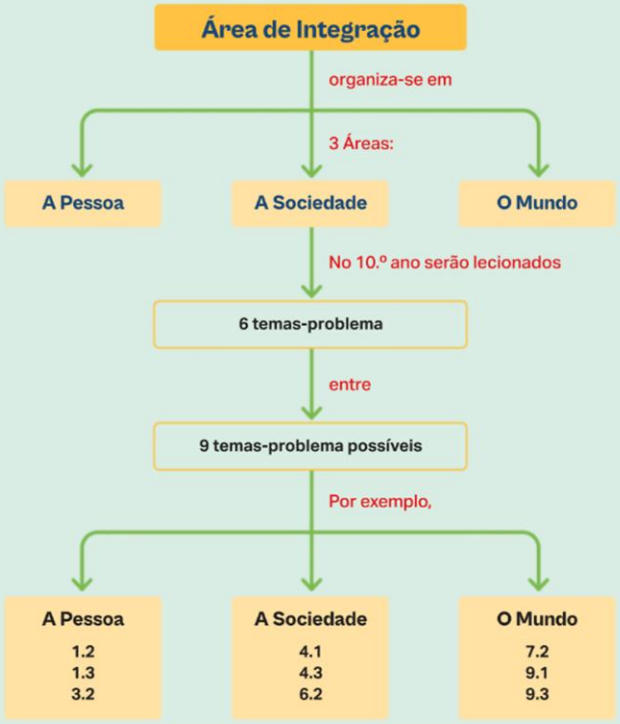
1 **Acede** à página da Internet do PORDATA.

Como se faz... um mapa conceptual

Num **mapa conceptual** organizamos conceitos ou ideias-chave de um determinado tema, mostrando de que modo se **relacionam** e qual é a sua **hierarquia**, o que nos ajuda a compreendê-los melhor e pode servir-nos de síntese.

Os mapas conceptuais podem ser feitos de forma **analógica**, em suporte **material**, ou em suporte **digital**.

Vejamos, por exemplo, um mapa conceptual sobre a organização da disciplina de Área de Integração.



1. **Identifica** os **conceitos principais** ou as ideias-chave do tema em questão ou em estudo.
2. **Indica** as possíveis **relações** e **hierarquias** entre os conceitos.
3. **Relaciona** os conceitos de forma coerente utilizando linhas ou setas.
4. **Insere** expressões ou palavras de ligação para facilitar a leitura do teu mapa conceptual.
5. **Destaca** os conceitos principais com cores, formas ou símbolos.

Ao corrente...

Presta atenção à imagem e ao texto que se seguem.

«O desporto, em geral, e o futebol, em particular, constituem espaços por excelência da afirmação de identidades socioculturais. Para a maioria dos autores que se têm debruçado sobre este fenómeno é possível encontrar-se algumas semelhanças nos valores e comportamentos associados às subculturas de adeptos [radicais], nomeadamente o elevado envolvimento emocional, e, com este, a forte identificação e afiliação com os seus clubes (no caso dos *hooligan*, também com as seleções nacionais), a incorporação dos valores da cultura tradicional masculina ocidental, nomeadamente a associação da força física à virilidade e superioridade, e a reprodução de um código de honra que constrange à vingança, quando esta é afrontada.»

Marivoet, S. (2009). Subculturas de adeptos de futebol e hostilidades violentas – O caso português no contexto europeu. *Configurações (6)*, pp. 279-299

1 Qual é, de acordo com o texto, o padrão cultural seguido pelos adeptos radicais.

© David Cannon / Getty Images

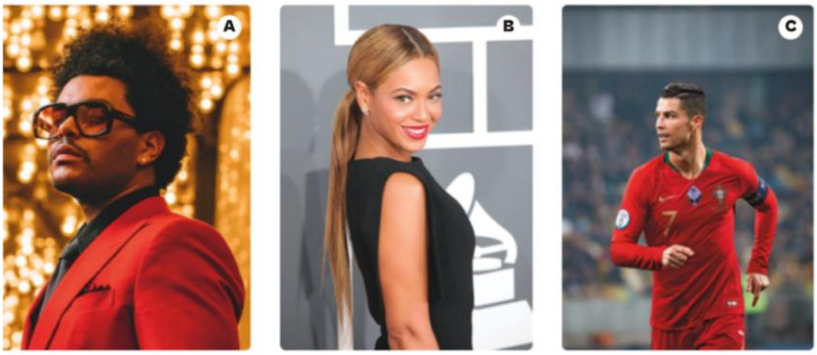
Doc. 19 A tragédia de Heysel, ocorrida na Bélgica, durante a final da Taça dos Campeões Europeus de 1985, entre Liverpool e Juventus, resultou em 38 mortos e um número indeterminado de feridos.

Líderes de opinião

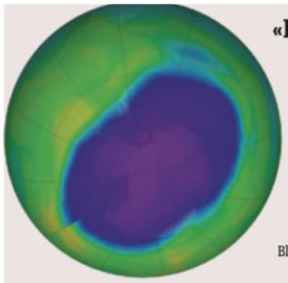
Para além dos agentes de socialização já referidos, um outro agente que exerce uma enorme influência na forma como pensamos e agimos, modelando e condicionando o nosso comportamento, são os **líderes de opinião**.

Um líder de opinião é alguém que, devido ao seu estatuto ou prestígio, tem o poder de influenciar populações.

Pode ser uma estrela do mundo da arte, um ídolo do desporto, uma figura política consagrada ou um influenciador das redes sociais.



Doc. 20 **A.** O cantor The Weeknd foi considerado pela revista *Times* uma das pessoas mais influentes de 2020. **B.** e **C.** A cantora Beyoncé e o futebolista português Cristiano Ronaldo figuram entre os principais influenciadores do Instagram em 2022.



«Buraco do ozono está a fechar: há uma "recuperação notável", confirma relatório da ONU

A camada de ozono está em vias de recuperar dentro de quatro décadas. É uma história de sucesso ambiental que também tem ajudado a limitar o aquecimento global, conclui um relatório da ONU.

A inversão dos danos na camada protetora da Terra está a progredir bem, refletindo a eficácia dos acordos globais para eliminar gradualmente substâncias químicas nocivas, anunciou esta segunda-feira o Painel de Avaliação Científica das Nações Unidas do Protocolo de Montreal.»

Bloomberg (09 janeiro 2023). Buraco do ozono está a fechar: há uma "recuperação notável", confirma relatório da ONU. *Público*. Disponível em www.publico.pt [consult. mar 2023] (texto adaptado)

Doc. 18 Recuperação resulta da ação internacional que tem sido levada a cabo nas últimas décadas (Fonte: ONU).

«Valores *vs.* Indiferença

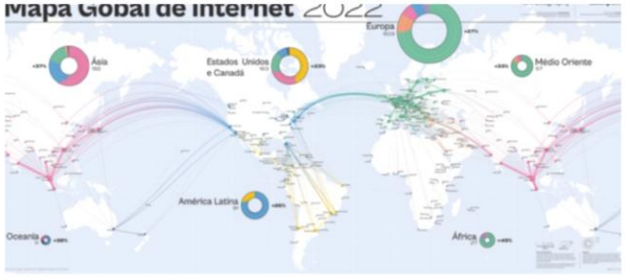
A consciência do valor é tão geral e primitiva como a consciência de objetos. Difícil é que perante uma coisa nos limitemos a apreender a sua constituição real, [...] as suas causas e efeitos. Junto a tudo isso, junto ao que uma coisa é ou não é, foi ou pode ser, encontramos nela um especial, subtil carácter, em vista do qual nos parece valiosa ou desprezível. O círculo de coisas que nos são indiferentes é muito mais reduzido e anómalo do que à primeira vista parece.»

Ortega y Gasset, J. (2006). Introdução a uma estimativa. *O.C.III*, p. 533 (tradução dos autores)

© Foto de Ahmed Akacha

Doc. 4 Não existem pessoas nem "tempos" sem valores. Valorizam-se ou menosprezam-se, simplesmente, uns valores em detrimento de outros. **A.** Resgate de uma criança sobrevivente de um terramoto na Turquia (2023); **B.** De acordo com dados de 2021 do Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH), morreram quase 500 mil pessoas em 10 anos de guerra na Síria.

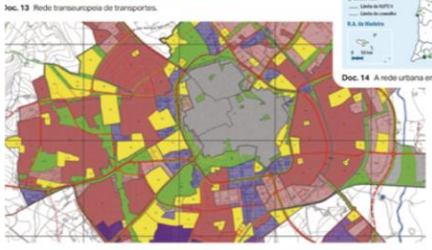
Além de hierarquizáveis, outra característica importante dos valores é a sua **polaridade**. Quer isso dizer que a um valor positivo corresponde sempre um valor negativo, um polo oposto. A beleza opõe-se à fealdade, o bem ao mal, etc.



Doc. 12 Mapa com fluxos de Internet a nível global (2022).

Doc. 13 Rede transeuropeia de transportes.

Doc. 14 A rede urbana em Portugal.



Doc. 15 Excerto do Plano de Urbanização de Évora – Planta de Zonamento.

Responde

Observa atentamente os Doc. 12 a 15.

1. O que é uma escala?
2. Qual dos mapas apresenta uma escala local?
3. Qual o mapa que apresenta maior escala? Justifica a tua resposta.
4. Que realidades são representadas em cada mapa?

57

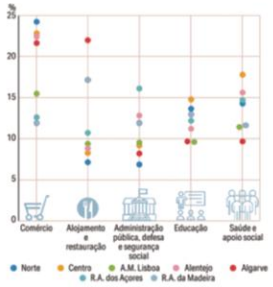
existentes em Portugal.

Doc. 11 A fauna e a flora em Portugal.

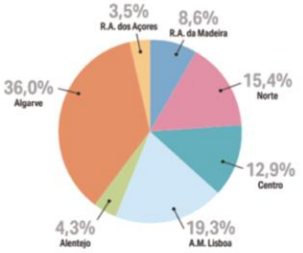
Responde

1. O que é um ecossistema?
2. Quais são os principais ecossistemas existentes em Portugal?
3. Que fatores abióticos influenciam a biodiversidade no território português?
4. Por que motivo podemos afirmar que Portugal apresenta uma grande biodiversidade?

O setor terciário é, atualmente, o que emprega mais população em Portugal, principalmente em profissões relacionadas com o comércio, saúde e apoio social, restauração e alojamento, educação e administração pública. O aumento do turismo e do lazer, a generalização do trabalho feminino e a intensificação da utilização das tecnologias digitais contribuem para esta tendência.

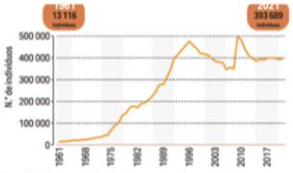


Doc. 27 População empregada nas principais atividades do setor terciário, por regiões, em 2019 (Fonte: Inquérito ao Emprego, INE, 2021).



Doc. 28 Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, a 31 de julho de 2021 (Fonte: Estatísticas do Turismo, INE, 2021).

Doc. 4 A pobreza em Portugal (Fontes: INE, PORDATA).



Doc. 5 Alunos matriculados no ensino secundário em Portugal (Fonte: PORDATA).

	2018	2019	2020	2021
Óbitos	113 051	111 843	123 396	124 802
Taxa de ocupação nos hospitais (%)	79,7	78,8	Pro* 71,0	–
Taxa de crescimento real do PIB (%)	2,85	2,68	- 8,30	Pro* 5,48
Dívida Pública do PIB (%)	121,5	116,6	134,9	Pro* 125,5
Empresas que declararam prejuízos	163 322	171 581	212 060	–
Desempregados inscritos nos centros de emprego	357,3	314,3	384,9	386,2
Taxa de poupança das famílias (%)	7,0	7,3	11,8	Pro* 9,7
Receitas de viagens e turismo do PIB (%)	8,3	8,5	3,8	Pro* 4,6
Espectadores de espetáculos ao vivo	16 874	16 926	2 517	3 568
Casamentos	34 637	33 272	18 902	29 057

* Valor provisório

Doc. 6 Impactos da pandemia em Portugal (Fontes/Entidades: INE, BP, AT/MF, DGEG/MAAC, DGO/MF, DGPJ/MJ, DGS/MS, ICA/MC, IEFP/MTSSS-METD, II/MTSSS, SIBS, PORDATA).

26. Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (□) mais do que uma opção*):

a) Diário ■
b) Quadro negro ou similar ■
c) Material audiovisual ■
d) Internet X
e) Livro de exercícios ou similar X
f) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

«Empresas portuguesas apostam no clima e no trabalho digno. No mar, nem por isso

E a principal conclusão é que Portugal "é um país relativamente avançado no progresso da Agenda 2030", mas ainda há trabalho a fazer por parte das empresas, sobretudo nas Pequenas e Médias Empresas (PME). [...] Quando questionadas acerca de quais os ODS* que elas incorporam na sua estratégia corporativa, 88,3% das empresas indicam o "Trabalho digno e crescimento económico" e a "Ação Climática". O ODS menos incorporado pelas empresas portuguesas nas suas estratégias é o da "proteção da vida marinha" e da "erradicação da pobreza".»

Carvalho, P. S. (10 outubro 2022). Empresas portuguesas apostam no clima e no trabalho digno. No mar, nem por isso. *Expresso*. Disponível em www.expresso.pt [consult. mar 2023]

*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

© João Carlos Santos

Ao corrente...

Presta atenção à imagem e ao texto que se seguem.

«Zendaya. Assim nasce um ícone

Se existe alguém a personificar um novo sistema de estrelas em Hollywood é Zendaya, antiga estrela juvenil e agora atriz nas conjeturas dos Óscares. Aos 24 anos é capa de revistas, símbolo de uma geração e voz ativa sobre o direito da igualdade de sexos. É também alguém com um discurso incómodo dentro dos padrões do sistema de estúdios, ou seja, põe em causa esse mesmo sistema. Desplante? Arrogância? Não, no seu caso é mesmo sinceridade e uma necessidade orgânica e genuína de não recorrer a filtros.»

Tendinha, R. P. (07 fevereiro 2021). Zendaya. Assim nasce um ícone. *Diário de Notícias*. Disponível em www.dn.pt [consult. fev 2023]

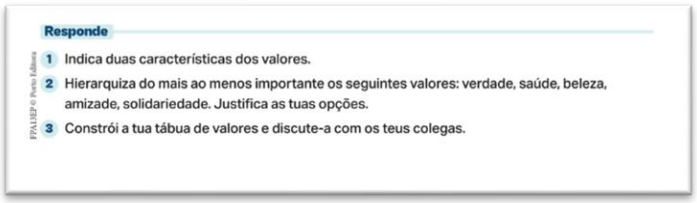
1. Por que razão Zendaya é uma líder de opinião?
2. Quais são os seus principais traços de personalidade?
3. Indica a causa defendida por Zendaya.
4. Identifica os comportamentos que são mostrados como desejáveis.
5. Explica em que medida há neste exemplo mecanismos de socialização envolvidos.

Responde

1. O que é um ecossistema?
2. Quais são os principais ecossistemas existentes em Portugal?
3. Que fatores abióticos influenciam a biodiversidade no território português?
4. Por que motivo podemos afirmar que Portugal apresenta uma grande biodiversidade?

Responde

1. Indica mecanismos e agentes de socialização.
2. Quais são as características da família apresentadas no texto de L. Oliveira e R. Costa?
3. Dá exemplos de regras que te tenham sido transmitidas através dos diversos agentes de socialização.



Responde

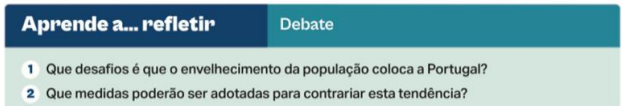
1. Indica duas características dos valores.
2. Hierarquiza do mais ao menos importante os seguintes valores: verdade, saúde, beleza, amizade, solidariedade. Justifica as tuas opções.
3. Constrói a tua tábua de valores e discute-a com os teus colegas.

FPA | SEP © Porto Editora

27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

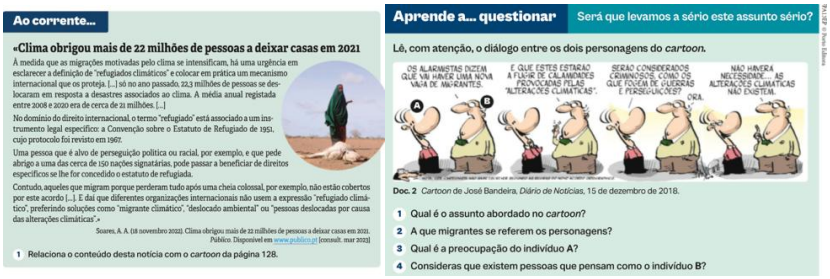
a) Análise oral ou escrita de documentos X
b) Debates X
c) Visitas de estudo ■
d) Atividades de investigação, trabalho de campo ■
e) Escrita de texto argumentativo X
f) Escrita de sumários ■
g) Jogos ■
h) Ver filmes ou ouvir música ■
i) Dramatização ou role-playing X
j) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:



Aprende a... refletir Debate

1. Que desafios é que o envelhecimento da população coloca a Portugal?
2. Que medidas poderão ser adotadas para contrariar esta tendência?



Ao corrente...

«Clima obrigou mais de 22 milhões de pessoas a deixar casas em 2021

À medida que as migrações motivadas pelo clima se intensificam, há uma urgência em esclarecer a definição de "refugiados climáticos" e colocar em prática um mecanismo internacional que os proteja. [...] só no ano passado, 22,3 milhões de pessoas se deslocaram em resposta a desastres associados ao clima. A média anual registada entre 2008 e 2020 era de cerca de 21 milhões. [...]

No domínio do direito internacional, o termo "refugiado" está associado a um instrumento legal específico: a Convenção sobre o Estatuto de Refugiado de 1951, cujo protocolo foi revisto em 1967.

Uma pessoa que é alvo de perseguição política ou racial, por exemplo, e que pede abrigo a uma das cerca de 150 nações signatárias, pode passar a beneficiar de direitos específicos se lhe for concedido o estatuto de refugiada.

Contudo, aqueles que migram porque perderam tudo após uma cheia colossal, por exemplo, não estão cobertos por este acordo [...]. E daí que diferentes organizações internacionais não usem a expressão "refugiado climático", preferindo soluções como "migrante climático", "deslocado ambiental" ou "pessoas deslocadas por causa das alterações climáticas".»

Soares, A. A. (18 novembro 2021). Clima obrigou mais de 22 milhões de pessoas a deixar casas em 2021. *Público*. Disponível em www.publico.pt [consult. mar 2022]

1. Relaciona o conteúdo desta notícia com o *cartoon* da página 128.

Aprende a... questionar Será que levamos a sério este assunto sério?

Lê, com atenção, o diálogo entre os dois personagens do *cartoon*.

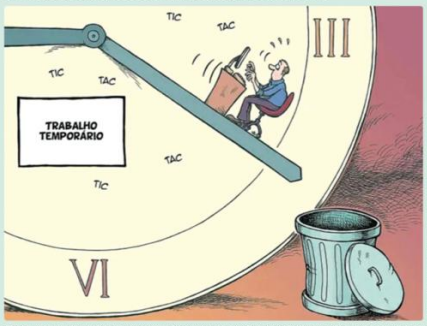
Doc. 2 *Cartoon* de José Bandeira, *Diário de Notícias*, 15 de dezembro de 2018.

1. Qual é o assunto abordado no *cartoon*?
2. A que migrantes se referem os personagens?
3. Qual é a preocupação do indivíduo A?
4. Consideras que existem pessoas que pensam como o indivíduo B?

Aprende a... fazer contas à vida

Será que somos reconhecidos no trabalho?

Observa o *cartoon* que se segue e, depois, responde às questões.



Doc. 2 *Cartoon* de autoria de Rodrigo de Matos, publicado pelo *Semanário Expresso* a 05 de março de 2011, foi escolhido, em 2018, pela ONU, para ilustrar o artigo 22.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

1. O que é que Rodrigo de Matos pretendia caricaturar no seu desenho?
2. Conheces alguém que esteja nesta situação?
3. Quais serão os seus maiores desafios?
4. Será que ainda existem trabalhos "para a vida toda"?

Como se faz... um texto argumentativo

Num **texto argumentativo** responde-se a um determinado **problema**, defendendo-se uma **tese** (ideia, perspetiva ou posição) com base em **argumentos**.

Além dos argumentos apresentados a favor da posição defendida, são dados exemplos e refutados contra-argumentos previstos. O objetivo do texto argumentativo é **persuadir** o leitor a concordar com o ponto de vista do autor, através da apresentação lógica e bem fundamentada dos argumentos.

1. Começa por pesquisar **informação** para conheceres e compreenderes bem o tema sobre o qual vais escrever.
2. Regista **exemplos** e os **principais argumentos** e **contra-argumentos** sobre a posição que vais defender.
3. Depois de dares um título ao teu texto, no parágrafo de **introdução**, formula e clarifica o **problema** em discussão e a **tese** (ideia) que vais defender.
4. Redige o **desenvolvimento** do teu texto expondo os teus **argumentos** de forma clara e rigorosa, e apoiando-os com exemplos, citações, dados estatísticos ou outros recursos que te possam ajudar a defender a tua tese.
5. Procura prever e rebater **contra-argumentos**.
6. De modo a seres **persuasivo**, tem em conta, além das razões, os valores, os sentimentos e os desejos do(s) teu(s) interlocutor(es).
7. No final, redige um parágrafo de **conclusão**, fazendo uma síntese e sublinhando a tua tese.

Título	**Utilização responsável das redes sociais**
Apresentação da tese	Independentemente das vantagens das redes sociais, devemos ter em conta os diversos perigos que elas acarretam. Nesse sentido, **defendo** que devemos aprender a utilizar as redes sociais de forma responsável.
Argumentos	Se não conhecermos os perigos das redes sociais, ficaremos mais facilmente expostos a fenómenos como a **disseminação de *fake news*** ou a comportamentos de **dependência** e respetivas consequências. [...]
Antecipação e resposta a um contra-argumento	O facto de as redes sociais trazerem potenciais vantagens, tais como a rápida disponibilização de informação para todo o tipo de interesses ou a conexão entre pessoas, não implica que as devamos utilizar sem restrições e cuidados. [...]
Conclusão	**Em suma**, as redes sociais vieram para ficar, mas devemos, cada um de nós, promover bons hábitos de utilização das mesmas. Faz a tua parte!

Aprende a... refletir *Role-play*

Dramatização de personagens-tipo

(Análise de imagens estereotipadas)

A cultura varia muito de uma sociedade para outra. Em sociedades muçulmanas, por exemplo, é desejável que as mulheres cubram o seu cabelo, o rosto, ou até mesmo o corpo todo. Já nos países ocidentais essa prática pode ser considerada profundamente opressiva para as mulheres.

1. Em grupo, imagina diálogos entre personagens-tipo. Apresenta os diálogos à turma.

28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

a) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*] X
b) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*] ■
c) Promove a autonomia X
d) Apresenta diferentes pontos de vista X
e) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as X
f) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado X
g) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais X
h) Apresenta uma ficha de avaliação formativa X
i) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) X
j) Incentiva o trabalho de campo ■
k) Otros aspetos relevantes ■ (Por favor, especificar) _____

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas

Ao corrente...

«Clima obrigou mais de 22 milhões de pessoas a deixar casas em 2021

À medida que as migrações motivadas pelo clima se intensificam, há uma urgência em esclarecer a definição de "refugiados climáticos" e colocar em prática um mecanismo internacional que os proteja. [...] só no ano passado, 22,3 milhões de pessoas se deslocaram em resposta a desastres associados ao clima. A média anual registada entre 2008 e 2020 era de cerca de 21 milhões. [...]

No domínio do direito internacional, o termo "refugiado" está associado a um instrumento legal específico: a Convenção sobre o Estatuto de Refugiado de 1951, cujo protocolo foi revisto em 1967.

Uma pessoa que é alvo de perseguição política ou racial, por exemplo, e que pede abrigo a uma das cerca de 150 nações signatárias, pode passar a beneficiar de direitos específicos se lhe for concedido o estatuto de refugiada.

Contudo, aqueles que migram porque perderam tudo após uma cheia colossal, por exemplo, não estão cobertos por este acordo [...]. E daí que diferentes organizações internacionais não usem a expressão "refugiado climático", preferindo soluções como "migrante climático", "deslocado ambiental" ou "pessoas deslocadas por causa das alterações climáticas".»

Soares, A. A. (18 novembro 2021). Clima obrigou mais de 22 milhões de pessoas a deixar casas em 2021. *Público*. Disponível em www.publico.pt [consult. mar 2022]

1 Relaciona o conteúdo desta notícia com o *cartoon* da página 128.

Aprende a... questionar Será que levamos a sério este assunto sério?

Lê, com atenção, o diálogo entre os dois personagens do *cartoon*.

Doc. 2 *Cartoon* de José Bandeira, *Diário de Notícias*, 15 de dezembro de 2018.

1 Qual é o assunto abordado no *cartoon*?
2 A que migrantes se referem os personagens?
3 Qual é a preocupação do indivíduo A?
4 Consideras que existem pessoas que pensam como o indivíduo B?

Aprende a... refletir Qual é a fronteira que separa a expressão artística do vandalismo?

Presta atenção às duas imagens.

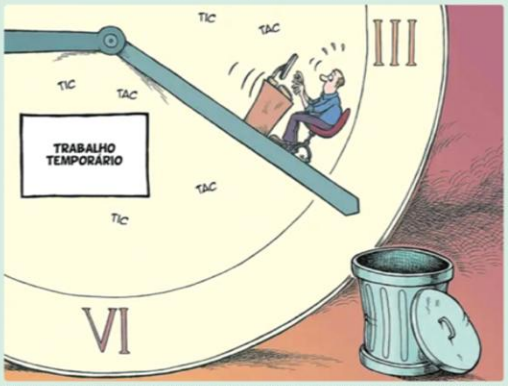
Doc. 16 **A.** Escultura de Pedro Cabrita Reis, inaugurada no dia 15/12/2019, na marginal de Leça da Palmeira e **B.** a mesma escultura no dia 30/12/2019.

1 O que aconteceu à escultura de Pedro Cabrita Reis?
2 Por que razão terá ocorrido esse incidente?
3 Na época da sua construção, a Torre Eiffel foi vista pela maioria dos parisienses como vandalismo. Será que uma obra de arte pode ser considerada, ela mesma, como um ato de vandalismo?

Aprende a... fazer contas à vida

Será que somos reconhecidos no trabalho?

Observa o *cartoon* que se segue e, depois, responde às questões.



Doc. 2 *Cartoon* de autoria de Rodrigo de Matos, publicado pelo *Semanário Expresso* a 05 de março de 2011, foi escolhido, em 2018, pela ONU, para ilustrar o artigo 22.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

1. O que é que Rodrigo de Matos pretendia caricaturar no seu desenho?
2. Conheces alguém que esteja nesta situação?
3. Quais serão os seus maiores desafios?
4. Será que ainda existem trabalhos "para a vida toda"?

Ao corrente...

«Clima obrigou mais de 22 milhões de pessoas a deixar casas em 2021

À medida que as migrações motivadas pelo clima se intensificam, há uma urgência em esclarecer a definição de "refugiados climáticos" e colocar em prática um mecanismo internacional que os proteja. [...] 16 no ano passado, 22,3 milhões de pessoas se deslocaram em resposta a desastres associados ao clima. A média anual registada entre 2008 e 2020 era de cerca de 21 milhões. [...]

No domínio do direito internacional, o termo "refugiado" está associado a um instrumento legal específico: a Convenção sobre o Estatuto de Refugiado de 1951, cujo protocolo foi revisto em 1967.

Uma pessoa que é alvo de perseguição política ou racial, por exemplo, e que pede abrigo a uma das cerca de 150 nações signatárias, pode passar a beneficiar de direitos específicos se lhe for concedido o estatuto de refugiada.

Contudo, aqueles que migram porque perderam tudo após uma cheia colossal, por exemplo, não estão cobertos por este acordo. [...]. E das que diferentes organizações internacionais não usem a expressão "refugiado climático", preferindo soluções como "migrante climático", "deslocado ambiental" ou "pessoas deslocadas por causa das alterações climáticas".»

Soares, A. A. (28 novembro 2022). Clima obrigou mais de 22 milhões de pessoas a deixar casas em 2021. *Público*. Disponível em www.publico.pt [consult. mar 2023]

1. Relaciona o conteúdo desta notícia com o *cartoon* da página 128.

Aprende a... questionar

Será que levamos a sério este assunto sério?

...é, com atenção, o diálogo entre os dois personagens do *cartoon*.

Doc. 2 *Cartoon* de José Bandeira, *Diário de Notícias*, 15 de dezembro de 2018.

1. Qual é o assunto abordado no *cartoon*?
2. A que migrantes se referem os personagens?
3. Qual é a preocupação do indivíduo A?
4. Consideras que existem pessoas que pensam como o indivíduo B?

O que já sabes?

1. **A personalidade corresponde**
   a) às características partilhadas por um determinado grupo de indivíduos.
   b) à tendência comportamental previsível dos indivíduos.
   c) às características físicas das pessoas.

2. **A formação da personalidade do indivíduo**
   a) depende exclusivamente de fatores genéticos.
   b) não depende de fatores ambientais.
   c) depende da interação entre fatores genéticos e culturais.

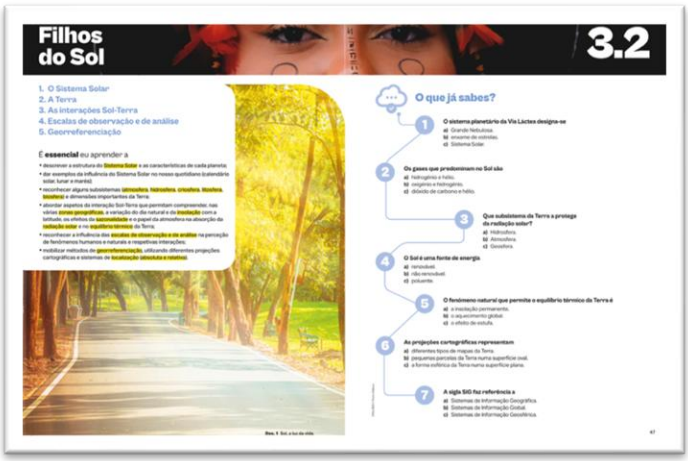
3. **A cultura é**
   a) o conjunto das grandes teorias científicas de uma dada civilização.
   b) uma maneira de pensar, sentir e agir de um determinado grupo social.
   c) o conjunto dos instintos e padrões de conduta dos grupos sociais.

4. **A aculturação é um processo**
   a) de substituição de uma cultura por outra.
   b) de discriminação com base no preconceito de uma cultura sobre outra(s).
   c) de integração de hábitos de outra cultura.

5. **A socialização**
   a) atravessa toda a vida dos indivíduos.
   b) ocorre durante a infância e a adolescência.
   c) é um processo que dificulta a integração social.

6. **Existem diversos agentes de socialização, entre os quais**
   a) a escola, a família, o vestuário e a alimentação.
   b) os meios de comunicação social, os amigos e a escola.
   c) a família, o património genético e os líderes de opinião.

7. **Os líderes de opinião**
   a) conduzem ao conformismo da opinião pública.
   b) dominam o processo de socialização dos indivíduos.
   c) influenciam os comportamentos dos indivíduos.



Filhos do Sol

3.2

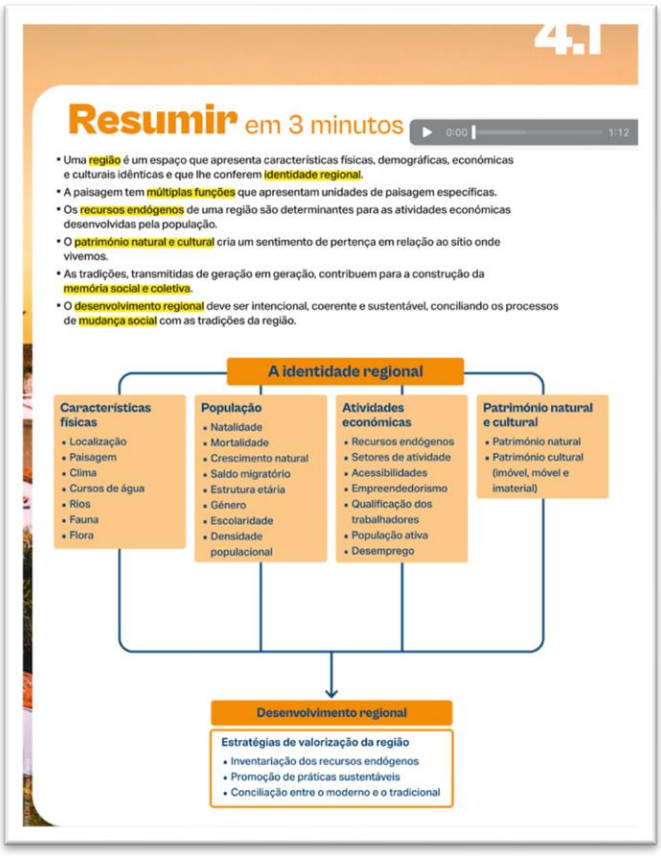
1. O Sistema Solar
2. A Terra
3. As interações Sol-Terra
4. Escalas de observação e de análise
5. Georreferenciação

É **essencial** eu aprender a

- descrever a estrutura do Sistema Solar e as características de cada planeta;
- dar exemplos da influência do Sistema Solar no nosso quotidiano (calendário solar, lunar e marés);
- reconhecer alguns subsistemas (atmosfera, hidrosfera, criosfera, litosfera, biosfera) e dimensões importantes da Terra;
- abordar aspetos da interação Sol-Terra que permitam compreender, nas várias zonas geográficas, a variação do dia natural e da insolação com a latitude, os efeitos da sazonalidade e o papel da atmosfera na absorção da radiação solar e no equilíbrio térmico da Terra;
- reconhecer a influência das escalas de observação e de análise na perceção de fenómenos humanos e naturais e respetivas interações;
- mobilizar métodos de georreferenciação, utilizando diferentes projeções cartográficas e sistemas de localização (absoluta e relativa).

O que já sabes?

1. O sistema planetário da Via Láctea designa-se
   a) Grande Nebulosa.
   b) enxame de estrelas.
   c) Sistema Solar.
2. Os gases que predominam no Sol são
   a) hidrogénio e hélio.
   b) oxigénio e hidrogénio.
   c) dióxido de carbono e hélio.
3. Que subsistema da Terra a protege da radiação solar?
   a) Hidrosfera.
   b) Atmosfera.
   c) Geosfera.
4. O Sol é uma fonte de energia
   a) renovável.
   b) não renovável.
   c) poluente.
5. O fenómeno natural que permite o equilíbrio térmico da Terra é
   a) a insolação permanente.
   b) o aquecimento global.
   c) o efeito de estufa.
6. As projeções cartográficas representam
   a) diferentes tipos de mapas da Terra.
   b) pequenas partes da Terra numa superfície oval.
   c) a forma esférica da Terra numa superfície plana.
7. A sigla SIG faz referência a
   a) Sistemas de Informação Geográfica.
   b) Sistemas de Informação Global.
   c) Sistemas de Informação Geométrica.



4.1

Resumir em 3 minutos

0:00 1:12

- Uma região é um espaço que apresenta características físicas, demográficas, económicas e culturais idênticas e que lhe conferem identidade regional.
- A paisagem tem múltiplas funções que apresentam unidades de paisagem específicas.
- Os recursos endógenos de uma região são determinantes para as atividades económicas desenvolvidas pela população.
- O património natural e cultural cria um sentimento de pertença em relação ao sítio onde vivemos.
- As tradições, transmitidas de geração em geração, contribuem para a construção da memória social e coletiva.
- O desenvolvimento regional deve ser intencional, coerente e sustentável, conciliando os processos de mudança social com as tradições da região.

A identidade regional

Características físicas
- Localização
- Paisagem
- Clima
- Cursos de água
- Rios
- Fauna
- Flora

População
- Natalidade
- Mortalidade
- Crescimento natural
- Saldo migratório
- Estrutura etária
- Género
- Escolaridade
- Densidade populacional

Atividades económicas
- Recursos endógenos
- Setores de atividade
- Acessibilidades
- Empreendedorismo
- Qualificação dos trabalhadores
- População ativa
- Desemprego

Património natural e cultural
- Património natural
- Património cultural (imóvel, móvel e imaterial)

Desenvolvimento regional

Estratégias de valorização da região
- Inventariação dos recursos endógenos
- Promoção de práticas sustentáveis
- Conciliação entre o moderno e o tradicional

Um desafio global: o desenvolvimento sustentável

7.2

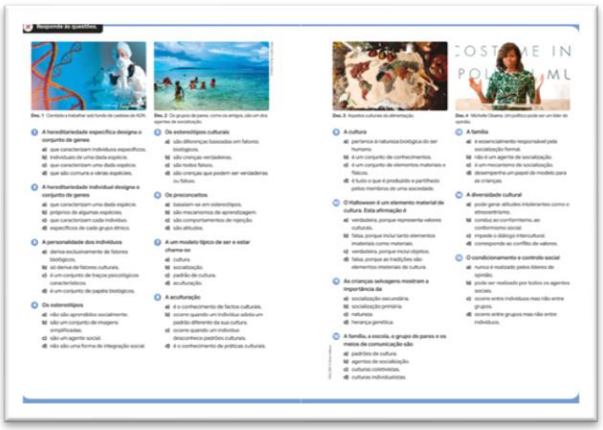
1. Os problemas ambientais
2. Os contrastes de desenvolvimento
3. O desenvolvimento humano sustentável e solidário

É **essencial** eu aprender a

- indicar problemas ambientais que se colocam à escala global e que são responsáveis pela redução da biodiversidade e pelas alterações climáticas;
- relacionar o crescimento económico moderno com a pegada ecológica e o défice ecológico, a diminuição da biocapacidade e o índice de Desempenho Ambiental à escala global;
- identificar problemas de desenvolvimento e a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os eliminar;
- detalhar ciclos de vida que degradam o ambiente;
- apresentar soluções para os problemas ambientais como soluções positivas do processo de desenvolvimento;
- demonstrar a importância da cooperação internacional na procura de modelos de desenvolvimento sustentável através da Investigação e Desenvolvimento (I&D) e da definição de estratégias comuns de Responsabilidade Global, como, por exemplo, o princípio do poluidor pagador;
- reconhecer a necessidade de articular justiça social, economia, liberdade e sustentabilidade, para um desenvolvimento humano sustentável e solidário.

O que já sabes?

1. Os problemas ambientais que se verificam no mundo atual têm-se refletido
   a) em profundas alterações climáticas.
   b) no alargamento da biocapacidade.
   c) na diminuição da pegada ecológica.
2. O aquecimento global do planeta tem vindo a aumentar devido ao
   a) aumento da radiação solar.
   b) crescimento da camada de ozono.
   c) aumento das emissões de gases com efeito de estufa.
3. A diferença entre a pegada ecológica e a biocapacidade designa-se
   a) défice ambiental.
   b) sustentabilidade.
   c) índice de desempenho ambiental.
4. Um local com elevada biocapacidade é ambientalmente
   a) equilibrado.
   b) sustentável.
   c) insustentável.
5. A prática de uma agricultura biológica gera
   a) externalidades negativas.
   b) externalidades positivas.
   c) desemprego no mundo rural.
6. A primeira cimeira internacional sobre questões ambientais realizou-se em
   a) 1945.
   b) 1992.
   c) 2020.
7. O princípio de que aquele que causa poluição deve reparar os danos causados designa-se
   a) poluidor-pagador.
   b) insustentabilidade ambiental.
   c) justiça ambiental.



Responde às questões.

Dos. 1 Comida a trabalhar sob fundo de casbas de ADN.

Dos. 2 Os grupos de pares, como os amigos, são um dos agentes de socialização.

Dos. 3 Hoje

Dos. 4 Michelle Obama. Um político pode ser um líder de opinião.

1. **A hereditariedade específica designa o conjunto de genes**
   a) que caracterizam indivíduos específicos.
   b) individuais de uma dada espécie.
   c) que caracterizam uma dada espécie.
   d) que são comuns a várias espécies.

2. **A hereditariedade individual designa o conjunto de genes**
   a) que caracterizam uma dada espécie.
   b) próprios de algumas espécies.
   c) que caracterizam cada indivíduo.
   d) específicos de cada grupo étnico.

3. **A personalidade dos indivíduos**
   a) deriva exclusivamente de fatores biológicos.
   b) só deriva de fatores culturais.
   c) é um conjunto de traços psicológicos característicos.
   d) é um conjunto de papéis biológicos.

4. **Os estereótipos**
   a) não são aprendidos socialmente.
   b) são um conjunto de imagens simplificadas.
   c) são um agente social.
   d) não são uma forma de integração social.

5. **Os estereótipos culturais**
   a) são diferenças baseadas em fatores biológicos.
   b) são crenças verdadeiras.
   c) são todos falsos.
   d) são crenças que podem ser verdadeiras ou falsas.

6. **Os preconceitos**
   a) baseiam-se em estereótipos.
   b) são mecanismos de aprendizagem.
   c) são comportamentos de rejeição.
   d) são atitudes.

7. **A um modelo típico de ser e estar chama-se**
   a) cultura.
   b) socialização.
   c) padrão de cultura.
   d) aculturação.

8. **A aculturação**
   a) é o conhecimento de factos culturais.
   b) ocorre quando um indivíduo adota um padrão diferente da sua cultura.
   c) ocorre quando um indivíduo desconhece padrões culturais.
   d) é o conhecimento de práticas culturais.

9. **A cultura**
   a) pertence à natureza biológica do ser humano.
   b) é um conjunto de conhecimentos.
   c) é um conjunto de elementos materiais e físicos.
   d) é tudo o que é produzido e partilhado pelos membros de uma sociedade.

10. **O Halloween é um elemento material de cultura. Esta afirmação é**
    a) verdadeira, porque representa valores culturais.
    b) falsa, porque inclui tanto elementos imateriais como materiais.
    c) verdadeira, porque inclui objetos.
    d) falsa, porque as tradições são elementos imateriais da cultura.

11. **As crianças selvagens mostram a importância da**
    a) socialização secundária.
    b) socialização primária.
    c) natureza.
    d) herança genética.

12. **A família, a escola, o grupo de pares e os meios de comunicação são**
    a) padrões de cultura.
    b) agentes de socialização.
    c) culturas coletivistas.
    d) culturas individualistas.

13. **A família**
    a) é essencialmente responsável pela socialização formal.
    b) não é um agente de socialização.
    c) é um mecanismo de socialização.
    d) desempenha um papel de modelo para as crianças.

14. **A diversidade cultural**
    a) pode gerar atitudes intolerantes como o etnocentrismo.
    b) conduz ao conformismo.
    c) impede o diálogo intercultural.
    d) corresponde ao conflito de valores.

15. **O condicionamento e controlo social**
    a) nunca é realizado pelos líderes de opinião.
    b) pode ser realizado por todos os agentes sociais.
    c) ocorre entre indivíduos mas não entre grupos.
    d) ocorre entre grupos mas não entre indivíduos.

Avaliar em 30 minutos 3.2

Responde às questões.

Sistema Solar

Dos. 1 O Sistema Solar

Dos. 2 A Terra vista conceptual

Dos. 3 A radiação solar

Dos. 4 Satélite em órbita da Terra

1. **O Sistema Solar situa-se**
   a) num braço externo em espiral da Via Láctea.
   b) num braço interior elíptico da Via Láctea.
   c) no centro da Via Láctea.
   d) no centro da Grande Nebulosa.

2. **O Sistema Solar é constituído por**
   a) 8 planetas principais, luas, meteoritos, asteroides e cometas.
   b) 9 planetas principais, satélites naturais, meteoroides, asteroides e cometas.
   c) 8 planetas principais, satélites naturais, planetas anões, meteoroides, asteroides e cometas.
   d) 9 planetas principais, satélites naturais, planetas anões, meteoritos e cometas.

3. **No Sistema Solar, a Terra é um planeta**
   a) exterior rochoso, com uma lua.
   b) interior rochoso, com um satélite natural.
   c) interior gasoso, com uma lua.
   d) exterior gasoso, sem um satélite natural.

4. **A Terra e o Espaço formam um sistema**
   a) aberto, com troca de energia e matéria.
   b) aberto, com troca de matéria.
   c) fechado, com troca de matéria e energia.
   d) fechado, com troca de energia.

5. **O Dos. 2 ilustra a**
   a) biosfera.
   b) hidrosfera.
   c) geosfera.
   d) criosfera.

6. **A hidrosfera é o subsistema terrestre composto por água**
   a) nos seus vários estados.
   b) no estado sólido.
   c) no estado líquido.
   d) no estado gasoso.

7. **O subsistema da Terra que protege os seres vivos da radiação solar é a**
   a) criosfera.
   b) hidrosfera.
   c) geosfera.
   d) atmosfera.

8. **A superfície terrestre tem**
   a) a mesma quantidade de terra e de água.
   b) mais superfície com água do que com terra.
   c) mais superfície com terra do que com água.
   d) ausência de água.

9. **O Dos. 3 ilustra a radiação solar, isto é**
   a) o número de horas de luz de um dia.
   b) a quantidade de energia emitida pelo Sol.
   c) a quantidade de luz que chega à superfície terrestre.
   d) a quantidade de calor que chega à superfície terrestre.

10. **A insolação de um determinado local varia de acordo com**
    a) o clima.
    b) os ecossistemas.
    c) a latitude.
    d) a longitude.

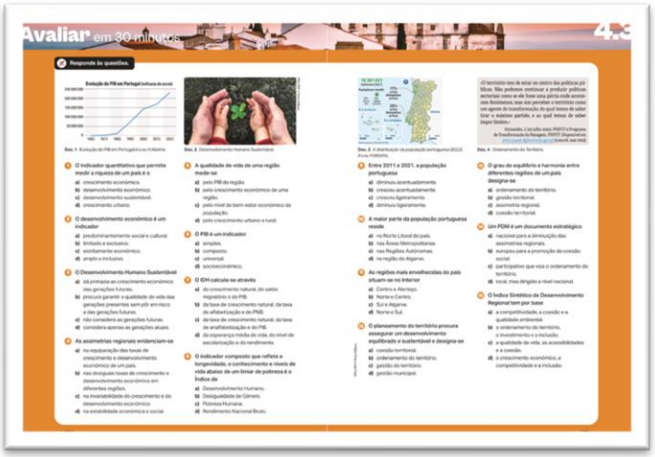
11. **Portugal situa-se na Zona**
    a) Fria do Norte.
    b) Temperada do Norte.
    c) Fria do Sul.
    d) Temperada do Sul.

12. **O equilíbrio térmico da Terra é mantido através**
    a) da sazonalidade.
    b) dos movimentos de rotação e de translação.
    c) do efeito de estufa.
    d) do aquecimento global.

13. **As imagens obtidas a partir de um satélite (Dos. 4)**
    a) apresentam menor área do que as fotografias aéreas.
    b) não podem ser obtidas.
    c) são disponibilizadas.
    d) não estão sujeitas às condições climatéricas.

14. **A projeção cartográfica que apresenta os paralelos e os meridianos com linhas retas é**
    a) cónica.
    b) azimutal.
    c) cilíndrica.
    d) pseudocónica.

15. **A georreferenciação permite**
    a) localizar uma região, simultaneamente de forma relativa e absoluta.
    b) observar diferentes fenómenos a uma única escala.
    c) observar apenas um fenómeno em diferentes escalas.
    d) apoiar a tomada de decisões em diversas áreas.



Avaliar em 30 minutos 4.3

Responde às questões.

Evolução do PIB em Portugal (milhões de euros)

Dos. 1 Evolução do PIB em Portugal (1995-2019)

Dos. 2 Desenvolvimento Humano Sustentável

Dos. 3 A distribuição da população portuguesa (2011)

Dos. 4 Ordenamento do Território

1. **O indicador quantitativo que permite medir a riqueza de um país é o**
   a) crescimento económico.
   b) desenvolvimento económico.
   c) desenvolvimento sustentável.
   d) crescimento urbano.

2. **O desenvolvimento económico é um indicador**
   a) predominantemente social e cultural.
   b) limitado e exclusivo.
   c) estritamente económico.
   d) amplo e inclusivo.

3. **O Desenvolvimento Humano Sustentável**
   a) dá primazia ao crescimento económico das gerações futuras.
   b) procura garantir a qualidade de vida das gerações presentes sem pôr em risco a das gerações futuras.
   c) não considera as gerações futuras.
   d) considera apenas as gerações atuais.

4. **As assimetrias regionais evidenciam-se**
   a) na equiparação das taxas de crescimento e desenvolvimento económico de um país.
   b) nas desiguais taxas de crescimento e desenvolvimento económico em diferentes regiões.
   c) na invariabilidade do crescimento e do desenvolvimento económico.
   d) na estabilidade económica e social.

5. **A qualidade de vida de uma região reside na**
   a) pelo PIB da região.
   b) pelo crescimento económico de uma região.
   c) pelo nível de bem-estar económico da população.
   d) pelo crescimento urbano e rural.

6. **O PIB é um indicador**
   a) amplo.
   b) composto.
   c) universal.
   d) socioeconómico.

7. **O IDH calcula-se através**
   a) do crescimento natural, do saldo migratório e do PIB.
   b) da taxa de crescimento natural, da taxa de analfabetização e do PNB.
   c) da taxa de crescimento natural, da taxa de analfabetização e do PIB.
   d) da esperança média de vida, do nível de escolarização e do rendimento.

8. **O indicador composto que reflete a longevidade, o conhecimento e níveis de vida abaixo de um limiar de pobreza é o Índice de**
   a) Desenvolvimento Humano.
   b) Desigualdade de Género.
   c) Pobreza Humana.
   d) Rendimento Nacional Bruto.

9. **Entre 2011 e 2021, a população portuguesa**
   a) diminuiu acentuadamente.
   b) cresceu acentuadamente.
   c) cresceu ligeiramente.
   d) diminuiu ligeiramente.

10. **A maior parte da população portuguesa reside**
    a) no Norte Litoral do país.
    b) nas Áreas Metropolitanas.
    c) nas Regiões Autónomas.
    d) na região do Algarve.

11. **As regiões mais envelhecidas do país situam-se no Interior**
    a) Centro e Alentejo.
    b) Norte e Centro.
    c) Sul e Algarve.
    d) Norte e Sul.

12. **O planeamento do território procura assegurar um desenvolvimento equilibrado e sustentável e designa-se**
    a) coesão territorial.
    b) ordenamento do território.
    c) gestão do território.
    d) gestão municipal.

13. **O grau de equilíbrio e harmonia entre diferentes regiões de um país designa-se**
    a) ordenamento do território.
    b) gestão territorial.
    c) assimetria regional.
    d) coesão territorial.

14. **Um PDM é um documento estratégico**
    a) nacional para a diminuição das assimetrias regionais.
    b) europeu para a promoção da coesão social.
    c) participativo que visa o ordenamento do território.
    d) local, mas dirigido a nível nacional.

15. **O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional tem por base**
    a) a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental.
    b) o ordenamento do território, o investimento e a inclusão.
    c) a qualidade de vida, as acessibilidades e a coesão.
    d) o crescimento económico, a competitividade e a inclusão.

Ao corrente...

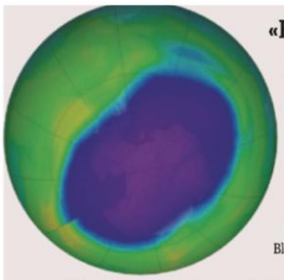
Presta atenção à imagem e ao texto que se seguem.

«Zendaya. Assim nasce um ícone

Se existe alguém a personificar um novo sistema de estrelas em Hollywood é Zendaya, antiga estrela juvenil e agora atriz nas conjeturas dos Óscares. Aos 24 anos é capa de revistas, símbolo de uma geração e voz ativa sobre o direito da igualdade de sexos. É também alguém com um discurso incómodo dentro dos padrões do sistema de estúdios, ou seja, põe em causa esse mesmo sistema. Desplante? Arrogância? Não, no seu caso é mesmo sinceridade e uma necessidade orgânica e genuína de não recorrer a filtros.»

Tendinha, R. P. (07 fevereiro 2021). Zendaya. Assim nasce um icone. *Diário de Notícias*. Disponível em www.dn.pt [consult. fev 2023]

1. Por que razão Zendaya é uma líder de opinião?
2. Quais são os seus principais traços de personalidade?
3. Indica a causa defendida por Zendaya.
4. Identifica os comportamentos que são mostrados como desejáveis.
5. Explica em que medida há neste exemplo mecanismos de socialização envolvidos.



«Buraco do ozono está a fechar: há uma "recuperação notável", confirma relatório da ONU

A camada de ozono está em vias de recuperar dentro de quatro décadas. É uma história de sucesso ambiental que também tem ajudado a limitar o aquecimento global, conclui um relatório da ONU.

A inversão dos danos na camada protetora da Terra está a progredir bem, refletindo a eficácia dos acordos globais para eliminar gradualmente substâncias químicas nocivas, anunciou esta segunda-feira o Painel de Avaliação Científica das Nações Unidas do Protocolo de Montreal.»

Bloomberg (09 janeiro 2023). Buraco do ozono está a fechar: há uma "recuperação notável", confirma relatório da ONU. *Público*. Disponível em www.publico.pt [consult. mar 2023] (texto adaptado)

Doc. 18 Recuperação resulta da ação internacional que tem sido levada a cabo nas últimas décadas (Fonte: ONU).

Apêndice II – Grelha de Análise do manual de Área de Integração 12ºano

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

11. Disciplina

Área de Integração

12. Ano

12ºano

13. Título

Ser Global

14. Autor(es)

José Carlos S. de Almeida João M. Dias Lourenço·Maria de Fátima Pinto

15. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

16. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

17. Ano de publicação

2013

18. Editora

Porto Editora

19. Edição

20. Nº de páginas

176

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	9	13	8
b) Cidadania juvenil	0	0	0
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)	0	0	0
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	6	7	6
TOTAL	15	20	14

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

Os manuais da Área de Integração possibilitam atender à especificidade do ensino profissional. Procura estabelecer a relação entre o mundo do trabalho e a sociedade de forma a integrar os alunos no mundo do trabalho.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    f) Nível UE (2)
    g) Nível Nacional (13)
    h) Nível Local (0)
    i) Outras regiões (para além da UE) (0)
    j) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (0)

13.1 Parágrafos representativos:

"Contudo, a exclusão social também existe nos países desenvolvidos e tende a aumentar. Os novos pobres provêm da classe média. Resultam do desemprego de longa duração. Não se trata de pobreza extrema, mas afeta profundamente a dignidade dos indivíduos e a estabilidade família" (pág.82)

"As pólis gregas, definidas pela liberdade dos seus habitantes e pela autonomia política e económica do seu território, eram constituídas por uma zona agrícola e pela cidade propriamente dita, com os espaços cívicos e políticos: a ágora (praça) e a acrópole (fortaleza). Pertencer à cidade implicava o exercício de direitos e deveres políticos – cidadania – de acordo com os regimes políticos vigentes." (pág.92)

"Foram as reformas de Clístenes que permitiram o funcionamento do regime democrático ateniense, anulando a forte influência das famílias ricas e instituindo uma organização de base nova, traçada de forma artificial, que permitiu juntar a população das três zonas da pólis: a cidade, a região costeira e de planícies e a zona das colinas e montanhas do interior. Constituíram-se dez tribos e cem demos, misturando gentes de meios e proveniência diferentes, reforçando a unidade entre os atenienses, candidatos a representantes dos interesses da pólis na Assembleia Popular (Eclésia), no Conselho dos 500 (Bulé) e no Tribunal Popular (Helieu), os órgãos mais representativos da democracia ateniense no século V a. C." (pág. 92)

"Péricles foi um dos representantes desta democracia direta, mas com limitações à luz dos princípios e valores que deram origem às democracias modernas, com destaque para a igualdade e a liberdade. A democracia em Atenas era exercida apenas por uma minoria: os cidadãos, homens nascidos em Atenas, de país igualmente ateniense" (pág.92)

"A revalorização do domínio político, alcançada com o liberalismo, assenta na independência relativamente à religião e visa a preservação dos direitos individuais, entendidos como direitos naturais do Homem. Destaca-se a liberdade que procura limitar o poder político através da sua separação em três poderes independentes: legislativo, executivo e judicial" (pág.100)

"Destacam-se as Trade Unions britânicas, verdadeiras organizações de massa com mais de um milhão de aderentes, em 1874. O operariado recorreu às greves e manifestações para conseguir a redução do horário de trabalho, a melhoria dos salários, o descanso semanal e outros direitos. Em 1 de maio de 1890 instituiu-se um

dia de luta pela jornada de 8 horas, em memória de uma grande manifestação celebrada quatro anos antes em Chicago. Desde então esta data é comemorada como o Dia do Trabalhador." (pág.102)

"Para o combate ao capitalismo foi essencial a união e a solidariedade entre os trabalhadores de todo o Mundo: o internacionalismo operário, um movimento que se formou com base nas ideias marxistas, muito embora tivesse assumido, posteriormente, tendências ideológicas mais moderadas, próprias de outras correntes socialistas que defendiam vias mais pacíficas para alcançar as reivindicações sociais e políticas dos trabalhadores" (pág. 102)

"Na conceção pluralista dominante nos EUA e nos países influenciados pelo modelo anglo-saxónico, o poder deve ser exercido por competentes funcionários governamentais e depende da negociação entre grupos representantes de interesses comuns (empresariais, étnicos, ambientais) que exercem pressão junto do Estado e dos governos centrais. Este modelo preocupa-se mais com os aspetos jurídicos relativos ao funcionamento do Estado de direito e aos direitos do indivíduo do que com a soberania popular, valorizada no modelo francês, defensor do civismo e da participação política." (pág.106)

"Atualmente defende-se que a democracia não pode transformar-se numa ideologia ao "serviço dos mais poderosos nem de um poder arbitrário e repressivo" e questiona-se também a "tirania da maioria" que deixa de fora as minorias. São muitas as interrogações e dúvidas que se colocam na análise da "qualidade" da democracia atual. Se é verdade que o número de países com regimes democráticos aumentou desde 1974, início da 3.ª vaga democrática, também é um facto que algumas não passam de democracias eleitorais." (pág.106)

4

A democracia dita «representativa», há que reconhecê-lo, fica um pouco limitada perante assuntos realmente essenciais, como o crescimento urbano, os equipamentos pesados do território ou os fluxos migratórios. Os cidadãos não podem participar plenamente se a sua participação se mantiver limitada pelo ritmo plurianual das consultas eleitorais. O debate sobre a «democracia participativa» visa obter um melhor equilíbrio entre as prioridades do momento e as contingências do futuro, visa dar aos cidadãos um controlo mais continuado dos seus assuntos.

Jean Chesneaux, "A tirania do efémero e a cidadania do tempo", in *A Sociedade em Busca de Valores*..., p. 126

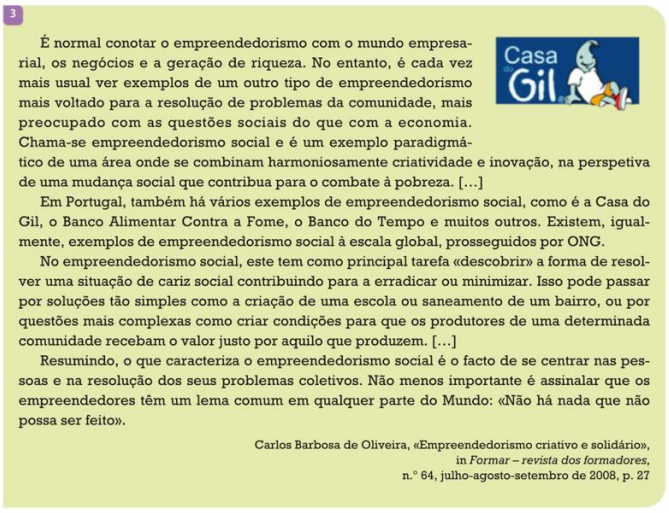
"A mudança chegou abruptamente com a Revolução de 25 de Abril de 1974, levada a cabo pelos militares (MFA) mas com um entusiástico apoio popular. Seguiram-se dois anos de instabilidade. As primeiras eleições livres, em 1975, consagraram a vitória do Partido Socialista, com 38% dos votos, e permitiram controlar a radicalização do processo revolucionário. Aprovada em 1976, a primeira Constituição democrática representou uma definição do rumo a seguir por Portugal" (pág.108)

"As ONG, organizações da sociedade civil, com finalidades públicas e sem fins lucrativos, desenvolvem ações em diferentes áreas e têm conseguido mobilizar a opinião pública e o apoio da população. Nacionais, estrangeiras ou multinacionais, estas organizações usam como metodologia a pressão sobre os governos, complementando a ação das organizações governamentais. A Amnistia Internacional investiga e divulga os abusos dos direitos humanos, promovendo

campanhas para lhes pôr termo; o seu trabalho, como o de outras ONG, norteia-se por princípios de solidariedade internacional, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos" (pág.110)

"A evolução dos Direitos Humanos acompanhou o crescimento do capitalismo e a organização das democracias liberais: numa 1.ª fase – capitalismo liberal, século XIX – surgiram os direitos civis e políticos; na 2.ª fase – capitalismo organizado – desde o final do século XIX até 1960, deu-se a conquista dos direitos sociais e económicos, desenvolvendo-se o modelo de Estado-providência. Vive-se agora um período de maior desorganização capitalista pelo que alguns dos direitos adquiridos na 2.ª fase foram perdidos, juntando-se à reivindicação dos chamados direitos de 3.ª geração, de carácter cultural e anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas), que exigem formas de organização distintas dos partidos e dos sindicatos, associados às lutas pelos direitos da 1.ª e das 2.ª gerações." (pág.112)

"Os Direitos Humanos carecem de uma reflexão séria e justa, pois estão muito presos a uma conceção limitada pela legitimação do Estado, que muitas vezes não tem correspondência na prática quotidiana. A expansão da cidadania tem de envolver o espaço público e privado/família, muito desvalorizado até à data. (pág.112)



3

É normal conotar o empreendedorismo com o mundo empresarial, os negócios e a geração de riqueza. No entanto, é cada vez mais usual ver exemplos de um outro tipo de empreendedorismo mais voltado para a resolução de problemas da comunidade, mais preocupado com as questões sociais do que com a economia. Chama-se empreendedorismo social e é um exemplo paradigmático de uma área onde se combinam harmoniosamente criatividade e inovação, na perspetiva de uma mudança social que contribua para o combate à pobreza. [...]

Em Portugal, também há vários exemplos de empreendedorismo social, como é a Casa do Gil, o Banco Alimentar Contra a Fome, o Banco do Tempo e muitos outros. Existem, igualmente, exemplos de empreendedorismo social à escala global, prosseguidos por ONG.

No empreendedorismo social, este tem como principal tarefa «descobrir» a forma de resolver uma situação de cariz social contribuindo para a erradicar ou minimizar. Isso pode passar por soluções tão simples como a criação de uma escola ou saneamento de um bairro, ou por questões mais complexas como criar condições para que os produtores de uma determinada comunidade recebam o valor justo por aquilo que produzem. [...]

Resumindo, o que caracteriza o empreendedorismo social é o facto de se centrar nas pessoas e na resolução dos seus problemas coletivos. Não menos importante é assinalar que os empreendedores têm um lema comum em qualquer parte do Mundo: «Não há nada que não possa ser feito».

Carlos Barbosa de Oliveira, «Empreendedorismo criativo e solidário», in *Formar – revista dos formadores*, n.º 64, julho-agosto-setembro de 2008, p. 27

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:
    f) Nível UE 0
    g) Nível Nacional 0
    h) Nível Local 0
    i) Outras regiões (para além da UE)
    j) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

14.1 Parágrafos representativos:

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):

a) Nível UE - 0
b) Nível Nacional - 0
c) Nível Local - 0
d) Outras regiões (para além da UE) - 0
e) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

f) Nível UE - 0
g) Nível Nacional - 0
h) Nível Local - 0
i) Outras regiões (para além da UE) - 0
j) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*]:

e) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política). ☐

f) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária).☒

g) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido

político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)). ☒

h) **Outra** ☐ (Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"As ONG, organizações da sociedade civil, com finalidades públicas e sem fins lucrativos, desenvolvem ações em diferentes áreas e têm conseguido mobilizar a opinião pública e o apoio da população. Nacionais, estrangeiras ou multinacionais, estas organizações usam como metodologia a pressão sobre os governos, complementando a ação das organizações governamentais. A Amnistia Internacional investiga e divulga os abusos dos direitos humanos, promovendo campanhas para lhes pôr termo; o seu trabalho, como o de outras ONG, norteia-se por princípios de solidariedade internacional, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos." (pág.110) "A evolução dos Direitos Humanos acompanhou o crescimento do capitalismo e a organização das democracias liberais: numa 1.ª fase – capitalismo liberal, século XIX – surgiram os direitos civis e políticos; na 2.ª fase – capitalismo organizado – desde o final do século XIX até 1960, deu-se a conquista dos direitos sociais e econó- micos, desenvolvendo-se o modelo de Estado-providência. Vive-se agora um período de maior desorganização capitalista pelo que alguns dos direitos adquiridos na 2.ª fase foram perdidos, juntando-se à reivindicação dos chamados direitos de 3.ª geração, de carácter cultural e anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas), que exigem formas de organização distintas dos partidos e dos sindicatos, associados às lutas pelos direitos da 1.ª e das 2.ª gerações." (pág.112)

c) Participação política

"As pólis gregas, definidas pela liberdade dos seus habitantes e pela autonomia política e económica do seu território, eram constituídas por uma zona agrícola e pela cidade propriamente dita, com os espaços cívicos e políticos: a ágora (praça) e a acrópole (fortaleza). Pertencer à cidade implicava o exercício de direitos e deveres políticos – cidadania – de acordo com os regimes políticos vigentes." (pág.92) "Foram as reformas de Clístenes que permitiram o funcionamento do regime democrático ateniense, anulando a forte influência das famílias ricas e instituindo

uma organização de base nova, traçada de forma artificial, que permitiu juntar a população das três zonas da pólis: a cidade, a região costeira e de planícies e a zona das colinas e montanhas do interior. Constituíram-se dez tribos e cem demos, misturando gentes de meios e proveniência diferentes, reforçando a unidade entre os atenienses, candidatos a representantes dos interesses da pólis na Assembleia Popular (Eclésia), no Conselho dos 500 (Bulé) e no Tribunal Popular (Helieu), os órgãos mais representativos da democracia ateniense no século V a. C." (pág. 92)

"Péricles foi um dos representantes desta democracia direta, mas com limitações à luz dos princípios e valores que deram origem às democracias modernas, com destaque para a igualdade e a liberdade. A democracia em Atenas era exercida apenas por uma minoria: os cidadãos, homens nascidos em Atenas, de pais igualmente ateniense" (pág. 92)

"A questão da identidade nacional tem sido muito discutida, a propósito da relação entre a soberania europeia e a concentração do poder nos Estados-nação. Na divergência de opiniões destaca-se a corrente de pensamento que defende a coexistência de uma pluralidade de identidades nacionais em contextos políticos distintos e a necessidade de ajustar os valores da democracia a esta nova realidade, em que a soberania deixa de ser um exclusivo do Estado, passando a ser partilhada por diferentes instâncias, na perspetiva de uma nova ordem mundial" (pág. 98)

"A revalorização do domínio político, alcançada com o liberalismo, assenta na independência relativamente à religião e visa a preservação dos direitos individuais, entendidos como direitos naturais do Homem. Destaca-se a liberdade que procura limitar o poder político através da sua separação em três poderes independentes: legislativo, executivo e judicial" (pág.100)

"As primeiras revoluções liberais, na América do Norte e na França, resultaram da mesma ideologia, mas tiveram motivações e significados distintos: a Revolução Americana representou a luta pelo reconhecimento da independência em relação ao país colonizador, a Grã-Bretanha, criando um Estado novo, baseado na ideologia importada da Europa mas adaptada à realidade dos EUA; enquanto na França a transformação política e social subverteu a ordem tradicional, ultrapassando o Antigo Regime" (pág. 100)

"Perante as dificuldades económicas, muitos regimes cederam nos seus princípios democráticos, secundarizando a liberdade e a igualdade perante as propostas e/ou promessas de recuperação das grandezas perdidas. A democracia reformou-se nos países onde se encontrava menos ameaçada (Inglaterra e EUA) através de um reforço do poder executivo. Nos EUA, o presidente Roosevelt impôs novas regras (New Deal) para sair da crise." (pág.104)

"Na Alemanha, a República de Weimar já nascera condenada pela fraqueza dos seus governos e a responsabilidade pela assinatura do Tratado de Versalhes, uma humilhação para todos os países derrotados na 1ª. Guerra Mundial. A crise económica de 1923 significou uma experiência que as classes médias e baixas não desejavam repetir afastando-as dos partidos democráticos em benefício de argumentos mais nacionalistas e práticas populistas. Desta forma Hitler conseguiu tornar-se chanceler, em 30 de janeiro de 1933, ordenando a suspensão das liberdades

constitucionais e todos os outros atropelos aos princípios democráticos e aos direitos humanos, que acabaram por conduzir ao holocausto e à 2.ª Guerra Mundial, opondo os Aliados favoráveis à democracia liberal às forças do Eixo, lideradas pela Alemanha, Itália e Japão." (pág. 104)

"O conceito de democracia – governo do "povo" – pode ser entendido apenas na vertente política ou alargado à vida social. Na primeira aceção, distingue-se democracia participativa/direta e democracia representativa unipartidária e multipartidária – a democracia liberal, com representação mínima de dois partidos políticos. No século XIX os partidos eram usados de forma temporária e circunstancial, mas evoluíram para organizações estáveis, cultivando a militância partidária e um "alinhamento" do comportamento eleitoral." (pág106)

"Na conceção pluralista dominante nos EUA e nos países influenciados pelo modelo anglo-saxónico, o poder deve ser exercido por competentes funcionários governamentais e depende da negociação entre grupos representantes de interesses comuns (empresariais, étnicos, ambientais) que exercem pressão junto do Estado e dos governos centrais. Este modelo preocupa-se mais com os aspetos jurídicos relativos ao funcionamento do Estado de direito e aos direitos do indivíduo do que com a soberania popular, valorizada no modelo francês, defensor do civismo e da participação política." (pág.106)

"A mudança chegou abruptamente com a Revolução de 25 de Abril de 1974, levada a cabo pelos militares (MFA) mas com um entusiástico apoio popular. Seguiram-se dois anos de instabilidade. As primeiras eleições livres, em 1975, consagraram a vitória do Partido Socialista, com 38% dos votos, e permitiram controlar a radicalização do processo revolucionário. Aprovada em 1976, a primeira Constituição democrática representou uma definição do rumo a seguir por Portugal" (pág.108)

"A contestação à monarquia, desencadeada pelo Ultimato inglês (1890) que for- çou Portugal a renunciar à ocupação dos territórios entre Angola e Moçambique, foi aproveitada politicamente pelos republicanos" (pág.108)

"Não obstante o fracasso da primeira revolta republicana (1891), no Porto, em 5 de outubro de 1910 a monarquia foi substituída pela República parlamentar. Iniciou-se então um período de grande instabilidade governativa, acentuada com a participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial, que dividiu os republicanos e se saldou num enfraquecimento político do Governo, apesar do reconhecimento internacional e de ter sido garantida a posse das colónias. A Primeira República viria a ser derrubada pelo golpe de 28 de maio de 1926, que impôs a ditadura militar e abriu caminho ao Estado Novo. (pág.108)

"A mudança chegou abruptamente com a Revolução de 25 de Abril de 1974, levada a cabo pelos militares (MFA) mas com um entusiástico apoio popular. Seguiram-se dois anos de instabilidade. As primeiras eleições livres, em 1975, consagraram a vitória do Partido Socialista, com 38% dos votos, e permitiram controlar a radicalização do processo revolucionário. Aprovada em 1976, a primeira Constituição democrática representou uma definição do rumo a seguir por Portugal" (pág.108)

"As pólis gregas, definidas pela liberdade dos seus habitantes e pela autonomia política e económica do seu território, eram constituídas por uma zona agrícola e pela cidade propriamente dita, com os espaços cívicos e políticos: a ágora (praça) e a acrópole (fortaleza). Pertencer à cidade implicava o exercício de direitos e deveres políticos – cidadania – de acordo com os regimes políticos vigentes." (pág.92)

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

d) Informativo ☒
e) Reflexivo / Interpretativo ☒
f) Outro ☐ (Por favor, especificar)
_____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

d) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
e) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
f) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos encontram- se no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"Contudo, a exclusão social também existe nos países desenvolvidos e tende a aumentar. Os novos pobres provêm da classe média. Resultam do desemprego de longa duração. Não se trata de pobreza extrema, mas afeta profundamente a dignidade dos indivíduos e a estabilidade família" (pág.82)
Nível 1

"Para o combate ao capitalismo foi essencial a união e a solidariedade entre os trabalhadores de todo o Mundo: o internacionalismo operário, um movimento que se formou com base nas ideias marxistas, muito embora tivesse assumido, posteriormente, tendências ideológicas mais moderadas, próprias de outras correntes socialistas que defendiam vias mais pacíficas para alcançar as reivindicações sociais e políticas dos trabalhadores" (pág. 102) Nível 2

"A mudança chegou abruptamente com a Revolução de 25 de Abril de 1974, levada a cabo pelos militares (MFA) mas com um entusiástico apoio popular. Seguiram-se dois anos de instabilidade. As primeiras eleições livres, em 1975, consagraram a vitória do Partido Socialista, com 38% dos votos, e permitiram controlar a

radicalização do processo revolucionário. Aprovada em 1976, a primeira Constituição democrática representou uma definição do rumo a seguir por Portugal" (pág.108) Nível 2

"As ONG, organizações da sociedade civil, com finalidades públicas e sem fins lucrativos, desenvolvem ações em diferentes áreas e têm conseguido mobilizar a opinião pública e o apoio da população. Nacionais, estrangeiras ou multinacionais, estas organizações usam como metodologia a pressão sobre os governos, complementando a ação das organizações governamentais. A Amnistia Internacional investiga e divulga os abusos dos direitos humanos, promovendo campanhas para lhes pôr termo; o seu trabalho, como o de outras ONG, norteia-se por princípios de solidariedade internacional, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos" (pág.110) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

"A questão da identidade nacional tem sido muito discutida, a propósito da relação entre a soberania europeia e a concentração do poder nos Estados-nação. Na divergência de opiniões destaca-se a corrente de pensamento que defende a coexistência de uma pluralidade de identidades nacionais em contextos políticos distintos e a necessidade de ajustar os valores da democracia a esta nova realidade, em que a soberania deixa de ser um exclusivo do Estado, passando a ser partilhada por diferentes instâncias, na perspetiva de uma nova ordem mundial" (pág. 98) Nível 2

"O conceito de democracia – governo do "povo" – pode ser entendido apenas na vertente política ou alargado à vida social. Na primeira aceção, distingue-se democracia participativa/direta e democracia representativa unipartidária e multipartidária – a democracia liberal, com representação mínima de dois partidos políticos. No século XIX os partidos eram usados de forma temporária e circunstancial, mas evoluíram para organizações estáveis, cultivando a militância partidária e um "alinhamento" do comportamento eleitoral." (pág106) Nível 2

"Os Direitos Humanos carecem de uma reflexão séria e justa, pois estão muito presos a uma conceção limitada pela legitimação do Estado, que muitas vezes não tem correspondência na prática quotidiana. A expansão da cidadania tem de envolver o espaço público e privado/família, muito desvalorizado até à data. (pág.112) Nível 2

20. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (marcar o círculo (☐) correspondente).

Sim ☐ Não ☒

Se sim, por favor, dar exemplos…

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

f) Estatuto da cidadania ☒
g) Género ☒
h) Etnia ☐
i) Idade ☐
j) Outro Direitos Humanos, Globalização X☒

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

"A evolução dos Direitos Humanos acompanhou o crescimento do capitalismo e a organização das democracias liberais: numa 1.ª fase – capitalismo liberal, século XIX – surgiram os direitos civis e políticos; na 2.ª fase – capitalismo organizado – desde o final do século XIX até 1960, deu-se a conquista dos direitos sociais e económicos, desenvolvendo-se o modelo de Estado-providência. Vive-se agora um período de maior desorganização capitalista pelo que alguns dos direitos adquiridos na 2.ª fase foram perdidos, juntando-se à reivindicação dos chamados direitos de 3.ª geração, de carácter cultural e anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas), que exigem formas de organização distintas dos partidos e dos sindicatos, associados às lutas pelos direitos da 1.ª e das 2.ª gerações." (pág.112)

"Ficavam excluídos os estrangeiros (metecos), as mulheres e os escravos – a maioria dos habitantes de Atenas" (pág.92)

b) Género

"Ficavam excluídos os estrangeiros (metecos), as mulheres e os escravos – a maioria dos habitantes de Atenas" (pág.92)

c)Etnia

d) Idade

e) Outro

"O conceito de Estado-nação impôs-se na Europa a partir do século XVIII, em vários países como a Grã-Bretanha, a França, a Itália e a Alemanha, enquanto o princípio da autodeterminação conduziu à independência das colónias americanas.

Nestes territórios, outrora dominados por ingleses, franceses, portugueses e espanhóis, existia uma grande diversidade de povos e culturas que haviam sido submetidos a um processo de aculturação em que os povos colonizadores impuseram a sua língua, religião e costumes, numa estratégia de dominação, cujos resultados não foram de imediato questionados, pois a autonomia das colónias foi conduzida por líderes europeus" (pág. 96) (Direitos humanos)

"A questão da identidade nacional tem sido muito discutida, a propósito da relação entre a soberania europeia e a concentração do poder nos Estados-nação. Na divergência de opiniões destaca-se a corrente de pensamento que defende a coexistência de uma pluralidade de identidades nacionais em contextos políticos distintos e a necessidade de ajustar os valores da democracia a esta nova realidade, em que a soberania deixa de ser um exclusivo do Estado, passando a ser partilhada por diferentes instâncias, na perspetiva de uma nova ordem mundial" (pág.98) (Integração Europeia)

"A integração na União Europeia parece servir os interesses das comunidades nacionais que constituem a Espanha, o Reino Unido, a Bélgica, e que afirmam a sua identidade na esfera europeia, demarcando-se das posições dos governos que as representam, nesta fase de "ordem pós-soberania" (pág.98)(Integração Europeia)

"Atualmente defende-se que a democracia não pode transformar-se numa ideologia ao "serviço dos mais poderosos nem de um poder arbitrário e repressivo" e questiona-se também a "tirania da maioria" que deixa de fora as minorias. São muitas as interrogações e dúvidas que se colocam na análise da "qualidade" da democracia atual. Se é verdade que o número de países com regimes democráticos aumentou desde 1974, início da 3.ª vaga democrática, também é um facto que algumas não passam de democracias eleitorais" (pág.106)

"As ONG, organizações da sociedade civil, com finalidades públicas e sem fins lucrativos, desenvolvem ações em diferentes áreas e têm conseguido mobilizar a opinião pública e o apoio da população. Nacionais, estrangeiras ou multinacionais, estas organizações usam como metodologia a pressão sobre os governos, complementando a ação das organizações governamentais. A Amnistia Internacional investiga e divulga os abusos dos direitos humanos, promovendo campanhas para lhes pôr termo; o seu trabalho, como o de outras ONG, norteia-se por princípios de solidariedade internacional, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos" (pág.110)

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

d) Informativo ☒
e) Reflexivo / Interpretativo ☐
f) Outro ☐ (Por favor, especificar)

_____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

d) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
e) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
f) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Uns excertos encontram- se no Nível 1 e outros no Nível 2.

a) Informativo

"A evolução dos Direitos Humanos acompanhou o crescimento do capitalismo e a organização das democracias liberais: numa 1.ª fase – capitalismo liberal, século XIX – surgiram os direitos civis e políticos; na 2.ª fase – capitalismo organizado – desde o final do século XIX até 1960, deu-se a conquista dos direitos sociais e económicos, desenvolvendo-se o modelo de Estado-providência. Vive-se agora um período de maior desorganização capitalista pelo que alguns dos direitos adquiridos na 2.ª fase foram perdidos, juntando-se à reivindicação dos chamados direitos de 3.ª geração, de carácter cultural e anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas), que exigem formas de organização distintas dos partidos e dos sindicatos, associados às lutas pelos direitos da 1.ª e das 2.ª gerações." (pág.112) Nível 2

"Ficavam excluídos os estrangeiros (metecos), as mulheres e os escravos – a maioria dos habitantes de Atenas" (pág.92) Nível 1

"O conceito de Estado-nação impôs-se na Europa a partir do século XVIII, em vários países como a Grã-Bretanha, a França, a Itália e a Alemanha, enquanto o princípio da autodeterminação conduziu à independência das colónias americanas. Nestes territórios, outrora dominados por ingleses, franceses, portugueses e espanhóis, existia uma grande diversidade de povos e culturas que haviam sido submetidos a um processo de aculturação em que os povos colonizadores impuseram a sua língua, religião e costumes, numa estratégia de dominação, cujos resultados não foram de imediato questionados, pois a autonomia das colónias foi conduzida por líderes europeus" (pág. 96) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim __Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

f) Escrito ☒
g) Iconográfico ☒
h) Mapas ☒
i) Gráficos / Tabelas ☒
j) Outro ☐ (Por favor, especificar)

_____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

ERP (Enterprise Resource Planning – Planeamento de Recursos Empresariais): São sistemas que têm como objetivo a centralização, armazenamento e organização da informação com o objetivo de facilitar o seu uso por todos os setores da empresa.

Toyotismo: Método inventado no Japão. Substitui o conceito de trabalhador pelo de colaborador no qual, apesar da hierarquia vertical das funções, todos têm participação nas decisões e valoriza-se o bem-estar de todos para a conclusão dos objetivos da empresa.

Automatização: Processo de programação das máquinas para funcionamento em cadeia introduzido no século XIX.

Automação: Consiste num sistema automático avançado de controlo das máquinas por mecanismos que verificam o seu próprio funcionamento e introduzem as correções necessárias sem a intervenção humana. Coincide com o desenvolvimento do computador.

1

Frederick Winslow Taylor trabalhou na Midvale Steel Company (Pensilvânia). De operário chegou a engenheiro-chefe, tendo sido no curso que se interessou pela investigação do trabalho manufatureiro, baseada na experimentação científica.

É no livro *Scientifique management* (Gestão Científica) que Taylor defende a necessidade de dotar a indústria com princípios científicos.
Nem todas as ideias de Taylor foram aproveitadas. Uma delas, considerada pelo próprio como essencial, foi esquecida: a de que os lucros realizados pela nova repartição das tarefas fossem distribuídos, em especial pelos mais desfavorecidos.

Sociedades feudais:
Caracterizam-se pela instituição da vassalagem (rede de dependências), imposição do poder senhorial e enfraquecimento do poder real.

Absolutismo:
Centralização do poder real, sem quaisquer limitações. Associa-se à teoria que defende a origem divina do poder do rei.

Antigo Regime:
Refere-se ao período e ao sistema político, económico e social que vigorou na Europa entre os séculos XVI e XVIII.

Democracias eleitorais:
Regimes implementados através de eleições livres, com sufrágio universal, disputadas por vários partidos, mas que não conseguem garantir o pleno exercício dos direitos civis, políticos e sociais – uma vivência democrática liberal.

Dualismo social:
Condição própria de sociedades com profundas desigualdades derivadas da posse de bens económicos e culturais.

1

A democracia não é uma doutrina; é um procedimento para tomar decisões justas sobre o que deve ser feito e evitado no seio de uma comunidade. […] O único fim da democracia é converter […] a igualdade e a liberdade […] em realidades bem conseguidas […]. Por isso é necessário participar para procurar corrigi-las. Se a democracia fosse perfeita, que necessidade existiria de que alguém tivesse opinião sobre qualquer coisa?

Victoria Camps, *Pararadoxos do Individualismo*, pp. 87 e 114

5

Constituição da República Portuguesa

Preâmbulo

A 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas [...] derrubou o regime fascista. [...]

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. [...] A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista [...]

Partidos candidatos às primeiras eleições livres (1975).

Princípios fundamentais

Artigo 1.º

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

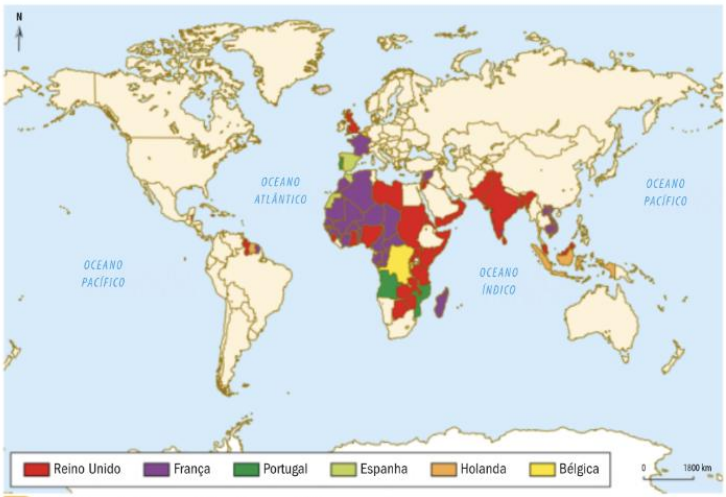
Artigo 2.º

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

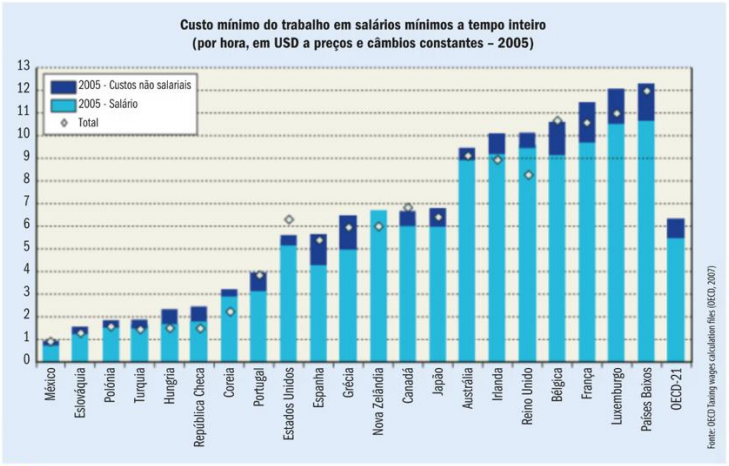
Fonte: http://www.portugal.gov.pt

1 O *"american dream"* ou *"american way of life"*, de que a estátua da Liberdade (Nova Iorque) é símbolo, liderou as expectativas de uma vida melhor para grande parte dos trabalhadores do mundo ocidental no século XX.

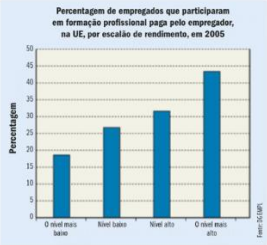
3 Manifestação estudantil em França (maio de 1968).



3 Territórios coloniais que ainda existiam em 1945.



3 Custo da mão de obra.



4 Cálculos baseados na 4.ª pesquisa europeia sobre condições de trabalho. Publicado pela Comissão Europeia (2007).

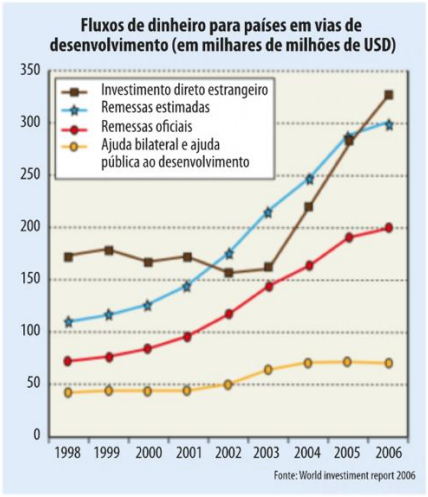
Proveniência	Europa	África	Ásia
Não sabe ler nem escrever	6,2	12,6	11,2
Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	6,2	11,2	10,4
Ensino Básico	37,4	58,8	45,1
Ensino Secundário e/ou Médio	26,1	13,8	21,8
Ensino Superior	24,0	3,7	11,4

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001 – INE

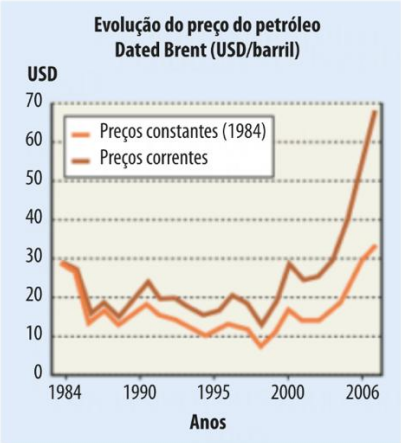
5 Distribuição percentual de imigrantes em Portugal por nível de qualificação académica em 2001

	Contributo para as exportações mundiais (%)						
Regiões ou grupos de países	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1991
Países desenvolvidos	60,8	65,9	70,9	65,6	62,6	66,2	72,4
América	21,7	20,3	18,9	15,9	14,2	15,6	15,4
Europa	33,1	39,2	43,2	41,1	39,8	39,4	45,6
Japão	1,3	3,1	6,1	6,4	6,5	9,1	9,2
Países em desenvolvimento	31,1	29,1	18,4	24,5	28,7	23,6	22,8

2 Estrutura das exportações mundiais de 1950 a 1991 (*in* Mário Murteira, *Economia mundial; a emergência de uma nova ordem global*, 2005).



3 Os baixos salários permitem às transnacionais acumular grandes lucros, a maior parte dos quais nunca chega a entrar nos países onde a produção foi realizada.
Por outro lado, muitos dos imigrantes acabam por equilibrar a balança de pagamentos dos países ao enviarem as suas poupanças para os respetivos países de origem.



6 Desde a crise petrolífera de 1973, as oscilações do preço do petróleo têm produzido instabilidade social e política e têm obrigado a grandes transformações na economia mundial e nos processos produtivos.

26. Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (☐) mais do que uma opção*):

g) Diário ☐
h) Quadro negro ou similar ☐
i) Material audiovisual ☐
j) Internet ☐
k) Livro de exercícios ou similar ☒
l) Outro ☐ (Por favor, especificar)

_____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

Atividades

1. Lê atentamente o texto 4.

1.1. Completa as afirmações seguintes.

a) Uma boa relação é _____.

b) A igualdade na relação significa que cada um tem _____

_____.

c) O que faz funcionar a relação é _____ e para isso é necessário haver _____.

d) Por fim, a boa relação é aquela _____

_____.

1.2. Identifica os princípios e valores que estão na base duma boa relação e de que o autor denomina "democracia das emoções".

_____

_____

_____

CPSG56 © Porto Editora

Atividades

1. Com base no texto da página anterior, completa o seguinte esquema.

Atividades

1. Identifica as transformações no funcionamento de uma família e que são indicadas ou aludidas no texto 2.

2. Explica de que modo essas mudanças contribuem para uma maior conciliação entre o trabalho e a família.

3. Indica se são **verdadeiras** ou **falsas** as seguintes afirmações, justificando cada uma das opções.

3.1. A fraca natalidade nos países ocidentais significa:

a) que existem muitos idosos. → _____, porque _____

b) que é cada vez menor o número daqueles que nascem. → _____, porque _____

c) que diminui o número daqueles que fazem compras no Natal. → _____, porque _____

3.2. Uma das consequências do facto de cada vez mais mulheres trabalharem fora de casa tem a ver com o facto de:

a) aumentar o desemprego entre os homens. → _____, porque _____

b) a confeção das refeições se atrasar. → _____, porque _____

c) pressionar os Estados a desenvolver uma rede de creches e jardins de infância. → _____, porque _____

Proposta de trabalho

Imagina que és deputado da Assembleia da República e que estás encarregado de elaborar um discurso em que analisas a situação dos jovens casais e os problemas que a sua situação familiar enfrenta. Redige e apresenta esse discurso aos teus colegas, formulando algumas propostas que entendes ser necessário que o Governo tenha em conta para melhorar a situação que descreves.

CPSG06 © Porto Editora

Ficha de Avaliação

II – TEMA 6.1. O trabalho; a sua evolução e estatuto no Ocidente

1. Lê atentamente o texto e responde às seguintes questões.

> Os sistemas de produção anteriores a 1700 eram artesanais. A produção realizava-se nas casas dos artesãos que orientavam aprendizes a executarem o trabalho manual.
> A abolição do trabalho escravo, o êxodo de trabalhadores do campo para as cidades e a maciça afluência de imigrantes no período de 1865/1900 forneceram muitos trabalhadores para os centros urbanos industriais em franco desenvolvimento.
>
> Norman Gaithner e Greg Frazer, *Administração da Produção e Operações*, 2001

1.1. Indica quais os tipos de relações de trabalho que existiram até ao século XIX.

1.2. Enuncia uma transformação que a Revolução Industrial introduziu nas relações de trabalho e outra nos sistemas de produção.

2. Observa o esquema que resume as características do modelo de produção fordista.

2.1. Refere duas das características do modelo fordista.

2.2. Descreve uma consequência social da atual utilização das tecnologias no mundo do trabalho.

Ficha de Avaliação

III – TEMA 8.1. Das economias-mundo à economia global

1. A primeira estrofe de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, está relacionada com a 1.ª grande internacionalização da economia mundial, liderada desde o século XVI pela Europa.

> As armas e os Barões assinalados
> Que da Ocidental praia Lusitana
> Por mares nunca de antes navegados
> Passaram ainda além da Taprobana.
>
> Canto I de *Os Lusíadas* de Luís de Camões

1.1. Refere duas características das relações económicas entre os países colonizadores e as colónias, nos séculos XVI a XVIII.

1.2. "A 1.ª Revolução Industrial foi um marco importante para a Europa e os EUA." Explica a afirmação.

2. Lê o texto.

> A mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está "libertando" o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o "contrato social" – o Estado-providência.
>
> R. Petrella, 1994

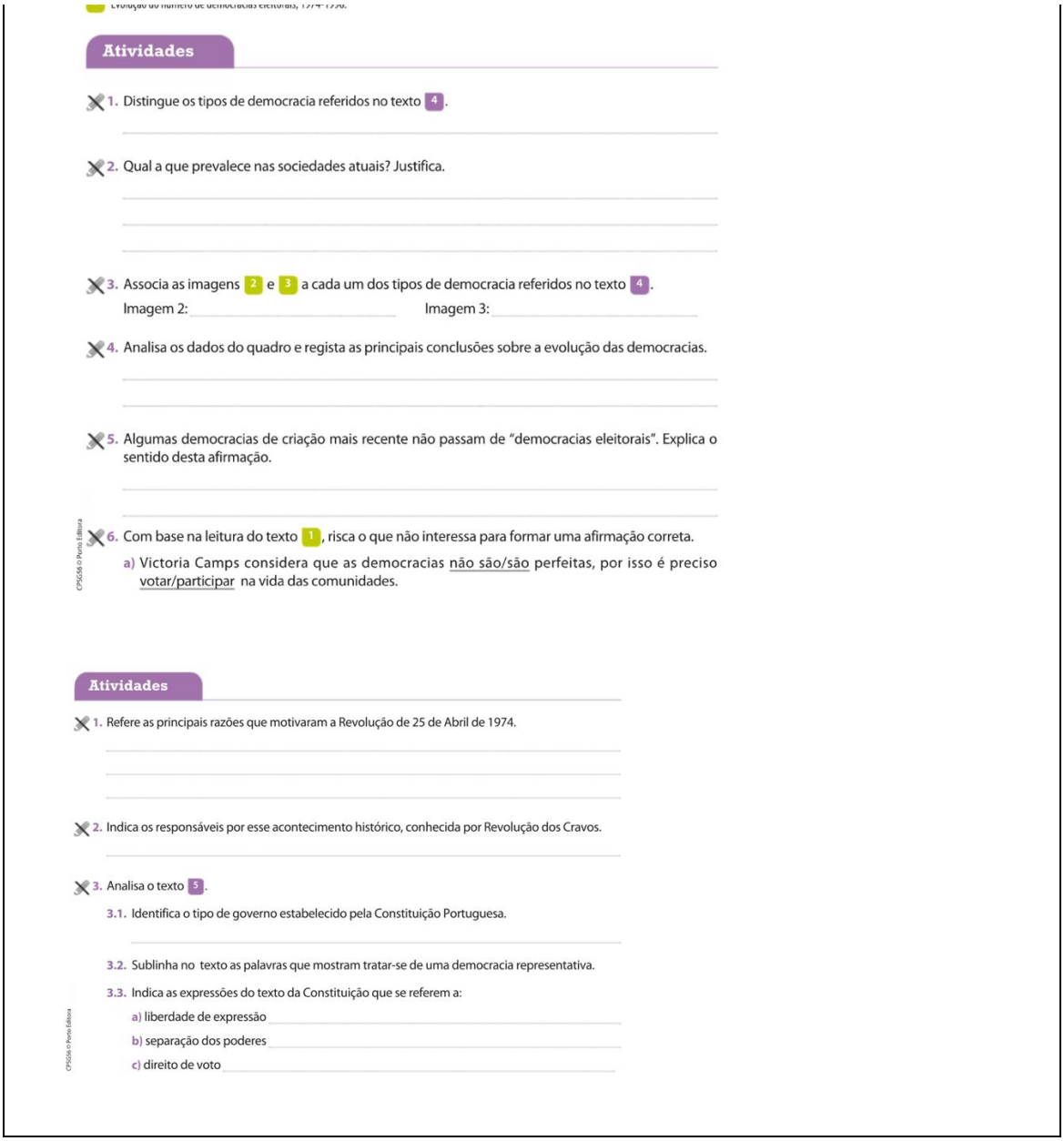
2.1. Com a ajuda do texto, completa as frases.

A mundialização favorece as transnacionais porque a economia é hoje mais _____ e o capital está submetido a menos _____. Isso ameaça o chamado _____, sobretudo nos países desenvolvidos. Em resultado, diminuem as garantias obtidas pelos trabalhadores ao longo do século _____.

3. Analisa o texto seguinte.

> **A luta contra a pobreza**
>
> É preciso lançar um ataque geral contra a pobreza que origine um crescimento mais alto, o qual, por sua vez, reduza a pobreza [...]. A luta contra a pobreza não é somente boa para os pobres, mas igualmente um bom negócio para toda a sociedade.
>
> Guillermo Perry, economista principal do Banco para a América Latina e Caribe, em http://go.worldbank.org

3.1. Indica uma razão que poderá explicar a afirmação sublinhada no texto.



Atividades

1. Distingue os tipos de democracia referidos no texto 4.

2. Qual a que prevalece nas sociedades atuais? Justifica.

3. Associa as imagens 2 e 3 a cada um dos tipos de democracia referidos no texto 4.
Imagem 2: _____ Imagem 3: _____

4. Analisa os dados do quadro e regista as principais conclusões sobre a evolução das democracias.

5. Algumas democracias de criação mais recente não passam de "democracias eleitorais". Explica o sentido desta afirmação.

6. Com base na leitura do texto 1, risca o que não interessa para formar uma afirmação correta.
a) Victoria Camps considera que as democracias não são/são perfeitas, por isso é preciso votar/participar na vida das comunidades.

CPSC08 © Porto Editora

Atividades

1. Refere as principais razões que motivaram a Revolução de 25 de Abril de 1974.

2. Indica os responsáveis por esse acontecimento histórico, conhecida por Revolução dos Cravos.

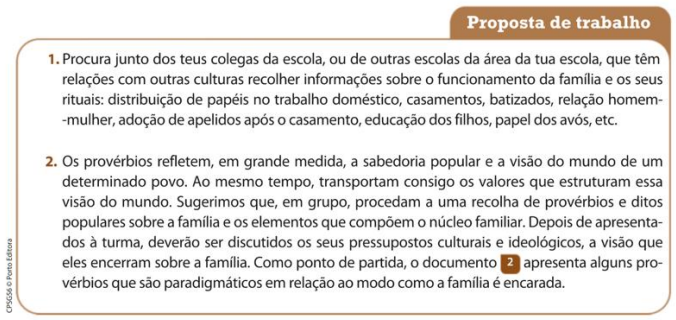
3. Analisa o texto 5.
3.1. Identifica o tipo de governo estabelecido pela Constituição Portuguesa.
3.2. Sublinha no texto as palavras que mostram tratar-se de uma democracia representativa.
3.3. Indica as expressões do texto da Constituição que se referem a:
a) liberdade de expressão _____
b) separação dos poderes _____
c) direito de voto _____

CPSC08 © Porto Editora

27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

k) Análise oral ou escrita de documentos ☒
l) Debates ☐
m) Visitas de estudo ☐
n) Atividades de investigação, trabalho de campo ☐
o) Escrita de texto argumentativo ☐
p) Escrita de sumários ☐
q) Jogos ☐
r) Ver filmes ou ouvir música ☐
s) Dramatização ou role-playing ☐
t) Outro ☐(Por favor, especificar) _____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:



Proposta de trabalho

1. Procura junto dos teus colegas da escola, ou de outras escolas da área da tua escola, que têm relações com outras culturas recolher informações sobre o funcionamento da família e os seus rituais: distribuição de papéis no trabalho doméstico, casamentos, batizados, relação homem-mulher, adoção de apelidos após o casamento, educação dos filhos, papel dos avós, etc.

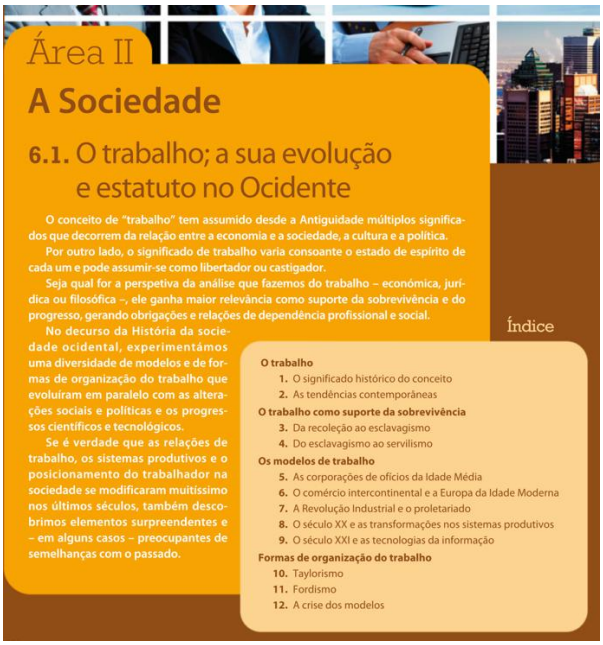
2. Os provérbios refletem, em grande medida, a sabedoria popular e a visão do mundo de um determinado povo. Ao mesmo tempo, transportam consigo os valores que estruturam essa visão do mundo. Sugerimos que, em grupo, procedam a uma recolha de provérbios e ditos populares sobre a família e os elementos que compõem o núcleo familiar. Depois de apresentados à turma, deverão ser discutidos os seus pressupostos culturais e ideológicos, a visão que eles encerram sobre a família. Como ponto de partida, o documento 2 apresenta alguns provérbios que são paradigmáticos em relação ao modo como a família é encarada.

CPGSA © Porto Editora

28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

l) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*] ☐
m) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*] ☐
n) Promove a autonomia ☒
o) Apresenta diferentes pontos de vista ☐
p) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as ☐
q) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado ☒
r) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais ☒
s) Apresenta uma ficha de avaliação formativa ☒
t) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) ☒
u) Incentiva o trabalho de campo ☒
v) Outros aspetos relevantes ☒(Por favor, especificar)

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:



Área II

A Sociedade

6.1. O trabalho; a sua evolução e estatuto no Ocidente

O conceito de "trabalho" tem assumido desde a Antiguidade múltiplos significados que decorrem da relação entre a economia e a sociedade, a cultura e a política.

Por outro lado, o significado de trabalho varia consoante o estado de espírito de cada um e pode assumir-se como libertador ou castigador.

Seja qual for a perspetiva da análise que fazemos do trabalho – económica, jurídica ou filosófica –, ele ganha maior relevância como suporte da sobrevivência e do progresso, gerando obrigações e relações de dependência profissional e social.

No decurso da História da sociedade ocidental, experimentámos uma diversidade de modelos e de formas de organização do trabalho que evoluíram em paralelo com as alterações sociais e políticas e os progressos científicos e tecnológicos.

Se é verdade que as relações de trabalho, os sistemas produtivos e o posicionamento do trabalhador na sociedade se modificaram muitíssimo nos últimos séculos, também descobrimos elementos surpreendentes e – em alguns casos – preocupantes de semelhanças com o passado.

Índice

O trabalho
1. O significado histórico do conceito
2. As tendências contemporâneas

O trabalho como suporte da sobrevivência
3. Da recolção ao esclavagismo
4. Do esclavagismo ao servilismo

Os modelos de trabalho
5. As corporações de ofícios da Idade Média
6. O comércio intercontinental e a Europa da Idade Moderna
7. A Revolução Industrial e o proletariado
8. O século XX e as transformações nos sistemas produtivos
9. O século XXI e as tecnologias da informação

Formas de organização do trabalho
10. Taylorismo
11. Fordismo
12. A crise dos modelos

Proposta de trabalho

Imagina que és deputado da Assembleia da República e que estás encarregado de elaborar um discurso em que analisas a situação dos jovens casais e os problemas que a sua situação familiar enfrenta. Redige e apresenta esse discurso aos teus colegas, formulando algumas propostas que entendes ser necessário que o Governo tenha em conta para melhorar a situação que descreves.

CPG06 © Porto Editora

Proposta de trabalho

Seleciona um produto que seja produzido de forma industrial, mas que também se produza de forma artesanal e faz uma pesquisa sobre os processos de fabrico de cada um. Descreve as principais diferenças.

Síntese

A família vem refletindo ao longo dos últimos tempos a evolução da sociedade no sentido de uma sociedade global, urbana e pós-industrial. As suas funções tradicionais foram sujeitas a modificações e a sua composição nuclear estilhaçou-se numa variedade de tipos, alguns deles pondo em causa certos valores sobre os quais assentam as sociedades ocidentais. A anunciada crise da família pode ser apenas um estado de espírito perante a vertigem da mudança e das modificações. Deixou de existir um modelo único ou central de família para termos de conviver com uma pluralidade de tipos de família, relações familiares, projetos e princípios. Tal como o mundo, a família tornou-se mais colorida e tolerante. Enquanto tal, a família também pode ser o espaço de aprendizagem da democracia, de defesa da igualdade e de construção de afetos e entendimentos.

No final deste tema deverás ser capaz de:

- compreender o conceito de parentesco e a sua importância social;
- identificar as funções sexual, reprodutora, económica, educativa e de socialização da família e a sua modificação com os processos de urbanização e industrialização;
- analisar novos tipos de família na sociedade contemporânea e a sua relação com a sociedade global;
- integrar as dinâmicas geracionais e de conciliação família-trabalho na política social do Estado;
- entender a democracia das emoções como proposta para a resolução de conflitos familiares.

CPG06 © Porto Editora

Síntese

O trabalho é uma das funções complexas que caracteriza a cultura humana, sobretudo a ocidental.

Desde a sua primordial função – a sobrevivência – até à função integradora do Homem na sociedade, tem assumido diferentes formas ao longo da História à medida que os sistemas de produção e a tecnologia têm evoluído. A condição humana face ao trabalho e à sociedade alterou-se bastante com as mudanças nas relações de trabalho, dos sistemas de produção e de organização. O recoletor pré-histórico transforma-se em agricultor e pastor e chega ao mais sofisticado e qualificado técnico da atualidade. Entre os extremos, o Homem da sociedade ocidental passa pelo esclavagismo e o servilismo, que o prende a códigos sociais rígidos. Começa a tornar-se mais autónomo à medida que procura a cidade onde trabalha como artesão, agrupado em corporações de ofícios, ou comerciante. Depois, entra na engrenagem da Revolução Industrial do século XVIII, como operário assalariado, utilizado como uma peça da máquina produtiva, que lhe retira o pensamento e lhe exige o máximo da sua força e tempo. No século XX, transforma-se em operário qualificado, ganha regalias e direitos, conferidos pela democracia, e estatuto social, graças ao aumento do seu nível de vida. É-lhe garantido o trabalho para toda a vida, mas, à entrada do século XXI, as enormes transformações tornam o mundo mais instável e imprevisível, onde os novos países emergentes cada vez mais se destacam na produção de bens e serviços. Em paralelo com a história dos trabalhadores, modelos de gestão e de produção sucedem-se, modificando as relações no trabalho e a sociedade.

No final deste tema deverás ser capaz de:

- conhecer os diferentes significados do termo "trabalho" e as diversas perspetivas com ele relacionadas;
- compreender o trabalho como suporte de sobrevivência pessoal e da sociedade ocidental em vários momentos da História do Ocidente;
- conhecer a evolução dos sistemas e modelos de produção;
- compreender a evolução das relações de trabalho e a sua interação com a organização social;
- conhecer as propostas clássicas do século XX sobre a organização do trabalho, como o taylorismo e o fordismo, bem como a crise dos modelos.

Ficha de Avaliação

II – TEMA 6.2. O desenvolvimento de novas atitudes no trabalho e no emprego: o empreendedorismo

1. Lê o texto com atenção e responde às seguintes questões.

> A flexibilidade, instituída em termos organizacionais pela empresa em rede, requer trabalhadores ativos na rede e trabalhadores de jornada flexível, bem como uma ampla série de sistemas de trabalho, incluindo trabalho por conta própria e subcontratações recíprocas. A geometria variável destes sistemas leva à descentralização coordenada do trabalho e à individualização dos trabalhadores.
>
> Manuel Castells, *O Fim do Milénio*, vol. III – *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, p. 465

1.1. Identifica os vários planos em que o autor situa a flexibilidade.

1.2. Analisa as consequências deste processo de flexibilidade.

1.3. Explica de que modo este processo de flexibilização poderia conduzir à precariedade no trabalho.

2. Analisa o texto seguinte.

> O emprego pleno ou quase pleno é possível na economia de conhecimentos/serviços – foi alcançado nalgumas das economias europeias com melhores resultados mencionados atrás. Mas há um preço a pagar. Mais de dois terços dos postos de trabalho criados na economia dos conhecimentos são qualificados – e estão a tornar-se cada vez mais abundantes. No período entre 1995 e 2004, a proporção de postos de trabalho na Europa dos 15 requerendo qualificações avançadas passou de 20 para 24 por cento. Os trabalhos pouco qualificados desceram de 34 para 25 por cento.
>
> Anthony Giddens, *A Europa na Era Global*, pp. 40-41

2.1. Identifica o problema que é aqui colocado, bem como as suas implicações.

Ficha de Avaliação

III – TEMA 8.2. Da multiplicidade dos saberes à ciência como construção racional do saber

1. Lê o texto com atenção e responde às questões.

> Se a ciência é Deus ou Diabo nas nossas sociedades, tal é a pergunta que, de forma mais ou menos clara, quase todas as pessoas já devem ter posto. Se formos buscar uma balança e se pusermos no prato BEM os benefícios que a ciência trouxe ao longo dos seus cerca de cinco florescentes séculos e no prato MAL os malefícios que dela vieram, para que lado se irá inclinar o fiel da balança? A resposta a esta pergunta vai infelizmente depender muito de quem olhar para o fiel da balança, o que quer dizer que esta balança imaginada não é tão objetiva como seria de desejar. [...]
>
> Dado o estado de coisas em que nos encontramos, pergunta-se: a ciência é o médico ou o monstro? É a salvação ou a destruição? A questão realmente não tem resposta, porque na verdade não há possibilidade de optar, não é questão diato ou daquilo. A ciência é o médico e o monstro, exatamente como na história do médico bom que tinha o seu lado mau de monstro. [...]
>
> Eis pois a situação: a ciência e a tecnologia e as formas de sociedade em que uma e outra se parecem dar bem são as que existem e dominam no mundo, e em especial em Portugal. Essa ciência real de consequências bem reais, quer vista como Deus, quer vista como Diabo, continua porém a ser sempre um mito a ofuscar o pobre dos mortais que se sente inferiorizado ante os pareceres doutorais e de cátedra dos cientistas, dos engenheiros, dos economistas, das sumidades diato e daquilo.
>
> Jorge Dias de Deus, *Ciência, Curiosidade e Maldição*, pp. 134-136

1.1. Enumera as questões que são levantadas sobre a ciência e que poderiam ser distribuídas pelos dois pratos duma balança, o «prato BEM» e o «prato MAL».

1.2. Ilustra, com exemplos concretos, essas duas vertentes da ciência.

1.3. Identifica o problema da ciência que é indicado na afirmação sublinhada.

1.4. A propósito desse problema, adianta as possíveis estratégias e medidas que se poderiam desenvolver e implementar para ultrapassar esse problema.

Síntese

Para compreendermos a natureza do conhecimento científico, devemos começar por estabelecer que existem vários tipos de conhecimento para além daquele, nomeadamente, o conhecimento vulgar. Mas o que é conhecer?

O conhecimento é uma realidade tão evidente na nossa vida quanto discutível, quando se trata de questionar o valor das nossas representações, face à verdade que todos buscam. Mas, apesar de na ciência pós-moderna conhecimento científico e conhecimento vulgar se aproximarem, do mesmo modo que se pôs fim a uma série de dualismos, há que conhecer a ciência.

Enquanto empresa coletiva e crescentemente complexa, a compreensão do que é a ciência já não cabe nas nossas imagens fantasistas sobre o cientista louco, mas empenhado na sua missão. Os constrangimentos da atividade científica dão-nos a conhecer uma atividade determinada, em grande medida, por interesses económicos.

Por outro lado, ao mesmo tempo que a ciência e a sua vertente tecnicista têm contribuído para aumentar os riscos da sociedade atual, também é com a ciência que esperamos construir um mundo mais harmonioso e sustentável.

A ciência não escapa às paixões que determinam sempre os grandes empreendimentos do Homem. O conhecimento da Humanidade apenas será possível na medida em que se construir uma humanidade do conhecimento. Assim se cumprirá a sua função emancipadora, possivelmente o projeto que estava no espírito maravilhado dos primeiros homens do saber.

No final deste tema deverás ser capaz de:

- discutir os problemas filosóficos que estão associados ao conhecimento e, em particular, ao conhecimento científico;
- distinguir níveis de conhecimento;
- caracterizar o conhecimento científico;
- compreender o conhecimento científico enquanto construção e unificação do real;
- problematizar a atividade científica nas condições atuais em que se desenvolve;
- identificar os constrangimentos da atividade científica;
- reconhecer os riscos associados à ciência;
- identificar algumas referências históricas na construção da ciência ocidental.

módulo 6

Ficha de Avaliação

I – TEMA 2.3. A construção da democracia

1. Lê com atenção o texto que se segue.

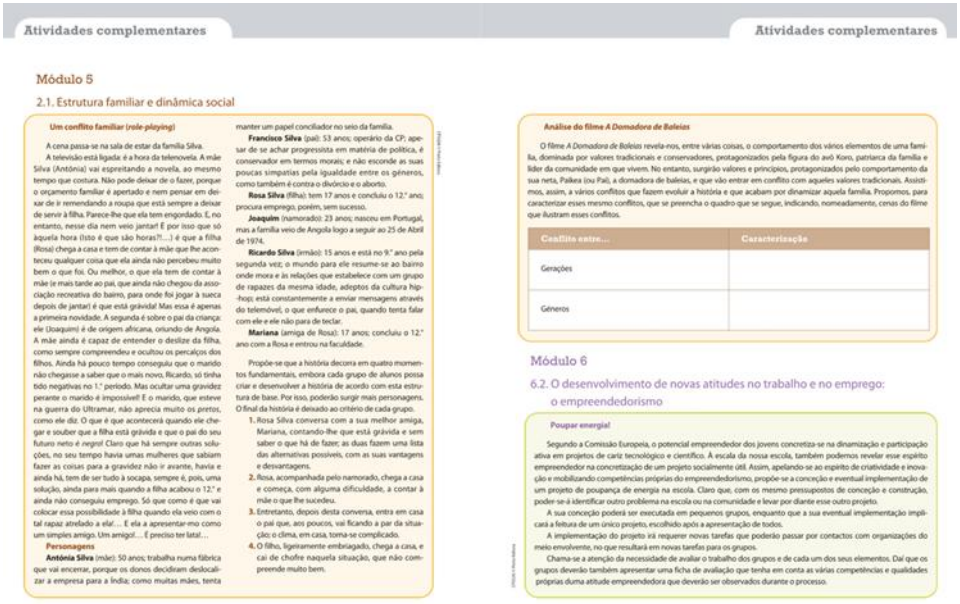
> Se hoje existe uma crise da democracia liberal, ela não é devida, como era há cinquenta anos, às ameaças de rivais hostis. Pelo contrário, a crise deve-se à ausência de rivais. Passada a era da confrontação entre dois blocos*, a maioria dos países não tem inimigos definidos como tais. […]
>
> A democracia está em crise por não ser totalmente democrática. […] Como podemos democratizar a democracia? Em linhas gerais, as medidas a tomar serão sempre as mesmas. […]
>
> (1) O Estado tem de responder estruturalmente à globalização. […] Implica antes de mais a descentralização […].
>
> (2) O Estado devia dar mais atenção à opinião pública, […] mais transparência e abertura, bem como a introdução de novos meios de combate à corrupção. […]
>
> (3) Os estados sem inimigos têm de elevar o nível de eficiência administrativa. […]
>
> (4) A […] globalização introduz […] a necessidade de outras formas de democracia […]. Os governos devem restabelecer contactos mais diretos com os cidadãos, e estes com os governos […] democracia local direta, reforçados por via eletrónica, júria de cidadãos […]
>
> (5) A legitimidade dos Estados sem inimigos depende mais do que nunca da capacidade que eles demonstrarem para gerir o caos. […].
>
> (6) O Estado deve dar de si uma visão cosmopolita […]. A democratização do topo para a base supõe a renovação da sociedade civil […].
>
> Anthony Giddens, *Para uma Terceira Via*, pp. 68-74
>
> * O autor refere-se ao período da Guerra Fria, de 1945 até ao fim dos anos 80, em que os opunham os interesses dos blocos ocidental e de leste, liderados respetivamente pelos EUA e pela URSS.

1.1. "A democracia está em crise por não ser totalmente democrática." Assinala a explicação que te parece mais correta.

a) A crise da democracia deve-se à oposição dos grupos defensores da ditadura. ☐
b) A crise da democracia deve-se ao distanciamento existente entre os governos e os cidadãos. ☐
c) A crise da democracia deve-se às manifestações de descontentamento dos cidadãos. ☐

1.2. Explica o que o autor entende por "Estados sem inimigos". Pensa em exemplos de Estados atuais que possam ser incluídos nessa designação.

1.3. Escolhe as três medidas que te pareçam mais significativas entre as que são apontadas pelo autor para "democratizar a democracia" e justifica a tua escolha.



Atividades complementares

Atividades complementares

Módulo 5

2.1. Estrutura familiar e dinâmica social

Um conflito familiar (*role-playing*)

A cena passa-se na sala de estar da família Silva.

A televisão está ligada: é a hora da telenovela. A mãe Silva (Antónia) vai espreitando a novela, ao mesmo tempo que costura. Não pode deixar de o fazer, porque o orçamento familiar é apertado e nem pensar em deixar de ir remendando a roupa que está sempre a deixar de servir à filha. Parece-lhe que ela tem engordado. E, no entanto, nesse dia nem veio jantar! É por isso que só àquela hora (isto é que são horas?!…) é que a filha (Rosa) chega a casa e tem de contar à mãe que lhe aconteceu qualquer coisa que ela ainda não percebeu muito bem o que foi. Ou melhor, o que ela tem de contar à mãe (e mais tarde ao pai, que ainda não chegou da associação recreativa do bairro, para onde foi jogar à sueca depois de jantar) é que está grávida! Mas essa é apenas a primeira novidade. A segunda é sobre o pai da criança: ele (Joaquim) é de origem africana, oriundo de Angola. A mãe ainda é capaz de entender o deslize da filha, como sempre compreendeu e ocultou os percalços dos filhos. Ainda há pouco tempo conseguiu que o marido não chegasse a saber que o mais novo, Ricardo, só tinha tido negativas no 1.º período. Mas ocultar uma gravidez perante o marido é impossível! E o marido, que esteve na guerra do Ultramar, não aprecia muito os *pretos*, como ele diz. O que é que acontecerá quando ele chegar e souber que a filha está grávida e que o pai do seu futuro neto é *negro*! Claro que há sempre outras soluções, no seu tempo havia umas mulheres que sabiam fazer as coisas para a gravidez não ir avante, havia e ainda há, tem de ser tudo à socapa, sempre é, pois, uma solução, ainda para mais quando a filha acabou o 12.º e ainda não conseguiu emprego. Só que como é que vai colocar essa possibilidade à filha quando ela veio com o tal rapaz atrelado a ela!… E ela a apresentar-mo como um simples amigo. Um amigo!… É preciso ter lata!…

Personagens

Antónia Silva (mãe): 50 anos; trabalha numa fábrica que vai encerrar, porque os donos decidiram deslocalizar a empresa para a Índia; como muitas mães, tenta manter um papel conciliador no seio da família.

Francisco Silva (pai): 53 anos; operário da CP; apesar de se achar progressista em matéria de política, é conservador em termos morais; e não esconde as suas poucas simpatias pela igualdade entre os géneros, como também é contra o divórcio e o aborto.

Rosa Silva (filha): tem 17 anos e concluiu o 12.º ano; procura emprego, porém, sem sucesso.

Joaquim (namorado): 23 anos; nasceu em Portugal, mas a família veio de Angola logo a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Ricardo Silva (irmão): 15 anos e está no 9.º ano pela segunda vez; o mundo para ele resume-se ao bairro onde mora e às relações que estabelece com um grupo de rapazes da mesma idade, adeptos da cultura hip-hop; está constantemente a enviar mensagens através do telemóvel, o que enfurece o pai, quando tenta falar com ele e ele não para de teclar.

Mariana (amiga de Rosa): 17 anos; concluiu o 12.º ano com a Rosa e entrou na faculdade.

Propõe-se que a história decorra em quatro momentos fundamentais, embora cada grupo de alunos possa criar e desenvolver a história de acordo com esta estrutura de base. Por isso, poderão surgir mais personagens. O final da história é deixado ao critério de cada grupo.

1. Rosa Silva conversa com a sua melhor amiga, Mariana, contando-lhe que está grávida e sem saber o que há de fazer; as duas fazem uma lista das alternativas possíveis, com as suas vantagens e desvantagens.
2. Rosa, acompanhada pelo namorado, chega a casa e começa, com alguma dificuldade, a contar à mãe o que lhe sucedeu.
3. Entretanto, depois desta conversa, entra em casa o pai que, aos poucos, vai ficando a par da situação; o clima, em casa, torna-se complicado.
4. O filho, ligeiramente embriagado, chega a casa, e cai de chofre naquela situação, que não compreende muito bem.

Análise do filme *A Domadora de Baleias*

O filme *A Domadora de Baleias* revela-nos, entre várias coisas, o comportamento dos vários elementos de uma família, dominada por valores tradicionais e conservadores, protagonizados pela figura do avô Koro, patriarca da família e líder da comunidade em que vivem. No entanto, surgirão valores e princípios, protagonizados pelo comportamento da sua neta, Paikea (ou Pai), a domadora de baleias, e que vão entrar em conflito com aqueles valores tradicionais. Assistimos, assim, a vários conflitos que fazem evoluir a história e que acabam por dinamizar aquela família. Propomos, para caracterizar esses mesmos conflitos, que se preencha o quadro que se segue, indicando, nomeadamente, cenas do filme que ilustram esses conflitos.

Conflito entre…	Caracterização
Gerações	
Géneros	

Módulo 6

6.2. O desenvolvimento de novas atitudes no trabalho e no emprego: o empreendedorismo

Poupar energia!

Segundo a Comissão Europeia, o potencial empreendedor dos jovens concretiza-se na dinamização e participação ativa em projetos de cariz tecnológico e científico. À escala da nossa escola, também podemos revelar esse espírito empreendedor na concretização de um projeto socialmente útil. Assim, apelando-se ao espírito de criatividade e inovação e mobilizando competências próprias do empreendedorismo, propõe-se a conceção e eventual implementação de um projeto de poupança de energia na escola. Claro que, com os mesmo pressupostos de conceção e construção, poder-se-á identificar outro problema na escola ou na comunidade e levar por diante esse outro projeto.

A sua conceção poderá ser executada em pequenos grupos, enquanto que a sua eventual implementação implicará a feitura de um único projeto, escolhido após a apresentação de todos.

A implementação do projeto irá requerer novas tarefas que poderão passar por contactos com organizações do meio envolvente, no que resultará em novas tarefas para os grupos.

Chama-se a atenção da necessidade de avaliar o trabalho dos grupos e de cada um dos seus elementos. Daí que os grupos deverão também apresentar uma ficha de avaliação que tenha em conta as várias competências e qualidades próprias duma atitude empreendedora que deverão ser observados durante o processo.

Apêndice III – Grelha de Análise do manual de História 11ºano – 1ªparte

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

21. Disciplina

História A

22. Ano

11ºano (Parte 1)

23. Título

Entre Tempos

24. Autor(es)

Maria Antónia Monterroso Rosas Célia Pinto do Couto Alfredo Costa Ana Cristina Santos

25. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

26. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

27. Ano de publicação

2022

28. Editora

Porto Editora

29. Edição

2022

30. Nº de páginas

145

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	12	21	
b) Cidadania juvenil	1	1	
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)	0	0	0
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	4	5	
TOTAL	17	27	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual de história foi selecionado por se tratar de uma disciplina que desempenha um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Está também ligada à construção da memória coletiva e à legitimação de modelos sociais e políticos.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    k) Nível UE (24)
    l) Nível Nacional (25)
    m) Nível Local (0)
    n) Outras regiões (para além da UE) (0)
    o) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (0)

13.1 Parágrafos representativos:

"Introdução No Antigo Regime, o poder, a ocupação, as considerações sociais de cada indivíduo são definidos pelo nascimento e reforçados pela lei e pelos costumes. No topo da hierarquia social, o rei afirma-se como poder supremo, absoluto e sacralizado. A sua autoridade reforça-se, beneficiando da determinação e do arrojo político de alguns monarcas, como Luís XIV. Em Portugal, o absolutismo encontra a sua expressão mais significativa em D. João V. Um aparelho burocrático complexo e o ouro que, às toneladas, lhe chega do Brasil, permitem ao rei exaltar a sua pessoa e consolidar a sua autoridade. Exceções a esta Europa absolutista, países como a Holanda e a Inglaterra procuram outras formas de governo, em que os povos sejam ouvidos e o poder limitado. Em Inglaterra, a rejeição do absolutismo origina um período de ódios, guerra civil e até uma curta experiência republicana. Finalmente, em 1688, uma "revolução gloriosa" consagra a primazia da Lei e o respeito pelas liberdades do indivíduo." (pág.11)

"Entre o século XVI e o fim do século XVIII, a Europa vive uma época que os historiadores designam, vulgarmente, por Antigo Regime. Embora englobando múltiplos aspetos de vida das populações, é na esfera político social que esta designação melhor se concretiza, transpondo-nos, de imediato, para o tempo das monarquias absolutas e de uma sociedade hierarquizada em ordens ou estados" (pág.13)

"São três as ordens ou estados em que basicamente se divide a sociedade do Antigo Regime: o clero, a nobreza e o Terceiro Estado (ou povo) (Doc. 1). Herdada da Idade Média, esta estratificação social mantém vivos muitos dos privilégios e atributos que, nessa época, se conferiam às ordens. No entanto, com o correr dos séculos, as ordens foram-se fracionando numa pluralidade de grupos diferenciados, cada um com o seu estatuto próprio. Por isso, Pierre Goubert define o Antigo Regime como "o regime de diversidade jurídica e administrativa, da complicação e do privilégio". (pág.13)

"A nobreza, próxima do rei e pedra angular do regime monárquico, é, de facto, a ordem de maior prestígio. É ela que cede ao clero os seus membros mais destacados e que ocupa, na administração e no exército, os cargos de poder (Doc. 3C). Desfruta de um regime jurídico próprio que lhe garante a superioridade perante as classes populares e, embora senhora de grandes propriedades, está também isenta do pagamento de contribuições ao rei, exceto em caso de guerra." (pág.16)

"A diferenciação social deveria refletir-se, de forma clara, no comportamento dos indivíduos e no tratamento que os outros lhes dispensavam. Identificado pelo traje e pelas insígnias da sua condição, cada um esperava receber o tratamento a que tinha direito. O título de honra, salamaleques vários e um rígido protocolo faziam parte da vida corrente de nobres e clérigos." (pág.20)

"Esta diversidade de estatuto está plenamente consignada no exercício da justiça. Os elementos das ordens privilegiadas estão isentos de penas vis, como o açoite e o enforcamento. Em compensação, os seus crimes são punidos com pesadas multas, com degredos e, em caso de pena máxima, são executados por decapitação, pois morrer pela espada é menos aviltante do que morrer na corda." (pág.20)

"Falámos já na nobreza de toga, oriunda do Terceiro Estado e elevada graças ao desempenho de cargos administrativos que, muitas vezes, consolidava a sua ascensão social através do casamento. O sentido de superioridade da velha nobreza não conseguia resistir à atração que lhe despertavam as grandes fortunas e casava filhos e filhas com elementos da burguesia, recuperando, deste modo, as suas depauperadas finanças" (pág.21)

"O vértice da hierarquia social é ocupado pelo rei. Nos séculos XVII e XVIII, percorrido o longo caminho da centralização política, o poder real atingiu o auge da sua força. Ao rei foram atribuídos todos os poderes e toda a responsabilidade do Estado" (pág. 25)

"Alguns anos depois, em 1770, o grande comércio foi declarado "profissão nobre, necessária e proveitosa", conferindo à alta burguesia, acionista das companhias monopolistas, o estatuto nobre, que abria as portas a cargos e dignidades. Igualmente se ficou a dever a Pombal o fim da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos (1773), bem como a subordinação do Tribunal do Santo Ofício à Coroa. Terminado o poder discricionário dos inquisidores, inaugurou-se um período de estabilidade e segurança para os homens de negócios que conseguiram um prestígio que, até aí, nunca haviam gozado." (pág.103)

"A valorização da Razão, da qual são dotados todos os homens independentemente da sua condição social, vinha estabelecer um princípio de igualdade que punha em causa a ordem estabelecida (Doc. 8A). Crescia a convicção de que, pelo simples facto de serem homens, todos os indivíduos possuem determinados direitos e deveres que lhes são conferidos pela Natureza. Este pensamento, base do direito natural, foi enfaticamente defendido pelos iluministas, que consideraram o direito natural superior às leis impostas pelos Estados." (pág.119)

"A ideia de um direito primário e universal tinha já sido claramente enunciada, no século anterior, por pensadores como John Locke, mas foi com o Iluminismo que esta noção se consolidou, tendo-se definido claramente o conjunto básico dos direitos inerentes à natureza humana: o direito à liberdade; o direito a um julgamento justo; o direito à posse de bens e, elemento novo e indissociável da filosofia das Luzes, o direito à liberdade de consciência. Afirmava-se, deste modo, a crença no valor próprio do indivíduo, que nenhum poder ou governo tinham o direito de desprezar" (pág.119)

"Rousseau reforça a ideia de que este pacto tem por finalidade o estabelecimento de leis justas, fruto da vontade da maioria, e que a obediência a essas leis em nada diminui a dignidade dos homens. Eles permanecem livres, mantendo-se a fonte da qual emana toda a autoridade. Assim, e uma vez que é do povo que provém todo o poder – soberania popular –, torna-se lícito derrubar um governo estabelecido, caso este não cumpra o mandato que lhe foi confiado, tornando-se tirânico e opressor." (pág.119)

"A teoria do contrato social veio transformar radicalmente o estatuto do indivíduo no seio da comunidade política: da posição de mero súbdito, ao qual apenas competia obedecer, elevou-se à condição de cidadão, a quem pertencem, também, as decisões políticas fundamentais" (pág.119)

"Formulada por Montesquieu, a teoria da divisão de poderes advoga o desdobramento da autoridade do Estado em três poderes fundamentais: poder legislativo, que faz as leis; poder executivo, encarregado de as fazer cumprir; e poder judicial, que julga os casos de desrespeito às leis. A concentração destes poderes na mesma entidade equivale à tirania; só a sua separação garante a liberdade dos cidadãos (Doc. 8C). Esta teoria exerceu uma influência enorme nas revoluções liberais, que a adotaram, como princípio básico, nas suas constituições políticas." (pág.119)

"A valorização do indivíduo, da igualdade entre os homens e da liberdade que lhe está associada fizeram dos Iluministas inimigos de todas as formas de opressão. Assim, arvoraram também a bandeira da tolerância religiosa, defendendo o direito de cada um professar a religião da sua escolha. A constatação de que as tentativas de impor uma só fé tinham desencadeado as guerras mais sangrentas sem, contudo, alcançarem o seu objetivo, reforçou a ideia de que o Estado não deveria interferir em matéria de religião, visto esta pertencer ao foro íntimo de cada um. Defendida de forma apaixonada por Voltaire (Doc. 9), a liberdade de culto tornou-se, para o pensamento iluminista, um dos direitos inalienáveis do ser humano" (pág. 121)

"A luta dos iluministas contra a intolerância e o fanatismo deu frutos e vários monarcas europeus afrouxaram os interditos que impediam a liberdade religiosa. Difundido depois pelos ventos fortes da Revolução Francesa, este ideal chegou também à América onde, em 1791, a liberdade religiosa foi consagrada na Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos." (pág. 121)

"Outra das áreas em que os atropelos à dignidade humana mais se faziam sentir era a do direito penal, que mantinha vivas e correntes velhas práticas medievais como a tortura, a execução aviltante e dolorosa ou os trabalhos forçados. A crueldade destas práticas mereceu aos iluministas a mais viva censura. Em 1764, Cesare Beccaria publica Sobre os Delitos e as Penas, onde condena veementemente a tortura nos interrogatórios, os métodos da Inquisição e a forma bárbara como eram cumpridas as sentenças "(pág. 121)

"Vozes como estas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da fraternidade humana. A justiça suavizou-se em numerosos países, como a Suécia, a Dinamarca, a Áustria, a França ou a Prússia, onde Frederico II proibiu a tortura como forma de apuramento da verdade, instando os juízes a que se guiassem pelo "são

entendimento humano". No século XIX, este humanitarismo desenvolveu-se, conduzindo, por exemplo, à luta pela abolição da escravatura" (pág. 121)

"A realidade que rodeava os iluministas era, em quase tudo, o oposto dos ideais que defendiam. A sua crítica virulenta à sociedade, ao poder político, à Igreja desencadeou uma onda de mal-estar nas esferas mais apegadas à tradição. A oposição aos "filósofos" foi severa, quer na imprensa, quer na literatura, quer na repressão que lhes moveram os poderes constituídos. Foram numerosos os iluministas encarcerados ou exilados por delito de opinião, tal como foram numerosas as obras colocadas no Índex ou lançadas à fogueira. No entanto, a racionalidade das novas doutrinas bem como o entusiasmo e o brilhantismo com que foram defendidas granjearam-lhes inúmeros admiradores, entre os quais importantes figuras régias. Frederico II da Prússia e Catarina II da Rússia, entre outros monarcas, trocaram correspondência assídua com os filósofos mais destacados e demonstraram-lhes, publicamente, a sua amizade" (pág.123)

"Considerando a ignorância o maior entrave ao progresso dos povos, a filosofia iluminista colocou o ensino no centro das preocupações dos governantes. Um pouco por toda a Europa, sobretudo nos países em que vigorou o despotismo esclarecido, foram tomadas medidas no sentido de alargar a rede de instrução pública e de renovar, à luz das novas pedagogias, as antigas instituições. Procurava-se, no fundo, melhorar a preparação dos futuros servidores do Estado, que se pretendiam cultos e competentes." (pág.135)

"A reforma pombalina da Universidade de Coimbra é considerada um marco no ensino em Portugal. Representou a adoção oficial do experimentalismo iluminista, que se viu institucionalizado no currículo português" (pág. 138)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:
    k) Nível UE 0
    l) Nível Nacional 1
    m) Nível Local
    n) Outras regiões (para além da UE)
    o) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

14.1 Parágrafos representativos:

"Considerando a ignorância o maior entrave ao progresso dos povos, a filosofia iluminista colocou o ensino no centro das preocupações dos governantes. Um pouco por toda a Europa, sobretudo nos países em que vigorou o despotismo esclarecido, foram tomadas medidas no sentido de alargar a rede de instrução pública e de renovar, à luz das novas pedagogias, as antigas instituições. Procurava-se, no fundo, melhorar a preparação dos futuros servidores do Estado, que se pretendiam cultos e competentes." (pág.135)

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):
    f) Nível UE - 0

g) Nível Nacional - 0
h) Nível Local - 0
i) Outras regiões (para além da UE) - 0
j) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

k) Nível UE - 0
l) Nível Nacional - 0
m) Nível Local - 0
n) Outras regiões (para além da UE) - 0
o) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (■) *mais do que uma opção*]:

i) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política).

j) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária) X.

k) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)) X.

l) **Outra** (Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"Foi, pois, a sua diferente postura perante a vida e a sociedade que ditou o percurso da nobreza e da burguesia. A primeira, agarrada a privilégios antigos e comprazendo-se nos sinais exteriores da sua superioridade, foi lentamente decaindo; a segunda adotou uma postura combativa, alicerçada no trabalho e no mérito pessoal, que lhe abriu as portas da ascensão social e do poder." (pág.21)

"A atividade do Banco de Inglaterra foi complementada pela de dezenas de pequenas instituições – os country banks, que, espalhadas pelo país, realizavam, em escala mais reduzida, o mesmo tipo de operações. Servindo de base à prosperidade do comércio e à gestão capitalista do setor agrícola, esta estrutura financeira constituiu também o ponto de apoio da maior de todas as mudanças económicas: a Revolução Industrial." (pág.81)

"No século XVII, a generalidade dos europeus sentia o mundo como um lugar hostil e imprevisível, aceitando a intervenção de Deus, do diabo, ou a simples conjugação dos astros como explicação dos fenómenos naturais. O próprio saber universitário pouco tinha evoluído desde a Idade Média. Continuavam a estudar-se os velhos textos das "autoridades" antigas, cujas afirmações se tomavam por certas e inquestionáveis. Apesar desta mentalidade dominante, o gosto pelo conhecimento que marcara a época renascentista continuava a fazer-se sentir (Doc. 1), dando origem ao nascimento das primeiras academias científicas, como a Academia dos Linces, em Roma, a Academia das Ciências, em Paris, ou a Real Sociedade, em Londres. Muitas destas associações receberam a proteção dos monarcas" (pág. 109)

c) Participação política

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

g) Informativo X
h) Reflexivo / Interpretativo X
i) Outro (Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

g) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
h) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
i) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos encontram-se no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"Entre o século XVI e o fim do século XVIII, a Europa vive uma época que os historiadores designam, vulgarmente, por Antigo Regime. Embora englobando múltiplos aspetos de vida das populações, é na esfera político social que esta designação melhor se concretiza, transpondo-nos, de imediato, para o tempo das monarquias absolutas e de uma sociedade hierarquizada em ordens ou estados" (pág.13) – Nível 1

"A nobreza, próxima do rei e pedra angular do regime monárquico, é, de facto, a ordem de maior prestígio. É ela que cede ao clero os seus membros mais destacados e que ocupa, na administração e no exército, os cargos de poder (Doc. 3C). Desfruta de um regime jurídico próprio que lhe garante a superioridade perante as classes populares e, embora senhora de grandes propriedades, está também isenta do pagamento de contribuições ao rei, exceto em caso de guerra." (pág.16) Nível 2

"A diferenciação social deveria refletir-se, de forma clara, no comportamento dos indivíduos e no tratamento que os outros lhes dispensavam. Identificado pelo traje e pelas insígnias da sua condição, cada um esperava receber o tratamento a que tinha direito. O título de honra, salamaleques vários e um rígido protocolo faziam parte da vida corrente de nobres e clérigos." (pág.20) Nível 1

"País europeu de vocação atlântica, Portugal partilha os destinos da Europa e as flutuações do seu comércio. O século XVII, passa o nosso país sob o signo das dificuldades económicas, que procura resolver implementando medidas protecionistas. Já o século XVIII se mostra mais propício. A descoberta de ouro, no Brasil, traz um desafogo financeiro breve, mas intenso, que marca o reinado de D. João V; na segunda metade do século, é a ação do Marquês de Pombal que impulsiona a vida económica, conduzindo o país a um período de acentuada prosperidade" (pág. 91) Nível 2

"No século XVII, a generalidade dos europeus sentia o mundo como um lugar hostil e imprevisível, aceitando a intervenção de Deus, do diabo, ou a simples conjugação dos astros como explicação dos fenómenos naturais. O próprio saber universitário

pouco tinha evoluído desde a Idade Média. Continuavam a estudar-se os velhos textos das "autoridades" antigas, cujas afirmações se tomavam por certas e inquestionáveis. Apesar desta mentalidade dominante, o gosto pelo conhecimento que marcara a época renascentista continuava a fazer-se sentir (Doc. 1), dando origem ao nascimento das primeiras academias científicas, como a Academia dos Linces, em Roma, a Academia das Ciências, em Paris, ou a Real Sociedade, em Londres. Muitas destas associações receberam a proteção dos monarcas "(pág.109) Nível 2

"A ideia de um direito primário e universal tinha já sido claramente enunciada, no século anterior, por pensadores como John Locke, mas foi com o Iluminismo que esta noção se consolidou, tendo-se definido claramente o conjunto básico dos direitos inerentes à natureza humana: o direito à liberdade; o direito a um julgamento justo; o direito à posse de bens e, elemento novo e indissociável da filosofia das Luzes, o direito à liberdade de consciência. Afirmava-se, deste modo, a crença no valor próprio do indivíduo, que nenhum poder ou governo tinham o direito de desprezar" (pág.119) Nível 2

"Rousseau reforça a ideia de que este pacto tem por finalidade o estabelecimento de leis justas, fruto da vontade da maioria, e que a obediência a essas leis em nada diminui a dignidade dos homens. Eles permanecem livres, mantendo-se a fonte da qual emana toda a autoridade. Assim, e uma vez que é do povo que provém todo o poder – soberania popular –, torna-se lícito derrubar um governo estabelecido, caso este não cumpra o mandato que lhe foi confiado, tornando-se tirânico e opressor." (pág.119) Nível 2

"A luta dos iluministas contra a intolerância e o fanatismo deu frutos e vários monarcas europeus afrouxaram os interditos que impediam a liberdade religiosa. Difundido depois pelos ventos fortes da Revolução Francesa, este ideal 1 chegou também à América onde, em 1791, a liberdade religiosa foi consagrada na Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos." (pág. 121) Nível 2

"Outra das áreas em que os atropelos à dignidade humana mais se faziam sentir era a do direito penal, que mantinha vivas e correntes velhas práticas medievais como a tortura, a execução aviltante e dolorosa ou os trabalhos forçados. A crueldade destas práticas mereceu aos iluministas a mais viva censura. Em 1764, Cesare Beccaria publica Sobre os Delitos e as Penas, onde condena veementemente a tortura nos interrogatórios, os métodos da Inquisição e a forma bárbara como eram cumpridas as sentenças "(pág. 121) Nível 2

"Vozes como estas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da fraternidade humana. A justiça suavizou-se em numerosos países, como a Suécia, a Dinamarca, a Áustria, a França ou a Prússia, onde Frederico II proibiu a tortura como forma de apuramento da verdade, instando os juízes a que se guiassem pelo "são entendimento humano". No século XIX, este humanitarismo desenvolveu-se, conduzindo, por exemplo, à luta pela abolição da escravatura" (pág. 121) Nível 2

"Em 1768, um alvará real cria a Junta da Previdência Literária que fica incumbida de estudar a reforma da universidade, salvando-a da "ruína a que chegaram os estudos" de modo que "as Artes e Sciencias possam ne les resplandecer com as luzes mais claras em comum benefício". (pág. 138) Nível 1

"A reforma pombalina da Universidade de Coimbra é considerada um marco no ensino em Portugal. Representou a adoção oficial do experimentalismo iluminista, que se viu institucionalizado no currículo português" (pág. 138) Nível 1

b) Reflexivo / Interpretativo

Comparar... dois documentos escritos

Distinguir aspetos em oposição

Doc. A – A condição feminina, na opinião de Rousseau

Visto que se encontra provado que o homem e a mulher não têm nem devem ter o mesmo carácter e temperamento, segue-se que não devem ter a mesma educação. [...]

Os dois sexos não partilham de forma igual as faculdades que possuem em comum. [...] Cultivar nas mulheres as qualidades do homem e negligenciar as que lhe são próprias, é obviamente trabalhar em seu prejuízo. [...]

Quer isto dizer que a mulher deve ser criada na ignorância de todas as coisas, remetida unicamente para as funções do lar? Fará o homem uma serva da sua companheira? [...] Fará dela um verdadeiro autómato? Não, sem dúvida. Não o dita assim a Natureza, que dá às mulheres um espírito agradável e perspicaz. Pelo contrário, [a Natureza] quer que elas pensem, que avaliem, que amem, que conheçam, que cultivem o seu espírito tal como cultivam a sua figura. [...] Devem aprender muitas coisas, mas somente as que lhes convém saber. [...]

A pesquisa de verdades abstratas e especulativas, de princípios e axiomas científicos, tudo o que tenda a generalizar ideias, não é do domínio das mulheres; os seus estudos devem ser todos orientados para a prática. [...] [A mulher] deve estudar o espírito do homem, não abstratamente o espírito do homem em geral, mas o espírito dos homens que a rodeiam, o espírito dos homens aos quais está submetida, quer pela força da lei, quer do costume. É preciso que ela aprenda a penetrar nos seus sentimentos, pelas suas palavras, pelas suas ações, pelos seus olhares, pelos seus gestos. [...] Eles filosofarão melhor do que ela sobre o coração humano; mas ela lerá melhor do que eles o coração dos homens. Compete às mulheres, por assim dizer, encontrar a moral experimental; a nós, transformá-la num sistema. [...] A mulher observa, o homem raciocina.

J.-J. Rousseau, filósofo francês (1712-1778).
Emílio ou Sobre a Educação. 1762.

Doc. B – A condição feminina, na opinião de Condorcet

É necessário que as mulheres partilhem a instrução dada aos homens:

1.º Para que possam orientar a educação dos seus filhos. [...]

2.º Porque a falta de instrução das mulheres introduziria nas famílias uma desigualdade contrária à sua felicidade. [...]

3.º Porque é um meio de fazer conservar aos homens os conhecimentos que adquiriram na sua juventude[1]. [...]

4.º Porque as mulheres têm o mesmo direito que os homens à instrução pública. Enfim, as mulheres têm os mesmos direitos que os homens; têm pois o direito aos mesmos meios para adquirir as Luzes, sem as quais não podem exercer, realmente, esses direitos, com igual independência e extensão.

A instrução deve ser ministrada em comum e confiada a um mesmo mestre que pode ser escolhido, indiferentemente, em qualquer dos sexos. As mulheres desempenharam já esses cargos na Itália, com sucesso. Várias mulheres ocuparam cátedras nas mais célebres universidades de Itália e cumpriram com êxito as funções de professoras nos mais elevados ramos da ciência, sem que daí resultasse nem o mínimo inconveniente, nem a mínima reclamação [...].

A separação dos dois sexos tem como principal causa a avareza e o orgulho. Não nos enganemos: não é apenas à severidade da moral religiosa [...] que deve ser atribuída essa ideia de uma rigorosa separação. O orgulho e a avareza pesam pelo menos outro tanto e foi a esses vícios que a hipocrisia dos moralistas rendeu a sua interesseira homenagem. [...] Nas instituições de uma nação livre, tudo deve convergir para a igualdade [...]. Uma constituição que estabelece a igualdade política jamais será duradoura e pacífica se a misturarmos com instituições que mantêm preconceitos favoráveis à desigualdade.

Condorcet, filósofo francês (1743-1794).
Cinco Memórias Sobre a Instrução Pública, 1791.

1 Partilhando as mesmas leituras, por exemplo.

126

Nível 2

Comparar... dois documentos escritos

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção aos títulos, autores e datas dos documentos, a fim de identificar o assunto/problemática central e situá-la no tempo e no espaço.
2. Faça uma primeira leitura dos documentos para se inteirar da perspetiva (Positiva? Negativa? A favor? Contra?) de cada um dos autores relativamente ao assunto tratado. Atente nas notas explicativas, se as houver.
3. Numa segunda leitura, identifique os aspetos/tópicos comuns aos dois textos.
4. Redija a sua resposta, explicitando a opinião de cada um dos autores sobre os aspetos/tópicos requeridos.

Questões...

1. **Os dois textos enquadram-se**
   a) na implementação do ensino público obrigatório, em França.
   b) na valorização do conhecimento, que marcou o século das Luzes.
   c) na defesa iluminista da tolerância religiosa.
   d) no debate gerado pela publicação da *Enciclopédia*.

2. **De acordo com os dois autores (textos A e B)**
   a) as mulheres devem receber instrução.
   b) a Natureza não estabeleceu diferenças entre os dois sexos.
   c) a instrução das mulheres deve ser diferente da dos homens.
   d) a severa moral religiosa impede a igualdade entre os sexos.

3. **Apresente, genericamente, a opinião de Rousseau e Condorcet sobre a condição feminina e o ensino a ministrar às mulheres.**
   Fundamente as suas afirmações com excertos dos documentos.

4. **Que ideal iluminista invoca Condorcet para reforçar a sua argumentação?**
   Fundamente as suas afirmações com um excerto do documento B.

5. **Considere os aspetos sobre os quais os dois filósofos emitem opiniões contrárias e organize-os num quadro-síntese, de acordo com o exemplo:**

Aspetos	Rousseau	Condorcet
Natureza da mulher e do homem		
Capacidades da mulher		
Direitos da mulher		
Tipo de ensino a ser ministrado às mulheres		

Nota: Copie o quadro para a sua folha de trabalho e preencha-o.

6. **Compare as duas perspetivas sobre a mulher e a educação feminina expressas pelos autores dos Docs. A e B, quanto a dois aspetos em que se opõem.**
   Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos documentos.

127

Nível 2

Analisar... um filme histórico

Maria Antonieta

Ficha técnica

Direção: Sofia Coppola

Produção: Sofia Coppola, Ross Katz, Francis Ford Coppola

Argumento: baseado no livro de Antonia Fraser, *Marie Antoinette: the journey*

Música: Rameau, Vivaldi, Bow Wow, New Order, The Strokes, entre outras

País: EUA, França, Japão

Ano: 2006

Elenco:
Kirsten Dunst – Maria Antonieta
Jason Schwartzman – Luís XVI
Judy Davis – Condessa de Noailes
Rip Torn – Luís XV
Jamie Dornan – Conde Fersen
Rose Byrne – Duquesa de Polignac
Marianne Faithfull – Maria Teresa de Áustria
Danny Huston – José II de Áustria

Prémios: Óscar melhor guarda-roupa (2007); indicado para a Palma de Ouro – Cannes (2006).

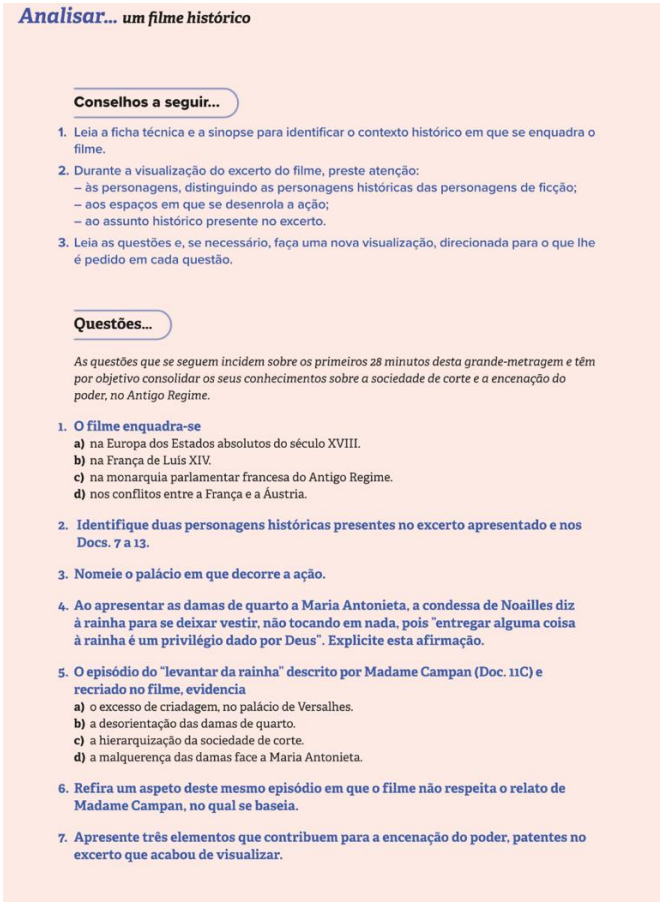
Sinopse

Em abril de 1770, com apenas 14 anos de idade, Maria Antónia de Habsburgo deixa a Áustria, seu país natal, para contrair matrimónio com o jovem delfim de França (futuro Luís XVI). O enlace, desejado por sua mãe, a imperatriz Maria Teresa, como forma de forjar uma aliança sólida com a França, atira-a para uma corte hostil, onde a aversão pela Áustria faz dela uma pessoa malquista.

Forçada a deixar de lado a sua identidade, Maria Antonieta (como lhe chamariam os Franceses), tem dificuldades em adaptar-se ao rígido protocolo e às intensas rivalidades de uma corte em que todas as atenções se centram no acesso às figuras reais, e onde os mais ínfimos pormenores assumem significado político. A timidez de Luís, que demorou anos a consumar o casamento, as pressões de Maria Teresa, preocupada com a posição frágil da filha na corte francesa, o confronto com Madame Du Barry, a favorita de Luís XV, bem como a futilidade de que Versalhes se nutre, conjugam-se para lançar Maria Antonieta numa vida de prazeres e de luxo extravagante. Só a maternidade e o refúgio na "quinta" que fez construir em Versalhes, lhe dão momentos autênticos, despojados das exigências do protocolo.

Entretanto, cresce a miséria do povo e cresce também a indignação face ao esbanjamento e às frivolidades dos cortesãos. No centro da acrimónia, está a rainha, ainda e sempre a *Austríaca, Madame Deficit, Madame Scandale*. A revolução aproxima-se e a família real despede-se de Versalhes.

Nível 2



Analisar... um filme histórico

Conselhos a seguir...

1. Leia a ficha técnica e a sinopse para identificar o contexto histórico em que se enquadra o filme.
2. Durante a visualização do excerto do filme, preste atenção:
   – às personagens, distinguindo as personagens históricas das personagens de ficção;
   – aos espaços em que se desenrola a ação;
   – ao assunto histórico presente no excerto.
3. Leia as questões e, se necessário, faça uma nova visualização, direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

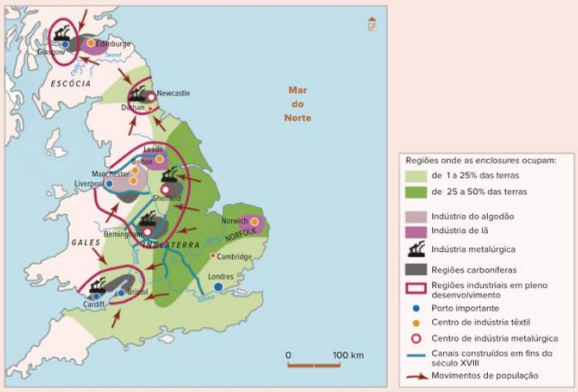
Questões...

As questões que se seguem incidem sobre os primeiros 28 minutos desta grande-metragem e têm por objetivo consolidar os seus conhecimentos sobre a sociedade de corte e a encenação do poder, no Antigo Regime.

1. **O filme enquadra-se**
   a) na Europa dos Estados absolutos do século XVIII.
   b) na França de Luís XIV.
   c) na monarquia parlamentar francesa do Antigo Regime.
   d) nos conflitos entre a França e a Áustria.
2. **Identifique duas personagens históricas presentes no excerto apresentado e nos Docs. 7 a 13.**
3. **Nomeie o palácio em que decorre a ação.**
4. **Ao apresentar as damas de quarto a Maria Antonieta, a condessa de Noailles diz à rainha para se deixar vestir, não tocando em nada, pois "entregar alguma coisa à rainha é um privilégio dado por Deus". Explicite esta afirmação.**
5. **O episódio do "levantar da rainha" descrito por Madame Campan (Doc. 11C) e recriado no filme, evidencia**
   a) o excesso de criadagem, no palácio de Versalhes.
   b) a desorientação das damas de quarto.
   c) a hierarquização da sociedade de corte.
   d) a malquerença das damas face a Maria Antonieta.
6. **Refira um aspeto deste mesmo episódio em que o filme não respeita o relato de Madame Campan, no qual se baseia.**
7. **Apresente três elementos que contribuem para a encenação do poder, patentes no excerto que acabou de visualizar.**

Nível 2

Analisar... um mapa histórico



A Grã-Bretanha no fim do século XVIII – transformações agrícolas e arranque industrial.

Conselhos a seguir...

1. Identifique o assunto tratado a partir: do título; do espaço representado; da data/época histórica; da legenda.
2. Descodifique a legenda: códigos/símbolos utilizados, manchas de cor.
3. Leia as questões e faça uma observação direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

Questões...

1. **Identifique o campo de análise histórica em que se integra a informação veiculada pelo mapa.**
2. **O termo *enclosures* designa**
   - **a)** a seleção das raças de gado bovino e ovino.
   - **b)** as novas máquinas agrícolas que se difundiram na segunda metade do século XVIII.
   - **c)** o processo de vedação dos campos.
   - **d)** o sistema de rotação de culturas.
3. **Ordene cronologicamente as inovações que se seguem, relativas à indústria têxtil.**
   - **a)** Aplicação da máquina a vapor de Watt à tecelagem
   - **b)** Máquina de fiar multifusos – *Spinning Jenny* (James Hargreaves)
   - **c)** Tear mecânico (E. Cartwright)
   - **d)** Lançadeira volante (John Kay)
4. **Explique a coincidência entre as regiões carboníferas e a localização da indústria metalúrgica.**
5. **Mostre a vitalidade da economia inglesa, na segunda metade do século XVIII.**
   Fundamente a sua resposta com as informações contidas no mapa.

ETHALI Pt © Porto Editora

Nível 2

DOC 7 **A imagem do poder**

Retrato de Luís XV de França, 1763. Oficina de Louis-Michel van Loo.

Neste retrato sumptuoso, o rei envergа o chamado "traje de sagração" e rodeia-se das insígnias do poder: o *manto de veludo azul* forte com flores-de-lis bordadas a ouro, emblema dinástico dos reis franceses (1); ao pescoço, o grande colar da *Ordem do Espírito Santo*, a mais prestigiada ordem de cavalaria de França, da qual o rei era grão-mestre (2); à cintura, como se de uma vulgar espada se tratasse, a *espada de França* (ou de Carlos Magno), que representa o poder militar do defensor da Igreja (3); na mão direita, *o cetro*, emblema de comando, que segura virado para baixo e em que se apoia (4); sobre a almofada, revestida do mesmo veludo do manto, repousam a coroa fechada, símbolo máximo da autoridade real (5), e a *mão da justiça* (6), sinal do seu poder de condenar ou perdoar as faltas.

ETHALI Pt © Porto Editora

Nível 2

***Mendigos*, numa pintura de Sébastien Bourdon (1616-1671).** Nos tempos mais difíceis, quando a fome ou a guerra assolavam os campos, as cidades enchiam-se de miseráveis que aí procuravam algum sustento. Estas populações rurais desenraizadas aumentaram durante o século XVII, criando um problema social grave que as autoridades tentaram resolver encerrando os mendigos em casas de trabalho forçado.

Nível 2

c) Outro

20. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim ■ Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

k) Estatuto da cidadania X

l) Género
m) Etnia
n) Idade
o) Outro Direitos Humanos, Globalização

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

"A nobreza, próxima do rei e pedra angular do regime monárquico, é, de facto, a ordem de maior prestígio. É ela que cede ao clero os seus membros mais desta- cados e que ocupa, na administração e no exército, os cargos de poder (Doc. 3C). Desfruta de um regime jurídico próprio que lhe garante a superioridade perante as classes populares e, embora senhora de grandes propriedades, está também isenta do pagamento de contribuições ao rei, exceto em caso de guerra." (pág.16)

É, de todas, a ordem mais heterogénea, cujos membros tanto podem aspirar às dignidades mais elevadas como vegetar na miséria mais extrema (Doc. 4). À cabeça do Terceiro Estado encontram-se os homens de letras, muito respeitados pelo saber que adquiriram nas universidades. Estão divididos em diversos grupos hierarquicamente ordenados, conforme a importância da função que exercem. Seguem-se os financeiros e os mercadores, profissionais de reconhecida utilidade a quem a riqueza granjeara estatuto e respeito. Respeito mereciam também alguns ofícios superiores, como o de boticário, joalheiro, chapeleiro, "mais ligados à atividade mercantil do que ao trabalho manual" (pág. 19)

"Esta maldição portuguesa é tal, a desconfiança do que não é nobre é tamanha que homem que não é fidalgo não é chamado para nada". Bem posicionada na administração do Império, a fidalguia portuguesa junta os rendimentos que tira da terra, dos cargos que exerce e das dádivas reais, àqueles que provêm do comércio. Por todo o Império, os nobres enriquecem à custa das sedas da China, da canela de Ceilão, dos escravos da Guiné ou do açúcar do Brasil. Fruto destas atividades, a nobreza mercantiliza-se, dando origem a um tipo social específico: o cavaleiro-mercador (Doc. 16)" (pág.37)

"...boa parte dos lucros do comércio marítimo português não frutificava nem contribuía para o desenvolvimento de uma burguesia enriquecida e enérgica. Pelo contrário, no nosso país a burguesia teve sérias dificuldades em se afirmar, atrofiada pelo protagonismo excessivo da coroa e da nobreza (Doc. 17). Só na segunda metade do século XVIII, em grande parte devido à atuação do Marquês de Pombal, a burguesia portuguesa adquiriu um peso significativo na ação política e económica do reino." (pág.37)

"A concentração de poderes obriga à sua organização. Por isso, os monarcas absolutos sentiram a necessidade de reestruturar a burocracia do Estado, redefinindo as funções dos órgãos já existentes e criando outros, capazes de se ocuparem dos múltiplos assuntos que era necessário resolver. Embora dotados de razoável autonomia, todos estes órgãos atuavam sob o controlo direto do rei, que neles delegava parte das suas competências" (pág.39)

b) Género

c) Etnia

d) Idade

e) Outro

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

g) Informativo X
h) Reflexivo / Interpretativo X
i) Outro (Por favor, especificar) _____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

g) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
h) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
i) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Uns excertos encontram-se no Nível 1 e outros no Nível 2.

a) Informativo

"A nobreza, próxima do rei e pedra angular do regime monárquico, é, de facto, a ordem de maior prestígio. É ela que cede ao clero os seus membros mais destacados e que ocupa, na administração e no exército, os cargos de poder (Doc. 3C). Desfruta

de um regime jurídico próprio que lhe garante a superioridade perante as classes populares e, embora senhora de grandes propriedades, está também isenta do pagamento de contribuições ao rei, exceto em caso de guerra." (pág.16) Nível 2

"É, de todas, a ordem mais heterogénea, cujos membros tanto podem aspirar às dignidades mais elevadas como vegetar na miséria mais extrema (Doc. 4). À cabeça do Terceiro Estado encontram-se os homens de letras, muito respeitados pelo saber que adquiriram nas universidades. Estão divididos em diversos grupos hierarquicamente ordenados, conforme a importância da função que exercem. Seguem-se os financeiros e os mercadores, profissionais de reconhecida utilidade a quem a riqueza granjeara estatuto e respeito. Respeito mereciam também alguns ofícios superiores, como o de boticário, joalheiro, chapeleiro, "mais ligados à atividade mercantil do que ao trabalho manual" (pág. 19) Nível 2

C O pagamento de impostos

O pagamento dos impostos, por Pieter Brueghel, o Novo, c. 1620.

A paróquia de Fleys compõe-se de cerca de cento e dez habitantes. [...] Os bosques e as melhores terras de vinha pertencem ao senhor de Fleys. Tem também prados, em pequena quantidade, cuja maioria pertence ao senhor.

As terras, as vinhas e os prados pagam de censo ao senhor cinco soldos por arpento[1]. De cada vez que há uma herança, pela confirmação do senhor, são-lhe devidos 5 soldos por escudo[2]. Para além disso, cada habitante paga dez soldos ao senhor pelo direito de fogo[3]. Ao cura, grande recebedor de impostos, [...] três soldos e seis dinheiros por arpento de vinha, bem como a dízima dos cordeiros, lãs e outras. Os habitantes devem a banalidade ao Senhor, pela utilização do moinho, do forno público e dos lagares.

Os habitantes de Fleys estão muito sobrecarregados de talhas[4] e vintenas[4] e estas imposições recaem sobre os habitantes que poucas propriedades têm, estando as grandes propriedades dos privilegiados isentas de talha.

Do *Caderno de Queixas da Paróquia de Fleys* (Borgonha), 1789.

1 Antiga medida agrária que osciava entre 30 e 51 ares. 2 Moeda antiga, de ouro ou prata. 3 *Fogo* tem aqui o sentido de casa, local de domicílio. 4 Impostos diretos pagos ao Estado.

④ Distinga, apresentando dois aspetos, o estatuto das ordens privilegiadas do estatuto dos camponeses, no que respeita aos impostos.

"...boa parte dos lucros do comércio marítimo português não frutificava nem contribuía para o desenvolvimento de uma burguesia enriquecida e enérgica. Pelo contrário, no nosso país a burguesia teve sérias dificuldades em se afirmar, atrofiada pelo protagonismo excessivo da coroa e da nobreza (Doc. 17). Só na segunda metade do século XVIII, em grande parte devido à atuação do Marquês de Pombal, a burguesia portuguesa adquiriu um peso significativo na ação política e económica do reino." (pág.37) Nível 2

"Esta maldição portuguesa é tal, a desconfiança do que não é nobre é tamanha que homem que não é fidalgo não é chamado para nada". Bem posicionada na administração do Império, a fidalguia portuguesa junta os rendimentos que tira da terra, dos cargos que exerce e das dádivas reais, àqueles que provêm do comércio. Por todo o Império, os nobres enriquecem à custa das sedas da China, da canela de Ceilão, dos escravos da Guiné ou do açúcar do Brasil. Fruto destas atividades, a nobreza mercantiliza-se, dando origem a um tipo social específico: o cavaleiro-mercador (Doc. 16)" (pág.37) Nível 2

"A concentração de poderes obriga à sua organização. Por isso, os monarcas absolutos sentiram a necessidade de reestruturar a burocracia do Estado, redefinindo as funções dos órgãos já existentes e criando outros, capazes de se ocuparem dos múltiplos assuntos que era necessário resolver. Embora dotados de razoável autonomia, todos estes órgãos atuavam sob o controlo direto do rei, que neles delegava parte das suas competências" (pág.39) Nível 2

DOC. 5 **A mobilidade social**

A As dificuldades da nobreza

ANÚNCIOS, AVISOS,
E NOTÍCIAS DIVERSAS

QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA FOLHA PERIÓDICA

Segunda-feira, 29 de maio de 1752

BENS SENHORIAIS À VENDA

TERRA e BARONATO de *Murs*, situado na paróquia de Santo Elói, na Baixa-Auvérnia, diocese de Clermont, Parlamento de Paris...

[...]

SENHORIO e castelo de *Villiers*, situado em Evri-le-Chatel...

ANNONCES, AFFICHES, ET AVIS DIVERS.

QUARANTE-UNIEME FEUILLE PERIODIQUE.

Du Lundi 29. Mai. 1752.

BIENS SEIGNEURIAUX A VENDRE.

Folha de anúncios, 1752

TERRA, Senhorio e Visconde d'*Ermenonville*, a 9 léguas de Paris [...] Consiste num belo castelo de construção recente, rodeado de fossos largos [...], jardim bem plantado, pátio de honra, cavalariças e cocheiras ao lado do castelo. [...] Compreende 544 arpentos[1] de terreno cultivável, 69 arpentos de prado, 1100 arpentos de bosque contínuo, 600 arpentos de coutada, e 2 moinhos a água [...]. Tem alta, média e baixa justiça, direito de caça, de feira e de mercado...

1 Antiga medida agrária que oscilava entre 30 e 51 ares.

ETHAL© Porto Editora

Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

DOC. 17 **Uma burguesia débil**

Os comerciantes portugueses são muito acanhados na prática do seu comércio. A maioria não sabe importar diretamente as mercadorias da sua origem, limitando-se a comprá-las em Lisboa aos estrangeiros. [...]

O comércio entre Lisboa e o Brasil faz-se em comboios que todos os anos partem para Pernambuco, Baía de Todos os Santos e Rio de Janeiro. [...] Os principais interessados nestas frotas, [...] são geralmente estrangeiros: os portugueses, excetuando um pequeno número, não usufruem mais do que as suas comissões.

Assim, os portugueses não tiram grande vantagem das vastas colónias que possuem nas Índias e da que têm na China [...].

De tudo o que tenho dito sobre este assunto resulta que hoje são os ingleses, os holandeses, os italianos, os hamburgueses, os suecos, etc., os principais detentores de quase todo o comércio de grandes fortunas.

Anónimo, "*Descrição da Cidade de Lisboa*", 1730, em *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, ob. cit.

Nível 2

B Os "grandes de Portugal"

Os grandes de Portugal dividem-se em três ordens: a primeira, dos duques, a segunda, dos marqueses, e a terceira, dos condes. Nelas o rei escolhe as pessoas que hão de ocupar os principais cargos da corte, da guerra e dos governos ultramarinos. [...]

Os fidalgos ou grandes de Portugal, na sua maioria, não são muito ricos. Timbram, porém, na magnificência e grande número deles possui soberbos palácios, ricamente mobilados, numerosa criadagem, várias carruagens e muitos cavalos.

Na nobreza, os filhos primogénitos sucedem nos morgadios e nos cargos quando estes sejam hereditários. Os filhos segundos são destinados ordinariamente às letras e chegam a bispos, abades, priores, cónegos, referendários, etc., o que os habilita a terem assento nos Conselhos do rei, na Inquisição e noutros tribunais [...].

Os mais novos, uns são destinados a cavaleiros de Malta ou ao exército, outros vão servir o rei nas Índias, onde têm mais rápidos avanços que na Europa, fazendo rapidamente fortuna, desposando as filhas dos oficiais que os precederam. [...]

Anónimo, *"Descrição da Cidade de Lisboa"*, 1730, em *O Portugal de D. João V visto por Três Forasteiros*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Biblioteca Nacional, 1983.

Nível 2

Doc. 22 Que *autoridades* devemos questionar?

Nível 2

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (■) correspondente*).

Sim ■ Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

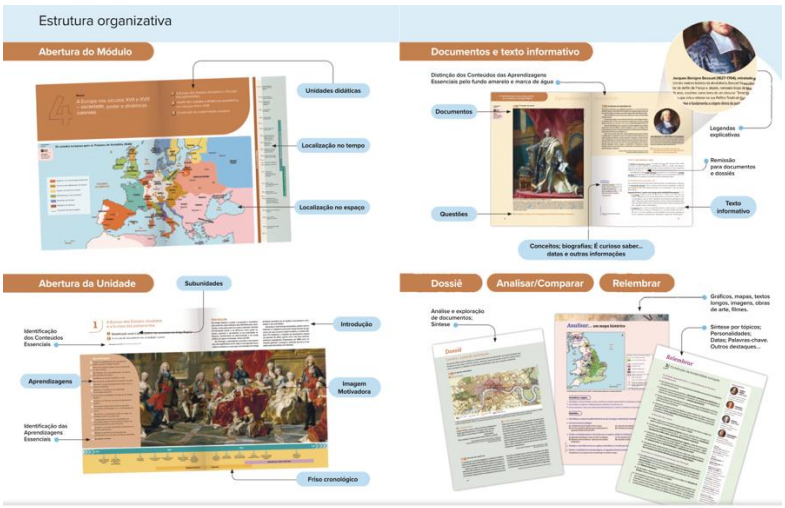
III – DIDÁTICA

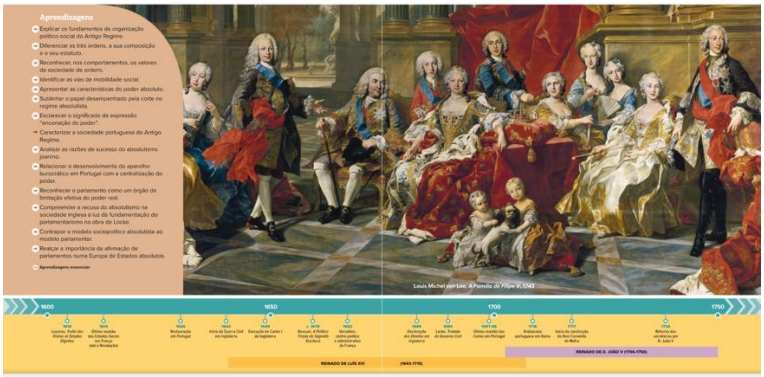
NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

k) Escrito X
l) Iconográfico X
m) Mapas X
n) Gráficos / Tabelas X
o) Outro (Por favor, especificar) _____

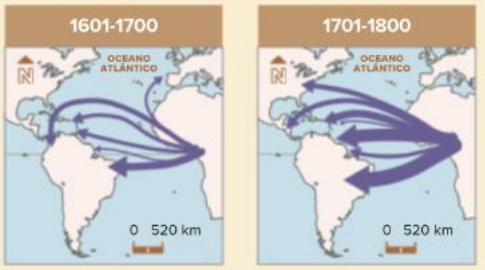
25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:




Aprendizagens
Explicar os fundamentos de organização político-social do Antigo Regime.
Diferenciar as três ordens, a sua composição e o seu estatuto.
Reconhecer, nos comportamentos, os valores da sociedade de ordens.
Identificar as vias de mobilidade social.
Apresentar as características do poder absoluto.
Sublinhar o papel desempenhado pela corte no regime absolutista.
Esclarecer o significado da expressão "encenação do poder".
Caracterizar a sociedade portuguesa do Antigo Regime.
Analisar as razões de sucesso do absolutismo joanino.
Relacionar o desenvolvimento do aparelho burocrático em Portugal com a centralização do poder.
Reconhecer o parlamento como um órgão de limitação efetiva do poder real.
Compreender a recusa do absolutismo na sociedade inglesa à luz da fundamentação do parlamentarismo na obra de Locke.
Contrapor o modelo sociopolítico absolutista ao modelo parlamentar.
Realçar a importância da afirmação de parlamentos numa Europa de Estados absolutos.
Aprendizagens essenciais
Louis Michel van Loo, A Família de Filipe V, 1743
1600
1650
1700
1750
REINADO DE LUÍS XIV (1643-1715)
REINADO DE D. JOÃO V (1706-1750)

DOC 13 Os grandes espetáculos públicos
O "Grand Carrousel" de 1662, por Henry de Gissey. Grande desfile de cavaleiros, o carrousel de 1662 comemorou o nascimento do delfim mas, sobretudo, proclamou a glória do rei. Foi levado a cabo em Paris, no recinto das Tulherias (hoje Praça do Carrousel), deslumbrando a multidão que assistiu ao espetáculo. Os 1297 participantes foram divididos em grupos – quadrilhas – e luziram os trajes mais sumptuosos. O rei, que comandava a Quadrilha dos Romanos, "estava vestido com uma couraça à romana, sobre a qual havia três faixas de rosáceas de diamantes, que davam a volta [...]. Tinha também quarenta e quatro rosáceas de diamantes à volta do pescoço, doze guarnições de diamantes sobre as mangas [...], o cinto era composto por cinquenta e quatro peças cobertas de diamantes de um tamanho extraordinário. O chapéu de Sua Majestade era um elmo de ouro guarnecido de diamantes [...] com um grande e magnífico feixe de plumas cor de fogo" (Menestrier, Traité des tournois, joustes, carrousels, et autres spectacles publics, 1669).
Em cima, o rei como imperador dos Romanos, numa das gravuras executadas para memória do Carrousel.

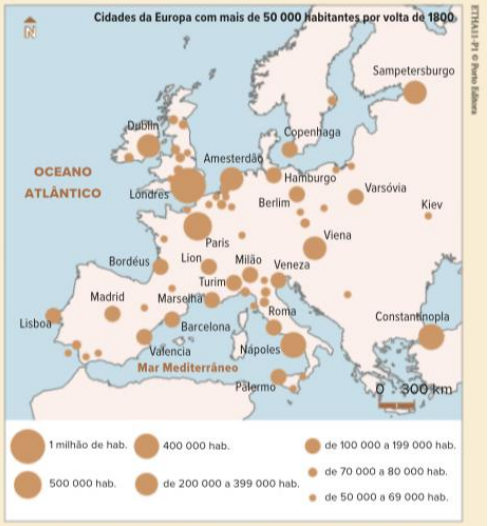
Os estados europeus após os Tratados de Vestefália (1648)
Domínios dos Habsburgos de Espanha
Domínios dos Habsburgos da Áustria
Suécia e as suas possessões
Brandeburgo e seus domínios
República de Veneza
República de Génova
Fronteiras do Santo Império
OCEANO ATLÂNTICO
REINO DA ESCÓCIA
IRLANDA
REINO DE INGLATERRA
PROVÍNCIAS UNIDAS
PAÍSES BAIXOS
SANTO IMPÉRIO
FRANÇA
ESPANHA
PORTUGAL
ESTADOS PONTIFÍCIOS
AUSTRIA
REINO DA DINAMARCA-NORUEGA
REINO DA SUÉCIA
Finlândia
Livónia
IMPÉRIO RUSSO
REINO DA POLÓNIA
Moldávia
Valáquia
Hungria
IMPÉRIO OTOMANO
Mar Mediterrâneo
Mar Negro
Mar Báltico
Mar do Norte



Saem de África 1,8 milhões de escravos. Os Portugueses dominam o mercado brasileiro, os Holandeses impõem-se no negócio com a América do Norte e as Antilhas.

Durante o século XVIII, 6,2 milhões de escravos rumaram às Américas. Os traficantes ingleses sobrepõem-se a Portugueses, Holandeses e Franceses.

C Grandes cidades da Europa (c. 1800)



Fonte: Maurice Garden, "A cidade no século XVIII", em *História Universal*, vol. VI, Dir. Michel Vovelle, Pub. Alfa.

Distribuição da população pelas três ordens, em França (c. 1789)

Hierarquia dos títulos de nobreza, em França

Alta Nobreza	Rei
	Príncipe
	Duque
	Marquês
	Conde
Baixa nobreza	Visconde
	Fidalgo
	Cavaleiro
	Escudeiro

Lista simplificada

ETHA11-P1 © Porto Editora

2. A monarquia absoluta de direito divino

A Evolução demográfica (milhões de habitantes)

Países	1751	1801
Inglaterra	5,8	8,7
Gales	0,5	0,6
Escócia	1,2	1,6
Irlanda	3,2	5,0
Total	**10,7**	**15,9**

A partir de John Wilkes, *United Kingdom: A Social and Economic History of Modern Britain*, 1984.

B Cidades com mais de 10 mil habitantes, na Inglaterra e País de Gales

Anos	N.º de cidades	População (em milhares)
1700	7	680
1750	20	1012
1800	49	2079

A partir de P. J. Corfield, *Norwich on the cusp – from second city to regional capital*, 2004.

26.Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (□) mais do que uma opção*):

m) Diário
n) Quadro negro ou similar
o) Material audiovisual X
p) Internet ■
q) Livro de exercícios ou similar X
r) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

São presentes alguns vídeos, disponíveis para professores e alunos. Nomeadamente nos seguintes conteúdos:

-Estratificação social e poder político nas sociedades do Antigo Regime (4 vídeos) nos quais abordam temas diferentes.

-Referencia a construção do convento de Mafra e faz descrição pormenorizada de todas as divisões constituintes do enorme edifício.

-É apresentado um áudio sobre o tema "A Europa dos estados absolutos e a europa dos Parlamentos, bem como um link que dá acesso a um questionário.

-O capitalismo comercial

- A competição entre os estados Europeus no séc.XVII e a reação inglesa ao mercantilismo

- Hegemonia económica Britânica (condições de sucesso)
A revolução agrícola e a revolução demográfica.
A prioridade da Inglaterra na revolução industrial

- A política económica Portuguesa no séc. XVII e XVIII

- O tratado de Methuen

- O triunfo dos estados e dinâmicas económicas nos séc. XVII e XVIII

- Os avanços da ciência moderna e da técnica

- A governação do Marquês de Pombal: medidas políticas e económicas

- A reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755: o reordenamento urbano

- A governação do Marquês de Pombal: As reformas do ensino

4. De acordo com os textos, em que se alicerça a condição superior do clero? E a da nobreza?
5. Que percentagem da população francesa representa o Terceiro Estado?

1. Indique três privilégios da ordem eclesiástica.
2. Refira duas funções de Estado exercidas pelos elementos do alto clero.
3. De que ordem social provém o Cardeal de Bouillon?

4. Distinga, apresentando dois aspetos, o estatuto das ordens privilegiadas do estatuto dos camponeses, no que respeita aos impostos.

1. Das quatro características do poder real enunciadas por Bossuet, qual a mais reforçada pelo autor, no excerto apresentado?

Análise dos documentos

1. Identifique duas insígnias da realeza reproduzidas no Doc. A.
2. Na sua opinião, a inscrição gravada na primeira pedra atesta, sem sombra de dúvida, que o voto se deveu à longa espera dos monarcas por um filho? Justifique.
3. Mostre, com base no Doc. B:
   - a forma como a construção afetou a vida dos Portugueses;
   - a enorme dimensão das obras de Mafra.
4. Que sentimento exprime W. Beckford relativamente à Basílica de Mafra? Identifique, nas imagens, dois aspetos referidos por este visitante inglês (Doc. D).
5. Apresente dois dos requisitos exigidos para as esculturas encomendadas em Roma (Doc. E).
6. Confronte as duas opiniões veiculadas no Doc. F sobre os carrilhões da Basílica.
7. Como interpreta a prerrogativa dada pelo papa Bento XIV à biblioteca de Mafra (Doc. H)?
8. Compare, no que concerne à decoração, a sala do trono, a biblioteca e o refeitório do convento (Docs. G a I).
9. Identifique um aspeto em que os autores dos textos do Doc. J discordam e um aspeto em que concordam.

Síntese

10. Dê também a sua opinião sobre a valia do Palácio-Convento de Mafra. Fundamente-a, apresentando três razões que decorram deste dossiê documental.

ETHA11-P1 © Porto Editora

Análise dos documentos

1. Transcreva, do Doc. A1, um excerto que evidencie a importância do rei no sistema parlamentar inglês.
2. Explique a designação de "monarquia limitada e livre" atribuída ao sistema político inglês (Doc. A2).
3. Mostre, recorrendo ao Doc. A, a hierarquização da sociedade inglesa.
4. Indique duas falhas do sistema representativo inglês patentes no Doc. B.
5. Nomeie o filósofo inglês que, antes de Voltaire (Doc. C), defendeu que a liberdade é um direito natural.

Síntese

6. Elabore um texto de cerca de 15 linhas sobre o parlamentarismo inglês. Realce:
   - dois aspetos que o diferenciam das monarquias absolutas dos séculos XVII-XVIII;
   - dois aspetos em que se aproxima do modelo sociopolítico do Antigo Regime;
   - duas fragilidades do sistema parlamentar.

1 A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

Estratificação social e poder político nas sociedades do Antigo Regime

- Os séculos XVII e XVIII são os mais característicos da época que designamos por **Antigo Regime**.
- Em termos sociais, o **Antigo Regime caracteriza-se pela sociedade de ordens**, uma estrutura social assente em critérios de nascimento, fortemente hierarquizada e que apresenta fraca mobilidade social.
- **São três as ordens (ou estados):** o **clero** e a **nobreza** ocupam o topo da hierarquia social e gozam de numerosos privilégios, como a isenção de impostos. Os seus elementos ocupam os altos cargos administrativos; o **Terceiro Estado**, que engloba a esmagadora maioria da população, goza de um estatuto inferior. Cada uma destas ordens é constituída por múltiplos estratos sociais.
- O período do Antigo Regime é marcado pela **lenta decadência da nobreza e pela ascensão do Terceiro Estado**, cuja elite, a **burguesia**, granjeia riqueza, prestígio e influência.
- Em termos políticos, o **Antigo Regime corresponde à afirmação das monarquias absolutas.** A ideia de que o poder real tem origem na vontade de Deus impõe-se quase consensualmente. Assim legitimados, os reis reivindicam uma autoridade suprema e uma total liberdade de decisão. Comprometem-se, no entanto, a agir para bem dos súbditos e a respeitar a ordem estabelecida.
- Como que glorificando a essência divina do poder, que acreditam possuir, **os monarcas rodeiam-se de uma corte sumptuosa** e de um protocolo rígido, que endeusa a figura régia e a coloca no centro das atenções. A França e o seu rei, Luís XIV, tornaram-se o modelo das cortes europeias.

Sociedade e poder em Portugal

- Tanto em termos sociais como políticos, o nosso país integra-se no modelo europeu. Apresenta, porém, algumas **peculiaridades**.
- Prestigiada pela forma decidida como colocou no trono o rei D. João IV, em 1640, a **nobreza manteve, ao longo do século XVII, uma grande influência política**, atuando como um entrave ao poder absoluto do rei que, deste modo, se afirmou tardiamente.
- Tirando partido dos altos cargos que detinham na administração do Império, os nobres portugueses complementavam os seus rendimentos com a participação no comércio ultramarino. Esta atividade mercantil, que na restante Europa era estranha à ordem da nobreza, criou a figura do **cavaleiro-mercador**, fenómeno social tipicamente português.

Personalidades

Luís XIV (1638-1715)

Rei de França desde 1643, foi o mais emblemático monarca do Antigo Regime. Tanto a sua pessoa como a corte que criou em Versalhes serviram de modelo às monarquias absolutas da Europa.

D. João IV (1604-1656)

Oitavo duque de Bragança, ascendeu ao trono português por via da ação dos "conjurados", o grupo de nobres que, em 1 de dezembro de 1640, desferiu um golpe palaciano contra o domínio filipino. Inaugurou a 4.ª dinastia de reis de Portugal – dinastia de Bragança – que permaneceu no poder até à implantação da República, em 1910.

(Biografia na p. 35.)

D. João V (1689-1750)

Paradigma do rei absoluto em Portugal, distinguiu-se pelas reformas administrativas que reorganizaram o aparelho de Estado e pela magnificência que imprimiu a todos os atos que envolvessem a pessoa régia.

John Locke (1632-1704)

Filósofo inglês que contrariou a ideia da origem divina do poder real, opondo-lhe a tese de que o poder político provem dos governados.

(Biografia na p. 51.)

ETHALI, Pt © Porto Editora

- Prejudicada por esta excessiva preponderância da nobreza, quer no desempenho de cargos públicos, quer no comércio marítimo, a **burguesia portuguesa não se fortaleceu** enquanto grupo social.

- A falta de uma burguesia dinâmica, capaz de tomar em mãos os negócios e de os fazer prosperar, refletiu-se negativamente no comércio português, abrindo portas à participação de mercadores estrangeiros.

- **A preponderância política da nobreza esbateu-se no século XVIII, com a chegada ao trono de D. João V.** Com os olhos postos em Luís XIV, o rei distinguiu-se pela autoridade que reclamou e pela prática de um governo pessoal. Com vista a uma maior eficiência governativa, D. João V procedeu à reforma das secretarias de Estado e outros órgãos da administração central.

- **Mas não foi apenas na autoridade e no exercício direto do poder que D. João V imitou o Rei Sol francês.** Fê-lo também no luxo e na etiqueta que imprimiu na corte, nas grandes construções que empreendeu, no mecenato das artes e das letras, nas embaixadas esplendorosas com que procurou engrandecer a imagem de Portugal no estrangeiro.

A recusa do absolutismo na sociedade inglesa

- Contrariando o absolutismo monárquico que se implantou na generalidade dos países europeus, a jovem república das Províncias Unidas e o velho reino da Inglaterra lançam os fundamentos dos regimes parlamentares que virão a marcar o século XIX.

- Na Inglaterra, foi o apego a antigos direitos defendidos por uma **assembleia representativa do povo inglês (Parlamento)** que inviabilizou a instauração do absolutismo. Ao tentar impô-lo, o rei Carlos I desencadeou uma violenta **guerra civil**. Vencido, o monarca pereceu no cadafalso e, durante cerca de uma década, vigorou um **regime republicano**.

- **Restaurada a monarquia** em 1660, na pessoa de Carlos II, nem por isso os ingleses afrouxaram o combate pelo reconhecimento das suas liberdades fundamentais: em 1663, Carlos II assina o ***Habeas Corpus***, lei que impede prisões arbitrárias; em 1688, uma nova revolução – a **Revolução Gloriosa** – destrona o autoritário Jaime II e entrega o trono a Maria e Guilherme de Orange, que se comprometem **a respeitar os princípios da liberdade individual e as competências do Parlamento**, com o qual partilham o poder.

- Estes princípios foram consagrados num novo e importante documento, a **Declaração dos Direitos (1688)**, que permanece um texto fundamental do sistema político inglês.

- As revoluções inglesas inspiraram ao filósofo **John Locke** um *Tratado do Governo Civil*, no qual defende que **os homens nascem livres e iguais** e só a sua vontade os submete ao governo de outrem. Assim, segundo Locke, é do povo que emana a autoridade política, o que contraria a ideia da origem divina do poder, fundamento do absolutismo régio.

Datas

Séculos XVI-XVIII Antigo Regime

1640 Restauração da Independência em Portugal

1688 Revolução Gloriosa em Inglaterra

1706-1750 Reinado de D. João V

Palavras-chave

Antigo Regime Época da história europeia que corresponde, grosso-modo, à Idade Moderna. (Conceito na p. 13.)

Ordem/estado categoria social baseada no nascimento. (Conceito na p. 13.)

Estratificação social divisão da sociedade em grupos distintos e hierarquicamente escalonados. (Conceito na p. 13.)

Monarquia absoluta Sistema de governo que concentra no soberano todos os poderes do Estado. (Conceito na p. 25.)

Aparelho burocrático Conjunto de órgãos político-administrativos aos quais compete a gestão de determinado território.

Parlamento Assembleia política que assume, geralmente, funções legislativas. (Conceito na p. 49.)

Locais

Versalhes vila dos arredores de Paris onde Luís XIV instalou a governação e a corte.

Lisboa capital de Portugal, sede do governo joanino.

Londres capital da Inglaterra, sede da primeira monarquia parlamentar.

Obras

A Política Tirada da Sagrada Escritura de Bossuet (p. 25)

Tratado do Governo Civil de John Locke (p. 50)

E11611 © Porto Editora

Aprendizagens

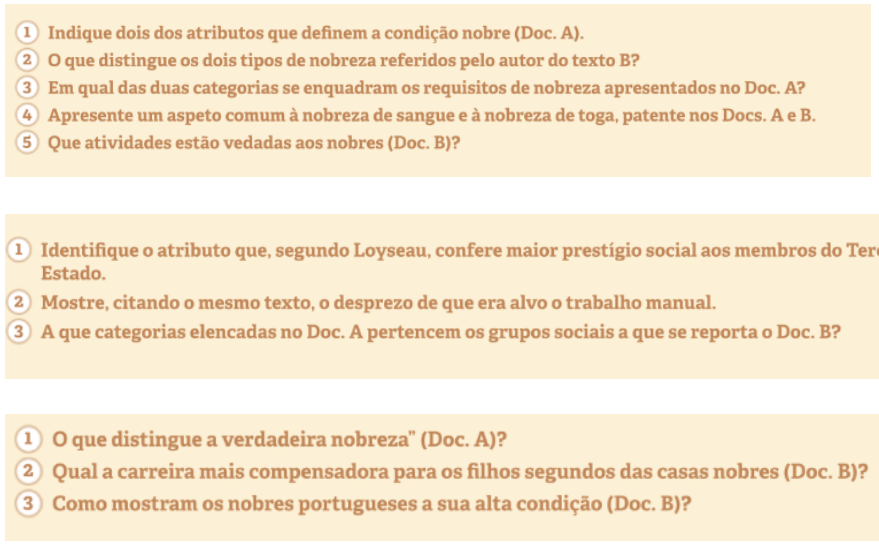
- Caracterizar o capitalismo comercial.
- Explicar os princípios mercantilistas.
- Distinguir entre o Mercantilismo francês, centrado nas manufaturas, e o Mercantilismo inglês, centrado no comércio.
- Reconhecer, nas práticas mercantilistas, modos de afirmação das economias nacionais.
- Relacionar o equilíbrio político internacional com o domínio de espaços coloniais.
- Evidenciar a importância das inovações agrícolas para o sucesso económico inglês.
- Mostrar o impacto do alargamento dos mercados na economia inglesa.
- Sublinhar os progressos no sistema financeiro da Inglaterra.
- Enquadrar o arranque industrial ocorrido em Inglaterra na formação de novas estruturas económicas.
- Sintetizar as condições da hegemonia britânica.
- Relacionar a adoção de medidas mercantilistas em Portugal com a crise comercial de 1670-92.
- Integrar estas medidas no modelo francês.
- Explicar o retrocesso da política industrializadora portuguesa.
- Enquadrar a política económica e social pombalina na prosperidade comercial de finais do século XVIII.
- Interpretar as políticas económicas portuguesas no contexto do espaço euro-atlântico.

Aprendizagens essenciais

27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

u) Análise oral ou escrita de documentos X
v) Debates
w) Visitas de estudo
x) Atividades de investigação, trabalho de campo
y) Escrita de texto argumentativo
z) Escrita de sumários
aa) Jogos
bb) Ver filmes ou ouvir música X
cc) Dramatização ou role-playing
dd) Outro (Por favor, especificar) _____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:



28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

w) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*]
x) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*]
y) Promove a autonomia
z) Apresenta diferentes pontos de vista
aa) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as
bb) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado X
cc) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais X
dd) Apresenta uma ficha de avaliação formativa X
ee) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) X
ff) Incentiva o trabalho de campo

gg) Outros aspetos relevantes (Por favor, especificar)

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:

Dossiê

A Enciclopédia

Uma "obra gigantesca", capaz de ser "consultada sobre todos os assuntos", eis como Diderot classifica o dicionário enciclopédico que se propõe coordenar. Repositório das ideias das Luzes, da ciência e da técnica do século XVIII, a Enciclopédia *contou com mais de 160 colaboradores que, em conjunto, redigiram 71 818 artigos.*

DOC. A Marcos cronológicos

1747 O livreiro Le Breton encarrega Diderot e D'Alembert da tradução da *Cyclopaedia*, um dicionário inglês publicado por Ephraim Chambers. O projeto dá origem a uma obra nova: a *Enciclopédia*.

1751 Publica-se o primeiro volume com um "Discurso preliminar" de D'Alembert, que realça a novidade da obra. O volume é distribuído por cerca de dois mil subscritores.

1752 O Conselho de Estado proíbe a *Enciclopédia*, por considerar que ela atiça "um espírito de independência e de revolta". A publicação será retomada em 1753.

1759 O papa Clemente XIII condena a *Enciclopédia*, que é colocada no Índex. Os sete volumes já publicados são proibidos em França e queimados publicamente. D'Alembert abandona a obra.

1772 Termina a publicação dos 28 volumes da *Enciclopédia*, inicialmente prevista apenas para dez. Diderot e os restantes editores enfrentam um processo movido por um subscritor, que se queixa do aumento do preço total da obra.

DOC. B Apresentação da obra

Diderot apresenta, num longo Prospeto explicativo, a grande obra que se encontra prestes a ser publicada.

[...] Não pode negar-se que, desde que as letras se renovaram entre nós, é em parte aos dicionários que se devem as "luzes" gerais que se espalharam pela sociedade, bem como o germe da ciência que, insensivelmente, predispõe os espíritos para conhecimentos mais profundos. Eis porque é tão importante ter, dentro deste género de livro, uma obra que possa ser consultada sobre todos os assuntos e que possa servir de auxílio tanto àqueles que instruem os outros como àqueles que aprendem para si mesmo. [...]

Denis Diderot (1713-1784)

Traçar-se-á uma panorâmica geral dos progressos do espírito humano em todos os domínios e em todos os séculos [...]. Até hoje, ninguém concebeu uma obra tão gigantesca; ou, pelo menos, ninguém a executou.

Diderot. *Prospeto*, 1750.

DOC. C As ilustrações

Gravuras da *Enciclopédia*, ilustrando o fabrico de lentes. Inicialmente previstas para ocuparem apenas dois tomos, as gravuras acabaram por preencher onze volumes. Muito rigorosas e com legendas pormenorizadas, as gravuras da *Enciclopédia* constituem uma fonte extraordinária para o estudo das técnicas da época.

DOC. D As ideias

FANATISMO – Zelo cego e apaixonado que nasce de opiniões supersticiosas e faz cometer ações ridículas, injustas e cruéis, [...] com uma espécie de alegria. [...] O fanatismo causou muito mais mal ao mundo do que a impiedade. Que querem os ímpios? Libertar-se do jugo, ao passo que os fanáticos querem estender as suas cadeias por toda a Terra. [...]
IMPOSTO – Contribuição que os particulares são obrigados a pagar ao Estado. [...] Enquanto os impostos num reino de luxo não forem lançados de modo a cobrar aos particulares de acordo com o seu bem-estar, uma parte dos súbditos viverá na opulência e comerá numa só refeição a alimentação de cem famílias, enquanto outra terá apenas pão e definhará dia após dia. [...]
MONARQUIA LIMITADA – Espécie de monarquia em que os três poderes [...] servem uns aos outros de balança e de contrapeso. A monarquia limitada hereditária parece ser a melhor forma de monarquia.

Artigos da *Enciclopédia*.

124

DOC E Uma obra polémica

1 Os defensores

Madame Pompadour, retratada por Quentin de la Tour, em 1755. Madame Pompadour, favorita de Luís XV, e Malesherbes, o responsável pela censura real, foram dois aliados de vulto da *Enciclopédia*. A sua influência na corte permitiu a publicação da obra, apesar das condenações a que a mesma foi sujeita. Em cima da mesa distinguem-se *La Henriade*, poema épico de Voltaire, que apela à tolerância religiosa, *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, bem como um volume da *Enciclopédia*, em lugar de destaque.

2 O sucesso

Um dinamarquês é informado sobre os salões literários que deverá frequentar em Paris...

"Se fordes introduzido em casa de Madame de... lembrai-vos que ela é enciclopedista." "Enciclopedista!, retorqui, que quer isso dizer?" A minha surpresa deixou o meu novo Mentor num espanto profundo. "O quê! disse-me, vós não sabeis que toda a nossa literatura está dividida em duas fações, uma a favor, outra contra a Enciclopédia?" "Na verdade, disse-lhe eu, não fazia ideia, mas não me parece natural, pois toda a gente deveria ser por ou contra consoante os artigos e a opinião neles veiculada." "Tendes razão, replicou, mas não reveleis nunca esse sentimento porque não é permitido pensar assim. Eu sou a favor das opiniões moderadas, mas tive de forçar-me a tomar partido, ou ver-me-ia completamente só."

Carta não assinada, escrita em Paris e publicada no jornal dinamarquês Mercure, *em outubro de 1757.*

ETHALIA Pt © Porto Editora

3 Os detratores

Em 1759, na sequência de um atentado sofrido pelo rei, a Enciclopédia *é acusada de perturbar os espíritos e condenada pelo Parlamento de Paris. Os volumes já publicados serão simbolicamente queimados em praça pública.*

Meus senhores,

A Sociedade, o Estado e a Religião apresentam-se hoje no Tribunal da Justiça para fazer ouvir as suas queixas. Os seus direitos encontram-se violados; as suas leis desrespeitadas [...]; a libertinagem cresce de dia para dia. A Humanidade treme, o cidadão está alarmado. [...]

À sombra dum Dicionário que contém uma infinidade de noções úteis e curiosas sobre as Artes e sobre as Ciências, encontra-se uma compilação alfabética de todas as ideias absurdas e ímpias divulgadas pelos autores [...].

A fé é inútil, a existência de Deus duvidosa, a criação do mundo mal provada, o Universo formou-se por ele próprio; o Messias não passou de um simples legislador; as Escrituras são tratados de ficção; os Dogmas são postos a ridículo; Religião e Fanatismo são termos sinónimos e o Cristianismo não provoca senão uma fúria insana que procura destruir os fundamentos da sociedade. Assim são, senhores, esses pretensos filósofos que ousam hoje fazer-se passar por restauradores da verdadeira ciência e benfeitores da Humanidade.

Discurso do procurador real Joly de Fleury no Parlamento de Paris, pedindo a condenação da *Enciclopédia*, em 23 de janeiro de 1759.

Análise dos documentos

1. Por quanto tempo se prolongou a publicação da *Enciclopédia* (Doc. A)?
2. Indique duas vantagens que, segundo Diderot, advirão da *Enciclopédia* (Doc. B).
3. Mostre, recorrendo aos Docs. B, C e D, o carácter generalista da *Enciclopédia*.
4. A que corrente de pensamento pertencem as ideias veiculadas nos artigos do Doc. D? Fundamente.
5. Que imagem de Madame Pompadour ressalta do retrato reproduzido no Doc. E?
6. Explique por que razão o interlocutor do cavalheiro dinamarquês temia ver-se "completamente só", caso não tomasse partido sobre a *Enciclopédia* (Doc. E2).
7. Justifique a opinião de Fleury sobre a *Enciclopédia* (Doc. E3).

Síntese

8. Resuma os conhecimentos que adquiriu neste dossiê sobre a *Enciclopédia*. Tenha em conta os tópicos seguintes:
   - tipo de livro;
   - ideias veiculadas;
   - impacto nos espíritos da época.

FICHA 1

MANUAL DO ALUNO
PARTE 1 · PÁGS. 10 A 47

Módulo 4

1 A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

1.1 Estratificação social e poder político nas sociedades do Antigo Regime

GRUPO I

A sociedade do Antigo Regime

DOC. 1 Nobreza e burguesia, no tempo de Luís XVI[1]

A nobreza [...] tinha perdido não só o seu antigo esplendor, mas também a razão da sua existência. [...] Havia em França cerca de 80 000 famílias nobres. [...] Desta numerosa nobreza, existiam ainda cerca de mil famílias cuja origem se perdia nos tempos recuados da monarquia. Destas, apenas umas duzentas ou trezentas famílias tinham escapado ao infortúnio e ao empobrecimento. [...] Não sendo convocada para o serviço militar nem para os estados[2] provinciais ou do reino, ela tinha perdido a sua antiga hierarquia. [...] A maior parte das terras ligadas a um título [de nobreza] tinha passado para a posse dos financeiros, dos negociantes ou dos seus descendentes. [...] A nobreza já só se distinguia dos outros cidadãos pelos favores arbitrários da corte e pela isenção de impostos, menos úteis para ela própria do que onerosos para o Estado e chocantes para o povo. Nada conservara da sua antiga dignidade e do seu estatuto superior, restava-lhe apenas o ódio e a inveja do povo. [...]

O que o clero e a nobreza tinham perdido em consideração, em riqueza e em verdadeiro poder, o Terceiro Estado adquirira-o [...]. Todas as pequenas cidades estavam cheias de comerciantes, quase todas tinham manufaturas ou algum tipo especial de comércio. Todas estavam cheias de burgueses, mais ricos e mais industriosos do que os nobres [...]. Tinham recebido, regra geral, uma instrução que lhes era mais útil do que a dos fidalgos, dos quais uns obtinham, pelo seu nascimento, os principais cargos do Estado, mesmo sem terem mérito nem talento, enquanto os outros vegetavam nos cargos subalternos do exército.

Também em Paris e nas outras grandes cidades, a burguesia era superior em riqueza, talentos e mérito pessoal. Nas cidades de província, tinha a mesma superioridade sobre a nobreza rural. Sentia essa superioridade e, no entanto, era humilhada um pouco por todo o lado: via-se excluída dos postos do exército; era-o também, em grande medida, do alto clero, visto que os bispos eram escolhidos entre a alta nobreza [...]; a magistratura rejeitava-a também e a maior parte dos parlamentos apenas aceitava nobres. Mesmo para ser referendário, o primeiro degrau do Conselho de Estado, [...] eram exigidas, nos últimos tempos, provas de nobreza.

Marquês de Bouillé (1739-1800), *Memórias*

1 Durante o reinado de Luís XVI, assistiu-se a um reforço dos antigos privilégios da nobreza, como forma de contrariar a sua progressiva perda de influência social.
2 Assembleias formadas pelos deputados das três ordens, que se pronunciavam sobre matéria fiscal.

1. Ordene, de acordo com a hierarquia estabelecida no Antigo Regime, os grupos sociais referidos no texto. Inicie a ordenação pelo escalão mais alto.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

a) Burguesia (linha 16)
b) Nobreza (linha 2)
c) Alto clero (linha 19)
d) Povo (linha 9)
e) Magistratura (linha 19)

Resposta: _____

ETEXTO © Porto Editora

2. Explicite, referindo três aspetos, o estatuto social da nobreza.
Os três aspetos devem ser fundamentados com excertos do documento.

3. Transcreva do texto duas afirmações que documentem a ascensão social da burguesia.

4. Os séculos XVI a XVIII correspondem a uma época da História com características sociais e políticas bem diferenciadas. Faça corresponder os conceitos apresentados na coluna A às características que lhes correspondem na coluna B.
Todas as frases apresentadas na coluna B devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada apenas a um dos conceitos.
Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

Coluna A	Coluna B
a) Antigo Regime **b)** Ordem (ou estado) **c)** Sociedade estratificada	**1.** Estrutura-se em três grandes grupos, hierarquicamente organizados. **2.** Corresponde, grosso-modo, à Idade Moderna. **3.** Categoria social à qual está ligada uma função específica, que determina o seu estatuto. **4.** Politicamente, identifica-se com o esplendor das monarquias absolutas. **5.** Define-se pelo nascimento, perpetuando-se de forma hereditária.

Resposta: _____

GRUPO II
Particularidades da sociedade em Portugal

DOC 1 A carreira ultramarina de um nobre português

Nome e filiação: António Teles da Silva, filho não primogénito do nobre Luís da Silva e sua mulher D. Mariana de Lencastre.
Marcos cronológicos:
1625 – Embarca na armada do Reino que vai proceder à restauração da Baía (Brasil), onde combate com galhardia.
1634-35 – Em recompensa dos serviços prestados, é enviado à Índia como capitão-mor das naus da carreira, com a promessa de 100$00 réis de renda em cada ano, mais os proventos no seu quinhão do tráfico.
1642 – Em maio, é promovido ao cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil. É-lhe também prometido o título e mercês de conde de Vilar-Maior.
1643 – A começar neste ano e em todos os seguintes até 1649, envia, por sua conta a um procurador em Lisboa, açúcar, couros, madeiras e tabaco de cuja venda e respetiva aplicação de capitais recebe uma média anual de 2500 a 3000 cruzados.

Dados recolhidos em: Virgínia Rau, 1959 – *Fortunas Ultramarinas e a Nobreza Portuguesa no século XVII*, em "Revista Portuguesa de História", Tomo VIII, Coimbra

DOC. 2 Os negócios do Reino, em 1730

Os principais interessados nestas frotas [de comércio com as possessões portuguesas], tanto na viagem como na torna-viagem, são geralmente estrangeiros; os portugueses, exceto um pequeno número, não usufruem mais que as suas comissões. [...] O apetrechamento dos barcos também se faz frequentemente à custa dos estrangeiros, não sendo os portugueses suficientemente ricos para tão importantes empresas. Eles poderiam, entretanto, se quisessem, trabalhar para alcançar lucros consideráveis, apetrechando os seus barcos para no regresso de Macau tocarem no Brasil, pois as mercadorias da China vender-se-iam ali muito mais vantajosamente do que em qualquer outra parte e não causariam nenhum prejuízo ao seu comércio na Europa, pois não possuem fábricas.

"Descrição da Cidade de Lisboa...", 1730, em *O Portugal de D. João V Visto por Três Forasteiros*, Biblioteca Nacional, 1983

1. Apresente as duas particularidades da nobreza portuguesa dos séculos XVII e XVIII.
Fundamente a sua resposta com excertos relevantes do Doc. 1.

2. A preponderância da nobreza em Portugal explica-se, em parte,

a) pela ilustração da maior parte dos nobres. ☐
b) pelo papel relevante que desempenhava na corte. ☐
c) pelo papel que assumiu na restauração da monarquia portuguesa. ☐
d) pelas dádivas do rei D. João V. ☐

3. Refira dois fatores da debilidade da burguesia em Portugal, patente no Doc. 2.
Fundamente a sua resposta com informação dos Docs. 1 e 2.

GRUPO III

A autoridade real

DOC. 1 A sagração do rei de França

Sagração de Henrique IV, em 1594. Escola francesa, data e autor desconhecidos.

DOC. 2 Versalhes, sede do poder

Luís XIV agracia, em Versalhes, os primeiros cavaleiros da Ordem de São Luís, criada por ele próprio (1693). Obra de François Marot.

Apenas um link, o qual referenciei na secção de material audiovisual

Conceitos

Parlamento* Assembleia política à qual cabem, em regra, funções legislativas. Este tipo de órgão apresenta outras designações como assembleia, cortes ou congresso. O atual Parlamento inglês é o parlamento mais antigo, tendo servido de modelo a muitos outros. As suas origens remontam à Magna Carta (1215), encontrando-se desde o tempo de Eduardo III (século XIV) dividido em duas câmaras, que evidenciam a distinção entre o povo e a nobreza: a Câmara dos Comuns que, nos séculos XVII e XVIII, era eleita por sufrágio censitário, e a Câmara dos Lordes, nomeada pelo rei.

* Conceito essencial

Conceitos

Companhia monopolista* Associação económica, geralmente de cariz comercial, com direitos exclusivos sobre determinado produto ou área de comércio. Nos séculos XVII e XVIII organizaram-se numerosas companhias monopolistas, na sua maior parte destinadas ao comércio colonial. As mais poderosas foram as Companhias das Índias Orientais, às quais os Estados (Holanda, Inglaterra, França) conferiram poderes de conquista, administração e defesa no Oriente.

* Conceito essencial

Conceitos

Capitalismo comercial* Sistema económico que se afirmou nos séculos XVI a XVIII e se caracteriza pela procura do maior lucro, pelo espírito de concorrência e pelo papel determinante do comércio como motor do desenvolvimento económico.

Comércio triangular* Circuito de comércio atlântico que ligava os continentes europeu, africano e americano. Este comércio, que prosperou sobretudo nos séculos XVII e XVIII, era suportado pelas necessidades de mão de obra das colónias americanas que dependiam dos contingentes negros para as suas plantações e explorações mineiras.

Tráfico negreiro* Intenso comércio de escravos negros que canalizou para a América grande número de africanos, na sua maioria comprados ou aprisionados nas costas da Guiné, de Angola e de Moçambique.

* Conceitos essenciais

ETHA11-P1 © Porto Editora

Cardeal de Richelieu
(1585-1682)

Oriundo de uma família nobre, Armand Jean du Plessis tornou-se bispo de Luçon aos 22 anos. De grande craveira intelectual, muito determinado e negociador subtil, foi rapidamente elevado à dignidade de cardeal, tornando-se depois o ministro todo-poderoso do rei Luís XIII.
Embora o seu governo se saldasse por reformas profundas na administração e pelo reforço da estabilidade do Estado, no fim da sua vida Richelieu era olhado como um déspota, responsável por esmagar o povo com impostos excessivos e por envolver a França em guerras sanguinárias. A notícia da sua morte provocou numerosas manifestações de regozijo, sendo esta imagem aproveitada pelo escritor Alexandre Dumas, que faz dele o vilão do célebre romance *Os Três Mosqueteiros*.

ETHA11-P1 © Porto Editora

1 O dízimo (décima de Deus) incide sobre as colheitas. Destas, um décimo era de imediato retirado para a Igreja, qualquer que fosse o proprietário da terra.
2 Nome dado ao corte de cabelo dos eclesiásticos (rapado no centro), que representava a entrada na ordem clerical.

D. João IV
(1604-1656)

Descendente em linha direta do rei D. Manuel I, D. João nasceu no paço ducal de Vila Viçosa. Foi o oitavo duque de Bragança, a casa nobiliárquica mais importante do país.
O seu apoio à conspiração palaciana que, em 1640, o colocou no trono, foi hesitante e cauteloso. Reza a tradição que teria sido a esposa, D. Luísa de Gusmão, a incentivá-lo, ao proferir a célebre frase "Antes morrer reinando, do que viver servindo".
Uma vez no trono, D. João IV enfrentou com valentia a difícil Guerra da Restauração e empenhou-se em granjear apoios para a causa portuguesa.
O rei morreu três anos depois de sofrer o desgosto da perda do seu primogénito, D. Teodósio. Sucedeu-lhe o segundo filho varão, Afonso.

ETHA11-P1 © Porto Editora

John Locke
(1632-1704)

Filho de um advogado, John Locke estudou na Universidade de Oxford, da qual se viria a tornar professor.

Homem do seu tempo, Locke privou com importantes vultos da ciência, como Boyle e Newton, tendo sido membro da prestigiada Real Sociedade de Londres. O seu *Ensaio sobre o Conhecimento Humano* (1690) é considerado a obra fundadora da escola empirista, que defende que o conhecimento se adquire pela experiência sensorial.

Em termos políticos, Locke foi um acérrimo defensor da liberdade e da tolerância religiosa, ideias que lhe valeram o exílio nas Províncias Unidas, de onde regressou para acompanhar Guilherme de Orange e a Revolução Gloriosa. O seu *Tratado do Governo Civil*, onde expõe a teoria da origem popular do poder político e legitima a deposição de um monarca tirano, fazem dele um dos pais do Liberalismo. Influenciou fortemente os filósofos iluministas e a Revolução Americana.

ETHA11-P1 © Porto Editora

É curioso saber...

A "Guerra Fantástica", em que Portugal esteve envolvido no ano de 1762, não foi mais do que um episódio da Guerra dos Sete Anos. Por se ter recusado a fechar os portos aos Ingleses, o país foi invadido pelas forças da coligação franco-espanhola, que ocuparam várias cidades e vilas do norte do país, como Miranda, Bragança e Chaves. Esta invasão foi habilmente rechaçada pelo exército português, reforçado por tropas inglesas e comandado pelo Conde de Lippe, um brilhante estratega alemão a quem o Marquês de Pombal entregou o comando do nosso exército. Ganha sem que se tivessem travado batalhas convencionais, a nossa participação na Guerra dos Sete Anos ficou conhecida por "Guerra Fantástica".

1 Lembre que a *Glorious Revolution*, que sentou no trono inglês Guilherme III, príncipe de Orange e *Stathouder* das Províncias Unidas, se deu em 1688. Este facto arrastou a Holanda para a esfera inglesa, tornando-a aliada daquela que, pouco tempo antes, era a sua maior inimiga.

ETHA11-P1 © Porto Editora

Apêndice IV – Grelha de Análise do manual de História 11ºano – 2ªparte

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

31. Disciplina

História A

32. Ano

11ºano (Parte 2)

33. Título

Entre Tempos

34. Autor(es)

Maria Antónia Monterroso Rosas Célia Pinto do Couto Alfredo Costa Ana Cristina Santos

35. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

36. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

37. Ano de publicação

2022

38. Editora

Porto Editora

39. Edição

2022

40. Nº de páginas

129

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	8	17	1
b) Cidadania juvenil	0	0	0
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)	0		
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	1	2	
TOTAL	9	19	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual de história foi selecionado por se tratar de uma disciplina que desempenha um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Está também ligada à construção da memória coletiva e à legitimação de modelos sociais e políticos.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    p) Nível UE (15)
    q) Nível Nacional (2)
    r) Nível Local (0)
    s) Outras regiões (para além da UE) (3)
    t) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (0)

13.1 Parágrafos representativos:

"Pela primeira vez na História, os ideais iluministas da liberdade e da igualdade entre os homens, da soberania popular e do contrato social eram aplicados na libertação de um povo. A data deste aconteci- mento ainda hoje é comemorada – é o Fourth of July, o feriado nacional mais importante nos Estados Unidos da América" (pág.13)

"O governo central ou federal assentava na divisão de poderes distribuídos pelos seguintes órgãos de soberania: ao Congresso, constituído pela Câmara dos Representantes e pelo Senado, foi confiado o poder legislativo; o presidente, eleito por quatro anos, por sufrágio universal indireto, detinha o poder executivo; o Tribunal Supremo regulava os conflitos entre os Estados, superintendendo no poder judicial" (pág. 14)

"Nascida sob a égide das Luzes, a nação americana criou o primeiro país descolonizado do Mundo e a primeira república democrática que baseou a escolha dos órgãos máximos da soberania (Congresso e Presidente da República) no voto dos seus cidadãos, isto é, no princípio da soberania popular. Por isso, a Revolução Americana serviu de exemplo e de estímulo à Revolução Francesa, desencadeada em 1789, bem como às emancipações coloniais da América Latina." (pág.14)

"Em 1789, 28 milhões de franceses viviam num regime social profundamente desigualitário. A velha sociedade de ordens de Antigo Regime repousava na 1 defesa dos privilégios da nobreza e do clero, ordens que representavam apenas 2% da população e que continuavam a sobrecarregar os camponeses com rendas e impostos. No entanto, dos estratos burgueses começavam a ecoar as vozes da mudança, criticando os privilégios que o nascimento reservava aos nobres. Mais instruídos e trabalhadores, os burgueses contestavam a ordem instituída, constituindo-se como líderes do processo que resultaria na destruição do Antigo Regime" (pág.19)

"Em 1774, Luís XVI subiu ao trono, como monarca de direito divino. O seu reinado ficou marcado pela crise profunda que minou a economia francesa entre 1785 e 1789. No inverno de 1788-1789, violentas tempestades fizeram perder as colheitas em várias regiões de França e subir os preços. A fome, sempre má conselheira, instalou-se entre os mais desfavorecidos (Doc. 4A). Melhores tempos não atravessava a indústria, em virtude do tratado de livre câmbio assinado em 1786,

que favorecia a importação dos tecidos ingleses. Dois anos depois, a França registava mais de 200 000 desempregados no setor têxtil. "(pág.19)

"À crise económica somava-se o défice crónico das finanças. As receitas não chegavam para cobrir as despesas do Estado relacionadas com o exército, as obras públicas, a instrução, os encargos da dívida pública e os gastos impopulares da corte (Doc. 4B). Não era a pobreza de recursos da França que originava este défice crónico das finanças, mas a injusta sociedade de ordens que isentava de contribuições o clero e a nobreza, privando os cofres reais de ampliarem as suas receitas. A reforma do sistema tributário esteve, por conseguinte, entre as grandes prioridades do poder político. "(pág.19)

"No mesmo ano em que subiu ao trono, Luís XVI viu-se a braços com a possível bancarrota do Estado. Chamou então Turgot, a quem encarregou de corrigir o défice financeiro. Entre outras medidas, este economista de renome propôs um imposto que abrangeria todos os proprietários. Os privilegiados alarmaram- -se e Luís XVI despediu o ministro. Os mesmos destinos tiveram Necker, Calonne e Brienne, que procuraram reformar a administração local e o sistema fiscal. Com efeito, todas as tentativas de reforma preconizadas pelos ministros de Luís XVI tropeçaram na resistência das ordens privilegiadas, o que contribuiu para o clima de violência e pilhagens entre 1787 e 1789, quando a fome e o desemprego cresceram" (pág.19)

"Os deputados da Assembleia Nacional Constituinte avançaram para a redação de uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que legitimasse as conquistas já obtidas e fundamentasse a futura Constituição. O texto final, aprovado em 26 de agosto de 1789, proclamou que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos" e enumerou-os: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Reconheceu também que a autoridade dos governos residia na Nação e que a sua finalidade era a salvaguarda dos direitos humanos (Doc. 6). Ao fazê-lo, condenou os privilégios da sociedade de ordens e rejeitou o absolutismo. "(pág.23)

"Em 1791, a monarquia constitucional ficou consagrada em França. Votada pela Assembleia Nacional e jurada pelo rei (8A), a Constituição de 1791 impôs o cumprimento dos Direitos do Homem e do Cidadão, da soberania nacional e da separação de poderes" (pág.25)

"Na Nação residia, antes de mais, a soberania. Declarada una e indivisível, a Nação era constituída por todos os cidadãos sem "outra distinção que não fosse o mérito e o talento" (pág.25)

"A Constituição implementou também um sistema de eleição indireta, que conferia à riqueza ainda maior relevo. Na verdade, apenas os franceses mais ricos elegiam os 745 deputados que compunham a Assembleia Legislativa (Doc. 8B). Esses deputados representariam a nação e a sua vontade, pelo que se diz que a Constituição de 1791 instituiu, em França, um sistema representativo" (pág. 25)
"A Constituição implementou também um sistema de eleição indireta, que conferia à riqueza ainda maior relevo. Na verdade, apenas os franceses mais ricos elegiam os 745 deputados que compunham a Assembleia Legislativa. Esses deputados

representariam a nação e a sua vontade, pelo que se diz que a Constituição de 1791 instituiu, em França, um sistema representativo" (pág.25)

"A custo se tornou Luís XVI rei constitucional 9A). Sem grande convicção sancionou os decretos de 4 de Agosto, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Constituição Civil do Clero e a própria Constituição de 1791, que lhe cerceou o poder." (pág.27)

"Intimidado pelas desconfianças dos deputados, pelos tumultos dos parisienses e pelas revoltas camponesas que varriam a França, o rei tentou a fuga de Paris, pouco tempo depois de ter jurado a Constituição, e solicitou o auxílio do imperador da Áustria, seu cunhado (Doc. 9B). A pressão sobre os monarcas absolutos europeus, como o rei da Prússia e o imperador da Áustria, fez-se também sentir por parte de milhares de emigrantes nobres que, desde o verão de 1789, abandonaram a França e conspiraram contra o novo regime." (pág. 27)

"À notícia de que tropas estrangeiras se aproximavam das fronteiras para repor o poder absoluto de Luís XVI, a Assembleia Legislativa decretou, em julho de 1792, a pátria em perigo e milícias de todo o país – os chamados federados – acorreram a Paris para salvar a Revolução. A 10 de agosto, uma multidão exaltada assaltou o palácio real das Tulherias 10). Nesse mesmo dia, a Assembleia Legislativa suspendeu o rei. Perante a ausência do poder executivo, a Constituição de 1791 ficou inviabilizada e a monarquia constitucional deixou de funcionar" (pág.27)

"Em 20 de setembro, os federados obtiveram uma retumbante vitória sobre os prussianos, em Valmy. Galvanizada pelo feito, a França revolucionária preparou-se para uma nova etapa – a da República, proclamada dois dias depois pela Convenção. (pág.27

"Desde a suspensão do rei (10 de agosto de 1792) e, sobretudo, desde a proclamação da República, o rumo da Revolução foi, em grande parte, determinado pela ação popular dos sansculottes, um grupo essencialmente urbano formado por artífices, lojistas e alguns operários "(pág.33)

"Trabalhadores e patriotas, os sanculottes elaboravam moções e petições que, no meio de ruidosas manifestações, faziam chegar à Convenção (Doc. 13B). Não é de admirar que esta assembleia, detentora do poder legislativo, tenha cedido a esta pressão popular, tomando medidas como a fixação dos salários e dos preços (Lei do máximo), a nacionalização dos bens dos emigrados e o estabelecimento da instrução gratuita e obrigatória." (pág.33)

"Os Estados liberais nem sempre garantiram os direitos consagrados nos seus textos jurídicos (Declarações dos Direitos e Constituições), impondo-lhes limites: a igualdade foi desvirtuada pelo sufrágio censitário, que afastou amplas camadas da população de um efetivo exercício da cidadania, e pela profunda desigualdade entre homens e mulheres; a liberdade, o princípio mais sagrado da ideologia liberal, viu-se desvirtuada pela manutenção do tráfico de escravos e da escravatura na maior parte dos Estados liberais"(pág.113)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:

p) Nível UE 0
q) Nível Nacional
r) Nível Local
s) Outras regiões (para além da UE)
t) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

14.1 Parágrafos representativos:

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):

k) Nível UE - 0
l) Nível Nacional - 0
m) Nível Local - 0
n) Outras regiões (para além da UE) - 0
o) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

p) Nível UE - 2
q) Nível Nacional - 0
r) Nível Local - 0
s) Outras regiões (para além da UE) - 0
t) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

"Todavia, critérios de género e de fortuna distinguiam os cidadãos. As mulheres foram completamente excluídas da participação política ..." (pág.25)

"Quanto às mulheres, apesar de totalmente afastadas da cidadania, nem por isso deixaram de participar na revolução" (pág. 25)

"Os Estados liberais nem sempre garantiram os direitos consagrados nos seus textos jurídicos (Declarações dos Direitos e Constituições), impondo-lhes limites: a igualdade foi desvirtuada pelo sufrágio censitário, que afastou amplas camadas da população de um efetivo exercício da cidadania, e pela profunda desigualdade entre homens e mulheres; a liberdade, o princípio mais sagrado da ideologia liberal, viu-se

desvirtuada pela manutenção do tráfico de escravos e da escravatura na maior parte dos Estados liberais"(pág.113)

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (■) *mais do que uma opção*]:

m) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política).

n) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária). X

o) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil) X

p) **Outra** ■ (Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"Entre 20 de julho e 6 de agosto, a França foi varrida por uma autêntica revolução camponesa conhecida por Grande Medo. Pressionados pela fome, os camponeses atacaram castelos, queimaram os registos onde constavam as taxas e obrigações que deviam aos senhores e mataram quem ousou fazer-lhes frente (Doc. 7A). Os nobres, em pânico, acabaram por consentir na supres são dos direitos e privilégios feudais. "(pág.23)

"Na noite de 4 de agosto de 1789, a Assembleia votou as seguintes determinações: abolição das corveias e servidões pessoais; supressão da dízima à Igreja; possibilidade de resgatar rendas e foros; eliminação das jurisdições privadas; supressão da venalidade (compra) dos cargos públicos e consequente livre admissão

aos empregos públicos civis e militares. Numa só noite, a Assembleia destruía os alicerces do Antigo Regime" (pág.23)

"Os deputados da Assembleia Nacional Constituinte avançaram para a redação de uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que legitimasse as conquistas já obtidas e fundamentasse a futura Constituição. O texto final, aprovado em 26 de agosto de 1789, proclamou que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos" e enumerou-os: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Reconheceu também que a autoridade dos governos residia na Nação e que a sua finalidade era a salvaguarda dos direitos humanos (Doc. 6). Ao fazê-lo, condenou os privilégios da sociedade de ordens e rejeitou o absolutismo. "(pág.23)

c) Participação política

"Incapaz de suster a contestação social e com a França à beira da bancarrota, Luís XVI decidiu convocar os Estados Gerais para maio de 1789 (Doc. 4D). A dificuldade do monarca em conciliar os interesses das ordens privilegiadas e do Terceiro Estado resultou numa revolução violenta, que destruirá os alicerces da ordem política e social do Antigo Regime." (pág.19)

"A abertura dos Estados Gerais teve lugar em Versalhes, a 5 de maio de 1789, no seio da maior expectativa. Não só porque, desde 1614, o absolutismo francês abandonara a consulta daquela assembleia, mas, especialmente, porque o Terceiro Estado reivindicava o voto por cabeça e não por ordem. Por sua vez, clero e nobreza revelaram-se intransigentes na defesa do voto por ordem." (pág. 20)

"Foi neste impasse que, a 17 de junho, eclodiu o primeiro ato revolucionário. Considerando representar a quase totalidade da população francesa, os deputados do Terceiro Estado, alguns nobres e representantes do clero proclamaram-se Assembleia Nacional. A 20 de junho, no célebre juramento da Sala do Jogo da Pela, comprometeram-se a ficar unidos até à conclusão de uma Constituição, passando a designar-se por Assembleia Nacional Constituinte. Perante a cedência do rei à determinação do Terceiro Estado, os representantes da Nação tornaram-se a fonte do poder legítimo e a nova autoridade política. A monarquia absoluta chegava ao fim" (pág. 20)

"No entanto, o rei voltou atrás na sua palavra e, nos inícios de julho, mandou colocar 50 mil homens armados às portas de Paris. A 14 de julho de 1789, o povo parisiense, indignado com a desconfiança do rei face à Assembleia e revoltado com a alta dos preços do pão, liderou aquele que é o acontecimento emblemático da Revolução Francesa – a Tomada da Bastilha. Nessa fortaleza-prisão, símbolo do absolutismo, procuraram as armas necessárias. Nada deteve a multidão que para lá se dirigiu. A Bastilha foi demolida e o governador massacrado" (pág. 20)

"Na noite de 4 de agosto de 1789, a Assembleia votou as seguintes determinações: abolição das corveias e servidões pessoais; supressão da dízima à Igreja; possibilidade de resgatar rendas e foros; eliminação das jurisdições privadas;

supressão da venalidade (compra) dos cargos públicos e consequente livre admissão aos empregos públicos civis e militares. Numa só noite, a Assembleia destruía os alicerces do Antigo Regime" (pág.23)

"Os deputados da Assembleia Nacional Constituinte avançaram para a redação de uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que legitimasse as conquistas já obtidas e fundamentasse a futura Constituição. O texto final, aprovado em 26 de agosto de 1789, proclamou que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos" e enumerou-os: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Reconheceu também que a autoridade dos governos residia na Nação e que a sua finalidade era a salvaguarda dos direitos humanos (Doc. 6). Ao fazê-lo, condenou os privilégios da sociedade de ordens e rejeitou o absolutismo. "(pág.23)

"Para se ser cidadão ativo, isto é, para se ter direito ao voto, exigia-se que, pelos bens que possuía, o cidadão pagasse um imposto igual ou superior a três dias de trabalho. Deste critério resultava que, dos cerca de 28 milhões de franceses, apenas 4,3 milhões pudessem votar (Doc. 8B). Foi por considerarem que só o desafogo económico permitia a instrução e o esclarecimento necessários ao exercício do voto que os deputados da Assembleia Constituinte instituíram o sufrágio censitário." (pág. 25)

"A Constituição implementou também um sistema de eleição indireta, que conferia à riqueza ainda maior relevo. Na verdade, apenas os franceses mais ricos elegiam os 745 deputados que compunham a Assembleia Legislativa (Doc. 8B). Esses deputados representariam a nação e a sua vontade, pelo que se diz que a Constituição de 1791 instituiu, em França, um sistema representativo..." (pág. 25)

"A custo se tornou Luís XVI rei constitucional 9A). Sem grande convicção sancionou os decretos de 4 de Agosto, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Constituição Civil do Clero e a própria Constituição de 1791, que lhe cerceou o poder." (pág.27)

"A 22 de setembro de 1792, data da proclamação da República, começou o Ano I. Assim o decidiu a Convenção, a nova assembleia que, doravante, dirigiria os destinos da França revolucionária (Doc. 11A). Embora ligados ao clube político dos Jacobinos e sendo republicanos e 1 burgueses, os deputados da Convenção apresentavam projetos diferenciados, o que esteve na origem de significativas polémicas." (pág.29)

"O desentendimento entre Montanheses e Girondinos atingiu o auge aquando do julgamento de Luís XVI (Comparar… dois documentos escritos). Considerando-o traidor por se ter correspondido com os inimigos da França, os deputados montanheses pediram a pena de morte para o rei. Já os Girondinos inclinavam-se para um julgamento clemente do monarca. A sua prisão bastaria e até o exílio se lhes afigurou uma hipótese provável. O veredito dos deputados é conhecido: 387 pronunciaram-se a favor da pena de morte; 334 votaram contra. Em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI foi executado. Mais de um milénio de história monárquica chegou ao fim" (pág.29).

“Desde a suspensão do rei (10 de agosto de 1792) e, sobretudo, desde a proclamação da República, o rumo da Revolução foi, em grande parte, determinado pela ação popular dos sansculottes, um grupo essencialmente urbano formado por artífices, lojistas e alguns operários” (pág.33)

“Trabalhadores e patriotas, os sansculottes elaboravam moções e petições que, no meio de ruidosas manifestações, faziam chegar à Convenção (Doc. 13B). Não é de admirar que esta assembleia, detentora do poder legislativo, tenha cedido a esta pressão popular, tomando medidas como a fixação dos salários e dos preços (Lei do máximo), a nacionalização dos bens dos emigrados e o estabelecimento da instrução gratuita e obrigatória.” (pág.33)

“A defesa dos direitos humanos, nomeadamente da liberdade e da igual- dade, assumiu particular relevância na obra da Convenção, ao ponto de se abolir a escravatura nas colónias.” (pág.33)

“Simultaneamente, o Estado laico pôs em prática uma política de descristianização: perseguiu os padres refratários e até os constitucionais simpatizantes dos Girondinos; fechou as igrejas; publicou um calendário republicano que abolia o domingo e os feriados religiosos; instituiu os cultos da Razão e do Ser Supremo (Doc. 13C) e a veneração dos heróis da Revolução; passou o casamento de sacramento a mero ato civil, que o divórcio podia dissolver” (pág.33)

“Perante as ameaças internas e externas, a Convenção instituiu o Terror. A Lei dos Suspeitos semeou a denúncia e a arbitrariedade, levando à prisão milhares de pessoas. Entre as execuções e as mortes no cárcere, terão perecido cerca de 40 000 pessoas. Foram os casos da rainha Maria Antonieta e até do químico Lavoisier” (pág.33)

“O clero foi especialmente afetado pela legislação liberal. O facto de muitos mosteiros terem apoiado ativamente o absolutismo miguelista permitiu ao Ministério de D. Pedro efetivar uma série de medidas tendentes à eliminação do clero regular. Expulsaram-se os Jesuítas, que D. Miguel acolhera em 1829, e proibiram-se os noviciados em qualquer mosteiro. Finalmente, por um decreto de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar, extinguiram-se todos os conventos, mosteiros, colégios e hospícios das ordens religiosas masculinas, cujos bens foram confiscados pelo Estado “(pág.85)

“A ideologia liberal sobrevaloriza os direitos do indivíduo, uma vez que considera ser a sociedade composta de indivíduos e não de grupos. Esses direitos são, antes de mais, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. O Liberalismo apelida-os de direitos naturais, pois derivam da condição humana que é naturalmente livre e igualitária (Doc. 1A). Logo em 1789, em França, a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reconheceu, no seu artigo 1., que “os Homens nascem e são livres e iguais em direitos”. (pág.101)

“Para além de Homem, o indivíduo é, segundo o Liberalismo, um cidadão que intervém na governação. No seu novo papel de ator político, o cidadão passou a exercer a soberania nacional e a representar a vontade da maioria. De várias maneiras se expressava a intervenção política dos cidadãos. Como eleitores,

escolhiam os representantes para as assembleias e demais cargos políticos. Como detentores de cargos, elaboravam as leis e administravam o país, a nível central e local. Mas, também, participando entusiasticamente nos clubes, assistindo às assembleias onde apresentavam petições e interpelavam os deputados ou, simplesmente, escrevendo nos jornais, o cidadão anónimo intervinha na vida pública e condicionava, tantas vezes, as decisões dos Estados" (pág.101)

"Os liberais moderados faziam também depender os direitos e garantias dos cidadãos da observância rigorosa da separação e do equilíbrio dos poderes político-constitucionais. Para evitar que uma assembleia legislativa ou o supremo magistrado chamasse a si a totalidade das competências políticas, fazendo o re- gime resvalar para o despotismo, advogavam a necessidade de se proceder à distribuição dos diversos poderes pelos diferentes órgãos de soberania." (pág. 101)

"Depois que a poderosa voz do povo se voltou a levantar […], depois que acabou o aviltamento da censura dando lugar à liberdade de expressão escrita e oral, a crítica do povo, isto é, a sua opinião sobre os assuntos e as figuras públicas, constitui futuramente um poder significativo e clarividente, que nenhum artifício diplomático poderá obstruir. Ao lado dos jornais e de outras publicações, que são o principal meio de exercício da crítica, encontra-se um segundo suporte, igualmente eficaz: a caricatura. Com esta arma implacável persegue-se os absurdos dos que estão em cena e põe-se a nu as fraquezas levemente evocadas nas gazetas."(pág.107)

"As ideias abolicionistas ganharam também expressão na Inglaterra, onde se formaram associações com o objetivo de pôr termo ao esclavagismo. Estas ideias acabariam por se materializar em duas leis votadas pelo Parlamento britânico ainda na primeira metade do século XIX" (pág. 113)

"A liberdade foi um dos temas mais caros do Romantismo, seja a liberdade de criação estética, a liberdade política, social e económica ou a liberdade dos povos. O Romantismo tornou-se, assim, a expressão da ideologia liberal. Com efeito, escritores e artistas românticos defenderam com as armas e os seus escritos a causa do Liberalismo e adotaram como bandeira a libertação dos povos oprimidos" (pág.119)

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

j) Informativo X
k) Reflexivo / Interpretativo X
l) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

j) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
k) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
l) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos encontram-se no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"A Constituição implementou também um sistema de eleição indireta, que conferia à riqueza ainda maior relevo. Na verdade, apenas os franceses mais ricos elegiam os 745 deputados que compunham a Assembleia Legislativa (Doc. 8B). Esses deputados representariam a nação e a sua vontade, pelo que se diz que a Constituição de 1791 instituiu, em França, um sistema representativo" (pág. 25) Nível 1

"Na Nação residia, antes de mais, a soberania. Declarada una e indivisível, a Nação era constituída por todos os cidadãos sem "outra distinção que não fosse o mérito e o talento" (pág.25) Nível 1

"Intimidado pelas desconfianças dos deputados, pelos tumultos dos parisienses e pelas revoltas camponesas que varriam a França, o rei tentou a fuga de Paris, pouco tempo depois de ter jurado a Constituição, e solicitou o auxílio do imperador da Áustria, seu cunhado (Doc. 9B). A pressão sobre os monarcas absolutos europeus, como o rei da Prússia e o imperador da Áustria, fez-se também sentir por parte de milhares de emigrantes nobres que, desde o verão de 1789, abandonaram a França e conspiraram contra o novo regime." (pág. 27) Nível 2

"Desde a suspensão do rei (10 de agosto de 1792) e, sobretudo, desde a proclamação da República, o rumo da Revolução foi, em grande parte, determinado pela ação popular dos sansculottes, um grupo essencialmente urbano formado por artífices, lojistas e alguns operários "(pág.33) Nível1

"Trabalhadores e patriotas, os sanculottes elaboravam moções e petições que, no meio de ruidosas manifestações, faziam chegar à Convenção (Doc. 13B). Não é de admirar que esta assembleia, detentora do poder legislativo, tenha cedido a esta pressão popular, tomando medidas como a fixação dos salários e dos preços (Lei do máximo), a nacionalização dos bens dos emigrados e o estabelecimento da instrução gratuita e obrigatória." (pág.33) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

"Os Estados liberais nem sempre garantiram os direitos consagrados nos seus textos jurídicos (Declarações dos Direitos e Constituições), impondo-lhes limites: a igualdade foi desvirtuada pelo sufrágio censitário, que afastou amplas camadas da

população de um efetivo exercício da cidadania, e pela profunda desigualdade entre homens e mulheres; a liberdade, o princípio mais sagrado da ideologia liberal, viu-se desvirtuada pela manutenção do tráfico de escravos e da escravatura na maior parte dos Estados liberais"(pág.113) Nível 2

Analisar... uma caricatura

***O despertar do Terceiro Estado*, gravura francesa de 1789.**
Tradução da legenda: *Meu Deus, já era tempo de acordar deste pesadelo provocado pela opressão dos corretes.*

Conselhos a seguir...

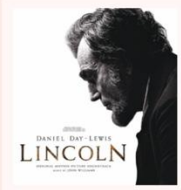
1. Preste atenção ao título, data e proveniência da gravura, para identificar o assunto tratado e situá-lo no tempo e no espaço;
2. Observe atentamente as personagens representadas, o local onde se encontram, as suas atitudes, bem como os símbolos, legenda ou outras indicações que integram a imagem;
3. Leia as questões e faça uma observação direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

Questões...

1. **Refira o nome do edifício representado ao fundo, à direita.**
2. **As ordens sociais representadas pelas três figuras em primeiro plano são:**
   a) Clero 1, Nobreza 2 e Terceiro Estado 3.
   b) Terceiro Estado 1, Nobreza 2 e Clero 3.
   c) Nobreza 1, Clero 2 e Terceiro Estado 3.
   d) Nobreza 1, Terceiro Estado 2 e Clero 3.
3. **Explique a atitude do homem deitado no chão.**
4. **Descreva a reação dos dois homens em pé.**
5. **Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos que se reportam ao contexto em que foi produzida a caricatura.**
   a) Convocação dos Estados Gerais.
   b) Luís XVI sobe ao trono.
   c) Nomeação de Turgot como ministro das Finanças.
   d) Juramento da Sala do Jogo da Pela.
6. **Interprete a gravura, explicando o título e a legenda da mesma.**

Analisar... um filme histórico

Lincoln



Ficha técnica

***Direção*:** Steven Spielberg

***Produção*:** Jonathan King, Kathleen Kennedy, Steven Spielberg

***Argumento*:** Doris Goodwin, Tony Kushner

***Música*:** John Williams

***País*:** EUA

***Elenco*:**
Daniel Day-Lewis – *Abraham Lincoln*;
Sally Field – *Mary Todd Lincoln*;
Joseph Gordon-Levitt – *Robert Todd Lincoln*;
David Strathairn – *William Seward*;
Gloria Reuben – *Elizabeth Keckley*;
Tommy Lee Jones – *Thaddeus Stevens*.

***Prémios*:** Óscar de Melhor Ator, Prémio Bafta Melhor Ator, Globo de Ouro Melhor Ator, Óscar de Melhor Direção de Arte.

Sinopse

Janeiro de 1865. Abraham Lincoln está no início do seu segundo mandato como presidente de um país dilacerado pela guerra civil. Decorre o quarto ano da Guerra da Secessão, conflito que opunha os Estados defensores da abolição da escravatura aos Estados esclavagistas.

Lincoln acredita que a abolição da escravatura, através da aprovação da 13.ª Emenda, contribuirá para o fim do conflito que ensanguenta o país. A Emenda obteve já a aprovação do Senado e a votação na Câmara dos Representantes está prevista para o final do mês. Não obstante os votos a favor dos republicanos, Lincoln e a sua equipa têm de trabalhar nos bastidores para garantir os votos suficientes dos democratas. Mas outros fatores podem também influenciar a votação, como o compromisso das forças confederadas de acabar com a guerra, na condição de manter a escravatura.

Além de todos estes problemas, Lincoln tem ainda de lidar com questões familiares, nomeadamente o desentendimento com o filho mais velho, Robert, que pretende deixar os estudos para se alistar pelo Exército da União.

Conselhos a seguir...

1. Leia a ficha técnica e a sinopse para identificar o contexto histórico em que se enquadra o filme.
2. Durante a visualização do excerto do filme, preste atenção:
   – às personagens, distinguindo as personagens históricas das personagens de ficção;
   – aos espaços em que se desenrola a ação;
   – ao assunto histórico presente no excerto.
3. Leia as questões e, se necessário, faça uma nova visualização, direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

116

Analisar... um filme histórico

Questões...

As questões que se seguem incidem sobre os minutos 1:40:23 a 2:09:20 desta longa-metragem e têm por objetivo consolidar os seus conhecimentos sobre a abolição da escravatura nos Estados Unidos da América.

1. **Refira a designação dada aos Estados esclavagistas, opositores dos Estados da União, durante a guerra civil americana.**
   Nota: Recorra ao Doc. 15, se necessário.
2. **A 13.ª Emenda consistiu numa alteração à:**
   a) *Declaração dos Direitos.*
   b) Constituição americana.
   c) *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.*
   d) *Declaração de Independência.*
3. **A expressão "câmara do povo", que designa a assembleia onde foi votada a 13.ª Emenda em janeiro de 1865, refere-se:**
   a) ao Senado.
   b) ao Tribunal Supremo.
   c) à Câmara dos Representantes
   d) à Casa Branca.
4. **Nomeie os dois partidos representados nessa "câmara do povo".**
5. **Refira o órgão de soberania responsável pela legislação subsequente à aprovação da 13.ª Emenda.**
6. **Identifique o acontecimento, ocorrido a 9 de abril de 1865, reconstituído neste excerto do filme.**
7. **Ordene cronologicamente os seguintes eventos abordados no excerto que visionou:**
   a) Abolição da escravatura nos EUA.
   b) Votação da 13.ª Emenda.
   c) Fim da guerra civil.
   d) Reunião entre Lincoln e líderes sulistas no navio *River Queen*.
   Nota: Recorra ao Doc. 15, se necessário.
8. **Apresente os dois momentos-chave do segundo mandato de Lincoln presentes no excerto do filme que acabou de visualizar.**

117

Dossiê

Ser ou não ser cidadão, eis a questão

A implantação dos regimes liberais trouxe à luz do dia o debate sobre o direito de cidadania. Se, por um lado, textos como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão indiciavam uma clara evolução daquele conceito, os diplomas constitucionais, pelo contrário, limitavam o seu exercício a um grupo restrito da população. Esta tendência não impediu, contudo, que muitos erguessem as suas vozes em defesa dos excluídos e do seu direito a desempenhar o papel de atores no palco da política.

DOC A **Cidadãos ativos e passivos**

Gravura satírica francesa de 1791. Um cidadão ativo 1 insurge-se contra um nobre 2, enquanto um cidadão passivo 3 se limita a assistir à cena.

Todos os homens nascidos e residentes em França são membros da sociedade política a que se chama Nação francesa, isto é, cidadãos franceses. [...] Os direitos associados a este título não dependem nem da fortuna que cada um deles possui nem da quota de imposto a que estão sujeitos, pois não é o imposto que nos faz cidadãos; a qualidade de cidadão obriga apenas a contribuir para a despesa comum do Estado, consoante as faculdades de cada qual. Ora, vós podeis dar leis aos cidadãos, mas não podeis aniquilá-los.

Os partidários do sistema que eu ataco sentiram eles próprios esta verdade, porquanto, não ousando contestar a qualidade de cidadãos àqueles que condenam à deserdação política, limitaram-se a dissimular o princípio da igualdade com a distinção entre cidadãos ativos e cidadãos passivos.

Robespierre, *O marco de prata* (1791), em *Virtude e Terror*, p. 8, 2018 (adaptado).

DOC B **Cidadania nas colónias**

Gravura francesa de 1794. A Razão 1 coloca ao mesmo nível um francês 2 e um indígena 3. Este último segura, na mão esquerda, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* e, na mão direita, o decreto de 15 de maio de 1791, pelo qual a Assembleia Nacional Constituinte concedeu os direitos de cidadãos às "pessoas de cor nascidas de pai e mãe livres".

Entrou depois em discussão outra indicação do *Sr. Miranda*, em que propunha que os libertos e seus filhos não tivessem direito de votar. A este respeito disse

O *Sr. Peixoto*: Se nós admitimos os cidadãos naturalizados, porque não havemos de admitir os libertos? [...]

O *Sr. Ledo*: De maneira nenhuma pode passar o aditamento. Não há razão alguma para privar os libertos deste direito. Há muitos libertos no Brasil, que hoje interessam muito à sociedade e têm grandes ramos de indústria; muitos têm famílias; por isso seria a maior injustiça privar estes cidadãos de poderem votar e até poderia dizer que é agravar o mal da escravidão. Um homem que nasceu escravo injustamente, que já viu seu pai escravo, seu avô e a sua geração escrava, chega finalmente a ser liberto, tem um ramo de indústria e comércio; este homem [...] há de ser privado do sagrado direito de votar? Certamente não.

Ata da sessão de 17 de abril de 1821 das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

66

c) Outro

20. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim ■ Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

p) Estatuto da cidadania
q) Género X
r) Etnia ■
s) Idade ■
t) Outro Direitos Humanos, Globalização

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

b) Género

"Todavia, critérios de género e de fortuna distinguiam os cidadãos. As mulheres foram completamente excluídas da participação política ..." (pág.25)

"Quanto às mulheres, apesar de totalmente afastadas da cidadania, nem por isso deixaram de participar na revolução" (pág. 25)

d) Idade

e) Outro

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

j) Informativo X
k) Reflexivo / Interpretativo
l) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

j) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc. X
k) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
l) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Os excertos encontram-se no nível 1

a) Informativo

"Todavia, critérios de género e de fortuna distinguiam os cidadãos. As mulheres foram completamente excluídas da participação política ..." (pág.25) Nível 1

"Quanto às mulheres, apesar de totalmente afastadas da cidadania, nem por isso deixaram de participar na revolução" (pág. 25) Nível 1

b) Reflexivo / Interpretativo

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (■) correspondente*).

Sim ■ Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

p) Escrito X
q) Iconográfico X
r) Mapas X
s) Gráficos / Tabelas X
t) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

B A morte na guilhotina

CCO Paris Musées / Musée Carnavalet

Execução de Luís XVI na Praça da Revolução, atual Praça da Concórdia (gravura anónima).
Na legenda: *Últimas palavras de Luís XVI antes da sua morte a 21 de janeiro de 1793: "Perdoo aos meus inimigos. Desejo que a minha morte permita a salvação da França. Morro inocente."*

Luís XVI
(1754-1793)

Neto de Luís XV, tinha apenas 20 anos quando subiu ao trono, após a morte dos seus dois irmãos mais velhos. Da união com Maria Antonieta, em 1770, nasceram quatro filhos, sendo que apenas dois estavam vivos quando eclodiu a revolução.
Preferia ocupar o tempo com trabalhos de carpintaria e relojoaria, em detrimento do exercício do poder absoluto, herdado dos seus predecessores. A indecisão relativamente aos diplomas revolucionários e a tentativa de fuga levá-lo-ão ao cadafalso, a 21 de janeiro de 1793.

Maria Antonieta
(1755-1793)

Esposa de Luís XVI e filha da imperatriz austríaca Maria Teresa, chegou a Versalhes com apenas quinze anos. Revelou sempre grande dificuldade em adaptar-se à etiqueta da corte francesa, cometendo erros que acabaram por manchar a sua imagem. Os seus gastos extravagantes em roupas, joias e festas valeram-lhe o epíteto de "Madame Défice". Vítima dos acontecimentos revolucionários, foi presa em agosto de 1792 e executada no dia 16 de outubro de 1793.

ETHA11-P2 © Porto Editora

George Washington
(1732-1799)

Nascido numa família de proprietários da Virgínia, tinha 11 anos quando o pai morreu. Herdou do seu meio-irmão a propriedade de Mount Vernon, facto que o colocou entre os notáveis da colónia. No 2.° Congresso de Filadélfia, foi eleito comandante-chefe do Exército Continental. Em 1789, tornou-se o 1.° presidente dos Estados Unidos da América. Morreu no dia 14 de dezembro de 1799, ficando o seu nome imortalizado na designação da capital federal.

Conceitos

Constituição* Diploma elaborado pelos deputados da Nação que define as regras da vida política, consagrando: os direitos e as liberdades dos cidadãos; a soberania nacional; a forma de governo e a distribuição dos poderes.
A instituição de uma Constituição, lei máxima do Estado, deve-se ao Liberalismo, que assim legitimava o poder político, pondo cobro à arbitrariedade do Absolutismo.

* Conceito essencial

ETHA11-P2 © Porto Editora

Conceitos

Monarquia constitucional Regime político cujo representante máximo do poder executivo é um rei, que tem a sua autoridade regulamentada e limitada por uma Constituição.

Soberania nacional* Princípio decorrente da Filosofia das Luzes, segundo o qual a fonte do poder político reside na nação. Esta poderá exercê-lo de forma direta ou por delegação nos governantes (elegendo-os, por exemplo), considerados seus representantes.

Sufrágio censitário* Modalidade de voto restrito em que este só pode ser exercido pelos cidadãos que pagam ao Estado uma determinada quantia em dinheiro relativa a contribuições diretas (impostos) – o chamado censo.

Sistema representativo* Processo em que a tomada das decisões políticas cabe a um corpo especializado de cidadãos (os políticos), mandatados pela nação, por exemplo, através de eleições.

* Conceitos essenciais

A As duas faces de Versalhes

1. Luís XVI distribui esmolas aos habitantes de Versalhes, pintura de Philibert-Louis Debucourt, 1785.

Desde o reinado de Luís XIV que a família real e a corte residiam no Palácio de Versalhes, transformado no centro político da França. A situação durou até aos primeiros dias de outubro de 1789, quando os acontecimentos revolucionários trouxeram o rei Luís XVI, a rainha Maria Antonieta e os filhos para Paris.

ETHA11-P2 © Porto Editora

Cabeça decepada do governador da Bastilha, desenho de Girodet.

1 A guerra da independência grega (1821-1829)

Byron empenhou-se na luta do povo grego contra o domínio turco depois de, numa viagem que fizera à Grécia, testemunhar as condições miseráveis em que os Gregos viviam. Em 1821, partiu com um exército privado para combater na Guerra da Independência grega. Faleceu em 1824, vitimado por uma febre, durante o segundo cerco de Missolonghi.

DOC. 15 A abolição da escravatura nos EUA

A Guerra da Secessão nos EUA (1861-1865). Em meados do século XIX, o Congresso dos Estados Unidos declarou a intenção de proibir a escravatura nos novos Estados. O antagonismo entre abolicionistas e esclavagistas intensificou-se quando A. Lincoln, um membro do Partido Republicano conhecido pelas suas posições contra a escravatura, foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1860.

D A guerra civil (1832-1834)

B A composição socioprofissional das Cortes

Profissões dos deputados	Minho	Trás-os-Montes	Beira	Estremadura	Alentejo	Algarve	Total
Lentes[1] e profissões liberais	3	3	7	5	2	1	**21**
Magistrados e juristas	16	4	7	8	2	2	**39**
Médicos	–	–	3	2	1	–	**6**
Militares	2	1	3	2	2	–	**10**
Negociantes	1	–	–	2	–	–	**3**
Proprietários	–	1	2	2	–	–	**5**
Clero	3	–	7	3	3	–	**16**
Totais	25	9	29	24	10	3	**100**

Fernando Piteira Santos, 1975 – *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

1 Professores universitários.

Anos	Exportações inglesas para Portugal	Exportações portuguesas para Inglaterra	Saldo para Portugal
1786-1790	620	600	-20
1791-1795	590	720	130
1796-1800	810	700	-110
1801-1805	1000	980	-20
1806-1810	1400	1000	-400
1811-1815	2800	600	-2200
1816-1820	1640	520	-1120
1821-1825	1825	1600	-225

O comércio entre Portugal e Inglaterra, em milhares de libras esterlinas
(Fonte: Nuno Francisco Machado, *A Comunidade Britânica do Porto: da Idade Média ao final do século XIX*, 2017).

26. Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (□) mais do que uma opção*):

s) Diário
t) Quadro negro ou similar
u) Material audiovisual X
v) Internet ■
w) Livro de exercícios ou similar X
x) Outro ■ (Por favor, especificar) _____

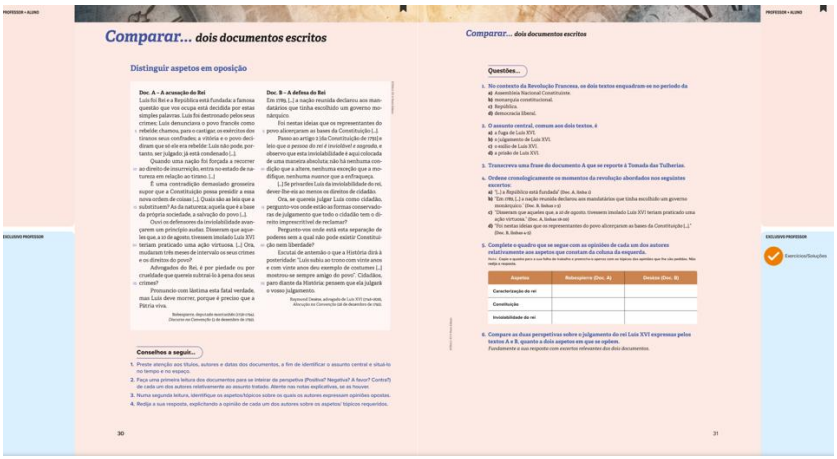
26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

São presentes alguns vídeos, disponíveis para professores e alunos. Nomeadamente nos seguintes conteúdos:
- Revolução Liberal Americana
- As principais etapas de Revolução Francesa
- Iconografia da Revolução Francesa
- As Revoluções americana e francesa, paradigma das revoluções liberais
- Invasões francesas e dominação inglesa em Portugal
- A Constituição de 1822 e o sistema político português
- Evolução do conceito de cidadania a partir da implantação dos regimes liberais
- O processo de independência do Brasil
- O fim do Antigo regime em Portugal
- Os projetos setembristas e cabralistas
- A implantação dos Liberais em Portugal
- Evolução do conceito de cidadania a partir da implantação dos regimes liberais
- Os limites da universalidade dos direitos humanos e abolição da escravatura
- O Romantismo como expressão da ideologia liberal
- O legado do Liberalismo na primeira metade do séc. XIX

27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

ee) Análise oral ou escrita de documentos X
ff) Debates
gg) Visitas de estudo
hh) Atividades de investigação, trabalho de campo
ii) Escrita de texto argumentativo
jj) Escrita de sumários
kk) Jogos
ll) Ver filmes ou ouvir música X
mm) Dramatização ou role-playing
nn) Outro (Por favor, especificar) _____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:



Comparar... dois documentos iconográficos

DOC. A **D. João VI, no Brasil**

Retrato de D. João VI, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1817. Óleo sobre tela, 60x42 cm, Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro.

DOC. B **D. João VI, regressado a Portugal**

Retrato de D. João VI, com o livro das Cortes de 1821, pintura de Domingos António Sequeira, 1821. Óleo sobre tela, 227x154 cm, Palácio de S. Bento, Lisboa.

Conselhos a seguir...

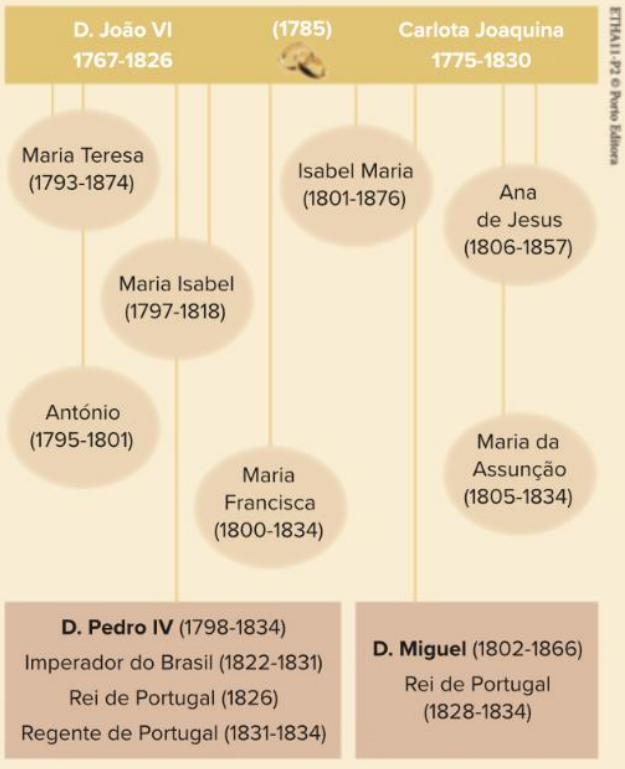
1. Preste atenção ao título, data e autor/proveniência de cada uma das imagens, a fim de identificar o assunto tratado e situá-lo no tempo e no espaço.
2. Observe atentamente a personalidade representada, o seu vestuário e as suas atitudes, bem como os símbolos que integram as imagens, no caso de existirem.
3. Identifique os aspetos das duas imagens que são semelhantes e os aspetos que as distinguem.
4. Redija as suas respostas, recorrendo a elementos das duas imagens.

Questões...

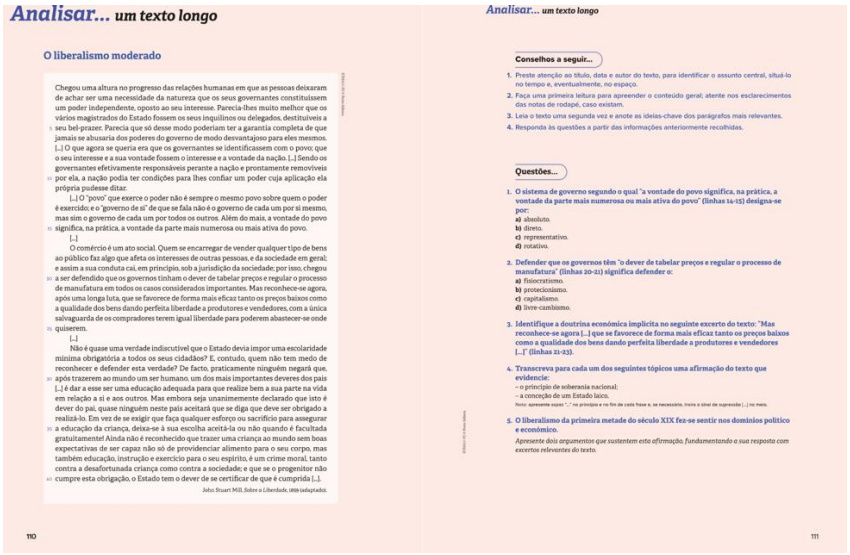
1. **Identifique três elementos do Doc. A que evidenciam o poder absoluto de D. João VI.**
2. **Nomeie o monarca absoluto francês que poderá ter servido de inspiração ao quadro de Debret.**
3. **Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos dos inícios do século XIX português:**
   a) Chegada da Corte ao Brasil.
   b) Revolução Liberal no Porto.
   c) 1.ª invasão francesa.
   d) Sessão inaugural das Cortes Constituintes.
4. **O gesto de D. João VI ao repousar a mão direita sobre o livro das Cortes simboliza a transição da**
   a) monarquia absoluta para a República.
   b) República para a monarquia constitucional.
   c) monarquia constitucional para a República.
   d) monarquia absoluta para a monarquia constitucional.
5. **Compare as duas representações de D. João VI quanto a um aspeto semelhante e a outro que as distingue.**
   Fundamente a sua resposta com informações relevantes dos dois documentos.

62

B Os descendentes



ETHALI P2 © Porto Editora



Analisar... um texto longo

O liberalismo moderado

Chegou uma altura no progresso das relações humanas em que as pessoas deixaram de achar ser uma necessidade da natureza que os seus governantes constituíssem um poder independente, oposto ao seu interesse. Parecia-lhes muito melhor que os vários magistrados do Estado fossem os seus inquilinos ou delegados, destituíveis a seu bel-prazer. Parecia que só desse modo poderiam ter a garantia completa de que jamais se abusaria dos poderes do governo de modo desvantajoso para eles mesmos. [...] O que agora se queria era que os governantes se identificassem com o povo; que o seu interesse e a sua vontade fossem o interesse e a vontade da nação. [...] Sendo os governantes efetivamente responsáveis perante a nação e prontamente removíveis por ela, a nação podia ter condições para lhes confiar um poder cuja aplicação ela própria pudesse ditar.

[...] O "povo" que exerce o poder não é sempre o mesmo povo sobre quem o poder é exercido; e o "governo de si" de que se fala não é o governo de cada um por si mesmo, mas sim o governo de cada um por todos os outros. Além do mais, a vontade do povo significa, na prática, a vontade da parte mais numerosa ou mais ativa do povo.

[...]

O comércio é um ato social. Quem se encarregar de vender qualquer tipo de bens ao público faz algo que afeta os interesses de outras pessoas, e da sociedade em geral; e assim a sua conduta cai, em princípio, sob a jurisdição da sociedade; por isso, chegou a ser defendido que os governos tinham o dever de tabelar preços e regular o processo de manufatura em todos os casos considerados importantes. Mas reconhece-se agora, após uma longa luta, que se favorece de forma mais eficaz tanto os preços baixos como a qualidade dos bens dando perfeita liberdade a produtores e vendedores, com a única salvaguarda de os compradores terem igual liberdade para poderem abastecer-se onde quiserem.

[...]

Não é quase uma verdade indiscutível que o Estado devia impor uma escolaridade mínima obrigatória a todos os seus cidadãos? E, contudo, quem não tem medo de reconhecer e defender esta verdade? De facto, praticamente ninguém negará que, após trazerem ao mundo um ser humano, um dos mais importantes deveres dos pais [...] é dar a esse ser uma educação adequada para que realize bem a sua parte na vida em relação a si e aos outros. Mas embora seja unanimemente declarado que isto é dever do pai, quase ninguém neste país aceitará que se diga que deve ser obrigado a realizá-lo. Em vez de se exigir que faça qualquer esforço ou sacrifício para assegurar a educação da criança, deixa-se à sua escolha aceitá-la ou não quando é facultada gratuitamente! Ainda não é reconhecido que trazer uma criança ao mundo sem boas expectativas de ser capaz não só de providenciar alimento para o seu corpo, mas também educação, instrução e exercício para o seu espírito, é um crime moral, tanto contra a desafortunada criança como contra a sociedade; e que se o progenitor não cumpre esta obrigação, o Estado tem o dever de se certificar de que é cumprida [...].

John Stuart Mill, *Sobre a Liberdade*, 1859 (adaptado).

110

Analisar... um texto longo

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e autor do texto, para identificar o assunto central, situá-lo no tempo e, eventualmente, no espaço.
2. Faça uma primeira leitura para apreender o conteúdo geral; atente nos esclarecimentos das notas de rodapé, caso existam.
3. Leia o texto uma segunda vez e anote as ideias-chave dos parágrafos mais relevantes.
4. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

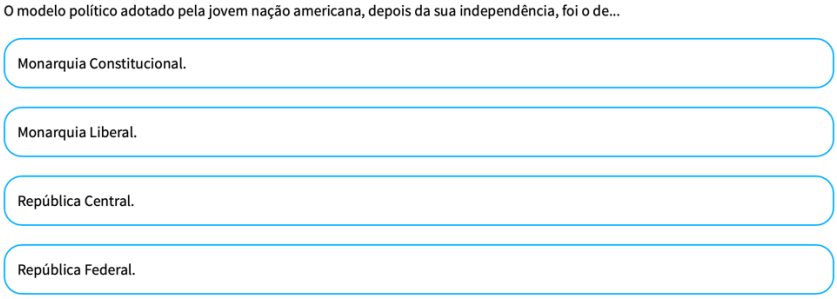
1. **O sistema de governo segundo o qual "a vontade do povo significa, na prática, a vontade da parte mais numerosa ou mais ativa do povo" (linhas 14-15) designa-se por:**
   a) absoluto.
   b) direto.
   c) representativo.
   d) rotativo.
2. **Defender que os governos têm "o dever de tabelar preços e regular o processo de manufatura" (linhas 20-21) significa defender o:**
   a) fisiocratismo.
   b) proteccionismo.
   c) capitalismo.
   d) livre-cambismo.
3. **Identifique a doutrina económica implícita no seguinte excerto do texto: "Mas reconhece-se agora [...] que se favorece de forma mais eficaz tanto os preços baixos como a qualidade dos bens dando perfeita liberdade a produtores e vendedores [...]" (linhas 21-23).**
4. **Transcreva para cada um dos seguintes tópicos uma afirmação do texto que evidencie:**
   – o princípio de soberania nacional;
   – a conceção de um Estado laico.
   Nota: apresente aspas "..." no princípio e no fim de cada frase e, se necessário, inicie o sinal de supressão [...] no meio.
5. **O liberalismo da primeira metade do século XIX fez-se sentir nos domínios político e económico.**
   Apresente dois argumentos que sustentem esta afirmação, fundamentando a sua resposta com excertos relevantes do texto.

111

28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (▪) *mais do que uma opção*):

hh) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*]
ii) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*]
jj) Promove a autonomia
kk) Apresenta diferentes pontos de vista
ll) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as
mm) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado X
nn) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais X
oo) Apresenta uma ficha de avaliação formativa X
pp) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) X
qq) Incentiva o trabalho de campo
rr) Outros aspetos relevantes X (Por favor, especificar)

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:



1 2 3

TERMINAR

Ver anexo:

Observa os recursos:

Documento 1.

A Revolução Americana

O documento 1 refere que "O conflito é igualmente provocado pela repartição dos encargos fiscais, dado que o Parlamento inglês procura tributar mais pesadamente os colonos americanos". Este tributo foi imposto aos colonos, sobretudo porque os cofres de Inglaterra estavam vazios devido…

- aos necessários melhoramentos na rede de transportes.
- às despesas consideráveis da família real.
- ao esforço feito na Guerra dos Sete Anos.
- ao forte investimento feito na indústria inglesa.

1 2 3 4 5

TERMINAR

Litografia de Nathaniel Currier, 1846.

Um dos mais carismáticos movimentos da revolução americana foi o *Boston Tea Party*. Esta revolta deu-se em...

- reação dos indígenas americanos à importação do chá.
- reação dos colonos às taxas lançadas pela Grã-Bretanha sobre as importações do chá.
- reação dos indígenas americanos à dominação da Grã-Bretanha.
- reação dos colonos à falta de chá.

Conhecimentos prévios

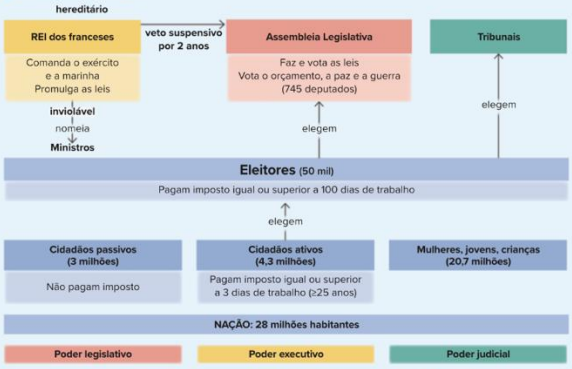
DOC. 8 A monarquia constitucional

A *A Festa da Federação* (14 de julho de 1790)

CCO Paris Musées / Musée Carnavalet

Pintura de Charles Thévenin, 1792. Celebrada no Campo de Marte, em Paris, a *Festa da Federação* comemorou o primeiro aniversário da Tomada da Bastilha e contou com mais de cem mil participantes vindos de toda a França.
1 Luís XVI jura respeitar a futura Constituição; 2 Maria Antonieta com o Delfim ao colo; 3 Deputados da Assembleia Nacional Constituinte; 4 Guarda Nacional, milícia organizada aquando da Tomada da Bastilha; 5 La Fayette, comandante da Guarda Nacional

B A Constituição de 1791



1. Identifique o principal objetivo da comemoração do primeiro aniversário da Tomada da Bastilha, na *Festa da Federação* (Doc. A).
2. Associe informações do Doc. B a cada um dos seguintes conceitos:
   – soberania nacional;
   – sufrágio censitário;
   – sistema representativo.

Conhecimentos prévios

DOC. 6 A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (26 de agosto de 1789)

1 Identifique, no texto da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, três ideais do Iluminismo.

DOC. 7 A abolição dos direitos feudais

A A França em ebulição

Pilhagem da Câmara de Estrasburgo (julho de 1789), gravura de Devere.

B A noite de 4 de agosto de 1789

Na sessão de 4 de agosto, o Visconde de Noailles, tendo observado que os problemas que afligem a França, ocasionados por pragas e infortúnios de todos os tipos, só podiam ser acalmados por benefícios, propôs a abolição dos direitos feudais que pesam sobre o povo [...]. Essa moção despertou um entusiasmo que, rapidamente, cativou todos os espíritos [...].
Eis o que a Assembleia Nacional fez pela França e pela humanidade, numa única sessão, numa única noite: sublime luta de justiça e generosidade; uma cena magnífica, digna de ser transmitida aos vindouros e servir de modelo a todos os povos.
Terá sido mesmo assim? [...] É à luz das chamas dos seus castelos incendiados que eles têm a grandeza de alma de renunciar ao privilégio de ter presos os homens que recuperaram a sua liberdade com as armas na mão.

Artigo de Marat em *L'Ami du Peuple*, 11 de setembro de 1789.

1 Marat demonstra uma atitude ambígua relativamente à Assembleia Nacional Constituinte (Doc. 7B). Apresente:
   – uma opinião favorável à ação dos deputados;
   – uma crítica à morosidade das suas decisões.

A abolição dos direitos feudais

Entre 20 de julho e 6 de agosto, a França foi varrida por uma autêntica revolução camponesa conhecida por **Grande Medo**. Pressionados pela fome, os camponeses atacaram castelos, queimaram os registos onde constavam as taxas e obrigações que deviam aos senhores e mataram quem ousou fazer-lhes frente (Doc. 7A). Os nobres, em pânico, acabaram por consentir na supressão dos direitos e privilégios feudais.
Na noite do 4 de agosto de 1789, a Assembleia votou as seguintes determinações: abolição das corveias e servidões pessoais; supressão da dízima à Igreja; possibilidade de resgatar rendas e foros; eliminação das jurisdições privadas; supressão da venalidade (compra) dos cargos públicos e consequente livre admissão aos empregos públicos civis e militares.
Numa só noite, a Assembleia destruía os alicerces do Antigo Regime (Doc. 7B).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

Os deputados da Assembleia Nacional Constituinte avançaram para a redação de uma *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que legitimasse as conquistas já obtidas e fundamentasse a futura Constituição. O texto final, aprovado em 26 de agosto de 1789, proclamou que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos" e enumerou-os: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Reconheceu também que a autoridade dos governos residia na Nação e que a sua finalidade era a salvaguarda dos direitos humanos (Doc. 6). Ao fazê-lo, **condenou os privilégios da sociedade de ordens e rejeitou o absolutismo**.
Considerada a certidão de óbito do Antigo Regime, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* lançou as bases da nova ordem social e política.

Datas

1789
4 de agosto – Abolição dos privilégios feudais
26 de agosto – Aprovação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*

Doc C O Rio de Janeiro

A capital do Império, desenho de autor desconhecido (primeira metade do século XIX).

A 8 de março de 1808, a corte portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro, sob o olhar curioso e reverente dos colonos. Funcionários percorreram a cidade para escolher os alojamentos, escrevendo "PR" (Príncipe Regente) nas portas, sinal que obrigava os moradores a abandonarem as suas propriedades. Descontentes com esta atitude, os cariocas alteraram o significado daquelas iniciais, que popularmente passaram a ser conhecidas como "Ponha-se na Rua".

Apenas o Príncipe Regente Nosso Senhor descansa por alguns dias dos incómodos que passara em tão longa viagem [...] quando cuidou logo em dar mais extensas acomodações à sua família; e, por ser esta tão numerosa, que não se podia acomodar toda no curto recinto do Real Palácio, [...] foi necessário lançar mão de alguns edifícios públicos que mais próximos estavam [...].

[...] Elias António Lopes, respeitável Negociante desta Praça do Rio de Janeiro, [...] tomou a resolução de ofertar a Sua Alteza Real a sua Casa, e Quinta a ela anexa [...]. Esta é a chamada Real Quinta da Boavista, residência ordinária do Príncipe Regente Nosso Senhor, da qual terei lugar de falar muitas vezes no decurso destas Memórias.

Padre Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à História do reino do Brasil*, 1825.

Palácio de S. Cristóvão, gravura de Jean-Baptiste Debret (1817).

Inicialmente, a família real e a corte ficaram instaladas no centro do Rio de Janeiro, no Paço e nos edifícios públicos anexos. No entanto, D. João preferiu a tranquilidade do campo, acolhendo a doação do palácio de S. Cristóvão, propriedade de um rico proprietário de plantações. Situado nos arredores da cidade, na Quinta da Boavista, ali acabou por fixar residência, acompanhado pelos filhos Pedro, Miguel e Maria Teresa.

Doc D A modernização do Brasil

Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar.

Havendo criado nesta capital, pelo Alvará de 12 de outubro do ano passado [...], um Banco Nacional para animar o comércio e promover os interesses reais e públicos; e devendo os negociantes dessa praça concorrer para um tão útil estabelecimento, de que lhes provem a facilidade e segurança de suas transações mercantis [...], sou servido ordenar-vos que [...] busqueis, por todos os modos que dita a prudência e a razão, que cada um dos indivíduos empregados no comércio dessa Capitania haja de entrar para o referido Banco, com o número de ações que as suas forças e o desejo de promover os seus interesses lhes permitir [...].

Escrita no Palácio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1809.

Carta régia aos governadores e capitães-generais.

Autorretrato de Jean-Baptiste Debret, gravura de 1834.

No Brasil desde 1816, Debret e outros artistas integraram a Missão *Artística Francesa*, com o principal objetivo de introduzir o Neoclassicismo num território ainda marcado pela tradição barroca. Nesse mesmo ano, a pedido regente D. João decretou a criação de uma *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, contando com a colaboração destes artistas. Só em 1826 o projeto se concretizou, com a criação da Academia Imperial de Belas-Artes.

72

Doc E Um rei nos trópicos

Jardim Botânico do Rio de Janeiro, na atualidade.

Por decreto real de 13 de junho de 1808, o príncipe regente D. João "mandou tomar posse do engenho e terras denominadas do Lagoa Rodrigo de Freitas" para instalar no local uma fábrica de pólvora e um jardim para aclimatação de espécies vegetais originárias de outras partes do mundo.

*Cenário para o baile*tó *histórico*, gravura de Jean-Baptiste Debret (1818). Esta alegoria representa a ascensão de D. João VI ao poder real sustentado por três figuras que simbolizam o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Doc F O regresso

Depois de Sua Majestade haver dado tantas e tão evidentes provas de amor aos seus vassalos [...] embarcou com a sua Real Família na madrugada de quarta-feira, 25 do corrente, e nesse dia, aliás de grande gala por ser o natalício de Sua Majestade a Rainha Nossa Senhora, tiveram muitas pessoas a honra de beijar a mão a Sua Majestade, que os felicitou com sinais de sua paternal bondade. No dia seguinte, 26 do corrente, pelas 6 horas da manhã, começou a Nau D. João VI, que conduzia Sua Majestade, a suspender o ferro [...].

Um excelente dia e um vento de nordeste, fresco e aturado, fizeram sobressair esta cena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa, em que todos tinham fitos os olhos no real estandarte, recordando as eminentes virtudes do Soberano que, ficando em nossos corações saudosíssimos, ia felicitar com a sua augusta presença aqueles outros vassalos que há quase catorze anos suspiravam por ele, deixando-nos o mais precioso penhor do seu afeto na Real pessoa de seu muito amado filho, o Príncipe Regente, de cuja prudência, zelo incansável e reta justiça esperamos com segurança a nossa felicidade.

Gazeta do Rio de Janeiro, 28 de abril de 1821.

A partida da família real do Rio de Janeiro, gravura de Jean-Baptiste Debret.

Uma centena de mais de 2 mil pessoas partiu com a família real no dia 26 de abril de 1821, chegando a Lisboa nos inícios de julho. Os restos mortais de D. Maria I, falecida a 20 de março de 1816, foram trasladados para Portugal.

Análise dos documentos

1. Identifique na *Carta do Príncipe Regente* (Doc. A):
   - as personalidades referidas como "Imperador dos franceses e rei de Itália" e "rainha minha senhora e mãe";
   - a decisão do príncipe regente;
   - os motivos para essa decisão.
2. Apresente duas dificuldades sentidas durante a viagem para o Brasil (Doc. B).
3. Distinga duas reações da população do Rio de Janeiro face à instalação da família real na cidade. (Doc. C).
4. Refira duas evidências do progresso económico e cultural do Brasil durante a permanência da família real (Doc. D).
5. Explicite a mensagem da gravura do Doc. E.
6. Transcreva os excertos da notícia da *Gazeta do Rio de Janeiro* (Doc. F) que dizem respeito aos seguintes membros da família real: D. João VI; D. Carlota Joaquina; D. Pedro.

Síntese

7. Desenvolva, num texto de quinze a vinte linhas, o tema ***Brasil: de colónia a reino***, abordando os tópicos de orientação seguintes:
   - a transferência da corte para o Brasil;
   - o impacto da presença da família real no Rio de Janeiro.

73

D. Pedro IV
(1798-1834)

Segundo filho varão de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, nasceu no Palácio Real de Queluz. A morte precoce do seu irmão mais velho, D. António, abriu-lhe o caminho para o trono português. Com 9 anos, chegou ao Brasil, onde passou uma parte da sua infância e juventude. Aí casou, em 1818, com D. Leopoldina, filha do imperador Francisco da Áustria. Foi a favor da filha mais velha desse casamento, D. Maria da Glória, que abdicou do trono português após a morte de D. João VI. Sem hesitar, também abdicou, em 1831, do trono brasileiro para defender a coroa da jovem rainha, usurpada por D. Miguel. Pouco tempo teve para saborear a vitória, obtida em maio de 1834, pois, em setembro, faleceu de tuberculose.

ETHA11-P2 © Porto Editora

Relembrar

2 A implantação do Liberalismo em Portugal

Antecedentes e conjuntura (1807-1820)

- Nos inícios do século XIX, não brilhavam ainda em Portugal as luzes do Liberalismo que da França revolucionária irradiavam para o restante continente.
- Na verdade, o príncipe regente D. João (futuro D. João VI) governava **um reino profundamente ligado ao Antigo Regime**. As atividades primárias predominavam e pesadas obrigações senhoriais condenavam o camponês à miséria. O absolutismo estava para durar, tanto mais quanto se escudava na ação repressiva da Inquisição, da Real Mesa Censória e da Intendência-Geral da Polícia.
- Todavia, nos principais centros urbanos, uma burguesia comercial, ligada aos tráficos com o Brasil, e uma franja de intelectuais constituíram terreno fértil para a propagação dos ideais da *Liberdade*, da *Igualdade* e da *Fraternidade* provenientes de França.
- As **três invasões francesas** (1807-1811) acabaram por materializar as **aspirações de mudança**, deixando profundas marcas, tais como: a difusão das ideias de liberdade, igualdade e soberania popular; a desorganização económica; a deslocação da corte para o Brasil; a permanência das autoridades britânicas no reino.
- Toda esta conjuntura contribuiu para a **Revolução Liberal de 1820**. Em nome da regeneração da Pátria, estalou no Porto, em 24 de agosto, uma conjura vitoriosa de militares e burgueses, determinados no afastamento da influência britânica, no regresso de D. João VI do Brasil e na adoção de uma monarquia constitucional. No espaço de um mês, a revolução ganhou a adesão de todo o país.

A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)

- A ação da **governação vintista** caracterizou-se pelo radicalismo. A **Constituição de 1822** reconheceu os direitos e os deveres do indivíduo, garantindo a liberdade, a segurança, a propriedade e a igualdade perante a lei; afirmou a soberania da Nação; acentuou a independência dos poderes legislativo, executivo e judicial; retirou privilégios à nobreza e ao clero; e diminuiu fortemente as prerrogativas reais.
- As **Cortes Constituintes legislaram em muitos outros domínios**, destacando-se: a extinção da Inquisição e da censura prévia; a instituição da liberdade de imprensa; a fundação do Banco de Lisboa, o primeiro banco português; a transformação dos bens da Coroa em bens nacionais; o encerramento de mosteiros e conventos; a reforma dos forais e das prestações fundiárias.
- Os deputados vintistas legislaram ainda no sentido de anular o estatuto adquirido pelo Brasil com a presença da família real. A **política antibrasileira das Cortes Constituintes** e o **regresso de D. João VI a Portugal**, em julho de 1821, foram fatores que contribuíram para a concretização dos **anseios autonomistas** dos brasileiros. Com efeito, a 7 de setembro de 1822, a **independência do Brasil** foi proclamada por D. Pedro, nas margens do rio Ipiranga.

Personalidades

D. João VI (1767-1826)
Aclamado rei em 1816, no Brasil, viu-se obrigado a voltar a Portugal na sequência da Revolução de 1820. Os poucos anos como monarca constitucional ficaram marcados pelas divisões entre liberais e absolutistas. (biografia na p. 69)

D. Pedro IV (1798-1834)
Segundo filho varão de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, teve um papel decisivo na independência do Brasil. Em 1826, abdicou do trono português e outorgou a Carta Constitucional. A sua liderança durante a guerra civil foi determinante para a vitória das forças liberais. (biografia na p. 71)

D. Miguel (1802-1866)
Terceiro filho varão de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Em 1828, depois de um exílio na Áustria, regressou a Portugal, proclamando-se rei absoluto.

D. Maria II (1819-1853)
Filha de D. Pedro, tornou-se rainha de Portugal em 1826. A reação absolutista de D. Miguel afastou-a de Portugal, tendo regressado ao poder com a vitória definitiva do liberalismo, em 1834. (biografia na p. 81)

- O ódio dos partidários do Antigo Regime juntou-se à insatisfação popular com a legislação socioeconómica e ao descontentamento burguês com a perda do mercado brasileiro, na sequência da independência do Brasil.
- Apesar de os vintistas terem declarado que não pretendiam subverter as instituições-base do país (monarquia e religião católica), a nobreza e o clero mais conservadores encetaram a **contrarrevolução absolutista**. Esta **resistência ao Liberalismo**, encabeçada por D. Miguel, cedo se manifestou com as tentativas de golpe absolutista da Vila-Francada (1823) e da Abrilada (1824).
- O falecimento de D. João VI, em 1826, proporcionou uma nova eclosão às tensões que desestabilizavam a cena política dos últimos anos. A outorga da **Carta Constitucional** por D. Pedro IV, no mesmo ano, bem procurou conciliar o Portugal velho com a nova ordem liberal, mas não conseguiu impedir a restauração do absolutismo com D. Miguel.
- Só ao cabo de uma **guerra civil** de dois anos (1832-1834), a Carta Constitucional foi reposta e o Liberalismo triunfou definitivamente. D. Maria II, a filha em que D. Pedro abdicara, tornou-se, finalmente, rainha de Portugal.

O novo ordenamento político e socioeconómico (1832/34-1851)

- Entretanto, a **legislação de Mouzinho da Silveira** encarregou-se de liquidar os privilégios socioeconómicos do Antigo Regime que entravavam o desenvolvimento do país. A libertação da terra fez-se acompanhar da libertação do comércio e, de um modo geral, da eliminação de situações de privilégio no domínio económico. Outras medidas passaram por uma nova organização administrativa do país e por reformas judiciais.
- Mas, se vitorioso em 1834, o Liberalismo confrontou-se com constantes sobressaltos. Os radicais não cessaram de criticar os cartistas no poder e renasceram com o **setembrismo**, que liderou o país de 1836 a 1842.
- Os setembristas, indo ao encontro das prioridades da pequena e da média burguesias, optaram pelas seguintes linhas de atuação: fomento da indústria nacional através da adoção de medidas protecionistas; exploração colonial em África como alternativa à perda do mercado brasileiro; reforma do ensino primário, secundário e superior.
- Em 1842, o **cabralismo** triunfou e trouxe, novamente, a ordem política da Carta. Costa Cabral, exercendo o poder de forma autoritária, tomou medidas que, do ponto de vista socioeconómico, contribuíram para o desenvolvimento do país, através da facilitação do crédito e da modernização das vias de comunicação. Ao autoritarismo cabralista opôs-se, por sua vez, uma vasta coligação de setembristas, de nostálgicos miguelistas e de cartistas puros, revoltados com as medidas da governação de Costa Cabral.
- **O reino mergulhou de novo na guerra civil** (1846-1847) e foi necessária a intervenção estrangeira para segurar o trono de D. Maria II. A acalmia política chegou, por fim, em 1851, com o movimento da Regeneração.

Lugares

Rio de Janeiro A presença da família real e da corte, entre 1808 e 1821, favoreceu o desenvolvimento urbanístico desta cidade e valorizou-a política, económica e culturalmente.

Datas

1807-1811 Invasões francesas
1820 Eclosão da revolução liberal portuguesa
1822 Primeira Constituição portuguesa; independência do Brasil
1826 Carta Constitucional
1832-1834 Guerra civil
1836 Revolução de Setembro
1842 Ditadura de Costa Cabral
1846-1847 "Maria da Fonte" e "Patuleia"

Palavras-chave

Vintismo Tendência do liberalismo português, instituída na sequência da Revolução de 1820 e consagrada na Constituição de 1822. (conceito na p. 69)
Carta Constitucional Documento regulador da vida política de um Estado outorgado pelo governante. (conceito na p. 79)
Cartismo Projeto político do liberalismo moderado defensor da legalidade da Carta Constitucional, outorgada por D. Pedro IV em 1826. (conceito na p. 81)
Setembrismo Fação radical do liberalismo português que vigorou entre 1836 e 1842. (conceito na p. 87)
Cabralismo Período marcado pela restauração da Carta Constitucional e pela governação de Costa Cabral. (conceito na p. 99)

Relembrar

DOC D A luta pela independência grega

Byron empenhou-se na luta do povo grego contra o domínio turco depois de, numa viagem que fizera à Grécia, testemunhar as condições miseráveis em que os Gregos viviam. Em 1821, partiu com um exército privado para combater na Guerra da Independência grega. Faleceu em 1824, vítimado por uma febre, durante o segundo cerco de Missolonghi.

A Grécia nas Ruínas de Missolonghi, de Eugène Delacroix (1826).

DOC E O poeta-soldado

Por mais que a oprima um jugo, é esta sempre
A pátria deles, e a mansão da glória!
A Grécia! – há de levar sempre este nome
Um som despertador ao mundo inteiro.
Varão que aspira a perpetrar façanhas,
Lá põem na Grécia o fito, e abjura as normas
Que somente os tiranos sancionaram;
Para lá olha, e se arremessa aonde
Conquiste a Liberdade, ou deixe a vida.

Lord Byron, *O Cerco de Corinto* (1816).

Desprezando a moral e os costumes de uma época inteira, partiu para oriente, onde secretamente os românticos conspiravam. [...] partiu para a Grécia procurando
a excitação no combate, uma morte heroica, um largo espaço por túmulo.
Partiu para a Grécia, onde
os massacres provocaram a repulsa da Europa contra as tiranias. [...] Doente, ainda se imaginou lutando, em delírio. Não se sabe, ao certo, onde foi enterrado. Talvez na vasta superfície da Arcádia. E sobre o seu túmulo ainda hoje o vento uiva, na solidão desabrigada da planície, entre os arbustos estreis e as oliveiras.

Nuno Júdice, *Byron ebandona o país*, 1999 (adaptado).

Analise dos documentos

1. Identifique duas características do Romantismo presentes no poema de Byron reproduzido no Doc. E.
2. Transcreva uma frase do Doc. C que evidencie a atração dos românticos pelo passado.
3. Apresente dois aspetos da pintura romântica presentes no quadro de Cristino da Silva (Doc. C).
4. Identifique os povos personificados na mulher e no homem esmagado do quadro de Delacroix (Doc. D).
5. Apresente, a partir da análise dos textos do Doc. E, dois contributos de Byron para a causa da independência grega.

Síntese

6. Explicite três características da obra e da vida de Byron que justificam o título deste Dossiê.

Relembrar

3 O legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX

O Estado como garante da ordem liberal

- Os regimes liberais da primeira metade do século XIX, numa clara oposição ao Absolutismo, fineram dos **Direitos do Homem** a bandeira da sua ideologia, entendendo caber ao Estado a preservação da liberdade, da igualdade, da segurança e da propriedade.
- Para tal, o poder político funcionaria na base da **separação dos poderes** e da **soberania nacional**, garantidas, bem como os direitos do indivíduo, em **textos constitucionais**.
- O Estado neutro, que respeitava e defendia os direitos individuais, assumiu-se também como um **Estado laico** que separava as esferas temporal e espiritual e secularizava as instituições. Foi neste contexto que os liberais encetaram uma série de reformas destinadas a emancipar o indivíduo e o Estado da tutela da Igreja.
- Sob o posto de vista económico, o Liberalismo defendeu a **livre iniciativa** e a abolição dos monopólios, considerando a **livre concorrência** como o garante da ordem, da justiça e do progresso da sociedade.
- Porém, o Liberalismo então vigente conheceu restrições. Limitou o exercício da soberania aos mais abastados e esclarecidos, através do **sufrágio censitário**, enquanto as mulheres ficaram afastadas de qualquer dos atributos da cidadania.
- Contraditória era também a manutenção do tráfico de escravos. Só depois de muitas polémicas e conflitos armados, inclusive, **a escravatura foi abolida**.

O Romantismo

- Concomitantemente, nas artes, o **Romantismo** foi a **expressão da ideologia liberal**. Na literatura, na música e nas artes plásticas propôs uma nova estética, afastada dos cânones nacionalistas clássicos, fantasiosa, imaginativa, sentimental, individualista e nacionalista.
- O Romantismo, com efeito, não se limitou ao culto do eu ou às paixões individuais e os românticos acabaram comprometidos política e socialmente. Sustentaram lutas contra a tirania absolutista, exprimiram os anseios de afirmação da burguesia e combateram em favor dos povos oprimidos.
- Este empenhamento romântico nas causas independentistas e libertárias dos povos teve como pano de fundo a agitação revolucionária que varreu a Europa na primeira metade do século XIX. Os povos descobriram-se, então, como nações, com direito a disporem de si mesmas e a constituírem-se como estados autónomos. Este foi o **princípio das nacionalidades** que o liberalismo adotou como bandeira.
- Em Portugal, o Romantismo acompanhou, também, a ideologia política do Liberalismo. **Almeida Garrett** e **Alexandre Herculano** foram, na literatura, os introdutores desta nova corrente, com a qual se haviam familiarizado durante o seu exílio, que lhes permitira o contacto com escritores românticos franceses, ingleses e alemães. Por exemplo, o romancista inglês Walter Scott foi uma espécie de mestre para Herculano, enquanto Garrett não escondeu a sua predileção pelo escritor alemão Goethe.

Personalidades

Adam Smith (1723-1790)
Filósofo e economista escocês, tornou-se o mais importante teórico do liberalismo económico, procurando demonstrar que a riqueza das nações resultava da livre atuação do indivíduo.

Marquês Sá da Bandeira (1795-1876)
Várias vezes ministro e chefe do governo, interveio de forma significativa na vida das colónias, desempenhando um papel determinante na abolição da escravatura. (Biografia na p. 95)

Almeida Garrett (1799-1854)
Poeta e romancista, dramaturgo e ensaísta, foi o introdutor do Romantismo em Portugal. (Biografia na p. 103)

Datas

1833 Abolição da escravatura nas colónias britânicas
1848 Abolição definitiva da escravatura e do seu tráfico nas colónias francesas
1863-65 Abolição da escravatura pelos Estados Unidos
1869 Abolição da escravatura por Portugal

Palavras-chave

Estado laico Estado em que não existe privilégio ou intervenção de qualquer confissão religiosa. (Conceito na p. 105)
Liberalismo económico Doutrina que recusa qualquer intervenção do Estado em matéria económica. (Conceito na p. 106)

3 O legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX

3.1 O Estado como garante da ordem liberal
3.2 O Romantismo, expressão da ideologia liberal

- Conteúdos essenciais
- Saberes complementares

Aprendizagens

- Compreender que os princípios de igualdade de direitos e de soberania nacional se contrapõem à legitimidade dinástica.
- Avaliar alterações de mentalidade e de comportamentos que acompanharam as revoluções liberais: o cidadão ator político, o direito à propriedade e à livre iniciativa.
- Problematizar a abolição da escravatura, na Europa e em Portugal.
- Avaliar o contributo das revoluções liberais para os regimes democráticos contemporâneos.
- Identificar as características do Romantismo.
- Distinguir os princípios estéticos do Romantismo nas artes.
- Exemplificar manifestações literárias e artísticas do Romantismo em Portugal.

Aprendizagens essenciais

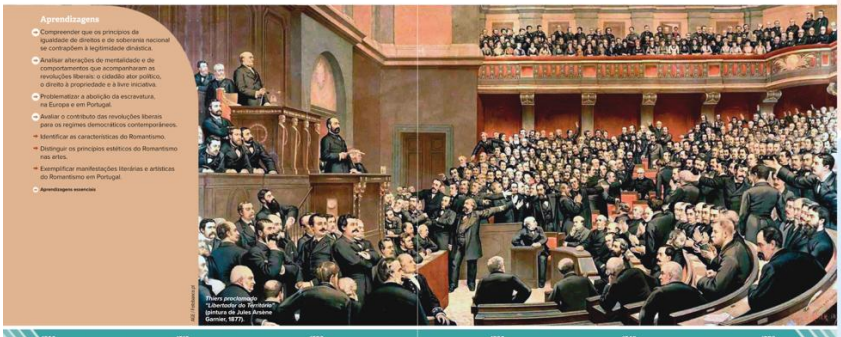
Introdução

Fruto da ideologia das Luzes e das Revoluções Liberais, o Liberalismo expandiu-se no mundo ocidental durante a primeira metade do século XIX. Defendeu, antes de mais, a liberdade individual, a igualdade perante a lei e a propriedade privada, entendendo caber ao Estado a preservação destes princípios burgueses.

A ideologia liberal fez-se sentir não só no plano político, ao concretizar a separação de poderes e a soberania nacional garantidas pelos textos constitucionais, mas também no plano económico, ao promover a livre iniciativa e a livre concorrência.

Porém, este período pautou-se por algumas limitações aos Direitos do Homem, com especial destaque para a persistência da escravatura, prática só abolida após muitas polémicas e, inclusive, conflitos armados.

Também as artes deram corpo à ideologia liberal, através de uma nova estética, fantasiosa, imaginativa, sentimental, individualista e nacionalista – o Romantismo.



Thiers proclamando "Liberdade do Território", pintura de Jules Arsène Garnier, 1877).

Apêndice V – Grelha de Análise do manual de História 11ºano – 3ªparte

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

41. Disciplina

História A

42. Ano

11ºano Parte 3

43. Título

Entre Tempos

44. Autor(es)

Maria Antónia Monterroso Rosas Célia Pinto do Couto Alfredo Costa Ana Cristina Santos

45. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

46. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

47. Ano de publicação

2022

48. Editora

Porto Editora Porto Editora

49. Edição

2022

50. Nº de páginas

161

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	11	18	2
b) Cidadania juvenil	4	7	
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)			
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	1	3	
TOTAL	15	28	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual de história foi selecionado por se tratar de uma disciplina que desempenha um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Está também ligada à construção da memória coletiva e à legitimação de modelos sociais e políticos.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    u) Nível UE (3)
    v) Nível Nacional (15)
    w) Nível Local (0)
    x) Outras regiões (para além da UE) (1)
    y) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (0)

13.1 Parágrafos representativos:

"A organização social do século XIX estrutura-se em função do poder económico, da situação profissional e do grau de instrução de cada um. Desaparecidos os privilégios de nascimento, serão estes os critérios que ditarão as diferenças sociais. Mais flexível e dinâmica, a nova sociedade de classes permite a mobilidade social e aceita-a com bons olhos. O esforço, o trabalho, a poupança, o investimento e a educação tornam-se as alavancas da ascensão social" (pág.55)

"As classes médias apresentavam-se como um mundo heterogéneo. Sem contacto com o trabalho manual, mas também sem controlarem os grandes meios de produção, as classes médias deviam o seu nome ao facto de, na hierarquia social, se situarem entre o proletariado e a alta burguesia (Doc. 13). Muitos dos seus elementos provinham, aliás, dos estratos populares, e alguns ascendiam ao topo da sociedade. As classes médias ilustram bem a mobilidade ascensional da nova sociedade de classes" (pág.61)

"Na composição das classes médias integram-se os pequenos industriais, bem como os pequenos proprietários de terras ou outros imóveis que lhes garantem um rendimento confortável. Foi, porém, ao desenvolvimento do setor terciário que as classes médias deveram o seu incremento. Lojistas, empregados de escritório, telegrafistas, técnicos superiores, profissionais liberais, professores e muitas outras profissões ligadas ao comércio e aos serviços conheceram um crescimento extraordinário" (pág. 61)

"Ocupavam-se da correspondência, da contabilidade, da movimentação de uma série de documentos. Apesar de nem sempre os seus vencimentos lhes parecerem suficientes, a verdade é que o seu grau de instrução, o seu traje, as suas maneiras distinguiam-nos do mundo do trabalho fabril. Quanto às profissões liberais (advogados, médicos, farmacêuticos, engenheiros, notários, intelectuais, artistas), pouco cresceram em percentagem, mas, desde 1870-1880, valorizaram-se, pois, o saber científico conferia-lhes autoridade e estatuto "(pág.61)

"Os professores foram uma profissão de sucesso em finais do século XIX. Oriundos, frequentemente, do campesinato, ilustravam a mobilidade social tão cara às classes médias e à sociedade burguesa. Embora o seu ordenado fosse modesto, a verdade é que o seu saber lhes granjeava consideração social, cabendo-lhes a tarefa de disseminar os valores burgueses e patrióticos. Foram, por isso, um dos sustentáculos da nova ordem." (pág. 63)

“A primeiras ações do movimento operário circunscreveram-se a sublevações locais que fracassaram, por falta de organização. Foi o caso do ludismo particularmente forte entre 1811-1818, na Grã-Bretanha, que levou os trabalhadores a invadirem as fábricas para destruir as máquinas que ameaçavam o seu trabalho e a incendiarem as habitações dos industriais. (Doc. 23) Insurreições espontâneas, estalaram por toda a Europa e foram duramente reprimidas pelas autoridades” (pág.73)

“No sindicalismo residiu, porém, o futuro do movimento operário. Consistiu na criação de associações de trabalhadores para defesa dos seus interesses profissionais. Os operários contribuíam com as necessárias quotas e os sindicatos propunham-se lutar pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, recorrendo, se necessário, à greve, como forma de pressionar a entidade patronal” (pág.73)

“sucessão de modos de produção diferenciados (o esclavagismo, o feudalismo e o capitalismo) e que a passagem de um modo de produção a outro se deveu à luta de classes entre opressores e oprimidos. Explicou a luta de classes pelas condições materiais de existência e fez dela o verdadeiro motor da História” (pág.77)

“Bernstein repudia a via revolucionária e defende o papel da atuação parlamentar e sindical na consecução dos objetivos da classe operária. Propõe a evolução pacífica, gradual e reformista do capitalismo para o socialismo, substituindo a luta de classes e a ditadura do proletariado por um clima de entendimento entre os partidos operários e burgueses” (pág.78)

“De facto, este entendimento permitiu aos Estados do mundo ocidental um conjunto de conquistas democráticas, que aperfeiçoaram o sistema representativo liberal. O direito de voto, inicialmente restrito a quem tivesse determinado grau de fortuna, foi progressivamente alargado às classes trabalhadoras, caminhando para o sufrágio universal. Mais representativos, os parlamentos ganharam força, consolidando o sistema político que persiste até aos nossos dias: o demoliberalismo” (pág.78)

“A evolução para um regime mais democrático implicou reformas do sistema eleitoral (Doc. 1B): as restrições financeiras ao exercício da cidadania foram levantadas, a idade do voto reduzida (de um modo geral, para os 21 anos) e institui-se progressivamente o voto secreto, mais livre e independente.” (pág.83)

“A atribuição do direito de voto, em igualdade de circunstâncias, aos cidadãos ricos e pobres, ainda que restrito aos indivíduos do sexo masculino, representou, na época, um passo gigantesco em direção à igualdade, de tal forma que se considerou atingido o sufrágio universal2” (pág.83)

“Foi nos Estados Unidos e no Norte da Europa que esta evolução se fez sentir mais precocemente, causando a admiração de muitos contemporâneos (Doc. 1A). A evolução para um regime mais democrático implicou reformas do sistema eleitoral (Doc. 1B): as restrições financeiras ao exercício da cidadania foram levantadas, a idade do voto reduzida (de um modo geral, para os 21 anos) e institui-se progressivamente o voto secreto, mais livre e independente” (pág. 83)

"À medida que o sufrágio abrangia as classes médias e o proletariado, uma nova classe política surgia. Os "notáveis", recrutados nas elites burguesas e aristocráticas, tenderam a ser substituídos por membros das profissões liberais e até por operários. E, para que os menos abastados pudessem ocupar lugares na governação, instituiu-se a remuneração dos cargos políticos, através da atribuição de subsídios parlamentares aos deputados." (pág.83)

"Apesar de todas estas inegáveis conquistas, promotoras da liberdade e da igualdade políticas, a verdade é que a democracia representativa teve os seus excluídos 2). Afastados do voto estavam as mulheres (à exceção da Finlândia, em 1906, e da Noruega, em 1907), os negros (à exceção dos EUA desde 1869) e, de uma forma geral, os analfabetos" (pág. 83/84)

"Na região dos Balcãs, o nacionalismo recrudesce entre os povos recentemente libertados do Império Turco: a Bósnia não aceita a anexação pela Áustria- Hungria, a Sérvia recusa o enclave resultante da criação da Albânia e os macedónios sofrem a sua divisão entre a Grécia e a Sérvia (Doc. 4). Estas aspirações de liberdade caminharam para uma situação política explosiva: em 1914, o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono da Áustria-Hungria, por um nacionalista sérvio da Bósnia-Herzegovina, acenderia a I Guerra Mundial" (pág.85)

"Animado de um forte espírito de intervenção cívica, o grupo decide organizar, em 1871, no Casino Lisbonense, ao Chiado, uma série de Conferências Democráticas, de entrada praticamente gratuita, subordinadas a temas candentes que abarcam a política, a sociedade, o ensino, a literatura e a religião" (pág. 151

"O ciclo das conferências não chegou a completar-se. Rodeadas de grande polémica, foram interrompidas pela proibição do Governo que as acusou de "sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado". O grupo, porém, persistiu no seu intento de renovação, através da intervenção literária, da participação direta na política e da defesa das causas sociais." (pág.151)

"Apesar de, com brilhantismo e ousadia, terem marcado a sua época, os membros da Geração de 70 sentiram-se derrotados pelo imobilismo nacional, que não conseguiram subverter. Em meados da década seguinte, tornam-se "Os Vencidos da Vida", designação irónica que a si mesmo atribuem e que mostra o seu envelhecer desalentado por uma missão que consideram falhada. E, no entanto, a lufada de modernidade que a Geração de 70 introduziu continuará a dar os seus frutos, alimentando, em parte, a efervescência ideológica que marcou o fim da monarquia e abrindo o caminho a novas correntes literárias e artísticas." (pág.151)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:
    u) Nível UE 0
    v) Nível Nacional (7)
    w) Nível Local
    x) Outras regiões (para além da UE)
    y) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

14.1 Parágrafos representativos:

"Foi, porém, no domínio do ensino público que a Primeira República deixou a sua obra mais duradoura. Considerada condição indispensável da participação política, a instrução fora uma das principais bandeiras do republicanismo, que considerava a taxa de analfabetismo portuguesa (75%) escandalosa e indigna de um país europeu. Assim, foi reiterada a obrigatoriedade e gratuitidade do ensino primário (entre os 7 e os 10 anos), reforçando-se os meios da sua efetivação com a criação de escolas e um programa de formação de professores. Igualmente se renovou o ensino técnico e universitário, datando desta época as universidades de Lisboa e Porto" (pág.126)

"Por estas razões, a segunda metade do século XIX corresponde, nos países industrializados, à época da alfabetização (Docs. 6 e 7). O ensino primário torna-se obrigatório, tendo o pagamento dos professores transitado para o poder central, que assumiu, também, a construção da necessária rede de escolas. Assim nasceu a escola pública, obrigatória e laica, que persistiu até aos nossos dias." (pág.135)

"Igual impulso sofreram os ensinos secundário e superior, necessários à formação dos quadros médios e da vaga de engenheiros, médicos, advogados e outras profissões liberais que marcaram esta época. Para além de crescerem em número, liceus, escolas técnicas e universidades procuraram renovar os seus currículos e métodos pedagógicos de acordo com os progressos das ciências e as necessidades do mundo do trabalho. Foi então que, nos currículos do ensino secundário, se estruturou uma via científica, como alternativa à educação humanística herdada do Renascimento" (pág.135)

"Nela, num tom irreverente, o jovem estudante insurge-se contra o conservadorismo dos intelectuais portugueses, contrapondo-lhes a "novidade" europeia: "Quem pensa e sabe hoje na Europa, não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim" (pág. 151)

"Juntos, formam uma elite intelectual jovem que abraça entusiasticamente a fé cientista no progresso, bem como a crença no papel da literatura como meio da transformação social. A história conhecê-los-á por Geração de 70." (pág.151)

"Animado de um forte espírito de intervenção cívica, o grupo decide organizar, em 1871, no Casino Lisbonense, ao Chiado, uma série de Conferências Democráticas, de entrada praticamente gratuita, subordinadas a temas candentes que abarcam a política, a sociedade, o ensino, a literatura e a religião" (pág. 151)

"O ciclo das conferências não chegou a completar-se. Rodeadas de grande polémica, foram interrompidas pela proibição do Governo que as acusou de "sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado". O grupo, porém, persistiu no seu intento de renovação, através da intervenção literária, da participação direta na política e da defesa das 2 causas sociais." (pág. 151)

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):

p) Nível UE - 0
q) Nível Nacional - 0
r) Nível Local - 0
s) Outras regiões (para além da UE) - 0
t) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

u) Nível UE - 2
v) Nível Nacional - 0
w) Nível Local - 0
x) Outras regiões (para além da UE) - 0
y) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

"A atribuição do direito de voto, em igualdade de circunstâncias, aos cidadãos ricos e pobres, ainda que restrito aos indivíduos do sexo masculino, representou, na época, u m passo gigantesco em direção à igualdade, de tal forma que se considerou atingido o sufrágio universal" (pág.83)

"Apesar de todas estas inegáveis conquistas, promotoras da liberdade e da igualdade p olíticas, a verdade é que a democracia representativa teve os seus excluídos 2). Afasta dos do voto estavam as mulheres (à exceção da Finlândia, em 1906, e da Noruega, em 1907), os negros (à exceção dos EUA desde 1869) e, de uma forma geral, os analfabet os" (pág. 83/84)

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (☐)*mais do que uma opção*]:

❻🗋 **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política). ☐

q) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante;

identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária). ☒

r) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)). ☒

s) **Outra** ☐(Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"No sindicalismo residiu, porém, o futuro do movimento operário. Consistiu na criação de associações de trabalhadores para defesa dos seus interesses profissionais. Os operários contribuíam com as necessárias quotas e os sindicatos propunham-se lutar pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, recorrendo, se necessário, à greve, como forma de pressionar a entidade patronal" (pág.73)

"A falta de um programa coerente de governo, a incompetência de muitos dos seus elementos, as rivalidades e interesses mesquinhos que tantas vezes se sobrepunham ao interesse nacional foram desgastando a imagem da classe política portuguesa. Os governos tornaram-se alvo de duras críticas e sobre o rei, que os nomeava, passaram a pesar as culpas dos males que afligiam o país." (pág.113)

"Embora esses sonhos não se tenham concretizado, os novos dirigentes procuraram dar cumprimento às promessas do Partido Republicano: com vista à pretendida igualdade social, foram abolidos todos os privilégios de nascimento, títulos nobiliárquicos e, até, as ordens honoríficas; no plano da justiça social, foi reconhecido o direito à greve, regulamentou-se o horário de trabalho e instituiu-se o descanso obrigatório aos domingos para a maioria dos assalariados (Doc. 26B e C). Em 1916, surgiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo-se investido nas áreas da habitação social, da saúde e da assistência. dando cumprimento ao laicismo e anticlericalismo, que sempre marcaram os ideais republicanos, promulgou-se a Lei da Separação do Estado e das Igrejas (1911), pela qual o catolicismo deixou de ser a religião oficial se a Lei da Separação do Estado e das Igrejas (1911), pela qual o catolicismo deixou de ser a religião oficial" (pág.125)

"Juntos, formam uma elite intelectual jovem que abraça entusiasticamente a fé cientista no progresso, bem como a crença no papel da literatura como meio da transformação social. A história conhecê-los-á por Geração de 70." (pág. 151)

"Animado de um forte espírito de intervenção cívica, o grupo decide organizar, em 1871, no Casino Lisbonense, ao Chiado, uma série de Conferências Democráticas, de entrada praticamente gratuita, subordinadas a temas candentes que abarcam a política, a sociedade, o ensino, a literatura e a religião" (pág.151)

"O ciclo das conferências não chegou a completar-se. Rodeadas de grande polémica, foram interrompidas pela proibição do Governo que as acusou de "sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado". O grupo, porém, persistiu no seu intento de renovação, através da intervenção literária, da participação direta na política e da defesa das 2 causas sociais" (pág.151)

"Apesar de, com brilhantismo e ousadia, terem marcado a sua época, os membros da Geração de 70 sentiram-se derrotados pelo imobilismo nacional, que não conseguiram subverter. Em meados da década seguinte, tornam-se "Os Vencidos da Vida", designação irónica que a si mesmo atribuem e que mostra o seu envelhecer desalentado por uma missão que consideram falhada. E, no entanto, a lufada de modernidade que a Geração de 70 introduziu continuará a dar os seus frutos, alimentando, em parte, a efervescência ideológica que marcou o fim da monarquia e abrindo o caminho a novas correntes literárias e artísticas." (pág.151)

c) Participação política

"A primeiras ações do movimento operário circunscreveram-se a sublevações locais que fracassaram, por falta de organização. Foi o caso do ludismo particularmente forte entre 1811-1818, na Grã-Bretanha, que levou os trabalhadores a invadirem as fábricas para destruir as máquinas que ameaçavam o seu trabalho e a incendiarem as habitações dos industriais. (Doc. 23) Insurreições espontâneas, estalaram por toda a Europa e foram duramente reprimidas pelas autoridades" (pág.73)

"A primeira metade do século XIX caracterizou-se, politicamente, por um liberalismo moderado. A maioria das constituições que vieram pôr fim ao poder absoluto dos monarcas reservou o direito de voto apenas àqueles que tinham um certo grau de riqueza, isto é, instituíram o sufrágio censitário. Este tratamento desigual, que fazia da riqueza uma condição da cidadania, mereceu a contestação de muitos. Entre avanços e recuos, o liberalismo foi caminhando no sentido de uma participação política mais alargada, que conferia maior representatividade aos governantes eleitos: o demoliberalismo."(pág.83)

"A atribuição do direito de voto, em igualdade de circunstâncias, aos cidadãos ricos e pobres, ainda que restrito aos indivíduos do sexo masculino, representou, na época, um passo gigantesco em direção à igualdade, de tal forma que se considerou atingido o sufrágio universal" (pág.83)

“À medida que o sufrágio abrangia as classes médias e o proletariado, uma nova classe política surgia. Os “notáveis”, recrutados nas elites burguesas e aristocráticas, tenderam a ser substituídos por membros das profissões liberais e até por operários. E, para que os menos abastados pudessem ocupar lugares na governação, instituiu-se a remuneração dos cargos políticos, através da atribuição de subsídios parlamentares aos deputados. “(pág.83)

“Apesar de todas estas inegáveis conquistas, promotoras da liberdade e da igualdade políticas, a verdade é que a democracia representativa teve os seus excluídos 2). Afastados do voto estavam as mulheres (à exceção da Finlândia, em 1906, e da Noruega, em 1907), os negros (à exceção dos EUA desde 1869) e, de uma forma geral, os analfabetos” (pág. 83/84)

“Sob o ponto de vista político, foi com a Regeneração que o Liberalismo atingiu, em Portugal, a sua maturidade. A pacificação do país e a revisão da Carta Constitucional, pelo Ato Adicional de 1852, criaram as condições favoráveis ao regular funcionamento das instituições políticas. O alargamento do sufrágio, as eleições diretas para a Câmara dos Deputados e o rotativismo partidário (alternância no poder dos partidos políticos, de acordo com os resultados eleitorais) permitiram conciliar as várias tendências do Liberalismo e harmonizar os interesses da alta burguesia com os das camadas rurais e das pequena e média burguesias.” (pág.93)

“Sob o ponto de vista político, foi com a Regeneração que o Liberalismo atingiu, em Portugal, a sua maturidade. A pacificação do país e a revisão da Carta Constitucional, pelo Ato Adicional de 1852, criaram as condições favoráveis ao regular funcionamento das instituições políticas. O alargamento do sufrágio, as eleições diretas para a Câmara dos Deputados e o rotativismo partidário (alternância no poder dos partidos políticos, de acordo com os resultados eleitorais) permitiram conciliar as várias tendências do Liberalismo e harmonizar os interesses da alta burguesia com os das camadas rurais e das pequena e média burguesias” (pág.93)

“O sistema político português assentava, nesta época, num rotativismo partidário, isto é, na alternância, à frente do Governo, dos dois principais partidos monárquicos, o Regenerador e o Progressista que manipulavam em seu favor as eleições e a vida política em geral.” (pág.113)

“A implantação da República, em 5 de outubro de 1910 levou o Partido Republicano ao poder. Fora ele que preparara a revolução; era ele, também, a única força política capaz de exercer a autoridade. De imediato se constituiu um Governo Provisório, presidido pelo velho e respeitado republicano Dr. Teófilo Braga (Doc. 24). No ano seguinte realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a qual, num tempo recorde (2 meses), elaborou a Constituição Política da República Portuguesa, aprovada em 21 de agosto de 1911.”(pág. 123)

“Constituição de 1911 conferiu um relevo especial ao poder legislativo, uma vez que nele residia a representatividade da Nação. Nos termos da nova Constituição, o poder legislativo pertencia ao Congresso da República, composto por duas câmaras – a dos Deputados e o Senado, ambas eleitas por sufrágio direto e universal, embora com restrições.”(pág. 123)

"O predomínio do poder legislativo expressava-se nas vastas competências do Congresso. Cabia-lhe a legislação em geral, assim como muitas matérias de que dependia o exercício regular do Governo e da Administração Pública. Responsáveis politicamente perante o Congresso, os ministros eram obrigados a comparecer nas suas sessões, recebendo votos de confiança ou de censura das respetivas câmaras." (pág. 123)

"A superioridade do Congresso era, ainda, visível na figura do presidente da República. O Congresso elegia-o por quatro anos, em mandato não renovável; o Congresso podia destituí-lo" (pág.123)

"O ciclo das conferências não chegou a completar-se. Rodeadas de grande polémica, foram interrompidas pela proibição do Governo que as acusou de "sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado". O grupo, porém, persistiu no seu intento de renovação, através da intervenção literária, da participação direta na política e da defesa das 2 causas sociais" (pág.151)

"Apesar de, com brilhantismo e ousadia, terem marcado a sua época, os membros da Geração de 70 sentiram-se derrotados pelo imobilismo nacional, que não conseguiram subverter. Em meados da década seguinte, tornam-se "Os Vencidos da Vida", designação irónica que a si mesmo atribuem e que mostra o seu envelhecer desalentado por uma missão que consideram falhada. E, no entanto, a lufada de modernidade que a Geração de 70 introduziu continuará a dar os seus frutos, alimentando, em parte, a efervescência ideológica que marcou o fim da monarquia e abrindo o caminho a novas correntes literárias e artísticas." (pág.151)

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

m) Informativo ☒
n) Reflexivo / Interpretativo ☒
o) Outro ☐(Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

m) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
n) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
o) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos encontram-se no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1 Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

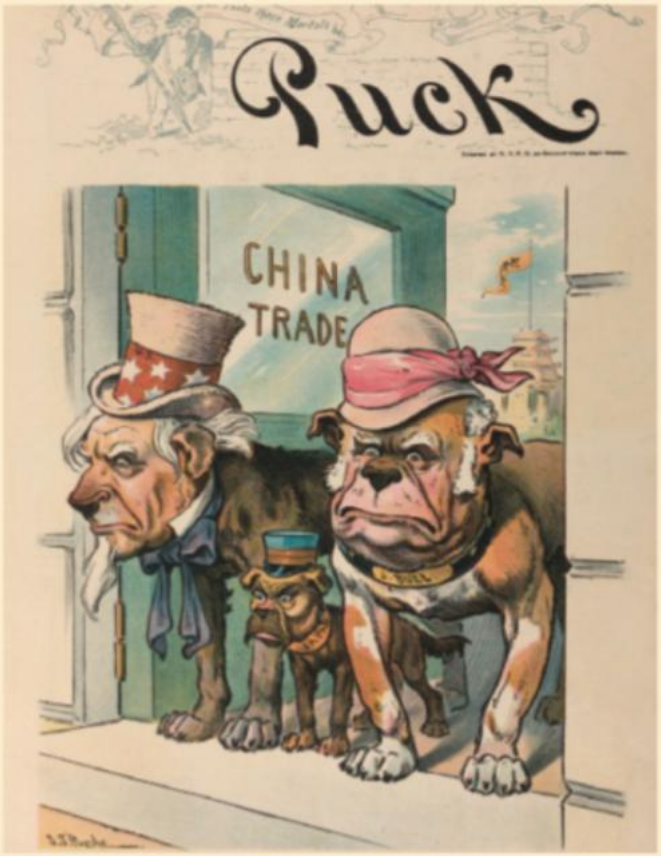
"A organização social do século XIX estrutura-se em função do poder económico, da situação profissional e do grau de instrução de cada um. Desaparecidos os privilégios de nascimento, serão estes os critérios que ditarão as diferenças sociais. Mais flexível e dinâmica, a nova sociedade de classes permite a mobilidade social e aceita-a com bons olhos. O esforço, o trabalho, a poupança, o investimento e a educação tornam-se as alavancas da ascensão social" (pág.55) Nível 2

"Na composição das classes médias integram-se os pequenos industriais, bem como os pequenos proprietários de terras ou outros imóveis que lhes garantem um rendimento confortável. Foi, porém, ao desenvolvimento do setor terciário que as classes médias deveram o seu incremento. Lojistas, empregados de escritório, telegrafistas, técnicos superiores, profissionais liberais, professores e muitas outras profissões ligadas ao comércio e aos serviços conheceram um crescimento extraordinário" (pág. 61) Nível 2

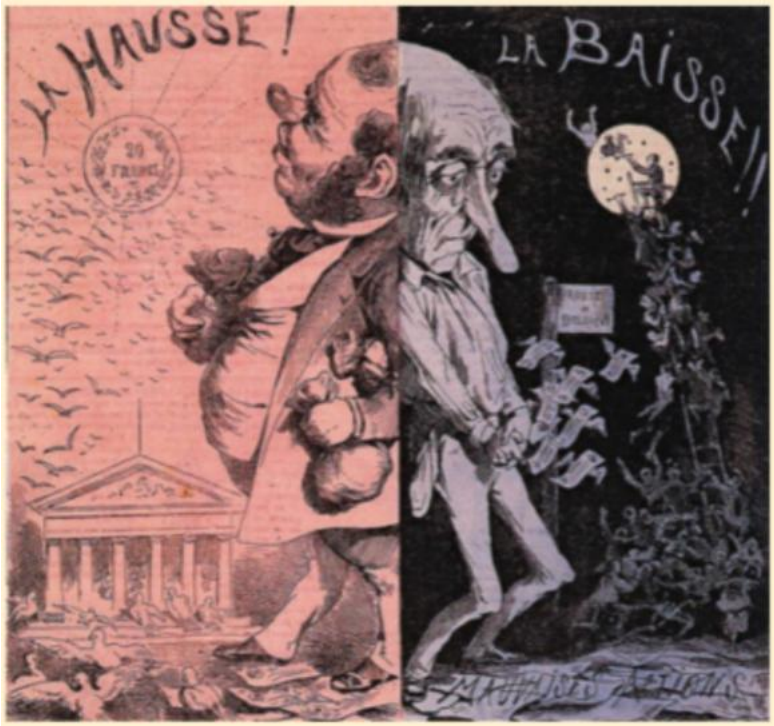
"Os professores foram uma profissão de sucesso em finais do século XIX. Oriundos, frequentemente, do campesinato, ilustravam a mobilidade social tão cara às classes médias e à sociedade burguesa. Embora o seu ordenado fosse modesto, a verdade é que o seu saber lhes granjeava consideração social, cabendo-lhes a tarefa de disseminar os valores burgueses e patrióticos. Foram, por isso, um dos sustentáculos da nova ordem." (pág. 63) Nível 2

"No sindicalismo residiu, porém, o futuro do movimento operário. Consistiu na criação de associações de trabalhadores para defesa dos seus interesses profissionais. Os operários contribuíam com as necessárias quotas e os sindicatos propunham-se lutar pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, recorrendo, se necessário, à greve, como forma de pressionar a entidade patronal" (pág.73) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo



A América, o Japão e a Inglaterra (à direita) guardam a porta do comércio chinês. Capa da revista americana *Puck*, 1902



O sobe e desce da Bolsa. Caricatura de André Gill para o jornal francês *La Lune*, 1866.
Em cima, à esquerda: "A Alta"; à direita: "A Baixa".
Sobre os papéis caídos no chão, à direita: "ações más".

ETHAL1-P3 © Porto Editora

c) Outro

20.Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo* (☐) *correspondente*).

Sim ☐ Não ☒

Se sim, por favor, dar exemplos…

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

u) Estatuto da cidadania ☐
v) Género ☐
w) Etnia ☐
x) Idade ☐
y) Outro Direitos Humanos, Globalização ☒

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

b) Género

c)Etnia

d) Idade

e) Outro

"Por esta via, toda a efervescência intelectual de além-Pirenéus penetrou em Portugal, agitando as consciências, as artes e as letras." (pág.151)

"Nela, num tom irreverente, o jovem estudante insurge-se contra o conservadorismo dos intelectuais portugueses, contrapondo-lhes a "novidade" europeia: "Quem pensa e sabe hoje na Europa, não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim" (pág.151)

"Apesar de, com brilhantismo e ousadia, terem marcado a sua época, os membros da Geração de 70 sentiram-se derrotados pelo imobilismo nacional, que não conseguiram subverter. Em meados da década seguinte, tornam-se "Os Vencidos da Vida", designação irónica que a si mesmo atribuem e que mostra o seu envelhecer desalentado por uma missão que consideram falhada. E, no entanto, a lufada de modernidade que a Geração de 70 introduziu continuará a dar os seus frutos, alimentando, em parte, a efervescência ideológica que marcou o fim da monarquia e abrindo o caminho a novas correntes literárias e artísticas." (pág.151)

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

m) Informativo ☒
n) Reflexivo / Interpretativo ☒
o) Outro ☐ (Por favor, especificar)

_____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

m) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
n) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
o) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Uns excertos encontram-se no Nível 1 e outros no Nível 2.

b) Informativo

"Apesar de, com brilhantismo e ousadia, terem marcado a sua época, os membros da Geração de 70 sentiram-se derrotados pelo imobilismo nacional, que não conseguiram subverter. Em meados da década seguinte, tornam-se "Os Vencidos da Vida", designação irónica que a si mesmo atribuem e que mostra o seu envelhecer desalentado por uma missão que consideram falhada. E, no entanto, a lufada de

modernidade que a Geração de 70 introduziu continuará a dar os seus frutos, alimentando, em parte, a efervescência ideológica que marcou o fim da monarquia e abrindo o caminho a novas correntes literárias e artísticas." (pág.151) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

"Nela, num tom irreverente, o jovem estudante insurge-se contra o conservadorismo dos intelectuais portugueses, contrapondo-lhes a "novidade" europeia: "Quem pensa e sabe hoje na Europa, não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim" (pág.151) Nível 2

"Por esta via, toda a efervescência intelectual de além-Pirenéus penetrou em Portugal, agitando as consciências, as artes e as letras." (pág.151) Nível 1

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim__Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

u) Escrito ☒
v) Iconográfico ☒
w) Mapas ☒
x) Gráficos / Tabelas ☒
y) Outro □ (Por favor, especificar) _____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

Antero de Quental
(1842-1891)

Considerado um dos maiores poetas portugueses, Antero Tarquínio de Quental era filho de um dos 7500 "Bravos do Mindelo", que lutaram ao lado de D. Pedro IV pela causa do Liberalismo. Nasceu em Ponta Delgada (Açores), onde passou a infância e conviveu com o poeta António Feliciano de Castilho (ali radicado por alguns anos), cujo colégio, em Lisboa, frequentará mais tarde.

A ida para Coimbra, onde estudou Direito, traz-lhe novos horizontes e novos amigos. Adere convictamente ao cientismo e às ideias socialistas. Verdadeiro mentor da Geração de 70 foi, nas palavras de Eça, o "grão-capitão das nossas revoltas", tendo ousado afrontar o velho mestre Feliciano de Castilho, a quem endereçou a carta que espoletou a Questão Coimbrã. Coube-lhe proferir a segunda das Conferências do Casino, que intitulou "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos" e que, como seria de esperar, suscitou polémica. Duas décadas mais tarde, desiludido com Portugal e consigo próprio, Antero suicida-se, pela calada da noite, numa pequena praça de Ponta Delgada.

É curioso saber...

A ocidentalização do Japão provocou no país a desvalorização da cultura tradicional e dos seus objetos. Móveis, pinturas, estampas, quimonos, leques foram vendidos por tuta e meia e trazidos para o Ocidente, onde crescia a fascinação pela cultura japonesa. Muito tempo fechado sobre si próprio, o Japão tornou-se presente nas exposições universais, desencadeando uma onda de entusiasmo que ficou conhecida por "japonismo". Pintores como Van Gogh, Monet ou Alphonse Mucha foram fortemente influenciados pela ilustração japonesa.

ETHA11-P3 © Porto Editora

Conceitos

Realismo* Movimento cultural que se segue e se opõe ao Romantismo. Cronologicamente, o Realismo afirma-se cerca de 1850 e prolonga-se, sob várias formas, até à viragem do século.

Influenciado pela corrente positivista, o Realismo rejeita toda a subjetividade, opondo à beleza, ao refinamento, à elevação moral o simples culto dos factos.

Estendendo-se, embora, a vários domínios, este movimento foi particularmente expressivo na pintura e na literatura.

* Conceito essencial

B Progressos técnicos

1851	Máquina de costura (Singer)
1856	Aço industrial (Bessemer) Corante artificial (Perkin)
1861	Primeira máquina frigorífica
1864	Pasteurização (Pasteur)
1866	Dinamite (Nobel)
1870	Dínamo elétrico (Gramme)
1876	Telefone (Bell)
1879	Lâmpada elétrica (Edison) Comboio elétrico (Siemens)
1880	Fonógrafo (Edison)
1884	Fibra têxtil artificial (Swam e Chardonnet)
1886	Motor de explosão (Daimler)
1887	Turbina (Lavall)
1888	Automóvel (Benz)
1895	Telegrafia sem fios (Marconi) Animatógrafo (Lumière)
1897	Motor de combustão (Diesel)
1898	Primeiro trator agrícola (EUA)

Máquina de Singer

Telefone de Bell

B "Um demónio à solta"

***Um demónio à solta*, ilustração da revista *Judge*, outubro de 1889.** Na década de 1880, vários acidentes mortais provocados pela profusão de cabos aéreos causaram o pânico na cidade de Nova Iorque.

A abertura da Grande Exposição de Londres, numa aguarela de Eugène Louis Lami, 1851. Promovida pelo príncipe Alberto, marido da rainha Vitória, a exposição de 1851 foi a primeira do seu género e teve como objetivo dar a conhecer as realizações industriais de todos os países. Acolheu 17 mil expositores dos quatro cantos do mundo, mas acabou por se transformar num hino à superioridade económica da Inglaterra, que ocupou grande parte do enorme recinto.

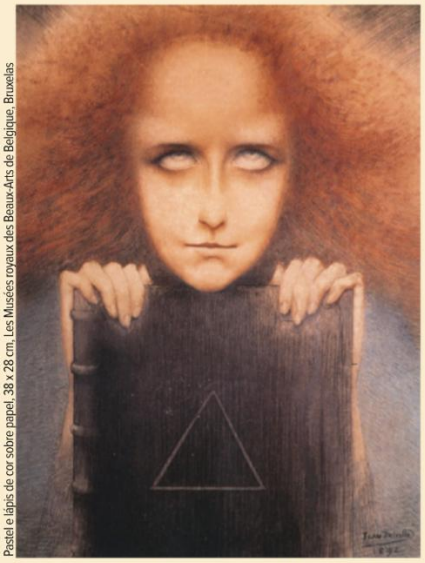
DOC. 13 O regresso ao transcendente

Óleo sobre tela, 111 x 156 cm, Kunstmuseum, Basileia

1. Arnold Böcklin, *A Ilha dos Mortos*, 1880. O seu autor considerou-o "Um quadro tão silencioso que nos assustamos se alguém bater à porta". As paisagens serviram aos simbolistas para criar ambientes de magia e mistério.

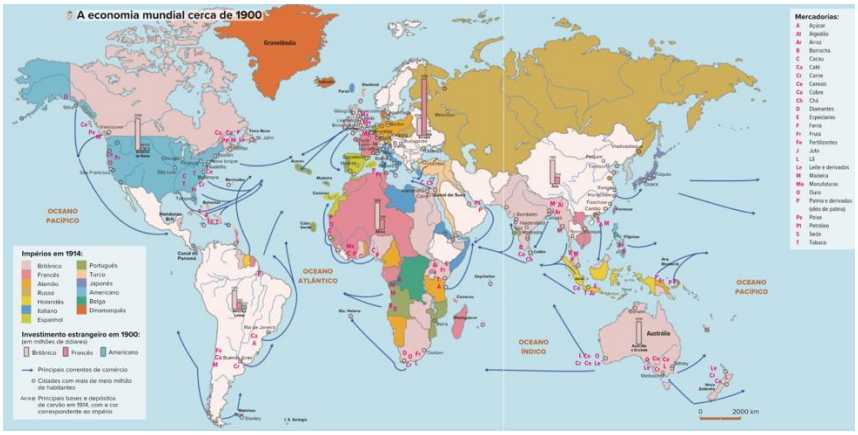
Óleo sobre tela, 59 x 34 cm, Museu d'Orsay, Paris

2. Gustave Moreau, *Hesíodo e a Musa*, 1891. Os mitos da Antiguidade, plenos de mistério e alegorias, foram um tema caro aos simbolistas.



Pastel e lápis de cor sobre papel, 38 x 28 cm, Les Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique, Bruxelas

3. Jean Delville, *Retrato de Madame Stuart Merrill*, 1892. Claire, esposa do poeta simbolista Stuart Merrill, assemelha-se a uma médium que olha para além da realidade.

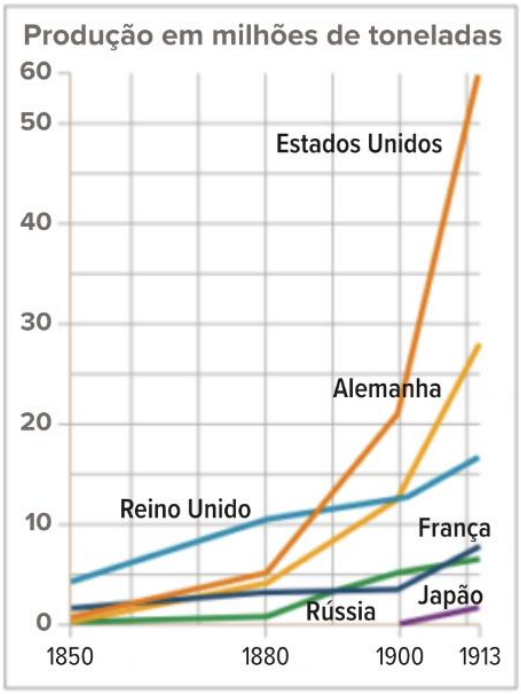


DOC. 13 **A industrialização da Europa**

1 Ordene cronologicamente o arranque industrial da Alemanha, França, Inglaterra e Holanda (Países Baixos).

DOC. 3 **A Europa política em 1914**

1 Identifique: as zonas da Europa onde o liberalismo registou mais progressos; as zonas da Europa onde ainda predominava o autoritarismo.



Produção de ferro fundido e aço de alguns países industrializados (1850-1913)

Investimentos no estrangeiro em 1914
(milhões de dólares)

Zonas de investimento	Reino Unido	França	Alemanha	Estados Unidos
Europa	1000	4700	2500	700
América do Norte	7000	500	1150	900
América latina	3700	1600	800	1200
África	3500	900	500	–
Ásia	3500	1200	700	100
Austrália	2200	100	–	–
Total	**20 900**	**9000**	**5650**	**2900**

A partir de R. I. Moore (dir.), *Atlas Histórico*, Hamlym/Publicit Editora

26. Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (☐) mais do que uma opção*):

y) Diário ☐
z) Quadro negro ou similar ☐
aa) Material audiovisual ☒
bb) Internet ☐
cc) Livro de exercícios ou similar ☒

dd) Outro ☐ (Por favor, especificar) _____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

- A industrialização e o avanço da ciência e da técnica: as alterações ao quotidiano
- Idade da eletricidade e do petróleo
- Idade do caminho de ferro
- As crises do capitalismo liberal
- As transformações económicas na Europa e no mundo
- A alta burguesia empresarial e financeira no séc.XIX
- Condições de vida e trabalho do operariado do séc.XIX
-Movimento operário
- Imperialismo e colonialismo
- A Regeneração a modernização portuguesa o Fontismo
- Portugal na marcha da locomotiva
-Palácio de Cristal a arquitetura do ferro e a exposição industrial
- Os problemas da sociedade portuguesa e a contestação da monarquia
- A questão africana e o ultimato português
- O Realismo e o Naturalismo
- Olimpya, de Edouard Monet
-Arte Nova
-Antero de Quental contextualização histórico-literária

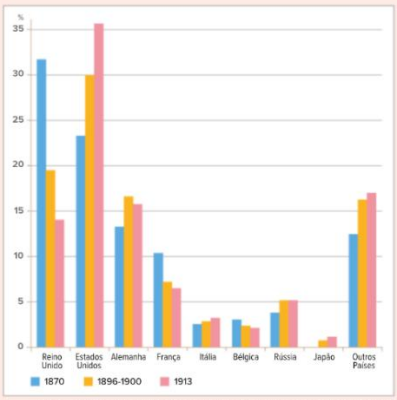
27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (☒) *mais do que uma opção*):

oo) Análise oral ou escrita de documentos ☒
pp) Debates ☐
qq) Visitas de estudo ☐
rr) Atividades de investigação, trabalho de campo ☐
ss) Escrita de texto argumentativo ☐
tt) Escrita de sumários ☐
uu) Jogos ☐
vv) Ver filmes ou ouvir música ☒
ww) Dramatização ou role-playing ☐
xx) Outro ☐ (Por favor, especificar)
_____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:

Analisar... um gráfico

Parte na produção industrial mundial



Fonte: Pierre Leon (Dir.), *História Económica e Social do Mundo*, Vol. 4, Tomo 1, Sá da Costa Editora

Conselhos a seguir...

1. Identifique o espaço, o tempo e o assunto a que se reporta o gráfico.
2. Atente no tipo de gráfico: gráfico linear, gráfico de barras, gráfico de setores.
3. Verifique o tipo de dados que lhe são fornecidos por cada um dos eixos do gráfico (eixo horizontal e eixo vertical), bem como os valores em que se exprimem.
4. Detenha-se nos códigos de cor, caso existam, e certifique-se de que toma em conta todas as informações da legenda.
3. Faça a leitura dos dados, identificando tendências e oscilações significativas.
4. Integre os dados no contexto histórico em que se inserem.
5. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **Indique o assunto, o tempo e o espaço a que se reporta o gráfico.**
2. **Ordene, por ordem decrescente de importância, os quatro países que, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, lideravam a produção industrial do mundo.**
3. **Explique por que motivo o gráfico não contempla, para 1870, dados sobre o Japão.**
4. **As afirmações que se seguem, sobre a industrialização no século XIX, são todas verdadeiras. Identifique as três afirmações que podem ser comprovadas através da análise do gráfico.**
   - **a)** Na viragem para o século XX, os Estados Unidos tornaram-se a principal potência industrial do mundo.
   - **b)** O volume da produção industrial cresceu aceleradamente no decurso do século XIX.
   - **c)** A proeminência industrial inglesa no século XIX explica-se, em parte, pelo facto de ter sido o berço da Revolução Industrial.
   - **d)** Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a produção industrial alemã suplantava a da Inglaterra.
   - **e)** Outros países do mundo, como Portugal, industrializaram-se na segunda metade do século XIX.
   - **f)** A expansão da Revolução Industrial fez crescer exponencialmente as trocas comerciais.
   - **g)** No século XIX, a industrialização foi, essencialmente, um fenómeno do mundo ocidental.
5. **Explicite dois fatores da perda de proeminência industrial do Reino Unido, na viragem para o século XX.**
   Pelo menos um dos fatores deve ser fundamentado com informação patente no gráfico.

ESTRAT. (P) © Porto Editora

Analisar... um texto longo

Discurso de Oliveira Martins na Câmara dos Deputados, a 20 janeiro de 1892[1]

Para mim a crise, sob a qual nos vergamos, tem de ser encarada sob três aspetos. O primeiro é o desequilíbrio orçamental; o segundo é a circulação fiduciária*; e o terceiro é o desequilíbrio capitalista ou económico, a diferença entre o ingresso e as saídas, quer de mercadorias, quer de capitais.

Ora, invertendo a ordem por que enumerei estes três elementos, começarei pelo último [...]. Nós chegámos a este estado, verdadeiramente anormal, de consumir exclusivamente produtos estrangeiros e de trabalhar exclusivamente com capitais estrangeiros; (Apoiados.) de nos dessangrarmos anualmente com o serviço desses capitais e com o preço desses produtos! [...]

Em 1852 os encargos da dívida pública não excediam 2500 contos de réis, e hoje esta soma está multiplicada dez vezes; porque hoje os encargos da dívida pública excedem a soma de 20 000 contos de réis. [...]

Ora, evidentemente, a soma que correspondente à capitação desta diferença de encargos [...] representa uma quantia de cerca de 10 000 contos de réis levantados anualmente, por meio de empréstimos. [...]

[...] Por outro lado sucedia que nós chegámos a afirmar a tese, por exemplo, de que Portugal era um país que não podia cultivar trigo porque estava fora da zona da cultura dos cereais, e que, portanto, tínhamos de mandar vir de fora o pão para a nossa alimentação; e assim sucedia efetivamente.

A câmara sabe que por uma importação anual 40 000 contos de réis temos uma exportação que pouco excede a 20 000 contos de réis. [...]

É evidente que a diferença entre a importação e a exportação havia de ser paga em espécie, isto é, com o dinheiro recebido por empréstimos e com o dinheiro que nos rendia a emigração para o Brasil, emigração que nos dava capitais muitíssimo consideráveis.

Mas chegou um dia em que, por infortúnio nosso, coincidiram duas crises, [...] uma do nosso descrédito, e outra a da desorganização económica e política do Brasil. De um momento para o outro faltaram os recursos dos empréstimos, e as remessas de dinheiro do Brasil. [...]

Ora, por isso eu disse que me tinha ocupado do projeto das pautas, porque entendo [...] que somente no desenvolvimento do trabalho nacional, quer agrícola, quer industrial, nós podíamos encontrar elementos de um rejuvenescimento económico. [...] É estritamente impossível deixar de ser protecionista neste momento em Portugal, porque [...] não temos ouro com que pagar os objetos que tenham de vir de fora [...].

Mas, além dessa, e relacionada com a crise da economia nacional, [...] está a crise financeira, isto é, o desequilíbrio orçamental. [...] Das contas do tesouro do ano de 1890-1891, [...] vê-se que, para receitas ordinárias na soma de 39 877 contos de réis, nós tivemos despesas ordinárias na soma de 43 046 contos de réis, e despesas extraordinárias na soma de 8381 contos de réis, quer dizer, despesas totais na soma de 51 427 contos de réis.

Daí [...] o défice líquido de 11 550 contos de réis, [...] que é de quase 30 por cento das receitas!

Portanto, [...] correspondentes às três faces da crise, o meu pensamento, que é o pensamento do governo, consiste no seguinte: quanto à crise financeira, o equilíbrio orçamental imediato [...]; quanto à crise monetária, a reconstituição das reservas metálicas do banco de Portugal, para assegurar a circulação das notas [...]; quanto à crise económica, o desenvolvimento do trabalho nacional pela proteção pautal.

Em https://debates.parlamento.pt/

1 Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), historiador e político, foi eleito deputado em 1883 e em 1889. Em 1892 assumiu a pasta da Fazenda do novo governo, presidido por José Dias Ferreira (1851-1913).
2 A circulação fiduciária abrange as notas/papel-moeda emitidas pelos bancos estatais. Deverá estar coberta pelas reservas de metais preciosos, só assim merecendo a confiança (fides) das pessoas.

Analisar... um texto longo

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e autor do texto, para identificar o assunto central, situá-lo no tempo e, eventualmente, no espaço.
2. Faça uma primeira leitura para apreender o conteúdo geral; atente nos esclarecimentos das notas de rodapé, caso existam.
3. Leia o texto uma segunda vez e anote à margem as ideias-chave dos parágrafos mais relevantes.
4. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **Identifique a crise a que se refere Oliveira Martins. Localize-a no tempo.**
2. **Ordene cronologicamente os factos referentes à economia portuguesa da 2.ª metade do século XIX em que se inscreve o discurso de Oliveira Martins.**
   - **a)** Bancarrota do Estado português.
   - **b)** Fontes Pereira de Melo torna-se ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
   - **c)** Inauguração do troço da linha ferroviária.
   - **d)** Adoção de uma pauta alfandegária protecionista.
3. **Transcreva uma expressão que comprove, respetivamente**
   - o défice da balança comercial;
   - o défice orçamental.
4. **No entender de Oliveira Martins, o "estado verdadeiramente anormal de consumir exclusivamente produtos estrangeiros" (linha 5 e 6) deve-se**
   - **a)** à inexistência de produtos agrícolas e industriais nacionais.
   - **b)** à pauta alfandegária livre-cambista.
   - **c)** à pauta alfandegária protecionista.
   - **d)** aos tratados de comércio com a Inglaterra.
5. **Explicite duas evidências da "crise" apresentadas por Oliveira Martins.**
6. **Esclareça de que forma "as duas crises" (linha 23) coincidiram para o agravamento da situação financeira portuguesa.**
7. **Elabore um esquema sobre a situação financeira que conduziu à bancarrota do Estado em 1892.**

ESTRAT. (P) © Porto Editora

Analisar... uma caricatura

"Sem hipótese para críticas", caricatura da revista americana *Puck*, maio de 1898.
No legenda: Jem Bull[1] (para os Problemas): Então zangado porquê? Não podemos manter-te um direcção ligeiro enquanto nos bonapartearmos!
No mesa maiorida, um grande bolo é fatiado por John Bull[2], em cujo capado está gravada "Inglaterra" pelo czar Nicolau II[3], pelo Presidente Francês Félix Faure[4], por Guilherme II, imperador da Alemanha[5], e pelo imperador Meiji, do Japão[6]. Sozinho, no mesa ao lado, o Tio Sam[7], com uma espada onde está gravado "CUB", prepara-se para comer o seu bolo "cubano", acompanhado de um vinho com o rótulo "Bros. Filipinos". No bolso de gelo, outro garrafa, com o rótulo "Porto Rico", aguarda. A esquerda, Francisco José I, imperador do Áustria[8], e o príncipe Li, vice-rei da China[9].
1 Pro-sonogens simbólicos.

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e autor/proveniência da imagem, para identificar o assunto central e situá-lo no tempo e no espaço.
2. Observe atentamente as personagens representadas, o local onde se encontram, as suas atitudes, bem como os símbolos que integram as imagens, no caso de existirem.
3. Atente nos esclarecimentos das legendas, caso existam.
4. Leia as questões e faça uma observação direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

Questões...

1. **A caricatura satiriza**
   a) a disputa dos Balcãs pelas imperadores da Áustria-Hungria, da Rússia e da Turquia.
   b) a partilha da África pelas potências europeias.
   c) as ambições imperialistas das grandes potências europeias.
   d) as rivalidades pelo controlo do continente americano, protegido pelos EUA.
2. **Identifique:**
   - a região disputada pelas potências europeias.
   - o principal rival das potências europeias.
   - as regiões onde este último exerce a sua influência.
3. **Apresente três tipos de razões que explicam o imperialismo nos finais do século XIX.**

Relembrar

3 Evolução democrática, nacionalismo e imperialismo

As transformações políticas

- A partir da segunda metade do século XIX, o liberalismo político evoluiu, naiguns países do mundo ocidental, para o **demoliberalismo**.
- A democratização da governação tornou-se possível graças a um conjunto de conquistas políticas notáveis. Destacam-se o **sufrágio universal** (com restrições, no entanto, para as mulheres, os analfabetos e os negros), o **voto secreto**, o crescente poder dos **parlamentos** e dos **partidos representativos** das classes médias e do proletariado.
- As monarquias constitucionais, respeitadoras dos direitos do indivíduo e do cidadão, proliferavam na Europa do Norte e Noroeste.
- Os **Estados autoritários** resistiam na Europa Central e Oriental. Nos Impérios Austro-Húngaro, Alemão e Russo, os imperadores detinham supremos poderes que lhes permitiam controlar energicamente os governos e os opositores políticos. Eram **soberanos autocráticos**, personificando eles próprios a lei e o poder.

Os afrontamentos imperialistas: o domínio da Europa sobre o mundo

- Os Impérios Austro-Húngaro, Alemão e Russo incluíam nos seus territórios múltiplos povos/nacionalidades aos quais não eram reconhecidos direitos.
- Na 2.ª metade de Oitocentos e inícios do século XIX, nas minorias oprimidas dos grandes impérios, a aspiração de liberdade deu origem a **movimentos** e **revoltas nacionalistas** contra os povos opressores. Nos Balcãs, o **nacionalismo** eslavo esteve na origem do atentado, em Sarajevo, que fez deflagrar a I Guerra Mundial (1914).
- Este nacionalismo, herdeiro do princípio das nacionalidades, fomentou ainda os **movimentos de unificação nacional**, como foram o italiano e o alemão.
- A procura de matérias-primas, de mercados de escoamento e de áreas de investimento estiveram na origem do **imperialismo** que se intensificou a partir da 2.ª metade do século XIX.
- O imperialismo manifestou-se no controlo económico, político militar e cultural de regiões do globo, transformadas em **colónias**, **protetorados** ou **concessões** dos Estados dominadores.
- Na corrida pelo domínio de territórios, participam, além das velhas potências coloniais (Portugal, França, Grã-Bretanha), a Bélgica, a Alemanha, a Itália, a Rússia, o Japão e os EUA.
- O expansionismo europeu foi sobretudo marcado pelo reforço do **colonialismo** na África e na Ásia. Na conferência de Berlim (1884-1885) decidiu-se a partilha da África o princípio da ocupação efetiva sobrepôs-se ao direito histórico de descoberta e que veio favorecer as potências industrializadas da Europa.
- A busca desenfreada de territórios para explorar motivou **disputas e rivalidades entre as nações europeias** que, também, vieram a contribuir para a I Guerra Mundial.

Personalidades

Vítor Emanuel II (1820-1878)
Rei do Piemonte-Sardenha, líder da unificação italiana.

Otto Von Bismarck (1815-1898)
Primeiro Chanceler do Império Alemão.
(Biografia na p. 87)

Datas
1870 - Conclusão da unificação italiana.
1871 - Proclamação do Império Alemão.
1884-85 - Conferência de Berlim – partilha da África pelas potências europeias.

Alianças militares
Tríplice Aliança (1882) - Entre a Áustria-Hungria, a Alemanha e a Itália.
Tríplice Entente (1907) - Entre a França, a Inglaterra e a Rússia.

Palavras-chave
Demoliberalismo - Sistema político que se identifica com a democracia representativa.
(Conceito na p. 83)
Sufrágio universal - Direito de participação de todos os cidadãos na escolha dos seus representantes políticos.
(Conceito na p. 83)
Autocracia - Forma de governo em que o soberano exerce uma autoridade praticamente ilimitada.
Nacionalismo - Sentimento forte de pertença a uma pátria ou a um povo.
(Conceito na p. 85)
Imperialismo - Domínio político ou económico e cultural de um Estado sobre outro(s).
(Conceito na p. 87)
Colonialismo - Domínio exercido por um país sobre outros territórios, geralmente longínquos.
(Conceito na p. 87)

Dossiê

O Porto, uma cidade em progresso

Em meados do século XIX, o Porto era uma cidade em transformação acelerada. De todo o Norte chegava gente à cidade à procura de uma oportunidade de vida nas casas de comércio que prosperavam, nas inúmeras oficinas ou nas fábricas que começavam a despontar.
Até então uma cidade contida, o Porto expandia-se e modernizava-se. Num estoleiro a céu aberto, as obras de pequeno e grande envergadura transformavam-se em novas ruas, bairros, equipamentos públicos e construções que desafiavam a natureza e a geografia.

DOC A A caminho da modernidade

Datas	Acontecimentos
1842	Início da construção do Palácio da Associação Comercial do Porto (Palácio da Bolsa).
1843	Inauguração da ponte pênsil.
1852	496 estabelecimentos industriais e 6090 operários; 8 máquinas a vapor.
1856	Ligação telegráfica a Lisboa.
1865	Inauguração do Palácio de Cristal – 1.ª Exposição internacional de Indústria.
1869	Abertura da Alfândega Nova, em Miragaia.
1872	Introdução dos carros americanos.
1875	Inauguração das linhas do Minho e do Douro, a partir da estação de Campanhã.
1877	Inauguração da ponte ferroviária D. Maria Pia.
1881	Inquérito industrial: cerca de 1/3 da população trabalha na indústria.
1884-85	Construção do porto de Leixões.
1886	Inauguração da ponte rodoviária D. Luís I.
1887	Companhia Geral das Águas do Porto.
1888	Mercado Ferreira Borges.
1893	Armazéns Hermínios.
1895	Introdução do carro elétrico *Abertura da Estrada da Circunvalação* (inclusão das freguesias de Ramalde, Nevogilde e Aldoar).
1896	Chegada do comboio à estação de S. Bento.
1899	Construção do 1.º bairro operário.
1900	Início da construção do edifício definitivo da estação ferroviária de S. Bento.

Fonte: *História do Porto*, de Luiz Oliveira Ramos. Porto Editora, 1994.

1. A Ponte Luís I em construção. A ponte rodoviária do engenheiro Théophile Seyrig, discípulo de Gustav Eiffel, foi inaugurada em 31 de outubro de 1886 pelo rei D. Luís I. No seguinte, o jornal *O comércio da Porto* registava o momento: [...] *Concluída esta cerimónia e assinado o auto da bênção da ponte Luís I, a ponte foi então aberta ao público [...]. Durante o resto do tarde e parte da noite a ponte foi atravessada por milhares de pessoas*, sendo esta uma das provas decisivas de sua solidez. *Está assim aberta à circulação pública o tabuleiro superior da ponte Luís I, a que representa um grande melhoramento e uma grande comodidade não só para os habitantes do Porto, como para os de Vila Nova de Gaia.*
1 Dois tabuleiros, iluminados com candeeiros a gás, ligavam as zonas ribeirinha e superior do Porto e de Vila Nova de Gaia.

2. Os Armazéns Hermínios, secção de luvas. Em 1893, os Armazéns Hermínios abriram as portas da sua vasta loja de galerias que ligavam as ruas de Santo António (atual 31 de Janeiro) e de Sá da Bandeira. A semelhança dos grandes magazins parisienses, trabalhava-se de um novo conceito de comércio que reunia no mesmo espaço produtos que habitualmente se vendiam em lojas separadas. Nos inícios do século XX, os Armazéns Hermínios contavam com mais de 30 secções de artigos de vestuário, viagem, casa, decoração, joalharia, perfumaria, desenho, pintura... vendendo por catálogo para todo o país.

DOC B As exposições de progresso: *O Palácio de Cristal*

A 18 de setembro de 1865, D. Luís I, acompanhado por toda a família real, entra ao som do órgão tocado por Widor, no Palácio de Cristal, inaugurando a primeira Exposição Internacional Portuguesa.
Os países industrializados, incluindo os Estados Unidos e o Japão, fazem-se representar. Contudo, é à exceção da França, o número de expositores por país é reduzido. As indústrias portuguesas, especialmente as do Sul, também não estão devidamente representadas. Por inércia ou temendo um fiasco, muitas delas vão ignorar o convite feito pela Sociedade do Palácio de Cristal.
Apesar de todas as vicissitudes, o êxito da exposição foi inegável. Visitada por milhares de pessoas nos quatro meses da sua duração, foi, durante esse período, uma obrigatória conversas e discussões.

Em Porto 1865 – uma exposição, catálogo da exposição realizada em 1865, no M.N.S.R. no Porto.

A iniciativa de construir um palácio que acolhesse exposições surgiu em 1861 a partir de um grupo de notáveis cidadãos portuenses ligados às Associações Comercial e Industrial. Em 1865, o **Palácio de Cristal Portuense**, um ferro e vidro, da autoria de Thomas Dillon Jones e os jardins do paisagista Emile David abriram ao público para acolher a 1.ª exposição internacional realizada no Península Ibérica. Esta contabilizou 4300 expositores de matérias-primas, máquinas, produtos industriais, agrícolas e hortícolas e contou com a participação de mais de 25 países.

DOC C A Manchester portuguesa

A maioria da população do Porto é industrial e muito ligadora, podendo comparar-se nas tendências esta cidade no Norte de Portugal à cidade de Manchester no reino da Grã-Bretanha, com a diferença de que esta exporta muito e por isso cresce enriquecendo pasmosamente e a nossa exporta poucas manufaturas e inscreve-se ao fornecimento do consumo [...]

Henrique Duarte e Sousa Reis (1801-1870) em Memória da Exclusiva, catálogo da Exposição sobre a Indústria no Porto, 1865. C.M.P.

1. Anúncio da Fundição de Massarelos, publicado no jornal "A Voz Pública" de 25 de dezembro de 1851. Na década de 1851, um anúncio publicado em vários jornais descrevem-na como "um dos maiores estabelecimentos d'esta natureza no país", [este] trabalhado tanto há muitos anos [...] produzir, com rapidez, melhor e mais barato do que qualquer outro estabelecimento, aqui ou em Lisboa. Fornece e tem fornecido toda a qualidade de obras em ferro fundido, forjado e metal [...]".
Fonte: Estudo de Francisco Queiroz, disponível na Internet.

Análise dos documentos

1. Selecione da cronologia (Doc. A) dois aspetos que comprovem, respetivamente:
   - o crescimento do espaço urbano;
   - o dinamismo económico da cidade;
   - os progressos nos transportes urbanos;
   - a melhoria das infraestruturas;
2. Indique dois proveitos que a Ponte D. Luís trazia às cidades do Porto e Vila Nova de Gaia, segundo o jornal *O Comércio do Porto* (Doc. A1).
3. Fundamente, apresentando dois aspetos, o "êxito da exposição" internacional de 1865, no Palácio de Cristal (Doc. B).
4. Que setores seriam as produções da fundição de Massarelos (Doc. C1)?
5. Explicite a comparação feita por Sousa Reis entre as cidades do Porto e Manchester (Doc. C2).

Síntese

6. Num texto de 15 a 20 linhas, integre o exemplo da cidade do Porto no contexto da Regeneração. Tenha presente os seguintes tópicos:
   - progressos nas infraestruturas e transportes;
   - dinamismo económico;

Dossiê

Revolução em Portugal

Saída do império de um punhado de republicanos convictos, a revolução de 1910 fez cair uma monarquia carente de apoios, que não foi capaz de se defender de um reduzido número de revolucionários. Vitoriosos, os republicanos desencadearam uma onda imparável de entusiasmo e proclamaram a sua crença num futuro melhor.

DOC A Dias revolucionários

1 Os factos

Cronologia breve da Revolução Republicana	
4 de outubro	5h00 – Acampamento dos republicanos na Rotunda
	8h00-9h00 – Os oficiais revoltosos abandonam a Rotunda. Só Machado dos Santos fica. A revolução parece perdida
	12h30-16h00 – Na Rotunda. Paiva Couceiro ataca os republicanos
	14h00 – Os cruzadores *S. Rafael* e *Adamastor* bombardeiam o Palácio das Necessidades, onde se encontra o rei
	16h00 – A Marinha bombardeia o Terreiro do Paço
5 de outubro	6h00-7h00 – Duelos de artilharia na Avenida
	8h00-9h00 – Insubordinação das tropas monárquicas do Rossio. A República é proclamada na Câmara Municipal
	c. 15h00 – A família real embarca na praia da Ericeira, em direção ao exílio

Fonte: Rui Ramos, *História de Portugal*, vol. VI, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores.

2 As memórias de Raul Brandão

4 de outubro

As lojas fecharam. Ajuntam-se grupos nas esquinas. De segundo em segundo a artilharia troa. Saio. No Chiado, encontro o Alpoim[1]:
– A minha convicção é que os revolucionários perdem, mas a monarquia não se salva. Como resistir ao sangue, aos ódios e aos julgamentos que hão de ser fatalmente o processo dos últimos reinados? [...] Alguém que esteve de manhã na Rotunda afirma que os revolucionários não passam de quinhentos. [...]
Às dez e meia da noite já sei mais notícias: os navios bombardearam o Paço; as tropas fiéis à monarquia estão encurraladas no Rossio [...].

5 de outubro

De manhã, as tropas do Rossio rendem-se e os marinheiros desembarcam na Alfândega. Às oito e meia está proclamada a República. [...]
O rei fugiu. [...] Um farmacêutico da Ericeira assegura que o viu chegar a Mafra dentro de um automóvel. [...] A D. Amélia partiu também de Sintra para Mafra. Tinha-se espalhado entre o povo que fora a rainha quem mandara assassinar o Dr. Bombarda[2]. Se a apanham, matam-na.

Raul Brandão, *Jornalismo e escritos (1895-1930)*, Moreninha

1 Trata-se de José de Alpoim, membro do Partido Progressista, deputado e ministro durante a monarquia constitucional. 2 Democrado médico-republicano, Miguel Bombarda dirigia a Hospital de Rilhafoles e foi assassinado por um doente psiquiátrico, no dia 3 de outubro.

3 Uma heroína na Rotunda

Não pertence ao número dos heróis de fancaria que só aparecem armados depois da República feita, a simpática rapariga que hoje apresentamos aos nossos leitores. [...]
[Amélia Santos] respondeu com desembaraço às nossas perguntas.
– *Já era republicana há muito tempo?*
– Ora essa! Eu fui sempre republicana. Nunca o disse a ninguém, porque, compreende... há quem ache ridículo que as mulheres tenham ideias avançadas...
– *E como se resolveu a tomar parte na revolta?*
– Da maneira mais simples. Compreendi que era esse o meu dever. [...] Pus a espingarda uma arma, tanto serve um homem como uma mulher.
– *E fez fogo ao lado dos homens?*
– Está claro, ensinaram-me a manejar a arma e eu enfileirei ao lado dos outros. [...] Como a espingarda pesava muito, larguei-a e peguei num revólver. Mas conservei-me na Rotunda até ao fim, e aí passei as noites como os outros.

"Uma heroína, Amélia Santos", artigo do jornal *A Capital*, 14 de outubro de 1910.

Amélia Santos na Rotunda, homenageada num postal da época.

DOC B O embarque da família real

D. Manuel II passou a última noite em Portugal no Palácio de Mafra. Dirigiu-se depois para a Ericeira, onde estava fundeado o iate Amélia, ao qual já se encontrava seu tio, D. Afonso. A família real rumou a Gibraltar e, daí, a Inglaterra. O embarque foi, mais tarde, relatado pelos populares que o presenciaram.

Postal de 1911, ilustrando o embarque da família real na Ericeira. Na imagem estão representados o rei D. Manuel II[1], rainha, a mãe D. Amélia[2] e o seu avô, o ex-rei D. Maria Pia[3], rodeados de personalidades monárquicas e do povo da Ericeira.

Os automóveis pararam e apeou-se a Família Real, seguindo da rua do Norte para a rua de Baixo [...]. Ao entrar na rua de Baixo, a Família Real ia na seguinte ordem: na frente El-Rei D. Manuel, a seguir, D. Maria Pia, depois, D. Amélia [...] El-Rei, e quem o acompanhava, subiram para a barca, valendo-se de caixotes e cestos de peixe [...]. O sinaleiro fez sinal com o chapéu, e a primeira barca, *Bom Fim*, levando a bandeira azul e branca na popa, entrou na água e seguiu a remos, conduzindo El-Rei [...]. A afluência nas ribas era imensa. Tudo silenciosíssimo, mas de muitos olhos corriam lágrimas [...].
El-Rei ia muito pálido. D Amélia com ânimo, D. Maria Pia acabrunhada [...]. Ainda as barcas não tinham atracado ao iate quando apareceu na vila, vindo do lado de Sintra, um automóvel com revolucionários civis, armados de carabinas e munidos de bombas, que disseram para atirar para a praia se tivessem chegado a tempo do embarque.

Testemunhos do Inquérito feito no Ericeira por João da Conceição Ivo, presidente da Câmara Municipal de Mafra, 1910.

DOC C A notícia chega às Caldas da Rainha

EDITAL

Joaquim Manuel Correia, administrador deste concelho, [...] pede a todos os cidadãos deste concelho que cooperem digna e honestamente para a consolidação da República Portuguesa, que no dia 5 do corrente foi implantada no país. [...]
É preciso porém que não regressemos ao velho regime de negregada memória, origem de tantos males na sociedade portuguesa; é mister que todos reconheçam que a República nos traz a felicidade [...].
O governo da República certamente há de respeitar as crenças de todos, e o velho princípio de que se deve "dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César", com a diferença de que hoje não dominam os Césares, nem os reis, tão funestos à sociedade, não tanto pelo que faziam como pelo que toleravam: hoje não de dominar somente os princípios que se impõem à razão e às aspirações dignas e generosas dos povos cultos. A monarquia deixou a República uma tristíssima herança, toda de dívidas e encargos graves. [...]
Todos, como portugueses, temos a obrigação de antepor às paixões políticas o amor da pátria, de que nossos avós deram tão heroicas provas e por cuja memória devemos ter respeito [...].
Saudemos com amor o nosso velho Portugal, que sempre tem sido de reis e doravante há de ser dos portugueses.
Caldas da Rainha, 7 de outubro de 1910.

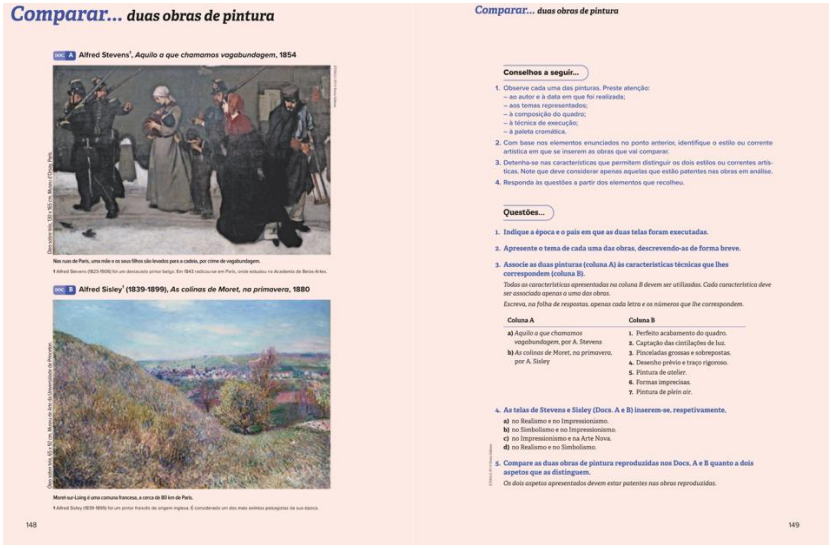
O Administrador do Concelho
Joaquim Manuel Correia.

Análise dos documentos

1. Apresente duas evidências do descrédito em que tinha caído a monarquia, patentes no relato de Raul Brandão (Doc. A).
2. Transcreva a afirmação da entrevista a Amélia Santos que identifica o sistema republicano com o progresso.
3. Mostre, apoiando-se no relato do Doc. B, que os Portugueses se encontravam divididos, nos sentimentos que nutriam pela família real.
4. Evidencie, citando o texto do Edital (Doc. C), o nacionalismo de que estavam imbuídos os republicanos.
5. Identifique no mesmo documento (Doc. C) duas ideias veiculadas no relato de Raul Brandão e na entrevista a Amélia Santos (Docs. A2 e A3).

Síntese

6. Elabore um pequeno artigo, destinado a um jornal estrangeiro, em que notície a implantação da República em Portugal. Tenha em conta os intervenientes, os lugares, os factos mais relevantes e as expectativas dos revolucionários.



Comparar... duas obras de pintura

DOC A Alfred Stevens[1], *Aquilo a que chamamos vagabundagem*, 1854

[1] Alfred Stevens (1823-1906) foi um destacado pintor belga. Em 1845 radicou-se em Paris, onde estudou na Academia de Belas-Artes.

DOC B Alfred Sisley[1] (1839-1899), *As colinas de Moret, na primavera*, 1880

[1] Alfred Sisley (1839-1899) foi um pintor francês de origem inglesa. É considerado um dos mais exímios paisagistas da sua época.

148

Comparar... duas obras de pintura

Conselhos a seguir...

1. Observe cada uma das pinturas. Preste atenção:
   – ao autor e à data em que foi realizada;
   – aos temas representados;
   – à composição do quadro;
   – à técnica de execução;
   – à paleta cromática.
2. Com base nos elementos enunciados no ponto anterior, identifique o estilo ou corrente artística em que se inserem as obras que vai comparar.
3. Detenha-se nas características que permitem distinguir os dois estilos ou correntes artísticas. Note que deve considerar apenas aquelas que estão patentes nas obras em análise.
4. Responda às questões a partir dos elementos que recolheu.

Questões...

1. **Indique a época e o país em que as duas telas foram executadas.**
2. **Apresente o tema de cada uma das obras, descrevendo-as de forma breve.**
3. **Associe as duas pinturas (coluna A) às características técnicas que lhes correspondem (coluna B).**
   Todas as características apresentadas na coluna B devem ser utilizadas. Cada característica deve ser associada apenas a uma das obras.
   Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

Coluna A	Coluna B
a) *Aquilo a que chamamos vagabundagem*, por A. Stevens	**1.** Perfeito acabamento do quadro.
b) *As colinas de Moret, na primavera*, por A. Sisley	**2.** Captação das cintilações de luz.
	3. Pinceladas grossas e sobrepostas.
	4. Desenho prévio e traço rigoroso.
	5. Pintura de *atelier*.
	6. Formas imprecisas.
	7. Pintura de *plein air*.

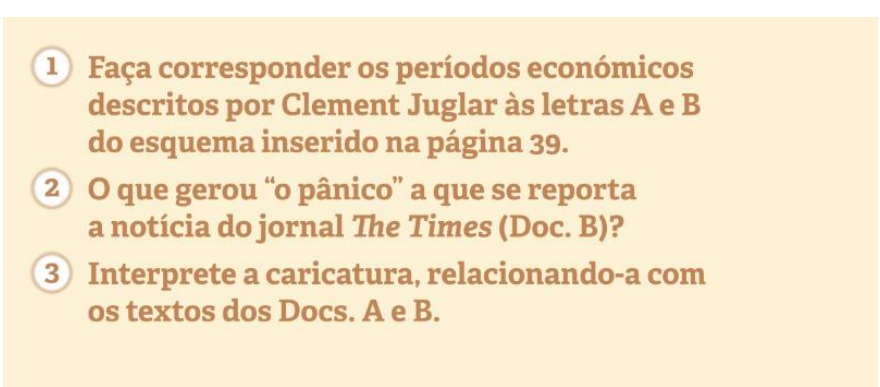
4. **As telas de Stevens e Sisley (Docs. A e B) inserem-se, respetivamente.**
   a) no Realismo e no Impressionismo.
   b) no Simbolismo e no Impressionismo.
   c) no Impressionismo e na Arte Nova.
   d) no Realismo e no Simbolismo.
5. **Compare as duas obras de pintura reproduzidas nos Docs. A e B quanto a dois aspetos que as distinguem.**
   Os dois aspetos apresentados devem estar patentes nas obras reproduzidas.

149

28 Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (☒) *mais do que uma opção*):

ss) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*] ☐
tt) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*] ☐
uu) Promove a autonomia ☐
vv) Apresenta diferentes pontos de vista ☐
ww) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as ☐
xx) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado ☒
yy) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais ☒
zz) Apresenta uma ficha de avaliação formativa ☒
aaa) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) ☒
bbb) Incentiva o trabalho de campo ☐
ccc) Outros aspetos relevantes ☒(Por favor, especificar)

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:



1. **Faça corresponder os períodos económicos descritos por Clement Juglar às letras A e B do esquema inserido na página 39.**
2. **O que gerou "o pânico" a que se reporta a notícia do jornal *The Times* (Doc. B)?**
3. **Interprete a caricatura, relacionando-a com os textos dos Docs. A e B.**

1. Analise as duas notícias de jornal (Docs. A e B). O que conclui relativamente à posição da indústria americana no contexto internacional? Justifique.
2. Identifique a zona dos Estados Unidos mais fortemente industrializada (Doc. C).
3. Compare a informação veiculada pelos Docs. B e D quanto à produção siderúrgica. Concordam? Fundamente.
4. Nomeie um inventor americano que tenha contribuído significativamente para o crescimento do número de patentes documentado no gráfico.

1. Identifique a pintura de Columbano (figs. 1 e 2) que melhor corresponde à seguinte opinião de Ramalho Ortigão:
   – "[Columbano] ataca intrepidamente as suas telas esmurrando-as às brochadas e exprimindo a figura não pelo delineamento da forma mas pela justaposição de tons".
2. Que quadro pinta Silva Porto no seu *atelier* (Doc. B)?

Dossiê

O Porto, uma cidade em progresso

Em meados do século XIX, o Porto era uma cidade em transformação acelerada. De todo o Norte chegava gente à cidade à procura de uma oportunidade de vida nas casas de comércio que prosperavam, nas inúmeras oficinas ou nas fábricas que começavam a despontar. Até então uma cidade contida, o Porto expandiu-se e modernizou-se. Num estoiro a céu aberto, as obras de pequeno e grande envergadura transformavam-se em novas ruas, bairros, equipamentos públicos e construções que desafiavam a natureza e a geografia.

DOC. A A caminho da modernidade

Datas	Acontecimentos
1842	Início da construção do Palácio da Associação Comercial do Porto (Palácio da Bolsa).
1843	Inauguração da ponte pênsil.
1852	496 estabelecimentos industriais e 6090 operários; 8 máquinas a vapor.
1856	Ligação telegráfica a Lisboa.
1865	Inauguração do Palácio de Cristal – 1.ª Exposição Internacional da Indústria.
1869	Abertura da Adega Nova, em Miragaia.
1872	Introdução dos carros americanos.
1875	Inauguração das linhas do Minho e do Douro, a partir da estação de Campanhã.
1877	Inauguração da ponte ferroviária D. Maria Pia.
1881	Inquérito industrial: cerca de 1/3 da população trabalha na indústria.
1884-95	Construção do porto de Leixões.
1886	Inauguração da ponte rodoviária D. Luís I.
1887	Companhia Geral das Águas do Porto.
1888	Mercado Ferreira Borges.
1893	Armazéns Hermínios.
1895	Introdução do carro elétrico. Abertura da Estrada da Circunvalação (inclusão das freguesias de Remelhe, Nevogilde e Aldoar).
1896	Chegada do comboio à estação de S. Bento.
1899	Construção do 1.º bairro operário.
1900	Início da construção do edifício definitivo da estação ferroviária de S. Bento.

Fonte: *História do Porto*, dir. Luís Oliveira Ramos, Porto Editora, 1994.

1. A Ponte Luís I em construção. A ponte rodoviária do engenheiro Théophile Seyrig, discípulo de Gustav Eiffel, foi inaugurada em 31 de outubro de 1886 pelo rei D. Luís I. No dia seguinte, o jornal *O comércio do Porto* registava o momento: *[...] Concluída esta cerimónia e assistido o auto da bênção da ponte Luís I, a ponte foi então aberta ao público [...]. Durante o resto do tarde a ponte do nobi o ponte foi atravessada por milhares de pessoas[1], sendo esta uma das provas decisivas de sua solidez. Está assim aberto à circulação pública o tabuleiro superior da ponte Luís I, o que representa um grande melhoramento e uma grande comodidade não só para os habitantes do Porto, como para os de Vila Nova de Gaia.*

1 Dois tabuleiros, iluminados com candeeiros a gás, ligavam as zonas ribeirinha e superior do Porto e de Vila Nova de Gaia.

2. Os Armazéns Hermínios, secção de louça. Em 1893, os Armazéns Hermínios abriram as portas de uma vasta área de galerias que ligavam as ruas de Santo António (atual 31 de Janeiro) e de Sá da Bandeira. À semelhança dos grandi magasins parisienses, tratava-se de um novo conceito de comércio que reunia no mesmo espaço produtos que habitualmente se vendiam em lojas separadas. Nos inícios do século XX, os Armazéns Hermínios contavam com mais de 30 secções de artigos de vestuário, viagem, casa, decoração, joalharia, perfumaria, drogaria, pintura... vendido por catálogo para todo o país.

DOC. B As exposições de progresso: *O Palácio de Cristal*

A 18 de setembro de 1865, D. Luís I, acompanhado por toda a família real, entra ao som do órgão tocado por Widor, no Palácio de Cristal, inaugurando a primeira Exposição Internacional Portuguesa.

Os países industrializados, incluindo os Estados Unidos e o Japão, fazem-se representar. Contudo, e à exceção da França, o número de expositores por país é reduzido. As indústrias portuguesas, especialmente as do Sul, também não estão devidamente representadas. Por inércia ou temendo um fiasco, muitas delas vão ignorar o convite feito pela Sociedade do Palácio de Cristal.

Apesar de todas as vicissitudes, o êxito da exposição foi inegável. Visitada por milhares de pessoas nos quatro meses da sua duração, foi, durante todo esse período, tema obrigatório de conversas e discussões.

Em *Porto 1865 – uma exposição*, catálogo da exposição realizada, em 1994, no M.N.S.R., no Porto.

A iniciativa de construir um palácio que acolhesse exposições surgiu em 1861 e partiu de um grupo de notáveis citadinos portuenses ligados às Associações Comercial e Industrial. Em 1865, o **Palácio de Cristal Portuense**, em ferro e vidro, da autoria de Thomas Dillen Jones e no jardim do príncipe Emile Daxid abriram ao público para acolher o 1.º exposição internacional realizada na Península Ibérica. Este contabilizou 4300 expositores de matérias primas, máquinas, produtos industriais, agrícultura e horticultura e contou com a participação de mais de 25 países.

DOC. C A Manchester portuguesa

A maioria da população do Porto é industrial e muito ligadora, podendo comparar-se nas tendências esta cidade no Norte de Portugal à cidade de Manchester no reino da Grã-Bretanha, com a diferença de que esta exporta muito e por isso cresce enriquecendo pasmosamente e a nossa exporta poucas manufaturas e inscreve-se ao fornecimento do consumo [...].

Henrique Duarte e Sousa Reis (1801-1878) em Memória da Indústria, catálogo da Exposição sobre a Indústria no Porto, 1993, C.M.P.

1. Anúncio da Fundição de Massarelos, publicado no jornal "A Voz Pública" de 25 de dezembro de 1851. No século XIX, um anúncio publicado em vários jornais descrevem-na como "um dos maiores estabelecimentos d'esta natureza no país[...] está habilitada desde há muitos anos[...] a produzir, com rapidez, melhor e mais barato do que qualquer outro estabelecimento, seja ou em Lisboa. Fornece e tem fornecido toda a qualidade de obras em ferro fundido, forjado e metal [...]".

Fonte: Estudo de Francisco Queiroz, disponível na Internet.

Análise dos documentos

1. Selecione da cronologia (Doc. A) dois aspetos que comprovem, respetivamente:
   - o crescimento do espaço urbano;
   - o dinamismo económico da cidade;
   - os progressos nos transportes urbanos;
   - a melhoria das infraestruturas;
2. Indique dois proveitos que a Ponte D. Luís trazia às cidades do Porto e Vila Nova de Gaia, segundo o jornal *O Comércio do Porto* (Doc. A1).
3. Fundamente, apresentando dois aspetos, o "êxito da exposição" internacional de 1865, no Palácio de Cristal (Doc. B).
4. Que setores serviam as produções da fundição de Massarelos (Doc. C)?
5. Explicite a comparação feita por Sousa Reis entre as cidades do Porto e Manchester (Doc. C2).

Síntese

6. Num texto de 15 a 20 linhas, integre o exemplo da cidade do Porto no contexto da Regeneração. Tenha presente os seguintes tópicos:
   - progressos nas infraestruturas e transportes;
   - dinamismo económico.

Relembrar

1 As transformações económicas na Europa e no mundo

A era do capitalismo industrial

- No século XIX, o progresso da indústria ligou-se estreitamente à investigação científica, que proporcionou novos inventos e a utilização de novas formas de energia.
- O setor têxtil continua a crescer, mas a vanguarda tecnológica pertence agora às **indústrias siderúrgica** e **química**, que se tornam verdadeiras "indústrias de base".
- Embora o carvão continue a alimentar um número crescente de máquinas a vapor, a **eletricidade** e o **petróleo** aplicam-se a um conjunto cada vez maior de maquinismos. Representam o progresso e tornar-se-ão dominantes no decurso do século XX.
- **Os avanços tecnológicos revolucionaram também o setor dos transportes**, essenciais à circulação das matérias-primas e ao escoamento dos produtos manufaturados. O século XIX viu nascer a linha férrea e a navegação a vapor, que, associadas a pontes, túneis e canais, encurtaram distâncias e reduziram custos.
- As oportunidades de negócio trazidas pela expansão da indústria geraram **novas formas de organização empresarial**: em alguns setores, como a siderurgia, a química, o petróleo ou a banca, formam-se **empresas gigantescas**. Nas grandes unidades de produção, **racionaliza-se o trabalho**, que se torna mais rentável mas, também, mais monótono e despersonalizado.

A geografia da industrialização

- No século XIX, a **Revolução Industrial** quebrou fronteiras: estendeu-se pela **Europa**, alcançou os **Estados Unidos da América** e, até, o longínquo **Japão**.
- Berço da Revolução Industrial, **a Inglaterra** manteve o seu lugar de **primeira potência mundial até ao fim do século XIX**, quando a concorrência de outras nações mais dinâmicas se fez verdadeiramente sentir. Na **entrada do novo século**, os **Estados Unidos** tinham já arrebatado o lugar cimeiro no conjunto das grandes economias mundiais.

A agudização das diferenças

- O extraordinário aumento da produção mundial favoreceu a **liberalização das trocas**. Seguindo o exemplo da Inglaterra, muitos foram os países que adotaram o **livre-cambismo**, facilitando a entrada dos produtos estrangeiros.
- Contrariando a teoria que fazia do livre-cambismo um fator de desenvolvimento conjunto e harmonioso de todas as nações, **a diminuição das barreiras alfandegárias favorecia os países mais industrializados**. Aos países mais débeis e de industrialização tardia tornava-se difícil competir com os gigantes da indústria e vencer a distância que os separava das nações mais ricas.
- **O mercado internacional permaneceu, assim, dominado pelas grandes potências económicas** que abasteciam o mundo de produtos manufaturados e recebiam em troca matérias-primas ou produtos agrícolas.
- O livre funcionamento do mercado favoreceu a repetição de um novo tipo de crise: as **crises cíclicas**. Típicas do **capitalismo industrial**, davam origem a numerosas falências que beneficiavam as grandes empresas, mais capazes de resistir aos períodos de recessão.

Personalidades

Thomas Edison (1847-1931)

O mais célebre e fecundo inventor de sempre, Edison tornou-se o símbolo da aceleração tecnológica que marcou a segunda metade do século XIX.

(Biografia na p. 13)

David Ricardo (1772-1823)

Economista britânico cujos trabalhos contribuíram fortemente para a adoção do livre-cambismo.

Clément Juglar (1824-1905)

Economista francês, foi o primeiro a teorizar o mecanismo das crises cíclicas do capitalismo.

Datas

c. 1850-1914 – afirmação do capitalismo industrial.
c. 1890-1914 – fim da hegemonia económica britânica.

Palavras-chave

Capitalismo industrial
Sistema económico que se caracteriza por um investimento maciço na indústria.
(Conceito na p. 41)

Livre-cambismo
Faceta do liberalismo económico que advoga a livre circulação de mercadorias.
(Conceito na p. 37)

Crise cíclica
Crise periódica, típica do capitalismo industrial e financeiro, que se caracteriza pela superprodução.
(Conceito na p. 39)

ETHOS | Pré-Texto Editora

Relembrar

2 A sociedade industrial e urbana

A explosão populacional

- A Revolução Industrial e o capitalismo resultaram em transformações quantitativas e qualitativas no seio das populações. A **explosão populacional** foi a primeira dessas grandes alterações, tornada possível pelo declínio irreversível da mortalidade e pelo aumento da esperança de vida.
- Um "mundo cheio" traduziu-se na **expansão urbana**. As cidades, sobretudo das regiões industrializadas, cresceram em área e em número.
- Para a expansão urbana, contribuíram o **êxodo rural e a emigração**, particularmente fortes a partir da segunda metade do século XIX.

A sociedade oitocentista

- Entretanto, as hierarquias sociais tradicionais desmantelaram-se e a sociedade de ordens deu lugar à **sociedade de classes**. Se iguais perante a lei, os homens dividiam-se em diferentes classes, em função dos seus rendimentos económicos, ocupações profissionais e valores.
- A **alta burguesia** distinguiu-se pelo poder económico, político e social. Os seus padrões de vida oscilaram entre a ostentação aristocrática, a poupança e a valorização do trabalho.
- O desenvolvimento do setor terciário contribuiu para a expansão das **classes médias**: pequenos empresários, empregados do comércio e dos serviços, membros das profissões liberais. Eram defensoras da ordem, da moral e dos valores burgueses.
- No patamar inferior da sociedade, o **proletariado** apenas contava com o seu trabalho braçal. Empregado, com suas mulheres e filhos, nas minas e nas fábricas, suportava longos horários de trabalho em condições frequentemente degradantes.

O Movimento operário

- Contra as duras condições de trabalho e de vida, os operários reagiram violentamente. Como o ***ludismo*** na Inglaterra, estas insurreições ocorreram um pouco por todos os países industrializados. Mal organizadas, foram drasticamente reprimidas.
- As **mutualidades** foram as primeiras experiências de organização operária. As quotizações dos filiados permitiram acudir aos necessitados em situações de infortúnio.
- O movimento operário ganhou força com a constituição de **sindicatos**, associações de trabalhadores que passaram a coordenar as ações reivindicativas. Recorriam à greve para pressionar a entidade patronal.
- Os excessos do capitalismo e a exploração operária estiveram na origem das **propostas socialistas** que defendiam uma sociedade mais justa e igualitária.
- Os **socialistas utópicos** rejeitavam a violência e projetaram comunidades fraternas, onde todos trabalhariam, pondo em comum os frutos do seu trabalho.
- O **marxismo** assentava o seu plano de ação na luta de classes. O proletariado derrubaria a burguesia e conquistaria o poder. A ditadura do proletariado era a etapa política necessária para a construção de uma sociedade sem classes.
- Sindicatos e partidos da classe trabalhadora contribuíram para os **progressos da legislação** social nas últimas décadas do século XIX.

© Texto Editores

Personalidades

Karl Marx (1818-1183)

Historiador, filósofo e jornalista alemão, foi o grande ideólogo do socialismo científico e da luta de classes. (Biografia na p. 77)

Friedrich Engels (1820-1895)

Filósofo alemão, foi um dos fundadores do socialismo científico. Publicou, com Marx, o *Manifesto do Partido Comunista*.

Palavras-chave

Explosão demográfica Crescimento intenso da população, particularmente forte na Europa do século XIX. (Conceito na p. 49)

Sociedade de classes Tipo de sociedade que se implanta na Europa com o advento do capitalismo industrial. (Conceito na p. 55)

Proletariado Classe social geralmente identificada com o operariado. (Conceito na p. 67)

Movimento operário Conjunto de ações levadas a cabo pelos trabalhadores com vista à melhoria das condições de trabalho e de vida. (Conceito na p. 73)

Socialismo Teoria que defende a abolição das diferenças entre as classes sociais. (Conceito na p. 75)

Sufrágio universal Direito de participação de todos os cidadãos na escolha dos seus representantes políticos. (Conceito na p. 78)

Demoliberalismo Sistema político que se alicerça na força dos parlamentos, representativos da nação. (Conceito na p. 78)

Obras

Manifesto do Partido Comunista, de K. Marx e F. Engels

O Capital, de Karl Marx

Apêndice VI – Grelha de Análise do manual de História 12ºano – 1ªparte

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

51. Disciplina

História A

52. Ano

12ºano

53. Título

Entre Tempos

54. Autor(es)

Maria Antónia Monterroso Rosas Célia Pinto do Couto Alfredo Costa Ana Cristina Santos

55. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

56. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

57. Ano de publicação

2023

58. Editora

Porto Editora

59. Edição

2023

60. Nº de páginas

209

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	13	23	
b) Cidadania juvenil	2	6	
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)			
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	7	10	
TOTAL	22	39	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual de história foi selecionado por se tratar de uma disciplina que desempenha um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Está também ligada à construção da memória coletiva e à legitimação de modelos sociais e políticos.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    aa) Nível UE 16
    bb) Nível Nacional 6
    cc) Nível Local (0)
    dd) Outras regiões (para além da UE) 1
    ee) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (0)

13.1 Parágrafos representativos:

"A greve dos operários, ontem [23 de fevereiro], ocorrida por motivo de falta de pão, prosseguiu hoje, não tendo trabalhado durante o dia 131 empresas com 158 583 trabalhadores. […] Entre os manifestantes observava-se um número considerável de jovens estudantes. […] Hoje, a agitação adquiriu ainda maiores dimensões e pode já assinalar-se um centro dirigente, de onde são recebidas as diretivas. […] Se não forem tomadas medidas decididas para reprimir as desordens, é possível que na segunda-feira sejam erguidas barricadas." (pág. 26)

"Em outubro de 1917, a Rússia viveu uma revolução que fez do país o primeiro Estado socialista do mundo. Em Marx buscaram os revolucionários a inspiração. Em Lenine encontraram o líder incontestado e o grande responsável pela implementação dos princípios marxistas. As suas ideias e a sua ação deram corpo ao chamado marxismo-leninismo." (pág.27)

"Trabalhadores ocuparam fábricas, soldados e marinheiros amotinaram-se e, em muitas cidades, estabeleceram-se sovietes (assembleias). Para evitar uma guerra civil, Nicolau II permitiu eleições para a Duma (Parlamento)" (pág.27)

"Os camponeses, que constituíam 85% da população, clamavam por terras, concentradas nas mãos dos grandes senhores e latifundiários. O operariado, escasso, mas fortemente reivindicativo, exigia melhores condições de vida e de trabalho. Quanto à burguesia e à nobreza liberal, desejavam a abertura política e a modernização do país. A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, desde 1914, ainda agravou mais as fraquezas do regime. Se a desorganização da economia, a falta de géneros e a fome justificavam as manifestações e as greves, as derrotas face à Alemanha estimulavam o anticzarismo" (pág.27)

"Num ambiente de generalizado descontentamento e oposição ao czarismo, sucederam-se na capital do império, Petrogrado, entre 23 e 27 de fevereiro 1 2 de 1917, grandiosas manifestações de mulheres, acompanhadas de greves dos operários da cidade" (pág. 27)

"Reunidos numa assembleia popular, denominada Soviete, os operários incitavam ao derrube do czar, contando com a adesão de milhares de militares. Desprovido de apoios, Nicolau II abdicou a 2 de março a favor do irmão, o grão-duque Miguel, mas este recusou a regência. O czarismo chegou ao fim e a Rússia tornou-se uma república" (pág.27)

"Os destinos da Rússia ficaram nas mãos do Governo Provisório, liderado pela burguesia liberal. Dirigido por Lvov e, depois, por Kerensky, empenhou-se na instauração de uma democracia parlamentar e na continuação da guerra com a Alemanha, que acreditava poder ganhar (D Os meses seguintes não trouxeram, contudo, a desejada estabilidade. Controlados pelos bolcheviques, sobretudo após o regresso, em abril, de Lenine à Rússia (Doc. 15A), os sovietes de operários, camponeses, soldados e marinheiros proliferaram por todo o território." (pág.29)

"Em 24 e 25 de outubro, Petrogrado assistiu a uma nova revolução. Milícias bolcheviques, conhecidas por Guardas Vermelhos, controlaram pontos estratégicos da cidade (pontes, correios, gares ferroviárias), assaltaram o Palácio de Inverno e derrubaram o Governo Provisório nele sediado" (pág.31)

"O II Congresso dos Sovietes (Doc. 16B), reunido em Petrogrado, entregou, de imediato, o poder ao Conselho dos Comissários do Povo, composto exclusivamente por bolcheviques. Lenine ocupou a presidência, Trotsky a Pasta da Guerra e Estaline a das Nacionalidades" (pág,31)

"Pela primeira vez na História, os representantes do proletariado conquistavam o poder político (Doc. 16C). Exatamente como Marx preconizara: recorrendo à luta de classes e à revolução" (pág.31)

"Para responder às aspirações das massas populares e às reivindicações dos sovietes, o novo Governo iniciou funções com a publicação dos decretos revolucionários sobre: a paz, convidando os povos beligerantes à negociação; a terra, abolindo, sem indemnização, a grande propriedade, entregando-a a sovietes camponeses; o controlo operário, atribuindo aos operários das empresas a superintendência e a gestão da respetiva produção; as nacionalidades, conferindo a todos os povos do antigo Império Russo o estatuto de igualdade e o direito à autodeterminação."(pág.31)

"Fica abolida a propriedade privada da terra. Declara-se que toda a terra, com todos os edifícios, o gado e as ferramentas, é património de todo o povo trabalhador;
Ratifica-se a lei soviética sobre o controlo operário, com o objetivo de assegurar o poder do povo trabalhador sobre os exploradores e como primeira medida para que as fábricas, minas, caminhos de ferro e demais meios de produção e de transporte passem por inteiro a ser propriedade do Estado operário e camponês;
Ratifica-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado, como uma das condições da emancipação das massas trabalhadoras do jugo do capital;
Fica estabelecido o trabalho obrigatório para todos, com o fim de eliminar as camadas parasitas da sociedade;
Decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses e o desarmamento completo das classes proprietárias, com o objetivo de assegurar a plenitude do poder das massas trabalhadoras e de eliminar toda a possibilidade de restauração do poder dos exploradores" Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, proposta de Lenine, aprovada pelo III Congresso dos Sovietes, janeiro de 1918. (pág.34)

“Os operários de Petrogrado e de Moscovo levantam-se cada vez com unidade, [...] em massas cada vez maiores. Nisso reside a garantia da nossa vitória. Os abutres capitalistas, [...] ao lançarem-se na campanha contra a pacífica Rússia, contam ainda com a sua aliança com o inimigo interno do Poder Soviético. São os capitalistas, os latifundiários, os kulaks , ... que odeiam o poder operários e dos camponeses [...](pág.35)

“Uma onda de insurreições kulaks atravessa a Rússia. [...] Estes bebedores de sangue lucraram com as necessidades do povo durante a guerra, acumularam milhares de rublos, elevando os preços dos cereais. [...] Ódio e desprezo pelos partidos que os defendem: os socialistas revolucionários de direita os mencheviques e os atuais socialistas revolucionários de esquerda, os funcionários devem esmagar com mão de ferro as insurreições dos Kulaks” (pág.35)

“A onda vermelha chegou com força à Europa. Na Alemanha, logo após a capitulação perante os Aliados (novembro de 1918), constituíram-se conselhos de operários, soldados e marinheiros, inspirados nos sovietes russos. Contra a República de Weimar se levantaram os espartaquistas, fação radical do Partido Social-Democrata alemão, proclamando uma “república socialista”. Em janeiro de 1919, acabaram dominados pelas forças leais ao governo, sendo os seus líderes executado” (pág.41)

“Em Portugal, o precário nível de vida, em virtude de os salários não acompanharem a inflação dos preços, esteve na origem de violentas greves, entre 1919 e 1921” (pág.41)

“Este relativismo de valores, que tudo punha em questão, acelerou as mudanças já em curso que, num turbilhão, invadiram o dia a dia das grandes cidades. De todas elas, a emancipação feminina foi, certamente, a que mais perturbou os contemporâneos” (pág.41)

“Fizemos petições, protestámos, suplicámos, prostrámo-nos aos pés do trono, e tudo foi em vão. Temos de lutar repito-o, sir, temos de lutar”. Foi nesse estado de espírito que as mulheres iniciaram a guerra. No primeiro mês da guerrilha foram danificados e destruídos inúmeros bens.” (pág.46)

“Cerca de 1900, o direito de participação na vida política (direito ao voto) passou a assumir um papel importante nas reivindicações femininas. Organizaram-se então numerosas associações de sufragistas que, com um enorme espírito de militância, desencadearam uma luta tenaz pelo voto feminino” (pág.47)

“A 5 de outubro de 1910, em Portugal, uma revolução punha fim a quase oito séculos de monarquia e colocava os republicanos no poder. Nos primeiros tempos do novo regime, o Partido Republicano procurou unir a população portuguesa em torno de um programa reformista que pusesse fim aos problemas nas áreas da economia, da justiça e do ensino. Todavia, uma sucessão de problemas internos e externos conduziu a Primeira República portuguesa (1910-1926) para águas permanentemente agitadas.” (pág.91)

"A Constituição de 1911 atribuiu ao Congresso da República (assim se designava o Parlamento português) elevados poderes sobre governos e presidentes, o que contribuiu para uma crónica instabilidade governativa. Em 16 anos de regime, houve 7 eleições gerais para o Congresso, 8 Presidentes da República e 45 governos. As lutas político-partidárias acentuaram-se ainda mais com a fragmentação do Partido Republicano (Doc. 3A). No Parlamento, os deputados exigiam constantes explicações ao Governo, enveredando, até, pela via dos ataques pessoais" (pág.93)
"As bases de apoio dos republicanos também se sentiam traídas por um regime que não conseguia melhorar as suas condições de vida. Nos anos 20, as classes médias viram o seu poder de compra reduzido a metade do que fora em 1910. A mesma descrença grassou entre o operariado, para quem a greve se afigurava como a forma de luta mais eficaz contra a miséria a que estavam sujeitos" (pág95)

"Entre 1935 e 1938 decorreu a segunda fase do New Deal, de cunho vincada- mente social. Foi nesta fase que o Governo Federal americano assumiu na plenitude os ideais do Estado-Providência (Welfare State), isto é, do Estado intervencionista que promove a segurança social, de modo a garantir a felicidade, obem-estar e o aumento do poder de compra dos seus cidadãos. Para a concretização desta fase foram fundamentais as seguintes leis: Wagner Act (1935) – reconheceu a liberdade sindical e o direito à greve; Social Security Act (1935) – regularizou a reforma por velhice e invalidez, instituiu o fundo de desemprego e o auxílio aos pobres (Doc. 6D); Fair Labor Standard Act (1938) – estabeleceu o salário mínimo e reduziu a 44 horas a duração semanal do trabalho" (pág.127)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:
    z) Nível UE 4
    aa) Nível Nacional 2
    bb) Nível Local
    cc) Outras regiões (para além da UE)
    dd) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

14.1 Parágrafos representativos:

"A greve dos operários, ontem [23 de fevereiro], ocorrida por motivo de falta de pão, prosseguiu hoje, não tendo trabalhado durante o dia 131 empresas com 158 583 trabalhadores. […] Entre os manifestantes observava-se um número considerável de jovens estudantes. […] Hoje, a agitação adquiriu ainda maiores dimensões e pode já assinalar-se um centro dirigente, de onde são recebidas as diretivas. […] Se não forem tomadas medidas decididas para reprimir as desordens, é possível que na segunda-feira sejam erguidas barricadas." (pág. 26)

"Líderes de sociedades profundamente hierarquizadas e rígidas, Mussolini e Hitler souberam explorar o elevado respeito que as massas nutriam pelas elites. A obediência cega das massas obcecou, com efeito, a prática fascista, avessa à vontade individual e ao espírito crítico. Por isso, os ideais fascistas inculcavam-se primeiramente nos jovens, já que as crianças, mais do que às famílias, pertenciam ao Estado" (pág. 139)

"Na Itália, a partir dos 4 anos, as crianças ingressavam nos Filhos da Loba e usavam já uniforme; dos 8 aos 14 faziam parte dos Balillas; aos 14 eram vanguardistas; e aos 18 entravam nas Juventudes Fascistas. Também na Alemanha, os jovens eram fanatizados pelas organizações de juventude a partir dos 10 anos, considerando-se opositores ao regime os pais que para elas não enviassem os filhos. Quando os nazis chegaram ao poder, em janeiro de 1933, as Juventudes Hitlerianas contavam com aproximadamente 100 mil membros. No final desse ano, já eram mais de 2 milhões e o número não parou de crescer até 1940, quando 82% dos jovens alemães entre os 10 e os 18 anos já integravam as suas fileiras." (pág. 139)

"Por sua vez, as raparigas também eram inseridas em organizações específicas, como a das Jovens Italianas e a Liga das Jovens Alemãs. Nestas organizações, os jovens italianos e alemães aprendiam o culto ao Estado e ao chefe, o amor pelo desporto e pela guerra, o desprezo pelos valores intelectuais" (pág.139)

"Nestas organizações, os jovens italianos e alemães aprendiam o culto ao Estado e ao chefe, o amor pelo desporto e pela guerra, o desprezo pelos valores intelectuais" (pág. 139)

"A educação fascista completava-se na escola, através de professores profundamente subservientes ao regime, ao qual prestavam juramento, e de manuais escolares impregnados dos princípios totalitários fascista" (pág. 139)

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):

u) Nível UE - 0
v) Nível Nacional - 0
w) Nível Local - 0
x) Outras regiões (para além da UE) - 0
y) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

z) Nível UE - 0
aa) Nível Nacional - 0
bb) Nível Local - 0
cc) Outras regiões (para além da UE) - 0
dd) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*]:

t) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política).

u) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária). X.

v) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)). X

w) **Outra** ☐ (Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"Trabalhadores ocuparam fábricas, soldados e marinheiros amotinaram-se e, em muitas cidades, estabeleceram-se sovietes (assembleias). Para evitar uma guerra civil, Nicolau II permitiu eleições para a Duma (Parlamento)" (pág.27)

"Os camponeses, que constituíam 85% da população, clamavam por terras, concentradas nas mãos dos grandes senhores e latifundiários. O operariado, escasso, mas fortemente reivindicativo, exigia melhores condições de vida e de trabalho. Quanto à burguesia e à nobreza liberal, desejavam a abertura política e a modernização do país. A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, desde 1914, ainda agravou mais as fraquezas do regime. Se a desorganização da economia,

a falta de géneros e a fome justificavam as manifestações e as greves, as derrotas face à Alemanha estimulavam o anticzarismo" (pág. 27)

"A greve dos operários, ontem [23 de fevereiro], ocorrida por motivo de falta de pão, prosseguiu hoje, não tendo trabalhado durante o dia 131 empresas com 158 583 trabalhadores. […] Entre os manifestantes observava-se um número considerável de jovens estudantes. […] Hoje, a agitação adquiriu ainda maiores dimensões e pode já assinalar-se um centro dirigente, de onde são recebidas as diretivas. […] Se não forem tomadas medidas decididas para reprimir as desordens, é possível que na segunda-feira sejam erguidas barricadas." (pág. 27)

"Os destinos da Rússia ficaram nas mãos do Governo Provisório, liderado pela burguesia liberal. Dirigido por Lvov e, depois, por Kerensky, empenhou-se na instauração de uma democracia parlamentar e na continuação da guerra com a Alemanha, que acreditava poder ganhar (D Os meses seguintes não trouxeram, contudo, a desejada estabilidade. Controlados pelos bolcheviques, sobretudo após o regresso, em abril, de Lenine à Rússia (Doc. 15A), os sovietes de operários, camponeses, soldados e marinheiros proliferaram por todo o território." (pág.29)

"Pela primeira vez na História, os representantes do proletariado conquistavam o poder político (Doc. 16C). Exatamente como Marx preconizara: recorrendo à luta de classes e à revolução" (pág.31)

"Para responder às aspirações das massas populares e às reivindicações dos sovietes, o novo Governo iniciou funções com a publicação dos decretos revolucionários sobre: a paz, convidando os povos beligerantes à negociação; a terra, abolindo, sem indemnização, a grande propriedade, entregando-a a sovietes camponeses; o controlo operário, atribuindo aos operários das empresas a superintendência e a gestão da respetiva produção; as nacionalidades, conferindo a todos os povos do antigo Império Russo o estatuto de igualdade e o direito à autodeterminação."(pág.31)

"Os operários de Petrogrado e de Moscovo levantam-se cada vez com unidade, [...] em massas cada vez maiores. Nisso reside a garantia da nossa vitória. Os abutres capitalistas, [...] ao lançarem-se na campanha contra a pacífica Rússia, contam ainda com a sua aliança com o inimigo interno do Poder Soviético. São os capitalistas, os latifundiários, os kulaks ,..que odeiam o poder dos operários e dos camponeses [...]" (pág.35)

"Fica abolida a propriedade privada da terra. Declara-se que toda a terra, com todos os edifícios, o gado e as ferramentas, é património de todo o povo trabalhador; Ratifica-se a lei soviética sobre o controlo operário, com o objetivo de assegurar o poder do povo trabalhador sobre os exploradores e como primeira medida para que as fábricas, minas, caminhos de ferro e demais meios de produção e de transporte passem por inteiro a ser propriedade do Estado operário e camponês;
Ratifica-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado, como uma das condições da emancipação das massas trabalhadoras do jugo do capital; Fica estabelecido o trabalho obrigatório para todos, com o fim de eliminar as camadas parasitas da sociedade; Decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses e o desarmamento

completo das classes proprietárias, com o objetivo de assegurar a plenitude do poder das massas trabalhadoras e de eliminar toda a possibilidade de restauração do poder dos exploradores"Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, proposta de Lenine, aprovada pelo III Congresso dos Sovietes, janeiro de 1918. (pág.34)

"Entretanto, prosseguia a aplicação dos decretos relativos à terra e ao controlo operário (Doc. 19). Contudo, além de colidir com a inevitável oposição de proprietários (os kulaks) e empresários, o projeto bolchevique encontrava também resistências junto de uma parte substancial da população russa afetada pela persistência da carestia e da inflação. Com efeito, nas eleições para a Assembleia Constituinte de novembro de 1917, os bolcheviques apenas obtiveram 25% dos votos." (pág.35)

"Em Portugal, o precário nível de vida, em virtude de os salários não acompanharem a inflação dos preços, esteve na origem de violentas greves, entre 1919 e 1921" (pág.41)

"Do choque da guerra nasceu, pois, a convicção de que o mundo não mais voltaria a ser o que era. Uma vaga de contestação a todos os níveis abalou a sociedade que, mergulhada numa profunda "crise de consciência", se viu sem referentes sólidos. A família, a indissolubilidade do casamento, a moral sexual, o papel da mulher, os preceitos religiosos, as regras de conduta social deixaram de ter um padrão rígido e foram aberta e sistematicamente subvertidas. Instalou-se, pois, um clima de anomia, isto é, de ausência de normas morais e sociais que, com clareza, distinguissem o certo e o errado." (pág.43)

"As convulsões da guerra vieram alterar este estado de espírito. Com os homens nas trincheiras, as mulheres viram-se livres das suas tradicionais limitações como donas de casa, assumindo a autoridade do lar e o sustento da família. Podiam ser vistas a trabalhar nas fábricas de armamento (Doc. 31), a conduzir carrinhas e autocarros, a fazer reparações elétricas, a carregar materiais pesados. No campo, realizavam também o trabalho masculino e mesmo na frente de batalha tornaram-se imprescindíveis, assegurando os cuidados de enfermagem, com risco da própria vida. Como reconheceu um comunicado do Ministério da Guerra britânico, "as mulheres tinham-se revelado capazes de substituir o sexo forte em praticamente todas as tarefas". (pág.49)

c) Participação política

"Congresso, apresentara os princípios que deveriam nortear uma convivência internacional pacífica: prática de uma diplomacia transparente; liberdade de navegação e de trocas; redução dos armamentos; respeito para com as nacionalidades; criação de uma liga das nações (Doc. 2). Os "14 pontos" de Wilson serviriam de base aos trabalhos da Conferência de Paz, mas os atores políticos europeus também tinham o seu guião para o pós-guerra" (pág.13)

“Em outubro de 1917, a Rússia viveu uma revolução que fez do país o primeiro Estado socialista do mundo. Em Marx buscaram os revolucionários a inspiração. Em Lenine encontraram o líder incontestado e o grande responsável pela implementação dos princípios marxistas. As suas ideias e a sua ação deram corpo ao chamado marxismo-leninismo” (pág.27)

“Trabalhadores ocuparam fábricas, soldados e marinheiros amotinaram-se e, em muitas cidades, estabeleceram-se sovietes (assembleias). Para evitar uma guerra civil, Nicolau II permitiu eleições para a Duma (Parlamento)” (pág.27)

“Os camponeses, que constituíam 85% da população, clamavam por terras, concentradas nas mãos dos grandes senhores e latifundiários. O operariado, escasso, mas fortemente reivindicativo, exigia melhores condições de vida e de trabalho. Quanto à burguesia e à nobreza liberal, desejavam a abertura política e a modernização do país. A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, desde 1914, ainda agravou mais as fraquezas do regime. Se a desorganização da economia, a falta de géneros e a fome justificavam as manifestações e as greves, as derrotas face à Alemanha estimulavam o anticzarismo” (pág.27)

Num ambiente de generalizado descontentamento e oposição ao czarismo, sucederam-se na capital do império, Petrogrado, entre 23 e 27 de fevereiro 1 2 de 1917, grandiosas manifestações de mulheres, acompanhadas de greves dos operários da cidade” (pág. 27)

“A greve dos operários, ontem [23 de fevereiro], ocorrida por motivo de falta de pão, prosseguiu hoje, não tendo trabalhado durante o dia 131 empresas com 158 583 trabalhadores. […] Entre os manifestantes observava-se um número considerável de jovens estudantes. […] Hoje, a agitação adquiriu ainda maiores dimensões e pode já assinalar-se um centro dirigente, de onde são recebidas as diretivas. […] Se não forem tomadas medidas decididas para reprimir as desordens, é possível que na segunda- -feira sejam erguidas barricadas.” (pág.27)

“Os destinos da Rússia ficaram nas mãos do Governo Provisório, liderado pela burguesia liberal. Dirigido por Lvov e, depois, por Kerensky, empenhou-se na instauração de uma democracia parlamentar e na continuação da guerra com a Alemanha, que acreditava poder ganhar (D Os meses seguintes não trouxeram, contudo, a desejada estabilidade. Controlados pelos bolcheviques, sobretudo após o regresso, em abril, de Lenine à Rússia (Doc. 15A), os sovietes de operários, camponeses, soldados e marinheiros proliferaram por todo o território.” (pág.29)

“Em 24 e 25 de outubro, Petrogrado assistiu a uma nova revolução. Milícias bolcheviques, conhecidas por Guardas Vermelhos, controlaram pontos estratégicos da cidade (pontes, correios, gares ferroviárias), assaltaram o Palácio de Inverno e derrubaram o Governo Provisório nele sediado” (pág. 31)

“O II Congresso dos Sovietes (Doc. 16B), reunido em Petrogrado, entregou, de imediato, o poder ao Conselho dos Comissários do Povo, composto exclusivamente por bolcheviques. Lenine ocupou a presidência, Trotsky a Pasta da Guerra e Estaline a das Nacionalidades” (pág.31)

“Pela primeira vez na História, os representantes do proletariado conquistavam o poder político (Doc. 16C). Exatamente como Marx preconizara: recorrendo à luta de classes e à revolução” (pág.31)

“Para responder às aspirações das massas populares e às reivindicações dos sovietes, o novo Governo iniciou funções com a publicação dos decretos revolucionários sobre: a paz, convidando os povos beligerantes à negociação; a terra, abolindo, sem indemnização, a grande propriedade, entregando-a a sovietes camponeses; o controlo operário, atribuindo aos operários das empresas a superintendência e a gestão da respetiva produção; as nacionalidades, conferindo a todos os povos do antigo Império Russo o estatuto de igualdade e o direito à autodeterminação.” (pág.31)

“Fica abolida a propriedade privada da terra. Declara-se que toda a terra, com todos os edifícios, o gado e as ferramentas, é património de todo o povo trabalhador;
Ratifica-se a lei soviética sobre o controlo operário, com o objetivo de assegurar o poder do povo trabalhador sobre os exploradores e como primeira medida para que as fábricas, minas, caminhos de ferro e demais meios de produção e de transporte passem por inteiro a ser propriedade do Estado operário e camponês;
Ratifica-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado, como uma das condições da emancipação das massas trabalhadoras do jugo do capital;
Fica estabelecido o trabalho obrigatório para todos, com o fim de eliminar as camadas parasitas da sociedade;
Decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses e o desarmamento completo das classes proprietárias, com o objetivo de assegurar a plenitude do poder das massas trabalhadoras e de eliminar toda a possibilidade de restauração do poder dos exploradores”. Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, proposta de Lenine, aprovada pelo III Congresso dos Sovietes, janeiro de 1918” (pág.34)

“Os operários de Petrogrado e de Moscovo levantam-se cada vez com unidade, [...] em massas cada vez maiores. Nisso reside a garantia da nossa vitória. Os abutres capitalistas, [...] ao lançarem-se na campanha contra a pacífica Rússia, contam ainda com a sua aliança com o inimigo interno do Poder Soviético. São os capitalistas, os latifundiários, os kulaks ,.. que odeiam o poder dos operários e dos camponeses [...]” (pág.35)

“Uma onda de insurreições kulaks atravessa a Rússia. [...] Estes bebedores de sangue lucraram com as necessidades do povo durante a guerra, acumularam milhares de rublos, elevando os preços dos cereais. [...] Ódio e desprezo pelos partidos que os defendem: os socialistas revolucionários de direita os mencheviques e os atuais socialistas revolucionários de esquerda, os funcionários devem esmagar com mão de ferro as insurreições dos Kulaks.” (pág. 35)

“No seguimento da publicação do decreto sobre a paz o governo bolchevique assinou o armistício com as Potências Centrais, no dia 15 de dezembro de 1917, em Brest-Litovsk. Depois de longas negociações na mesma cidade, sob a direção de Trotsky, a Rússia acordou, em 3 de março de 1918, uma paz separada com a Alemanha, perdendo os seguintes territórios: a Polónia, a Ucrânia, as províncias bálticas (Estónia, Letónia e Lituânia) e a Finlândia. Para a Rússia, este acordo

saldou-se na perda de ¼ da sua população e das suas terras cultiváveis e de ¾ das minas de ferro e de carvão. Foi, segundo Lenine, uma paz desastrosa, mas necessária" (pág.35)

"Entretanto, prosseguia a aplicação dos decretos relativos à terra e ao controlo operário (Doc. 19). Contudo, além de colidir com a inevitável oposição de proprietários (os kulaks) e empresários, o projeto bolchevique encontrava também resistências junto de uma parte substancial da população russa afetada pela persistência da carestia e da inflação. Com efeito, nas eleições para a Assembleia Constituinte de novembro de 1917, os bolcheviques apenas obtiveram 25% dos votos." (pág.35)

"A ditadura do proletariado, conceito-chave na teoria marxista, assume-se como uma etapa transitória, embora necessária, no processo de construção da sociedade socialista. Servindo-se da "supremacia política", o proletariado retiraria "todo o capital à burguesia" e centralizaria todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, entendido como representante exclusivo e legítimo do proletariado (Doc. 21A). Deste modo se chegaria a um estádio em que as diferenças sociais se apagavam e o Estado, enquanto instrumento de domínio de uma classe sobre a outra, deixava de fazer sentido e se extinguia também: o comunismo, a que Marx chamava "a forma mais alta de organização da sociedade". Nela, o ser humano alcançaria o verdadeiro bem-estar, a verdadeira liberdade." (pág. 37)

"Profundamente fiel ao marxismo, Lenine jamais escondeu os seus propósitos de implementação imediata da ditadura do proletariado. Na Rússia bolchevista, ela revestiu-se, porém, de aspetos bem específicos. Um deles relacionou-se com a composição do próprio proletariado. Marx entendia-o formado pelos operários, vítimas da exploração capitalista. Já Lenine incluía nele os camponeses, pois tinha em consideração o atraso industrial da Rússia e as suas estruturas arcaicas e rurais. "(pág.37)

"Segundo Lenine e Trotsky, os mentores do Komintern, a revolução socialista europeia deveria ser conduzida por partidos comunistas decalcados do modelo russo e fiéis ao marxismo-leninismo. No 2º Congresso do Komintern, realizado em julho de 1920, os partidos socialistas e sociais-democratas foram mesmo obrigados a libertarem-se das tendências reformistas-revisionistas, anarquistas e pequeno-burguesas, bem como a defenderem a Rússia bolchevique. Aqueles que o fizeram passaram a ser designados por partidos comunistas, enquanto os partidos socialistas e sociais-democratas ficaram para sempre identificados com o reformismo." (pág.41)

"A onda vermelha chegou com força à Europa. Na Alemanha, logo após a capitulação perante os Aliados (novembro de 1918), constituíram-se conselhos de operários, soldados e marinheiros, inspirados nos sovietes russos. Contra a República de Weimar se levantaram os espartaquistas, fação radical do Partido Social-Democrata alemão, proclamando uma "república socialista". Em janeiro de 1919, acabaram dominados pelas forças leais ao governo, sendo os seus líderes executado" (pág.41)

"Fizemos petições, protestámos, suplicámos, prostrámo-nos aos pés do trono, e tudo foi em vão. Temos de lutar repito-o, sir, temos de lutar". Foi nesse estado de espírito que as mulheres iniciaram a guerra. No primeiro mês da guerrilha foram danificados e destruídos inúmeros bens." (pág.46)

"A 5 de outubro de 1910, em Portugal, uma revolução punha fim a quase oito séculos de monarquia e colocava os republicanos no poder. Nos primeiros tempos do novo regime, o Partido Republicano procurou unir a população portuguesa em torno de um programa reformista que pusesse fim aos problemas nas áreas da economia, da justiça e do ensino. Todavia, uma sucessão de problemas internos e externos conduziu a Primeira República portuguesa (1910-1926) para águas permanentemente agitadas." (pág.91)

"A Constituição de 1911 atribuiu ao Congresso da República (assim se designava o Parlamento português) elevados poderes sobre governos e presidentes, o que contribuiu para uma crónica instabilidade governativa. Em 16 anos de regime, houve 7 eleições gerais para o Congresso, 8 Presidentes da República e 45 governos. As lutas político-partidárias acentuaram-se ainda mais com a fragmentação do Partido Republicano (Doc. 3A). No Parlamento, os deputados exigiam constantes explicações ao Governo, enveredando, até, pela via dos ataques pessoais" (pág.93)

"A Grande Guerra trouxe consigo o agravamento da instabilidade política. Em 1915, ainda o país não havia entrado nela, já o general Pimenta de Castro dissolvia o Parlamento e instalava a ditadura militar (Doc. 3B). Pela via da ditadura enveredou, igualmente, o major Sidónio Pais, através do golpe militar de 5 de dezembro de 1917. Considerando-se o fundador de uma "República Nova", destituiu o Presidente da República, Bernardino Machado, dissolveu o Congresso e fez-se eleger presidente por eleições diretas, em abril de 1918 (Doc. 3C). O sidonismo pretendia combater a hegemonia do Partido Democrático na vida nacional, apoiando-se nas forças mais conservadoras, nomeadamente nos monárquicos." (pág.93)

"Ao devolver a confiança aos americanos, sobretudo aos mais afetados pelo desemprego, o New Deal demonstrou que era possível ultrapassar a crise sem abdicar dos ideais democráticos, lição que alguns países europeus vão tentar seguir" (pág.127)

"Nos inícios dos anos 20, nos países onde a democracia liberal não dispunha de raízes sólidas e/ou onde a guerra provocara gravíssimos problemas económicos, humilhações e insatisfações, afirmaram-se soluções autoritárias de direita." (pág.133)

"Líderes de sociedades profundamente hierarquizadas e rígidas, Mussolini e Hitler souberam explorar o elevado respeito que as massas nutriam pelas elites. A obediência cega das massas obcecou, com efeito, a prática fascista, avessa à vontade individual e ao espírito crítico. Por isso, os ideais fascistas inculcavam-se primeiramente nos jovens, já que as crianças, mais do que às famílias, pertenciam ao Estado" (pág.139)

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (x) *mais do que uma opção*):

p) Informativo X
q) Reflexivo / Interpretativo X
r) Outro (Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

p) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
q) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
r) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos encontram- se no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1 Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"Em outubro de 1917, a Rússia viveu uma revolução que fez do país o primeiro Estado socialista do mundo. Em Marx buscaram os revolucionários a inspiração. Em Lenine encontraram o líder incontestado e o grande responsável pela implementação dos princípios marxistas. As suas ideias e a sua ação deram corpo ao chamado marxismo-leninismo." (pág.27) Nível 1 "Num ambiente de generalizado descontentamento e oposição ao czarismo, sucederam-se na capital do império, Petrogrado, entre 23 e 27 de fevereiro de 1917, grandiosas manifestações de mulheres, acompanhadas de greves dos operários da cidade" (pág. 27) Nível 1 "Em 24 e 25 de outubro, Petrogrado assistiu a uma nova revolução. Milícias bolcheviques, conhecidas por Guardas Vermelhos, controlaram pontos estratégicos da cidade (pontes, correios, gares ferroviárias), assaltaram o Palácio de Inverno e derrubaram o Governo Provisório nele sediado" (pág.31) Nível 1 "Pela primeira vez na História, os representantes do proletariado conquistavam o poder político (Doc. 16C). Exatamente como Marx preconizara: recorrendo à luta de classes e à revolução" (pág.31) Nível 1 "A onda vermelha chegou com força à Europa. Na Alemanha, logo após a capitulação perante os Aliados (novembro de 1918), constituíram-se conselhos de operários, soldados e marinheiros, inspirados nos sovietes russos. Contra a República de Weimar se levantaram os espartaquistas, fação radical do Partido

Social-Democrata alemão, proclamando uma "república socialista". Em janeiro de 1919, acabaram dominados pelas forças leais ao governo, sendo os seus líderes executado" (pág.41) Nível 2

***Longa Vida à III Internacional*, cartaz russo de 1921.** Em primeiro plano, um operário estrangeiro, enquadrado pelas boas-vindas em várias línguas, aproxima-se de Moscovo. Esta cidade, capital da Rússia desde março de 1918, foi o palco da III Internacional.

"Em Portugal, o precário nível de vida, em virtude de os salários não acompanharem a inflação dos preços, esteve na origem de violentas greves, entre 1919 e 1921" (pág.41) Nível 1

b) Reflexivo / Interpretativo

"Os camponeses, que constituíam 85% da população, clamavam por terras, concentradas nas mãos dos grandes senhores e latifundiários. O operariado, escasso, mas fortemente reivindicativo, exigia melhores condições de vida e de trabalho. Quanto à burguesia e à nobreza liberal, desejavam a abertura política e a modernização do país. A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, desde 1914, ainda agravou mais as fraquezas do regime. Se a desorganização da economia, a falta de géneros e a fome justificavam as manifestações e as greves, as derrotas face à Alemanha estimulavam o anticzarismo" (pág.27) Nível 2

B O *Führer*

O Porta-estandarte, pintura de Hubert Lanzinger, 1933.

B Uma tarefa difícil

"Muito pesado", caricatura na revista satírica inglesa *Punch*, 1919.
Presidente Wilson: "Aqui está o teu ramo de oliveira. Agora, ao trabalho."
Pomba da paz: "Claro que quero agradar a todos; mas não é um pouco pesado?"

ETHA12.P1 © Porto Editora

"O toque final", caricatura na revista satírica inglesa *Punch*, 1919.

DOC 3 A internacionalização de uma guerra civil

A A evolução do conflito

B A URSS

ETHA13.P1 © Porto Editora

"Da esquerda republicana ao povo russo pela sua ajuda na nossa luta", cartaz de 1937.

C Os voluntários

Cartaz de Juan José Parrilla, entre 1936 e 1939. Os republicanos contaram com a colaboração das *Brigadas Internacionais*, constituídas por milhares de voluntários estrangeiros empenhados em lutar contra as forças fascistas.

D Os regimes fascistas

"O que vais fazer para evitar isto?", cartaz republicano do Comissariado de Propaganda da Catalunha, 1936.

1. Apresente duas evidências da dimensão internacional da guerra civil espanhola.

Menina camponesa de Kharkiv, fotografia de Alexander Wienerberger, 1933.

B As vítimas civis

Crianças dos subúrbios de Londres junto aos escombros da sua casa destruída (setembro de 1940). Nos céus de Inglaterra, entre agosto e novembro de 1940, travou-se uma dura batalha entre a aviação alemã (*Luftwaffe*) e a Força Aérea inglesa (*RAF*). Os ingleses resistiram aos bombardeamentos sistemáticos de cidades com uma determinação igual à do seu primeiro-ministro, Winston Churchill, que lhes havia prometido "sangue, trabalho, lágrimas e suor".

As imagens situam-se tendencialmente o NIVEL 2 de complexidade.

c) Outro

20.Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (x) correspondente*).

Sim Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (x) *mais do que uma opção*):

z) Estatuto da cidadania
aa) Género X
bb) Etnia
cc) Idade
dd) Outro Direitos Humanos, Globalização

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

b) Género

"Num ambiente de generalizado descontentamento e oposição ao czarismo, sucederam-se na capital do império, Petrogrado, entre 23 e 27 de fevereiro 1 2 de 1917, grandiosas manifestações de mulheres, acompanhadas de greves dos operários da cidade "(pág. 27)

"Este relativismo de valores, que tudo punha em questão, acelerou as mudanças já em curso que, num turbilhão, invadiram o dia a dia das grandes cidades. De todas elas, a emancipação feminina foi, certamente, a que mais perturbou os contemporâneos" (pág.41)

"No século XX, a emancipação feminina revestiu duas facetas distintas: a alteração dos padrões de conduta, de forma a permitir à mulher uma maior liberdade de atuação e novas formas de sociabilidade; e a luta pela igualdade jurídica, em que adquiriu especial relevância o direito ao voto." (pág. 45)

"O clima de incerteza e permissividade que se seguiu à Grande Guerra foi decisivo para a alteração das normas de conduta feminina. A mulher adquire, então, uma visibilidade até aí impensável: sai para ir às compras, para tomar chá e refrescos, para ir à praia, para dançar num clube noturno. A convivência entre os sexos torna-se mais livre e ousada, e a prática do desporto abre-se também ao sexo feminino" (pág. 45)

"A luta pela igualdade jurídica assumiu um lugar central no movimento feminista. O movimento feminista organizado remonta ao século XIX. Por volta de 1850, as reivindicações centravam-se no direito das mulheres casadas à propriedade dos seus bens (nem mesmo lhes era reconhecida a liberdade de dispor do seu salário), à tutela dos filhos (em caso de viuvez, o poder paternal era exercido por um parente masculino), ao acesso à educação e a um trabalho socialmente valorizado. Em suma, as primeiras feministas lutaram por alterações jurídicas que terminassem com o estatuto de eterna menoridade que a sociedade burguesa oitocentista reservava à mulher" (pág.45/46)
"Fizemos petições, protestámos, suplicámos, prostrámo-nos aos pés do trono, e tudo foi em vão. Temos de lutar repito-o, sir, temos de lutar". Foi nesse estado de espírito

que as mulheres iniciaram a guerra. No primeiro mês da guerrilha foram danificados e destruídos inúmeros bens." (pág.46)

"Cerca de 1900, o direito de participação na vida política (direito ao voto) passou a assumir um papel importante nas reivindicações femininas. Organizaram-se então numerosas associações de sufragistas que, com um enorme espírito de militância, desencadearam uma luta tenaz pelo voto feminino" (pág.47)

As convulsões da guerra vieram alterar este estado de espírito. Com os homens nas trincheiras, as mulheres viram-se livres das suas tradicionais limitações como donas de casa, assumindo a autoridade do lar e o sustento da família. Podiam ser vistas a trabalhar nas fábricas de armamento, a conduzir carrinhas e autocarros, a fazer reparações elétricas, a carregar materiais pesados. No campo, realizavam também o trabalho masculino e mesmo na frente de batalha tornaram-se imprescindíveis, assegurando os cuidados de enfermagem, com risco da própria vida. Como reconheceu um comunicado do Ministério da Guerra britânico, "as mulheres tinham-se revelado capazes de substituir o sexo forte em praticamente todas as tarefas". (pág. 49)

"Este esforço reforçou a autoconfiança feminina e granjeou-lhe a valorização social que até aí lhe faltava. Nas décadas subsequentes ao final do conflito, em grande parte dos países ocidentais, as mulheres adquiriram o direito de intervenção política (Docs. 30B e C), consolidaram a sua posição jurídica na família e viram aberto o acesso a carreiras profissionais prestigiadas." (pág.49)

c)Etnia

d) Idade

e) Outro

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (X) *mais do que uma opção*):

p) Informativo X
q) Reflexivo / Interpretativo X
r) Outro (Por favor, especificar) _____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

p) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
q) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
r) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Uns excertos encontram-se no Nível 1 e outros no Nível 2.

a) Informativo

"Este relativismo de valores, que tudo punha em questão, acelerou as mudanças já em curso que, num turbilhão, invadiram o dia a dia das grandes cidades. De todas elas, a emancipação feminina foi, certamente, a que mais perturbou os contemporâneos" (pág.41) Nível 1

"A luta pela igualdade jurídica assumiu um lugar central no movimento feminista. O movimento feminista organizada remonta ao século XIX. Por volta de 1850, as reivindicações centravam-se no direito das mulheres casadas à propriedade dos seus bens (nem mesmo lhes era reconhecida a liberdade de dispor do seu salário), à tutela dos filhos (em caso de viuvez, o poder paternal era exercido por um parente masculino), ao acesso à educação e a um trabalho socialmente valorizado. Em suma, as primeiras feministas lutaram por alterações jurídicas que terminassem com o estatuto de eterna menoridade que a sociedade burguesa oitocentista reservava à mulher" (pág.45/46) Nível 2

"Cerca de 1900, o direito de participação na vida política (direito ao voto) passou a assumir um papel importante nas reivindicações femininas. Organizaram-se então numerosas associações de sufragistas que, com um enorme espírito de militância, desencadearam uma luta tenaz pelo voto feminino" (pág.47) Nível 1

As convulsões da guerra vieram alterar este estado de espírito. Com os homens nas trincheiras, as mulheres viram-se livres das suas tradicionais limitações como donas de casa, assumindo a autoridade do lar e o sustento da família. Podiam ser vistas a trabalhar nas fábricas de armamento, a conduzir carrinhas e autocarros, a fazer reparações elétricas, a carregar materiais pesados. No campo, realizavam também o

trabalho masculino e mesmo na frente de batalha tornaram-se imprescindíveis, assegurando os cuidados de enfermagem, com risco da própria vida. Como reconheceu um comunicado do Ministério da Guerra britânico, “as mulheres tinham-se revelado capazes de substituir o sexo forte em praticamente todas as tarefas”. (pág. 49) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

“Por uma Rússia unida”, cartaz de propaganda do Exército Branco, 1919. Num claro apelo à luta contra os bolcheviques e o seu Exército Vermelho, um cavaleiro branco investe sobre um dragão vermelho.

DOC. 13 **O apuramento da raça**

A A raça ariana

Propaganda nazi, anos 30. A amizade entre uma mulher ariana e uma mulher negra é aqui retratada como uma perda de orgulho racial ("O resultado! O orgulho racial desaparece").

B A propagação das ideias racistas

Fotografia de um atleta alemão junto de uma bandeira com a cruz suástica e de uma mesa com a obra *Mein Kampf*.

C Uma pseudociência

Medição das características faciais de um jovem alemão, anos 30. Os nazis recorriam à antropometria do crânio e da face, à cor dos olhos e cabelo, para fundamentarem a existência de diferentes "raças".

D As pessoas com deficiência

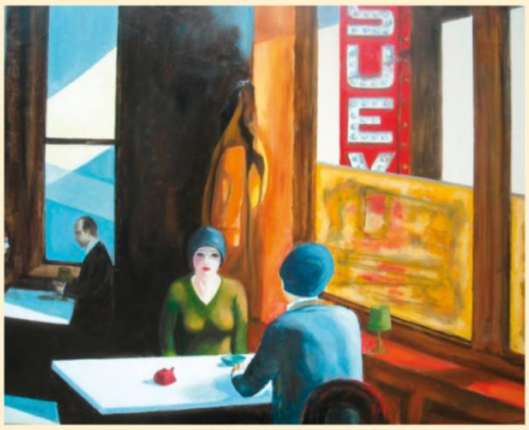
Propaganda nazi, 1936. O gráfico tenta passar a ideia de que, em 1936, os custos com o acompanhamento de 880 000 pessoas com doenças hereditárias chegou aos 1200 milhões de *Reichsmarks* (moeda alemã), quase o dobro dos 713 milhões aplicados na administração pública. Já em junho de 1933, o Governo alemão havia aprovado a lei para a prevenção de filhos de pais com doenças hereditárias, decretando a esterilização obrigatória de pessoas com deficiência.

E Os homossexuais

Desfile de alunos alemães à frente do Instituto de Sexologia, Berlim, 1933. Este instituto, criado pelo médico Magnus Hirschfeld, um judeu alemão, prestava aconselhamento a homossexuais e transexuais e lutava pelos seus direitos políticos e sociais. Os estudantes ocuparam o edifício e confiscaram os livros para serem queimados.

D Os símbolos

Lurdes de Sá Teixeira (1907-1984), a primeira aviadora portuguesa. Obteve o *brevet* em dezembro de 1928, depois de, com determinação, quebrar todas as barreiras que se opunham ao seu desejo de voar. Foi considerada um piloto exímio e tornou-se um símbolo da emancipação da mulher.



Edward Hooper, pintor americano (1982-1967) *Chop Suey*, 1929

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (X) correspondente*).

Sim X Não__

Se sim, por favor, dar exemplos…

X"Por sua vez, as raparigas também eram inseridas em organizações específicas, como a das Jovens Italianas e a Liga das Jovens Alemãs. Nestas organizações, os jovens italianos e alemães aprendiam o culto ao Estado e ao chefe, o amor pelo desporto e pela guerra, o desprezo pelos valores intelectuais" (pág.139)

"Nestas organizações, os jovens italianos e alemães aprendiam o culto ao Estado e ao chefe, o amor pelo desporto e pela guerra, o desprezo pelos valores intelectuais" (pág. 139)

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (X) *mais do que uma opção*):

z) Escrito ☒
aa) Iconográfico ☒
bb) Mapas ☒
cc) Gráficos / Tabelas ☒
dd) Outro ☐(Por favor, especificar) _____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

DOC. 2 **Os "14 pontos" do Presidente Wilson**

O programa de paz no mundo, o único possível a nosso ver, é o seguinte:

1. Convenções de paz, preparadas "às claras", após as quais não haverá mais acordos particulares e secretos [...].
2. Liberdade absoluta de navegação nos mares, fora das águas territoriais, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra [...].
3. Supressão de todas as barreiras económicas e estabelecimento de condições comerciais iguais para todas as nações [...].
4. Troca de garantias suficientes de que os armamentos serão reduzidos ao mínimo compatível com a segurança interna.
5. Uma concertação livremente debatida de todas as reivindicações coloniais, baseada na estrita observação do princípio segundo o qual [...] os interesses das populações em jogo terão o mesmo peso que as reivindicações equitativas do Governo.
6. Evacuação integral do território russo e regulação de todas as questões [...] com a finalidade de dar à Rússia toda a latitude para decidir, em plena independência, sobre o seu desenvolvimento político e a sua organização nacional [...].
7. Que a Bélgica seja evacuada e restaurada [...].
8. Todo o território francês deve ser libertado [...] o prejuízo causado à França pela Prússia em 1871, no que respeita à Alsácia-Lorena [...], deverá ser reparado [...].
9. Deve concretizar-se uma retificação das fronteiras italianas, conformemente aos dados claramente percetíveis do princípio das nacionalidades.
10. Aos povos da Áustria-Hungria [...] deve ser garantida, o mais cedo possível, a possibilidade de um desenvolvimento autónomo.
11. A Roménia, a Sérvia e o Montenegro devem ser evacuados [...].
12. Às regiões turcas do atual Império Otomano devem ser garantidas a soberania e a segurança; mas às outras nações atualmente sob domínio turco deve ser garantida uma segurança absoluta de existência [...].
13. Deve formar-se um Estado polaco, abrangendo os territórios habitados pelas populações indiscutivelmente polacas, às quais se deve garantir um livre acesso ao mar [...].
14. É necessário que uma organização geral das nações seja constituída [...] tendo como objetivo assegurar as garantias mútuas de independência política e integridade territorial tanto aos pequenos como aos grandes estados.

T. W. Wilson, *Mensagem ao Congresso*, 8 de janeiro de 1918, lida e proposta um ano depois na Conferência da Paz.

(1) **Identifique as propostas do presidente americano para acabar com as violações territoriais sucedidas na Primeira Guerra Mundial.**

DOC. 18 A retirada da Primeira Guerra Mundial

A O decreto sobre a paz

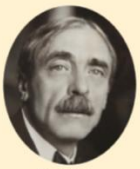
O Governo operário e camponês, criado pela Revolução de 24 e 25 de outubro, apoiando-se nos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, propõe a todos os povos beligerantes e aos seus governos o início de conversações imediatas com vista a uma paz justa e democrática.

A paz justa e democrática, desejada pela esmagadora maioria das classes trabalhadoras, esgotadas, extenuadas, martirizadas pela guerra, em todos os países beligerantes – a paz exigida com resolução e insistência pelos operários e camponeses russos depois do desmembramento da monarquia czarista –, esta paz deve ser imediata, sem anexações [...] e sem indemnizações de guerra. [...]

O Governo considera que continuar esta guerra pela questão de como partilhar entre as nações fortes e ricas os povos fracos por elas conquistados é o maior crime contra a humanidade e declara solenemente a sua resolução de assinar imediatamente condições de paz que ponham fim a esta guerra nas condições indicadas, igualmente justas para todos os povos sem exceção.

26 de outubro (8 de novembro de 1917), em V. I. Lenine, *Obras Escolhidas*, Tomo 3.

DOC. 27 O tempo da incerteza



Paul Valéry

Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais. Tínhamos ouvido falar de mundos completamente desaparecidos, de impérios naufragados com todos seus homens e todos os seus maquinismos [...] com seus deuses e as suas leis [...]. Mas esses náufragos não pareciam ser assunto nosso. [...] E agora, vemos que o abismo da História é suficientemente grande para todos. [...]

Ninguém poderá dizer o que estará amanhã vivo ou morto em literatura, em filosofia, em estética. [...] Os factos no entanto são claros e impiedosos: há milhares de jovens escritores e de jovens artistas que morreram, há a perdida ilusão duma cultura europeia e a evidência da incapacidade do conhecimento para salvar o que quer que seja; há a ciência mortalmente atingida nas suas aspirações morais, e como que desonrada pela crueldade das suas aplicações [...]. A oscilação do navio foi tão forte que mesmo as luzes mais firmemente seguras acabam finalmente por dar consigo em terra.

Paul Valéry (poeta e ensaista francês, 1871-1945), *La Crise de L'Esprit*, 1919

Oswald Spengler

O último século [século XIX] foi o inverno do Ocidente, a vitória do materialismo, do ceticismo, do socialismo, do parlamento e do capital. Mas neste século, o poder do instinto e da violência recuperarão o seu ascendente sobre o poder do intelecto e do dinheiro. A era do individualismo, liberalismo e democracia, do humanitarismo e da liberdade está no fim. As massas aceitarão com resignação a vitória dos *Césares*, dos homens fortes, e obedecer-lhes-ão. A vida tenderá para uma uniformidade generalizada, uma nova forma de primitivismo [...].

Oswald Spengler (1880-1936), *A Decadência do Ocidente*, 1922

DOC. 1 **A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**

Capa da revista satírica alemã *Der Wahre Jacob*, 1916. Na legenda da imagem pode ler-se: "A Terra vista da Lua em 1916".

1 **Explicite a mensagem da gravura reproduzida na capa da revista alemã.**

DOC. 3 **Uma nova geografia política**

A **A Conferência de Paz de Paris**

"Os Quatro Grandes" no Hotel Crillon, Paris, dezembro de 1918 (fotografia restaurada). Não obstante a representação de 27 países na Conferência de Paz, as principais decisões recaíram nos líderes do *Conselho dos Quatro*: 1 Vittorio Orlando, chefe do Governo italiano; 2 Lloyd George, primeiro-ministro britânico; 3 Clemenceau, chefe do Governo francês; 4 Wilson, presidente dos Estados Unidos.

DOC. 13 Uma sociedade de profundos contrastes

1. Instituto Smolny, 1907. Aula de bailado para meninas da alta sociedade russa.

B A escola

Sala de aulas alemã dos anos 30. Uma turma de rapazes assiste a uma aula de Geografia, com o retrato de Hitler afixado na parede ao fundo da sala.

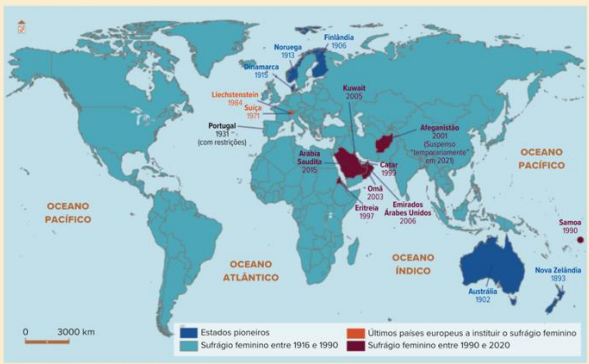
C O presidencialismo bicéfalo

Troca de cumprimentos entre Carmona e Salazar, inauguração da Exposição do Mundo Português, 23 de junho de 1940.

C A Europa e o Médio Oriente depois dos tratados de paz

1 Partindo da análise do mapa (Doc. C), considera que as "boas intenções" do Presidente francês (Doc. B) se concretizaram plenamente? Justifique.

DOC 32 **O sufragismo no mundo**



Em alguns estados, de que é exemplo o Afeganistão, o direito de voto feminino foi repetidamente concedido e revogado. Noutros, como a Arábia Saudita e o Brunei, apenas se realizam eleições locais.

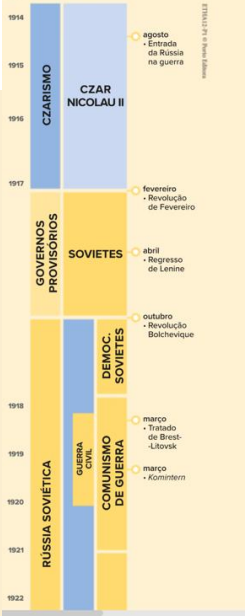
B Reservas de ouro pertencentes aos governos e bancos centrais (em milhões de dólares)

Países	1913	1921	Variação
Alemanha	278,7	260,0	-18,7
Bélgica	59,1	51,4	-7,7
Espanha	92,5	479,2	+386,7
Estados Unidos	691,5	2529,6	+1838,1
França	678,9	688,3	+9,4
Grã-Bretanha	175,2	763,3	+588,1
Itália	288,1	236,5	-51,6
Japão	65,0	558,8	+493,8
Holanda	60,9	245,6	+184,7
Suécia	27,4	75,5	+48,1
Suíça	32,8	104,9	+72,1

A partir de G. Cassel, *Money and Foreign Exchanges after 1914.*

ETHALIS Pt © Porto Editora

C Do czarismo à Rússia Soviética



ETHALIS Pt © Porto Editora

26.Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (☐) mais do que uma opção*):

ee) Diário ☐
ff) Quadro negro ou similar ☐
gg) Material audiovisual ☒
hh) Internet ☐
ii) Livro de exercícios ou similar ☒
jj) Outro ☐ (Por favor, especificar)

_____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

São presentes alguns vídeos, disponíveis para professores e alunos. Nomeadamente nos seguintes conteúdos:

- Falência da Sociedade das Nações
- A Economia dos anos 20
- Tensões políticas e sociais na Rússia czarista
- A Revolução de fevereiro
- A Revolução de outubro
- A implantação do regime comunista
- A sociedade europeia nas primeiras décadas do séc.XX
- A emancipação feminina
- Os "loucos anos 20"
- A cultura de massas
- Obra expressionista: Rua de Berlim de Ernst Ludwing Kirchner
- Guernica de Pablo Picasso
- Obra abstracionista. Paisagem com manchas vermelhas, de Kandinsky
- Corpo expedicionário Português (CEP)
- O derrube da Primeira República
- O golpe militar de 28 de maio de 1926
- O modernismo português
- A grande depressão na obra de Jonh Steinbeck
- As fragilidades do capitalismo e o fracasso das primeiras medidas de combate à crise
-O New Deal: desemprego
- A Frente Popular em França
- A Frente Popular em Espanha
- As opções totalitárias Mussolini, Hitler, Salazar, Franco e Estaline
- A Ascensão do Partido nacional Fascista em Itália
- A Ascensão do Partido Nazi na Alemanha
- Juventudes Fascistas
- A doutrina Nazi
- 0 Holocausto
- A era estalinista a "regime de terror"
- A Ditadura a ascensão de Salazar
- As organizações de controlo social e político do Estado Novo
- A guerra civil espanhola
- A 2ª Guerra Mundial a eclosão do conflito
- O fim da 2ª Guerra Mundial

27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

yy) Análise oral ou escrita de documentos ☒
zz) Debates ☐
aaa) Visitas de estudo ☐
bbb) Atividades de investigação, trabalho de campo ☐
ccc) Escrita de texto argumentativo ☐
ddd) Escrita de sumários ☐
eee) Jogos ☐

fff) Ver filmes ou ouvir música ☒
ggg) Dramatização ou role-playing ☐
hhh) Outro ☐ (Por favor, especificar)

_____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:

C Um regime original?

Seria longo, e já agora inútil, fazer neste discurso a exposição, mesmo sucinta, de todos os princípios que formam o evangelho do Estado Novo [...]. E porque muito e quase só se tem falado da sua concordância com outros regimes, pretendo hoje não me ocupar do que é semelhante, mas do que é diferente, para que possa ressaltar a todos os olhos a sua bem marcada originalidade.

[...] É preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário. O Estado que subordinasse tudo sem exceção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se-ia como ser omnipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e coletivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecedera os regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano. Tal Estado seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã [...].

A Constituição aprovada pelo plebiscito popular repele, como inconciliável com os seus objetivos, tudo o que direta ou indiretamente proviesse desse sistema totalitário.

Salazar, *O Estado Novo português na evolução política europeia*, discurso na sessão inaugural do 1.º Congresso da União Nacional, Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, 26 de maio de 1934.

D Ou mais um regime fascista?

O direito de votar é o direito de votar conscientemente. Por isso, a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda. O veredicto geral do eleitorado deve traduzir a vontade da opinião pública. Mas a ditadura convocou a nação a um plebiscito para a votação de nova Constituição, tendo extorquido aos eleitores o direito de discutirem e arrancando-lhes no próprio decreto de convocação a liberdade de voto. [...] Todos têm de o aprovar, inclusivamente os que não votarem. E esses serão quase todos [...]. Far-se-á o plebiscito das abstenções. [...]

Trama-se, numa palavra, perpetuar com o simulacro de plebiscito o arbítrio ditatorial. [...] É o regresso ao passado absolutista e ao pior dos absolutismos, o das oligarquias anónimas, privilegiadas. [...]

Desde a hora aziaga em que a ditadura usurpou o poder, não há perseguição inquisitorial que não tenha movido contra a nossa democracia [...]. É a escravização política à mão armada: a força contra o direito. Não há lei nem justiça. [...] Aí surgiram já os *nazis* abraçados a Salazar.

Bernardino Machado, *A ditadura e o seu plebiscito*, La Guardia (Espanha), 1933.

1. Identifique os principais pilares do Estado Novo (Docs. A e B).
2. Compare as duas perspetivas sobre o Estado Novo, expressas nos Docs. C e D, quanto a dois aspetos em que se opõem.

B O papel da mulher

– E a mulher? [...] Qual o papel que lhe destina nessa renovação de mentalidade?

E Salazar, vagamente mas elegantemente antifeminista, como Mussolini, como quase todos os ditadores:

– Temos que distinguir. À mulher solteira que vive sem família ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus. Mas a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países [...] onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada, ameaça ruína. Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua. E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa. Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil.

Entrevista de António Ferro a Salazar, *Diário de Notícias*, 23 de dezembro de 1932.

C A religião

Dr. António de Oliveira Salazar
Salvador da Nação Portuguesa

No dia da Rainha Santa Isabel, a 4 de Julho de 1937, pelas 10 h. e 25 m. foi miraculosamente salvo dum infamíssimo atentado contra a sua vida.

PRECES

v. Haja paz, ó Deus, pelo vosso poder.
R. E abundância nas nossas casas.
v. Pelos merecimentos e preces da Rainha Santa Isabel.
R. Sede propício, Senhor, ao vosso povo.
v. Oremos pelo nosso chefe Salazar.
R. O senhor o conserve, e lhe conceda longa vida, e lhe dê felicidade sobre a terra, e não o abandone jámais às cúpidas dos seus inimigos.

P. N., A. M. Gl. P.

[Concedemos 80 dias de indulgência a quem recitar devotamente esta prece.]

Coimbra, 20 de Julho de 1937.

† António Bispo de Coimbra.

Casa Imaculada da Conceição — Pôrto

TUDO PELA NAÇÃO

Oração em que se agradece a intercessão divina no atentado bombista contra Salazar, em Lisboa (julho de 1937), do qual escapou ileso.

1. Apresente três evidências do carácter conservador do Estado Novo.

Comparar... *dois mapas históricos*

DOC. A A Europa política em 1914

DOC. B A Europa política em 1920

20

Comparar... *dois mapas históricos*

Conselhos a seguir...

1. Analise cada um dos mapas. Preste atenção:
   – aos títulos;
   – aos espaços representados;
   – às datas;
   – às legendas.
2. Descodifique as legendas: códigos/símbolos utilizados, manchas de cor.
3. Identifique os aspetos dos dois mapas que são semelhantes e os aspetos que os distinguem.
4. Responda às questões a partir dos elementos que recolheu, fazendo uma observação direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

Questões...

1. **No final da Primeira Guerra Mundial, afirmou-se uma nova ordem europeia caracterizada:**
   a) pela consolidação dos grandes impérios centrais.
   b) pela afirmação das nacionalidades e das democracias.
   c) pelo triunfo do comunismo em vários países.
   d) pela emergência de regimes autoritários.

2. **Ordene cronologicamente os acontecimentos que, entre 1917 e 1919, provocaram o novo quadro geopolítico europeu evidenciado no mapa do Doc. B:**
   (A) Tratado de Versalhes.
   (B) Armistício da Primeira Guerra Mundial.
   (C) Início da revolução russa.
   (D) Abertura da Conferência de Paz, em Paris.

3. **Complete o quadro que se segue com as principais alterações territoriais decorrentes da queda dos impérios autocráticos.**
   Nota: Copie o quadro para a sua folha de trabalho e preencha-o apenas com os tópicos solicitados. Não redija a resposta.

Doc. A *Impérios*	Doc. B *Novos Estados*

4. **Compare os mapas políticos da Europa de 1914 e 1920, evidenciando três alterações geopolíticas.**

21

28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (☐) *mais do que uma opção*):

ddd) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*] ☐

eee) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*] ☐

fff) Promove a autonomia ☐

ggg) Apresenta diferentes pontos de vista ☐

hhh) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as ☐

iii) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado ☒

jjj) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais ☒

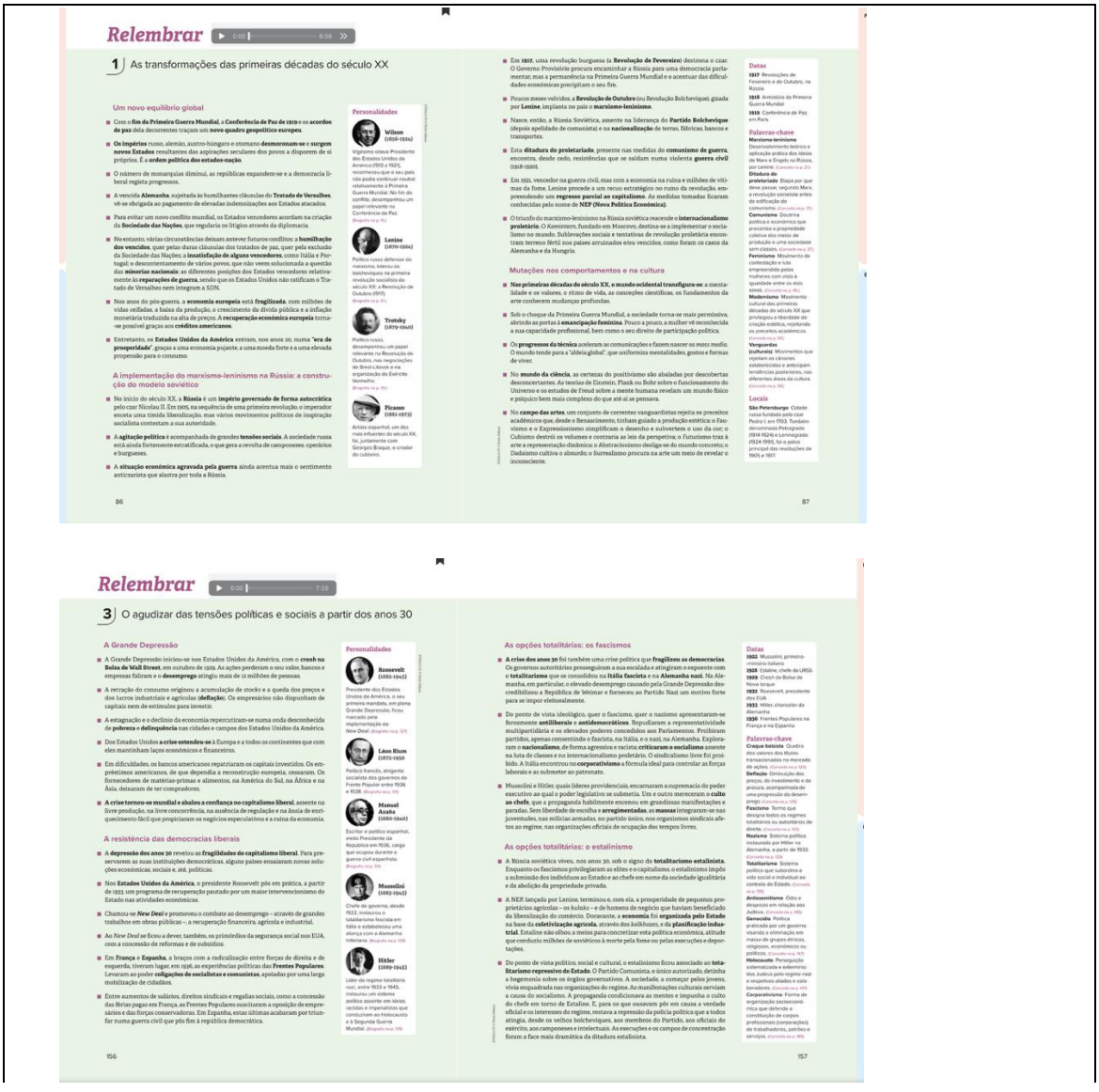
kkk) Apresenta uma ficha de avaliação formativa ☒

lll) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) ☒

mmm) Incentiva o trabalho de campo ☐

nnn) Outros aspetos relevantes ☐(Por favor, especificar)

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:



1. Refira três aspetos que fizeram a opinião pública alemã condenar o Tratado de Versalhes (Doc. A).
2. Justifique a indignação de Afonso Costa na Conferência de Paz (Doc. B).
3. Explicite a mensagem da caricatura (Doc. C).

Análise dos documentos

1. Refira o nome pelo qual ficou conhecido o desfecho do acontecimento referido no Doc. B.
2. Apresente três fatores que justificavam as tensões sociais existentes na Rússia czarista (Docs. A, B e C).
3. Identifique uma consequência imediata da Revolução de Fevereiro (Doc. D).
4. Explique a dualidade de poderes vivida na Rússia, entre fevereiro e outubro de 1917 (Doc. D).
5. Mostre o impacto da decisão do rei inglês Jorge V (Doc. E) no destino da família imperial russa (Docs. F e G).

Síntese

6. Explicite os principais antagonismos políticos e sociais que motivaram o trágico fim do czarismo.

ETHA12-P1 © Porto Editora

Observa os recursos:

Documento 1.

Bala… …erra Mundial

	População antes da 1.ª Guerra Mundial	Mortos e desaparecidos
A dependência económica da Europa face aos Estados Unidos		

Documento 2.

O triângulo financeiro do pós 1.ª Guerra Mundial

EUA

No primeiro pós-guerra, a situação a que o documento 1 faz referência afetou a recuperação económica da Europa pois…

- espoletou um desfasamento acentuado entre a descida de preços e o aumento de salários, o que provocou uma crise financeira.
- foi necessário recorrer a mão de obra estrangeira, o que fez com que a Europa se tornasse um continente de imigrantes.
- provocou o aumento dos salários, por forma a conseguir homens para trabalhar na agricultura e na indústria.
- os países perderam parte da sua população ativa, faltando mão de obra para trabalhar nos setores produtivos.

A revolução no mundo das artes

O modernismo trouxe ao mundo das artes um novo conjunto de estilos. Vamos descobri-los?

MODERNISMO

- Fauvismo
- Expressionismo
- Cubismo
- Abstracionismo
- Futurismo
- Dadaísmo
- Surrealismo

FICHA 4

MANUAL DO ALUNO PARTE 1 - PAGS. 50 A 67

Módulo 7

2 Portugal no primeiro pós-guerra

2.1 A falência da Primeira República

2.2 Tendências culturais: naturalismo *versus* vanguardas

GRUPO I

A intervenção de Portugal na Guerra

DOC. 1 Relatório Oficial Justificativo da Intervenção de Portugal na Guerra

[...] No dia 9 de março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal. [...] Na nota entregue ao Governo português, por ordem do Governo Imperial, pelo seu representante em Lisboa, o Sr. Rosen, os motivos dessa resolução são extensamente alegados, ofendendo-se umas vezes propositadamente a verdade dos factos. [...] A atitude da Alemanha para com Portugal foi muito tempo enigmática, dúbia e desleal. A atitude de Portugal [...] foi sempre clara, franca e insofismável.

[...] Se esta guerra é de alianças, porque, invocando alianças, as nações se batem entre si, qual poderia ser a situação de Portugal desde que no dia 1 de agosto de 1914 a Inglaterra em consequência da violação da neutralidade da Bélgica, se considerou em estado de guerra com a Alemanha? [...] poderia (Portugal) declarar a sua neutralidade? Supô-lo é ignorar fundamentalmente o carácter, as tradições, o espírito e o próprio estudo atual da aliança anglo-luta.

[...] Logo após a proclamação da República todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança.

[...] A nota da declaração de guerra alude, como um dos agravos feitos por Portugal à Alemanha, ao expedições que foram enviadas a África, e a primeira [...] começou a organizar-se logo nos primeiros dias da guerra, acrescentando que se disse então abertamente que ela era dirigida contra os alemães. Não há nenhuma declaração oficial nesse sentido. Estas tropas partiram como reforço às guarnições militares das nossas colónias de Angola e Moçambique. [...] No dia 24 de agosto de 1914, em regiões afastadíssimas dos campos de batalha da Europa [...] o posto de Maziua (em Moçambique, fronteiriço da colónia alemã (Tanganhica), era traiçoeiramente atacado, de madrugada, por uma força germânica. O chefe do posto, surpreendido no leito, foi morto a tiro. [...] Foi tudo pasto das chamas. Estava derramado o nosso primeiro sangue.

Mayer Garção (1871-1960), jornalista e escritor republicano. *História Contemporânea de Portugal*, dir. João Medina

DOC. 2 Coronel-médico Teófilo de Moraes (1882-1954)

Foi aprisionado pelos alemães na batalha de La Lys (Abril, 1918), período em que escreveu o diário. Foi condecorado pela exa bravura na batalha.
Fonte: arquivo familiar

1. **Identifique a guerra a que se refere o documento 1.**

2. **O regime político que se vivia em Portugal à época da guerra, designava-se por**

a) Monarquia Constitucional.
b) Antigo Regime.
c) Fascismo.
d) Primeira República.

3. **A principal força militar portuguesa que participou na frente europeia da Primeira Guerra Mundial nomeou-se**

a) Aliados.
b) Corpo Expedicionário Português.
c) Milagre de Tancos.
d) Divisão Portuguesa.

4. **Explicite três fatores que originaram a participação de Portugal no conflito.**

Fundamente a sua resposta com informações relevantes do documento.

GRUPO II

As dificuldades económicas e a instabilidade política e social da República

DOC. 1 As finanças públicas na Primeira República

A instabilidade política acabou por trazer pela mão o regresso à instabilidade financeira, primeiro com a ditadura de Pimenta de Castro, a "revolução democrática" de 14 de maio de 1915 e a instabilidade consequente. [...] A desconfiança dos contribuintes mais ricos (e consequente evasão fiscal) coloca em risco o equilíbrio difícilmente conseguido: os rendimentos dos impostos diminuíram desde 1912-13 até 1917-18.

O começo da guerra aumentava [...] os gastos militares. Daí que o défice relativo subisse logo a valores da ordem de 4 milhões de libras em 1914-15, para ir crescendo até ao nível máximo da Primeira República: 15 milhões de libras em 1918-19.

[...] A circulação fiduciária aumentou cerca de 1500% e os meios de pagamento perto de 1000%.

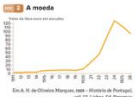
Foi quase igualmente intensa a deterioração do poder de compra interno.

As despesas de fomento económico terão crescido entre 1910-11 e 1920-21, ao passo que as despesas de assistência sobem mais significativamente [...] pelas necessidades emergentes da inflação.

No tocante à dívida pública, os anos de 1910-1920 acusam grande crescimento: terá aumentado, em média, 135 768 contos por ano. [...] Em 1920, era de 2 230 272 contos. Em 1910, era de 878 590 contos.

António Sousa Franco, *História Contemporânea de Portugal*, direção de João Medina

DOC. 2 A moeda



Em A. H. de Oliveira Marques, 1991 - *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença

DOC. 3 Número de governos da Primeira República (1910-1926)

1910 →	1911-1918	→ 1926
14	1	30

DOC. 4 Palavras do General Gomes da Costa (maio de 1926)

"Resisti quanto pude, porque sou um homem de respeito à ordem na rua e nos espíritos. Mas vi que não havia outra solução para os males da pátria. Na nossa frente abria-se um plantano. Cada passo que dávamos, mais a gente se enterrava, o país e o Exército. Todos os partidos se apontavam em rebaixar o Exército, em matar a nação. Então, revoltei-me por mais não poder com tantas afrontas. Fizeram pouco do Exército. Ainda não há muito atiraram-lhe com mais alguma coisa como quem diz: toma lá para te calares. Mas o Exército não se calou e aqui está unido no mesmo sentimento para deitar abaixo essa caterva. Quem quiser vir comigo, tem-me à sua frente!"

Em *Diário de Notícias*, de 31 de maio de 1926

4 Portugal: o Estado Novo

4.1 O triunfo das forças conservadoras

4.2 A progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político

4.3 Uma economia submetida aos imperativos políticos

4.4 O projeto cultural do regime

Conteúdos essenciais

Aprendizagens

- Explicar o triunfo das forças conservadoras e a aproximação do regime português ao modelo fascista italiano.
- Reconhecer que o Estado Novo foi um regime autoritário que adotou mecanismos repressivos das liberdades individuais e coletivas.
- Compreender que as políticas económicas obedeceram a imperativos ideológico-políticos como a estabilidade financeira, a defesa da ruralidade, as obras públicas, o condicionamento industrial, a corporativização dos sindicatos.
- Caraterizar a política cultural do regime.

Aprendizagens essenciais

Introdução

Nos anos 20, Portugal integrou-se na esperctra político dos países europeus que envereadaram por regimes autoritários de direita. Com efeito, muitos portugueses viram na Ditadura Militar, instaurada em 1926, a solução para os graves problemas do país. No entanto, a falta de consensos entre os militares inviabilizava a tão ansiada estabilidade. É assim se abriram as portas do Governo a um civil: António de Oliveira Salazar.

Como ministro das Finanças, desde 1928, Salazar concentrou-se no equilíbrio das contas públicas, a medida que a lançando as primeiras pedras do seu projeto político. Já sob a aura de "salvador da Pátria", Salazar ascendeu a chefe do Governo, em 1932. A ditadura estava prestes a entrar numa nova fase: o Estado Novo.

Consagrado pela Constituição de 1933, o Estado Novo foi um regime conservador, nacionalista e autoritário. Ainda que Salazar se demarcasse da violência dos regimes totalitários, não deixou de exercer um apertado controlo sobre a sociedade portuguesa, através da propaganda, da censura e da polícia política.

Salazar com um retrato de Mussolini sobre a mesa de trabalho, 1935.

Lenine
(1870-1924)

Vladimir Ilitch Ulianov nasceu em Simbirsk, no seio de uma família da pequena burguesia. Ainda jovem, ficou marcado pela condenação à morte do seu irmão mais velho, acusado de participar na tentativa de assassínio do czar Alexandre III. Também Vladimir optou por um percurso revolucionário, acabando preso e desterrado na Sibéria, numa região nas margens do rio Lena. Assim nasceu, provavelmente, o pseudónimo que se converteu no seu nome de guerra: Lenine. Na Sibéria, casou com a também revolucionária Nadia Krupskaia, a sua companheira no exílio em vários países europeus e no processo revolucionário que conduziu os bolcheviques ao poder na Rússia. Em 1918, é vítima de dois atentados e a sua saúde declina. Em 1922, recupera bem da extração de uma bala alojada no pescoço, mas nesse mesmo ano sofre o primeiro de três enfartes que o incapacitam. Sem descendentes, morreu em Gorki, sendo levado para Moscovo, onde o seu corpo embalsamado repousa num mausoléu.

ETHA12-P1 © Porto Editora

Trotsky
(1879-1940)

Trotsky, pseudónimo de Lev Davidovich Bronstein, militou desde cedo nos meios socialistas, o que lhe valeu o exílio entre 1898 e 1914. Como presidente do Soviete de Petrogrado, teve um papel decisivo na Revolução de Outubro. Posteriormente, coube-lhe negociar a paz com a Alemanha e organizar o Exército Vermelho.
Marginalizado por Estaline, foi expulso do Governo, do Partido Comunista, exilado (1927) e banido da Rússia (1929). Morreu assassinado, no México, por um agente de Estaline.

Trotsky
(1879-1940)

Trotsky, pseudónimo de Lev Davidovich Bronstein, militou desde cedo nos meios socialistas, o que lhe valeu o exílio entre 1898 e 1914. Como presidente do Soviete de Petrogrado, teve um papel decisivo na Revolução de Outubro. Posteriormente, coube-lhe negociar a paz com a Alemanha e organizar o Exército Vermelho.
Marginalizado por Estaline, foi expulso do Governo, do Partido Comunista, exilado (1927) e banido da Rússia (1929). Morreu assassinado, no México, por um agente de Estaline.

É curioso saber...

Em 1918, ainda decorria a Primeira Guerra Mundial, a ***pneumónica*** ou ***gripe espanhola*** alastrou pelo mundo. Em dois anos, esta pandemia provocou mais mortos do que o próprio conflito, estimando-se 50 a 100 milhões de vítimas. Em abril de 1919, durante os trabalhos da Conferência de Paz, o presidente americano Wilson contraiu o vírus *influenza*, tendo mesmo de ser substituído pelo seu conselheiro, Edward House. Num momento crucial das negociações, o médico da Casa Branca, Cary Grayson, desvalorizou a doença do presidente. Aos jornalistas, disse que se tratava de um mero resfriado devido ao excesso de trabalho e ao clima de Paris. Wilson, claramente debilitado, ainda regressou aos trabalhos. A dúvida permanece: estará este episódio relacionado com as cedências que o presidente americano acabou por fazer aos seus interlocutores europeus?

ETHA12-P1 © Porto Editora

Conceitos

Ditadura do proletariado* Segundo a teoria marxista, é a etapa por que deve passar a revolução socialista antes da edificação do comunismo. A ditadura do proletariado surge para desmantelar a estrutura do regime burguês, possibilitando a supressão do Estado e a eliminação da desigualdade social.

Comunismo* Etapa final para que caminha a revolução proletária. Caracteriza-se pelo desaparecimento das classes sociais, pela extinção do Estado e pela instauração de uma sociedade de abundância.

* Conceitos essenciais

Conceitos

Anomia social Ausência de um conjunto de normas consistente e genericamente aceite pelo grupo social. A anomia pressupõe a fragilidade e a relativização dos valores que ditam a conduta dos indivíduos. É uma característica das sociedades atuais em que as mudanças rápidas impedem a consolidação de um código social rígido.

1 Segundo este autor, as diferentes sociedades do mundo evoluem de forma separada, atingem o clímax, decaem e morrem em ciclos idênticos. Spengler considera a Europa já em estado de decadência e condenada a um fim próximo.

ETHA12-P1 © Porto Editora

É curioso saber...

Além de Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto (1911), e de Lurdes Sá Teixeira, a primeira aviadora lusa (1928), referidas no Doc. 31, outras **mulheres pioneiras** deixaram o seu nome indelevelmente gravado em profissões até então exclusivamente masculinas. Tal foi o caso de Carolina Michaëlis, a primeira professora universitária (1911), Regina Quintanilha, a primeira advogada (1913), Aurora Teixeira de Castro, a primeira notária, não só de Portugal, mas de toda a Europa (1918), ou de Maria Amélia Chaves, a primeira a aventurar-se na área da engenharia (1937). Estranhamente – ou não –, a medicina abriu-se mais precocemente à participação feminina: Elisa Andrade foi a primeira médica portuguesa, começando a exercer a profissão em 1889.

ETHA12-P1 © Porto Editora

Apêndice VII – Grelha de Análise do manual de História 12ºano – 2ªparte

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

61. Disciplina

História A

62. Ano

12ºano 2ª Parte

63. Título

Entre Tempos

64. Autor(es)

Maria Antónia Monterroso Rosas Célia Pinto do Couto Alfredo Costa Ana Cristina Santos

65. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

66. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

67. Ano de publicação

2023

68. Editora

Porto Editora

69. Edição

70. Nº de páginas

161

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	17	27	
b) Cidadania juvenil	1	1	
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)			
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	5	6	
TOTAL	23	34	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual de história foi selecionado por se tratar de uma disciplina que desempenha um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Está também ligada à construção da memória coletiva e à legitimação de modelos sociais e políticos.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    - ff) Nível UE -15
    - gg) Nível Nacional -12
    - hh) Nível Local (0)
    - ii) Outras regiões (para além da UE) (0)
    - jj) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

13.1 Parágrafos representativos:

"A derrota dos regimes totalitários na Segunda Guerra Mundial reforçou os ideais democráticos, que se tornaram a bandeira dos Estados Unidos e dos seus aliados. As democracias liberais fundam-se na separação dos poderes, de forma a evitar governos ditatoriais e totalitários, no pluralismo político – existência de vários partidos – e na livre escolha dos governantes pelo povo, através de atos eleitorais periódicos (Doc. 25). Em termos económicos, defendem a propriedade privada e a livre iniciativa como meios de progresso e riqueza." (pág.47)

"No fim da guerra, o conceito de democracia adquiriu uma maior abrangência: considerou-se que, além de garantir as liberdades individuais, o regime democrático deveria assegurar o bem-estar dos cidadãos e a justiça social. Nesta altura, sobressaíam no panorama político europeu as forças da social-democracia e da democracia cristã. Ambas tinham lutado contra o nazismo e ambas representavam uma alternativa credível aos velhos partidos liberais. Embora de quadrantes muito diferentes, partilhavam as mesmas preocupações sociais e advogavam um Estado interventivo, capaz de liderar a necessária reconstrução económica. Estavam, assim, criadas as condições para reformas económicas e sociais profundas. (pág.47)

"Estado torna-se, por esta via, o principal agente económico do país, o que lhe permite exercer a sua função reguladora da economia, garantir o emprego e definir a política salarial. Paralelamente, revê-se o sistema de impostos e reforça-se o carácter progressivo das taxas, de modo a assegurar uma redistribuição da riqueza nacional, sob a forma de auxílios sociais." (pág.49)

"Um tal conjunto de medidas modificou, de forma profunda, a conceção liberal de Estado, dando origem ao Estado-providência, que, desde então até aos nossos dias, marcou fortemente a vida das democracias ocidentais." (pág.49)

"A estruturação do Estado-providência na Europa do pós-guerra faz-se rapidamente. O sistema de proteção social generaliza-se a toda a população, passando a acautelar as situações de desemprego, acidente, velhice e doença; estabelecem-se prestações de ajuda familiar ("abono de família") e outros subsídios aos mais pobres. Complementarmente, ampliam-se as responsabilidades do Estado no que concerne à habitação, ao ensino e à assistência médica." (pág. 49/50)

"Este conjunto de medidas visa um duplo objetivo: por um lado, reduz a miséria e o mal-estar social, contribuindo para uma repartição mais equitativa da riqueza; por

outro, assegura uma certa estabilidade à economia, já que evita descidas drásticas da procura como a que ocorreu durante a crise dos anos 30. Assim, o Estado-providência foi também um fator da grande prosperidade económica que o Ocidente viveu nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial" (pág.51)

"O efeito mais evidente dos "Trinta Gloriosos" foi a generalização do conforto material (Doc. 32). O pleno emprego, os salários altos e a produção maciça de bens a preços acessíveis conduziram à sociedade de consumo, que transformou os lares e o estilo de vida da maioria da população dos países capitalistas" (pág.55)

"Frequentemente, estes movimentos têm dificuldade em promover a coesão e a participação das populações, divididas por uma multiplicidade de etnias, que os interesses do colonialismo não respeitaram. Com o fim de criarem um sentimento de identidade nacional, os líderes nacionalistas promovem a revalorização das raízes ancestrais do seu povo, a sua cultura comum, mostrando que ela é tão válida como a civilização dos europeus colonizadores" (pág.81)

"Muitos destes líderes foram educados nas metrópoles, onde assimilaram valores de liberdade e de justiça social. A luta pela independência assumiu, assim, a dupla vertente de uma luta política e de uma luta contra a pobreza e o atraso económico, vistos como consequência direta da exploração colonial. Foi, em parte, por esta razão que muitos movimentos de libertação se deixaram seduzir pela mensagem igualitária do socialismo" (pág.81)

"Nos dias 7 e 8 de maio de 1945, grandes manifestações de regozijo celebraram, nas ruas da capital, a derrota da Alemanha. As democracias tinham vencido a guerra e mostrado, assim, a sua superioridade face às ditaduras fascista e nazi. Salazar tirou, deste facto, as devidas ilações: o seu regime deveria (pelo menos na aparência) democratizar-se ou corria o risco de cair" (pág.99)

"Um clima de otimismo instala-se entre os opositores ao Estado Novo. Acredita-se na vaga democrática que percorre a Europa, julgando-a capaz de, por si só, forçar a abertura do regime. Em 8 de outubro, numa entusiástica reunião no Centro Republicano Almirante Reis, nasce o MUD – Movimento de Unidade Democrática, que congrega as forças até aí clandestinas da oposição (Doc. 8A). O impacto deste movimento ultrapassou todas as previsões" (pág.99)

"Os anos de 1959-62 foram marcados por um forte recrudescimento da oposição, que passou a contar com elementos que, até então, lhe tinham sido alheios. No rescaldo das eleições, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreve uma dura carta a Salazar, em que denuncia a miséria do povo e a falta de liberdades cívicas (Doc. 11A). A coragem do bispo custou-lhe 10 anos de exílio, mas inspirou um grupo crescente de católicos que, entre vigílias e manifestos públicos, não pouparam críticas à política do Estado Novo." (pág.103)

"Externamente, cresceu o isolamento português. Na ONU, o país sofre a maior de todas as humilhações quando, em 1973, a Assembleia-Geral reconhece a independência da Guiné-Bissau, à revelia do Estado português. No mesmo ano, a visita oficial de Marcello Caetano ao Reino Unido decorre no meio de protestos

populares e de uma forte segurança policial, ao ser denunciado, na imprensa, um massacre de civis em Moçambique" (pág.117)

"No fim do dia, o "Movimento dos Capitães" sagrava-se já vitorioso. Apesar dos insistentes pedidos para que, por razões de segurança, a população civil se recolhesse em casa, a multidão acorrera às ruas em apoio aos militares, a quem distribuía cravos vermelhos. Praticamente, só a polícia política resistia ainda. Render-se-ia na manhã seguinte, não sem provocar (por disparos sobre a população civil que se manifestava junto da sua sede, em Lisboa) os únicos quatro mortos da "Revolução dos Cravos" (pág.121)

"O MFA comprometeu-se, igualmente, a passar o poder para as mãos dos civis, definindo o prazo máximo de um ano para a realização de eleições constituintes. Para assegurar o funcionamento das instituições governativas até à sua normalização democrática, a Junta de Salvação Nacional nomeou como presidente da República o general António de Spínola, que escolheu o advogado Adelino da Palma Carlos para chefiar o I Governo Provisório. Assim se dava início à democratização, um dos três. Dês (Democratizar, Desenvolver, Descolonizar) que nortearam o Movimento das Forças Armadas" (pág.123)

"Poucos dias passados sobre o golpe militar, os anseios de justiça social, longamente reprimidos, tinham já explodido numa onda de reivindicações laborais, greves e manifestações constantes (Doc. 25A). Embora influenciada pelos partidos de esquerda, esta efervescência social era, em grande parte, espontânea e, por isso, dificilmente controlável. Carente de autoridade e incapaz de assumir uma efetiva liderança do país, o I Governo Provisório demitiu-se menos de dois meses após a tomada de posse, deixando o presidente Spínola isolado na quase impossível tarefa de conter as forças revolucionárias" (pág.127)

"A intervenção do Estado em matéria económico-financeira começou pela nacionalização dos bancos emissores (Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino, Banco de Angola). Paralelamente, o Estado arroga-se o direito de intervir nas empresas. À luz deste direito, consagrado por decreto-lei, os corpos gerentes de numerosas empresas privadas (muitos sob acusação de sabotagem económica) foram substituídos por comissões de trabalhadores nomeadas pelo Governo" (pág.131)

"A radicalização do processo revolucionário, após o 11 de Março, vai alargar este intervencionismo estatal: logo após o golpe nacionalizam-se todos os bancos e, no mês seguinte, as grandes empresas ligadas aos setores económicos de base. Estas medidas, que pretendiam "reconstruir a economia por uma via de transição para o socialismo", determinaram o fim dos grupos económicos "monopolistas", considerados o expoente do capitalismo, e permitiram ao Estado um maior controlo sobre a economia" (pág.131)

"O processo da reforma agrária recebeu, entre abril e julho do mesmo ano, cobertura legal (Doc. 31). Mais uma vez sob a pressão das forças políticas de esquerda, o Governo avança com a expropriação das grandes herdades, com vista à constituição de Unidades Coletivas de Produção (UCP). Embora a propriedade do solo expropriado tenha passado para o Estado, cada UCP detinha a posse plena das

alfaias agrícolas e uma total liberdade de autogestão. Ao todo, ter-se-ão constituído cerca de 500 destas unidades, envolvendo um total de 60 mil camponeses." (pág.133)

"O tempo do PREC foi marcado por uma enorme agitação política e social. Enquanto os sucessivos governos e o Conselho da Revolução legislavam no sentido de conduzir o país rumo ao socialismo, crescia a ideia da legitimidade do poder popular, como expressão da vontade das massas trabalhadora" (pág.133)

"Por todo o país, sucediam-se os saneamentos sumários de quadros técnicos e outros funcionários considerados "de direita" e, em muitas empresas privadas, as comissões de trabalhadores assumiram o comando, destituindo e impedindo mesmo os proprietários de entrarem nas instalações; nas cidades e vilas, constituíram-se, em cada bairro, "comissões de moradores" e "comités de ocupantes", que levaram a cabo a ocupação de casas vagas, do Estado ou de particulares, quer para fins habitacionais, quer para instalação de equipamentos sociais de iniciativa popular (creches, centros clínicos, parques infantis); no Sul, como já vimos, as grandes herdades foram ocupadas pelos trabalhadores rurais, que passaram a geri-las sob a forma de "unidades coletivas de produção".(pág.133)

"Num clima de grandes manifestações, permanentes apelos à luta, palavras de ordem e frequentes comícios, até a Justiça se viu subvertida pela realização de julgamentos populares (Doc. 32B). Portugal viveu então um período de grande entusiasmo, mas também de anarquia, que levou ao extremo o verso da canção-senha do 25 de Abril: "o povo é quem mais ordena". Este ambiente anárquico gerou sentimentos de opressão e medo nas classes média e alta, levando milhares de portugueses a abandonar o país." (pág.133)

"Estas eleições realizaram-se exatamente um ano depois do golpe de Estado – 25 de abril de 1975 –, marcando, de forma exemplar, a vida cívica e política portuguesa. Acorreu às urnas o maior universo eleitoral de sempre (91,7% dos eleitores), e tanto a campanha como o ato eleitoral, para os quais os pessimistas previam tumultos e confrontos, decorreram dentro das normas de respeito e de pluralidade democrática" (pág.135)

"Ainda no rescaldo do golpe militar, as pressões internacionais começam a fazer-se sentir. A 10 de maio, a ONU e a OUA apelam à Junta de Salvação Nacional para que, inequivocamente, consagre o princípio da independência das colónias. Durante os meses que se seguiram, a OUA interfere no processo negocial, exigindo a independência de todos os territórios. Os movimentos de libertação unem-se no mesmo sentido" (pág.139)

"A nível interno, a "independência pura e simples" das colónias colhia o apoio da maioria dos partidos que se legalizaram depois do 25 de Abril e também nesse sentido se orientavam os apelos das manifestações que enchiam as ruas do país" (pág.139)

"É nesta conjuntura que o Conselho de Estado aprova a Lei n.° 7/74, reconhecendo o direito das colónias à independência, decisão que o Presidente da República

comunica aos Portugueses, a 27 de julho, numa declaração considerada "histórica" (pág.139)

"Com exceção da Guiné, cuja independência foi efetivada logo em 10 de setembro de 1974, os acordos institucionalizavam um período de transição, bastante curto, em que se efetuaria a transferência de poderes. Nesse período, estruturas conjuntas de Portugal e dos movimentos de libertação assegurariam o respeito pela legalidade e pela ordem" (pág.141)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:

ee) Nível UE 0
ff) Nível Nacional 1
gg) Nível Local 0
hh) Outras regiões (para além da UE) 0
ii) Em geral (não relacionado com a área geográfica) 0

14.1 Parágrafos representativos:

"Obrigado a reprimir um poderoso surto de agitação estudantil, greves operárias e até ações bombistas, Marcello Caetano endurece a repressão política: as associações de estudantes mais ativas são encerradas, a legislação sindical aperta-se, a polícia política desencadeia uma nova vaga de prisões, alguns opositores, como Mário Soares, são novamente remetidos ao exílio. Desencantados e incapazes de fazer passar as suas propostas de reforma do regime, os deputados da "ala liberal" abandonam progressivamente a Assembleia Nacional" (pág. 115)

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):

z) Nível UE - 0
aa) Nível Nacional - 0
bb) Nível Local - 0
cc) Outras regiões (para além da UE) - 0
dd) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

ee) Nível UE - 0
ff) Nível Nacional - 0
gg) Nível Local - 0
hh) Outras regiões (para além da UE) - 0
ii) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*]:

x) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política (motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política).

y) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária). X

z) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)). X

aa) **Outra** □ (Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"Resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à Humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes dos tratados e das outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores

condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla e para tais fins a praticar a tolerância, a viver em paz uns com os outros num espírito de boa vizinhança."(pág.14)

"Os anos de 1959-62 foram marcados por um forte recrudescimento da oposição, que passou a contar com elementos que, até então, lhe tinham sido alheios. No rescaldo das eleições, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreve uma dura carta a Salazar, em que denuncia a miséria do povo e a falta de liberdades cívicas (Doc. 11A). A coragem do bispo custou-lhe 10 anos de exílio, mas inspirou um grupo crescente de católicos que, entre vigílias e manifestos públicos, não pouparam críticas à política do Estado Novo." (pág.103)

"No fim do dia, o "Movimento dos Capitães" sagrava-se já vitorioso. Apesar dos insistentes pedidos para que, por razões de segurança, a população civil se recolhesse em casa, a multidão acorrera às ruas em apoio aos militares, a quem distribuía cravos vermelhos. Praticamente, só a polícia política resistia ainda. Render-se-ia na manhã seguinte, não sem provocar (por disparos sobre a população civil que se manifestava junto da sua sede, em Lisboa) os únicos quatro mortos da "Revolução dos Cravos" (pág.121)

"Poucos dias passados sobre o golpe militar, os anseios de justiça social, longamente reprimidos, tinham já explodido numa onda de reivindicações laborais, greves e manifestações constantes (Doc. 25A). Embora influenciada pelos partidos de esquerda, esta efervescência social era, em grande parte, espontânea e, por isso, dificilmente controlável. Carente de autoridade e incapaz de assumir uma efetiva liderança do país, o I Governo Provisório demitiu-se menos de dois meses após a tomada de posse, deixando o presidente Spínola isolado na quase impossível tarefa de conter as forças revolucionárias" (pág.127)

"O processo da reforma agrária recebeu, entre abril e julho do mesmo ano, cobertura legal (Doc. 31). Mais uma vez sob a pressão das forças políticas de esquerda, o Governo avança com a expropriação das grandes herdades, com vista à constituição de Unidades Coletivas de Produção (UCP). Embora a propriedade do solo expropriado tenha passado para o Estado, cada UCP detinha a posse plena das alfaias agrícolas e uma total liberdade de autogestão. Ao todo, ter-se-ão constituído cerca de 500 destas unidades, envolvendo um total de 60 mil camponeses." (pág.133)

"Por todo o país, sucediam-se os saneamentos sumários de quadros técnicos e outros funcionários considerados "de direita" e, em muitas empresas privadas, as comissões de trabalhadores assumiram o comando, destituindo e impedindo mesmo os proprietários de entrarem nas instalações; nas cidades e vilas, constituíram-se, em cada bairro, "comissões de moradores" e "comités de ocupantes", que levaram a cabo a ocupação de casas vagas, do Estado ou de particulares, quer para fins habitacionais, quer para instalação de equipamentos sociais de iniciativa popular (creches, centros clínicos, parques infantis); no Sul, como já vimos, as grandes herdades foram ocupadas pelos trabalhadores rurais, que passaram a geri-las sob a forma de "unidades coletivas de produção".(pág.133)

c) Participação política

"A derrota dos regimes totalitários na Segunda Guerra Mundial reforçou os ideais democráticos, que se tornaram a bandeira dos Estados Unidos e dos seus aliados. As democracias liberais fundam-se na separação dos poderes, de forma a evitar governos ditatoriais e totalitários, no pluralismo político – existência de vários partidos – e na livre escolha dos governantes pelo povo, através de atos eleitorais periódicos (Doc. 25). Em termos económicos, defendem a propriedade privada e a livre iniciativa como meios de progresso e riqueza." (pág.47)

"No fim da guerra, o conceito de democracia adquiriu uma maior abrangência: considerou-se que, além de garantir as liberdades individuais, o regime democrático deveria assegurar o bem-estar dos cidadãos e a justiça social. Nesta altura, sobressaíam no panorama político europeu as forças da social-democracia e da democracia cristã. Ambas tinham lutado contra o nazismo e ambas representavam uma alternativa credível aos velhos partidos liberais. Embora de quadrantes muito diferentes, partilhavam as mesmas preocupações sociais e advogavam um Estado interventivo, capaz de liderar a necessária reconstrução económica. Estavam, assim, criadas as condições para reformas económicas e sociais profundas" (pág.47)

"Muitos destes líderes foram educados nas metrópoles, onde assimilaram valores de liberdade e de justiça social. A luta pela independência assumiu, assim, a dupla vertente de uma luta política e de uma luta contra a pobreza e o atraso económico, vistos como consequência direta da exploração colonial. Foi, em parte, por esta razão que muitos movimentos de libertação se deixaram seduzir pela mensagem igualitária do socialismo" (pág.81)

"Um clima de otimismo instala-se entre os opositores ao Estado Novo. Acredita-se na vaga democrática que percorre a Europa, julgando-a capaz de, por si só, forçar a abertura do regime. Em 8 de outubro, numa entusiástica reunião no Centro Republicano Almirante Reis, nasce o MUD – Movimento de Unidade Democrática, que congrega as forças até aí clandestinas da oposição (Doc. 8A). O impacto deste movimento ultrapassou todas as previsões" (pág.99)

"Foi neste clima de mudança, que ficou conhecido como "primavera marcelista", que se prepararam as eleições legislativas de 1969 (Doc. 17B). Procurando legitimá-las aos olhos da opinião pública, o governo alargou o sufrágio feminino (a todas as mulheres escolarizadas), permitiu maior liberdade de campanha à oposição, bem como a consulta dos cadernos eleitorais e a fiscalização das mesas de voto. Para as listas da União Nacional são convidadas personalidades liberais, como Pinto Leite, Miller Guerra, Sá Carneiro ou Pinto Balsemão. Em conjunto, formarão, na Assembleia, o grupo conhecido por "ala liberal" (pág.115)

"O MFA comprometeu-se, igualmente, a passar o poder para as mãos dos civis, definindo o prazo máximo de um ano para a realização de eleições constituintes. Para assegurar o funcionamento das instituições governativas até à sua normalização democrática, a Junta de Salvação Nacional nomeou como presidente da República o general António de Spínola, que escolheu o advogado Adelino da Palma Carlos para chefiar o I Governo Provisório. Assim se dava início à democratização, um dos três.

Dês (Democratizar, Desenvolver, Descolonizar) que nortearam o Movimento das Forças Armadas" (pág.123)

"Os acontecimentos de 11 de março são tomados como uma "ameaça contrarrevolucionária" e contribuem para acentuar o radicalismo que já se fazia sentir. Nessa mesma noite, numa Assembleia das Forças Armadas, forma-se o Conselho da Revolução, que passa a funcionar como órgão executivo do MFA" (pág.129)

Concentrando os poderes da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado (que são extintos), o Conselho da Revolução tornou-se o verdadeiro centro do poder. Evidenciando uma ligação clara ao ideário comunista, o Conselho da Revolução propõe-se orientar o Processo Revolucionário em Curso – PREC, que, assumidamente, conduziria o país rumo ao socialismo. Tudo parecia, nesta altura, encaminhar Portugal para a adoção de um modelo coletivista, sob a égide das Forças Armadas" (pág.129)

"A radicalização do processo revolucionário, após o 11 de Março, vai alargar este intervencionismo estatal: logo após o golpe nacionalizam-se todos os bancos e, no mês seguinte, as grandes empresas ligadas aos setores económicos de base. Estas medidas, que pretendiam "reconstruir a economia por uma via de transição para o socialismo", determinaram o fim dos grupos económicos "monopolistas", considerados o expoente do capitalismo, e permitiram ao Estado um maior controlo sobre a economia" (pág.131)

"A intervenção do Estado em matéria económico-financeira começou pela nacionalização dos bancos emissores (Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino, Banco de Angola). Paralelamente, o Estado arroga-se o direito de intervir nas empresas. À luz deste direito, consagrado por decreto-lei, os corpos gerentes de numerosas empresas privadas (muitos sob acusação de sabotagem económica) foram substituídos por comissões de trabalhadores nomeadas pelo Governo" (pág131)

"O tempo do PREC foi marcado por uma enorme agitação política e social. Enquanto os sucessivos governos e o Conselho da Revolução legislavam no sentido de conduzir o país rumo ao socialismo, crescia a ideia da legitimidade do poder popular, como expressão da vontade das massas trabalhadora" (pág. 133)

"Num clima de grandes manifestações, permanentes apelos à luta, palavras de ordem e frequentes comícios, até a Justiça se viu subvertida pela realização de julgamentos populares. Portugal viveu então um período de grande entusiasmo, mas também de anarquia, que levou ao extremo o verso da canção-senha do 25 de Abril: "o povo é quem mais ordena". Este ambiente anárquico gerou sentimentos de opressão e medo nas classes média e alta, levando milhares de portugueses a abandonar o país." (pág.133)

"Estas eleições realizaram-se exatamente um ano depois do golpe de Estado – 25 de abril de 1975 –, marcando, de forma exemplar, a vida cívica e política portuguesa. Acorreu às urnas o maior universo eleitoral de sempre (91,7% dos eleitores), e tanto a campanha como o ato eleitoral, para os quais os pessimistas previam tumultos e

confrontos, decorreram dentro das normas de respeito e de pluralidade democrática" (pág.135)

"Estas alterações são o rastilho para um último golpe militar, em 25 de novembro, encabeçado pelos paraquedistas de Tancos, em defesa de Otelo e do processo revolucionário. Este golpe, que, por pouco, não coloca o país numa guerra civil, acaba por se malograr e, com ele, as tentativas da esquerda revolucionária para tomar o poder. Ficava aberto o caminho para a implantação de uma democracia liberal" (pág. 135)

"A nível interno, a "independência pura e simples" das colónias colhia o apoio da maioria dos partidos que se legalizaram depois do 25 de Abril e também nesse sentido se orientavam os apelos das manifestações que enchiam as ruas do país" (pág.139)

"É nesta conjuntura que o Conselho de Estado aprova a Lei n.° 7/74, reconhecendo o direito das colónias à independência, decisão que o Presidente da República comunica aos Portugueses, a 27 de julho, numa declaração considerada "histórica" (pág.139)

"A par deste pendor socialista e revolucionário, patente sobretudo nas disposições relativas à economia, a Constituição define Portugal como "um Estado democrático", reconhece o pluralismo partidário e confere a todos os cidadãos "a mesma dignidade social" (Doc. 42). Esta opção liberalizante vê-se reforçada pela eleição direta, mediante sufrágio universal, da Assembleia Legislativa e do Presidente da República, pela independência dos tribunais, entre outras disposições. O respeito pela vontade popular exprimiu-se ainda na concessão de autonomia política às regiões insulares dos Açores e da Madeira, e na instituição de um modelo de poder local descentralizado e eleito por via direta" (pág.145)

"As alterações de maior vulto deram-se ao nível das instituições políticas. Foi abolido o Conselho da Revolução como órgão de soberania coadjuvante da Presidência da República, o que libertou o poder central de qualquer condicionamento militar (Doc. 43). As Forças Armadas viram-se assim, por completo, subordinadas ao poder político, que passou a assentar, unicamente, na legitimidade democrática. Na mesma linha, limitaram-se os poderes do Presidente e aumentaram-se os da instituição parlamentar." (pág.147)

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

s) Informativo X
t) Reflexivo / Interpretativo X
u) Outro □ (Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

s) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
t) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
u) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Uns excertos se encontram no Nível 1 e outros no Nível 2.

19.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"Um tal conjunto de medidas modificou, de forma profunda, a conceção liberal de Estado, dando origem ao Estado-providência, que, desde então até aos nossos dias, marcou fortemente a vida das democracias ocidentais." (pág.49) Nível 2

"O efeito mais evidente dos "Trinta Gloriosos" foi a generalização do conforto material (Doc. 32). O pleno emprego, os salários altos e a produção maciça de bens a preços acessíveis conduziram à sociedade de consumo, que transformou os lares e o estilo de vida da maioria da população dos países capitalistas" (pág.55) Nível 2

"Muitos destes líderes foram educados nas metrópoles, onde assimilaram valores de liberdade e de justiça social. A luta pela independência assumiu, assim, a dupla vertente de uma luta política e de uma luta contra a pobreza e o atraso económico, vistos como consequência direta da exploração colonial. Foi, em parte, por esta razão que muitos movimentos de libertação se deixaram seduzir pela mensagem igualitária do socialismo" (pág.81) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

***Cartoon* publicado no jornal inglês *Daily Mail*, no dia seguinte ao discurso de Churchill em Fulton.**
Na cortina de ferro: "Proibida a entrada por ordem de Joe". "Joe" designa José Estaline.
Churchill intitulou o seu discurso "Os ligamentos da Paz" (*Sinews of Peace*), mas o discurso pronunciado no Westminster College ficaria para sempre ligado à famosa expressão "cortina de ferro".

Nível 2

UNICEF Fundo de Assistência à Infância. Em 2022, a UNICEF operava em 190 países, procurando salvar vidas e proporcionar o desenvolvimento saudável das crianças. Muitos dos melhores resultados das Nações Unidas têm sido levado a cabo pelos organismos especializados, que se têm revelado uma força determinante na luta contra a pobreza, a doença e a discriminação.

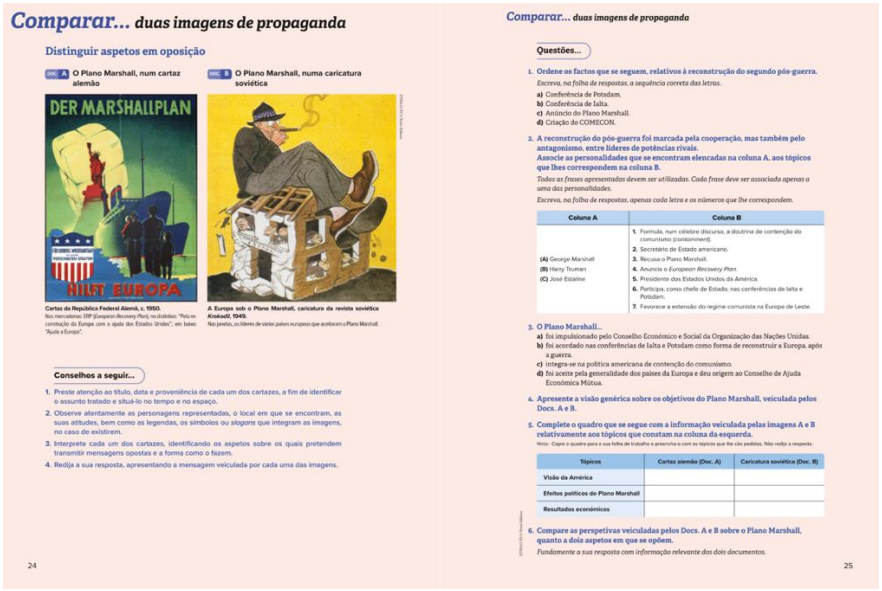
Nível 2

O Muro de Berlim, numa caricatura da Alemanha Oriental, 1961.
Por trás da águia americana esconde-se o chanceler da RFA, Konrad Adenauer.

Nível 2

***The Wall*, capa da revista americana *Time*, agosto de 1962.**
A *Time* assinalava, desta forma, um ano de existência do muro.

Nível 2



Comparar... duas imagens de propaganda

Distinguir aspetos em oposição

DOC A O Plano Marshall, num cartaz alemão

Cartaz da República Federal Alemã, c. 1950.
Nos mercadorias: ERP (European Recovery Plan), no distintivo; "Pelo reconstrução da Europa com a ajuda dos Estados Unidos"; em baixo: "Ajuda e Europa".

DOC B O Plano Marshall, numa caricatura soviética

A Europa sob o Plano Marshall, caricatura da revista soviética Krokodil, 1949.
Nas janelas, os líderes de várias países europeus que aceitaram o Plano Marshall.

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e proveniência de cada um dos cartazes, a fim de identificar o assunto tratado e situá-lo no tempo e no espaço.
2. Observe atentamente as personagens representadas, o local em que se encontram, as suas atitudes, bem como as legendas, os símbolos ou *slogans* que integram as imagens, no caso de existirem.
3. Interprete cada um dos cartazes, identificando os aspetos sobre os quais pretendem transmitir mensagens opostas e a forma como o fazem.
4. Redija a sua resposta, apresentando a mensagem veiculada por cada uma das imagens.

24

Comparar... duas imagens de propaganda

Questões...

1. **Ordene os factos que se seguem, relativos à reconstrução do segundo pós-guerra.**
Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.
a) Conferência de Potsdam.
b) Conferência de Ialta.
c) Anúncio do Plano Marshall.
d) Criação do COMECON.

2. **A reconstrução do pós-guerra foi marcada pela cooperação, mas também pelo antagonismo, entre líderes de potências rivais.**
Associe as personalidades que se encontram elencadas na coluna A, aos tópicos que lhes correspondem na coluna B.
Todas as frases apresentadas devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada apenas a uma das personalidades.
Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

Coluna A	Coluna B
(A) George Marshall (B) Harry Truman (C) José Estaline	1. Formula, num célebre discurso, a doutrina de contenção do comunismo (*containment*). 2. Secretário de Estado americano. 3. Recusa o Plano Marshall. 4. Anuncia o *European Recovery Plan*. 5. Presidente dos Estados Unidos da América. 6. Participa, como chefe de Estado, nas conferências de Ialta e Potsdam. 7. Favorece a extensão do regime comunista na Europa de Leste.

3. **O Plano Marshall...**
a) foi impulsionado pelo Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas.
b) foi acordado nas conferências de Ialta e Potsdam como forma de reconstruir a Europa, após a guerra.
c) integra-se na política americana de contenção do comunismo.
d) foi aceite pela generalidade dos países da Europa e deu origem ao Conselho de Ajuda Económica Mútua.

4. **Apresente a visão genérica sobre os objetivos do Plano Marshall, veiculada pelos Docs. A e B.**

5. **Complete o quadro que se segue com a informação veiculada pelas imagens A e B relativamente aos tópicos que constam na coluna da esquerda.**
Nota: Copie o quadro para a sua folha de trabalho e preencha-o com os tópicos que lhe são pedidos. Não redija a resposta.

Tópicos	Cartaz alemão (Doc. A)	Caricatura soviética (Doc. B)
Visão da América		
Efeitos políticos do Plano Marshall		
Resultados económicos		

6. **Compare as perspetivas veiculadas pelos Docs. A e B sobre o Plano Marshall, quanto a dois aspetos em que se opõem.**
Fundamente a sua resposta com informação relevante dos dois documentos.

25

Nível 3

ETHA12-P2 © Porto Editora

Cartaz das eleições presidenciais francesas de 2022. No Cartaz, lê-se: "EU VOTO = EU DECIDO". Uma das características definidoras das democracias ocidentais é o pluripartidarismo e a alternância no poder de várias forças políticas.

Nível 2

Campanha do Partido Trabalhista (*Labour*) para as eleições de 1950. Na parede, cartazes alusivos à proteção ao trabalho, à família e ao Serviço Nacional de Saúde.

ETHA12-P2 © Porto Editora

O Relatório Beveridge dinamita "os cinco gigantes". *Cartoon* de Leslie Illingworth para o *Daily Mail*, 1943. À direita, o primeiro-ministro Winston Churchill, líder do Partido Conservador, volta as costas ao plano, que veio a ser maioritariamente executado pelo Partilho Trabalhista.

Nível 2

DOC. 26 O 28 de Setembro

Cartazes apelando à manifestação e contramanifestação de 28 de setembro. Convocada em apoio do presidente Spínola, a manifestação da chamada "maioria silenciosa" provocou de imediato a mobilização das forças de esquerda, que montaram barricadas de controlo nos acessos à capital.

Nível 3

Analisar... um texto longo

Programa do Movimento das Forças Armadas

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objetivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos; [...]

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português [...] proclama e *compromete-se a garantir a adoção* das seguintes medidas [...]:

A – MEDIDAS IMEDIATAS

1 – Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil. [...]

2 – A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do atual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal direto e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis [...] bem como a extinção imediata da Ação Nacional Popular. [...]

c) [...] A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude. [...]

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns [...]

g) A abolição da censura e exame prévio; [...]

B – MEDIDAS A CURTO PRAZO

1 – No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República [...]

2 – Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa. [...]

5 – O Governo Provisório [...] obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam [...] o futuro exercício efetivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de "associações políticas", possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema; [...]

6 – O Governo Provisório lançará os fundamentos de: [...]

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses. [...]

8 – A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

Programa divulgado em 26 de abril de 1974

124

Analisar... um texto longo

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e autor do texto, para identificar o assunto central, situá-lo no tempo e no espaço.
2. Faça uma primeira leitura para apreender o conteúdo geral; atente nos esclarecimentos das notas de rodapé, caso existam.
3. Leia o texto uma segunda vez e anote à margem as ideias-chave dos parágrafos mais relevantes.
4. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **O Movimento das Forças Armadas, autor do Programa,**
   - **a)** integrou os elementos da "ala liberal", como Sá Carneiro e Mota Amaral, que, em articulação com os militares, organizaram o golpe militar que derrubou o Governo.
   - **b)** nasceu no seio dos capitães do exército português e levou a cabo um golpe de Estado, em abril de 1974.
   - **c)** foi organizado por altas patentes do exército, como o general Spínola, que liderou o golpe de Estado, a partir do Posto de Comando da Pontinha.
   - **d)** levou a cabo um golpe de Estado com o fim de destituir Salazar e instaurar um regime democrático.
2. **Ordene cronologicamente os factos que se seguem, respeitantes à vida política portuguesa das décadas de 60 e 70 do século XX.**
   Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.
   - **a)** Publicação de *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola.
   - **b)** "Revolução dos Cravos".
   - **c)** Eleições legislativas de 1969.
   - **d)** Marcello Caetano assume a chefia do Governo.
3. **Descodifique a sigla DGS (linha 17).**
4. **Esclareça a função da Ação Nacional Popular (ANP), que o Programa do MFA se propõe extinguir (linhas 15 e 16).**
5. **As afirmações que se seguem, sobre o golpe militar de 25 de abril de 1974, são todas verdadeiras. Identifique as três afirmações que podem ser comprovadas através da análise do documento.**
   - **a)** A persistência da Guerra do Ultramar foi um fator determinante do derrube do marcelismo.
   - **b)** Vítor Alves assumiu a coordenação política do golpe militar.
   - **c)** Os acontecimentos de 25 de abril de 1974 foram precedidos de um golpe falhado, conhecido por "golpe das Caldas".
   - **d)** Os militares de Abril propõe-se terminar com um regime de cariz ditatorial.
   - **e)** Além de objetivos políticos, presidiram também ao MFA preocupações sociais.
   - **f)** Logo no dia 25 de abril, um número expressivo de populares manifestou, nas ruas, a sua satisfação pela queda do regime vigente.
   - **g)** O presidente Américo Tomás e o chefe do Governo, Marcello Caetano, seguiram para o exílio.
6. **Explicite três aspetos que demonstrem o cariz liberalizante do Programa do MFA.**

125

Nível 2

Comparar... dois documentos escritos

Distinguindo aspetos em oposição

Doc. A – O rumo da Revolução, segundo o *Documento dos Nove*

O Movimento das Forças Armadas nasceu do espírito e do coração de um punhado de oficiais democratas, patriotas e antifascistas que decidiram pôr termo a uma longa noite fascista e iniciar com todo o povo português uma nova caminhada de paz, progresso e democracia, na base de um Programa Político universalmente aceite e respeitado. [...] Assistiu-se ao desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas; mas, paralelamente, e à medida que as nacionalizações se sucediam (a um ritmo impossível de absorver [...] sem grave risco de rutura do tecido social e cultural pré-existente [...], foi-se assistindo à desagregação muito rápida das formas de organização social e económica [...] e, paralelamente, verifica-se a progressiva decomposição das estruturas do Estado. Formas selvagens e anarquizantes de exercício do poder foram-se instalando um pouco por toda a parte [...] O MFA, que inicialmente se havia afirmado como suprapartidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politiqueiras de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projeto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do país. [...] O país encontra-se profundamente abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o MFA [...]. Alarga-se, dia a dia, o fosso aberto entre um grupo social extremamente minoritário (parte do proletariado da zona de Lisboa e parte do proletariado alentejano), portador de um certo projeto revolucionário, e praticamente o resto do país [...]. Recusam-se o modelo de sociedade socialista tipo europeu oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direção política que crê, obstinadamente, que uma "vanguarda" assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo [...]

Trata-se de construir uma sociedade de tolerância e de paz e não uma sociedade sujeita a novos mecanismos de opressão e exploração.

Documento Melo Antunes ou *Documento dos Nove*, 6 de agosto de 1975 (subscrito pelos Conselheiros da Revolução Melo Antunes, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Vítor Alves, Franco Charais, Pezarat Correia, Sousa e Castro)

Doc. B – O rumo da Revolução, segundo o primeiro-ministro Vasco Gonçalves

O projeto de ligação Povo-MFA, aprovado pela Assembleia Plenária do Movimento das Forças Armadas, mais não é do que a aprovação, a legalização do caminho para o acesso progressivo dos trabalhadores ao poder.

É perante este panorama que o V Governo Provisório foi formado e entrou em funções. E foi perante um golpe de baixa política, o "documento dos nove", que iniciou a sua ação. [...] É um Governo sem compromissos partidários, o que não quer dizer que os seus homens sejam apolíticos. Não, a política deles é eminentemente nacional e revolucionária. [...]

Dizem-nos que este Governo tem poucas possibilidades, tem muito pouca base de apoio, tem uma base de apoio muito restrita. Devo dizer-vos aqui o seguinte: não há nenhuma revolução, numa determinada fase da sua história, que não tenha tido uma base de apoio restrita. Pois é precisamente neste momento que é preciso um Governo forte e com autoridade. [...] Chegou o momento em que os revolucionários, estejam onde estiverem, têm de assumir as suas responsabilidades perante o povo e as classes trabalhadoras do nosso País. [...]

À frente de todos, os trabalhadores – operários, camponeses, pescadores –, na vanguarda do processo de democratização do país e de transição para o socialismo. [...]

Assim o tão falado ritmo do avanço do processo revolucionário no sector económico [...] surge como uma necessidade histórica para a solução dos problemas económicos nacionais: a eliminação dos monopólios e latifúndios [...] aparecem como um imperativo nacional, como o único meio para estabilizar e permitir o desenvolvimento da economia e libertar os trabalhadores das relações de produção a que estavam submetidos. [...]

A Revolução – a nossa Revolução – é do Povo Português. [...] Por isso o Povo tem o direito de exigir que o MFA – seu braço armado – defenda a Revolução, sob pena de deixar de ser o MFA.

Viva a aliança Povo-MFA!

Discurso do primeiro-ministro e Conselheiro da Revolução Vasco Gonçalves, proferido em Almada, em 18 de agosto de 1975

136

Comparar... dois documentos escritos

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção aos títulos, autores e datas dos documentos, a fim de identificar o assunto/problemática central e situá-lo no tempo e no espaço.
2. Faça uma primeira leitura dos documentos para se inteirar da perspetiva (Positiva? Negativa? A favor? Contra?) de cada um dos autores relativamente ao assunto tratado. Atente nas notas explicativas, se as houver.
3. Numa segunda leitura, identifique os aspetos/tópicos comuns aos dois textos, sobre os quais os autores expressam opiniões opostas.
4. Redija a sua resposta, explicitando a opinião de cada um dos autores sobre os aspetos/tópicos requeridos.

Questões...

1. **O Conselho da Revolução, a que pertencem os autores dos documentos,**
   a) preparou a "Revolução dos Cravos" e nomeou a Junta de Salvação Nacional.
   b) foi criado no dia 25 de abril, assumindo o poder após o derrube do regime marcelista.
   c) atuou como mediador entre o MFA e as organizações de base popular.
   d) foi institucionalizado na sequência do 11 de Março, substituindo a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado.

2. **Ordene cronologicamente os factos que se seguem, respeitantes à vida política portuguesa do período pré-constitucional.**
   Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.
   a) Demissão de António de Spínola
   b) Nacionalização dos setores-chave da economia
   c) Tentativa de golpe de 11 de Março
   d) Manifestação da "maioria silenciosa" (28 de setembro)

3. **Indique a designação dada ao processo de "eliminação dos latifúndios" (Doc. 2, linhas 30 e 31).**

4. **Considere os aspetos sobre os quais os dois documentos veiculam opiniões opostas e organize-os num quadro síntese, de acordo com o exemplo:**

Aspetos	Doc. A – *Documento dos Nove*	Doc. B – *Discurso de Vasco Gonçalves*
Carácter/Objetivos do MFA		
Partidarização da liderança política		
Unidade nacional/Unidade Povo-MFA		
Política económica		
Construção do socialismo		

Nota: Copie o quadro para a sua folha de trabalho e preencha-o.

5. **Compare as opiniões sobre o desenrolar do processo revolucionário pós-25 de Abril veiculadas pelos documentos A e B, quanto a dois aspetos em que se opõem.**
   Fundamente a sua resposta com informação relevante dos dois documentos.

137

Nível 3

Propaganda do Governo para as eleições legislativas de 1945.

Nível 2

Apelo do MUD à abstenção, 1945. Quando ficou claro que as condições mínimas para um ato eleitoral credível não se concretizariam, o MUD desiste e passa a apelar à abstenção. Segundo Mário Soares, acreditava-se então que o tempo trabalharia a favor dos democratas, o que não veio a verificar-se, tendo-se talvez perdido a oportunidade de fazer entrar na Assembleia Nacional alguns deputados da oposição e abalar o sistema.

Nível 2

c) Outro

20. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (□) correspondente*).

Sim □ Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

ee) Estatuto da cidadania
ff) Género
gg) Etnia
hh) Idade
ii) Outro X -Direitos Humanos, Globalização

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

b) Género

c)Etnia

d) Idade

e) Outro

"Resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à Humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes dos tratados e das outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla e para tais fins a praticar a tolerância, a viver em paz uns com os outros num espírito de boa vizinhança"(pág.14)

"Externamente, cresceu o isolamento português. Na ONU, o país sofre a maior de todas as humilhações quando, em 1973, a Assembleia-Geral reconhece a independência da Guiné-Bissau, à revelia do Estado português. No mesmo ano, a visita oficial de Marcello Caetano ao Reino Unido decorre no meio de protestos populares e de uma forte segurança policial, ao ser denunciado, na imprensa, um massacre de civis em Moçambique." (pág.117)

"Logo na noite de 25 de abril, por pressão do general Spínola, a afirmação do "claro reconhecimento do direito à autodeterminação" dos territórios africanos, que constava do programa previamente elaborado pelo MFA, foi eliminada. Em seu lugar declarava-se, apenas, a intenção de implementar "uma política ultramarina que conduza à paz". O país dividiu-se no caminho a tomar. Mas em vão. 1 Como o próprio Spínola reconheceria mais tarde, o tempo em que teria sido possível adotar o modelo federalista que advogara em Portugal e o Futuro tinha, há muito, passado." (pág.139)

"Ainda no rescaldo do golpe militar, as pressões internacionais começam a fazer-se sentir. A 10 de maio, a ONU e a OUA apelam à Junta de Salvação Nacional para que,

inequivocamente, consagre o princípio da independência das colónias. Durante os meses que se seguiram, a OUA interfere no processo negocial, exigindo a independência de todos os territórios. Os movimentos de libertação unem-se no mesmo sentido" (pág.139)

"Com exceção da Guiné, cuja independência foi efetivada logo em 10 de setembro de 1974, os acordos institucionalizavam um período de transição, bastante curto, em que se efetuaria a transferência de poderes. Nesse período, estruturas conjuntas de Portugal e dos movimentos de libertação assegurariam o respeito pela legalidade e pela ordem" (pág.141)

"Embora disponham de leis próprias e mantenham as suas características específicas, os países da Europa Unida tomam as instituições democráticas da Comunidade como modelo e, por via das normas que são obrigados a cumprir, ajustam as suas próprias instituições políticas às instituições comunitárias. Esta situação representava, para Portugal, a certeza de que não haveria, no futuro, desvios face ao modelo democrático que escolhera (Doc. 48B). Na verdade, sucessivas revisões constitucionais foram adaptando o sistema de governação nacional às exigências da nossa integração europeia" (pág.153)

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

s) Informativo X
t) Reflexivo / Interpretativo X
u) Outro □ (Por favor, especificar) _____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

s) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
t) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
u) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Os excertos encontram-se no Nível 2.

a) Informativo

"Resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à Humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes dos tratados e das outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma

liberdade mais ampla e para tais fins a praticar a tolerância, a viver em paz uns com os outros num espírito de boa vizinhança"(pág.14) Nível 2

"Externamente, cresceu o isolamento português. Na ONU, o país sofre a maior de todas as humilhações quando, em 1973, a Assembleia-Geral reconhece a independência da Guiné-Bissau, à revelia do Estado português. No mesmo ano, a visita oficial de Marcello Caetano ao Reino Unido decorre no meio de protestos populares e de uma forte segurança policial, ao ser denunciado, na imprensa, um massacre de civis em Moçambique." (pág.117) Nível 2

"Ainda no rescaldo do golpe militar, as pressões internacionais começam a fazer-se sentir. A 10 de maio, a ONU e a OUA apelam à Junta de Salvação Nacional para que, inequivocamente, consagre o princípio da independência das colónias. Durante os meses que se seguiram, a OUA interfere no processo negocial, exigindo a independência de todos os territórios. Os movimentos de libertação unem-se no mesmo sentido" (pág.139) Nível 2

"Com exceção da Guiné, cuja independência foi efetivada logo em 10 de setembro de 1974, os acordos institucionalizavam um período de transição, bastante curto, em que se efetuaria a transferência de poderes. Nesse período, estruturas conjuntas de Portugal e dos movimentos de libertação assegurariam o respeito pela legalidade e pela ordem" (pág.141) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo

***Para onde? Cartoon* americano de 1947.** A aprovação do pedido de Truman representava uma inflexão drástica da postura de não intervenção que, até aí, tinha caracterizado a política externa dos Estados Unidos.

Nível 2

2. O muro nos anos 80, visto do lado ocidental.

Nível 2

Cartaz soviético de 1955. Realçando a forte taxa de crescimento das economias socialistas, lê-se neste gráfico ilustrado: "Dois mundos – dois resultados", "O comboio socialista deixa para trás a tartaruga capitalista".

Nível 2

c) Outro

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▪) correspondente*).

Sim ■ Não X

Se sim, por favor, dar exemplos…

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

ee) Escrito X
ff) Iconográfico X
gg) Mapas X
hh) Gráficos / Tabelas X
ii) Outro □ (Por favor, especificar) _____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

Eleanor Roosevelt olha a recém-aprovada *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. A viúva do antigo presidente dos Estados Unidos presidiu ao Comité que redigiu o documento.

A América, vista pelos Soviéticos

Liberdade à americana, cartaz soviético de 1949-50. No arranha-céus, "Wall Street". Nos retângulos: em cima, à esquerda, "liberdade de imprensa"; em baixo, à esquerda, "liberdade de opinião"; em cima, à direita, "liberdade individual"; em baixo, à direita, "liberdade de reunião e de manifestação".

C A habitação

Cartaz de propaganda à construção habitacional, 1961. Na legenda: "**Nós**: Cem milhões de pessoas – quase metade da população da União Soviética – mudarão para novas casas nos próximos sete anos". **Eles**: "Nos Estados Unidos, há mais de quatro milhões de desempregados e milhões vivem em bairros de lata".

3 A CECA vista pela União Soviética

A aliança franco-alemã num desenho satírico da revista *Krokodil*, 1950. O ministro francês Robert Schuman e o chanceler alemão Konrad Adenauer casam-se, sob a bênção do belga Paul-Henri Spaak, também ele um dos "pais fundadores da Europa". No saco empunhado pela "noiva" germânica lê-se "Ruhr", região alemã rica em carvão e com grande pujança industrial.

DOC. D Um contraponto às superp

"Os Estados Unidos da Europa evitar-vos-ão o esmagamento", 1960.

C Na sede da PIDE/DGS

ETHA12-P2 © Porto Editora

2. Militar retira da parede a fotografia de Salazar, na sede da PIDE/DGS (fotografia de Eduardo Gageiro).

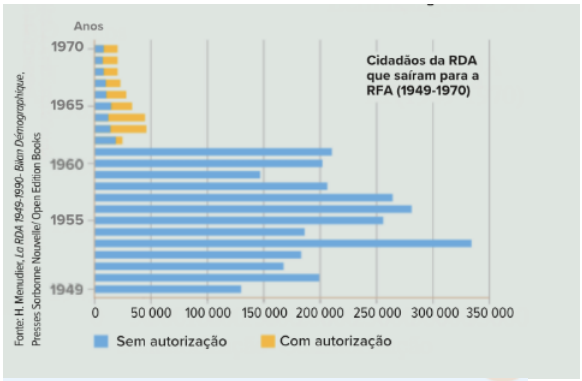
A Assembleia da República

A Assembleia da República em sessão. A sala, inaugurada em 1903, alberga o Parlamento de Portugal desde os tempos monárquicos. Por trás da tribuna da presidência, uma gigantesca estátua, da autoria de Anjos Teixeira, personifica a República. Foi executada em 1916.

DOC 4 As novas fronteiras da Europa

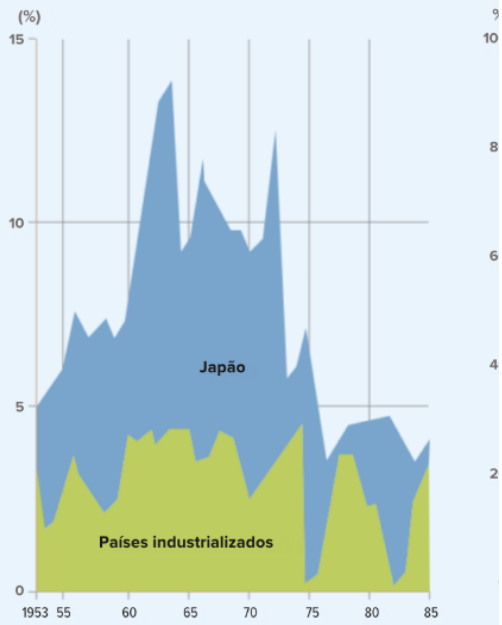
1 Identifique o país que mais beneficiou com a reestruturação das fronteiras.

Países fundadores da OTAN (ou NATO).



DOC. 40 **O "milagre económico" japonês**

A Um crescimento intenso



1. Taxa de crescimento do PNB.

2.

A A escalada

Engenhos atómicos	Primeira utilização ou obtenção	
	EUA	URSS
Bomba atómica (Bomba A)	1945	1949
Bombardeiros intercontinentais	1948	1955
Bomba de hidrogénio (Bomba H)	1954	1958
Submarinos de propulsão nuclear	1957	1957
Mísseis de médio alcance	1960	1957
Mísseis lançados a partir de submarinos	1960	1959
Mísseis com múltiplas ogivas nucleares	1970	1974

Gastos com a defesa (em milhares de milhões de dólares)					
Data	EUA	URSS	França	R. Unido	China
1950	14,5	15,5	1,4	2,3	2,5
1954	42,7	28,0	3,6	4,4	2,5
1958	45,5	30,2	3,6	4,4	5,8
1962	52,3	49,9	4,5	5,0	9,3
1966	67,5	69,7	5,4	6,0	15,9
1970	77,8	72,0	5,9	5,8	23,7

A partir de: LESOURNE, J. e GODET, M., 1985, *La Fin des Habitudes*, Ed. Seghers

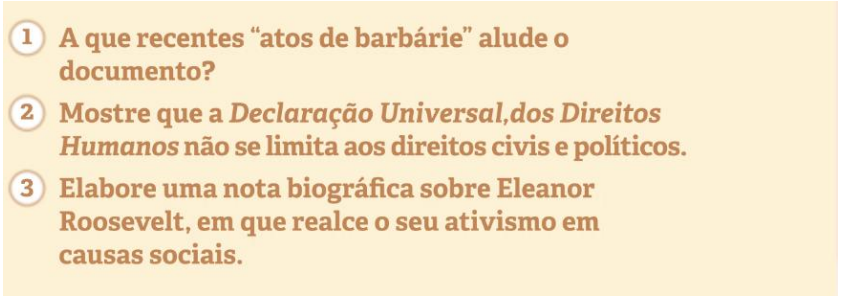
26.Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (□) mais do que uma opção*):

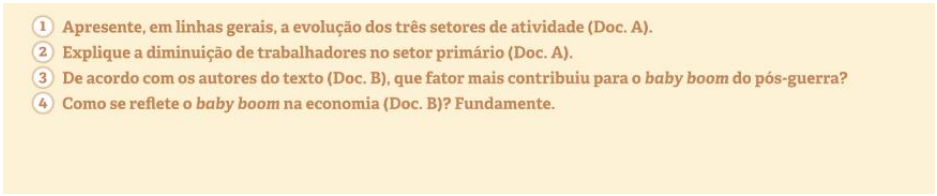
kk) Diário
ll) Quadro negro ou similar
mm) Material audiovisual X
nn) Internet □
oo) Livro de exercícios ou similar X
pp) Outro □ (Por favor, especificar) _____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

São presentes alguns vídeos, disponíveis para professores e alunos. Nomeadamente nos seguintes conteúdos:

- As conferências de Bretton Woods e de São Francisco
- A expansão do comunismo na Europa de Leste e na Ásia
- A hegemonia económica, financeira e militar dos EUA no bloco ocidental
- A Guerra Fria a "iminente destruição mundial"
- A Crise dos Mísseis em Cuba
- Corrida espacial no contexto de Guerra Fria
- O "Estado-Providência"
- O "milagre Japonês"
- União Europeia (UE)
- Surto urbano e emigração as décadas de 1950 e 1970
- O modelo de crescimento económico português na década de 1950
- A manutenção do regime de Salazar no pós-guerra
- 1945 a 1958: eleições legislativas, presidenciais e Humberto Delgado
- A política colonial do Estado Novo face ao contexto internacional de descolonização
- Guerra colonial
- O reformismo político não sustentado de Marcelo e o impacto da guerra colonial
- A Revolução do 25 de abril
- Portugal após o 25 de abril o caminho para a democracia
- O processo revolucionário pós- 25 de abril
- O 25 de novembro
- A descolonização portuguesa em África

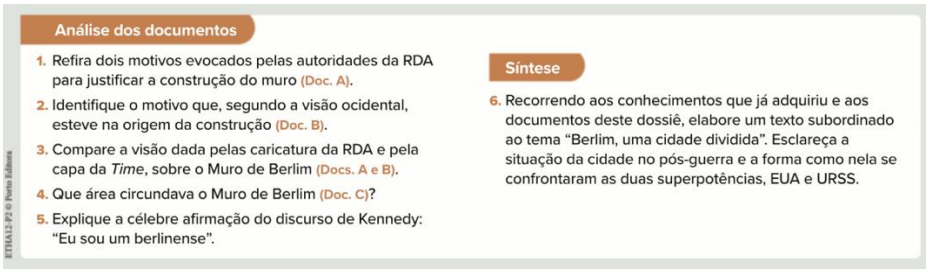



1. Apresente, em linhas gerais, a evolução dos três setores de atividade (Doc. A).
2. Explique a diminuição de trabalhadores no setor primário (Doc. A).
3. De acordo com os autores do texto (Doc. B), que fator mais contribuiu para o *baby boom* do pós-guerra?
4. Como se reflete o *baby boom* na economia (Doc. B)? Fundamente.

27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

iii) Análise oral ou escrita de documentos X
jjj) Debates □
kkk) Visitas de estudo □
lll) Atividades de investigação, trabalho de campo □
mmm) Escrita de texto argumentativo □
nnn) Escrita de sumários □
ooo) Jogos □
ppp) Ver filmes ou ouvir música X
qqq) Dramatização ou role-playing □
rrr) Outro □ (Por favor, especificar) _____

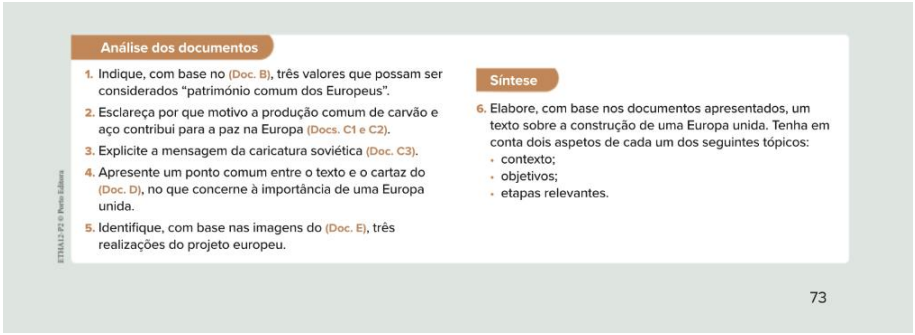
27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:


Análise dos documentos

1. Refira dois motivos evocados pelas autoridades da RDA para justificar a construção do muro (Doc. A).
2. Identifique o motivo que, segundo a visão ocidental, esteve na origem da construção (Doc. B).
3. Compare a visão dada pelas caricatura da RDA e pela capa da *Time*, sobre o Muro de Berlim (Docs. A e B).
4. Que área circundava o Muro de Berlim (Doc. C)?
5. Explique a célebre afirmação do discurso de Kennedy: "Eu sou um berlinense".

Síntese

6. Recorrendo aos conhecimentos que já adquiriu e aos documentos deste dossiê, elabore um texto subordinado ao tema "Berlim, uma cidade dividida". Esclareça a situação da cidade no pós-guerra e a forma como nela se confrontaram as duas superpotências, EUA e URSS.

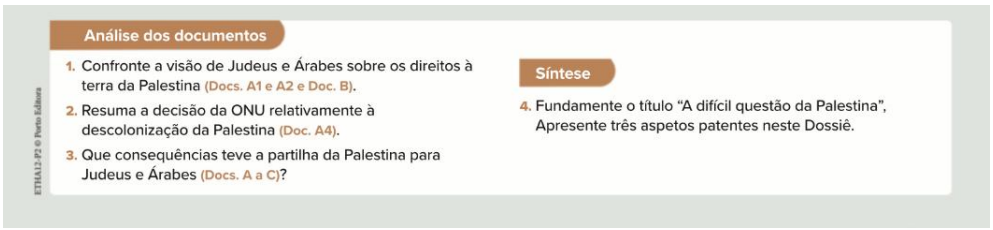

Análise dos documentos

1. Indique, com base no (Doc. B), três valores que possam ser considerados "património comum dos Europeus".
2. Esclareça por que motivo a produção comum de carvão e aço contribui para a paz na Europa (Docs. C1 e C2).
3. Explicite a mensagem da caricatura soviética (Doc. C3).
4. Apresente um ponto comum entre o texto e o cartaz do (Doc. D), no que concerne à importância de uma Europa unida.
5. Identifique, com base nas imagens do (Doc. E), três realizações do projeto europeu.

Síntese

6. Elabore, com base nos documentos apresentados, um texto sobre a construção de uma Europa unida. Tenha em conta dois aspetos de cada um dos seguintes tópicos:
   - contexto;
   - objetivos;
   - etapas relevantes.

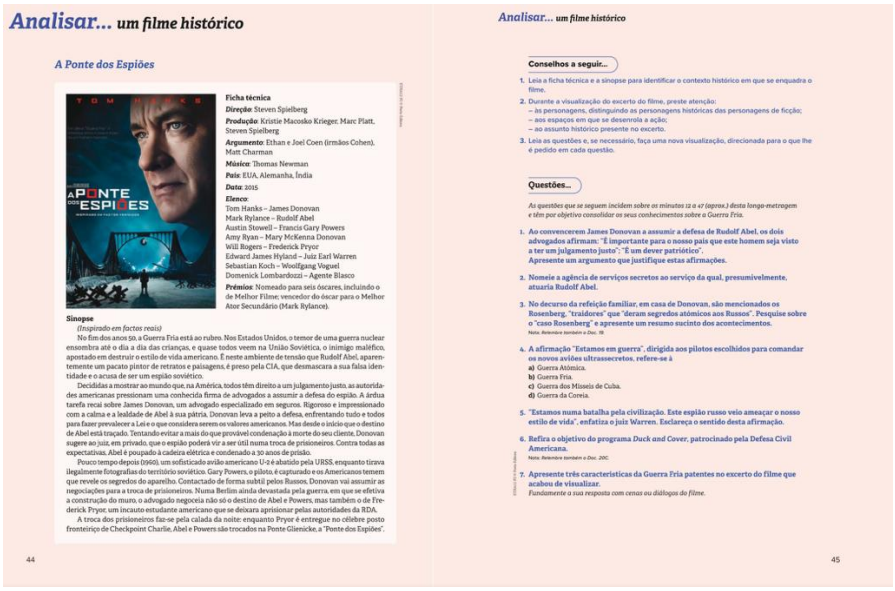
73


Análise dos documentos

1. Confronte a visão de Judeus e Árabes sobre os direitos à terra da Palestina (Docs. A1 e A2 e Doc. B).
2. Resuma a decisão da ONU relativamente à descolonização da Palestina (Doc. A4).
3. Que consequências teve a partilha da Palestina para Judeus e Árabes (Docs. A a C)?

Síntese

4. Fundamente o título "A difícil questão da Palestina", Apresente três aspetos patentes neste Dossiê.



Analisar... um filme histórico

A Ponte dos Espiões

Ficha técnica
Direção: Steven Spielberg
Produção: Kristie Macosko Krieger, Marc Platt, Steven Spielberg
Argumento: Ethan e Joel Coen (irmãos Cohen), Matt Charman
Música: Thomas Newman
País: EUA, Alemanha, Índia
Data: 2015
Elenco:
Tom Hanks – James Donovan
Mark Rylance – Rudolf Abel
Austin Stowell – Francis Gary Powers
Amy Ryan – Mary McKenna Donovan
Will Rogers – Frederick Pryor
Edward James Hyland – Juiz Earl Warren
Sebastian Koch – Wolfgang Vogel
Domenick Lombardozzi – Agente Blasco
Prémios: Nomeado para seis óscares, incluindo o de Melhor Filme; vencedor do óscar para o Melhor Ator Secundário (Mark Rylance).

Sinopse
(Inspirando-se em factos reais)
No fim dos anos 50, a Guerra Fria está ao rubro. Nos Estados Unidos, o temor de uma guerra nuclear ensombra até o dia a dia das crianças, e quase todos veem na União Soviética, o inimigo maléfico, apostado em destruir o estilo de vida americano. É neste ambiente de tensão que Rudolf Abel, aparentemente um pacato pintor de retratos e paisagens, é preso pela CIA, que desmascara a sua falsa identidade e o acusa de ser um espião soviético.

Decididas a mostrar ao mundo que, na América, todos têm direito a um julgamento justo, as autoridades americanas pressionam uma conhecida firma de advogados a assumir a defesa do espião. A árdua tarefa recai sobre James Donovan, um advogado especializado em seguros. Rigoroso e impressionado com a calma e a lealdade de Abel à sua pátria, Donovan leva a peito a defesa, enfrentando tudo e todos para fazer prevalecer a Lei e o que considera serem os valores americanos. Mas desde o início que o destino de Abel está traçado. Tentando evitar a mais do que provável condenação à morte do seu cliente, Donovan sugere ao juiz, em privado, que o espião poderá vir a ser útil numa troca de prisioneiros. Contra todas as expectativas, Abel é poupado à cadeira elétrica e condenado a 30 anos de prisão.

Pouco tempo depois (1960), um sofisticado avião americano U-2 é abatido pela URSS, enquanto tirava ilegalmente fotografias do território soviético. Gary Powers, o piloto, é capturado e os Americanos temem que revele os segredos do aparelho. Contactado de forma subtil pelos Russos, Donovan vai assumir as negociações para a troca de prisioneiros. Numa Berlim ainda devastada pela guerra, em que se efetiva a construção do muro, o advogado negoceia não só o destino de Abel e Powers, mas também o de Frederick Pryor, um incauto estudante americano que se deixara aprisionar pelas autoridades da RDA.

A troca dos prisioneiros faz-se pela calada da noite: enquanto Pryor é entregue no célebre posto fronteiriço de Checkpoint Charlie, Abel e Powers são trocados na Ponte Glienicke, a "Ponte dos Espiões".

44

Analisar... um filme histórico

Conselhos a seguir...

1. Leia a ficha técnica e a sinopse para identificar o contexto histórico em que se enquadra o filme.
2. Durante a visualização do excerto do filme, preste atenção:
   – às personagens, distinguindo as personagens históricas das personagens de ficção;
   – aos espaços em que se desenrola a ação;
   – ao assunto histórico presente no excerto.
3. Leia as questões e, se necessário, faça uma nova visualização, direcionada para o que lhe é pedido em cada questão.

Questões...

As questões que se seguem incidem sobre os minutos 12 a 47 (aprox.) desta longa-metragem e têm por objetivo consolidar os seus conhecimentos sobre a Guerra Fria.

1. **Ao convencerem James Donovan a assumir a defesa de Rudolf Abel, os dois advogados afirmam: "É importante para o nosso país que este homem seja visto a ter um julgamento justo"; "É um dever patriótico".**
   Apresente um argumento que justifique estas afirmações.
2. **Nomeie a agência de serviços secretos ao serviço da qual, presumivelmente, atuaria Rudolf Abel.**
3. **No decurso da refeição familiar, em casa de Donovan, são mencionados os Rosenberg, "traidores" que "deram segredos atómicos aos Russos". Pesquise sobre o "caso Rosenberg" e apresente um resumo sucinto dos acontecimentos.**
   Nota: *Relembre também o Doc. 1B*
4. **A afirmação "Estamos em guerra", dirigida aos pilotos escolhidos para comandar os novos aviões ultrassecretos, refere-se à**
   a) Guerra Atómica.
   b) Guerra Fria.
   c) Guerra dos Mísseis de Cuba.
   d) Guerra da Coreia.
5. **"Estamos numa batalha pela civilização. Este espião russo veio ameaçar o nosso estilo de vida", enfatiza o juiz Warren. Esclareça o sentido desta afirmação.**
6. **Refira o objetivo do programa *Duck and Cover*, patrocinado pela Defesa Civil Americana.**
   Nota: *Relembre também o Doc. 20C.*
7. **Apresente três caracteristicas da Guerra Fria patentes no excerto do filme que acabou de visualizar.**
   Fundamente a sua resposta com cenas ou diálogos do filme.

45

28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

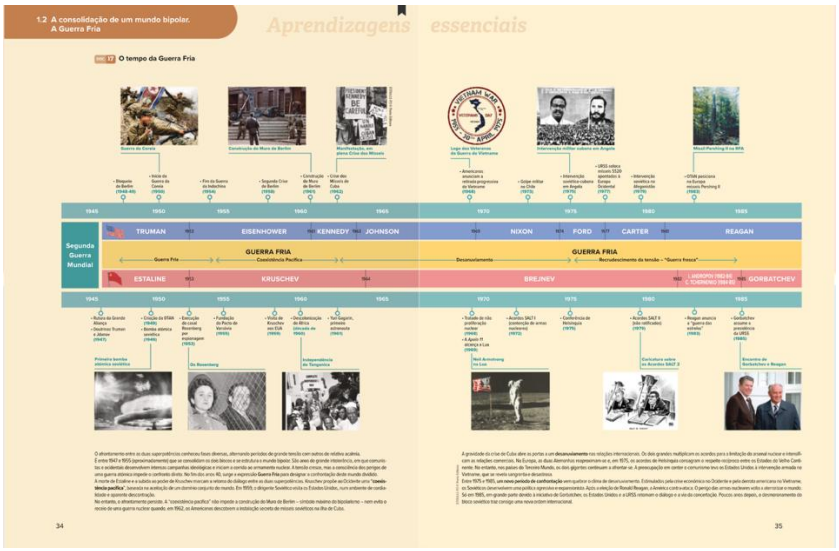
ooo) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*] □
ppp) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*] □
qqq) Promove a autonomia □
rrr) Apresenta diferentes pontos de vista □
sss) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as X
ttt) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado X
uuu) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais X
vvv) Apresenta uma ficha de avaliação formativa X
www) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) X
xxx) Incentiva o trabalho de campo □
yyy) Outros aspetos relevantes (Por favor, especificar)

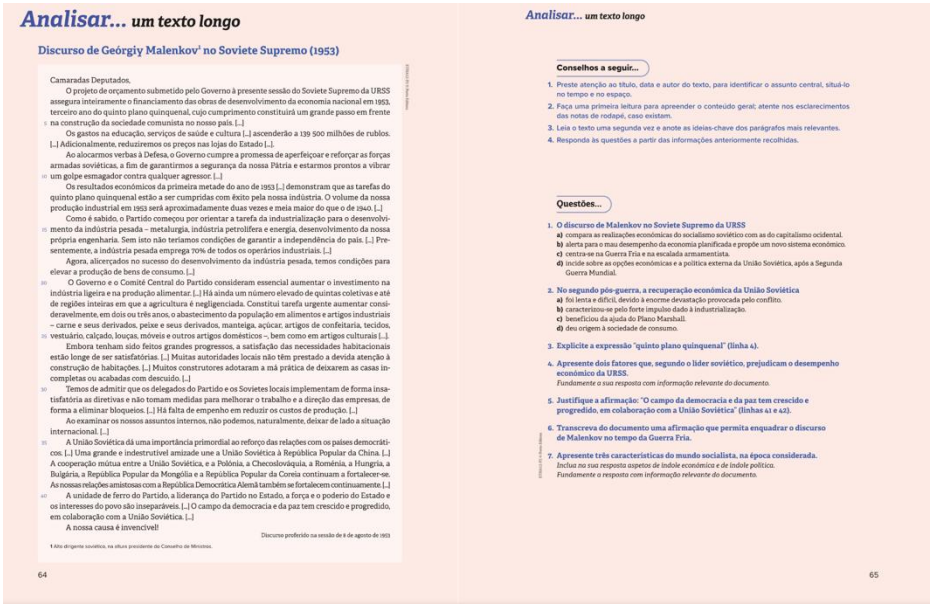
28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:

O apoio americano

De acordo com o documento, o plano de recuperação económica elaborado pelos Estados Unidos visava...

- o estabelecimento de um pacto militar, como a OTAN, e a recuperação económica da Europa.
- a consolidação das políticas do GATT (Acordo Geral Sobre as Tarifas e Comércio), de forma a evitar a expansão de regimes autoritários, como o comunismo soviético.
- a recuperação económica dos EUA, para evitar a expansão de regimes autoritários, como o comunismo soviético.
- a recuperação económica da Europa, para evitar a expansão de regimes autoritários, como o comunismo soviético.





Relembrar

1 Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico

O nascimento de uma nova ordem internacional

- Em 1945, quando a Segunda Guerra Mundial se aproxima do fim, os Aliados reúnem-se para preparar os tempos que se avizinham.
- Das **conferências** interaliadas destacam-se as que se realizaram em **Ialta** e **Potsdam**. Nelas se definiram as regras que norteariam a ordem do pós-guerra e a forma como se reestruturaria a Europa, devastada pelo conflito.
- Entre as decisões acordadas, conta-se a da **criação da ONU**. Nascida em 1945 com os ambiciosos objetivos de manter a paz e promover a cooperação entre os Estados nos mais diversos âmbitos, a ONU agrega hoje todos os países do mundo.
- Protagonistas destas conferências, **os Estados Unidos e a URSS** assumem o papel de **superpotências** na cena mundial.
- Saída do isolamento a que a Revolução de Outubro a votara, **a URSS estende a sua influência aos países do Leste da Europa**, onde se instauram regimes comunistas.
- A expansão do comunismo atemoriza os Estados ocidentais: Churchill fala numa "**cortina de ferro**" que divide a Europa, enquanto o presidente americano, H. Truman desencadeia esforços para a "**contenção**" **do comunismo**, que acusa de "assentar no terror e na opressão" (**Doutrina Truman**).
- Moscovo responde nos mesmos termos, acusando os ocidentais de imperialismo e intenções bélicas (**Doutrina Jdanov**).
- Esta divisão projeta-se também a nível económico: enquanto a Europa Ocidental se reconstrói com a ajuda americana (**Plano Marshall**), os países de Leste contam com **COMECON**, patrocinado pelos soviéticos.

A consolidação de um mundo bipolar. A Guerra Fria

- O primeiro braço de ferro entre os antigos aliados surge em 1948, em Berlim, então ocupada pela URSS, EUA, Reino Unido e França (**Bloqueio de Berlim**).
- Assumidamente inimigas, **as duas superpotências empenham-se em reforçar a sua área de influência**, atraindo para o seu lado o maior número possível de nações.
- A formação de **alianças militares**, com destaque para a OTAN (1949) e o Pacto de Varsóvia (1955), consolida este mundo bipolar.
- O afrontamento entre o bloco americano e o bloco soviético inaugura um novo tipo de conflito: a **Guerra Fria**.
- Marcada pelo temor do bloco contrário, pela propaganda e pela proliferação de crises e conflitos localizados, a Guerra Fria tem como característica mais saliente uma **escalada armamentista** de proporções até aí desconhecidas. A possibilidade de uma guerra nuclear torna-se real.
- A **competição** entre os dois blocos exprimiu-se também no desenvolvimento dos respetivos **programas espaciais**, vistos como um elemento de prestígio e uma prova do sucesso de cada um dos regimes.

Personalidades

Harry Truman (1884-1972)
Presidente dos EUA, foi um dos grandes atores da emergência da bipolarismo. (Biografia na p. 21.)

Nikita Kruschev (1894-1971)
Sucessor de Estaline, propôs ao Ocidente uma "coexistência pacífica". (Biografia na p. 39.)

John F. Kennedy (1917-1963)
Presidente americano, protagonizou a "Crise dos Mísseis de Cuba" e impulsionou decisivamente o programa espacial.

Fidel Castro (1926-2016)
Carismático líder revolucionário, encetou uma aproximação à URSS. Conduziu os destinos de Cuba durante meio século.

Mohandas Gandhi (1869-1948)
Obreiro da independência da Índia, é uma das personalidades mais veneradas do século XX.

Leopold Senghor (1906-2001)
Líder nacionalista do Senegal, distinguiu-se também como poeta e defensor dos valores da "negritude".

O mundo capitalista e o mundo comunista

- Nos anos da Guerra Fria, mais do que duas superpotências, confrontaram-se duas conceções opostas de organização política, vida económica e estruturação social.
- **O mundo capitalista assenta na democracia liberal e na economia de mercado:** defende o pluralismo partidário, valoriza os direitos individuais, a propriedade privada e a livre iniciativa económica.
- Nos anos que se seguiram à guerra, os **Estados ocidentais** tornaram-se económica e socialmente mais interventivos, implementando um vasto conjunto de medidas que faz nascer o **Estado-providência**.
- Os anos da Guerra Fria são marcados pelo **forte crescimento económico do mundo capitalista** – os "Trinta Gloriosos". O nível de vida das populações elevou-se significativamente e a sociedade de consumo tornou-se o emblema dos países ricos.
- **O mundo comunista assenta nas democracias populares e na economia planificada:** defende a gestão do Estado por um partido único, o Partido Comunista, que representa as classes trabalhadoras, a propriedade coletiva dos meios de produção e a planificação da economia pelos organismos do Estado.
- **As democracias populares do Leste europeu seguiram o modelo da União Soviética**, formando com ela um bloco coeso.
- **Os países socialistas registaram um crescimento rápido** nas duas primeiras décadas do pós-guerra. Foi dada **prioridade à indústria pesada**, que, fornecedora de material de guerra, assegurou o poderio da União Soviética. Inversamente, a produção agrícola e as indústrias de consumo registaram um crescimento modesto. No decurso da década de 60, o sistema económico socialista começou a evidenciar as suas fragilidades.

A afirmação de novas potências

- No mundo bipolar que marcou o tempo da Guerra Fria, afirmam-se, lentamente, **novos interlocutores:**
  - **O Japão** torna-se numa **potência económica**, deixando para trás o seu estatuto de país vencido na Segunda Guerra Mundial.
  - **A China**, onde, em 1949, Mao Tse Tung implantara uma república popular, **rejeita a liderança soviética**, abrindo uma enorme fissura no bloco socialista.
  - **A Europa** reconstrói-se num novo espírito de cooperação que conduz, em 1957, à criação da **Comunidade Económica Europeia (CEE)**. Fortalecida económica e politicamente, ambiciona recuperar um papel relevante na cena internacional.

O tempo da descolonização

- Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, os impérios europeus chegam ao fim. Impulsionada pela guerra, pelo apoio das superpotências e pela atuação da ONU, uma **vaga descolonizadora percorre a Ásia e, depois**, a **África**.
- Independentes politicamente, os novos países sentem-se **marginalizados** na tomada de decisões mundiais e **explorados economicamente** pelos países desenvolvidos.
- Rejeitando a bipolarização da política mundial, organizam-se e assumem-se como uma **terceira força, não alinhada** com qualquer dos blocos. Denunciam também a exploração económica que os priva do desenvolvimento e que consideram um verdadeiro **neocolonialismo**.

Datas

1945 Fim da Segunda Guerra Mundial.
– Criação da ONU.
1947 Doutrinas Truman e Jdanov.
– Independência da Índia.
1949 Proclamação da República Popular da China
1960 Independência de 17 países africanos.
1961 Gagarin, primeiro homem no espaço.
– Muro de Berlim.
1962 Crise dos Mísseis de Cuba.
1972 Primeiros acordos para o desarmamento.

Alianças

OTAN/NATO (1949)
Aliança militar liderada pelos EUA.
Pacto de Varsóvia (1955)
Aliança militar liderada pela URSS.

Palavras-chave

Cortina de ferro Expressão utilizada para evidenciar a separação entre a Europa comunista e a Europa capitalista.
Guerra Fria Clima de tensão e antagonismo entre o bloco americano e o bloco soviético. (Consulte-se p. 37.)
Estado-providência Estado socialmente interventivo, que protege o cidadão "do berço ao túmulo". (Consulte-se p. 45.)
Democracia popular Regime característico dos países socialistas, em que a direção do Estado é atribuída a um partido único, considerado representante das classes trabalhadoras. (Consulte-se p. 51.)
Descolonização Processo de independência das colónias europeias. (Consulte-se p. 75.)
Neocolonialismo Forma de dominação essencialmente económica que desvia, em favor dos países desenvolvidos, os recursos dos países pobres. (Consulte-se p. 83.)

Relembrar

2 Portugal, do autoritarismo à democracia

A economia portuguesa: do pós-guerra ao início da década de 70

- A Segunda Guerra, que abalou o mundo e a sua ordem, refletiu-se também em Portugal.
- **Em termos económicos**, reconheceu-se o atraso português e a necessidade de investir na **industrialização**. A partir de 1953, sucessivos **planos de fomento** aceleraram o ritmo da nossa economia sem, no entanto, anularem o atraso de Portugal face aos países ricos da Europa.
- Enquanto a indústria progredia a um ritmo moderado, as reformas necessárias à modernização da **agricultura** não se realizaram e o setor **praticamente estagnou**, perpetuando a pobreza que, há muito, marcava os campos portugueses.
- Expressão do nosso atraso económico, um **imenso contingente de emigrantes** abandona o país, fazendo da década de 60 o período de emigração mais intenso de todo o século XX.

O imobilismo político

- **Em termos políticos**, a derrota dos regimes autoritários, em 1945, trouxe dificuldades ao salazarismo. Pressionado pela vaga democratizante do pós-guerra, o Governo convoca eleições legislativas e aceita que as forças da **oposição democrática** se organizem, na altura dos sufrágios. Os atos eleitorais decorrem, no entanto, sem as condições mínimas que garantam a sua legitimidade e a repressão política continua.
- Favorecido pelo clima de Guerra Fria que rapidamente se desenha no mundo, **o Estado Novo consegue manter o seu cariz autoritário**. O regime sofrerá, porém, alguns **abalos** de vulto, como aconteceu em **1958**, quando o general Humberto Delgado disputa, de forma corajosa, as **eleições presidenciais**.
- Também a **vaga descolonizadora afeta o regime português**. Incapaz de abrir mão do "império" que a propaganda do Estado Novo tanto exaltara, o regime recorre a mais um artifício: revoga-se o Ato Colonial e confere-se às antigas colónias o estatuto de **províncias ultramarinas**. A partir de então, proclama-se um **Portugal multicontinental e pluricontinental**, que se estende "do Minho a Timor".
- Esta opção não convence a **ONU**, que **reiteradamente condena Portugal**, nem convence os movimentos nacionalistas de Angola, Guiné e Moçambique, que partem para a luta armada, reivindicando a independência. Iniciada em Angola, em 1961, a **Guerra Colonial** ensombrará o país durante 13 longos anos.
- Em **1968**, a doença de Salazar obriga à nomeação de um novo presidente do Conselho: **Marcello Caetano**. Esta mudança trouxe consigo uma **ténue liberalização** mas, na essência, nada se altera: mantém-se a polícia política, a censura à imprensa, a impossibilidade de formação de partidos políticos. E, o que é mais, mantém-se a **guerra em África**, que, aos poucos, desgosta o país e **avoluma a contestação ao regime**, mesmo no seio das Forças Armadas.

Personalidades

Humberto Delgado (1906-1965)
General da Força Aérea, foi candidato pela oposição democrática às eleições presidenciais de 1958. (Biografia na p. 103.)

Marcello Caetano (1906-1980)
Sucedeu a Salazar como Presidente do Conselho. Governou de 1968 até ao golpe militar de 25 de abril. (Biografia na p. 79.)

António de Spínola (1910-1996)
Recebeu, no dia 25 de Abril, em nome do MFA, a rendição de Marcello Caetano. Assumiu depois a presidência da República. (Biografia na p. 121.)

Otelo Saraiva de Carvalho (1936-2021)
Assumiu a coordenação do golpe militar de 25 de Abril. Posteriormente, radicalizou as suas opções políticas. (Biografia na p. 79.)

Mário Soares (1924-2017)
Dirigente do Partido Socialista, teve um papel relevante na jogada de forças políticas pós-revolução. Foi um dos mais ativos obreiros da adesão de Portugal à CEE.

O 25 de Abril e o desmantelamento das estruturas do Estado Novo. O período pré-constitucional (1974-1976)

- Em **25 de abril de 1974**, um golpe militar liderado por jovens capitães termina, num só dia, com 48 anos de ditadura. Do seu Programa consta a democratização do regime e o fim do conflito no Ultramar.
- Desmanteladas as estruturas repressivas do Estado Novo, **o país mergulha numa euforia de liberdade que, em breve, resvala para um clima de confrontos políticos e de graves tensões sociais**. Nas ruas sucedem-se as manifestações, nos locais de trabalho gritam-se palavras de ordem e saneiam-se os elementos considerados "reacionários", uma vaga imparável de greves e reivindicações paralisa a produção. Os governos caem em poucos meses enquanto o projeto liberalizador do MFA se orienta rapidamente para a "construção de uma sociedade socialista".
- **Representante de uma vertente mais conservadora, o Presidente da República, António de Spínola, acaba por demitir-se**, após o fracasso de uma manifestação em seu apoio, habilmente boicotada pelas forças de esquerda (**28 de setembro**). Em **11 de março** do ano seguinte, Spínola lidera também um **golpe militar falhado**, que contribui para extremar a política portuguesa.
- Na sequência do 11 de Março, institui-se um **Conselho da Revolução, que assume a condução do país para o socialismo**. Em conformidade, nacionalizam-se os setores-chave da economia, reforça-se a intervenção estatal nas empresas, incentiva-se, em nome do **poder popular**, a atuação das comissões de trabalhadores e outras organizações de base. No Alentejo, implementa-se uma **reforma agrária**, que expropria os latifúndios, transformando-os em Unidades Coletivas de Produção (UCP).
- Entretanto, as **eleições para a Assembleia Constituinte**, realizadas em 25 de abril de 1975, dão a vitória ao PS e PPD (atual PSD), que, juntamente com os setores mais moderados das Forças Armadas, procuram conter a onda revolucionária que assola o país.
- Um último golpe militar, em **25 de novembro**, falha o seu propósito de manter a linha revolucionária e marca o **início de um período mais calmo**, tornando possível a normalização democrática.
- Cumprindo o propósito descolonizador da Revolução de Abril, **Portugal reconhece o direito à autodeterminação dos povos africanos**. Entre setembro de 1974 e novembro do ano seguinte, Guiné, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola tornam-se países independentes.

A consolidação da democracia

- Em **1976**, aprova-se a **Constituição fundadora da democracia portuguesa** que, embora alvo de sucessivas remodelações, se mantém ainda em vigor.
- Em **1982**, uma primeira **revisão constitucional** extingue o Conselho da Revolução e entrega, por completo, o poder nas mãos dos civis. As instituições democráticas, baseadas no pluralismo político e no sufrágio universal, consolidam-se.
- Algum tempo depois, em **1985**, Portugal completa o processo de **adesão às Comunidades Europeias**, assumindo plenamente a sua feição de país democrático e europeu. Longe da ditadura e dos tempos coloniais, Portugal enceta uma nova etapa da sua história.

Datas

1945 Fim da Segunda Guerra Mundial.
– Nascimento da oposição democrática.
1951 As colónias passam a "províncias ultramarinas".
1958 Candidatura de Humberto Delgado à presidência.
1961 Início da guerra em África.
1968 Substituição de Salazar por M. Caetano.
1974 Golpe militar de 25 de Abril. Fim do Estado Novo.
1975 – Eleição da Assembleia Constituinte.
– Independências africanas.
1976 Aprovação da nova Constituição.
1982 Primeira revisão constitucional.
1985 Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Obras

Portugal e o Futuro, de António de Spínola (1974)

Palavras-chave

Oposição democrática Oposição legal ou semilegal ao Estado Novo, organizada após 1945 para os atos eleitorais. (Consulte-se p. 99.)
Primavera marcelista Período inicial do governo de Marcello Caetano, em que o regime deu mostras de uma relativa abertura aos ideais democráticos.
MFA Sigla do Movimento das Forças Armadas.
PREC Sigla do Processo Revolucionário em Curso.
Poder popular Conceito revolucionário de índole marxista, adotado durante o PREC. (Consulte-se p. 133.)
Reforma agrária Processo de expropriação dos latifúndios do sul do país, de acordo com os princípios marxistas. (Consulte-se p. 133.)
Democratização (política) Processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático. (Consulte-se p. 189.)

Conceitos

Social-democracia Corrente do socialismo que teve origem nas conceções defendidas por Eduard Bernstein, na II Internacional (1899). A social-democracia rejeita a via revolucionária proposta por Marx, opondo-lhe a participação no jogo democrático, como forma de atingir o poder, e a implementação de reformas socializantes, como meio de melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras.

Democracia cristã Corrente política inspirada pela doutrina social da Igreja. A democracia cristã pretende aplicar à vida política os princípios de justiça, entreajuda e valorização da pessoa humana que estiveram na base do Cristianismo. Deste modo, embora de índole conservadora, esta ideologia defende que a democracia não se limita à aplicação das regras do sufrágio universal e da alternância política, mas tem por função assegurar o bem-estar dos cidadãos.

ETHA12-P2 © Porto Editora

António de Spínola
1910-1996

António Sebastião Ribeiro de Spínola distinguiu-se como governador da Guiné, entre 1968 e 1972. O seu conhecimento do impasse da guerra em África leva-o a escrever *Portugal e o Futuro*, obra que dará um impulso decisivo à revolução de 25 de Abril. No dia do golpe militar, torna-se presidente da Junta de Salvação Nacional e, pouco depois, Presidente da República.

Incapaz de suster o ímpeto esquerdista pós-revolucionário, o general demite-se a 30 de setembro e, poucos meses depois, lidera uma tentativa de golpe militar que, gorada, o leva ao exílio (11 de março de 1975).

Em 1976, é-lhe permitido o regresso a Portugal. Reintegrado no exército, foi posteriormente condecorado pelo então presidente Mário Soares, em reconhecimento dos seus "feitos de heroísmo militar e cívico e por ter sido símbolo da Revolução de Abril e o primeiro Presidente da República após a ditadura".

ETHA12-P2 © Porto Editora

Apêndice VIII – Grelha de Análise do manual de História 12ºano – 3ªparte

Grelha de análise

Este estudo visa analisar a forma como a cidadania e os discursos sobre a juventude e consciência intercultural são apresentados e discutidos nos manuais de Área de Integração e de História do Ensino Secundário. Os manuais de História são reconhecidos pelo seu papel na definição de narrativas essenciais para a criação de uma determinada identidade coletiva (Soysal, 1998). Relativamente aos da Área de Integração, a sua inclusão deve-se ao facto de atenderem à especificidade do ensino profissional. Serão selecionados os dois manuais mais adotados pelos estabelecimentos de ensino em Portugal, em cada disciplina, no ano letivo 2024/25. Pesquisa realizada na base de dados disponível em: https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados.

Critérios:

I – IDENTIFICAÇÃO

71. Disciplina

História A

72. Ano

12ºano Parte 3

73. Título

Entre Tempos

74. Autor(es)

Maria Antónia Monterroso Rosas, Célia Pinto do Couto, Alfredo Costa, Ana Cristina Santos

75. Sexo do(s) autor(es)

Masculino e feminino

76. Experiência do(s) autor(es) (*profissão e formação académica, se disponível*)

Não disponível

77. Ano de publicação

2023

78. Editora

Porto Editora

79. Edição

2023

80. Nº de páginas

145

11. Nº de páginas e parágrafos abordando os seguintes temas (não apenas referências explícitas ou literais, mas também aquelas que podem ser interpretadas como estando relacionadas com os temas, e.g., excertos que não referem "cidadania ativa", mas mencionam ou discutem práticas reconhecidas como exemplos de cidadania ativa):

	Nº de páginas	Nº de parágrafos	Nº de exercícios
a) Cidadania ativa	12	24	
b) Cidadania juvenil	4	8	
c) Questões da juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …)			
d) Viver e relacionar-se com os outros/consciência intercultural	15	38	
TOTAL	31	70	

12. Outros comentários (*e.g., porque é que o manual foi escolhido? etc.*)

O manual de história foi selecionado por se tratar de uma disciplina que desempenha um papel central na formação da consciência histórica e cidadã dos jovens. Está também ligada à construção da memória coletiva e à legitimação de modelos sociais e políticos.

Nota: para as secções seguintes, considera-se apenas as páginas e parágrafos contados na tabela anterior.

II – CONTEÚDO

i) Cidadania Ativa / Cidadania Juvenil / Questões da Juventude

13. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa:
    kk) Nível UE - 17
    ll) Nível Nacional - 2
    mm) Nível Local (0)
    nn) Outras regiões (para além da UE) -5
    oo) Em geral (não relacionado com a área geográfica) (0)

13.1 Parágrafos representativos:

"A doutrina da "soberania limitada" foi, assim, posta de lado, e os antigos países satélites da URSS puderam, finalmente, escolher o seu regime político. No ano de 1989, uma vaga liberalizadora varre o Leste: os partidos comunistas perdem, um após outro, o seu lugar de "partido único" e, pouco depois, realizam-se as primeiras eleições livres do pós-guerra, que promovem a elaboração de novos textos constitucionais" (pág.11)

"A criação da União Europeia trouxe consigo uma cidadania europeia, atribuída a todos os nacionais de um Estado-membro. Através da cidadania europeia procurou-se "estabelecer um vínculo direto entre os cidadãos dos Estados membros e a própria União Europeia, procurando construir, a esse nível, uma relação idêntica à existente entre os cidadãos e o seu Estado nacional". A cidadania da União confere direitos vários, como o de viver em qualquer país da União e de circular no seu espaço; o de votar nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições autárquicas do local de residência (em qualquer lugar da União); o direito de endereçar petições ao Parlamento Europeu e de recorrer aos órgãos de Justiça da União; o direito a proteção consular em países terceiros, isto é: caso não tenha representação diplomática no país onde se encontra, qualquer cidadão europeu tem o direito de recorrer à representação diplomática de um outro Estado-membro, nas mesmas condições concedidas aos nacionais desse Estado" (pág.37)

"Tratados posteriores, como o de Amesterdão (1997), e o Tratado de Lisboa (2007), viriam clarificar e reforçar a cidadania instituída em Maastricht, definindo que a cidadania europeia não substitui a nacional (Tratado de Amesterdão) e alargando os direitos de participação cívica junto das instituições (Tratado de Lisboa)." (pág. 37)

"Atentos a estes problemas, em 2015, os 193 Estados-membros da ONU aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Doc. 18B). Os seus 17 objetivos dão continuidade à Agenda do Milénio, ampliando o seu escopo às dimensões ambiental, social, económica e institucional do desenvolvimento sustentável. Mais do que nunca, o multilateralismo constitui-se como o veículo global para abordar os complexos desafios do nosso tempo, através dos esforços concertados de autoridades supra e transnacionais, como a ONU e parceiros, a União Europeia, a OCDE, a NATO, as ONG e as Cimeiras internacionais" (pág.85)

"Desde sempre, a mobilidade humana, contribui para o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, a partilha cultural e a permuta de competências e saberes

que enriquecem as sociedades. A convivência e coabitação dos mais diversos grupos étnicos, culturais e raciais no mesmo território promove a multiculturalidade" (pág.91)

"Mas, o encontro intercultural gera também ambivalências, crises, tensões e conflitos. Por isso, a diversidade cultural e a gestão da interculturalidade têm sido objeto de preocupação dos organismos internacionais e nacionais (Doc. 24). Em 2005, a UNESCO adopta a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que estabelece a importância da cultura e da diversidade cultural e traz contributos para prevenir os conflitos internacionais e interculturais e, em 2018, as Nações Unidas aprovaram, o Pacto Mundial para as Migrações, que reforça o compromisso do diálogo global e da cooperação internacional em matéria de migração" (pág.91)

"A União Europeia tem vindo, por sua vez, a promover iniciativas e projetos com estes objetivos, tais como, o Projeto Europeu Cidades Interculturais ou os programas de intercâmbio escolares, como é o caso do Programa Erasmus" (pág.91)

"Em 2020, os Estados-membros da União Europeia assinaram um novo Pacto para a Migração e Asilo, com vista a pôr em prática uma política europeia de migração humanitária eficaz e o Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027. Através de ações nas áreas da educação e formação, emprego e qualificação, saúde e habitação, pretende-se conceder aos imigrantes oportunidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política dos países de acolhimento e, deste modo, promover a inclusão e a coesão social. "(pág.91)

"Embora a preocupação com a salvaguarda do ambiente não seja um fenómeno novo, só mais recentemente a opinião pública mundial tomou consciência dos perigos dos modos de produção e de vida modernos. O ambientalismo e consciência ecológica ganham expressão a partir das últimas décadas do século passado, como o mostram a proliferação dos partidos ecologistas, o surgimento de ONG em defesa do planeta e a organização das primeiras cimeiras internacionais para debater as questões ambientais" (pág.99)

"A União Europeia lidera pelo exemplo. Pelo Pacto Ecológico Europeu, adotado em 2019, os Estados-membros comprometeram-se a transformar a UE no primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Para tal, assumiram o compromisso de reduzir as emissões de gases em, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990" (pág.99)

"Desde os anos 60, as tribos urbanas têm sido os agentes de uma dinâmica cultural alternativa nas cidades. Trata-se de grupos minoritários que se unem em torno de interesses comuns e em conformidade com hábitos, ideias e maneiras de se vestir (Hippies, Punks, Hip-hop, Rastas, Hipsters" (pág.107)

"A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais –

tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

"A Street Art, arte urbana, surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, como um movimento underground que, em alternativa aos espaços convencionais, pretende trazer arte aos espaços públicos onde se desenvolve a vida quotidiana. Expressa-se nos grafismos que se expõem nos mais inusitados espaços, nas estátuas vivas, nos músicos e teatro de rua, na pintura mural, nas instalações e intervenções urbanas" (pág.107)

"A partir de 2000, a nova tecnologia da web (web 2.0), em convergência com tecnologia móvel (portáteis, tablets e smartphones), faz multiplicar e evoluir os canais de comunicação. Aos sítios estáticos da primeira geração da web, juntam- -se os motores de busca (Yahoo, Google…) e as plataformas interativas – média sociais – que permitem a criação, processamento e partilha de informação pelos utilizadores: blogues e microblogues (Twitter), comunidades de conteúdo (YouTube), redes sociais (Facebook) e projetos colaborativos (Wikipédia)"(pág.111)

"A Internet e as modernas ferramentas digitais alteraram todos os domínios da atividade humana: o trabalho (videoconferências, teletrabalho), entretenimento (canais de streaming, jogos virtuais…); a aprendizagem (enciclopédias online, bibliotecas digitais, visitas virtuais a museus…) os negócios (marketing, comércio eletrónico…), a prestação de serviços (consultas online, netbanco, assistentes virtuais…), a forma como comunicamos e nos relacionamos (mensagens, chats, videochamadas." (pág.111)

"As redes sociais são, hoje, plataformas utilizadas por todos. Através delas, os utilizadores criam e partilham textos e conteúdos multimédia, participam em fóruns e mobilizam ações políticas e socias" (pág.111)

"Conscientes das oportunidades, mas também dos riscos, que as novas tecnologias vieram trazer às sociedades, organizações internacionais, como a UNESCO e o Conselho Europeu, reforçam a importância da literacia digital e apoiam os planos nacionais de cidadania digital (Doc. 40A). Pretende-se garantir a inclusão e a participação segura, crítica e responsável de todos nesta nova sociedade da informação" (pág.113)

"Na década de 70 do século XX, os movimentos de defesa dos direitos dos animais ganham um novo impulso com a emergência da Ecologia e do Ambientalismo. À tradicional reivindicação pelo bem-estar animal, estes movimentos acrescentam a abolição de todas as formas de instrumentalização dos animais (na ciência, comércio, desporto, espetáculos…" (pág.115)

"A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 1978, teve o mérito de alargar o debate sobre a causa animal a todo o mundo (Doc. 42B). Desde então, multiplicam-se as associações e ONG de defesa dos direitos dos

animais e os partidos ecologistas e de defesa dos animais têm vindo a ganhar relevância nos espaços legislativos nacionais" (pág.115)

"Em Portugal, desde 1995 que são proibidas por lei todas as violências injustificadas contra os animais e a causa animal tem vindo a sensibilizar cada vez mais a sociedade (Doc. 42D). A comprová-lo estão os resultados obtidos pelo PAN – Pessoas-Animais-Natureza, desde as eleições legislativas de 2015, e os avanços legislativos neste âmbito: em 2014 é aprovada a criminalização dos maus-tratos e do abandono dos animais de companhia e, em 2017, os animais deixam de ser considerados coisas e passam a ter um estatuto jurídico próprio. No entanto, a prática ainda não acompanha a teoria." (pág.115)

"Ao longo destes 75 anos, os Direitos Humanos conheceram uma expansão extraordinária e constituem, hoje, parte do vocabulário inevitável nas relações internacionais. Porém, apesar de cada um dos tratados universais ter sido ratificado pela maioria dos Estados, tal não significa que estes sejam amplamente defendidos e cumpridos: na maioria dos Estados muçulmanos, as mulheres continuam subordinadas aos homens em todas as áreas da vida (Doc. 46); o trabalho infantil persiste na Índia, na Tanzânia e noutros países que assinaram a Convenção sobre os Direitos da Criança; presente em quase todas as constituições do mundo, o direito à liberdade de expressão é frequentemente reprimido, seja por questões religiosas, ou por questões políticas "(pág.117)

"Desde a integração europeia, e apesar dos percalços resultantes de anos de estagnação e recessão da economia, os Portugueses usufruem de um nível de vida superior ao que tinham anteriormente. Dispõem de melhores salários, de apoios da Segurança Social e de mais cuidados de saúde. Possuem mais bens, como casa própria, automóvel, apetrechos eletrónicos, consomem mais livros, revistas, Internet e produtos digitais, assistem a mais espetáculos e preocupam-se com a condição física" (pág.135)

"Tendo a lusofonia como património comum a CPLP funda-se nos valores de respeito pelos direitos humanos, pela paz e democracia, que promove através da concertação político-diplomática e da cooperação social, económica e cultural. Foram estes os pressupostos que conduziram ao alargamento da comunidade a Timor-Leste, em 2002, e à integração da Guiné Equatorial, em 2014" (pág.141)

"Portugal mantém ainda colaboração ativa na Comunidade Ibero-Americana. Trata-se de uma grande comunidade, fundada em 1991 e composta por 22 países: 19 da América Latina de língua castelhana e portuguesa; Portugal, Espanha e Andorra. Representa mais de 600 milhões de pessoas com propósitos de intercâmbio educativo, cultural, económico, empresarial, científico e técnico" (pág.141)

14. Em quantos parágrafos está presente o conceito de Cidadania Ativa Juvenil:
    jj) Nível UE -5
    kk) Nível Nacional
    ll) Nível Local
    mm) Outras regiões (para além da UE) -3

nn) Em geral (não relacionado com a área geográfica)

14.1 Parágrafos representativos:

"Desde a década de 1990, os movimentos migratórios aceleram-se. Aos efeitos da organização mundial dos processos produtivos e do comércio, acrescem-se outras razões: o fim da URSS, que permitiu a remoção da "Cortina de Ferro"; o progresso da educação, que permitiu às pessoas recusar o destino de nascerem num país pobre; a inclusão de mulheres e menores na mobilidade internacional; a urbanização galopante, nascida do êxodo rural, que favorece a atração internacional; a emissão generalizada de passaportes; o progresso nos transportes, que reduziam os custos das viagens; a multiplicação dos meios de comunicação (televisão, Internet, telemóveis), que convidam os candidatos a partir para um "El Dorado" que eles acreditam estar perto"(pág.87)

"Desde os anos 60, as tribos urbanas têm sido os agentes de uma dinâmica cultural alternativa nas cidades. Trata-se de grupos minoritários que se unem em torno de interesses comuns e em conformidade com hábitos, ideias e maneiras de se vestir (Hippies, Punks, Hip-hop, Rastas, Hipsters" (pág.107)

"A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

"A Street Art, arte urbana, surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, como um movimento underground que, em alternativa aos espaços convencionais, pretende trazer arte aos espaços públicos onde se desenvolve a vida quotidiana. Expressa-se nos grafismos que se expõem nos mais inusitados espaços, nas estátuas vivas, nos músicos e teatro de rua, na pintura mural, nas instalações e intervenções urbanas" (pág.107)

"A partir de 2000, a nova tecnologia da web (web 2.0), em convergência com tecnologia móvel (portáteis, tablets e smartphones), faz multiplicar e evoluir os canais de comunicação. Aos sítios estáticos da primeira geração da web, juntam-se os motores de busca (Yahoo, Google…) e as plataformas interativas – média sociais – que permitem a criação, processamento e partilha de informação pelos utilizadores: blogues e microblogues (Twitter), comunidades de conteúdo (YouTube), redes sociais (Facebook) e projetos colaborativos (Wikipédia)" (pág.111)

"A Internet e as modernas ferramentas digitais alteraram todos os domínios da atividade humana: o trabalho (videoconferências, teletrabalho), entretenimento (canais de streaming, jogos virtuais…); a aprendizagem (enciclopédias online, bibliotecas digitais, visitas virtuais a museus…) os negócios (marketing, comércio eletrónico…), a prestação de serviços (consultas online, netbanco, assistentes

virtuais…), a forma como comunicamos e nos relacionamos (mensagens, chats, videochamadas." (pág.111)

"Pelo seu carácter transnacional e "anónimo", a Internet tornou-se, num meio propício às ações dos grupos terroristas e fez aumentar o cibercrime. Pelas suas características, as redes sociais tornaram-se grandes fontes de disseminação de fake news e de desinformação (Doc. 41B). Grupos radicais utilizam as redes sociais para propagar as suas ideologias de ódio e sectaristas para descredibilizar as instituições democráticas, governos e empresas utilizam fraudulentamente os dados pessoais dos utilizadores para interferir nos processos democráticos de outros países ou para fins comerciais" (pág.113)

"Conscientes das oportunidades, mas também dos riscos, que as novas tecnologias vieram trazer às sociedades, organizações internacionais, como a UNESCO e o Conselho Europeu, reforçam a importância da literacia digital e apoiam os planos nacionais de cidadania digital (Doc. 40A). Pretende-se garantir a inclusão e a participação segura, crítica e responsável de todos nesta nova sociedade da informação" (pág.113)

15. Em quantos parágrafos estão presentes Questões da Juventude (e.g., *bullying*, desemprego, habitação, drogas, sexo, carreiras, culturas juvenis, …):

ee) Nível UE - 0
ff) Nível Nacional - 0
gg) Nível Local - 0
hh) Outras regiões (para além da UE) - 4
ii) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

15.1 Parágrafos representativos:

"Desde os anos 60, as tribos urbanas têm sido os agentes de uma dinâmica cultural alternativa nas cidades. Trata-se de grupos minoritários que se unem em torno de interesses comuns e em conformidade com hábitos, ideias e maneiras de se vestir (Hippies, Punks, Hip-hop, Rastas, Hipsters" (pág.107)

"A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

"A Street Art, arte urbana, surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, como um movimento underground que, em alternativa aos espaços convencionais, pretende trazer arte aos espaços públicos onde se desenvolve a vida quotidiana. Expressa-se nos grafismos que se expõem nos mais inusitados espaços, nas estátuas vivas, nos músicos e teatro de rua, na pintura mural, nas instalações e intervenções urbanas" (pág.107)

"Conscientes das oportunidades, mas também dos riscos, que as novas tecnologias vieram trazer às sociedades, organizações internacionais, como a UNESCO e o Conselho Europeu, reforçam a importância da literacia digital e apoiam os planos nacionais de cidadania digital (Doc. 40A). Pretende-se garantir a inclusão e a participação segura, crítica e responsável de todos nesta nova sociedade da informação" (pág.113)

16. Em quantos parágrafos estão presentes Visões de Cidadania em que o Género aparece como uma categoria relevante (e.g., igualdade de género, direito ao aborto, divisão doméstica do trabalho, etc.):

jj) Nível UE - 0
kk) Nível Nacional - 0
ll) Nível Local - 0
mm) Outras regiões (para além da UE) - 2
nn) Em geral (não relacionado com a área geográfica) - 0

16.1 Parágrafos representativos:

"Desde a década de 1990, os movimentos migratórios aceleram-se. Aos efeitos da organização mundial dos processos produtivos e do comércio, acrescem-se outras razões: o fim da URSS, que permitiu a remoção da "Cortina de Ferro"; o progresso da educação, que permitiu às pessoas recusar o destino de nascerem num país pobre; a inclusão de mulheres e menores na mobilidade internacional; a urbanização galopante, nascida do êxodo rural, que favorece a atração internacional; a emissão generalizada de passaportes; o progresso nos transportes, que reduziam os custos das viagens; a multiplicação dos meios de comunicação (televisão, Internet, telemóveis), que convidam os candidatos a partir para um "El Dorado" que eles acreditam estar perto"(pág.87)

"Ao longo destes 75 anos, os Direitos Humanos conheceram uma expansão extraordinária e constituem, hoje, parte do vocabulário inevitável nas relações internacionais. Porém, apesar de cada um dos tratados universais ter sido ratificado pela maioria dos Estados, tal não significa que estes sejam amplamente defendidos e cumpridos: na maioria dos Estados muçulmanos, as mulheres continuam subordinadas aos homens em todas as áreas da vida (Doc. 46); o trabalho infantil persiste na Índia, na Tanzânia e noutros países que assinaram a Convenção sobre os Direitos da Criança; presente em quase todas as constituições do mundo, o direito à liberdade de expressão é frequentemente reprimido, seja por questões religiosas, ou por questões políticas"(pág.117)

17. Definições de 'Cidadania Ativa' de acordo com a tipologia de 'Participação Política e Envolvimento Cívico' de Ekman & Amnå (2012, p. 295) [*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*]:

bb) **Não-participação (*desengajamento*** – inclui formas ativas (antipolíticas) e formas passivas (apolíticas), a nível individual e coletivo (e.g., evitar falar de política; percecionar a política como repugnante; atos de violência não política

(motins), refletindo frustração, alienação ou exclusão social; perceber a política como desinteressante e sem importância; passividade política).

cc) **Participação civil (*política latente*)** – inclui o envolvimento social (atenção) e o envolvimento cívico (ação), a nível individual e coletivo (e.g., interessar-se pela política e pela sociedade; perceber a política como importante; identificar-se com uma determinada ideologia e/ou partido; escrever para um editor; atividade dentro de uma organização comunitária). X

dd) **Participação política (*manifesta*)** – inclui a participação política formal e a participação política extraparlamentar legal ou ilegal, a nível individual e coletivo (e.g., votar em eleições e referendos; ser membro de um partido político, de uma organização ou de um sindicato; boicote e consumo político; manifestar-se, participando em greves e protestos; ações de desobediência civil)). X

ee) **Outra** □ (Por favor, especificar)

17.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada uma das definições acima selecionadas:

a) Não-participação

b) Participação civil

"Em 2020, os Estados-membros da União Europeia assinaram um novo Pacto para a Migração e Asilo, com vista a pôr em prática uma política europeia de migração humanitária eficaz e o Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027. Através de ações nas áreas da educação e formação, emprego e qualificação, saúde e habitação, pretende-se conceder aos imigrantes oportunidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política dos países de acolhimento e, deste modo, promover a inclusão e a coesão social." (pág.91)

"Embora a preocupação com a salvaguarda do ambiente não seja um fenómeno novo, só mais recentemente a opinião pública mundial tomou consciência dos perigos dos modos de produção e de vida modernos. O ambientalismo e consciência ecológica ganham expressão a partir das últimas décadas do século passado, como o mostram a proliferação dos partidos ecologistas, o surgimento de ONG em defesa do planeta e a organização das primeiras cimeiras internacionais para debater as questões ambientais" (pág.99)

"A Street Art, arte urbana, surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, como um movimento underground que, em alternativa aos espaços convencionais, pretende trazer arte aos espaços públicos onde se desenvolve a vida quotidiana. Expressa-se nos grafismos que se expõem nos mais inusitados espaços, nas estátuas vivas, nos músicos e teatro de rua, na pintura mural, nas instalações e intervenções urbanas" (pág.107)

"A Internet e as modernas ferramentas digitais alteraram todos os domínios da atividade humana: o trabalho (videoconferências, teletrabalho), entretenimento (canais de streaming, jogos virtuais…); a aprendizagem (enciclopédias online, bibliotecas digitais, visitas virtuais a museus…) os negócios (marketing, comércio eletrónico…), a prestação de serviços (consultas online, netbanco, assistentes virtuais…), a forma como comunicamos e nos relacionamos (mensagens, chats, videochamadas."(pág.111)

"Pelo seu carácter transnacional e "anónimo", a Internet tornou-se, num meio propício às ações dos grupos terroristas e fez aumentar o cibercrime. Pelas suas características, as redes sociais tornaram-se grandes fontes de disseminação de fake news e de desinformação (Doc. 41B). Grupos radicais utilizam as redes sociais para propagar as suas ideologias de ódio e sectaristas para des- credibilizar as instituições democráticas, governos e empresas utilizam fraudulentamente os dados pessoais dos utilizadores para interferir nos processos democráticos de outros países ou para fins comerciais" (pág.113)

"Conscientes das oportunidades, mas também dos riscos, que as novas tecnologias vieram trazer às sociedades, organizações internacionais, como a UNESCO e o Conselho Europeu, reforçam a importância da literacia digital e apoiam os planos nacionais de cidadania digital (Doc. 40A). Pretende-se garantir a inclusão e a participação segura, crítica e responsável de todos nesta nova sociedade da informação" (pág.113)

"Na década de 70 do século XX, os movimentos de defesa dos direitos dos animais ganham um novo impulso com a emergência da Ecologia e do Ambientalismo. À tradicional reivindicação pelo bem-estar animal, estes movimentos acrescentam a abolição de todas as formas de instrumentalização dos animais (na ciência, comércio, desporto, espetáculos…" (pág.115)

"A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 1978, teve o mérito de alargar o debate sobre a causa animal a todo o mundo (Doc. 42B). Desde então, multiplicam-se as associações e ONG de defesa dos direitos dos animais e os partidos ecologistas e de defesa dos animais têm vindo a ganhar relevância nos espaços legislativos nacionais "(pág.115)

"Tendo a lusofonia como património comum a CPLP funda-se nos valores de respeito pelos direitos humanos, pela paz e democracia, que promove através da concertação político-diplomática e da cooperação social, económica e cultural. Foram estes os pressupostos que conduziram ao alargamento da comunidade a Timor-Leste, em 2002, e à integração da Guiné Equatorial, em 2014 "(pág.141)

c) Participação política

DOC. 34 **A questão israelo-palestiniana**

A Uma tentativa de paz: os Acordos de Oslo

Artigo 1.° – O objetivo das negociações israelo-palestinianas é, entre outros, o de estabelecer uma Autoridade Palestiniana de autogoverno interino [...] para um período transitório que não ultrapasse os cinco anos [...].

Artigo 3.° – Para que o povo palestiniano na Cisjordânia e na Faixa de Gaza possa governar-se segundo os princípios democráticos, serão organizadas eleições políticas diretas, livres e gerais. [...]

Artigo 5.° – O período transitório de cinco anos começa com a retirada [dos israelitas] da Faixa de Gaza e da zona de Jericó.

Artigo 6.° – Imediatamente depois da entrada em vigor desta declaração de princípios [...], a autoridade será transferida para os Palestinianos, nos seguintes domínios: educação e cultura, saúde, assuntos sociais, taxação direta e turismo. A parte palestiniana começará a constituir uma força de polícia. [...]

Artigo 8.° – Israel conservará a responsabilidade de defesa contra as ameaças exteriores bem como a responsabilidade da segurança global dos Israelitas.

Oslo I – *Declaração de Princípios sobre a Autonomia Palestiniana*, assinada em Washington, em 13 de setembro de 1993

"Nos anos 90, o presidente Bill Clinton procurou lançar as sementes da paz, concertando as posições israelitas com as da OLP (Organização de Libertação da Palestina). As negociações, conduzidas secretamente em Oslo, desembocaram num acordo assinado em Washington, em 1993. Subscrito por Yasser Arafat, o líder histórico da OLP, e por Isaac Rabin, primeiro-ministro israelita, o acordo estabeleceu (finalmente) o reconhecimento mútuo das duas partes, a renúncia da OLP à luta armada, a constituição de uma Autoridade Nacional Palestiniana (presidida por Arafat) e a passagem progressiva, para a OLP, do controlo dos territórios palestinianos que Israel tinha, ilegalmente, ocupado" (pág.63)

"No ano 2000, por ocasião da Cimeira do Milénio da Nações Unidas, os líderes mundiais manifestaram a sua preocupação com a pobreza extrema, pediram o reforço das operações de paz das Nações Unidas, o apoio para as populações mais vulneráveis, o combate à injustiça, à desigualdade e ao crime e a proteção da Terra, em benefício das gerações futuras. A "Declaração do Milénio", aprovada pela Assembleia Geral da ONU, comprometeu todos os países numa parceria global para o desenvolvimento sustentável, com metas calendarizadas até 2015" (pág.85)

"Hoje, o extremismo violento, os conflitos armados e as ameaças cibernéticas, cada vez mais sofisticadas, ameaçam a segurança global; a exploração desenfreada dos recursos naturais e a poluição, fazem crescer os perigos ambientais; as crises financeiras infiltram-se em economias intimamente ligadas, agravando as desigualdades económicas e sociais; a pobreza e os conflitos fazem engrossar o número de refugiados e os fluxos migratórios transfronteiriços, enquanto a propagação de epidemias obrigam ao fecho das fronteiras"(pág.85)

“Atentos a estes problemas, em 2015, os 193 Estados-membros da ONU aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Doc. 18B). Os seus 17 objetivos dão continuidade à Agenda do Milénio, ampliando o seu escopo às dimensões ambiental, social, económica e institucional do desenvolvimento sustentável. Mais do que nunca, o multilateralismo constitui-se como o veículo global para abordar os complexos desafios do nosso tempo, através dos esforços concertados de autoridades supra e transnacionais, como a ONU e parceiros, a União Europeia, a OCDE, a NATO, as ONG e as Cimeiras internacionais” (pág.85)

“Mas, o encontro intercultural gera também ambivalências, crises, tensões e conflitos. Por isso, a diversidade cultural e a gestão da interculturalidade têm sido objeto de preocupação dos organismos internacionais e nacionais (Doc. 24). Em 2005, a UNESCO adopta a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que estabelece a importância da cultura e da diversidade cultural e traz contributos para prevenir os conflitos internacionais e interculturais e, em 2018, as Nações Unidas aprovaram, o Pacto Mundial para as Migrações, que reforça o compromisso do diálogo global e da cooperação internacional em matéria de migração” (pág.91)

“Em 2020, os Estados-membros da União Europeia assinaram um novo Pacto para a Migração e Asilo, com vista a pôr em prática uma política europeia de migração humanitária eficaz e o Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027. Através de ações nas áreas da educação e formação, emprego e qualificação, saúde e habitação, pretende-se conceder aos imigrantes oportunidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política dos países de acolhimento e, deste modo, promover a inclusão e a coesão social.” (pág.91)

“Embora a preocupação com a salvaguarda do ambiente não seja um fenómeno novo, só mais recentemente a opinião pública mundial tomou consciência dos perigos dos modos de produção e de vida modernos. O ambientalismo e consciência ecológica ganham expressão a partir das últimas décadas do século passado, como o mostram a proliferação dos partidos ecologistas, o surgimento de ONG em defesa do planeta e a organização das primeiras cimeiras internacionais para debater as questões ambientais” (pág.99)

“Na primeira cimeira da ONU para o ambiente, em 1992, a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, os Estados participantes comprometeram-se a estabilizar as emissões de gases com efeito de estufa. A Cimeira adotou a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), que passou a reunir, anualmente, os Estados signatários para avaliar a situação das mudanças climáticas e definir estratégias e planos de ação comuns” (pág.99)

“A União Europeia lidera pelo exemplo. Pelo Pacto Ecológico Europeu, adotado em 2019, os Estados-membros comprometeram-se a transformar a UE no primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Para tal, assumiram o compromisso de reduzir as emissões de gases em, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990” (pág.99)

“Pelo seu carácter transnacional e “anónimo”, a Internet tornou-se, num meio propício às ações dos grupos terroristas e fez aumentar o cibercrime. Pelas suas

características, as redes sociais tornaram-se grandes fontes de disseminação de fake news e de desinformação (Doc. 41B). Grupos radicais utilizam as redes sociais para propagar as suas ideologias de ódio e sectaristas para descredibilizar as instituições democráticas, governos e empresas utilizam fraudulentamente os dados pessoais dos utilizadores para interferir nos processos democráticos de outros países ou para fins comerciais" (pág.113)

"Na década de 70 do século XX, os movimentos de defesa dos direitos dos animais ganham um novo impulso com a emergência da Ecologia e do Ambientalismo. À tradicional reivindicação pelo bem-estar animal, estes movimentos acrescentam a abolição de todas as formas de instrumentalização dos animais (na ciência, comércio, desporto, espetáculos…" (pág.115)

"A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 1978, teve o mérito de alargar o debate sobre a causa animal a todo o mundo (Doc. 42B). Desde então, multiplicam-se as associações e ONG de defesa dos direitos dos animais e os partidos ecologistas e de defesa dos animais têm vindo a ganhar relevância nos espaços legislativos nacionais" (pág.115)

"Em Portugal, desde 1995 que são proibidas por lei todas as violências injustificadas contra os animais e a causa animal tem vindo a sensibilizar cada vez mais a sociedade (Doc. 42D). A comprová-lo estão os resultados obtidos pelo PAN – Pessoas-Animais-Natureza, desde as eleições legislativas de 2015, e os avanços legislativos neste âmbito: em 2014 é aprovada a criminalização dos maus-tratos e do abandono dos animais de companhia e, em 2017, os animais deixam de ser considerados coisas e passam a ter um estatuto jurídico próprio. No entanto, a prática ainda não acompanha a teoria." (pág.115)

"A ONU, através do Alto Comissariado dos Direitos Humanos e dos seus órgãos, programas e agências especializadas prossegue o apoio às populações mais vulneráveis e mantém os Direitos Humanos na agenda política internacional" (pág.117)

f) Outra

18. Qualidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

v) Informativo X
w) Reflexivo / Interpretativo X
x) Outro □ (Por favor, especificar) _____

19. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Cidadania Ativa de acordo com a seguinte tipologia:

v) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
w) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
x) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

Os excertos encontram-se no Nível 2

19.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

a) Informativo

"A doutrina da "soberania limitada" foi, assim, posta de lado, e os antigos países satélites da URSS puderam, finalmente, escolher o seu regime político. No ano de 1989, uma vaga liberalizadora varre o Leste: os partidos comunistas perdem, um após outro, o seu lugar de "partido único" e, pouco depois, realizam-se as primeiras eleições livres do pós-guerra, que promovem a elaboração de novos textos constitucionais" (pág.11)
Nível 2

"Tratados posteriores, como o de Amesterdão (1997), e o Tratado de Lisboa (2007), viriam clarificar e reforçar a cidadania instituída em Maastricht, definindo que a cidadania europeia não substitui a nacional (Tratado de Amesterdão) e alargando os direitos de participação cívica junto das instituições (Tratado de Lisboa)." (pág. 37)
Nível 2

"Atentos a estes problemas, em 2015, os 193 Estados-membros da ONU aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Doc. 18B). Os seus 17 objetivos dão continuidade à Agenda do Milénio, ampliando o seu escopo às dimensões ambiental, social, económica e institucional do desenvolvimento sustentável. Mais do que nunca, o multilateralismo constitui-se como o veículo global para abordar os complexos desafios do nosso tempo, através dos esforços concertados de autoridades supra e transnacionais, como a ONU e parceiros, a União Europeia, a OCDE, a NATO, as ONG e as Cimeiras internacionais" (pág.85)
Nível 2

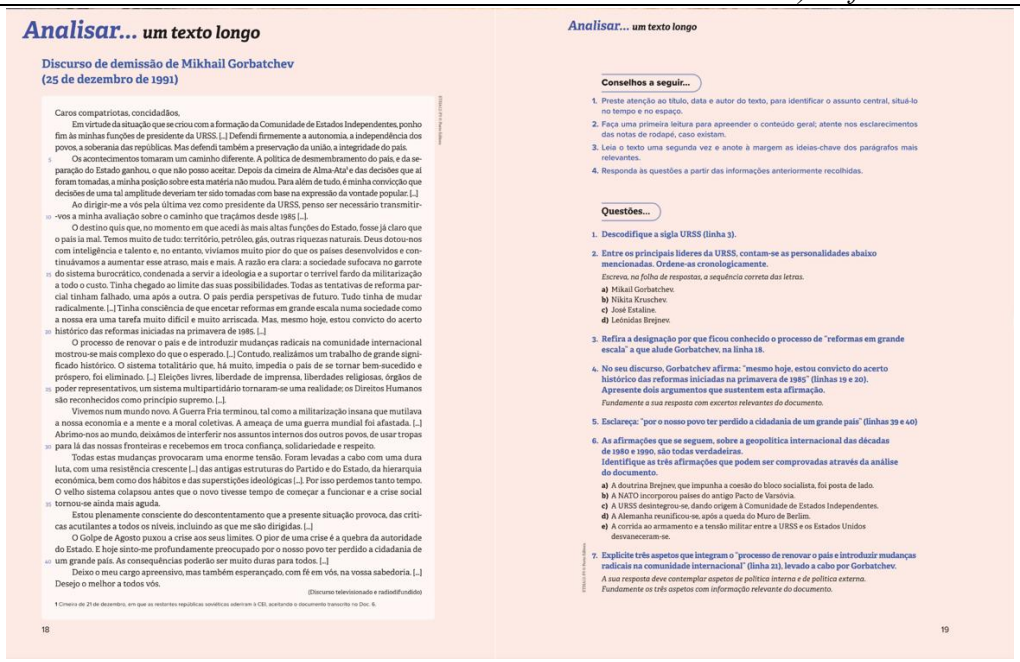
"Tal como nos finais do século XIX, são os fatores económicos e demográficos que motivam as atuais migrações (Doc 20A). A pobreza, o desemprego e a perspetiva de uma vida melhor continua a levar muitos milhares de pessoas a mudar-se para países estrangeiros, legalmente, com um contrato de trabalho, ou ilegalmente, em situações muito precárias" (pág.87) Nível 2

"Desde sempre, a mobilidade humana, contribui para o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, a partilha cultural e a permuta de competências e saberes que enriquecem as sociedades. A convivência e coabitação dos mais diversos grupos étnicos, culturais e raciais no mesmo território promove a multiculturalidade" (pág.91) Nível 2

"Embora a preocupação com a salvaguarda do ambiente não seja um fenómeno novo, só mais recentemente a opinião pública mundial tomou consciência dos perigos dos modos de produção e de vida modernos. O ambientalismo e consciência ecológica ganham expressão a partir das últimas décadas do século passado, como o mostram a proliferação dos partidos ecologistas, o surgimento de ONG em defesa

do planeta e a organização das primeiras cimeiras internacionais para debater as questões ambientais" (pág.99) Nível 2

b) Reflexivo / Interpretativo



Analisar... um texto longo

Discurso de demissão de Mikhail Gorbatchev (25 de dezembro de 1991)

Caros compatriotas, concidadãos,

Em virtude da situação que se criou com a formação da Comunidade de Estados Independentes, ponho fim às minhas funções de presidente da URSS. [...] Defendi firmemente a autonomia, a independência dos povos, a soberania das repúblicas. Mas defendi também a preservação da união, a integridade do país.

Os acontecimentos tomaram um caminho diferente. A política de desmembramento do país, e da separação do Estado ganhou, o que não posso aceitar. Depois da cimeira de Alma-Ata[1] e das decisões que aí foram tomadas, a minha posição sobre esta matéria não mudou. Para além de tudo, é minha convicção que decisões de uma tal amplitude deveriam ter sido tomadas com base na expressão da vontade popular. [...]

Ao dirigir-me a vós pela última vez como presidente da URSS, penso ser necessário transmitir-vos a minha avaliação sobre o caminho que traçámos desde 1985 [...].

O destino quis que, no momento em que acedi às mais altas funções do Estado, fosse já claro que o país ia mal. Temos muito de tudo: território, petróleo, gás, outras riquezas naturais. Deus dotou-nos com inteligência e talento e, no entanto, vivíamos muito pior do que os países desenvolvidos e continuávamos a aumentar esse atraso, mais e mais. A razão era clara: a sociedade sufocava no garrote do sistema burocrático, condenada a servir a ideologia e a suportar o terrível fardo da militarização a todo o custo. Tinha chegado ao limite das suas possibilidades. Todas as tentativas de reforma parcial tinham falhado, uma após a outra. O país perdia perspetivas de futuro. Tudo tinha de mudar radicalmente. [...] Tinha consciência de que encetar reformas em grande escala numa sociedade como a nossa era uma tarefa muito difícil e muito arriscada. Mas, mesmo hoje, estou convicto do acerto histórico das reformas iniciadas na primavera de 1985. [...]

O processo de renovar o país e de introduzir mudanças radicais na comunidade internacional mostrou-se mais complexo do que o esperado. [...] Contudo, realizámos um trabalho de grande significado histórico. O sistema totalitário que, há muito, impedia o país de se tornar bem-sucedido e próspero, foi eliminado. [...] Eleições livres, liberdade de imprensa, liberdades religiosas, órgãos de poder representativos, um sistema multipartidário tornaram-se uma realidade; os Direitos Humanos são reconhecidos como princípio supremo. [...].

Vivemos num mundo novo. A Guerra Fria terminou, tal como a militarização insana que mutilava a nossa economia e a mente e a moral coletivas. A ameaça de uma guerra mundial foi afastada. [...] Abrimo-nos ao mundo, deixámos de interferir nos assuntos internos dos outros povos, de usar tropas para lá das nossas fronteiras e recebemos em troca confiança, solidariedade e respeito.

Todas estas mudanças provocaram uma enorme tensão. Foram levadas a cabo com uma dura luta, com uma resistência crescente [...] das antigas estruturas do Partido e do Estado, da hierarquia económica, bem como dos hábitos e das superstições ideológicas [...]. Por isso perdemos tanto tempo. O velho sistema colapsou antes que o novo tivesse tempo de começar a funcionar e a crise social tornou-se ainda mais aguda.

Estou plenamente consciente do descontentamento que a presente situação provoca, das críticas acutilantes a todos os níveis, incluindo as que me são dirigidas. [...]

O Golpe de Agosto puxou a crise aos seus limites. O pior de uma crise é a quebra da autoridade do Estado. E hoje sinto-me profundamente preocupado por o nosso povo ter perdido a cidadania de um grande país. As consequências poderão ser muito duras para todos. [...]

Deixo o meu cargo apreensivo, mas também esperançado, com fé em vós, na vossa sabedoria. [...] Desejo o melhor a todos vós.

(Discurso televisionado e radiodifundido)

1 Cimeira de 21 de dezembro, em que as restantes repúblicas soviéticas aderiram à CEI, aceitando o documento transcrito no Doc. 6.

18

Analisar... um texto longo

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e autor do texto, para identificar o assunto central, situá-lo no tempo e no espaço.
2. Faça uma primeira leitura para apreender o conteúdo geral; atente nos esclarecimentos das notas de rodapé, caso existam.
3. Leia o texto uma segunda vez e anote à margem as ideias-chave dos parágrafos mais relevantes.
4. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **Descodifique a sigla URSS (linha 3).**
2. **Entre os principais líderes da URSS, contam-se as personalidades abaixo mencionadas. Ordene-as cronologicamente.**
   Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.
   a) Mikail Gorbatchev.
   b) Nikita Kruschev.
   c) José Estaline.
   d) Leónidas Brejnev.
3. **Refira a designação por que ficou conhecido o processo de "reformas em grande escala" a que alude Gorbatchev, na linha 18.**
4. **No seu discurso, Gorbatchev afirma: "mesmo hoje, estou convicto do acerto histórico das reformas iniciadas na primavera de 1985" (linhas 19 e 20). Apresente dois argumentos que sustentem esta afirmação.**
   Fundamente a sua resposta com excertos relevantes do documento.
5. **Esclareça: "por o nosso povo ter perdido a cidadania de um grande país" (linhas 39 e 40)**
6. **As afirmações que se seguem, sobre a geopolítica internacional das décadas de 1980 e 1990, são todas verdadeiras. Identifique as três afirmações que podem ser comprovadas através da análise do documento.**
   a) A doutrina Brejnev, que impunha a coesão do bloco socialista, foi posta de lado.
   b) A NATO incorporou países do antigo Pacto de Varsóvia.
   c) A URSS desintegrou-se, dando origem à Comunidade de Estados Independentes.
   d) A Alemanha reunificou-se, após a queda do Muro de Berlim.
   e) A corrida ao armamento e a tensão militar entre a URSS e os Estados Unidos desvaneceram-se.
7. **Explicite três aspetos que integram o "processo de renovar o país e introduzir mudanças radicais na comunidade internacional" (linha 21), levado a cabo por Gorbatchev.**
   A sua resposta deve contemplar aspetos de política interna e de política externa. Fundamente os três aspetos com informação relevante do documento.

19

Nível 2

Analisar... um documento iconográfico

Boris Johnson, futuro primeiro-ministro britânico, numa ação de campanha a favor do *Brexit*, em junho de 2016.
Em primeiro plano, o mote da campanha: **"# Tome o controlo"**;
No cartaz: **Vamos retomar o controlo**
x Nosso Dinheiro – Dar ao Serviço Nacional de Saúde milhões a cada semana
x Nossa Economia – Criar novos empregos com novos acordos de comércio
x Nossas Fronteiras – Um novo sistema de imigração baseado em novos critérios
x Nossa Segurança – Deportar criminosos estrangeiros perigosos
x Nossos Impostos – Eliminar o IVA nas contas de eletricidade doméstica
Vote Deixar

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, à data e à proveniência da imagem, para identificar o assunto central, situá-lo no tempo e no espaço.
2. Identifique as personagens representadas, o local onde se encontram, as suas atitudes, e descodifique/interprete os símbolos e legendas que integram a imagem, no caso de existirem.
3. Atente nos esclarecimentos complementares que lhe forem fornecidos.
4. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **O termo *Brexit* designa**
   - **a)** o corte de relações diplomáticas entre o Reino Unido e a União Europeia.
   - **b)** a expulsão do Reino Unido da União Europeia.
   - **c)** a saída do Reino Unido da União Europeia.
   - **d)** a saída britânica da NATO, da União Europeia e dos Acordos de Schengen.
2. **Ordene cronologicamente as seguintes etapas do aprofundamento da UE.**
   - **a)** Tratado de Maastricht.
   - **b)** Grande alargamento da União Europeia a Leste.
   - **c)** Referendo no Reino Unido sobre a permanência ou saída da União.
   - **d)** Tratado de Lisboa.
3. **O mote da campanha, "Tome o controlo", contesta**
   - **a)** a partilha de soberania entre as estruturas da União e os Governos dos países-membros.
   - **b)** o controlo da circulação de mercadorias.
   - **c)** o estabelecimento de barreiras à livre circulação de pessoas e mercadorias dentro da União.
   - **d)** a política monetária do Banco Central Europeu.
4. **Explicite o teor da campanha documentada na imagem, tendo em conta os itens considerados no cartaz.**

ETHALO-PS © Porto Editora

Nível 2

B A intervenção militar no Iraque abre as portas ao Estado Islâmico

Queda e ascensão, Ilustração de Peter Schrank para o jornal *The Independant*, 2014. A invasão do Iraque pela coligação dos Estados Unidos e do Reino Unido, que derrubou o regime de Saddam Hussein, acicatou os extremismos religiosos da região, fazendo nascer um dos grupos mais violentos de que há memória: o Estado Islâmico (ISIS). No seu apogeu, cerca de 2015, este grupo terrorista controlou uma área muito significativa do Iraque, incluindo as cidades de Mossul, Tikrit e Falujah. Em 2011, aproveitando o clima de guerra civil, aquartelou-se também na Síria, onde fez claros avanços. O seu poder só foi debelado por ofensivas vigorosas dos Estados Sírio e Iraquiano, que contaram com a ajuda russa e americana.

Nível 2

A cidade de Kobani, no norte da Síria, em junho de 2015. A cidade é habitada maioritariamente por população curda, uma nação dividida entre a Turquia, a Síria, o Iraque e o Irão, que há muito luta desesperadamente por um Estado próprio. Em setembro de 2014, a cidade foi atacada pelos elementos do Estado Islâmico, forçando a fuga de muitos dos seus habitantes para a Turquia. Depois reconquistada com a ajuda aérea dos Estados Unidos, tornou-se, como muitas outras cidades do país, uma verdadeira cidade-fantasma, onde imperam os escombros.

Nível 2

Ponto de passagem do Muro da Cisjordânia, perto de Belém (território palestiniano), em 2012.

Nível 2

Analisar... um texto longo

Os desafios da globalização

O referendo para decidir a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e as eleições presidenciais nos Estados Unidos mostraram, entre outras coisas, que a falta de confiança do público na integração global está a aumentar. [...]

O perigo implícito deste cenário não deve ser subestimado. O isolacionismo e o protecionismo, levados ao extremo, podem comprometer o motor económico do comércio que há décadas traz paz e prosperidade ao mundo.

No mundo em desenvolvimento, o comércio gerou forte crescimento e avanços tecnológicos. Segundo o Banco Mundial, desde 1990, o comércio ajudou a reduzir para metade o número de pessoas que viviam em extrema pobreza. Essas conquistas, embora notáveis, não são necessariamente permanentes. Se os países ricos fecharem o seu acesso – e dos seus consumidores – aos mercados mundiais, serão os mais pobres do mundo os que mais sofrerão.

A negociação prospera num ambiente aberto onde os participantes agem de boa-fé e são regidos por regras claras. Na ausência disso, as forças da globalização podem transformar a cooperação em conflito. É por isso que os responsáveis políticos se devem concentrar em quatro áreas.

Primeiro, os países devem desmantelar as suas medidas protecionistas e assumir um compromisso firme de não implementar políticas que distorçam os mercados mundiais.

Em segundo lugar, os países devem unir esforços para atualizar as regras internacionais que regem o comércio [...].

Terceiro, os países e instituições como a Organização Mundial do Comércio devem trabalhar juntos para remover as barreiras que aumentam os custos do comércio. [...]

Por último, e mais importante, os países ricos devem apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para se integrarem melhor na economia mundial. Dado o impacto do comércio na redução da pobreza, este é um imperativo moral; é também indispensável para a paz e a estabilidade.

É claro que o comércio deve gerar benefícios para todos os países e para todas as pessoas, desde os trabalhadores que sofrem com o encerramento de fábricas na Europa ou nos Estados Unidos até aos agricultores de subsistência presos a economias informais na África e no Sul da Ásia. [...]

Os desafios da integração global não são novos, mas também não podem ser ignorados. Os responsáveis políticos devem prestar atenção às lições da história económica. Acima de tudo, devem considerar que, mesmo nos períodos anteriores de rápida mudança tecnológica, muito mais pessoas beneficiaram do comércio livre e aberto do que das barreiras protecionistas.

Nenhum país do mundo hoje se pode isolar de bens, serviços, capitais, ideias ou pessoas estrangeiras. Em vez disso, os líderes devem promover mais comércio para incluir mais pessoas. Para isso, é necessário adotar regras internacionais para gerenciar a abertura e a interdependência; estabelecer redes de segurança social mais fortes; investir em inovação, educação e preparação e infraestruturas e criar um ambiente regulatório mais propício para empresas e empreendedores, a fim de promover um crescimento maior e mais inclusivo.

Nenhum país pode criar sozinho prosperidade a longo prazo para seu povo. Maior cooperação internacional e integração económica são o único caminho possível.

Artigo de Anabel González*, "A globalização é a única resposta" artigo publicado no site do Banco Mundial a 8/06/2018 em https://www.bancomundial.org/es/news/opinion/2018/08/08/globalization-is-the-only-answer

* A época era Diretora Geral do *Trade and Competitiveness Global Practice*, do Banco Mundial.

Conselhos a seguir...

1. Preste atenção ao título, data e autor do texto, para identificar o assunto central, situá-lo no tempo e, eventualmente, no espaço.
2. Faça uma primeira leitura para apreender o conteúdo geral; atente nos esclarecimentos das notas de rodapé, caso existam.
3. Leia o texto uma segunda vez e anote à margem as ideias-chave dos parágrafos mais relevantes.
4. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **Identifique a política económica que, segundo a autora, é "o motor económico do comércio que há décadas traz paz e prosperidade ao mundo" (linhas 5 e 6).**
2. **"O perigo implícito" (linha 4) que pode comprometer a "integração global" das economias é...**
   a) o *Brexit*.
   b) a ausência de regras claras.
   c) a rápida mudança tecnológica.
   d) o protecionismo.
3. **Explicite, apresentando dois aspetos, o papel da OMC no processo da globalização económica.**
4. **Refira três medidas que, segundo a autora, devem ser tomadas para tornar a globalização "mais inclusiva". Fundamente as medidas escolhidas com excertos relevantes do documento.**
5. **As seguintes afirmações sobre os fatores que contribuíram para a globalização económica são todas corretas.**
   Assinale as três afirmações que podem ser comprovadas no documento.
   a) A ação da Organização Mundial do Comércio.
   b) O progresso nas TIC.
   c) A redução das restrições ao comércio.
   d) As grandes empresas transnacionais.
   e) As políticas económicas liberais.
   f) A constituição de mercados únicos regionais.
6. **Desenvolva o tema *Os dilemas da globalização*, articulando os tópicos de orientação seguintes:**
   – benefícios da liberalização económica;
   – desafios da globalização.
   Apresente três elementos para cada tópico de orientação, fundamentando com informação relevante do documento.

Nível 2

1. Rapariga indiana recolhe plásticos na rua, que vende para sobreviver. Em 2020, cerca de 10 % da população mundial vivia no limiar da pobreza.

Nível 2

DOC. 30 **Deslocados climáticos do Sudão do Sul**

Nível 2

4 A mobilização da sociedade

Ativistas climáticos, um pouco por todo o mundo, pressionam os governos para a urgência de políticas de desenvolvimento sustentável. Nos Estados Unidos, a saída do Acordo de Paris originou a formação da plataforma *We are still in* ("Ainda estamos"). Governadores, presidentes de câmara e líderes empresariais, apoiados por diversas organizações da sociedade civil, assumiram a liderança americana em matéria de alterações climáticas. Em 2017, na COP 23, em Bona, reiteraram o compromisso dos americanos para com o Acordo de Paris.

Nível 2

20. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (▫) correspondente*).

Sim X Não

Se sim, por favor, dar exemplos…

"A Internet e as modernas ferramentas digitais alteraram todos os domínios da atividade humana: o trabalho (videoconferências, teletrabalho), entretenimento (canais de streaming, jogos virtuais…); a aprendizagem (enciclopédias online, bibliotecas digitais, visitas virtuais a museus…) os negócios (marketing, comércio eletrónico…), a prestação de serviços (consultas online, netbanco, assistentes virtuais…), a forma como comunicamos e nos relacionamos (mensagens, chats, videochamadas." (pág.111)

ii) Viver e relacionar-se com os outros / consciência intercultural

21. Que tipo de questões são abordadas (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

jj) Estatuto da cidadania X
kk) Género X
ll) Etnia X
mm) Idade X
nn) Outro X Direitos Humanos, Globalização

21.1 Parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos para cada um dos temas acima selecionados:

a) Estatuto da cidadania

"Em 2020, os Estados-membros da União Europeia assinaram um novo Pacto para a Migração e Asilo, com vista a pôr em prática uma política europeia de migração humanitária eficaz e o Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027. Através de ações nas áreas da educação e formação, emprego e qualificação, saúde e habitação, pretende-se conceder aos imigrantes oportunidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política dos países de acolhimento e, deste modo, promover a inclusão e a coesão social." (pág.91)

b) Género

"Desde a década de 1990, os movimentos migratórios aceleram-se. Aos efeitos da organização mundial dos processos produtivos e do comércio, acrescem-se outras razões: o fim da URSS, que permitiu a remoção da "Cortina de Ferro"; o progresso da educação, que permitiu às pessoas recusar o destino de nascerem num país pobre; a inclusão de mulheres e menores na mobilidade internacional; a urbanização galopante, nascida do êxodo rural, que favorece a atração internacional; a emissão generalizada de passaportes; o progresso nos transportes, que reduziam os custos das viagens; a multiplicação dos meios de comunicação (televisão, Internet, telemóveis), que convidam os candidatos a partir para um "El Dorado" que eles acreditam estar perto"(pág.87)

"Ao longo destes 75 anos, os Direitos Humanos conheceram uma expansão extraordinária e constituem, hoje, parte do vocabulário inevitável nas relações internacionais. Porém, apesar de cada um dos tratados universais ter sido ratificado pela maioria dos Estados, tal não significa que estes sejam amplamente defendidos e cumpridos: na maioria dos Estados muçulmanos, as mulheres continuam subordinadas aos homens em todas as áreas da vida (Doc. 46); o trabalho infantil persiste na Índia, na Tanzânia e noutros países que assinaram a Convenção sobre os Direitos da Criança; presente em quase todas as constituições do mundo, o direito à liberdade de expressão é frequentemente reprimido, seja por questões religiosas, ou por questões políticas"(pág.117)

C Saída de trabalhadoras numa fábrica de eletrónica em Braga (anos 1990)

1 Evidencie: – a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho (Doc. 17A); – o caminho para a paridade de género no mercado de trabalho (Doc.17B).

c)Etnia

"Desde sempre, a mobilidade humana, contribui para o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, a partilha cultural e a permuta de competências e saberes que enriquecem as sociedades. A convivência e coabitação dos mais diversos grupos étnicos, culturais e raciais no mesmo território promove a multiculturalidade" (pág.91)

"Mas, o encontro intercultural gera também ambivalências, crises, tensões e conflitos. Por isso, a diversidade cultural e a gestão da interculturalidade têm sido objeto de preocupação dos organismos internacionais e nacionais (Doc. 24). Em 2005, a UNESCO adopta a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que estabelece a importância da cultura e da diversidade cultural e traz contributos para prevenir os conflitos internacionais e interculturais e, em 2018, as Nações Unidas aprovaram, o Pacto Mundial para as Migrações, que reforça o compromisso do diálogo global e da cooperação internacional em matéria de migração" (pág.91)

"A União Europeia tem vindo, por sua vez, a promover iniciativas e projetos com estes objetivos, tais como, o Projeto Europeu Cidades Interculturais ou os programas de intercâmbio escolares, como é o caso do Programa Erasmus" (pág.91)

A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

d) Idade

"A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

e) Outro

"Desde os anos 90, as grandes empresas prosseguem a tendência para a internacionalização (Doc. 12A). Beneficiando da liberalização dos mercados e aproveitando os progressos nos transportes e nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), as chamadas multinacionais ou transnacionais sofrem mudanças estruturais e adotam estratégias de implementação à escala global: a conceção do produto, o processo de fabrico e o setor da comercialização encontram-se dispersos por vários continentes, de acordo com as vantagens específicas que cada região oferece" (pág.79)

"As empresas multinacionais contribuem para o estabelecimento de uma "divisão internacional do trabalho" entre os países em desenvolvimento e emergentes por um lado, onde as matérias-primas são extraídas e se localizam os trabalhadores de baixo custo (estes países oferecem também benefícios fiscais), e os países desenvolvidos, por outro, onde se fixam as sedes (financeiras, de pesquisa e de marketing) e os trabalhadores especializado" (pág.79)

"No ano 2000, por ocasião da Cimeira do Milénio da Nações Unidas, os líderes mundiais manifestaram a sua preocupação com a pobreza extrema, pediram o reforço das operações de paz das Nações Unidas, o apoio para as populações mais vulneráveis, o combate à injustiça, à desigualdade e ao crime e a proteção da Terra, em benefício das gerações futuras. A "Declaração do Milénio", aprovada pela Assembleia Geral da ONU, comprometeu todos os países numa parceria global para o desenvolvimento sustentável, com metas calendarizadas até 2015" (pág.85)

"Hoje, o extremismo violento, os conflitos armados e as ameaças cibernéticas, cada vez mais sofisticadas, ameaçam a segurança global; a exploração desenfreada dos recursos naturais e a poluição, fazem crescer os perigos ambientais; as crises financeiras infiltram-se em economias intimamente ligadas, agravando as desigualdades económicas e sociais; a pobreza e os conflitos fazem engrossar o número de refugiados e os fluxos migratórios transfronteiriços, enquanto a propagação de epidemias obrigam ao fecho das fronteiras"(pág.85)

"Atentos a estes problemas, em 2015, os 193 Estados-membros da ONU aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Doc. 18B). Os seus 17 objetivos dão continuidade à Agenda do Milénio, ampliando o seu escopo às dimensões ambiental, social, económica e institucional do desenvolvimento sustentável. Mais do que nunca, o multilateralismo constitui-se como o veículo global para abordar os complexos desafios do nosso tempo, através dos esforços concertados de autoridades supra e transnacionais, como a ONU e parceiros, a União Europeia, a OCDE, a NATO, as ONG e as Cimeiras internacionais" (pág.85)

"Desde a década de 1990, os movimentos migratórios aceleram-se. Aos efeitos da organização mundial dos processos produtivos e do comércio, acrescem-se outras razões: o fim da URSS, que permitiu a remoção da "Cortina de Ferro"; o progresso da educação, que permitiu às pessoas recusar o destino de nascerem num país pobre; a inclusão de mulheres e menores na mobilidade internacional; a urbanização galopante, nascida do êxodo rural, que favorece a atração internacional; a emissão generalizada de passaportes; o progresso nos transportes, que reduziam os custos das viagens; a multiplicação dos meios de comunicação (televisão, Internet, telemóveis), que convidam os candidatos a partir para um "El Dorado" que eles acreditam estar perto"(pág.87)

"Tal como nos finais do século XIX, são os fatores económicos e demográficos que motivam as atuais migrações (Doc 20A). A pobreza, o desemprego e a perspetiva de uma vida melhor continua a levar muitos milhares de pessoas a mudar-se para países estrangeiros, legalmente, com um contrato de trabalho, ou ilegalmente, em situações muito precárias" (pág.87)

"Os efeitos das migrações são diversos. Do ponto de vista económico, para os países de acolhimento, a entrada de migrantes constitui uma oferta de mão de obra pronta para trabalhar; para os países de origem, o envio de dinheiro pelos migrantes constitui uma fonte apreciável de divisas, mas a redução de mão de obra em determinadas regiões e a "fuga de cérebros" constituem um entrave ao desenvolvimento desses países" (pág.89)

"Desde sempre, a mobilidade humana, contribui para o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, a partilha cultural e a permuta de competências e saberes que enriquecem as sociedades. A convivência e coabitação dos mais diversos grupos étnicos, culturais e raciais no mesmo território promove a multiculturalidade" (pág.91)

"Mas, o encontro intercultural gera também ambivalências, crises, tensões e conflitos. Por isso, a diversidade cultural e a gestão da interculturalidade têm sido objeto de preocupação dos organismos internacionais e nacionais (Doc. 24). Em 2005, a UNESCO adopta a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que estabelece a importância da cultura e da diversidade cultural e traz contributos para prevenir os conflitos inter- nacionais e interculturais e, em 2018, as Nações Unidas aprovaram, o Pacto Mundial para as Migrações, que reforça o compromisso do diálogo global e da cooperação internacional em matéria de migração" (pág.91)

“A União Europeia tem vindo, por sua vez, a promover iniciativas e projetos com estes objetivos, tais como, o Projeto Europeu Cidades Interculturais ou os programas de intercâmbio escolares, como é o caso do Programa Erasmus” (pág.91)

“Em 2020, os Estados-membros da União Europeia assinaram um novo Pacto para a Migração e Asilo, com vista a pôr em prática uma política europeia de migração humanitária eficaz e o Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027. Através de ações nas áreas da educação e formação, emprego e qualificação, saúde e habitação, pretende-se conceder aos imigrantes oportunidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política dos países de acolhimento e, deste modo, promover a inclusão e a coesão social.” (pág.91)

“Na primeira cimeira da ONU para o ambiente, em 1992, a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, os Estados participantes comprometeram-se a estabilizar as emissões de gases com efeito de estufa. A Cimeira adotou a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), que passou a reunir, anualmente, os Estados signatários para avaliar a situação das mudanças climáticas e definir estratégias e planos de ação comuns” (pág.99)

“A União Europeia lidera pelo exemplo. Pelo Pacto Ecológico Europeu, adotado em 2019, os Estados-membros comprometeram-se a transformar a UE no primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Para tal, assumiram o compromisso de reduzir as emissões de gases em, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990” (pág.99)

“Vivemos num mundo em movimento. O desenvolvimento das trocas internacionais, em termos de bens, serviços, capitais, migrações e transferência de tecnologias, favorece a difusão do modelo cultural ocidental, mas não apaga as especificidades socioculturais. Culturas muito distintas coexistem, misturam-se e potencializam-se em todo o mundo graças à globalização. Nas grandes metrópoles, cada vez mais pluriétnicas, os diferentes elementos culturais fundem-se e reinterpretam-se” (pág.103)

“A globalização económica é também uma globalização cultural. A liberalização do comércio contribuiu para o triunfo da economia de mercado e, desde a queda do Muro de Berlim, esta tornou-se dominante. O seu corolário, a sociedade de consumo e os valores que ela veicula generalizaram-se, conduzindo a uma massificação mundial dos gostos e dos estilos de vida à maneira ocidental” (pág.103)

“As grandes multinacionais, que, organizadas à escala mundial, aproveitam a abertura dos mercados e concebem produtos uniformes e normalizados, promovidos e vendidos em todos os locais do planeta as modernas tecnologias de informação e comunicação que facilitam a distribuição mundial de produções culturais e a convergência de conteúdos, através de modernos computadores e smartphones, da televisão por satélite e da internet: o Campeonato do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos são transmitidos em direto para todos os continentes; as produções literárias, cinematográficas e musicais viajam para os qua- tro cantos do mundo; a Google é o motor de busca mais utilizado em todo o mundo e a Wikipédia é uma fonte de conhecimento essencialmente ocidental”(pág.103)

"o domínio das grandes redes de comunicação por empresas americanas (CNN, Hollywood, Netflix, YouTube, Facebook, Disney) favorece a divulgação de mensagens e imagens específicas da cultura ocidental as novas plataformas de streaming (YouTube, Spotiffy, Netflix…) tornam possível ouvir o último single de qualquer músico, independentemente do lugar onde se encontre, e o mesmo acontece com as séries de televi- são e com os vídeos o aumento das viagens de negócios e turísticas promove a aproximação cultural. Os turistas trazem consigo maneiras de fazer as coisas que são específicas das culturas ocidentais e, em contrapartida, as populações locais adaptam-se a essas novas práticas." (pág105)

"As grandes metrópoles são os símbolos da difusão desta cultura globalizada, patente na uniformidade da paisagem urbana com os seus centros de negócios e os seus shoppings idênticos. Em contrapartida, é também nas grandes metrópoles que são mais visíveis as identidades culturais (as celebrações do início do ano chinês, restaurantes de comida étnica) e a interação cultural que resulta da apropriação e reinterpretação de contribuições externas. O cosmopolitismo das populações urbanas é, portanto, acompanhado por uma diversidade linguística e cultural que se expressa de forma singular na cultura urbana, através da arte, da dança, do desporto e da música" (pág.107)

"Desde os anos 60, as tribos urbanas têm sido os agentes de uma dinâmica cultural alternativa nas cidades. Trata-se de grupos minoritários que se unem em torno de interesses comuns e em conformidade com hábitos, ideias e maneiras de se vestir (Hippies, Punks, Hip-hop, Rastas, Hipsters" (pág.107)

"A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

"A Street Art, arte urbana, surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, como um movimento underground que, em alternativa aos espaços convencionais, pretende trazer arte aos espaços públicos onde se desenvolve a vida quotidiana. Expressa-se nos grafismos que se expõem nos mais inusitados espaços, nas estátuas vivas, nos músicos e teatro de rua, na pintura mural, nas instalações e intervenções urbanas" (pág.107)

"A partir de 2000, a nova tecnologia da web (web 2.0), em convergência com tecnologia móvel (portáteis, tablets e smartphones), faz multiplicar e evoluir os canais de comunicação. Aos sítios estáticos da primeira geração da web, juntam- -se os motores de busca (Yahoo, Google…) e as plataformas interativas – média sociais – que permitem a criação, processamento e partilha de informação pelos utilizadores: blogues e microblogues (Twitter), comunidades de conteúdo (YouTube), redes sociais (Facebook) e projetos colaborativos (Wikipédia)" (pág.111)

"A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU, em 1948, constituiu o primeiro reconhecimento internacional de que os direitos humanos e as liberdades fundamentais se aplicam a todas as pessoas, em todos os lugares do mundo. Desde então, outros Tratados Internacionais foram sendo aprovados, conferindo força jurídica vinculativa a muitas das disposições consagradas na Declaração Universal de Direitos Humanos" (pág.117)

"Em 1993, quando se realiza a II Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, o mundo tinha mudado e impunha-se uma avaliação dos progressos realizados (Doc. 44A). A aprovação da Declaração e Programa de Viena, por unanimidade (171 Estados, contra 56 em 1948), constituiu mais um avanço em direção à universalidade dos direitos humanos (direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais), assumidos como indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes" (pág.117)

"A ONU, através do Alto Comissariado dos Direitos Humanos e dos seus órgãos, programas e agências especializadas prossegue o apoio às populações mais vulneráveis e mantém os Direitos Humanos na agenda política internacional" (pág.117)

"Nas últimas décadas, o debate sobre a ideologia dos Direitos Humanos tem mobilizado as academias. São cada vez mais os intelectuais, tanto de países desenvolvidos como de países emergentes, que acusam o Ocidente de pretender impor a sua visão do mundo e exercer uma ação niveladora sobre os diferentes contextos socioculturais; que a desejada universalidade dos Direitos Humanos não é senão uma intenção dissimulada de neoimperialismo, através do qual, os democratas e liberais ocidentais impõem os seus valores ao resto do mundo. Para os críticos, as lacunas entre o discurso sobre Direitos Humanos e a realidade mostra a fragilidade desta construção ideológica e impulsiona outras culturas a libertarem-se de um universalismo visto como pro- fundamente iníquo e imperialista. A oposição vem também de líderes políticos, bem como de Estados e/ou grupos de Estados que, representando sensibilidades, histórias e culturas que não as do Ocidente, contrapõem à linguagem dos direitos universais, o valor dos particularismos culturais" (pág.119)

"A cooperação portuguesa com os PALOP e Timor-Leste faz-se sentir em vários setores, mas é no domínio da língua portuguesa que se revela prioritária. Através de programas de formação, intercâmbios culturais, e diversas atividades artísticas e culturais, o Instituto Camões, de Cooperação e da Língua tem contribuído para a difusão e dignificação da língua portuguesa. Cabe-lhe, também, a gestão das ajudas ao desenvolvimento da União Europeia, que têm permitido a capacitação institucional e a formação de recursos humanos em áreas críticas como saúde, educação, justiça, defesa e segurança" (pág. 141)

"Portugal mantém ainda colaboração ativa na Comunidade Ibero-Americana. Trata-se de uma grande comunidade, fundada em 1991 e composta por 22 países: 19 da América Latina de língua castelhana e portuguesa; Portugal, Espanha e Andorra. Representa mais de 600 milhões de pessoas com propósitos de intercâmbio educativo, cultural, económico, empresarial, científico e técnico" (pág.141)

"No contexto das relações internacionais e inter-regionais, a participação de Portugal nas Conferências Ibero-Americanas (CIB) pode assegurar-lhe maior visibilidade e prestígio. Para a União Europeia, a presença de dois países mem- bros (Portugal e Espanha) na Comunidade Ibero-Americana é entendida como reforço das relações com o Mercosul. A presença de Observadores (Estados e Organizações internacionais) nas CIB permite promover uma relação mais es- treita com outros membros da comunidade internacional e abrir a Ibero-América aos países e espaços linguística e culturalmente afins" (pág.141)

22. Qualidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

v) Informativo X
w) Reflexivo / Interpretativo X
x) Outro □ (Por favor, especificar) _____

23. Nível de complexidade do argumento/narrativa sobre Viver e relacionar-se com os outros de acordo com a seguinte tipologia:

v) NÍVEL 1. Identificação simples da ideia, conceito, fenómeno, etc.
w) NÍVEL 2. Nível 1 *MAIS* uma análise da ideia, conceito, fenómeno, etc.
x) NÍVEL 3. Níveis 1 e 2 *MAIS* alguma articulação/confronto entre perspetivas diferentes/não consensuais.

23.1. Mencione o nível de complexidade, seguido de parágrafos, diagramas, figuras e cartoons representativos, para cada uma das seguintes opções selecionadas no ponto anterior:

Uns excertos se encontram no Nível 1 e outros no Nível 2.

c) Informativo

"As empresas multinacionais contribuem para o estabelecimento de uma "divisão internacional do trabalho" entre os países em desenvolvimento e emergentes por um lado, onde as matérias-primas são extraídas e se localizam os trabalhadores de baixo custo (estes países oferecem também benefícios fiscais), e os países desenvolvidos, por outro, onde se fixam as sedes (financeiras, de pesquisa e de marketing) e os trabalhadores especializado" (pág.79) Nível 2

"Hoje, o extremismo violento, os conflitos armados e as ameaças cibernéticas, cada vez mais sofisticadas, ameaçam a segurança global; a exploração desenfreada dos recursos naturais e a poluição, fazem crescer os perigos ambientais; as crises financeiras infiltram-se em economias intimamente ligadas, agravando as desigualdades económicas e sociais; a pobreza e os conflitos fazem engrossar o número de refugiados e os fluxos migratórios transfronteiriços, enquanto a propagação de epidemias obrigam ao fecho das fronteiras"(pág.85) Nível 2

"Tal como nos finais do século XIX, são os fatores económicos e demográficos que motivam as atuais migrações (Doc 20A). A pobreza, o desemprego e a perspetiva de uma vida melhor continua a levar muitos milhares de pessoas a mudar-se para países estrangeiros, legalmente, com um contrato de trabalho, ou ilegalmente, em situações muito precárias" (pág.87) Nível 2

"Os efeitos das migrações são diversos. Do ponto de vista económico, para os países de acolhimento, a entrada de migrantes constitui uma oferta de mão de obra pronta para trabalhar; para os países de origem, o envio de dinheiro pelos migrantes constitui uma fonte apreciável de divisas, mas a redução de mão de obra em determinadas regiões e a "fuga de cérebros" constituem um entrave ao desenvolvimento desses países" (pág.89) Nível 2

"A União Europeia tem vindo, por sua vez, a promover iniciativas e projetos com estes objetivos, tais como, o Projeto Europeu Cidades Interculturais ou os programas de intercâmbio escolares, como é o caso do Programa Erasmus" (pág.91) Nível 1

b) Reflexivo / Interpretativo

A Refugiados ou migrantes?

Publicação da ACNUR, Agência da ONU para os Refugiados. De acordo com os dados da ACNUR, no final de 2021, 89,3 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir das suas casas devido a conflitos, violência, medo de perseguição e violação dos direitos humanos. O maior número desde a Segunda Guerra Mundial!

Nível 2

Deslocados ambientais de Taplur Char, ilha de Kutubdia, no Bangladesh. Há 20 anos, esta ilha era uma terra verde e fértil, cultivada por camponeses. Hoje, a subida das águas do mar reduziu para metade a superfície da ilha, obrigando os seus habitantes a deslocarem-se para o interior ou para o continente.

Nível 2

B O Mediterrâneo porta de entrada para a Europa

Camião de migrantes em Agadez (Níger). Na última década a rota do "Mediterrâneo Central", que atravessa o Saara, a Líbia e o Mediterrâneo em direção à Itália, foi percorrida por centenas de milhares africanos que pretendiam entrar na Europa.

Nível 2

A O 11 de Setembro de 2001

The Daily Telegraph

Britain's biggest-selling quality daily

War on America

Reports: Pages 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 and eight-page supplement. Comment: Pages 18 & 19

A 11 de setembro de 2001, dezanove terroristas islâmicos armados sequestraram quatro aviões americanos. Três são projetados no Pentágono (Washington) e no World Trade Center (Nova York), símbolos do poderio económico e militar americano. Cerca de 3000 pessoas morreram. O evento, transmitido ao vivo pela televisão, ganhou as manchetes em todo o mundo.

Nível 2

2 A mulher do bairro

Nível 2

Nível 2

Nível 2

24. Existe alguma ligação com o quotidiano dos jovens? (*marcar o círculo (□) correspondente*).

Sim X Não

Se sim, por favor, dar exemplos…

"A cultura hip-hop, a mais abrangente, surgiu nos anos 70, ligada às comunidades afro-americanas e latinas dos subúrbios de Nova Iorque e, gradualmente, foi sendo assimilada por outras minorias urbanas do resto do mundo. Expressa-se através da música – o rap, uma espécie de grito de revolta, que toma forma de poesia ao ritmo de música de influência africana e eletrónica, misturada por DJs; das artes visuais – tags e graffitis; da dança – breakdance e hip-hop, mas também do desporto (skate, parkour) e da moda. São novas formas e práticas de expressão artística dos jovens dos bairros populares, que, aos poucos, vão construindo a sua própria identidade, em oposição à cultura burguesa e padronizada" (pág.107)

III – DIDÁTICA

NOTA: Mesmo que o nosso foco principal sejam as secções analisadas acima, esta análise deve considerar outras secções, desde que incluam experiências de aprendizagem relevantes.

25. Tipo de documentos/elementos de apoio incluídos (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

jj) Escrito X
kk) Iconográfico X
ll) Mapas X
mm) Gráficos / Tabelas X
nn) Outro □ (Por favor, especificar) _____

25.1 Documentos/elementos de apoio representativos acima selecionados:

DOC. D **O centro de decisão**

Edifícios da sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Depois de se ter decidido que a sede da ONU se situaria na costa atlântica dos Estados Unidos, várias foram as cidades, entre Boston e Philadelphia, que se candidataram a receber a Organização. Na escolha pesou, então, uma generosa doação da família Rockfeller, que, no final de 1946, fez pender a balança para Nova Iorque. Sobre a escolha, William O'Dwyer, o então *mayor* da cidade, declarou: "A cidade de Nova Iorque entra, hoje, numa nova época como o centro do Governo do Mundo."

ETHA12-P3 © Porto Editora

Washington, 13 de setembro de 1993. Isaac Rabin (à esquerda) e Yasser Arafat cumprimentam-se, sob o olhar satisfeito do presidente americano, Bill Clinton. Poucos dias antes, Yasser Arafat havia reconhecido o direito de Israel à existência, comprometendo-se, em nome da OLP, a não mais recorrer ao terrorismo como forma de luta. Em troca, recebeu, da parte do primeiro-ministro israelita, o reconhecimento da OLP como legítimo representante do povo palestiniano. Por este esforço de entendimento, os dois líderes foram agraciados, no ano seguinte, com o Prémio Nobel da Paz.

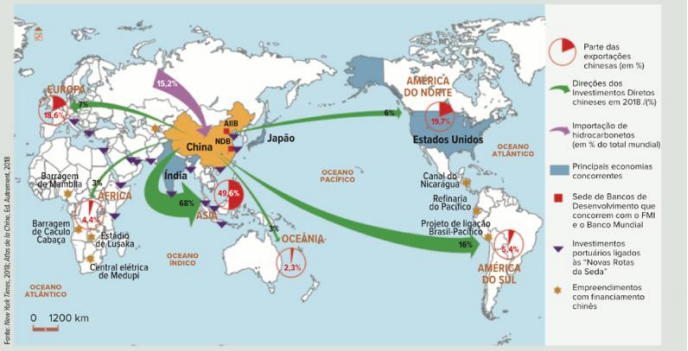
1. Os 15 novos estados resultantes da desintegração da União Soviética. A 21 de dezembro do mesmo ano aderiram à Comunidade de Estados Independentes (CEI) as restantes repúblicas da antiga URSS, com exceção da Geórgia, que aderiu em 1993, e das Repúblicas Bálticas que, considerando o domínio soviético uma ocupação ilegal, nunca integraram a CEI.

ETHA12-P3 © Porto Editora

DOC. 7 **A nova geografia política do Leste europeu**

A Europa central e Oriental, na viragem para o século XXI. A emergência dos nacionalismos no bloco de Leste, que conduziu à dissolução da União Soviética, levou também ao desmembramento da Jugoslávia e à separação de Checos e Eslovacos em duas repúblicas independentes. Militarmente, o jogo de forças alterou-se profundamente: enquanto o Pacto de Varsóvia se extinguiu, a NATO alargou-se às antigas repúblicas populares.

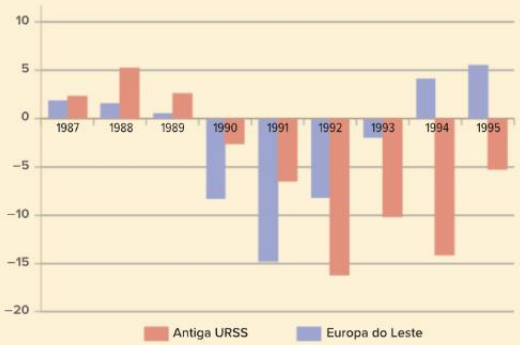
DOC. C **Uma potência económica global**



Fonte: New York Times, 2018; Atlas de la Chine, Ed. Autrement, 2018

DOC. 8 **A deterioração da economia**

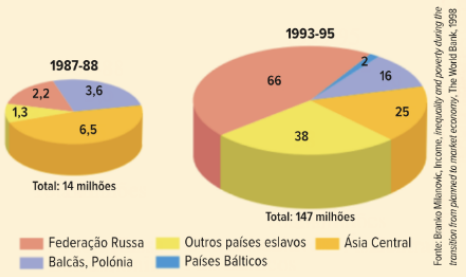
A **A evolução económica**



Taxas de crescimento económico da antiga União Soviética e da Europa de Leste.
A partir de: Branco Milanovic, *Income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy*, The World Bank, 1998

Comportamento do rublo face ao dolar	
1985	1 $ = 4 R
1987	1 $ = 10 R
1989	1 $ = 20 R
1990 (dezembro)	1 $ = 100 R
1991 (agosto)	1 $ = 300 R
1992 (dezembro)	1 $ = 500 R
1993 (dezembro)	1 $ = 1 500 R
1994 (novembro)	1 $ = 3 300 R
1997 (dezembro)	1 $ = 5 950 R

1998 (1.º janeiro): 1 rublo novo = 100 rublos antigos



2. Número de pobres nas regiões em transição para o capitalismo.

1. Investimento em Investigação e Inovação de alguns países do mundo (2019)

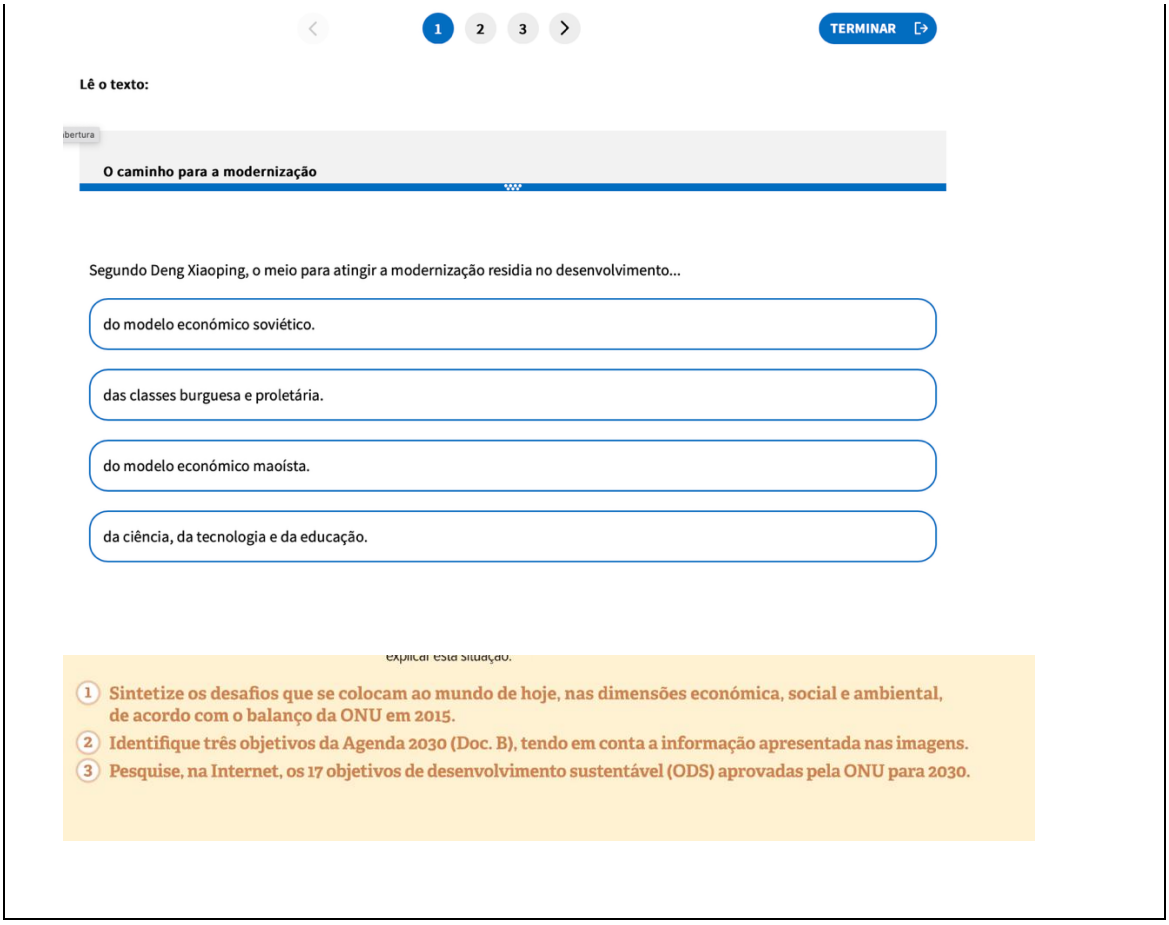
26.Recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem (*pode-se escolher (□) mais do que uma opção*):

qq) Diário
rr) Quadro negro ou similar
ss) Material audiovisual X
tt) Internet □
uu) Livro de exercícios ou similar X
vv) Outro □ (Por favor, especificar) _____

26.1 Exemplos dos recursos sugeridos para o processo de ensino-aprendizagem acima selecionados:

São presentes alguns vídeos, disponíveis para professores e alunos. Nomeadamente nos seguintes conteúdos:

- A desagregação do bloco soviético e a evolução geopolítica internacional
- Apogeu e decadência do regime comunista
- A afirmação dos EUA como única superpotência político-militar
- União Europeia (UE)
- O Tratado de Maastricht
- As principais potências emergentes e o caso chinês
- A descolonização portuguesa na Ásia
- Focos de tensão em regiões periféricas: África Subsariana, América Latina, Médio Oriente e Balcãs.
- Afirmação do neoliberalismo e globalização
- Migrantes refugiados e deslocados
- A atual problemática das migrações
- O "Terrorismo global" e o integrismo islâmico
- Estratégias de cooperação internacional de defesa do ambiente
- Arte urbana
- A integração europeia de Portugal
- Os fundos comunitários e modernização de Portugal
-Transformações na economia e na sociedade portuguesa com adesão á união Europeia



27. Tipos de experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

sss) Análise oral ou escrita de documentos X
ttt) Debates □
uuu) Visitas de estudo □
vvv) Atividades de investigação, trabalho de campo □
www) Escrita de texto argumentativo □
xxx) Escrita de sumários □
yyy) Jogos □
zzz) Ver filmes ou ouvir música X
aaaa) Dramatização ou role-playing □
bbbb) Outro □ (Por favor, especificar)

_____

27.1 Exemplos dos tipos de experiências de aprendizagem acima selecionados:

DOC. 5 Novos desafios oriundos do Tratado de Maastricht

O aprofundamento do nível de integração das economias europeias foi impulsionado em 1992 com a assinatura do Tratado de Maastricht, o Pacto de Estabilidade e Crescimento e o lançamento da União Económica e Monetária. A nova União Europeia consubstanciava-se na abolição total das tarifas aduaneiras e de outras formas de protecionismo dos mercados nacionais e no lançamento da moeda única, a qual seria concretizada em duas fases, em 1999 com a fixação das taxas de câmbio dos países do euro e, em 2002, com a introdução de novas moedas e notas. [...]

A união monetária foi acompanhada de um período de desaceleração do crescimento económico em Portugal. [...] Se, entre 1986 e 1992, a economia portuguesa teve uma evolução positiva, a partir de Maastricht começou a marcar passo. Desde então, o rendimento médio e a produtividade do trabalho e do capital cresceram a ritmos mais lentos, não permitindo que Portugal se aproximasse dos níveis médios europeus. [...]

A pertença ao euro fez com que Portugal se tivesse de adaptar a uma política monetária dirigida para o controlo de inflação [...]. A pergunta que se deve colocar é a de saber se as taxas de juro de curto prazo do Banco Central Europeu foram mantidas a níveis demasiado baixos para Portugal. Taxas de juro mais elevadas poderiam ter dado lugar a uma situação mais favorável do nível de poupança e de investimento nacionais e a uma menor dependência do endividamento externo. [...] A participação na moeda única trouxe um aumento da despesa agregada, isto é, dos gastos dos indivíduos, das empresas e do Estado, a deterioração das contas externas, dado que as importações de bens e serviços cresceram mais depressa que as exportações, o aumento da dívida externa, para pagar os défices crescentes.

Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal (1143-2010)*, Ed. A Esfera dos Livros, 2014 [adaptado]

ETHA12-P3 © Porto Editora

Notas e moedas de euro em circulação na Europa comunitária. A moeda única europeia entrou em circulação em 1 de janeiro de 2002. Os Portugueses adaptaram-se bem ao euro, mas o crescimento económico desacelerou.

1. Refira um desafio que a nova Europa, saída do Tratado de Maastricht, colocou a Portugal.
2. Exponha dois argumentos dos autores que sustentam a afirmação de que "a união monetária foi acompanhada da desaceleração do crescimento económico em Portugal".

DOC. 13 A crise de 2008-2011

A 15 de setembro de 2008, o quarto maior banco de investimento dos EUA, o Lehman Brothers, declarou bancarrota. Na Islândia, a falência da banca arrastou o país. [...] Em Portugal, a austeridade parecia ter acabado. Só se falava do TGV e do novo aeroporto, enquanto se nacionalizava o primeiro banco desde 1975 (o BPN). Os salários aumentaram 5,2% num ano em que a economia caiu 2,7%. Em 2010, as vendas de automóveis subiram 39%. [...] Houve um grande endividamento. O défice [orçamental] chegou a 10,2% do PIB em 2009 e a dívida pública aos 90% do PIB. No século XX, só em épocas de guerras mundiais tinham ocorrido níveis de endividamento tão elevados no Ocidente. Houve logo quem previsse dificuldades de financiamento dos Estados, sobretudo no sul da Europa. [...] O resultado foi a crise das dívidas soberanas na zona euro. [...] Em maio de 2011, a democracia portuguesa teve o seu terceiro resgate financeiro. [...]

Os Portugueses formavam uma sociedade cada vez mais velha e desigual, e com um Estado cada vez mais caro. Nunca o país, desde 1945, divergira durante tanto tempo da Europa ocidental. O desemprego registava o valor mais alto de sempre (16,4%). Falava-se outra vez de emigração.

Rui Ramos, *2003-2012: Os Anos Perdidos*, em REVISTA, *Expresso*, 3 de novembro de 2012

ETHA12-P3 © Porto Editora

A geração mais bem preparada de sempre assume-se nos seus protestos como uma "geração à rasca", em virtude da retração económica e do desemprego que levam milhares de jovens a emigrar.

1. Explique dois motivos do endividamento do Estado português.
2. Refira dois efeitos sociais desse endividamento.

Análise dos documentos

1. Selecione dois lugares icónicos de Nova Iorque assinalados no mapa (Doc. A) e apresente sobre eles uma informação sucinta.
2. Justifique, referindo dois aspetos, o título atribuído ao documento B.
3. Que desafios se colocam a Nova Iorque como centro financeiro do mundo (Doc. C)?
4. Concorda com a opinião veiculada pelo documento D sobre o papel das Nações Unidas como centro de governação mundial? Fundamente.

Síntese

5. Será Nova Iorque a capital do mundo? Responda e argumente.

ETHA12-P3 © Porto Editora

27

Análise dos documentos

1. Interprete a capa do *The Economist* (Doc. A).
2. Identifique três áreas em que a China tem interesses em Portugal. (Doc. A).
3. Por que motivo o projeto das "Novas Rotas da Seda" pode colocar "em estado de vassalagem" os países aderentes (Doc. B)?
4. Dê a sua opinião sobre os receios suscitados pela proliferação dos Institutos Confúcio: forma de unir os povos através da cultura ou meio de propaganda institucional?

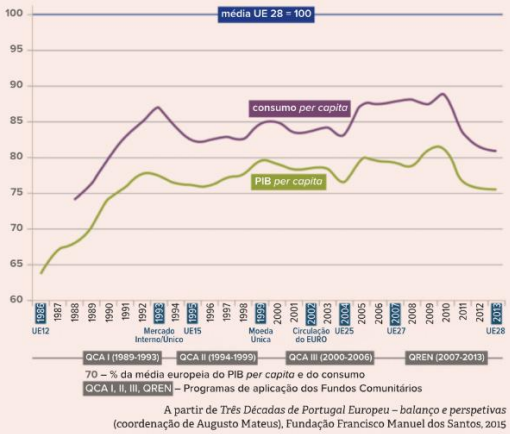
Síntese

5. Apresente quatro aspetos que confirmem a China como uma potência global.

51

Analisar... um gráfico

A produção e o consumo em Portugal e na União Europeia (1986-2013): uma comparação



70 – % da média europeia do PIB *per capita* e do consumo
QCA I, II, III, QREN – Programas de aplicação dos Fundos Comunitários

A partir de *Três Décadas de Portugal Europeu – balanço e perspetivas* (coordenação de Augusto Mateus), Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015

Conselhos a seguir...

1. Identifique o espaço, o tempo e o assunto a que se reportam os gráficos.
2. Verifique o tipo de dados que lhe são fornecidos por cada um dos eixos dos gráficos: intervalos de tempo do eixo horizontal, valores em que se expressam os dados do eixo vertical, por exemplo.
3. Faça uma primeira leitura da(s) curva(s) das linhas ou das barras, identificando tendências (de alta ou de baixa, em determinado período, por exemplo), bem como oscilações significativas, caso existam.
4. Integre os dados no contexto histórico em que se inserem.
5. Responda às questões a partir das informações anteriormente recolhidas.

Questões...

1. **O gráfico mostra que o período em que Portugal mais cresceu na aproximação à média europeia do PIB e do consumo *per capita* foi o de:**
   - **a)** 1988 a 1992.
   - **b)** 1995 a 2000.
   - **c)** 2004 a 2009.
   - **d)** 2008 a 2013.

2. **Identifque os acontecimentos com impacto para Portugal sucedidos em 1986, 1992 e 2011.**

3. **A evolução das curvas do PIB e do consumo *per capita* em % da média comunitária entre 1993 e 2004 pode explicar-se:**
   - **a)** pela ausência de fundos comunitários.
   - **b)** pela concorrência económica dos países fundadores da CEE.
   - **c)** pelos efeitos do mercado único e pelo retrocesso da globalização.
   - **d)** pelos efeitos do mercado único, da integração na zona euro e do alargamento comunitário.

4. **Refira dois dos fatores que contribuíram para a evolução do consumo e do PIB *per capita* desde 2009.**

5. **Explicite o impacto da integração europeia na economia portuguesa, de 1986 a 2013, salientando: três transformações operadas e três dificuldades surgidas.**
   Fundamente uma das transformações e uma das dificuldades, pelo menos, com informação do gráfico.

131

28. Qualidade das experiências de aprendizagem (*pode-se escolher* (□) *mais do que uma opção*):

zzz) Aprendizagem mecânica [*memorização baseada na repetição*] □

aaaa) Promove a diferenciação pedagógica [*considera a diversidade e heterogeneidade dos/as alunos/as*] □

bbbb) Promove a autonomia □

cccc) Apresenta diferentes pontos de vista □

dddd) Valoriza a expressão da opinião pessoal dos/as alunos/as □

eeee) Fornece um resumo ou esquema de síntese do conteúdo apresentado X

ffff) Incentiva os/as alunos/as a aprender mais X

gggg) Apresenta uma ficha de avaliação formativa X

hhhh) Apresenta bibliografia/sites (pesquisáveis) X

iiii) Incentiva o trabalho de campo □

jjjj) Outros aspetos relevantes (Por favor, especificar)

28.1 Exemplos das experiências de aprendizagem acima selecionadas:

1 O fim do sistema internacional da Guerra Fria e a persistência da dicotomia Norte-Sul

1.1 A desagregação do bloco soviético

1.2 O mundo pós-Guerra Fria: polos de poder e desenvolvimento económico

1.3 O mundo pós-Guerra Fria: a persistência de tensões pluriétnicas, nacionalistas e religiosas

Introdução

Aprendizagens

Jovens participantes do Evento Europeu da Juventude (EYE) no Parlamento Europeu. Junho de 2018

1980 1985 1990 1995 2000 2005 2010

Relembrar

1 O fim do sistema internacional da Guerra Fria e a persistência da dicotomia Norte-Sul

O fim do modelo soviético

O mundo pós-Guerra Fria: polos de poder e desenvolvimento económico

Os Estados Unidos da América

A União Europeia

Personalidades

Mikhail Gorbatchev (1931-2022)

Jacques Delors (n. 1925)

Deng Xiaoping (1904-1997)

Yasser Arafat (1929-2004)

Isaac Rabin (1922 – 1995)

A zona da Ásia-Pacífico e a China

O mundo pós-Guerra Fria: a persistência de tensões pluriétnicas, nacionalistas e religiosas

Datas

Palavras-chave

64 65

Dossiê

Salvar o planeta, um desafio global e urgente

A consciência generalizada da degradação ambiental deu início, no final do século XX, à arquitetura de uma governação climática global liderado pelo ONU. No entanto, o avanço lento dos acordos internacionais contrasta com a trajetória acelerada de deterioração do planeta.

Doc. A A política climática internacional (algumas datas)

1972	**Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano** (Estocolmo, Suécia) *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA).
1979	**1.ª Conferência mundial sobre o Clima** (Genebra, Suíça), a comunidade científica alerta para os efeitos, a longo prazo, das emissões de CO_2.
1985	**Convenção de Viena** (Áustria) para a proteção da camada de ozono.
1987	**Protocolo de Montreal** (Canadá). Acordo internacional, não vinculativo, para a progressiva redução das emissões que destroem a camada de ozono.
1988	**Criação do Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC)** que fornece informações científicas sobre as alterações climáticas e os seus impactos.
1992	**Cimeira da Terra** (Rio de Janeiro, Brasil) adoção da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC)** com o objetivo de minimizar o impacto humano nas alterações climáticas.
1994	**Entrada em vigor da UNFCCC**: a COP, "Conferência das Partes", órgão supremo, passa a reunir anualmente para aprovar decisões relativas à ação climática.
1995	**COP 1, Cimeira de Berlim** (Alemanha): os países desenvolvidos assumem compromissos de estabilização das emissões de gases com efeito de estufa (GEE)
1997	**COP 3, Cimeira de Quioto** (Japão): aprovação do **Protocolo de Quioto**, 1.º acordo jurídico para a redução global dos GEE entre 2008 e 2012. Os países desenvolvidos deveriam reduzir 5,2% das emissões em relação a 1990.
2005	**Entrada em vigor do Protocolo de Quioto**. A ratificação da Rússia (2004) permitiu, finalmente, reunir os 55 países (mínimo 55% das emissões) para a sua entrada em vigor.
2009	**COP 15, Cimeira de Copenhaga** (Dinamarca): as divergências entre os países inviabilizaram o compromisso global quantitativo para a redução de 2% das emissões de GEE.
2012	**COP 18, Cimeira de Doha** (Catar): renegociação das metas de Quioto para o período de 2013-2020. O Canadá, o Japão e a Nova Zelândia juntam-se aos EUA, não integrando este novo período.
2015	**COP 21, Cimeira de Paris** (França): aprovação do Acordo de Paris, que estabelece um plano para limitar o aquecimento global abaixo de 2 °C e atingir 1,5 °C até ao final do século.
2022	**COP 27, Cimeira de Sharm El-Sheikh**, (Egipto): Aprovação da criação de um fundo de "perdas e danos" para os países mais afetados pelas mudanças climáticas.

Doc. B Chefes de Estado céticos do clima

• **George W. Bush**, presidente dos EUA (2001-2009)

"Qualquer tentativa de acordo que se assemelhe ao protocolo de Quioto terá a oposição dos Estados Unidos. Jamais assinarei um acordo que limite as emissões de dióxido de carbono; essa seria uma medida que deixaria a nossa economia de rastos".

Entrevista à estação televisiva britânica ITV a 1 de julho de 2005

• **Jair Bolsonaro**, Presidente do Brasil (2019-2022)

"Quero fundir os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. Não pode ter ambientalismo xiita no Brasil. Vamos acabar com a indústria de demarcação de terras indígenas".

Entrevista à TV Bandeirantes a 9 de outubro de 2018

• **Vladimir Putin**, Presidente da Rússia (2012-atualidade)

"Ninguém conhece as causas das mudanças climáticas. [...] Uma pequena rotação da Terra pode levar a graves mudanças climáticas"

Conferência de imprensa anual, 19 de dezembro de 2019

• **Donald Trump**, Presidente dos Estados Unidos (2017-2020)

"O conceito de aquecimento global foi criado pelos e para os chineses para tornar a indústria americana pouco competitiva".

1 de junho de 2017

"América primeiro; Planeta por último" Caricatura alusiva à decisão do presidente Donald Trump, em 2017, de abandonar o Acordo de Paris.

Doc. C A luta contra as alterações climáticas

A Aliança dos pequenos estados insulares

A história de como algumas pequenas nações do Pacífico se uniram para moldar o Acordo de Paris começa em setembro de 2015, numa sala de conferências no *Grand Pacific Hotel*, na capital de Fiji, Suva. [...] Durante uma reunião de três dias, antes das negociações climáticas de Paris, os chefes de Estado e os representantes da sociedade civil de 15 nações do Pacífico elaboraram uma lista de questões para as quais exigiam resposta nas negociações que se aproximavam. [...] Uma exigência era fundamental: um novo pacto climático global deveria limitar a subida das temperaturas a mais de 1,5 °C até o ano 2100. [...] Os líderes reunidos em Suva sabiam há anos que uma diferença de meio grau (em relação à meta de previsto a 2 °C) pode determinar se os seus países sobrevivem ou se afundam. [...]

Nos meses que se seguiram, as ilhas juntaram-se a outros países vulneráveis para pressionar os seus pares. Nas ruas de Paris naquele dezembro, ativistas entoavam o refrão: "Um vírgula cinco para continuar vivo". [...]

O texto final do acordo apelava a manter as temperaturas bem abaixo dos 2 °C e, idealmente, a 1,5 °C. A China e a Índia defenderam a diluição do acordo até às últimas horas, mas recusaram usar o seu poder de veto para bloquear o pacto global.

Justin Worland, excerto do artigo de revista *Time*, de junho de 2019

2. António Guterres, Secretário-Geral, da ONU. "Subida dos mares, fuga de populações, desaparecimento de idílios. O nosso planeta a arder ao "Capa da revista *Time*, junho de 2019

B O Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu não se limita às emissões. Trata-se de impulsionar a inovação. Trata-se de alimentos de qualidade. Tem a ver com a mobilidade moderna. [...]

O Pacto Ecológico Europeu é a nossa nova estratégia de crescimento. É desta vez, é uma estratégia de crescimento que não consome – mas é uma nova estratégia de crescimento que devolve mais do que retira. [...] Empresas de todo o nosso continente já estão a transformar a transição verde em oportunidades verdes e oportunidades de negócio. Algumas estão a converter os resíduos plásticos em mobiliário moderno, por exemplo. Os agricultores estão a utilizar dados dos nossos satélites para se adaptarem às alterações climáticas. [...]

Temos de investir no potencial de inovação da Europa. Há setenta anos, os europeus investiram no carvão e no aço. [...] Hoje, estamos a investir em energias renováveis e algoritmos. E o Acordo Verde Europeu é sobre a reconciliação da nossa economia com o nosso planeta [...].

Ursula Von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia. Excerto do discurso de apresentação do Pacto ecológico europeu no Parlamento Europeu, Bruxelas, 4/12/ 2019

C A mobilização da sociedade

Ativistas climáticos, um pouco por todo o mundo, pressionam os governos para a urgência de políticas de desenvolvimento sustentável. Nos Estados Unidos, a saída do Acordo de Paris originou a formação da plataforma *We are still in* ("Ainda estamos"). Governadores, presidentes de câmara e líderes empresariais, apoiados por diversas organizações da sociedade civil, assumiram a liderança americana em matéria de alterações climáticas. Em 2017, na COP 23, em Bona, reiteraram o compromisso dos americanos para com o Acordo de Paris.

Análise dos documentos

1. Selecione, do Doc. A, duas cimeiras nas quais se aprovaram medidas concretas de combate às alterações climáticas. Justifique a sua seleção.
2. Refira dois aspetos, patentes nos Docs. A e B, que têm condicionado a ação climática internacional.
3. Que razões explicam a aliança dos pequenos Estados insulares? Como se mobilizam?
4. Indique três objetivos do Pacto Ecológico Europeu.
5. Mostre, recorrendo ao Doc. C4, o ativismo climático popular.
6. Elabore um texto com cerca de 15 linhas sobre a ação climática mundial. Realce:
   - o papel dos organismos supranacionais;
   - os impasses produtidos por decisões unilaterais;
   - a importância da mobilização da sociedade.

Mikhail Gorbatchev
(1931-2022)

Oriundo de uma família de camponeses pobres, Mikhail Sergeyevich Gorbachev estudou Direito, na Universidade Estatal de Moscovo, onde se licenciou, em 1955.

Tendo crescido nos tempos duros da guerra e do estalinismo, apoiou sem reservas a política de desestalinização de Kruschev. Advogava o regresso a um leninismo puro, do qual, no seu entender, o Partido se tinha desviado.

À frente da URSS desde 1985, lutou pelo fim da escalada armamentista e empreendeu uma ousada reestruturação interna (*perestroika*) que acabou por conduzir ao desmoronamento da própria URSS, em dezembro de 1991.

Apreciado no Ocidente – recebeu o Nobel da Paz em 1990 – mas genericamente mal visto na Rússia, Gorbatchev manteve atividade pública até à sua morte.

ETHA12-P3 © Porto Editora

É curioso saber...

O que poderão ter em comum Bill Gates e Leonardo da Vinci, dois visionários que a História separou por 500 longos anos? Um caderno de anotações.

Em 1994, com apenas 39 anos de idade, Gates adquiriu o objeto mais precioso que o dinheiro lhe pôde dar: o *Codex Leicester*, o único caderno de notas científicas de Leonardo que se encontra em mãos privadas, fora dos museus da Europa. Nele, o grande génio do Renascimento registou as suas observações sobre a água, a reflexão da luz solar e outros fenómenos da Natureza, que ilustrou profusamente.

Gates tem partilhado a sua preciosidade com todo o mundo. As páginas do Caderno não só foram digitalizadas e, nesse formato, postas à disposição de quem usa computador, como também podem ser vistas, todos os anos, numa cidade diferente do mundo. Um dos primeiros locais onde estiveram expostas, depois de adquiridas pelo fundador da Microsoft, foi em Lisboa, por ocasião da *Expo 98*.

ETHA12-P3 © Porto Editora

Conceito

Cidadania europeia* Criada pelo Tratado da União Europeia, a cidadania da União é cumulativa com a cidadania nacional e exprime-se pelo direito de voto nas eleições europeias e autárquicas na zona de residência do cidadão, independentemente desta se situar no seu país de origem. Estabelece ainda o direito de apresentar propostas (coletivas) à Comissão Europeia, endereçar petições ao Parlamento Europeu, apresentar queixas e beneficiar de proteção diplomática, nos países terceiros, por parte das embaixadas ou consulados de qualquer dos Estados-membros, caso não existam delegações do país de origem.

* Conceito essencial

É curioso saber...

Em 2022, **48% dos migrantes eram mulheres**. Embora as mulheres sempre tenham migrado, foi a imagem do homem solteiro, migrante por motivos económicos ou políticos, que permaneceu nas representações da imigração, tornando a migração feminina marginal ou secundária.

Cada vez mais mulheres, jovens, solteiras ou chefes de família, vão sozinhas para o estrangeiro – quase metade da população migrante global. Esta realidade explica-se pela necessidade económica, mas também pela aspiração a uma maior independência. Elas representam, por exemplo, a grande maioria dos trabalhadores domésticos migrantes, mas são também mais qualificadas, respondendo por isso à procura de determinados setores onde a escassez de mão de obra é forte, como os serviços particulares, na educação, na saúde e ação social.

No entanto, a migração feminina permanece, ainda hoje, arriscada e discriminatória. No local de origem, no percurso e à chegada, as mulheres são mais expostas ao tráfico, à violência e à desigualdade de género.